

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DIOGO GUAGLIARDO NEVES

DEPUTADOS-ESCRITORES: Política, escrita e economia no parlamento maranhense
(1830 – 1930)

São Luís – MA

2016

DIOGO GUAGLIARDO NEVES

DEPUTADOS-ESCRITORES: Política, escrita e economia no parlamento maranhense
(1830 – 1930)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Igor Gastal Grill

São Luís – MA

2016

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a). Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

NEVES, Diogo Guagliardo.

DEPUTADOS-ESCRITORES: Política, escrita e economia no parlamento maranhense (1830 1930) / Diogo Guagliardo NEVES. - 2016.

329 f.: il.

Orientador(a): Igor Gastal GRILL.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, 2016.

1. Elites. 2. Livros. 3. Maranhão. 4. Política. I. GRILL, Igor Gastal. II. Título.

DIOGO GUAGLIARDO NEVES

DEPUTADOS-ESCRITORES: Política, escrita e economia no parlamento maranhense
(1830 – 1930)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Aprovada em: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Igor Gastal Grill (PPGCSoc/UFMA-Orientador)

Profa. Dra. Letícia Borges Nedel (PPGHcult/UFSC)

Profa. Dra. Regina Helena Martins de Faria (PPGHist/UFMA)

Profa. Dra. Eliana Tavares dos Reis (PPGCSoc/UFMA)

Prof. Dr. Antônio Paulino de Sousa (PPGCSoc/UFMA)

Aos amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Santíssima Trindade, primeiramente e acima de tudo. Em seguida, às minhas famílias, consanguínea e por casamento, esta nas pessoas de minha esposa Pilar e seus pais, Ruy Palhano e Rita Bacelar Palhano, os quais muito estimo.

Agradecimentos especiais ao meu orientador e à banca, que se dispôs a ler tão volumoso trabalho em tão poucos dias.

Ao desconcerto do Mundo

Os bons vi sempre passar
No Mundo graves tormentos;
E pera mais me espantar,
Os maus vi sempre nadar
Em mar de contentamentos.
Cuidando alcançar assim
O bem tão mal ordenado,
Fui mau, mas fui castigado.
Assim que, só pera mim,
Anda o Mundo concertado.

Luís de Camões

RESUMO

Estuda-se as intersecções entre a publicação de livros e o trabalho político exercido por aqueles que ocuparam cadeiras no parlamento maranhense entre os anos de 1830 e 1930. Tenta-se perceber como a escrita contribuiu para a formação de um determinado perfil legitimado a ocupar as instâncias de poder estatais. No mesmo sentido, busca-se compreender as formas de leitura de mundo e autodefinição dos agentes, de acordo com as estratégias e recursos utilizados, bem como as relações que estabelecem e espaços sociais que ocupam. Inclusive, está envolvida a criação de uma interpretação específica sobre o Maranhão, a partir de sua “decadência” e da necessidade de reconstituição da economia e cultura tidas por legítimas. Nesse processo estão firmados critérios de distinção social, hierarquização de agentes, engajamento e defenestração, além de disputas individuais e coletivas por parte de quem escreve e concorre a cargos eletivos. A importância dessa abordagem reside no fato de que, quase um século depois, as articulações entre política e escrita não só se conformaram como configuração pretérita, quanto se atualizaram e permanecem nos dias atuais.

Palavras-chave: Política. Livros. Elites. Maranhão.

RESUMÉ

On étudie les intersections entre la publication de livres et le travail politique exercé par ceux qui occupaient des sièges au parlement maranhense entre 1830 et 1930. On tente de considérer comme l'écriture, c'est-à-dire les "belles lettres", ce qui a contribué à la formation d'un certain profil légitime pour occuper les instances du pouvoir d'État. Dans le même sens, on cherche à comprendre les formes de lecture du monde, la vision du monde, et l'auto-définition des agents, selon les stratégies et ressources utilisées, et aussi les relations qui établissent et les espaces sociaux qui occupent. Y compris, c'est engagé la création d'une interprétation spécifique sur le Maranhão, depuis sa "décadence" et la nécessité de reconstitution de l'économie et culture considérées pour légitime. Dans ce processus sont établies des critères de distinction sociale, hiérarchisation d'agents, engagement et défenestration, outre les disputes individuelles et collectives du côté de celui qui écrit et est en concurrence à des emplois collectifs. L'importance de cette approche se situe au fait que presque depuis un siècle les articulations entre la politique et l'écriture non seulement s'ont accordées comme une configuration du présent et également se sont mises à jour et restent à l'époque actuelle.

Mot-clés: Politique. Livres. Elites. Maranhão.

ABSTRACT

It is studied the intersections between the book printing and the politics work exercised by those who got chairs at the Maranhense parliament between 1830 and 1930. It is tried to perceive how the “belles letters” contributed to the formation of a determined profile legalized to fulfill the proceeding of state power. In this very way, it is searched to understand the forms of worldview and the self definition of the agents, according to the strategies and means being used, as well as the relations which establish and social space which occupy. Including so the creation of a specific interpretation on Maranhão, from its “décadence” and the need of reconstitution of the economy and culture considered as legitimate ones. In this process criteria of social distinction are firmed, under a hierarchyization of agents, engagement and defenestration, besides the individual and collective disputes by he who writes and compete to get elective high-ranking. The importance of this approach lives in the fact that, almost a century thereafter, the articulations between politics and “belle letters”, i. e., writing, not only conformed with a past configuration and updated themselves according to the present days.

Key-words: Politic. Books. Elites. Maranhão.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	“The Emperor and Empress of Brazil”	65
Figura 2	Missa campal pela celebrada em ação de graças pela abolição da escravatura no Brasil, no dia 17 de maio de 1888	75
Figura 3	Armas da República Federativa do Brasil	88
Figura 4	Cândido Mendes de Almeida.....	114
Figura 5	Senador Urbano dos Santos	132
Figura 6	“Para: vue prise sur le fleuve”	136
Figura 7	Luso Torres	163
Figura 8	Ordem de Cristo.....	176
Figura 9	“O Estandarte”	198
Figura 10	“Maranhão, estátua de João Lisboa”.....	225
Figura 11	“As revoluções do Segundo Império e a obra pacificadora de Caxias”, 1922	242
Figura 12	Fernando Luiz Ferreira e Luiza Rita Vieira da Silva.....	257
Figura 13	Viriato Bandeira Duarte e João Evangelista Belfort Duarte.....	262
Figura 14	Barão de Pindaré, Joaquim Franco de Sá e Filipe Franco de Sá	275
Figura 15	José Ascenço da Costa Ferreira	285
Figura 16	“Dr. Francisco Dias Carneiro aos 40 anos”	291
Figura 17	João Dunshee de Abranches Moura na década de 1910.....	291
Figura 18	Etiqueta da Livraria, papelaria e tipografia “Magalhães & Comp.”. Maranhão, aposta em livro do ano de 1874	304

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Local de nascimento por região.....	112
Quadro 2	Local de nascimento e de morte	113
Quadro 3	Local de nascimento e de morte (ascendente imediato).....	118
Quadro 4	Escolarização superior dos ascendentes (primeiro e segundo graus).....	119
Quadro 5	Atividade econômico-profissional dos antecedentes / descendentes dos deputados.....	120
Quadro 6	Educação pré-universitária	121
Quadro 7	Matérias secundaristas.....	124
Quadro 8	Cursos universitários por local/título por número de graduados.....	127
Quadro 9	Cargo legislativo eletivo mais alto ocupado.....	133
Quadro 10	Cargos executivos “eletivos”.....	134
Quadro 11	Número de mandatos no parlamento local por deputado	140
Quadro 12	Cargos administrativos não-eletivos.....	142
Quadro 13	Cargo/função vinculada ao Poder Judiciário	151
Quadro 14	Corporação de força armada.....	154
Quadro 15	Tempo de carreira nos poderes públicos (eletivos e judiciários)	163
Quadro 16	Padrão geográfico de carreira pública (regional ou nacional) por parlamentar	165
Quadro 17	Quantidade de vezes em que os cargos públicos foram ocupados	166
Quadro 18	Quantidade de vezes em que as funções públicas foram exercidas/formação universitária.....	167
Quadro 19	Atividade econômico-profissional/formação universitária	168
Quadro 20	Idade/Deputação local	172
Quadro 21	Formação acadêmica / “institutos científicos”	179
Quadro 22	Formação acadêmica/“academias literárias”, educacionais e afins.....	181
Quadro 23	Gêneros da produção escrita em periódicos/Formação acadêmica por deputado	197
Quadro 24	Titulação universitária por deputado/gêneros da escrita	203
Quadro 25	Gêneros e temas de escrita por agente/idade (anos).....	206
Quadro 26	Gêneros da produção escrita ao longo da circunscrição temporal da pesquisa, por deputado/década	213

Quadro 27	Deputados “vultos”	231
Quadro 28	Número de obras publicadas/Mandatos.....	232
Quadro 29	Edições por país/cidade	233
Quadro 30	Tipografias/tipógrafos de São Luís/décadas.....	238
Quadro 31	Deputados escritores e tipos de parentesco com ocupantes de cargo eletivo	254

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	- Academia Brasileira de Letras
ACM	- Associação Comercial do Maranhão
AML	- Academia Maranhense de Letras
DHBB/FGV	- Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas
IEB	- Igreja Evangélica Brasileira
IHGB	- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGM	- Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão
LEEPOC	- Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais
OAB	- Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	- Organização dos Estados Americanos
PRM	- Partido Republicano Maranhense
STF	- Supremo Tribunal Federal
STJ	- Supremo Tribunal de Justiça
TRE/MA	- Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	“Política”, “Escrita” e suas Intersecções	15
1.2	“Deputados-escritores”: entre os “Notáveis” e a “Especialização”	27
1.3	Operacionalização	35
2	CEM ANOS DE PARLAMENTO E ESCRITA	55
2.1	Série da Independência	55
2.2	Série da Conciliação	66
2.3	Série Reformista	75
2.4	Série Progressista	85
3	PERFIS SOCIAIS	95
3.1	O “Plutarco Maranhense do Século XX”	95
3.2	As Origens Geográficas	109
3.3	Os Ancestrais	117
3.4	Escolarizações, Cargos e Ocupações	121
4	PERFIS POLÍTICOS	130
5	PERFIS CULTURAIS	171
6	GÊNEROS DE ESCRITA	194
7	A “ESTÉTICA POLÍTICA” DO LIVRO	233
8	DUAS EMPRESAS FAMILIARES	252
9	ECONOMIA E ESCRITA	278
9.1	Um paradigma de análise vitorioso	278
9.2	Mobilização Política e o Discurso Econômico na Concorrência Eleitoral	294
10	CONCLUSÃO	305
	REFERÊNCIAS	309
	ANEXO A - LISTA DOS 59 DEPUTADOS-ESCRITORES	328

1 INTRODUÇÃO

Pretendeu-se na presente tese de doutoramento compreender como os investimentos na publicação de livros, dentro de uma diversificada série de gêneros de escrita, por partes dos deputados provinciais e estaduais maranhenses entre os anos de 1830 e 1930, se colocam como recurso de legitimação com reflexos diretos sobre o domínio das instâncias de poder institucionais. Nesse sentido, através dessas publicações, se torna possível perceber as formas de auto-definição dos agentes e as relações/elaborações com/dos espaços sociais, inclusive dentro da construção de uma leitura específica sobre o Maranhão e de uma forma de configuração do trabalho político a partir dela, que se prorroga para muito além do século XIX, e até os dias atuais.

Em tal contexto, buscou-se perceber os modos de elaboração de interpretações “legítimas” sobre determinados segmentos da vida social, incluindo as relações econômicas maranhenses no período. Em suma, a proposta é verificar como as publicações de livros por parte de agentes que atuam na concorrência eleitoral para a assembléia provincial/estadual (República) do Maranhão, entre os anos de 1830 a 1930, contribuíram para a configuração de um lugar de disputa, elaboração de critérios de distinção, hierarquização de agentes e engajamento em redes de sociabilidade e vocações comuns entre quem escreve.

Com efeito, a tese está relacionada a um programa de pesquisa de maior abrangência, desenvolvido no âmbito do LEEPOC – Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. De fato, a indagação a respeito dos significados e usos da escrita por parte de agentes dedicados à concorrência eleitoral no Brasil é uma agenda desse grupo de estudo, com os trabalhos de Grill e Reis (2012), orientados nesse sentido, onde se pensam os investimentos “intelectuais” de “profissionais da política”, com isso verificando as relações estabelecidas entre os gêneros de escrita e a atuação de seus produtores no domínio eleitoral e seus desdobramentos.

Assim, ambos procederam ao levantamento dos dados disponíveis no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas (DHBB/FGV), identificando aqueles agentes que publicaram livros e que investiram também no trabalho político. Para própria entidade criadora do banco de dados, ele reuniria informações relativas “[...] a instituições, eventos e conceitos de interesse para a história do Brasil pós-1930.” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2016, s/p).

1.1 “Política”, “Escrita” e suas Intersecções

Como declinado, a proposta da tese está fundada no questionamento proposto por Grill e Reis (2012), e que em parte intitula artigo deles publicado na “Revista Pós Ciências Sociais”, dossiê “Cultura, Poder e Modalidades de Engajamento”: “O que escrever quer dizer na política?”. Traz-se, porém, como objeto de análise, os gêneros de produção escrita e carreiras políticas em período anterior (1830-1930), e ao nível estadual. Acredita-se que a tese possa contribuir, em caráter complementar, aos objetivos gerais do trabalho do próprio grupo, pois, de um lado, não há rupturas radicais entre o ato de escrever/publicar e o investimento nas carreiras políticas, configuradas a partir desse marco cronológico, principalmente se considerados os limites de encontro de um e de outro, e que, ainda, a dimensão regional não está apartada da nacional, ao contrário, responde e corresponde a ela.

De maneira geral, a tese se insere num conjunto de trabalhos envolvidos por uma problemática comum de análise, que compreende os escritos de Weber (1967; 1982; 2013), Bourdieu (2002), Offerlé (1999), Coradini (2008) e Garcia (2011), além daqueles já mencionados Grill (2005; 2008), Seidl e Grill (2013), Grill e Reis (2012; 2013; 2014/2015) e Reis (2013; 2014), e mesmo se ajusta a uma linha de pesquisa já desenvolvida anteriormente (NEVES, 2011), quando foram abordados temas como o recrutamento de lideranças e a atuação dessas durante os processos de seleção, domínio e reprodução nas posições de poder. A finalidade geral foi compreender em que medida a produção escrita se relaciona ao trabalho político:

[...] não somente como estratégia de apropriação de produtos concebidos nos mundos culturais (literatura, ciência, filosofia, religião, etc.), mas também como uma dimensão significativa da própria atividade política ou como trunfo contundente para a conquista de posições relativamente bem alocadas neste espaço de concorrência. (GRILL; REIS, 2012, p. 102).

Assim, deve-se considerar que a atuação política dos agentes é apenas uma das múltiplas dimensões de seus investimentos, mas nem sempre foi a que demandou maior dedicação de recursos (tempo, ativação de laços sociais, capital financeiro), e por isso também não pode ser pensada “isoladamente”.

Em alguma medida, ela se relaciona à produção escrita – e escrever nesse contexto é sempre um ato diretamente político “[...] Dada a inexistência de um campo intelectual autônomo no século XIX brasileiro” (ALONSO, 2002, p. 38) – direcionado à elaboração de projetos relacionados a elementos que são apresentados como sendo próprios

da competência estatal, entre eles a “economia”, “educação”, “cultura”, etc. Isso se verifica desde a identificação do “problema” até sua “superação”, englobando inclusive as justificativas de “erros” e “acertos”, dentro de um jogo altamente concorrido entre quem é ou não apto a conduzir o esquema “diagnóstico/tratamento/cura/profilaxias”, bem como os modos como isso se operacionalizaria.

Nesse sentido, a formação/afirmação de uma personalidade capaz de “compreender” os “problemas” e apresentar “soluções” para eles poderia redundar em lucros sociais nos mais variados investimentos, inclusive os políticos (e não apenas nos cargos eletivos, mas em todos aqueles vinculados à administração estatal, de primeiro ou segundo escalão, como secretarias de governo, corpo técnico, etc.).

Quer-se dizer com isso que, no contexto de uma sociedade pouco letrada, as diferenças entre os gêneros e temas de escrita não são propriamente elementos muito importantes para a configuração do “intelectual”. Se na Europa, principalmente na França, na segunda metade do século XIX, a divisão entre “produtores políticos” e os “produtores intelectuais” era mais ou menos nítida, no Brasil, no mesmo período, a conjugação das duas atividades era a própria definição do agente apto a administrar o Estado, através do concurso eleitoral (ALONSO, 2002). Além do mais, “Até mesmo as rupturas estéticas e teóricas se coadunam com as agendas das classes dirigentes e suas estratégias em definir a ‘cultura nacional’, através da seleção de influências externas sob a égide dos projetos de ‘nação’, cuja unidade é raramente posta em questão.” (REIS, 2013, p. 33).

Dessa maneira, buscou-se perceber, a partir da análise dos “livros” que esses parlamentares publicaram e das circunstâncias em que os referidos apareceram, como se processou a formação da auto-imagem relacionada à “intelectualidade” dos mesmos deputados-escritores. Nesse sentido, sobressai a utilidade desses investimentos como marcadores de diferenciação frente aqueles outros agentes que, mesmo ao nível oficial de pares institucionais, não possuíam tal atributo. Segundo Grill e Reis (2012, p. 103):

[...] para o momento, a questão que se coloca é quando o papel de descrição, registro ou análise é operado por agentes que procuram sair daquele ‘estado’ de ‘objeto’ de apreciação para pretender ao de ‘sujeito’. Lançando mão de diferentes recursos sociais, culturais e ideológicos que dispõem (ou que estão disponibilizados) podem pontuar temáticas consideradas relevantes e adentrar em universos de produção de bens simbólicos considerados mais legítimos como a escrita.

Uma dimensão de análise que serviu de subsídio foi o debate retórico sobre a “decadência da lavoura”, abordado por Almeida (2008). De natureza eminentemente

econômica, a “ideologia da decadência” foi consagrada em várias instâncias sociais como ponto de partida praticamente único e legítimo (apesar de variações quanto à sua interpretação) para a compreensão do Maranhão, inicialmente no século XIX e postergando-se a partir de então.

Segundo essa abordagem, a “decadência” surge entre o final do século XVIII e início do XIX, quando determinados “problemas” ou “entraves” são diagnosticados por Gaioso (1970) para a continuidade da expansão da lavoura, dentre eles índios, exaustão da terra e comerciantes da praça de São Luís, que supostamente cartelizavam os preços do algodão e outros bens.

A “decadência”, em linhas gerais, teria se agravado quando a pauta de exportação das primeiras décadas do Oitocentos não foi mais alcançada pelas seguintes. Assim, passou a assumir novas formas, de acordo com as questões que foram sendo construídas e reformuladas durante o trabalho político. Ela torna-se pertinente (porque “adequada” para o acionamento de instituições oficiais internas ou externas ao Maranhão) e permanente ou atemporal (a “decadência da lavoura” do século XIX emerge nas mais amplas e diversas “explicações” de “problemas”, passados ou contemporâneos, ainda que distantes no tempo e das circunstâncias em que ela surgiu).

De fato, esse uso interpretativo já havia sido identificado em trabalho anterior (NEVES, 2011), principalmente em momentos de crise econômica, em 1888-1890/1900 e 1929/30, quando uma série de “analistas” (ou especialistas), também ocupantes de cargos eletivos, escrevem a partir da Associação Comercial do Maranhão. Dessa forma, o tema da “decadência” e aqueles que o circulam (risco do “colapso geral”, “hecatombe”, “recuperação”) é elemento significativo para a definição do “intelectual”.

Para definir os “intelectuais” na França do final do século XIX, Christophe Charle (1990) se vale de uma “declaração” ou “manifesto” formal que os rotula como tais, ao mesmo tempo em que demonstra uma tomada de posição política coletiva. Mas, principalmente, que exhibe o trabalho de construção social que lhes proporciona uma coalizão, ainda que por vezes não aparente, disfarçada pelos embates travados entre eles através da escrita. Três “direitos” emergem do manifesto: “Le droit au scandale devient un ferment d'anarchie, le droit de coalition, un mise en cause des ‘group naturels’, le droit au pouvoir symbolique, la manifestation d'un orgueil pathologique, tiré de ‘fausses doctrines’” (CHARLE, 1990, p. 8).

Sem adentrar no mérito da existência ou não de uma demanda social por “produtores culturais” – no Brasil pré-1930 e, portanto, do “intelectual” como categoria, ou da ideia de “campo” com a qual se relaciona –, chama particularmente a atenção o fato de que a

oposição travada através da escrita não é um fundamento da impossibilidade de formação de um conjunto mais ou menos homogêneo de agentes sociais, engajamento e visões de mundo, muito pelo contrário: “Um dos paradoxos da posição social dos intelectuais é que só podem ser considerados como idênticos a partir da afirmação de suas diferenças. É a recusa das posições estéticas, políticas ou sociais dos outros que fundamenta as posições adotadas por alguns.” (CHARLE, 2003, p. 145). Nesse sentido:

Esses encaminhamentos e mudanças de posição deixam entrever certas continuidades subjacentes essenciais. A noção de cultura política destina-se a dar conta do fenômeno: significa, para nós, aderir a uma mesma concepção de formação social. Desse ponto de vista, implica que tendências diversas, num primeiro momento contraditórias, possam surgir de uma mesma matriz geral; supõe também a difusão de um significado comum; e, enfim, refere-se a formas concretas de sociabilidade e comunicação. A cultura política não diz respeito, portanto, ao conjunto dos membros da sociedade, mas é antes constitutiva da identidade de um grupo. (PÉCAUT, 1990, p. 17)

A aproximação pelo conflito se verifica, por exemplo, na resposta que o deputado-escritor Frederico José Corrêa escreve através de “Um livro de crítica”, de 1878, abertamente detratador dos perfis e do autor do “Pantheon Maranhense”, Antônio Henriques Leal, impresso entre 1873-75. No ponto, a humilhação, através do escândalo público, é uma estratégia de alcance da notoriedade, especialmente no trabalho político, realizado principalmente nos jornais (utilizando técnicas literárias, como a poesia) ou nos livros, como referido, e provocando contestações, também, através dos mesmos meios. São “homens de letras” (CHARLE, 1990) que não se abstém de utilizar seu domínio da cultura erudita para o achincalhe, como se verá adiante, ainda que essas passagens sejam propositadamente esquecidas por seus biógrafos.

João Dunshee de Abranches Moura, quando redige suas duas memórias na década de 1930, enfocando os anos de ingresso nas lutas políticas através do abolicionismo e militância republicana, em “O Cativo” (1992) e “A Esfinge do Grajaú” (1993), atenua muito as oposições entre as lideranças lembradas. A proposta geral é demonstrar a composição de um grupo unido e uniformizado por sua excelência cultural. Tomando quase todo o Oitocentos, cita quem seriam os próceres da época, quase indissociando políticos e escritores (de jornais e livros):

O Arquivo era órgão da Associação Literária Maranhense, presidida por Alexandre Teófilo de Carvalho Leal. E, entre os seus membros efetivos, além do bardo caxiense, destacavam-se já figuras brilhantes como Antônio Henriques Leal, os dois irmãos Collin, Augusto César Raiol, Antônio Rego, Luís Antônio Vieira da Silva, Frederico José Correia, Jauffret, Francisco José Furtado e outros moços ilustres da

época. Sotero dos Reis já quase com cinquenta anos e João Lisboa, maior de trinta, absorvidos pelas pugnas renhidas da política e preocupados com altos estudos filosóficos e históricos, não se misturava muito a essa plêiade de novos talentos quase todos ainda de menor idade. [...] Entrementes, outras camadas de inteligências privilegiadas vinham avolumar as glórias e conquistas dessa juventude maranhense que, saída dos últimos dias da Regência, formaria na vanguarda dos maiores intelectuais do Segundo Reinado. Gomes de Castro, o futuro estadista e grande tribuno parlamentar, em cuja frente, na frase cáustica de Ferreira de Araújo, os adversários se afiguravam – anões atirando pedras a águias, ainda então estudante de preparatórios, tentava fazer versos e fundava duas pequenas revistas com títulos mimosos e líricos – *O Botão de Ouro* e *A Saudade*. (MOURA, 1992, p. 104-105)

Sequer as disputas faccionais entre o Partido Conservador e o Liberal, tão características das eleições imperiais, são citadas. Ao contrário, os líderes de cada uma, como Filipe Franco de Sá e Cândido Mendes de Almeida (apud MOURA, 1992, p. 105), concorrem apenas na matéria literária, “[...] em torneios memoráveis”. Cria ele ainda um outro segmento, de nove figuras, dadas “mais às letras do que à política”, o que é uma afirmação interessante, pois parece querer dizer que a seção anterior, acima citada, seria daquelas “mais à política que às letras”. Nesse rol estava “Sousa Andrade” (o poeta Sousândrade), que foi intendente – cargo equivalente a prefeito – de São Luís no período republicano, e Gentil Braga, deputado-escriptor. Outro, como João Clímaco Lobato, era filho de Raimundo Felipe Lobato, que compôs o Conselho Geral da Província do Maranhão e publicou o livro intitulado “Princípios ou primeiras noções de Direito Positivo”, em Pernambuco, no ano de 1830.

Continuando, Sigal (2012, p. 56) se desobriga de escolher uma das definições disponíveis do que seria o “intelectual” para separá-lo “de quem não o é”. Antes, dirige suas preocupações para as conexões entre a produção escrita e a política, bem como para compreender os “[...] discursos e práticas que se apóiam na posse de um saber para legitimar pretensões de intervenção na esfera política.” (SIGAL, 2012, p. 56). A partir do tipo de produto cultural e seus usos, tenta construir uma noção de “campo cultural periférico” com função mediadora, para pensar o trabalho do “intelectual” na sociedade argentina em específico e latino-americana em geral. Apesar de não se adentrar no mérito dessa ideia para os fins a que se propõe, é interessante sua análise porque põe em tela um paralelo mais ou menos configurado entre a máxima fluidez do campo e a máxima importância do intercâmbio periferia-centro dos agentes letrados:

De modo mais geral é possível afirmar que a atividade cultural nas sociedades periféricas remete a instâncias de consagração externas e, ao mesmo tempo, interioriza critérios externos de valorização. Estas duas dimensões se determinam reciprocamente: a importância acordada dos centros culturais metropolitanos acentua o caráter escorregadio das hierarquias internas, estimulando a busca de instâncias exteriores incontestáveis. (SIGAL, 2012, p. 63)

Questão sensível para o caso maranhense, pois se ajusta às características da produção escrita e que é comum aos agentes que escrevem e que investem na atividade política: a importação de modelos estéticos/artísticos e organizacionais/políticos centrais (europeus na maior parte do período, ou “nacionais” a partir das décadas de 1910-20). A partir dessa circunstância, escrever foi um recurso mobilizador de amplos segmentos da ordem social, especialmente na Administração Pública, construindo a imagem de alta importância dos agentes e chamando para si a possibilidade de acesso e permanência nas instâncias de poder oficial, onde seus próprios programas – detentores de elementos adaptativos peculiares – poderiam ser executados.

Assim, a virtual inexistência de um campo cultural, análogo ao descrito por Bourdieu (2002), no Maranhão entre os séculos XIX e XX, pode explicar os elevados níveis da personificação daqueles que escrevem (os critérios de hierarquização são quase todos “externos”, como a família e as amizades) e a indissociação entre o trabalho escrito e o político (literalmente a interdependência entre um e outro):

Essas preocupações se justificam porque em condições periféricas como as que estão em pauta, a “cultura” ou os “intelectuais” adquirem um peso muito maior, inclusive porque a “diminuição da autonomia dos campos é o signo de um reforço do papel dos intelectuais” (SIGAL, 1996, p. 44) [...] Na ausência desses “campos”, com lógicas relativamente autônomas e baseados em capitais específicos, com a consequente associação generalizada do conjunto de esferas sociais e instituições com o poder político, fica em aberto o problema da passagem de uma lógica de produção e de legitimação específica para o universo da “cultura” e da “política” em geral. (CORADINI, 2014, p. 74)

Procurou-se identificar as tomadas de posição acerca dos temas apresentados por seus produtores como pertinentes, dentre eles, os da ordem econômica e suas vinculações, como a mencionada “decadência da lavoura”, bem como as formas como se apresentaram no contexto da disputa e perpetuação dos agentes para o tipo de cargo eletivo abordado. As “problemáticas legítimas”, aquelas apresentadas pelos agentes nos livros, como a “decadência da lavoura”, são uma abordagem relevante, especialmente para uma pesquisa de longo curso, pois elas se modificam de acordo com os condicionantes sociais de cada período, e “[...] se inscrevem em níveis menos gerais e abstratos, envolvendo diretamente processos e instituições específicas, tais como igrejas, sistema escolar, forças armadas, dentre outras.” (CORADINI, 2014, p. 73).

Não é menos impressionante o fato de que Coradini (2014, p. 75) identifica para o caso do Rio Grande do Sul uma “[...] situação de frágil institucionalização, ou, pelo menos de dispersão, da produção ou da transmissão da cultura erudita [...] até o início dos anos trinta do

século XX [...]”, e onde “[...] os principais pontos de aglutinação de intelectuais encontram-se nos jornais, além de revistas de duração efêmera ou com público específico.” O Maranhão, na Constituição de 1824, foi comparado como “província intermediária” ao lado do Rio Grande do Sul (Província de São Pedro), pelo critério populacional. Mas, ao final daquele século, pouco havia de semelhante, em termos materiais, entre uma e outra região. Quanto à estrutura da produção escrita dos “intelectuais”, porém, são aparentemente semelhantes: curta e precária condição dos principais veículos de divulgação dos escritos (revistas e periódicos), intermitência na publicação de livros e espaço receptivo muito restrito (leitores).

Nesse sentido, investigou-se a posição social dos agentes, buscando perceber como se deram as suas instruções de nível escolar e universitário, a posse de títulos honoríficos, a vinculação a instituições de cunho literário, artístico ou científico, e as configurações do exercício profissional para além dos investimentos político-eleitorais, como as profissões liberais (advocacia, medicina) ou a aproximação mais direta com o Estado (magistratura, forças armadas), e carreiras eclesiásticas.

Isso decorreu do exercício prosopográfico, onde se investigou as instâncias alcançadas durante as carreiras políticas no âmbito dos cargos de natureza eleitoral (das câmaras municipais, da assembleia legislativa, da câmara dos deputados e do senado), mas também administrativo (secretarias de estado, conselhos e ministérios). De fato, foi-se à descoberta e análise dos elementos relacionados à produção e utilização da produção escrita, da lavra dos deputados provinciais e estaduais maranhenses que ocuparam mandatos nessa esfera de poder político de 1830 a 1930. Isso se operou no sentido de investigar como eles se (auto)constituíram em lideranças políticas, apresentando significações próprias a respeito de si e dos demais, como puderam refletir e mesmo manter um distanciamento das posições ocupadas (GRILL; REIS, 2012).

Compreende-se que a produção escrita inserida em tal contexto teve um papel importante para a configuração das trajetórias políticas, no sentido da edificação de perfis “político-literários”. Portanto, a ideia foi perceber a dinâmica política do período, de acordo com a interdependência que mantém frente aos demais domínios sociais e como as interações – considerando as características e especificidades do objeto empírico trabalhado – entre a dimensão política e “intelectual” se estabelecem e se perpetuam, criando e estabelecendo hierarquizações. Nesse contexto, a compreensão de tal mobilização por parte dos “intelectuais” demanda:

[...] a atenção sobre as características da mobilização social que pressupõe o domínio e a capacidade de acionar valores identitários, erguidos nas ambiguidades entre os códigos externos e internos. Correlativamente, sua apreensão requer um conjunto de procedimentos teóricos e metodológicos a fim de concatenar o exame da luta política com as estratégias dos agentes. (REIS, 2013, p. 32).

A título de organização, apresenta-se inicialmente o período compreendido entre os anos de 1830 e 1930 como o lapso temporal dedicado à pesquisa. Ele consigna o primeiro século de exercício do parlamento maranhense, conforme apresentado pelo livro “O poder legislativo no Maranhão, 1830-1930”, de Mílson de Sousa Coutinho (1981). Essa publicação detém grande quantidade de informações biográficas, e mesmo possui uma identidade comum quanto ao tempo cronológico escolhido. Com efeito, os esquemas da organização são particularmente interessantes, pois são expostos códigos de classificação de determinados agentes sobre outros (com as respectivas exclusões e sobreposições), então nomeados de “vultos” literários e políticos, que demandaram uma análise interrelacional para a compreensão de como são eles produzidos e em quais circunstâncias e objetivos.

Dessa forma, a partir de meados da década de 1810, com a derrota dos exércitos napoleônicos e a reestruturação das monarquias continentais européias, surgiram parlamentos em vários daqueles países, mas quase todos provisórios e com grandes limitações de atuação, como as chamadas “Cortes de Cádiz”, de 1812 na Espanha e as “Cortes de Lisboa”, de 1820 em Portugal. Essas objetivavam impor constituições escritas aos monarcas, o que não foi aceito pacificamente, redundando em conflitos civis armados e instabilidade política que se prolongaram pelo menos até meados daquele século.

No caso brasileiro, diretamente relacionado ao português, o estatuto de “Reino Unido a Portugal, Brasil e Algarves”, havia retirado o caráter colonial das possessões na América e as reunido em uma única região componente da própria metrópole. Isso se dera em razão da instalação, no Rio de Janeiro, da Família Real lusitana no ano de 1808, que por sua vez se retirara de seu território europeu por não poder opor militarmente à França, no contexto das Guerras Napoleônicas.

Ocorre que aquele tipo de parlamento, no caso as “Cortes de Lisboa”, que inclusive contava com representantes do Maranhão, passou a exigir tanto o retorno do monarca à antiga capital quanto a volta do Brasil à categoria de “colônia” (PARRON, 2011). Uma e outra estavam relacionadas e objetivamente vedariam o controle administrativo do Brasil aos membros das “elites” econômicas “nativas”, que não conseguiam se estabelecer enquanto “elites” políticas dominantes, em face da destinação quase exclusiva dos principais cargos aos portugueses.

No cenário anterior a 1808, a edição de qualquer tipo de livro ou obra escrita no Brasil era rigorosamente proibida, sofrendo o infrator punições que iam da expropriação de bens ao degredo perpétuo e mesmo a execução, dependendo do que fosse redigido. Apenas hagiologias, sermões e biografias de monarcas portugueses e seus pares tinham a circulação autorizada, mesmo assim após um processo de análise longo e detalhista. Entre a chegada da Família Real e a Independência, com a instalação da “Impressão Régia”, no Rio de Janeiro, publicou-se 720 títulos, todos passando pela “peneira da censura” (SCHWARCZ, 2002, p. 251). Apesar da edição de gazetas naquela capital, e outras por brasileiros em Londres, mesmo a partir de 1822, não havia no país jornalistas profissionais e muito menos escritores ou publicadores de livros:

Ao contrário do que já se conhecia na Europa, foram raros nesse cenário os jornalistas profissionais. Muitos padres acumulavam a condição de eclesiásticos e de funcionários públicos e jornalistas. A redação da Gazeta do Rio de Janeiro era uma mistura de redação propriamente dita com repartição pública e claustro, não só por conta do grande número de funcionários públicos e padres que nela escreviam como por, apesar de se classificar como um empreendimento de particulares, funcionava numa secretaria de governo. (LUSTOSA, 2003, p. 57)

A carência de editoras (tipografias) tanto tornava a publicação de jornais extremamente precária como também a edição de livros, muito dispendiosa e quase inviável. Os chamados “prelos” regulares surgem no Maranhão na segunda e terceira décadas do Oitocentos (HALLEWELL, 2012), mas com a objetiva falta de um conjunto de leitores regulares que pudessem constituir um mercado consumidor para os escritores¹, acredita-se

¹ Há alguma discussão sobre a existência ou não de um público leitor regular e significativo de livros no Maranhão do século XIX. Filiamo-nos à ideia de que não, e pelo menos até o início da década de 1930, quando se esgota o período empírico da pesquisa. Explica-se. Não se quer dizer que inexistissem “leitores” (aqui entendidos como agentes que, efetivamente, e com alguma frequência, exercessem a prática de ler – considerando, inclusive os fins que a leitura teria no domínio político), mas é preciso considerar o meio utilizado. Parece-nos existir mais ou menos três perfis de agentes envolvidos: o produtor (escritor/leitor) de livros e periódicos, o consumidor (leitor) de livros e periódicos, e o consumidor (leitor) dos periódicos. O primeiro, em número mais restrito que o último, seria aquele articulado com o trabalho político objetivo, disputando cargos eletivos e administrativos de liderança, atuando como especialista nas diversas pautas apresentadas, sendo detentor de amplos recursos sociais (incluindo o econômico, que lhe permitia ter e custear o serviço gráfico, por exemplo). O segundo é o público que exclusivamente lê (livros e periódicos), mas que não escreve. Contudo, é muito difícil dissociá-lo do primeiro. Inicialmente porque o livro é materialmente caro, como será demonstrado adiante, e por fim raro (poucos exemplares para cada edição e indisponibilidade nas e das bibliotecas públicas) como é o capital educacional. É provável que quem lesse e não escrevesse estivesse socialmente próximo de quem fizesse as duas coisas, ou seja, a própria elite intelectualmente uniforme e produtora da escrita. Existem agentes que não escrevem, mas se valem do veículo jornalístico através de terceiros para o engajamento nas disputas políticas: “Curiosamente, o controle do acesso à Tipografia Nacional do Maranhão deu mais visibilidade às demandas que, impressas do outro lado do Atlântico, atingiram um público muito maior. Além de Lisboa, Londres e Liverpool tomaram contato com as ‘novidades’ do Maranhão. Em fevereiro de 1822, o Conciliador acusou Hipólito da Costa de receber de um ‘certo ricoço do Maranhão boa porção de dinheiro para dizer bem dele e chamar pela independência ou desunião do Brasil’. O ‘certo ricoço’, Honório Teixeira, esteve no centro das principais considerações feitas pelo CB sobre a movimentação política

que esses não podiam se constituir enquanto tais, pelo menos para o caso maranhense, durante todo o século XIX e boa parte do seguinte.

Isso conduz à indicação de que, no caso dos livros, o seu surgimento, às vezes em grande quantidade, diversidade de temas e a partir dos modelos europeus de erudição (o que se relaciona à própria formação acadêmica/universitária da “elite” política imperial, em países como Portugal, França e Alemanha), publicados por um mesmo agente, ou de um restrito número deles, considerando-se o universo populacional em análise, deve ser pensado em relação a outros investimentos sociais. Nesse sentido, é necessário mencionar que as “ideias importadas” da Europa e “adaptadas à realidade brasileira” na verdade são construídas conforme as necessidades dos agentes que as operam, direcionando-se não para a imitação, mas para a apropriação, que se dá, inclusive, conforme o jogo político que é posto (ALONSO, 2002; 2009; CORADINI, 2008).

Sobre a produção e circulação de livros no Brasil, utilizou-se ao menos em duas seções “O livro no Brasil”, de Hallewell (2012), e muitas partes dessa rica publicação foram aproveitadas. Seu estudo avalia a atividade editorial brasileira nos séculos XIX e XX, ademais, um dos seus capítulos é dedicado aos editores maranhenses José Maria Correia de Frias e Belarmino de Mattos, circunscrevendo o que chama de “Situação Histórica Especial do Maranhão” e “Os Primórdios da Impressão no Maranhão” (HALLEWELL, 2012, p. 181-200).

Mas, ainda falando do processo que culminou na Independência, a oposição que se criou entre os interesses “brasileiros” e “portugueses” evoluiu de fato para o retorno da sede metropolitana em Portugal com D. João VI no governo e, para o Brasil, a declaração oficial da Independência por D. Pedro I. Contudo, as disputas políticas e os conflitos armados que desenharam esse processo não se encerraram em 1822.

Na verdade, aumentaram durante a instalação da primeira experiência parlamentar do novo país, a “Constituinte de 1823”, dissolvida pelo novo Imperador em meio às disputas entre agentes que se intitulavam de “liberais” e “conservadores”. Esses dois “grupos” tinham um caráter muito fluido e se distinguiam entre si mais pelo “problema político” criado em torno da figura do monarca, titular sucessório do reino português e do Império do Brasil

no Maranhão” (GALVES, 2012, p. 48-49). Isso, contudo, corrobora o que se afirma em linhas anteriores. Por último, resta o segmento consumidor dos periódicos (que não escrevia e não lia livros). De certo que esse era bem maior, porque bem mais acessível (em custos e quantidade), e tinha acesso direto aos textos. Como também será demonstrado, periódico e livro possuem usos próprios, em geral sendo aquele destinado ao embate direto, despidorado e provisório, e este transfigurado em monumento, de enfrentamento indireto, conformado e permanente. Portanto, conclui-se para reafirmar da debilidade dos leitores de livros, que não configuram um mercado para quem escreve. Aliás, quem escreve a esse tempo provavelmente pouco se importa com a existência ou não desse mercado, e possui outras pretensões de uso para seus escritos.

(PEREIRA, 2010), do que por qualquer outro assunto.

O primeiro seria composto por brasileiros auto-intitulados “natos”, que se dedicavam mais à atividade comercial urbana e lavradores que não haviam logrado ascender aos postos da administração durante o período colonial, demandando uma organização política fundada na monarquia representativa do Estado, mas diminuída de poderes. O segundo, um segmento constituído também por proprietários rurais e titulares nobiliárquicos, comerciantes urbanos, mas portugueses de nascimento ou seus descendentes diretos, funcionários públicos e militares que ocupavam cargos de importância antes da Independência, e que postulavam uma franca liberdade de atuação do monarca, vendo nele uma salvaguarda frente à concorrência pelos cargos de controle do Estado que se havia estabelecido com os “brasileiros” (MOURA, 1992; PEREIRA, 2010).

Fala-se de apenas dois “slogans políticos”, haja vista que as origens sociais dos agentes que se reúnem em ambas são muito semelhantes, com as disputas se originando a partir de estruturas de poder específicas, como o pertencimento a redes “familiares” e de compadrio, que se opõem já de muito tempo, e por razões muito mais pragmáticas do que “ideológicas”. Mesmo essa circunstância não era estranha a eles próprios, engajados no concurso eleitoral: “Bem que o antagonismo das duas bandeiras [saquaremas e luzias²] se revele mais nas discussões que nos atos [...]”. (LISBOA, 1991, p. 359).

Vinculadas a um arranjo mais complexo de poder, através do chamado “clientelismo”, segundo a noção de Graham (1997), havia um exercício constante que pretendia estabelecer uma simbiose entre o poder local/regional dos proprietários de terra escravocratas e o poder central, envolvendo, objetivamente, a organização política das eleições e a administração do Estado, isso tudo, porém, comportando tensões em ambos os níveis.

Nesse contexto, o Imperador do Brasil dissolveu a Assembléia Constituinte, e ele mesmo, com o auxílio de José Bonifácio de Andrada e Silva, outorgou uma constituição, em 1824: a “Constituição Política do Império do Brasil”. Criou-se então o primeiro “Conselho de Estado” do país recém-independente, formado por cargos vitalícios ocupados por agentes nomeados pelo chefe do Executivo, e que deveria colaborar com a organização administrativa

² Na ordem, Partido Conservador e Partido Liberal do Império. Intervenção nossa. Esta citação foi extraída do “Discurso proferido pelo Deputado João Francisco Lisboa (1991) acerca da questão da Anistia, na Assembléia Legislativa Provincial do Maranhão, na sessão de 12 de novembro de 1849”. Apesar de passado quase três décadas depois do início formal da Independência (ou quase duas, contadas a partir do 7 de abril de 1831, a abdicação de D. Pedro I, como quer o próprio João Lisboa), a citação é adequada para se conhecer como as articulações políticas eram bem mais complexas do que os rótulos apresentados tentavam demonstrar, tanto antes como depois.

enquanto não se processassem as eleições. Aprofundava-se, no período 1824-1830, as tensões entre os agentes engajados disputa pelos cargos de controle do país. Segundo Pereira (2010, p. 106):

Muitas vezes as críticas eram difusas e cercadas por claros objetivos políticos em atacar ou defender o governo. O vínculo entre os periódicos e a política era notório, bastando exemplificar o papel desempenhado por Evaristo da Veiga, redator do *Aurora Fluminense*, que, a partir de 1830, assumia vaga de deputado pela província do Rio de Janeiro. Outro exemplo é de Odorico Mendes, um dos mais influentes parlamentares do Maranhão e Pará, que editara, ainda em 1822, o periódico *Argos da Lei*, e que mais tarde teria forte influência para o *Farol Maranhense*. Repercutia as discussões políticas do rio de Janeiro, enfatizando princípios liberais (exaltados) defendidos pelo representante ludovicense.

Assim mesmo, a atividade concorrencial, nascida da possibilidade da ampliação de acesso às instâncias superiores de comando, como as demandas pela abertura dos parlamentos através de eleições a nível nacional (Assembléia Geral/Senado) e regional (assembléias provinciais), frente à prorrogação de poderes mais amplos do Executivo (monarca), tornaram insustentável a ordem política planejada pelo Imperador D. Pedro I, o que redundou em sua abdicação e em vários conflitos “exaltados” ou “moderados”, durante o período regencial que se seguiu (BASILE, 2009). Em que pese haver previsão constitucional de organização de assembléias provinciais,

O Maranhão, engolfado nas revoltas que se iniciaram com a guerra da Independência, não pode eleger seu Conselho Provincial segundo o ditame da carta do Imperador, pois que em pleno vapor as chamadas ‘brucinadas’, ou seja, revoltas e motins ao tempo do Governo do Presidente Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce [...]. (COUTINHO, 1981, p. 16).

O fato é que esse “Conselho”³ (Geral da Província do Maranhão) foi constituído

³ Um problema de nomenclatura se impõe na origem do parlamento maranhense. A Constituição de 20 de outubro de 1823 (que não entrou formalmente em vigor, mas cujo projeto foi elaborado pelas delegações provinciais) instituiu os chamados “Conselhos de Governo”, que, conforme Cirino (2012, p. 506), eram um “[...] órgão eletivo de caráter provincial”, composto por seis membros, aparentemente de função mista, auxiliar e fiscalizadora do presidente de província, ao mesmo tempo em que subordinavam suas decisões à Assembleia Geral do Império. No Maranhão foi chamado de “Conselho Presidencial” (em razão de sua proximidade com o Executivo da província, exercido por seu presidente). Ocorre que a Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824, em seu artigo 72, instituiu o “Conselho Geral da Província”, este sim, marcadamente legislativo: “Após a regulamentação dos Conselhos Gerais pela Lei de 27 de agosto de 1828, os coevos preocuparam-se em distinguir os dois conselhos – o de Governo e o Geral –, atribuindo ao primeiro o trato da administração para a execução de leis, ou seja, uma incumbência relacionada diretamente ao âmbito Executivo; e, ao segundo, a posição e discussão sobre as principais questões da província, que deveriam resultar na formulação de projetos de leis, tarefa, portanto, relacionada ao âmbito legislativo.” (CIRINO, 2012, p. 515). Nesse sentido, as referências ao “Conselho Provincial” (em que pese não ser essa a nomenclatura formal da instituição, mas utilizada tanto por fontes contemporâneas quanto por autores dos dias atuais) se referem à organização colegiada que antecedeu imediatamente a Assembleia Provincial.

apenas em 1829, com a eleição de seus 21 membros ocorrendo em junho. e a posse a 1º de dezembro do mesmo ano. As atividades do órgão se desenvolveram a partir de 1830, estendendo-se até 1835, quando, já no período regencial, é organizada propriamente a “Assembléia Provincial do Maranhão”, a partir dos regulamentos trazidos pela lei nº16/1834.

Quer-se dizer, portanto, que o parlamento maranhense se estabeleceu institucionalmente apenas no ano de 1830, permanecendo ativo, sem maiores interrupções até 1930. Salvo pequenos períodos em que esteve em recesso sem previsão legal, voluntariamente, durante a “Balaiada” (conflito armado ocorrido entre os anos de 1838 e 1841, que também reproduziu as disputas entre os grupos dirigentes políticos e econômicos precedentes à Independência) e compulsoriamente, logo após o golpe de estado que pôs fim à monarquia, a câmara maranhense permaneceu aberta até a chamada “Revolução de 30” que, no Maranhão, depôs o governador José Pires Sexto e cassou os mandatos dos deputados locais, que viriam a se reunir somente após 1934 (COUTINHO, 1981), reconfigurando o jogo político.

1.2 “Deputados-escritores”: entre os “Notáveis” e a “Especialização”

Como foi averiguado, e conforme será melhor demonstrado em capítulo específico, não é razoável falar em “profissionais da política” ou mesmo em “carreiras literárias”, no sentido de que haveriam agentes dedicados preferencialmente e de forma determinada a uma e, ou, a outra, em certas circunstâncias se configurando um possível entrecruzamento. De fato, não há a especialização “intelectual” e “política” no Brasil do século dezenove (ALONSO, 2002), e mesmo na Europa (GUILLEMIN, 1982; OFFERLÉ, 1999).

Nesse sentido, Max Weber (1967, p. 59) propôs duas matrizes para se pensar os “políticos profissionais” e os “políticos ocasionais”, esses últimos exercendo e construindo uma atividade secundária, a “empresa honorífica”. Assim, “A política pode ser conduzida ‘honorificamente’ e, portanto – como se diz habitualmente – por homens ‘independentes’, isto é, ricos, e especialmente pelos que vivem de rendas”:

A política, tal como as iniciativas econômicas, pode ser uma ocupação subsidiária ou uma vocação. O homem pode dedicar-se à política e, portanto, buscar influir na distribuição do poder dentro das estruturas políticas e entre elas, como político ocasional [...]. A política como atividade secundária é praticada hoje por todos os agentes partidários e chefes de associações políticas voluntárias que, em geral, só são politicamente atuantes no caso de necessidade e para quem a política não é, material ou idealmente, “sua vida” em primeiro lugar. O mesmo se aplica aos

membros dos conselhos estatais e órgãos deliberativos semelhantes que funcionavam apenas quando convocados. Também se aplica a camadas bastante amplas dos parlamentares que só são politicamente atuantes durante as sessões [...]. Os proprietários dos implementos militares, ou de bens importantes para a administração, ou de prerrogativas pessoais podem ser chamados “estamentos”. Uma grande parte deles estava longe de dedicar a vida, no todo ou de forma simplesmente preferencial, ou mais do que ocasionalmente, ao serviço da política. Eles exploravam, antes, suas prerrogativas com o interesse de obter uma renda ou mesmo um lucro. (WEBER, 1967, p. 59)

O próprio Weber (2013) utiliza a terminologia “Notável” (manuseada aqui com a inicial maiúscula para definir uma categoria própria de agentes) referindo-se ao político do século XIX que é capaz de dispor de tempo livre para investir na política, já que o domínio econômico lhe proporciona independência suficiente para tanto e, nesse caso também, na escrita.

Então, os “Notáveis” retiram suas rendas de vários tipos de empreendimentos econômicos. Eles são “[...] propriétaires de terres, de maisons, de titres et des personnes exerçant une profession qui laisse du temps libre et facilite l’expédition des affaires politiques, dirigeants d’entreprises saisonnières, avocats, médecins, notaires et aussi hauts fonctionnaires [...]” (GUILLEMIN, 1982, p. 34). A posse de recursos financeiros, por si só, não irá definir o “Notável”. Outros elementos também estão envolvidos, como o pertencimento a uma “família tradicional”, o capital escolar/acadêmico, as “amizades”, dentre outros recursos sociais. Esses “administradores natos”, ao passo que exercem os mandatos políticos, produzirão textos sobre a formação da nação e de seu povo, e se colocarão como “mediadores” entre as instâncias centrais e locais de poder.

Dessa forma, certos “valores” ou códigos sociais pretensamente próprios ou particulares são apresentados pelos agentes que escrevem sobre a economia maranhense, um dos temas frequentes na produção escrita do período, para diferenciá-los (e a seus segmentos) de outros que também escrevem e que estão inseridos na disputa pela legitimação na seara política. Mas, tomando-se a categoria dos “Notáveis”, weberiana, é possível perceber, inclusive pela perspectiva apresentada por Almeida (2008) que, no processo de tensão política, são defendidos argumentos que criam, classificam e afastam “subgrupos” entre eles próprios onde a posse de certos recursos vai ser causa de valorização ou depreciação.

Fala-se então dos ricos comerciantes urbanos (tão financeiramente independentes quanto os grandes proprietários rurais), onde o capital escolar é relativamente pouco comum, e sua importância é trocada pela experimentação profunda no mercado econômico, ou o sucesso derivado do “esforço próprio” dos agentes se oporia ao “legado de herança” dos largos proprietários de terra (que, em razão de uma socialização urbana particular no caso

maranhense, ambos eram “vizinhos de muro”), para quem o bom conhecimento das letras eruditas parecia ser marcador essencial de categorização. Esse arranjo, especificamente, já havia sido mencionado, ainda que de forma sumária, na pesquisa que redundou na dissertação de mestrado (NEVES, 2011).

Porém, o trabalho político não é um investimento exclusivo dos “notáveis”, inclusive dos “notáveis maranhenses” do início e meados do século dezenove. De fato, na Europa se verifica uma crescente “profissionalização” da atuação política, que se estabelece a partir da segunda metade do Oitocentos e início do Século XX (OFFERLÉ, 1999). Isso se deu em razão da ausência da concorrência e de seus pressupostos, de que fala Igor Grill (2013, p. 236): “Da mesma forma, o incremento da concorrência e a ativação de novos repertórios de luta política, viabilizados pela diversificação social do espaço político com o ingresso de novos segmentos, coagem frações bem assentadas [...] a investir em empresas de mobilização”. No mesmo sentido, Phélippeau (2001, p. 207): “[...] por não dispor de trunfos sociais e materiais comparáveis aos de grandes notáveis que seriam passíveis de ser convertidos em recursos eleitorais – esses indivíduos só podiam esperar vencer se profissionalizassem ainda mais a condução e organização de suas campanhas”.

De qualquer forma, esse processo, que no Maranhão se estabelece progressivamente a partir da década de 1930, impõe novas formas de relação entre a “literatura” e a “política”, como a modificação de temáticas e estilos, e mesmo o surgimento de porta-vozes “especialistas” que não ocupam cargos políticos, mas escrevem sobre e para os políticos.

Essa relativa (ou tênue) “profissionalização”, a nível regional e nacional, está relacionada a uma série de elementos vinculados ao contexto de inserção dos agentes, como a racionalização das eleições (ALONSO, 2002) através do estabelecimento, pelo centro de poder, de meios e instrumentos técnicos de aperfeiçoamento dos escrutínios, do próprio exercício dos mandatos e do surgimento de concorrentes políticos originados de extratos sociais diversos dos “Notáveis” (GRILL; REIS, 2013).

Novamente Phélippeau (1999) põe a questão da inclusão de novas posturas/técnicas eleitorais (direitos, contabilização de votos, etc.) como instrumentos que proporcionam a ampliação de quem os podia manusear, a partir do seu controle/domínio, e que conduzem gradativamente ao trabalho especializado definidor de uma candidatura com chances de vitória nas eleições:

L'opposition entre notables et professionnels n'est en fait pas si tranchée et le mouvement de professionnalisation, repéré par maints auteurs, ne s'est pas aussi clairement traduit par la victoire d'un groupe sur l'autre. Par-delà les luttes qui lient les groupes d'individus aspirant à faire de la politique, c'est une gamme beaucoup plus fine d'équilibres et de tensions microscopiques, de retraits et de reconversions multiples, qu'il convient plutôt d'appréhender pour penser l'osmose ou l'interpénétration des ressortissants de ces élites dans leur conquête de postes et de responsabilités politiques. (PHÉLIPPEAU, 1999, p. 71)

Os níveis de interação entre o trabalho político e a produção escrita impõem uma reflexão mais ampla sobre os usos dessa última, partindo-se desde um “escapismo” do mundo da concorrência política, até a mobilização do mercado eleitoral a partir de um recurso efetivamente definidor de perdedores e vencedores. Grill e Reis (2012, p. 104) levantam cinco pontos que podem esclarecê-la:

a) Uma forma de submissão à lógica do jogo social em geral e ao político, especificamente, haja vista que escrever ocupa uma posição de excelência frente a outras formas de produção de bens simbólicos [...]; b) um trunfo contundente na concorrência política de homens e mulheres com carreiras políticas eletivas entre si e com outros agentes pela imposição de sentidos sobre o mundo social; c) uma oportunidade de ativação de estratégias de subversão do jogo ou simplesmente de “saída” da rotina mais pragmática das atividades políticas; d) e, finalmente, a chance de demarcação de uma singularidade que justifica e maximiza o potencial distintivo de representação (política) pleiteado.

No caso maranhense, em especial entre o fim do Segundo Reinado e a Primeira República, há uma virtual adaptação às novas técnicas objetivas de produção de candidaturas e de vencedores, mas é uma articulação que cuida antes de aperfeiçoar as estruturas previamente existentes de definição do poder do que propriamente modificá-las. De fato, o surgimento de novos concorrentes, originados de extratos sociais antes ausentes do protagonismo eleitoral, não nega, em termos objetivos, as estratégias adotadas para a edificação de uma carreira política vitoriosa, nos modos como são executadas pelo “*status quo*”.

Em vez disso, reproduzem-nas e adaptam-nas às mudanças decorrentes de sua própria chegada, considerando-se aí o estabelecimento de “laços de parentesco” com aqueles precedentes-concorrentes e, de modo geral, reproduzindo suas práticas e maneiras da vida comum. Offerlé (1999, p. 47-48) descreve um processo interessante para o caso francês, que relaciona os chamados “modernos”, ou seja, os que se especializam, com os “antigos”, notáveis, e o compartilhamento de um *ethos* aristocrático entre si, de modo que a especialização não parece configurar nenhuma grande ruptura:

Dès lors qu'on considère la professionnalisation comme un processus de long terme, on saisit, du côté des hommes nouveaux, de ceux qu'on pourrait métaphoriquement appeler les "modernes", la perpétuation au-delà du XIXe siècle de conduites ancrées dans l'ethos aristocratique ou notabiliaire (dons, patronage, actes de charité) et de l'autre, du côté des anciens, des notables, la multiplicité mais aussi la multiplication de comportements attestant une spécialisation croissante, qu'il s'agisse de la systématisation des apprentissages préalables à la carrière, voire de leur codification, ou encore de la rationalisation des pratiques politiques et électorales [...], c'est-à-dire aussi de la constitution de dispositions proprement politiques liées à l'élargissement du marché électoral comme cet habitus de l'élection [...]. (OFFERLÉ, 1999, p. 47-48)

A interação entre setores em desequilíbrio de recursos encontrou no matrimônio uma via usual para o compartilhamento de acesso a domínios específicos, na origem, de cada um deles, redundando em lucros sociais de ambas as partes. Isso pode ser extraído de Coutinho (2005b), onde, ao mencionar a descendência de possuidores de títulos nobiliárquicos no Maranhão, a partir do início do século XX, verifica-se que vários vínculos matrimoniais são estabelecidos entre filhos e netos consangüíneos desses com agentes oriundos de outros segmentos tradicionalmente ausentes da concorrência eleitoral, como imigrantes portugueses que fizeram fortuna no comércio ou setores médios (servidores públicos, profissionais liberais). Por outro lado, essas uniões proporcionavam, aos agentes que praticavam a política honorífica, a entrada em áreas mais dinâmicas, especialmente na economia, diferentemente dos tradicionais investimentos agrícolas, como o comércio e a indústria.

Pelas características específicas do objeto empírico, não se tomou as noções de “campos relativamente autônomos ou independentes”, tão caras à obra bourdiana, para falar da produção escrita e política no caso maranhense dos séculos XIX/XX. De fato, a noção de “campo” não pode ser simplesmente transplantada do contexto em que foi produzida e utilizada e inserida e outro inteiramente diferente, sujeito a outras formas de interação dos agentes, isso sob pena de se retornar ao manuseio da “caixa de ferramentas” de que fala Alonso (2002; 2009).

Nesse sentido, no caso brasileiro e maranhense do período, há a ausência de elementos importantes para da configuração clássica do “campo”, como uma estrutura de ensino secundário e universitário estabelecida, ou atividades de investigação científica. A produção escrita no Maranhão do Oitocentos não poderia atender a um mercado literário propriamente dito, pois, tanto os produtores estavam praticamente desconectados entre si (dada a inserção “política” da “literatura”), espacial e temporalmente (CORRÊA, 2001; BORRALHO, 2009) – ou ainda em relação aos tipos de escritos produzidos – quanto os consumidores, frente o restrito número de quem poderia ter acesso a um livro.

Tal circunstância já havia sido identificada por Alonso (2002) para o Rio de Janeiro/São Paulo, os centros urbanos mais dinâmicos do país na segunda metade do século dezanove, e onde a quantidade de leitores era absolutamente diminuta. No Maranhão, João Francisco Lisboa (1991), escritor, jornalista e deputado provincial por diversas vezes, afirma haver, em sua época, pouquíssimos livros nas bibliotecas de São Luís, ou, em alguns casos, simplesmente prateleiras vazias. Este é o quadro de uma das principais da capital maranhense, segundo o poeta Antônio Gonçalves Dias, incumbido pelo governo imperial, em março de 1851, de reunir documentos históricos das províncias do norte do país:

Quanto à parte literária, é o convento de Santo Antônio o que mais avulta, contendo uma biblioteca de quase 2.000 volumes; mas por negligência, acham-se muitos, quase todos, danificados a ponto de não poderem servir. Estão arrumados em sete ou oito estantes sem ordem alguma e colocados em uma sala incômoda para o estudo, por ser vivamente ferida pelo sol, sem uma mesa de estudo, sem uma cadeira, sem um castiçal, entre lanternas de varões quebrados e paramentos de igreja, que já para nenhum uso prestam. [...] são volumes de teologia casuística, de filosofia rançosa, que ao abrir-se pareciam estranhar e queixar-se da mão, que os importunava do descanso morto. (DIAS, 1977, p. 13-14)

E se a situação física dos títulos assusta, o seu conteúdo desalenta:

Por toda a literatura, o teatro de Voltaire e Metastásio e não sei se alguns volumes truncados das Décadas de Barros. Por toda a ciência, Montesquieu, envergonhado de se achar entre uma álgebra escrita em latim e as Recreações Filosóficas do Padre Teodoro de Almeida. Dos Santos Padres apenas as obras de Santo Agostinho, e não sem dificuldade encontrei as de Santo Antônio, o padroeiro do convento. De manuscritos, um registro do convento, que data de uma época muito próxima, um índice das matérias da Bíblia e um tratado de Deo uno et trino. Eis a livraria de Santo Antônio, que é a melhor de todas as de ordens religiosas do Maranhão. (DIAS, 1977, p. 14-15)

No que seria a outrora faustosa biblioteca do convento das Mercês, as publicações que “[...] restam cabem em três pequenas prateleiras, arrumados de todo, sem outra ordem mais que as teias de aranha que os ligam, e provam sobejamente o nenhum proveito, que deles se tira; uns estão sem princípio, outros sem fim e todos sem préstimo.” (DIAS, 1977, p. 15-16).

Nesse contexto, o “consumo” das obras literárias se dá, eminentemente, pelos próprios pares “intelectuais/políticos”, no âmbito de inserção social e institucional deles próprios, através da formação de um perfil “intelectual” socialmente reconhecido e consagrado (ALONSO, 2002; GRILL; REIS, 2012), que pode proporcionar o acesso e permanência nas instituições oficiais, onde há a ocupação objetiva de cargos de liderança.

Cita-se como “produção intelectual” do domínio econômico na concorrência política, a “decadência da lavoura”, presente em vários tipos de publicação, inclusive na introdução de coletâneas poéticas, como as do deputado Francisco Dias Carneiro (1878). A “decadência” é então tida como um fato “incontestável”, ainda que as razões da mesma não sejam consensuais.

Com efeito, pelo dissenso, é possível revelar determinadas configurações sociais compostas pelos agentes que comandam a produção material de capital econômico ao mesmo em que atuam no ambiente político e na publicação de “teses”, “memórias” e outros tipos de textos de caráter mais técnico dedicados aos temas da economia (especialmente reestruturação da lavoura, ampliação do comércio, construção de fábricas têxteis, etc.).

Essa produção escrita específica demonstra a disputa entre quem é legítimo a interpretar a economia maranhense e traçar planos oficiais de superação dos “problemas”, sendo por isso um impulsionador significativo da própria carreira política.

A rigor, duas seções de agentes do campo econômico se desenham, ainda que de forma tênue, a partir da oposição derivada das leituras acerca da “decadência”: uma de grandes comerciantes urbanos e outra de latifundiários escravocratas (essa oposição não é um elemento permanente ou mesmo bem configurado, haja vista a multiplicidade de tipos de capital concentrados nos agentes em disputa). Seu aparecimento se dá em determinadas circunstâncias, geralmente relacionadas aos momentos de definição de quem ocupará os cargos de poder estatais. A imputação feita aos negociantes de algodão, como co-responsáveis pela crise que a lavoura atravessava:

O outro *entrave* focalizado por Gaioso refere-se às flutuações do preço do algodão no mercado e, particularmente, a uma baixa registrada em 1812 (Gaioso, *Ibid.*: 258). Dispõe os negociantes de algodão como responsáveis pela *ruína* dos plantadores de algodão (*Ibid.*: 262). Apresenta acordos firmados entre os negociantes, que os faz se abastecerem mutuamente nos momentos críticos impedindo a elevação do preço do algodão. A regulação da demanda, mantém os preços como inferiores àqueles estabelecidos na Inglaterra. Forçados a venderem sua produção a um preço baixo os chamados *lavradores* não conseguem saldar seus débitos, ficando atrelados de maneira permanente aos comerciantes. Os recursos escassos de que dispõem os denominados *lavradores*, vistos como “falta de capitais”, não permitem que ampliações e melhoramentos sejam levados a termo nas fazendas, nem favorecem o aumento da produção. Para Gaioso isto acarreta na perda gradual da antiga *opulência*. (ALMEIDA, 2008, p. 52)

Para compreender as interdependências entre os domínios políticos e intelectuais no período em questão, como esses se constituíram, os modos como são produzidas e reproduzidas as interações, e o que elas puderam proporcionar, retornou-se à Weber (1967) para melhor explicitar o tipo de “jogo político” que se estabelecia, bem como os agentes que

se apresentavam nele, pois entende-se que são semelhantes aos aqui apresentados: “A política pode ser conduzida ‘honorificamente’ e portanto – como se diz habitualmente – por homens ‘independentes’, isto é, ricos, e especialmente pelos que vivem de rendas.” (WEBER, 1967, p. 61). De fato, aqueles deputados possuíam capitais econômicos muito elevados, fosse isso representado através de grandes propriedades rurais, casas de comércio ou indústrias.

A atividade política, nesse cenário, e durante uma boa parte do período, não figurou como o principal interesse desses parlamentares. No livro “O Poder Legislativo no Maranhão, 1830 – 1930” (COUTINHO, 1981), seu autor menciona a grande quantidade de abstenções e não realização das sessões ordinárias em razão da falta de quórum mínimo tanto no Império quanto na República. No ponto, ele se refere às simples ausências, injustificadas, mas, ao mesmo tempo, relata vários pedidos de afastamento e discussões recorrentes acerca do desconto nos proventos dos faltantes, enquanto medida inibitória da prática.

No mais, os projetos de lei naquela câmara seriam muito raros, e muito mais comuns as menções honrosas aos presidentes de província, à família imperial e figuras proeminentes de outros níveis de poder político. Isso tudo parece indicar, (inclusive porque as restrições ao acúmulo de funções não eram bem estabelecidas, por exemplo, magistrados podiam ser deputados), um parlamento normalmente esvaziado, com seus componentes inseridos em outras atividades e mobilizando-se durante convocações específicas do Executivo/Judiciário para aprovação de medidas de seu interesse.

A construção de um perfil “intelectual”, edificado a partir da inserção em instituições dessa natureza (IHGB, ABL, AML, IHGM, etc.) além da própria publicação de livros, poderia colaborar, ainda que não conscientemente, nas disputas pelos cargos eletivos ou administrativos. Esse capital de reconhecimento “inquestionável” está vinculado ao domínio da “erudição”, no caso, tomada a partir dos moldes europeus do período. Essa é uma medida das mais importantes para o alcance das principais instâncias de poder, como, por exemplo, pela representação do Estado a nível nacional.

De fato, em que pese o monarca D. Pedro II não ter publicado qualquer livro⁴ enquanto exerceu o poder, era ele membro honorário e presidente de várias instituições “literárias” e “científicas”, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, por exemplo. Certo que a outorga de honrarias e distinções como os títulos de nobreza, no

⁴ Fez uma tradução de “Prometheu acorrentado”, mas que foi publicada somente em 1907, depois de 16 anos de falecido, pelo Barão de Parapiacaba (João Cardoso de Meneses e Sousa, Santos, 1827 - Rio de Janeiro, 1915; mandatário político, jurista e escritor), pela Imprensa Nacional. Assinando como “Pedro de Alcântara”, terminou um livro de poesias em 1889, mas em razão do golpe militar de 15 de novembro daquele ano e sua expulsão do país, não foi publicado, o que também somente ocorreria após a sua morte, em 1898, sob o título “Sonetos do exílio recolhidos por um brasileiro”.

Segundo Reinado, passava por sua avaliação pessoal, e um “perfil literário” ou “intelectual” poderia contribuir sobremaneira, e isso, ao nível regional, repercutiria na sobreposição de adversários que não detinham trunfos dessa natureza. Tal mecanismo, inclusive, poderia contribuir para a configuração de “intermediários” (mediadores), ou seja, agentes que transacionavam demandas/solicitações com o poder central, estipulando normas e critérios de organização do poder, a partir das instituições oficiais (WOLF, 2011).

1.3 Operacionalização

A tese, como dito anteriormente, se direciona para a compreensão mais ampla sobre a formação de “grupos dirigentes”, os processos de construção de “tradições” e “heranças” políticas, bem como a produção, apropriação e reprodução de imagens sociais, que são bem desenvolvidos por Grill (2005; 2008; 2012; 2013; 2014) e por pesquisadores do grupo de estudos LEEPOC – Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais, ao qual também encontramos-nos filiados desde o trabalho dissertativo. Maneira tal que a ela está inserida em uma linha de pesquisa comum a outros profissionais das ciências sociais, que, inclusive, contribuíram para sua elaboração.

A pesquisa propriamente dita teve que lidar com a raridade de pares bibliográficos, pelo menos para o tipo de abordagem ajustada ao objeto empírico que ora apresentado. Assim mesmo, alguns textos estão disponíveis sobre o estudo dos processos de estruturação, disputa e reprodução do poder político entre as “elites” econômicas maranhenses do século dezanove e início do vinte. Porém, seus esquemas analíticos, a rigor, foram colhidos como contribuição indireta ou parcial, já que não compartilham dos mesmos referenciais teóricos de fundo ora utilizados.

Porém, seus esquemas analíticos, a rigor, foram colhidos como contribuição indireta ou parcial, já que não compartilham dos mesmos referenciais teóricos de fundo ora utilizados. É o caso dos estudos publicados na década de 1980 que tentaram compreender o “campesinato” e o “operariado” do Maranhão no Oitocentos e seguinte, mas sem maiores preocupações com os “grupos dirigentes” do período e valendo-se essencialmente da categoria marxista de “classe dominante” para defini-los, dentre eles Assunção (2008⁵) e Melo (1990). O primeiro analisa as diversas dimensões das lutas que antecederam o período regencial – e durante esse – a já mencionada “Balaiada”, relacionando escravos e homens livres no mundo rural em oposição aos proprietários de terras. O segundo, por sua vez,

⁵ Há uma nova edição, com acréscimos, de 2015, que não foi consultada.

contrapõe trabalhadores das indústrias têxteis da cidade de São Luís a seus patrões, indicando os interesses contraditórios de ambos na relação entre capital e trabalho.

Tratando de estratégias político-econômicas dos segmentos dirigentes do período, têm-se Palhano (1988), Reis (2007), Almeida (2008) e, em certa, medida Borralho (2009). Eles também abordam, em graus diferentes, a constituição de “parentelas” e os usos do chamado “discurso decadência”/“Atenas Brasileira”. A partir disso, indicam os repertórios de ação por parte do “Estado” ou de “tradições” de “grupos” ou “elites” pré-constituídas.

Nesses casos, a “intelectualidade” não é representada como uma construção que envolve a publicação de obra escrita, compreendida enquanto recurso essencial ao jogo político do período, no sentido de promover hierarquizações e definir níveis de poder, e nem há uma maior preocupação com os processos de desenvolvimento do que seria um “perfil político-intelectual”. São, com isso, ignoradas as dimensões alcançadas pela publicação de livros por agentes atuantes no domínio político, suas funções enquanto veículos de divulgação de tomadas de posição, definição de papéis e leitura de mundo. Há ainda outros trabalhos de fundo acadêmico, como os de Mota (2006; 2012) e Campos (2011), que se dedicam a compreender as redes de poder estabelecidas principalmente a partir do estabelecimento de vínculos familiares. Estudos de caráter não-acadêmico, como Guimarães, Sardinha e Sardinha (2010) e Coutinho (1979; 1981; 2005b; 2007; 2010), são igualmente importantes, ante a diversificada quantidade de informações que trazem.

Quanto à preocupação do que seriam “elites” ou “grupos dirigentes”, Coradini (2008, p. 13-14) informa que isso não é o mais relevante, pois os estudos na verdade se direcionam para a “[...] compreensão estruturas de capital, de poder e de dominação em diferentes esferas sociais”, e as “lutas pela imposição de princípios legítimos de dominação” (CORADINI, 2008, p. 12).

Nesse sentido, José Murilo de Carvalho (2013) diz que o debate acerca da identificação de “quem manda” normalmente se modificava para a discussão centrada apenas nos métodos de identificação utilizados para localizar as pessoas ou grupos que realmente exerciam o poder. Ignorando tal celeuma, por considerar que no Império a “estrutura política” era particularmente simples em razão de sua “indiferenciação de esferas de influência e de focos de poder”, utiliza o critério da ocupação dos cargos estatais para encontrar tais agentes: “É razoável supor que as decisões de política nacional eram tomadas pelas pessoas que ocupavam os cargos do Executivo e do Legislativo, isto é, além do imperador, os conselheiros de Estado, os ministros, os senadores e os deputados.” (CARVALHO, 2013, p. 51).

Por outro lado, havia setores excluídos da possibilidade de ascensão segundo a estrutura agrário-escravista (Carvalho não considera os setores urbanos voltados ao comércio), e que buscavam encontrar na organização burocrática tal saída. Assim, configurava-se uma contradição infraestrutural em que o Estado era organizado pela lavoura escravocrata mas seu corpo era ocupado por “elementos mais dinâmicos”, instalando “[...] uma ambigüidade básica que dava à elite política certa margem de liberdade de ação” (CARVALHO, 2013, p. 41).

Em seguida, passa-se à compreensão dos critérios de recrutamento e seleção de lideranças, conforme suas condições e lógicas próprias. Uma abordagem crítica sobre o conceito de “estamento” (CARVALHO, 1997) tomado e utilizado pela historiografia brasileira a partir de meados do século XX, tem relevância para o problema trazido pela tese, e mais ainda em razão de seus desdobramentos quanto à citada estrutura administrativa do estado imperial e republicano. Isso porque o “estamento” teria uma configuração pré-constituída, vinculado à ordem burocrática colonial, herdada pelo Império e prorrogada na República. Carvalho (1997, s/p) resume sua construção:

Ao lado do “feudalista” Nestor Duarte, há o “patrimonialista” Raymundo Faoro, cuja tese inverte o argumento de Nestor Duarte. O Brasil seguiu a evolução de Portugal que desde o século XIV se havia livrado dos fracos traços de feudalismo e implantado um capitalismo de Estado de natureza patrimonial. Aos poucos formou-se um estamento burocrático, instrumento de domínio do rei que se tornou independente do próprio rei. A colonização foi empreendimento capitalista-mercantilista conduzido pelo rei e por esse estamento. O estamento, minoria dissociada da nação, é que domina, dele saindo a classe política, a elite que governa e separa governo e povo, Estado e nação. O capitalismo mercantilista monárquico, com seu estamento burocrático, bloqueou a evolução do capitalismo industrial em Portugal e no Brasil e, portanto, também a sociedade de classes e o Estado democrático-representativo (Faoro, 1958).

No entanto, Carvalho (1997, s/p) questiona a pertinência do sentido de “estamento”, na forma como foi apresentado, através do ataque à suposta unidade burocrática do estado brasileiro, fundamental que é a ele:

A existência do onipotente estamento burocrático de Faoro é de difícil comprovação empírica. Outros trabalhos sobre a burocracia imperial mostram um quadro fragmentado, antes que unificado (Carvalho, 1980a). O próprio estudo de Uricoechea postula uma relação distinta entre burocracia e senhoria rural, o mesmo acontecendo com recente trabalho de Graham (1990).

O livro “A construção da ordem – teatro de sombras” (CARVALHO, 2013) trouxe muitas contribuições. Para além da semelhança dos elementos empíricos, e por tanto,

das informações cedidas acerca de instituições e agentes, algumas abordagens de seu autor vão ao encontro dos capítulos aqui definidos. Um exemplo disso é sua dedicação em fundamentar a proposta de “unificação ideológica da elite imperial” a partir da investigação da formação educacional de seus membros (CARVALHO, 2013, p. 65).

Isso quer dizer, minimamente, que não se trata, na sua concepção – ainda que não o afirme categoricamente – de um “grupo” pré-constituído, mas ao contrário, que se forma enquanto tal a partir do compartilhamento de certos elementos pessoais (que são os “capitais” ou “trunfos”), importantes para a definição de quem ocupará as instâncias de poder, literalmente, na sua proposta, as posições formais da administração do Estado. De tão considerável monta é essa preocupação, que Carvalho (2013, p. 78) apresenta quadros com o “Nível Educacional dos Ministros [...]” e “Nível Educacional dos Senadores não-Ministros”.

No mesmo sentido, a presente tese também abordou o tema da formação educacional dos deputados, ascendentes e descendentes em capítulo próprio. A titulação advinda do capital universitário é fundamental enquanto critério para a ocupação de longo prazo das posições de poder, ainda que não seja, conforme se verá, para a aceitação da produção e dos produtores da escrita como “intelectuais”. Composição semelhante já havia sido identificada para a Academia Nacional de Medicina na segunda metade do século XIX: “[...] os critérios de seleção da ANM [...] incluem, explicitamente, a avaliação da ‘personalidade’, dos ‘títulos’, da ‘memória’ e dos trabalhos publicados, nesta ordem, visando a ‘integrar o peso das diversas facetas que compõem esses indivíduos como homens públicos, profissionais e cientistas’” (CORADINI, 2005, p. 35).

No caso maranhense, a mera titulação universitária não é referência muito importante no processo de construção da imagem social de uma “intelectualidade” tida como inata, abundante e sobrenatural/metafísica (uma entidade personalíssima que ignora e ultrapassa os “problemas reais contemporâneos” como a “decadência da lavoura”, sobrepondo-os e projetando-se no tempo, *ad aeternum*), servindo de fundamento interpretativo do Maranhão.

Conceitos com o de “amizade” (“emocional” e “instrumental”) de Wolf (2011) permitiram a compreensão de determinados tipos de vínculos estabelecidos entre os agentes que investem na publicação de livros e no concurso eleitoral para a formação de redes que propiciam lucros sociais coletivos entre seus componentes, muito além das instituições oficiais às quais estão inicialmente vinculados. Frente o que nomeia de “sociedades complexas”, o referido Wolf (2011, p.19) propõe que:

Em contraste com a amizade emocional, existe o que chamei de amizade instrumental. Pode ser que não se tenha estabelecido uma relação de amizade instrumental com o objetivo de obter acesso a recursos — naturais e sociais — mas o empenho por esse acesso torna-se vital nesta relação. Em contraste com a amizade emocional, que restringe a relação à díade envolvida, na amizade instrumental cada membro da díade age como uma ligação potencial com outras pessoas fora da díade. Cada participante apadrinha o outro. Em contraste com a amizade emocional, associada à limitação do círculo social, a amizade instrumental vai além das fronteiras dos grupos existentes e procura estabelecer pontas de lança em novos grupos.

Esse tipo de vínculo se dá em razão do contexto de organização social “híbrido” que se está lidando. Ele é consignado no jogo de importação/adaptação/manuseio das instituições produzidas em lugares e períodos determinados, e transplantadas para outros que não compartilham dos meios e condições em que surgiram e se desenvolveram, originalmente. Seu encaixe, ao inverso, ocorre em um sistema de forte indistinção dos espaços sociais:

O envolvimento com a política através da inserção em redes de relações estruturadas em torno de disputas pelo poder (facções partidárias, clubes, agremiações, sindicatos, corporações, movimentos sociais) e nas burocracias públicas, assim como as tomadas e posição e rupturas daí resultantes funcionam, pois, como estratégia corrente na tentativa de acúmulo de um capital simbólico ativo em diferentes espaços. Invariavelmente, essa interseção que mescla princípios das lutas político-eleitorais, das burocracias do Estado e de carreiras profissionais assenta-se em relações de reciprocidade, fundamentalmente, o clientelismo e a patronagem. (SEIDL; GRILL, 2013, p. 13)

Conjugadamente, as construções conceituais de Bourdieu (1980) também são de grande importância, pois proporcionam a visualização das formas de acúmulo, valorização e escambo dos recursos portados pelos agentes.

As modalidades de estratégias de reprodução (estratégias de fecundidade, profiláticas, educativas, econômicas, de acúmulo de relações sociais, matrimoniais, simbólicas e de sociodiceias) acionadas pelos agentes para acumular recursos de luta e o sistema de compensações e funções cronologicamente articuladas que formam possuem pesos e composições variados de acordo: 1) com os mecanismos de reprodução disponíveis; 2) grau de objetivação dos capitais (Bourdieu, 1994). Ou seja, dois modos de dominação podem ser caracterizados de forma típica-ideal. (GRILL, 2013, p. 230)

Atendendo à circunstância de que as redes não são um dado previamente estabelecido, mas sim o fruto de “estratégias de investimento social consciente ou inconscientemente orientadas para a instituição ou a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis”, Bourdieu (1980, p. 2), informa, por exemplo, que:

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Essas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o re-conhecimento dessa proximidade. O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado.

As estruturas promotoras do “interreconhecimento” servem para a identificação dos agentes tidos como “vultos”, tanto na época em que viveram como, longamente, por períodos posteriores, quando servem de parâmetro para a localização dos contemporâneos que sobre eles escrevem e se colocam como iguais.

Com efeito, essa abordagem já foi utilizada em trabalho anterior, na análise dos processos de recrutamento de lideranças no âmbito da Associação Comercial do Maranhão (NEVES, 2011), e também o foi no presente. Outra contribuição relevante é a de Badie (1990) e Badie e Hermet (1992), que fornece perspectivas de análise de compreensão dos processos de “adaptação” das instituições importadas em meio às estruturas de poder preexistentes, que as moldam, desenvolvem e naturalizam. Suas propostas serão mais detalhadamente descritas em lugar próprio, que cuidará do processo de montagem das instituições européias políticas e intelectuais no Brasil e Maranhão, especialmente o parlamento (representação política, organização, eleições, etc.) e os lugares culturais/científicos (academias de letras, de medicina, institutos históricos, grêmios literários, faculdades).

Com isso, foi possível a investigação de como os investimentos na publicação de livros, por parte dos parlamentares maranhenses entre os anos de 1830-1930 teriam contribuído para a construção de suas próprias carreiras políticas, definição de hierarquizações e legitimações vinculadas também à interpretação das relações econômicas locais. Considerou-se, assim, os processos de estabelecimento e operação dos mecanismos de seleção, recrutamento, mediação e reconversão dessas lideranças “político-intelectuais”.

De plano, alerta-se que a produção historicamente localizada, objetivos e circunstâncias da chamada “Atenas Brasileira” não foi objeto central da presente tese. Assim mesmo, algumas publicações que a abordaram serviram à pesquisa, no sentido de fornecerem elementos sobre “escritores”, “poetas”, “jornalistas” e outros mais ou menos contemporâneos entre si. Eles teriam pertencido a uma suposta “intelectualidade maranhense”, que tentara

demonstrar, por seus criadores e legitimadores, o pertencimento a um conjunto homogêneo e representativo de uma “sociedade” voltada ao gosto das “boas letras” e “cultura”.

Esse slogan cultural foi estudado por Corrêa (2001), Borralho (2009) e Leão (2013), mas não na perspectiva de trabalho político que ora é proposto. De fato, os investimentos eleitorais dos agentes estudados por eles são, a rigor, excluídos do esforço de produção “intelectual”, o que redundou, ao final, na conclusão de que existiram campos sociais distintos (“político”, “cultural”, “econômico”, etc.). De fato, esse resultado vai de encontro aos pressupostos ora colocados, centrados que estão na percepção de que essas divisões não se verificam, ao menos tão marcadamente, no objeto empírico abordado.

Dessa maneira, a construção da ideia da “Atenas Brasileira” é percebida como parte dos recursos intelectuais em jogo, mas que, segundo o que se defende, é integrante das configurações sociais que a relacionam à atividade política, vínculo esse que se tem por fundamental.

É através dessas configurações que se analisou as trajetórias de agentes que não tiveram maiores proximidades entre si, pelo menos no sentido de uma “produção intelectual” conjunta, como a chamada “Atenas Brasileira” os “vultos” de Coutinho tentam fazer crer. Entretanto, eles ocuparam cargos políticos a nível central e regional, e lograram franca identificação como “intelectuais” ao tempo em que viveram e, ainda assim, um amplo e muito diversificado conjunto de publicações, inclusive recentes, evidenciam quase que unicamente a produção literária dos referidos, “esquecendo”, não sem propósito, outros tipos de investimentos, e com os quais ela se relaciona.

Obviamente que não esteve nos objetivos desta tese desmistificar “tradições literárias” e “trajetórias políticas”, menos ainda opor uma à outra. O que se propôs foi tentar compreender como se opera a integração de investimentos políticos e intelectuais no sentido da produção de hierarquizações, mobilidades e significações na dinâmica política no período em destaque. Buscou-se então analisar como a publicação de livros teria contribuído para a afirmação política dos agentes com investimentos em ambas as atividades, percebendo as dimensões atingidas pela produção escrita com a definição de hierarquias e papéis de representação e mediação, implementados durante as disputas pelo controle e perpetuação do poder a partir do trabalho “intelectual” no âmbito político regional.

Também se procurou expor a contextualização histórica geral do período compreendido entre os anos de 1830-1930, a construção de um perfil geral, com a investigação das propriedades sociais dos deputados-escritores, bem como a identificação e estudo de suas trajetórias, inclusive relacionalmente à de outros agentes que não investiram na

produção escrita. De igual maneira, tentou-se perceber como os deputados provinciais/estaduais maranhenses posicionaram-se sobre temas atinentes à atividade política, como produziram bens simbólicos através da edição de livros, construíram representações acerca de si mesmos, e sobre outras esferas sociais, definindo inclusive o que é a “política” para aquele período, seus códigos de validade e legitimação, elaborando os critérios do que é a “liderança” nesse domínio e quem a deve exercer.

Um problema de imediato se impôs para a operacionalização da pesquisa: quem são os deputados-escritores? Como mencionado, utilizou-se como ponto de partida o livro “O poder legislativo no Maranhão, 1830-1930”, de Mílson Coutinho (1981). Essa publicação foi redimensionada para cinco volumes, publicados entre os anos de 2009 e 2011, sob o título de “História da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão”, em cinco volumes. Contudo, não houve acréscimo relevante ao texto de 1981, que constou, na segunda, como o primeiro volume, permanecendo tanto o número de deputados descritos, e a estrutura de identificação de “vultos”.

Dessa maneira, para o período cronológico por ele definido, de um século, entre 1830 e 1930, contabilizou-se 580 deputados (o número total de mandatários na Assembléia Legislativa, nesse período, é praticamente o dobro). A elevada quantidade se explica pelo fato de que, durante o Império, que engloba pouco mais de 2/3 do tempo cronológico da pesquisa, os mandatos eletivos eram de apenas dois anos, sendo que a ampla maioria deles não conseguia ser reconduzido ao cargo nos escrutínios que se seguiam (eleitos novamente, pelo menos mais uma vez, representam cerca de 1/3 da população total).

Segundo o mesmo autor, 39 deputados teriam publicado títulos em formato livro (excluídos os editores de periódicos⁶), dos mais variados gêneros⁷ e modalidades de escrita, desde poesia, passando pelo teatro, educação pública, e até tratados militares, como a

⁶ Segundo o “Dicionário Aurélio”, a palavra “livro” é conceituada como “Reunião de folhas impressas presas por um lado e enfaixadas ou montadas em capa.” (FERREIRA, 2004, p. 520). Nesse sentido, considerou-se como “livro” todo tipo de publicação encadernada, independente do tamanho, qualidade das folhas ou tipo de capa. Aboliu-se também o número mínimo de páginas. Com razão, a definição desse objeto, na presente tese, tem a ver com os usos pretendidos por seus autores, que se direcionam para a preservação, pelo menos a médio prazo, das ideias nele consignadas. Como se verá em momento oportuno, a sua oposição, quanto ao uso, se dá com os periódicos, que têm formato próprio e utilização imediata. O periódico, aliás, é talvez o primeiro e mais frequente veículo utilizado para a divulgação do pensamento dos parlamentares, e quando tratam de temáticas específicas, e sendo bem recepcionados, não raro são convertidos em livro. Foram contabilizados, portanto, todas as publicações com essas características (considerando-se apenas uma edição, excluídos os títulos *post mortem*), cuja autoria, isolada ou conjuntamente, pertence a quem foi mandatário na Assembleia Legislativa do Maranhão entre 1830-1930.

⁷ Os gêneros são eixos temáticos que perpassam as formas de escrita adotadas, e que revelam uma “variedade de usos da escrita e de repertórios ativados como mecanismo de legitimação” (GRILL; REIS, 2012, p. 107-108). A caracterização circunstancial de sua utilização pelos deputados-escritores está descrita no Capítulo 5 deste trabalho.

edificação de fortificações e congêneres. Ocorre que a pesquisa constatou que vários nomes mencionados por Coutinho, não lembrados como escritores, também se incluíam nesse universo. Além disso, outros sequer são citados na publicação, e que posteriormente foram identificados como escritores. Com efeito, dos 39 deputados iniciais, saltou-se para um número final de 59, o que configura mais de 10% de deputados-escreitores, frente à população.

No entanto, por definição da Constituição Política do Império do Brasil, de 1824, as províncias de importância “intermediária” como o Rio Grande do Sul e o Maranhão, elegeriam 28 representantes para seus parlamentos locais, número mais ou menos preservado até 1930, e para o período pesquisado foram 39 legislaturas. Multiplicando-se pela quantidade de cargos, é encontrado o número de vagas abertas para o parlamento maranhense: 1.092. Os mandatos, no Império, eram de dois anos, aumentado para três no início da república e atingindo quatro apenas no final do período pesquisado. Mas, não se deve acreditar que fosse esse o número absoluto de deputados locais, porque havia o componente da reeleição.

Além disso, em alguns períodos específicos houve a suspensão dos sufrágios, e não há contabilização conhecida do número efetivo de deputados que assumiram seus mandatos, conforme menciona Coutinho (1981), tendo em vista o desaparecimento de vários livros de registro da Assembléia Legislativa do Maranhão. Em uma perspectiva “quantitativa”, mapeou-se nesse conjunto de agentes frequências e dissonâncias, a partir da análise de elementos como origem, formação escolar/acadêmica, investimentos profissionais pessoais e de ascendentes/descendentes, etc.

Nesse sentido, a chamada “prosopografia” foi de extrema importância. De fato, essa técnica foi utilizada na produção de dados para a dissertação de mestrado (NEVES, 2011). Tem ela por fundamento a especificação de uma “[...] população a partir de um ou de vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica [...], segundo a população e o questionário em análise.” (CHARLE, 2006, p. 41).

Assim, a prosopografia busca tornar cognoscível, através das biografias coletivas, os modos de funcionamento “[...] social real das instituições ou dos meios onde agem os indivíduos estudados.” (CHARLE, 2006, p. 48). Com isso foi possível produzir uma catalogação dos agentes investidores na escrita e na política a partir dos elementos que os unem, independente da localização cronológica de cada um. De valor foi também a elaboração de um banco de informações sobre os livros cuja autoria é dos deputados-escreitores e dos “especialistas”, donde se analisou algumas de suas características específicas (estilo da fonte, uso de alegorias ou imagens, tipo de impressão/encadernação, estética da

capa/frontispício, gênero da publicação, preço, editora, etc.), com o propósito de averiguar como eles se configuraram em bens simbólicos, marcaram hierarquizações e acionaram recursos na concorrência eleitoral.

O mapeamento e a análise das obras são importantes. No entanto, dados o volume e a inacessibilidade de parte significativa dos textos, além da própria necessidade de conhecer como se encaixam nas estruturas em que foram produzidos e que produziram, optou-se pela análise de elementos “pré-textuais” (orelha do livro, apresentação, prefácio, posfácio, etc.) para a identificação de como seus autores ou editores interpretam-nos de acordo com determinado gênero:

Nous emprunterons à G. Genette le concept de “paratexte”, pour désigner tout ce qui, à l'intérieur de l'ouvrage ou non, contribue à présenter (à rendre “présent”) un texte. Le paratexte nous intéresse en ce qu'il labellise le texte, le définit, le classe par référence à un genre ; il inscrit le texte dans un schéma de communication, disant tout à la fois pour qui et pourquoi le texte existe, à qui il s'adresse et comment il doit être lu. (LE BART, 1998a, p. 77)

O conteúdo foi contrastado com as tomadas de posição de seus produtores, compreendendo a utilização objetiva dessas publicações, as estratégias implementadas e o processo de legitimação social decorrente. Nesse sentido, a abordagem de Le Bart (2012) proporcionou a identificação dessas operações, em especial as circunstâncias de produção de “memórias”, os usos práticos desse tipo de obra, as formas de ler o mundo “político”, evidenciar “virtudes”, ocultar “defeitos” ou até deles se escusar em um momento da vida em que isso se tornou possível. Nesse sentido Grill (2012, p. 12):

Inicialmente, é importante ressaltar que se referem a “lugares privilegiados de observação das estratégias simbólicas [...] de gestão da identidade estratégica” (NEVEU, 1992, p.8), ou seja, constituem-se em instrumentos de administração das etiquetas, marcas, em modos de existência pública múltiplos, contraditórios, amalgamados que formam a(s) identidade(s) incessantemente construída(s), redefinidas, associadas aos políticos, e reivindicadas por esses “empreendedores em representação” (COLLOVALD, 1988, p.29). Além de um gênero em que “falar de si” envolve “lapidar a imagem”, mediante o qual a leitura retrospectiva das ações não está governada pela tática prospectiva da luta eleitoral ou das batalhas políticas mais imediatas, mas pelo zelo com a própria “imagem” a ser transmitida (LE BART, 1998).

Frente a tudo isso, outras questões prementes exsurgiram, tais como: quais os critérios – e como pensar suas lógicas – de menção e omissão utilizadas por Mílson Coutinho para identificar os deputados-escritores? Como avaliar o contexto da produção e publicação da obra sobre a história do parlamento maranhense na escolha de quem era digno de nota

enquanto “vulto”? O número absoluto de deputados-escritores poderia ser maior, considerando o número total de vagas parlamentares legais?

Todos esses quesitos demonstravam que a população estudada não estava previamente “pronta”, sendo antes o resultado da intersecção de múltiplas variáveis que, em linhas gerais, conjugavam a produção escrita ao trabalho político, e a definição resultante de ambos, conforme as relações estabelecidas entre os agentes e as leituras que faziam sobre o Maranhão e sobre si mesmos.

Dessa maneira, além das abordagens já descritas, contabilizou-se para efeitos da formação da população, apenas os parlamentares que publicaram livros em vida, tendo em vista suas articulações com os investimentos políticos, excluindo-se, portanto, os “autores póstumos”. De outra figura, restaram excluídos aqueles que publicaram somente relatórios governamentais, ao final do exercício no Poder Executivo, já que praticamente todos os deputados que foram presidentes de província e governadores o fizeram. Portanto, sendo muito comum e difundido, não se configurava como elemento de distinção entre os pares.

Assim, foi avaliado como se processou o provimento dos cargos eletivos no parlamento maranhense, compreendido em perspectiva ampla (colegiado, mandato político, atuação legislativa) como uma “instituição não-institucionalizada”, onde códigos estranhos a seu programa oficial o perpassavam quase que livremente, definindo os ocupantes e suas tomadas de posição através de referências de “parentesco” e “compadrio”, por exemplo.

A estabilização da população foi apenas a fase inicial do trabalho metodológico. Num segundo momento, na dimensão “qualitativa”, utilizou-se, de forma contributiva, os parâmetros fornecidos por Ângela Alonso (2002) em seu livro “Ideias em movimento – a geração 1870 na crise do Brasil-Império”. Com efeito, em razão da similitude do objeto empírico, o ponto de partida é o mesmo ora proposto, o da inexistência de “campos autônomos”, tanto político quanto intelectual, circunstância essa à qual já se fez menção em momento anterior.

Dessa forma, a produção intelectual está diretamente relacionada à experiência prática de seus produtores. As “[...] representações e comportamentos estão já articulados em ‘estratégias de ação’, criadas pelos agentes sociais [...]. Há uma complementaridade entre textos e formas de ação. Escritos e práticas se unificam politicamente.” (ALONSO, 2002, p. 39). Isso é importante para a abordagem dos temas relacionados à “decadência da lavoura” e seus desdobramentos nos livros produzidos pelos deputados-escritores. Ou seja, o trabalho “intelectual” se articula com o esforço político na tomada de posição e hierarquização de agentes.

Alonso (2002) propõe superar as análises centradas na discussão sobre a correspondência (veracidade, fidelidade) ou não das “escolas filosóficas” produzidas na Europa e divulgadas no Brasil, para adentrar na sua operação mais objetiva através do trabalho político: “Embora o processo seja percebido pelos agentes como o de filosofias tomando mentes, são os agentes sociais que selecionam e utilizam teorias explicativas.” (ALONSO, 2002, p. 39).

Essa seleção remete às categorias que a autora apresenta para analisar as estratégias da produção “intelectual”, que são o “repertório”, a “estrutura de oportunidades políticas”, a “comunidade de experiência” e o que entende como “reformismo”, para o que intitula de “geração 1870”.

Para saber da pertinência de seu pensamento, em virtude da semelhança com o tema empírico aqui proposto, essas divisões foram percebidas em face de alguns elementos próprios das relações estabelecidas no Maranhão, da conjuntura dos centros de poder nacionais da época e da comunicação entre ambos.

No ponto, a proposta “reformista” enquanto “[...] dimensão de revolta político-intelectual coletiva” não parece adequada, porque uma série de jovens escritores políticos não contestava propriamente os “valores” (ALONSO, 2002, p. 45) do Segundo Reinado (Joaquim Nabuco e Afonso Celso⁸ talvez tenham sido os maiores exemplos). Em que pese articularem mudanças, essas eram disformes e desconexas, conforme o próprio processo de “adaptação”/importação de ideais e de acordo com os usos de seus portadores. No caso maranhense, não parece haver qualquer sinal significativo de proposta “reformista” das estruturas de poder locais, ao menos por parte de quem passou pelo parlamento e “escreveu”.

Alonso (2002, p. 40) metaforiza o “repertório” à “caixas de ferramentas”, de onde os produtores recolhem os instrumentos, seletivamente conforme suas necessidades nas situações que lhes são impostas, definindo as estratégias de ação. Em outras palavras, é

⁸ Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (Recife, 1849 - Washington, 1910). Formado pela Faculdade de Direito do Recife, exerceu mandatos eletivos, ocupou cargos públicos administrativos e é autor de diversos livros, especialmente memorialísticos e de História, possuidor ainda de vasta produção em periódicos. Foi um dos principais diplomatas do Segundo Reinado, sendo um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (Ouro Preto, 1860 - Rio de Janeiro, 1938). Recebeu pela Santa Sé o título de “Conde de Afonso Celso”. Também dito historiador, escreveu poemas e ensaios políticos. Ocupou mandatos legislativos e, ao lado de Joaquim Nabuco, é um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Seu pai, o Visconde do Ouro Preto, foi o último presidente do Conselho de Ministros da monarquia. O Conde de Afonso Celso é bisavô de “Dinho Ouro Preto”, vocalista da banda de rock brasileira Capital Inicial.

[...] o conjunto de recursos intelectuais disponível numa dada sociedade em certo tempo. É composto de padrões analíticos; noções; argumentos; conceitos; teorias; esquemas explicativos; formas estilísticas; figuras de linguagem; metáforas (Swindler, 1986). Não importa a consistência teórica entre seus elementos. Seu arranjo é teórico e prático. (ALONSO, 2002, p. 39).

A percepção da existência de um “acervo de ideias em uso prático” torna possível a compreensão das tomadas de posição dos produtores políticos da escrita a partir de suas próprias inserções concorrenciais. Concorda-se com a advertência de Alonso (2002, p. 40) que, “[...] para entender por que o movimento ‘intelectual’ recorreu a certas maneiras de pensar não basta a análise de seus discursos [...]. Isso se impõe inscrever o movimento na estrutura de relações de poder da sociedade em que nasce.” Esse mecanismo parece bem ajustado à lógica dos “produtos importados” (BADIE, 1992; BADIE; HERMET, 1990).

Por outro lado, em que pese essas contribuições, para o caso do Maranhão, abandona-se a sua noção de “movimento”, essencial para a definição do que consigna como “Geração 1870”, porque essa classificação não parece se adequar às experiências de suas “elites” econômico-culturais, mas pertencente, conforme o esquema analítico, aos centros dinâmicos de Rio de Janeiro, São Paulo e Recife.

A chamada “Atenas Brasileira” não foi um “movimento intelectual” de uma “geração”, mas uma construção simbólica com características próprias. Tal criação se prorroga no tempo, dela fazendo parte também Mílson Coutinho (1981), arrolado sob o “título” de “Plutarco Maranhense do Século XX”. Reitera-se esse último ponto apenas para confirmar que os códigos de classificação que Coutinho e outros agentes utilizam para identificar os “intelectuais” e produzir seus “movimentos” são semelhantes aos do século XIX.

Compreende-se que, no caso específico, a produção escrita e política está muito mais direcionada para o engajamento nos “problemas” derivados da “decadência da lavoura”, suas “consequências” e possível “superação”. Como apontou Almeida (2008), isso parte do final do Século XVIII e se prolonga por todo o XIX, e até mesmo na contemporaneidade, maneira tal que não se fala de nenhuma “reforma” que não parta e retorne para essa mesma temática. Mas, se por um lado a ideia de “movimento intelectual pontual” (vinculada a uma “geração” específica) é afastada do caso maranhense, por outro, o trabalho político e escrito não deixa de manter uma vinculação de subordinação crescente com o centro de poder/“intelectualidade” do Rio de Janeiro, por todo o período cronológico na tese circunscrito, característica essa já indicada também por Almeida (2008).

Nesse instante, é bem se consignar o contributivo de Bourdieu (1998) em “A ilusão biográfica” quanto à análise das “biografias”, já que os escritos coutinianos se comunicam com o *ethos* “literário” oitocentista maranhense, constituído a partir do incensamento/detração de personalidades, vinculados que estão ao concurso político, especialmente o “Pantheon” de Antônio Henriques Leal e “Um livro de crítica”, de Frederico José Corrêa.

De fato, o biógrafo esforça-se em construir uma apresentação lógica da vida do biografado, envolvendo elementos estéticos/estilísticos às informações, que serão explicitadas, omitidas ou justificadas, julgando o que é e o que não é relevante, considerando a forma do texto escrito, a fim de classificar seu objeto em um projeto previamente delineado. Pouco importa se a biografia é elogiosa ou aniquiladora, o mais interessante é que ela se transmuta em autobiografia, no sentido de que o autor impõe sua própria de visão de mundo, que deseje seja compartilhada por quem a recebe.

Assim mesmo, no período compreendido entre 1830 e 1930, pode-se identificar quatro “séries” de escritores políticos (tomados como tais a partir da publicização e aproveitamento de suas obras no âmbito eleitoral, num redimensionamento da noção de “comunidade de experiência” de Alonso), que trabalham em parte de acordo com as configurações que se operam no centro de poder do país, e refletiram para ele eventos da órbita maranhense. Isso se dava especialmente a partir das tentativas de ruptura das ordens tradicionais de domínio e controle social (todas as revoltas populares de menor dimensão pós-Independência até a Balaiada, ou o fim oficial do trabalho escravo), definindo mediações que redundam na caracterização do próprio trabalho político e da produção escrita.

A questão da periodização é uma preocupação na historiografia. Ao menos em José Murilo de Carvalho (2012a, 2013, p.58), pelo “período suficientemente longo” do Império, seu objeto institucional, que durou 67 anos. Segundo o referido, nele houve “mudanças importantes na composição da elite”. Sem adentrar mais profundamente na discussão sobre sua noção do que é “elite”, o quesito ainda se amplia, não apenas por abarcar um século de parlamento, mas por incorporar uma quadra que, a julgar pela concepção dele, seria ainda mais profícua em mudanças: o Entresséculos e as primeiras duas décadas do século XX.

Assim, sugere uma divisão, para toda a vigência do Império, em cinco segmentos, não por mera separação cronológica, mas para “[...] permitir pela análise diacrônica detectar o aparecimento de possível mudanças.” (CARVALHO, 2013, p. 58).

Como desdobramento das divisões apontadas por Alonso (2002) e Carvalho (2013), dentro de certa “tradição” das abordagens historiográficas, nomeou-se de “séries”⁹ períodos onde determinados slogans circularam através da produção “intelectual-política”, no âmbito do processo de importação/montagem de instituições. A utilidade disso está adstrita ao capítulo 1, onde são demonstradas as circunstâncias da organização da estrutura jurídica e o uso de ideias como “caixa de ferramentas”, conforme os arranjos políticos em configuração. Para Carvalho (2013, p. 59):

Os cinco períodos ficaram, portanto, assim definidos:

1. Primeiro Reinado, 1822-1831;
2. Regência, 1831-1840;
3. Consolidação, 1840-1853;
4. Apogeu, 1853-1871;
5. Declínio e Queda, 1871-1889.

A segmentação por ele elaborada tem momentos de maior facilidade de justificação, e outros não (CARVALHO, 2013). No entanto, julga-se que sua posição é muito plausível, e coincide, relativamente, ao que é proposto através das “séries”. Essas, por sua vez, foram classificadas como: a “Série da Independência”, tomada a partir da abdicação do primeiro Imperador do Brasil (1831) que quase coincidiu com o próprio surgimento do parlamento maranhense (1830), e até o chamado “Golpe da Maioridade”, que inaugura o Segundo Reinado, dez anos depois. Na divisão de José Murilo de Carvalho (2013), ela englobaria seus dois primeiros períodos.

Já a “Série da ‘Conciliação’” seria o auge da organização política do Segundo Reinado, e tomaria outros dois períodos de Carvalho (2013): a “Consolidação” e o “Apogeu”. A esse tempo, se estabelece no revezamento de tensão os “grupos” políticos dominantes no exercício do poder central (“Saquaremas”, “Caramurus”, e outras “facções” que se identificavam como “liberais” ou “conservadores”) com participação ativa do Imperador D. Pedro II, entre 1840 até e 1870, e marco de referência com o fim da Guerra do Paraguai. A “Série Reformista”, se inicia com o fim desse conflito e a defesa crescente do Abolicionismo e de outras posturas/trabalhos que se associam com a “geração 1870” de Alonso (2002), até o surgimento da Primeira República ao final do ano de 1889. É o período que José Murilo de

⁹ Acreditando que o termo “geração” guarda um senso de pertencimento biológico-temporal marcante, não ocultado por Alonso (2002, p. 43, grifo nosso), “O epíteto ‘geração 1870’ circunscreve os indivíduos **chegando à idade adulta e ao ‘mercado’ de trabalho ao longo dos anos 1870** [...]” e que não se ajusta ao tipo de abordagem do trabalho político/intelectual maranhense cuja temática recorrente e de longo prazo, utiliza-se a expressão “série”, porque parece refletir, ao contrário, uma sequência mais ou menos concatenada de uma temática que permeia “capítulos”, que por sua vez comporta a entrada e saída de agentes específicos. Por fim, “série” também mantém uma relação com a literatura, objeto esse pertencente ao tema empírico.

Carvalho (2013) nomeia de “Declínio e Queda”.

Por último, a “Série ‘Progressista’”, a partir de 1890 e até 1930, cuja referência é uma ampla gama de produtos político-literários representados por tentativas, ainda que tênues, de modificação dos padrões da economia-financeira e cultural maranhenses, para ajustá-los ao que se entendia como “moderno” para os padrões nacionais, mas que pertenciam mesmo ao “mercado de oportunidades” políticas daquele período.

Seu nome não é atribuído de forma ocasional, mas inspirado no lema positivista “Ordem e Progresso” incorporado em um dos símbolos mais importantes da oficialidade, a bandeira nacional republicana (criada por um maranhense, Teixeira Mendes, um dos fundadores da Igreja Positivista no Brasil), mas com a percepção de que ele também é sujeito do processo de importação/adaptação e negação/afirmação de instituições, programas e argumentos, manuseado conforme a pertinência objetiva de seus agentes, notadamente nas disputas eleitorais. Não existe tal período na análise de José Murilo de Carvalho (2013), ante o limite que definiu: a manutenção da monarquia brasileira.

Uma circunstância peculiar da organização política do Maranhão, notadamente a partir da segunda metade do século XIX, é o seu não-protagonismo das decisões centrais do estado brasileiro, configurando uma marcada “dependência”, o que contribui e muito para a definição das formas do exercício político conjugado à produção literária regional. Nesse sentido, foi possível indicar parte da população de deputados-escritores em cada uma das séries, não pelo critério temporal propriamente, mas pelo esforço da produção escrita de acordo com as articulações políticas próprias de cada um dos períodos, considerando esse caráter periférico de suas construções políticas.

Outra indicação de Alonso (2002, p. 41) é a “[...] estrutura de oportunidades políticas”, onde considera que os movimentos intelectuais são uma forma de movimento social, com o que se concorda, mas não se admite categoricamente a afirmação da autora de que a “[...] geração 1870 surge [na] hora de processamento político de mudança estrutural: os fundamentos coloniais de formação social brasileira, a forma patrimonial do Estado e o regime de trabalho davam sinais de desagregação [...]” (ALONSO, 2002, p. 41). Se fosse assim, seria obrigado a aceitar que os períodos anteriores foram de equilíbrio tanto das tensões produtivas materiais quanto culturais, o que não é verdade, bastando citar, por exemplo, o fim legal do comércio de escravos africanos para o Brasil em 1850, exatamente no contexto da “Conciliação” e causa dos mais variados dissídios antes e depois de seu advento (como os debates sobre a proibição do tráfico interprovincial de escravos, onde o Maranhão foi um dos mais ativos fornecedores).

Não se exclui, porém, a validade da noção de estrutura da “oportunidade política” como via de promoção dos movimentos sociais, mas considera-se que a “crise” é um componente integrante e muito comum no jogo político, inclusive, como temática e recurso político explícito. Portanto, está sempre alimentando os “movimentos sociais” e, no caso, “intelectuais”, apenas com maiores ou menores dimensões, estando sempre os agentes a observá-la e promovê-la.

A importância da observação das “crises políticas” é mencionada também por Le Bart (1998b), devendo-se averiguar quem são os construtores dos “problemas” apresentados (nem sempre o são por “políticos”, mas agentes que acumulam outras funções, como jornalistas, escritores, ensaístas, etc.). Nesse ponto, enfatiza-se que não só os políticos escrevem sobre si mesmos (tal Mílson Coutinho faz com os deputados), mas uma ampla variedade de agentes contemporâneos ou não a eles que criam imagens sociais, evidenciando, ocultando ou segmentando partes, no sentido de edificarem um perfil “apropriado” às estruturas que constroem e que se inserem.

A noção de “comunidade de experiência”, fundamental para o esquema de Alonso (2002, p.42), está relacionada ao componente da “marginalização política”, e é apresentada como um elemento central para as manifestações dos “intelectuais” da “geração 1870”. Mas, entende-se que os processos de configuração da centralização/marginalização política também é um fenômeno que não se prende à “geração 1870”, mas que é um componente próprio (e permanente) do jogo.

No geral, a tensão entre quem está perdendo e quem está ganhando é grande, assim como os “movimentos sociais” decorrentes dessa tensão também, e o literário no específico uma forma de externá-la, das mais legítimas naquele contexto. Dessa maneira, informa-se que as diferenças entre as “séries” que foram abordadas a partir da proposta de Alonso (2002) são quase que alegóricas. Sim, porque os marcadores de diferenciação são “temas importantes” ou “questões proeminentes” apresentadas pelos agentes para cada período, mas dentro das disputas inerentes ao jogo político, não compartilhando propriamente da ideia de “mudança estrutural” e “crise” localizadas, como são por ela propostas.

Nesse sentido, a divisão elaborada por Carvalho (2013) tem mais propriedade, exatamente por apresentar a substituição de agentes dentro das articulações de centralização e marginalização política que, como dito anteriormente, não é específica da “geração 1870”:

Assim, definimos como os dois primeiros períodos o Primeiro Reinado (1822-1831) e a Regência (1831-1840). São fases bem marcadas por transformações políticas. O fim do Primeiro Reinado significou o afastamento de muitos políticos ligados a Pedro I e a entrada em cena de nova geração de líderes. (CARVALHO, 2013, p. 59)

Quanto aos “especialistas”, margeando o trabalho político-eleitoral, algumas trajetórias foram incorporadas em caráter contributivo, como agentes que não ocupam mandatos ou cargos públicos, mas que têm peso determinante para definir diretrizes legítimas de interpretação social no Maranhão. O caso clássico é Martinus Hoyer, comerciante de largas posses financeiras e sociais, casado com uma descendente das famílias mais tradicionais da província, mas que, por ser estrangeiro (natural da Dinamarca), restava impedido por lei de concorrer no processo eleitoral de primeiro escalão. Contudo, tinha para si abertas as portas da Associação Comercial do Maranhão, da qual é um dos fundadores. Publicou vários livros sobre economia e política, tributação, administração fazendária, etc. Seu trabalho escrito tem evidente vinculação política, e penetra no parlamento através dos deputados-escritores que com frequência o mencionam, enquanto “verdades inquestionáveis”.

No tocante à catalogação dos livros editados pelos parlamentares, uma questão se impôs: como classificá-los quanto à tipologia de gênero? Para tanto tomou-se as categorias apresentadas por Le Bart (1998b; 2012) e mais especificamente Grill e Reis (2012, p. 106), onde

[...] trabalhos mais setorializados que explicitam o uso de competências específicas (profissionais, militantes, escolares...); discussões de cunho mais generalista (edificadores de projetos de sociedade, ideologias, identidades...); produções literárias (romances, novelas, contos, crônicas e poesias); narrativas, descrições ou análises históricas sobre personagens e/ou eventos; e confissões políticas (memórias e autobiografias).

Eles identificaram que houve um “[...] um aumento proporcional dos gêneros próprios a domínios específicos ao longo do tempo (em sentido inverso às biografias históricas e à “literatura”), com uma ampliação de temas ligados à Economia, à Administração Pública e à Educação, em detrimento do Direito.” (GRILL; REIS, 2012, p. 114). Isso é interessante para se perceber a dissociação do gênero de escrita do conteúdo temático que ele comporta. De outra figura, em parte, tomou-se também Almeida (2008, p. 32) para inserir as publicações no contexto das relações sociais em que surgiram, abolindo com isso as classificações formalísticas e enciclopédicas.

Sobre as principais fontes materiais consultadas, essencialmente, foram os livros indicados nas referências deste trabalho, analíticos sobre o objeto empírico da lavra de

historiadores e sociólogos, em circulação. Além desse, na ordem, foram consultados os livros editados pelos deputados escritores (primeiras edições e reedições contemporâneas), sendo fundamental o “Dicionário Bibliográfico Brasileiro” de Sacramento Blake (1970) pertencente ao acervo do LEEPOC e o “Diccionario bibliographico portuguez – estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil” (SILVA, 2015), cuja primeira edição se deu em Lisboa no ano de 1858 e ampliada depois.

Sua importância foi tal que foi a “Obra adquirida de Antonio Gonçalves Guimarães & Comp. em 1866 pelo valor de 35 mil reis¹⁰, conforme registrado na ‘Acta da Conferencia da Mesa do Senado de 5 de novembro de 1866’, sob a presidencia do sr. Visconde de Abaete.”. Diversos acervos digitalizados e biografias disponibilizados pelas instituições às quais se vincularam os agentes estão em meio eletrônico, e são referidos oportunamente quando tratados.

Subsidiariamente, os periódicos de época que foram acessados na Biblioteca Pública do Estado do Maranhão, Arquivo Público do Estado do Maranhão e Biblioteca Nacional. Os meios eletrônicos foram fundamentais. Para isso considera-se a quantidade de documentos digitalizados e disponíveis em sítios da internet para pesquisa livre, como a “Hemeroteca Digital Brasileira” (2010) da Fundação Biblioteca Nacional, que possui grande quantidade de jornais maranhenses reproduzidos em extensão pdf e com um “buscador” de palavras e expressões que apresenta ao interessado todos os documentos relacionados ao termo posto.

O questionário prosopográfico foi aplicado sobre a população selecionada, de acordo com as indicações constantes nos documentos analisados, fossem eles obras literárias publicadas ou em circulação, e documentos de época. As temáticas do rol de perguntas visaram coletar o máximo de elementos referentes às trajetórias pessoais dos agentes, bem como de seus antecedentes e descentes. Foram indagados o local de nascimento, escolarização, profissão, gêneros das publicações, dentre outras informações.

Com relação à natureza das fontes examinadas, impõe-se a necessidade de não perder de vista que foram confeccionadas de acordo com as circunstancias e os interesses que envolviam os seus produtores.

Ainda que sejam classificadas empiricamente como “documentos” por conterem elementos proveitosos à investigação, originalmente estavam imbuídas da função primária de registrar informações sobre fatos e pessoas específicos – continuamente em prejuízo de

¹⁰ Valor muito elevado para a época.

outros, não anotados -, o que as caracteriza, na verdade, como sendo espécie de “monumentos”, levantados por seus construtores, a fim de que algo fosse legado para uma época futura e com uma determinada imagem, afeiçoada às próprias razões que justificaram sua elaboração (LE GOFF, 1990, p. 45).

Quanto à organização, no Capítulo 1, intitulado “Cem anos de parlamento e escrita”, é apresentada a demarcação temporal do estudo e sua segmentação, conforme os temas políticos e literários recorrentes em cada período, nomeados de séries: “Série da Independência”, “Série da Conciliação”, “Série Reformista” e “Série Progressista”.

No capítulo seguinte, são estudados os perfis sociais não só dos deputados-escritores, mas também de quem escreveu sobre eles, em especial Mílson Coutinho, esse em tópico próprio, cujo título remonta à alcunha que recebeu por seus pares na Academia Maranhense de Letras: “Plutarco Maranhense do Século XX”. Nos demais, são estudadas as origens geográficas, os ancestrais e as escolarizações, cargos e ocupações, com o propósito de compreender como são constituídos e legados os recursos disponíveis àqueles parlamentares que publicaram livros.

O terceiro capítulo, intitulado “perfis políticos”, estuda a configuração das carreiras políticas, mas também profissionais, com suas intersecções na Administração Pública em geral, incluindo secretariados, postos judiciários e correlatos. O quarto capítulo cuida dos “perfis culturais”, onde são analisadas as várias estratégias de concentração de recursos e definição de papéis ajustados a quem pretende alçar as instâncias de poder.

O Capítulo 5 se debruça sobre os gêneros de escrita adotados pelos parlamentares, e que momento certas tipologias são mais frequentes que outras, conforme as demais estratégias que vão sendo implementadas. Já no capítulo seguinte, o livro é pensado em si mesmo, como um objeto que comporta diversos tipos de mensagens, e com destinações específicas, notadamente de cunho político, e isso importa no seu formato e valoração.

O título do sétimo capítulo está centrado na construção de complexas e vastas teias familiares que redundam em laços de reciprocidade entre os agentes engajados em dois grandes empreendimentos: a política e a escrita. O último capítulo, dividido em duas seções, cuida de um dos temas mais relevantes para o engajamento político maranhense. Com razão, a economia, pensada pelos grupos dirigentes a partir do pressuposto de que houve no passado um período de prosperidade que precisa ser reconstituído, termina por fundar uma identidade regional paradigmática e que se projeta no tempo, reunindo portadores do discurso dentro da concorrência eleitoral.

Essa é, basicamente, a estrutura da presente da tese.

2 CEM ANOS DE PARLAMENTO E ESCRITA

Como anteriormente mencionado, em razão do curso relativamente longo do período, para a compreensão da montagem das instituições políticas e culturais relacionadas às atividades dos deputados-escritores, bem como as estratégias adotadas por eles nesse processo, elaborou-se uma periodização atinente ao tema empírico ora proposto, com o propósito de ilustrar mais facilmente como se organizaram aquelas relações.

Nesse sentido, entre 1830 e 1930 têm-se quatro divisões nomeadas de “séries”, conforme os parlamentares editavam seus títulos, assumiam cargos públicos e se articularam em alianças eleitorais, vinculando a esfera regional à órbita central de poder, em um sistema de trocas que definia o que era a política para a época, as formas legítimas de seu exercício, os engajamentos temáticos, comportamentos e as funções da produção escrita.

Contudo, antes disso, é preciso perceber que a instalação da organização administrativa do estado nacional brasileiro e das agremiações literárias e correlatas, privadas ou “públicas”, não correspondem exatamente aos princípios e formas que lhes inspirou, oriundos da Europa e dos Estados Unidos – a “ocidentalização”, como dito por Badie (1992) –, mas antes incluem em si combinações de muito estabelecidas, que são reconhecidas como legítimas e passam a definir suas regras, ditas e não-ditas, como a lógica de parentesco, as amizades, facções políticas, etc.

Não se quer dizer que na origem elas estivessem isentas de tais forças, pois, como será visto, na França, os quadros iniciais do *Institute Historique*, durante boa parte do Século XIX, eram regulados por vínculos familiares (DESLANDRES, 1992). Porém, no Brasil – e na América Latina – o que seriam talvez critérios acessórios, transformam-se em referências fundantes e fundamentais, fazendo com que não se possa pensar suas instituições sem que sejam consideradas.

2.1 Série da Independência

Inicialmente, a Série da Independência está consignada entre 1831-1840, e seus marcadores são eventos de dimensão nacional: a abdicação de D. Pedro I, no chamado “7 de Abril” e a assunção de D. Pedro II ao governo do país, quase uma década depois, no dia 23 de julho.

A nomenclatura referente à Independência, que em termos práticos começou em 1822, se refere ao fato de que as conformações institucionais estão profundamente

relacionadas à opção política então adotada, cujo núcleo era um príncipe tornado Imperador através de uma constituição elaborada por si e assessores próximos, mas ao mesmo tempo herdeiro da coroa portuguesa. Maneira tal que os anos de governos regenciais são uma prorrogação das tentativas de consolidação daquele novo status jurídico-político.

De outra figura, os parlamentos provinciais são criados em 1830, e os “Notáveis”, agora deputados, escritores ou não, assumem pautas e elaboraram estratégias de ação tomando os slogans marcantes desse período, como “revolução”, “liberalismo”, “conservadorismo”, “tirania”, “liberdade”, dentre outros, com os mais diversos significados, conforme o uso que tiveram.

O surgimento das elites letradas no Brasil está na passagem do século XVIII ao XIX, com a consolidação de uma cultura escrita em substituição à oral ocorrendo apenas nas primeiras décadas desse último. Se até meados do Setecentos os livros eram particularmente escassos na Colônia, em seu final se torna mais comum o interesse por eles, sendo os títulos religiosos muito presentes, mas também, nesse período, acompanhados nas estantes de outros de natureza profissional (compêndios médicos e jurídicos, corográficos, matemáticos/astronômicos, etc.).

É de se crer que a relação entre o trabalho político e o escrito no formato livro esteja diretamente relacionada à complexificação das instituições administrativas na América Portuguesa, primeiro com a instalação do Vice-reinado do Brasil em 1763, e depois com a chegada da Corte em 1808 e a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves sete anos depois. Já nesse contexto, os livros deixam de pertencer à volição de quem dispunha de tempo e dinheiro para adquiri-los e utilizá-los, para então tornarem-se uma necessidade, como no caso dos desembargadores e advogados que atuavam nos tribunais recém instalados por D. João VI. O processo de Independência vai aumentar ainda mais essa busca: ideias e projetos de nação vão ser consignados neles, e transacionados por quem administrará o novo estado:

Na passagem do século XVIII ao XIX, inseriam-se, ainda, num movimento de progressiva privatização entre as elites intelectuais: ganharam mobílias e espaços específicos de armazenamento no interior das residências e tornaram-se, cada vez mais, objeto de leitura e de discussão privada, embora fossem ocasionalmente alvos de acirrados debates políticos. (VILLALTA, 1997, p. 384)

Por exemplo, a produção de documentos legais que inauguram e definem as organizações políticas, como a própria Constituição do Império, de 1824, têm relação direta com a experiência estudantil dos filhos das famílias principais do anterior território colonial:

Pari passu com o desenvolvimento político e econômico da colônia, disseminavam-se as ideias liberais através da influência de estudantes do Brasil sediados em Lisboa ou em universidades francesas. As novas ideias se propagaram a ponto de provocar movimentos como o de Pernambuco em 1817, e as atitudes mais radicais diante das notícias da Revolução do Porto, em 1820. (PEREIRA, 2010, p. 67).

As Cortes Constituintes, instaladas a partir de 1820, também chamadas de “Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa” ou “Soberano Congresso” foi a primeira organização parlamentar moderna daquele país, cujas origens remontavam às “Cortes Gerais”, previstas pelo direito em muitos reinos medievais, compostas por representantes das “classes” da ordem de poder, e que apenas esporadicamente eram convocadas.

Esse parlamento constituinte, decorrente da chamada “Revolução Liberal do Porto” e sua “Junta Provisional do Governo Supremo do Porto”, convertida depois nas “Cortes de Lisboa”, teve os trabalhos abertos em 24 de Janeiro de 1821 e encerrados a 4 de Novembro de 1822, transcorridos no Palácio das Necessidades, na capital, resultando na “Constituição Política da Monarquia Portuguesa”, em vigor por poucos anos, entre 1822-23 e 1838-36, contendo normas inspiradas na “Constituição de Cádiz”, de 1812.

A própria “Junta Provisional do Governo Supremo do Porto” foi montada conforme seus princípios, através de um sistema eleitoral indireto e escalonado em três níveis, que partia das juntas paroquianas, até as das comarcas e províncias. Essas últimas, por sua vez, elegeram os deputados à razão de um por cada grupo de trinta mil habitantes.

Tal estrutura, inclusive quanto à qualificação dos votantes e eleitores, terminou incorporada à Constituição Política do Império do Brasil, de 1824. Dois deputados maranhenses estiveram presentes no parlamento constituinte português compondo uma primeira turma: José Joaquim Beckman de Caldas e Joaquim Vieira Belfort. Naquele contexto, a presença portuguesa era determinante para a organização institucional ao norte do Brasil:

O Pará e o Maranhão, que representavam, se haviam tornado dependências de Portugal, e não do Brasil, desde 1624, por ser a navegação para o Sul contrariada de constante vento leste e das correntes marítimas, lenta e penosa. Os seus habitantes vinham, pois, procurar os recursos judiciais e administrativos em Lisboa em vez de os buscar na sede do governo-geral da América portuguesa, como praticavam as outras capitânicas. Demais, ao passo que em todas as mais províncias estava em decréscimo a influência dos reinóis, ela mantinha-se naquela parte decisiva nos negócios públicos e na opinião. (CARVALHO, 2003, p. 232)

Beckman era cônego e substituíra Raymundo de Brito Magalhães e Cunha, que doente, estava incapacitado de realizar a longa travessia do Atlântico.

Raymundo de Brito foi abastado lavrador da região do baixo Itapecuru, e uma filha sua, Antonia Gertrudes de Brito Magalhães Cunha, nascida no ano de 1811, fruto do matrimônio com Maria Gertrudes Carneiro Homem de Souto Maior (por sua vez irmã do conselheiro Joaquim de Brito Gomes de Souza, bisneta do desbravador irlandês Lawrence Belfort e de Anna Thereza Marques da Silva), era casada com o primo Ignacio José Gomes de Souza. Foi major, nascido na região da Vila de Rosário e batizado a 15 de Agosto de 1789. Foi vereador e ali procurador do Senado da Câmara, em 1811. Possuía armas de Fidalgo Cavaleiro pelo Império do Brasil.

Não escreveu livros, mas seu filho sim, o matemático e deputado na Assembleia Geral do Império do Brasil, Joaquim Gomes de Souza, que em vida publicou “Resoluções das Equações Numericas” (1850), “Recuel de Memoires d’Analyse Mathematiques” (1857), “Dissertação sobre o Modo de Indicar os Novos Astros sem auxilio de Observações Directas” (1858), e “Anthologie universelle” (1859). Aliás, Raymundo de Brito Magalhães e Cunha, pelos laços matrimoniais construídos por sua descendência, poderia ser parente do outro parlamentar às “Cortes de Lisboa”, Joaquim Antônio Vieira Belford.

Belford (ou Belfort) é desembargador no Maranhão, que já possuía um tribunal de justiça desde 1813. Durante os trabalhos das Cortes, foi membro das comissões de alta importância institucional, da ordem jurídica, política e fazendária.

Nesse sentido, esteve em contato direto com as novas teorias da organização da Administração Pública e, inclusive, apresentou uma proposta elaborada pelo bispo do Maranhão, Frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré, para a criação de uma escola de instrução na cidade de São Luís.

Uma avaliação sobre as Cortes de Lisboa era que a constituição dela resultante pretendia “recolonizar” o Brasil (que, juridicamente, se tornara parte da metrópole enquanto “Reino Unido”, em 1811). Isso, no entanto, não tinha, naquele momento, qualquer respaldo prático, mas servira como propaganda política de determinados segmentos para fomentar a ruptura com Portugal e criar um corpo burocrático próprio.

O fato de o príncipe-regente, D. Pedro de Alcântara, em 1821, na sacada do Real Teatro São João, no Rio de Janeiro, ter jurado fidelidade à Constituição Política da Monarquia Portuguesa, fez com que o campo próximo fosse nomeado de “Praça da Constituição” (atual “Praça Tiradentes”) e alguns autores considerassem-na a “primeira constituição do Brasil” (FELONIUK, 2015).

Esse juramento seria rompido quando o próprio D. Pedro de Alcântara conduz a Independência, convoca uma “Assembleia Legislativa Constituinte”, dissolve a mesma em 12

de novembro de 1823, apresenta um projeto de constituição que é enviado às câmaras municipais do novo país para que oferecessem emendas, e termina por decretar seu juramento, para ao final ser publicado no dia 25 de março de 1824 como sua “Lei Magna”.

Os parlamentos provinciais são criados por determinação dela, sob o nome de “Conselhos Gerais”, que nada tem a ver com o Conselho de Estado auxiliar do Executivo, pois que aqueles seriam compostos por eleições indiretas e tinham a função legislativa de deliberar sobre assuntos de interesse regional. No caso maranhense, em razão das disputas, convertidas em insurreição, pelo domínio de sua presidência, a eleição dos “conselheiros”, em número de 21, se deu apenas ao final do ano de 1829.

Nessa oportunidade, a presidência da província era ocupada por Cândido José de Araújo Viana, futuro Visconde com grandeza¹¹ e Marquês de Sapucaí, desembargador, como Joaquim Antônio Vieira Belford. O sistema de nomeação de presidentes de província pelo governo central, ordinariamente de agentes exteriores a ela, pertencentes a quadros elevados e experimentados na Administração Pública em seus locais de origem, não atende apenas aos ajustes das facções políticas, mas proporciona também uma espécie de transposição do saber burocrático, permitindo a montagem da infraestrutura e dos processos formais de funcionamento do estado.

Os parlamentos de funcionamento permanente (que dispensavam a convocação pelo Executivo) e providos não por estamentos, mas através de eleições periódicas, já era conhecido dos agentes políticos maranhenses dessa época, que transitavam pela Europa e mantinham comunicação econômica e política com outros agentes fixados ou originados do Reino Unido.

É bem lembrar que Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça editava em Londres o “Correio Braziliense ou Armazem Litterario”, enviado clandestinamente a Portugal e ao Brasil, circulado entre 1808 e 1822.

Na verdade, uma série de periódicos em português, curiosamente impressos no formato de livro eram editados lá por indivíduos que haviam sido exilados desses dois países. Conheciam, portanto, o sistema norteamericano e seus pensadores – amplamente discutidos na Inglaterra –, bem como recebiam notícias dos desdobramentos da Revolução Francesa no continente.

O periódico “O Portuguez, ou Mercurio – politico, commercial e literário” era impresso em Londres por T. C. Hansard na “Officina Portugueza” localizada em

¹¹ A expressão “com grandeza” significa uma qualificação formal ao título nobiliárquico.

Peterborough-court, Fleet-Street. O volume 7, de 1818, traz informações muito relevantes sobre o Brasil, incluindo o Maranhão, demonstrando que a troca de informações também fazia conhecer os negócios locais no exterior:

Abusos no Maranhão.

Snr. Redactor do Portuguez;

[...]

Os mesmos, e ainda maiores males há sofrido, e actualmente sofre esta capitania do Maranhão, os quaes prendem em as mesmas causas, e continuarão a flagellar-nos, assim por que está esta capitania mui longe da Côrte, e para se os oprimidos írem ali queixar de seus opressores, alem de se exporem a grandes riscos, e trabalhos, hão de mister fazer grande despesa; como porque os Depositarios da Soberana authority, que nos aqui governam, tem ali seus padrinhos, que de perto cercam o throno, e o fazem inacessível; e por isso não chega o Soberano a conhecer os triumphos do crime, as amarguras da innocencia, e as opressões dos homens justos, senão quando elle mesmo descobrindo (de ordinario tarde) os horrorosos mysterios da iniquidade, e as tramas infames dos corações baixos, se acha atraído, e os povos desgraçados. Por tanto espero, que por bem da humanidade, haja V. Mce de também os levar ao tribunal da opinião publica, afim que elles cheguem sem reboço à presença do Soberano, para lhes dar o remedio que tanto havemos mister. (O PORTUGUEZ, 1818, p. 1119-1120)

Alguns dos eleitos para o Conselho Geral do Maranhão, que precedeu a Assembleia Provincial, eram parentes consanguíneos, como José Ascenço da Costa Ferreira (31 votos), pai de um filho homônimo que mais tarde pertenceria aos quadros do Supremo Tribunal de Justiça (atual Supremo Tribunal Federal) e o suplente Antônio Pedro da Costa Ferreira, depois senador e titulado Barão de Pindaré, filho de Ascenço José da Costa Ferreira.

Como se verá mais tarde, os Costa Ferreira firmarão laços matrimoniais com os Franco de Sá, família à qual pertencia outro dos primeiros conselheiros, Romualdo Antônio Franco de Sá (27 votos), e uma das principais lideranças políticas maranhenses da segunda metade do Oitocentos: o parlamentar e autor de livros Filipe Franco de Sá.

O mais votado foi Joaquim Vieira da Silva de Sousa (61 votos), que seria deputado geral, presidente de província, ministro do Supremo Tribunal de Justiça, da Marinha e da Guerra escolhido senador, cargo que ocupou até seu falecimento, em 1864. Era pai do deputado-escritor Luiz Antônio Vieira da Silva, o Visconde de Vieira da Silva.

Um dos suplentes eleitos é o abastado cônego fazendeiro em Alcântara José Constantino Gomes de Castro. Essa linhagem nas décadas seguintes se uniria aos Viveiros, também naquela região, na pessoa do deputado Augusto Olympio Gomes de Castro, cujos filhos Augusto Olympio Viveiros de Castro e Francisco José Viveiros de Castro igualmente ocuparam cadeiras na Assembleia Provincial e editaram considerável bibliografia. Além desses, Manuel Gomes da Silva Belfort (50 votos), o Barão de Coroatá, era irmão de Fábio

Gomes da Silva Belfort (20 votos), e colegas de farda do exército imperial.

Ora, à criação do que se transformaria na Assembleia Provincial (e depois Legislativa) do Maranhão, com a técnica formal de recrutamento de seus quadros através das eleições (“livres”, “legais”) de “representantes” para o exercício de uma função de poder durante um mandato provisório, concorreu muito a configuração dos laços de parentesco e vínculos de interdependência dos protagonistas, tanto em sua montagem quanto no funcionamento presente e futuro. Dois dos sufragados eram agentes de intercâmbio entre o Maranhão e os centros de poder.

Primeiramente, Manoel Paixão dos Santos Zaqueu (21 votos) com Portugal, cujo irmão era representante de negociantes portugueses em São Luís (COUTINHO, 2007). Tornado bacharel em direito pela Universidade de Coimbra, advogou no Maranhão durante o período joanino e foi eleito juntamente com Antônio Pedro da Costa Ferreira para a segunda turma de deputados maranhenses às Cortes de Lisboa, em 1823, onde defendeu a posição de seu país quanto ao Brasil, mas retornando com o advento da Independência.

O outro é João Braulio Moniz (ou Muniz), que logo após a primeira legislatura do parlamento maranhense é eleito deputado geral e alçado membro da regência trina permanente, a partir de 1831, que governaria o país na vacância do monarca. Morou em São Paulo e foi colega de Bernardo Pereira de Vasconcellos na Universidade de Coimbra. Era mineiro e opositor de D. Pedro I, mas um dos artífices do Império do Brasil.

Notório é o fato de que, quando do início dos trabalhos do Conselho Provincial, José Constantino Gomes de Castro assume a presidência e a secretaria geral da casa coube a outro suplente: o deputado-escritor Manuel Odorico Mendes.

Em menos de dois anos, D. Pedro I abdicaria, inaugurando uma série de sublevações que marcam a Série da Independência, criando símbolos e significados políticos mais ou menos específicos do período.

A primeira delas é a “Setembrada”, ocorrida no ano de 1831. Trata-se de uma disputa entre lideranças classificadas de “portuguesas” ou “brasileiras” – que na verdade pouco vão além de divisas propagandísticas, pois quase todos têm ascendência territorial lusobrasileira –, e uma série de revoltas populares derivadas. Ela é decorrente, em termos objetivos, do “7 de Abril”, a abdicação de D. Pedro I.

Esse foi um evento “inesperado”, pois as fortes críticas se direcionavam não propriamente à pessoa do Imperador, mas a seu protagonismo na escolha do gabinete de ministros. Talvez D. Pedro I tentasse sustentar sua posição de governo efetivo no exercício do Poder Moderador, não querendo uma monarquia figurativa. A renúncia não era esperada:

Afinal, mesmo aqueles que, desde 1826, faziam acirrada oposição ao governo de d. Pedro I não tinham como expectativa a renúncia do principal mandatário do império em nome de seu filho e herdeiro. A abdicação do primeiro imperador do Brasil apresentava-se como surpresa não apenas para aqueles que, concentrados no Campo da Aclamação, no Rio de Janeiro, exigiam a renúncia do Ministério dos Marquesses. (MATTOS, 2009, p. 18).

O Poder Moderador era uma inovação para a época, pois formalizava a função específica da monarquia dentro de um estado constitucional controlado por outros poderes e representantes.

A Constituição Política do Império do Brasil, de 1824, definia-o, com suas atribuições, a partir do art. 98. Em linhas gerais, sobre os quadros políticos, permitia nomear senadores (escolhidos em lista tríplice dos mais votados pela província), prorrogar ou adiar os trabalhos da Assembléia Geral, e ainda dissolver a Câmara dos Deputados, mas convocando imediatamente outra, provida através do processo eleitoral.

Contudo, conforme propunha Zacarias de Góes e Vasconcellos (1862, p. 21-23), frente a previsão da própria constituição, não deveria ser exclusividade do Imperador, pois esse, nas mesmas matérias, deveria obrigatoriamente ouvir o Conselho de Estado:

Conhecida a natureza do poder moderador, ou o complexo das attribuições que o constituem, resta averiguar, e aqui surgem as questões, de que ultimamente a imprensa tanto se occupou, e sobre que me proponho por minha vez dizer o que penso, resta averiguar se no exercicio desse poder, privativamente delegado ao Imperador, influem, ou não directa ou indirectamente, os ministros de estado, se são ou não responsáveis pelo uso do direito de nomear senadores, perdoar e moderar penas, etc.

[...]

Isto posto, pretendo mostrar que, pela Constituição, qual foi promulgada em 1824, os ministros de estado respondiam por todos os actos do poder moderador, como os conselheiros de estado pelos máos conselhos, que dessa maneira dessem: que, depois do Acto addcional, a responsabilidade ficou só pesando sobre os ministros: que, com a promulgação da lei de 23 de novembro de 1841, de novo o conselho de estado partilha com o ministérios, cada um na sua orbita, a responsabilidade dos actos do poder moderador.

Se o Poder Moderador era inspirado na proposta do filósofo franco-suíço Benjamin Constant, em seu livro “Princípios Políticos”, de 1814, as noções de um Conselho de Estado auxiliar do chefe do Executivo (no caso brasileiro o Imperador), tinha origem no Conseil d’État, criado por Napoleão em 1799.

No Brasil independente, foi instalado por D. Pedro I após a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823, existindo até a edição do Ato Adicional de 1834, e teve papel relevante para a elaboração da Constituição Política do Império do Brasil. Seguiu-se uma segunda instalação, conforme narrado por Góes e Vasconcellos (1862), através da lei nº 234,

de 23 de novembro de 1841, e existido por todo o período monárquico, dissolvido somente quando do advento da República.

Mas, no início da década de 1830, era presidente do Maranhão Cândido José Araújo Vianna, auxiliado por um conselho provincial composto por Manuel Pereira da Cunha, José Teodoro Correa de Azevedo Coutinho, João Nepomuceno de Lemos, Joaquim Raimundo Teixeira Machado, Francisco de Paula Pereira Duarte e o mencionado Joaquim Antônio Vieira Belford. Quase todos eram contemporâneos bacharéis por Coimbra, e tiveram contato com a literatura política produzida na França, Reino Unido e Estados Unidos.

Os dois últimos compunham os quadros do tribunal da Relação e haviam sido deputados às Cortes de Lisboa, o primeiro por Minas Gerais.

Em maio de 1831 chega a notícia da abdicação de D. Pedro I, e o presidente convoca uma sessão extraordinária para analisar uma petição subscrita por vários cidadãos que desejavam a imediata demissão do Comandante de Armas, o brigadeiro Antônio Elizario de Miranda e Britto, bem como de todos os demais ocupantes de patentes que não fossem brasileiros natos, sob a alegação de que poderiam comprometer a integridade do Império. Antônio Joaquim Vieira Belford se opõe a tal posição, mais foi voto vencido.

Pode-se dizer que ele estava profundamente envolvido com o trabalho político das facções na organização do poder regional, desde o primeiro mês após a adesão do Maranhão à Independência. Conforme narra Coutinho (1979, p.109), sobre a formação das juntas governativas em 1823:

Mal serenados tais fatos, já a Junta se desavinha com o Coronel Pereira de Burgos, chefe de mais uma sedição, com o objetivo da revolta anterior, isto é, a deposição da Junta.

Pedira-se a deposição do governo colegiado, através de uma Representação que fora levada à Câmara.

Contra essa nova manobra protestou com energia o Chanceler-Presidente Interino do Tribunal da Relação, Desembargador Joaquim Antônio Vieira Belfort. Protesto vão, eis que a Junta caiu e foram presos os seus membros.

Bom não olvidar que o Magistrado Vieira Belfort andava medito na política da época, porque fizera parte da Junta Consultiva, não sendo de credibilidade os seus puros sentimentos no protesto que fez lavrar contra a derrubada dessa Junta.

Vieira Belford, em verdade, ainda sairia candidato a senador, não tendo sido, porém, escolhido. Tanto o “7 de Abril” quanto a Setembrada serão depois lembrados e resignificados pelos deputados-escritores como “identidades políticas”, tanto aqueles que estiveram presentes em tais eventos, como João Francisco Lisboa, Estevão Rafael de Carvalho e Odorico Mendes, quanto outros bem posteriores, que criaram vínculos institucionais/culturais com eles.

Exemplo disso é Viriato Corrêa em “Terra de Santa Cruz” (1921) e Dunshee de Abranches com “A Setembrada”, que publica um século depois e tem dedicatória “Às memórias ilustres de José Candido, o ‘Pharol’ e Frederico Magno, o ‘Coripheo’ da Revolução Liberal de 1831 em Maranhão” (MOURA, 1970, s/p). Frederico Magno de Abranches era parente do autor, vez que era neto materno de João Antônio Garcia de Abranches, pai do homenageado.

Com algumas alterações de nomenclatura, os Conselhos Provinciais (gerais) existiram em termos formais até 1834, quando através da Lei nº 16 de 12 de agosto daquele ano, chamada de “Ato Adicional”, foram dissolvidos para a criação das assembleias, modificando assim a Constituição de 1824.

Propondo-se teoricamente a conciliar os interesses locais/regionais e os centrais (ou, mais objetivamente, a competência para o provimento dos cargos públicos), o Ato Adicional, dando franca autonomia às províncias, provocou uma cisão interna mais aguda, conforme os fluidos encadeamentos construídos entre líderes de tais níveis, atualizando os “programas” pré-7 de Abril.

Assim, ter-se-ia agora os “liberais”, pretensamente defensores das autonomias das localidades (comarcas, vilas, província), e os “conservadores”, que postulariam a centralização das decisões a partir do Rio de Janeiro, o que, em linhas gerais, definiria os partidos políticos do Império.

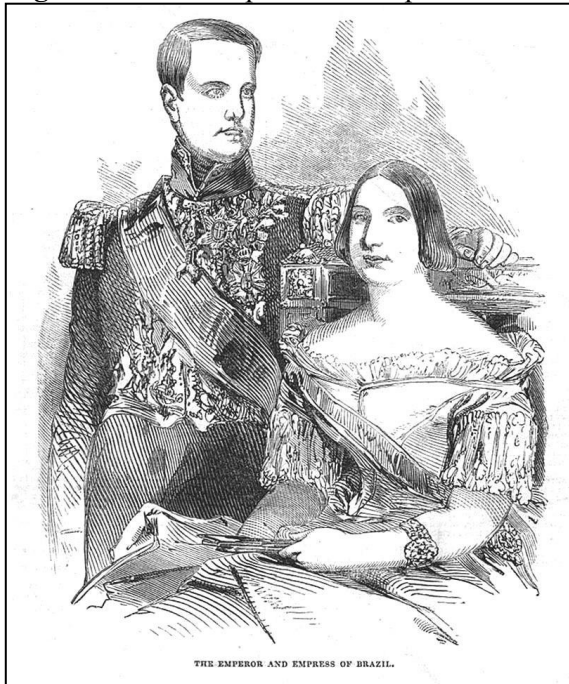
Conjugado o Ato Adicional à chamada “Lei dos Prefeitos”, que permitia aos presidentes das províncias nomearem livremente os chefes do Executivo municipal, as lideranças em São Luís e Caxias passaram a mobilizar os agentes de ponta para a mútua oposição armada. Somado a um quadro de grave crise econômica (FURTADO, 2001), recrutamentos forçados e uma administração débil, estabeleceu-se o cenário para uma revolta popular de grandes dimensões e pautas próprias. Começava em 1838 a Balaiada:

Durante todo o período inicial da Balaiada, os bem-te-vis não cansaram de responsabilizar os cabanos pelo crescimento da revolta, pela ineficiência da administração, pela corrupção da guarda nacional, aproveitando-se da insegurança geral, vaticinar um grande derramamento de sangue na província. A cúpula do partido dos bem-te-vis pretendeu manipular os revoltosos, transformando-os em instrumentos de suas ambições através de hábil campanha jornalística, na qual divulgou vários manifestos dos chefes do movimento, veiculando as razões que os moviam, sem contudo hipotecar-lhes solidariedade. Esqueciam, porém, que fazendeiros do sertão, pertencentes ao seu próprio partido, integravam as forças balaias. Estes seriam submetidos, no final do movimento, pelos proprietários que conseguiram ter acesso ao aparelho do Estado, concentrados na capital da província. Estavam-se constituindo, sem dúvida, as classes dominantes maranhenses, eliminando da hegemonia alguns de seus segmentos. (JANOTTI, 205, p.54)

Os desdobramentos da Balaiada – que se estendeu para o Piauí e parte do Ceará – juntamente com as várias outras revoltas do período, e que ameaçaram inclusive a integridade territorial do país, como a Farroupilha, serviram para o reajustamento dos organismos burocráticos de poder, que durante seu curso, dentro das estratégias de “pacificação” militar, passaram a ter a predominância das decisões emanadas da Corte Imperial do Rio de Janeiro.

Em termos práticos, isso se deu com o advento da Lei n.º 105, de 12 de maio de 1840, nomeada de “Lei de interpretação do Ato Adicional”, o restabelecimento do Conselho de Estado, a declaração da maioria de D. Pedro II para assumir as funções de imperador, e reforma do Código de Processo Criminal, em 1841. A partir disso, as propagandas (autonomia ou centralização) que dividiam os “partidos” no período regencial passam a servir como elemento identitário superficial nas disputas da configuração seguinte para os deputados-escritores Francisco Sotero dos Reis, João Francisco Lisboa, José Joaquim Rodrigues Lopes e Fernando Luiz Ferreira.

Figura 1 - “The Emperor and Empress of Brazil”¹²



Fonte: Acervo particular do autor.

¹² “O Imperador e Imperatriz do Brasil” em 1845. Illustrated London News, 1845. Quando desta gravação, D. Pedro II tinha apenas vinte anos de idade, e há cinco ocupava o mais elevado cargo da Administração Pública brasileira da época. É acompanhado por sua esposa, Thereza Christina, três anos mais velha. Nascida em Nápoles, então parte do Reino das Duas Sicílias, tornou-se imperatriz consorte do Império em 1843. À par de sua posição, Thereza Christina é uma das personalidades menos estudadas do Segundo Reinado. Discreta e personificando o papel construído para as mulheres burguesas do Século XIX, deixando-se ocultar pela projeção política do marido, patrocinou pessoalmente estudos arqueológicos na Itália e ajudou a fomentar as primeiras levas migratórias desse país para o Brasil. Em 1845 estava em pleno curso o projeto de organização das instituições políticas pós-Independência.

2.2 Série da Conciliação

A gravidade dos conflitos internos que atingiram as províncias de segunda ordem de importância (Rio Grande do Sul, Maranhão, Pará), exatamente aquelas mais distantes dos centros decisórios (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia), e nas fronteiras estratégicas do país, colocaram sob sério risco sua integridade territorial.

Identificando-se que as disputas “intra-elite” locais, fomentadas pela descentralização de caráter federativo através das regências liberais, naquele contexto, não se resolveriam sem uma intervenção externa, começou-se a cogitar a assunção de Pedro de Alcântara ao governo, ainda adolescente, mas de forma figurativa, sendo as decisões tomadas em seu nome pelo Conselho de Estado, que seria reinstalado em tal cenário.

Para tanto seria necessário expurgar determinadas lideranças contrárias à centralização, integrantes das redes que portavam o estandarte “liberal”. Nisso concorreram facções opostas, externas (“conservadores”) e internas, que viram a oportunidade tanto de solucionar a instabilidade mais profunda e geral, quanto de alçarem-se ao poder, ainda que numa posição de não-protagonismo, naquele momento. No mesmo sentido, acomodam as lideranças vencidas em cargos importantes, mas de segundo escalão. Esse processo foi particularmente experimentado pelo deputado-escritor Estevão Raphael de Carvalho.

Nascido na Vila de Viana, em uma família de posses rurais, recebe as primeiras letras naquela cidade e continua seus estudos em São Luís, tornando-se bacharel pela Universidade de Coimbra. Ao retornar, engaja-se na Setembrada contra os apoiadores de D. Pedro I, conjuntamente a José Cândido de Moraes e Silva, editor do período “O Pharol”, João Francisco Lisboa e Frederico Magno de Abranches.

Durante a reação do governo da província refugia-se em Viana, retornando a São Luís no ano seguinte, quando então publica “A Primavera”, tradução do poema de Ewald von Kleist. Ainda em 1832 logra aprovação em concurso público para o cargo de professor da cátedra de comércio (as “Aulas de Comércio” foram inauguradas em 1810 por D. João VI, na Corte, nomeando José da Silva Lisboa, depois tornado Visconde de Cairú, para ministrar a cadeira de “Economia Política”, de conteúdo contábil), lecionando também, mas como substituto, as disciplinas de história e geografia.

Elegendo-se deputado geral em 1834, no fim de seu mandato, em 1837, edita no Rio de Janeiro o livro “A Metafísica da contabilidade comercial para uso dos alunos do autor”, que o transforma em referência para a produção escrita contábil no Brasil. Tenta uma reeleição e perde.

Esse fato o conduz a publicar o periódico “Bem-te-vi”, em 1838, em tamanho pequeno (formato livro, inclusive com paginação seqüencial), de fácil leitura, e que, em apenas três meses, promove acusações e ofensas tais contra seus opositores que se torna um dos responsáveis diretos pela mobilização que inicia a Balaiada. Segundo Astolfo Serra (1946, p.248): “Estevam Rafael de Carvalho foi, sim, o principal responsável intelectual da Balaiada. O seu jornal “O Bentevi” deu nome aos rebeldes já que o dera à facção política a que se diziam pertencer os balaios”.

A função eleitoral dos periódicos fica clara quando Estevão Raphael faz circular o último número do “Bem-te-vi” a 6 de outubro de 1838, apenas um dia antes das eleições para a Assembleia Geral. Em meio a tumultos decorrentes das técnicas então usuais de reunião de votantes aliados e de dispersão dos opositores através da violência, seu agrupamento político, que incluía João Lisboa, foi nomeado pelos adversários de “Facção Depredadora”.

Ainda deputado geral, em 1837, apresenta um projeto segundo o qual Pedro de Alcântara passaria em viagem pela Europa por cinco anos e quando retornasse, seria feito imperador (COUTINHO, 1981), quando se cumpriria a idade mínima constitucional para tanto. Duas interpretações podem ser feitas sobre essa ideia.

A primeira era a educação pessoal e política do futuro monarca no Velho Mundo e o estrito cumprimento do preceito legal. A segunda, e mais objetiva, era afastar uma possível coroação no calor dos acontecimentos, pois já se cogitava fazê-lo com a princesa Januária, irmã mais velha, com quatorze anos, o que representaria uma derrota profunda para os “liberais”.

Com o desgaste desses, apontados como os responsáveis pelas revoltas durante o governo regencial, a alternativa encontrada foi a anuência com a materialização da segunda hipótese, três anos mais tarde. Havia mesmo sido formado um “Clube da Maioridade”, para defendê-la. Empossado D. Pedro II com quatorze anos, prestando compromisso à Assembleia Geral, em 24 de julho nomeia seu ministério, “liberal”, incluindo nele os irmãos Andrada (COUTINHO, 1981).

Essa articulação foi prejudicial para Estevão Raphael de Carvalho. Além de não ter se eleito para um segundo mandato na Assembleia Geral, a estratégia radical que adotou a partir de 1838 contra os “conservadores” lhe pesou quando esses tomaram a liderança no país a partir da Aclamação do novo imperador. Figuras envolvidas ou identificadas com os “extremismos” do período regencial descabiam na nova conjuntura. Sua posição pode ser vista quando se refere no “Bem-te-vi” ao também deputado-escritor Francisco Sotero dos Reis:

O Snr. Sotero, sota-patrão¹³ da maioria feiticeira da Assembléa Provincial, ou a Besta da literatura.

- Este homem dotado de grande memória, mas nenhum talento, devora huma imensa leitura, sem fazer digestão de cousa alguma. Amigo dos livros, a sua cabeça é um armazem de especiarias, onde se encontra huma grande variedade de objectos, sem todavia ser possível estabelecer classificação ou sistema entre elles. Repetindo fielmente o que lê, não sabe fazer juízo por si, sempre prompto a abraçar o juízo de outrem que elle repete, te que um terceiro o fassa mudar. Fofa com tão inuteis e estereis conhecimentos machinaes, é insolente e presençoso, sempre disposto a acusar de ignorantes a todos os que sabem pensar. (CARVALHO, 1987, p. 113).

Com o fim da Balaiada, retorna ao magistério em 1841. Vence um pleito eleitoral para a Assembleia Provincial naquele ano e chega a ser vice-presidente do parlamento. Terminado o mandato e não conseguindo se reeleger, é nomeado Inspetor-geral do Tesouro Público Provincial, seu último cargo público. Faleceu em 1846, aos 39 anos.

A “Série da ‘Conciliação’” é o auge da organização política do Segundo Reinado, e tem fundamento na historiografia, por exemplo, através de Gouvêa (2008) e Carvalho (2013), que aponta para o período aqui apresentado dois segmentos: a “Consolidação” e o “Apogeu”. Com efeito, as tensões nas províncias persistem com a Farroupilha e a Praieira, até o final da década de 1840. Após isso, mais ou menos ajustada a ordem de poder do centro para as províncias, estabelece-se uma relativa estabilidade que proporciona novos temas políticos de preocupação “geral”, como o fim do tráfico de escravos africanos para o Brasil, a possibilidade de abolição do trabalho escravo, regularização fundiária, a política externa do país na região do Prata e a Guerra do Paraguai.

Os “grupos” políticos dominantes passam a se revezar no exercício do poder central (“Saquaremas”, “Caramurus”, e outras “facções” que se identificavam como “liberais” ou “conservadores”) com participação ativa do Imperador D. Pedro II. Para o caso da Província do Rio de Janeiro, Gouvêa (2008, p. 163) indica que:

Essa mudança de atitude na assembléa também coincidiu com uma nova fase na política nacional, dominada pela política de conciliação, seguida pela Liga Progressista. Isso também ajudou a produzir um quadro muito particular das associações dos deputados provinciais, que podiam se agrupar mais abertamente sem se importar com os rótulos políticos. Tal se deveu ao fato de que os deputados sentiam que podiam fazer avançar com mais facilidade os interesses de seus associados em um período de equilíbrio político. Previamente, os rótulos partidários poderiam limitar as ações de deputados, forçando-os a apoiar seus aliados políticos.

¹³ Sota-patrão é um marinheiro cujas obrigações estão imediatamente abaixo à do patrão numa embarcação. Patrão-mor cuida de um cargo público marítimo, militar ou civil, cuja competência é de chefiar outros vários patrões e suas embarcações. No texto, a ideia do “sota-patrão” é de alguém subordinado, em terceira classe, abaixo do patrão (chefe) e patrão-mor.

Ainda assim, afirma que a “[...] oitava legislatura fluminense (1850-1851) começou com maioria conservadora” (GOUVÊA, 2008, p. 163). Isso estava em pleno acordo com o gabinete de ministros, que era “conservador” desde a nomeação do Visconde de Olinda, Pedro de Araújo Lima em 1848, e sucedido pelo Visconde de Monte Alegre, José da Costa Carvalho, em outubro de 1849. O gabinete era chefiado pelo Presidente do Conselho de Ministros, cargo criado em 20 de julho de 1847, dentro da formação espontânea do parlamentarismo brasileiro. Desde sua criação e até 1870, foram 6 gabinetes presididos por “liberais”, 3 “progressistas” e 11 “conservadores”, esses configurando tanto maior número quanto tempo de permanência.

Genericamente, tais partidos tinham programas mais ou menos específicos, divididos entre a maior ou menor ingerência do governo imperial nas províncias. Suas origens, no entanto, não escondem a importância dos agentes que definiam as cadeias de filiação.

Os conservadores, advogando a limitação da autonomia provincial conforme construído no final das regências, fora chamado de “Partido da Ordem”, mas também de “Saquerema”, pois neste município da Província do Rio de Janeiro estavam várias fazendas do Visconde de Itaboraí, Joaquim José Rodrigues Torres, um de seus líderes principais, presidente do Conselho de Ministros entre 1868 e 1870.

Os liberais eram “Luzias”, em razão da batalha ocorrida em Santa Luzia do Rio das Velhas, na Província de Minas Gerais em 1842 (seu gabinete havia caído e um conservador lhe sucedeu, desencadeando revoltas também no interior de São Paulo), em que tropas da sublevação civil comandada por lideranças dessa facção foram derrotadas por Luís Alves de Lima e Silva, tornado Barão de Caxias por sua vitória final na Balaiada, no anterior.

Ainda em termos ideológicos, ambos, na verdade, tinham o mesmo conteúdo do liberalismo clássico, firmado na intervenção mínima do estado na vida civil, defesa da propriedade privada e livre comércio. Quanto à literatura do período, o romantismo brasileiro se ajustou à construção de uma identidade de nação, que buscava “[...] no passado colonial signos de uma atitude nativista, precursora dos temas românticos patrióticos.” (BOSI, 2012, p. 233). Nesse sentido, os escritores “[...] ajustaram-se ao esquema político de um Estado monárquico forte e centralizado, que a precoce maioria de d. Pedro II acabaria por instaurar.” (BOSI, 2012, p. 235).

Entre 1853 e 1862 operou-se a chamada “Conciliação”, consignada numa política de acordos entre liberais e conservadores para a ocupação de cargos públicos, comandada pelo Marquês do Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, repentinamente falecido em 1856.

Essa facção foi tão bem organizada que o senador José Ignacio Silveira da Motta¹⁴, ao discursar em 6 de junho de 1864, fundando a “Liga Progressista”, referia-se às “crenças e tradições dos extintos partidos [...]” (LEMOS apud SOARES, 1998, s/p).

Contudo, no início da década de 1860, a quantidade de dissidentes do pacto elaborado por Paraná foi capaz não só de criar um novo “partido” (a Liga), mas também de fornecer a maioria parlamentar necessária para que ela pleiteasse um ministério. Seu surgimento, ocorrido a partir da insatisfação de quadros do Partido Liberal não contemplados no primeiro escalão do governo central e dos locais/regionais, fomenta uma cisão que reabre as oposições entre esse (“liberais históricos”, cujas facções não se filiaram à Liga) e o Partido Conservador, comprometendo a própria existência da nova agremiação, que se viu entre os pólos restabelecidos.

Com razão, em 1868, D. Pedro II se vale do Poder Moderador para demitir o gabinete liberal de Zacarias de Goes e Vasconcellos, empossado em agosto de 1866. Estava sendo pressionado por Luís Alves de Lima e Silva, nuclear do Partido Conservador, que insatisfeito com a posição de Zacarias de Goes, contra quem mantinha forte inimizade, ameaçou abandonar o comando das tropas da Tríplice Aliança no Paraguai. O presidente decaído fora vítima do dispositivo constitucional que ele mesmo havia criticado no livro “Da natureza e limites do Poder Moderador”, reeditado em 1862.

Um dos desdobramentos dessa medida é o fortalecimento das críticas à monarquia e a própria fundação do Partido Republicano Paulista, em 1873. No Maranhão, a posição republicana com inserção eleitoral é muito isolada. Ela tem origem antes em medidas adotadas pelo Imperador, atendendo ao jogo de revezamento dos dois principais partidos políticos, mas com efeitos deletérios sobre estratégias individuais, que de uma opção ideológica ou resposta aos anseios das elites políticas das localidades. Exemplo disso é o deputado-escritor Francisco de Paula Belfort Duarte, que foi eleito para a Assembleia Geral em 1867, mas a dissolução do parlamento logo depois o deixou sem mandato, e mais ainda não conseguiu apoio para outra vitória.

Em que pese se falar em “partidos políticos”, esses ajuntamentos faccionais produzidos para as eleições não representavam demandas sociais mais amplas, e mesmo formalmente, não possuíam organização estatutária nem estrutura interna claramente definida, sendo muito difíceis de se identificar fora da preparação quando dos escrutínios. No caso do

¹⁴ José Ignacio Silveira da Motta (Goiás, 1811 - 1893). Bacharel em direito, advogado, deputado provincial, integrante do Conselho do Império e senador a partir de 1855. É autor da lei de 12 de junho de 1862 que proibia a venda de escravos sob pregão (leilão público), e a proibição de separação de pais, filhos, esposas e maridos escravos.

Maranhão são particularmente indistintos. Sobre isso comenta João Francisco Lisboa (1995, p.127):

Quando o excelentíssimo senhor Bernardo Bonifácio, importunado das recíprocas recriminações e dos indefectíveis protestos de adesão e apoio destes ilustres chefes, os interrogava ou sondava apenas, respondiam eles cada um por seu turno: - a divisa dos cangambás é Imperador, Constituição e Ordem. – Os morossocas só querem a Constituição com o Imperador, únicas garantias que temos de paz e estabilidade. Os jaburus são conhecidos por sua longa e inabalável fidelidade aos princípios da ordem e monarquia: o Brasil não pode medrar senão abrigado à sombra protetora do trono. Vêm os bacuraus por derradeiro e dizem: Nós professamos em teoria os princípios populares; mas somos assaz ilustrados para conhecermos que o estado do Brasil não comporta ainda o ensaio de certas instituições. Aceitamos pois sem escrúpulo a atual ordem das coisas, como fato consumado, uma vez que o poder nos garanta o gozo de todas as regalias dos cidadãos. Estamos até dispostos a prestar-lhe a mais franca e leal cooperação.

Segundo José Murilo de Carvalho (2012b, p. 103), em âmbito nacional, “[...] a Conciliação mudou o equilíbrio de forças partidárias que caminhou na direção do fortalecimento dos liberais. Sucederam-se gabinetes sem caráter bem definido até que em 1862 foi criado um novo partido [...]”.

Quanto ao sistema eleitoral, o sufrágio para os cargos de deputado à Assembleia Geral e senador, bem como nas assembleias provinciais, é indireto. São, como mencionado, “votantes” os cidadãos que cumprem as exigências constitucionais para tanto, e têm distribuição por comarcas e paróquias. Através deles são escolhidos os “eleitores de província”, que reunidos na capital de cada uma, elegem os mandatários.

A Constituição Imperial garantia o direito ao voto a quem fosse cidadão brasileiro devidamente no gozo dos direitos políticos, estendida tal possibilidade aos estrangeiros naturalizados. Não votavam os menores de 25 anos, exceto se casados, e os oficiais militares maiores de 21 anos, os bacharéis formados e os clérigos de ordens sacras (estavam proibidos os de clausura). Também restaram impedidos os filhos, independentemente da idade, que ainda estiverem na companhia de seus pais, salvo se possuíssem ofícios públicos (literalmente os que não tivessem casa própria e/ou não pudessem se manter por si mesmos). Os criados de servir, excluídos os guarda-livros e primeiros-caixeiros das casas de comércio (por já possuírem atividade econômica), os serventes da Casa Imperial que não forem de galão branco e os administradores das fazendas rurais e fábricas.

Havia ainda a vedação explicitamente econômica, vez que eram proibidos de participar das votações os que não tivessem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz (imóveis), indústria, comércio ou ainda emprego. Essa restrição tinha fundamento em

uma lógica segundo a qual aquele não conseguisse prover o auto-sustento não poderia proporcionar a boa administração do estado, e por isso todas as cláusulas impeditivas se concentram sobre aqueles indivíduos improdutos. O que hoje é classificado como “voto censitário” estava presente na constituição francesa de 1791, e serviu a praticamente todas da Europa continental ocidental, incluindo a Península Ibérica. A integração entre os princípios jurídicos da Constituição Política do Império com essa parte do Velho Mundo decorre da comunicação transoceânica dos membros dos seguimentos dirigentes nascidos no Brasil e tornados bacharéis lá.

A capacidade eleitoral passiva (poder ser votado) era regida por critérios semelhantes, mas com um filtro ainda mais estreito. Deveriam cumprir, além da condição de votante, deter renda líquida mínima anual de duzentos mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego. Não seriam eleitos os libertos (ex-escravos) e os criminosos pronunciados em querela ou devassa (respondem processos dessa natureza).

Para os parlamentos provinciais exigia-se a idade de vinte e cinco anos, probidade e auto-subsistência decente. Já para a Assembleia Geral não poderiam ser eleitos os que não tivessem o mínimo de quatrocentos mil réis de renda líquida, e mais os estrangeiros naturalizados e os que não professassem a religião Católica Apostólica Romana (o que se traduzia em mera formalidade declarada ao juiz habilitante). Para o senado requeria-se a cidadania brasileira, livre gozo dos direitos políticos e idade mínima de 40 anos, possuísse rendimento anual de, no mínimo, oitocentos mil réis, além de ser detentor de capacidades intelectuais e morais reconhecidas, dando-se preferência àqueles que tivessem prestado serviços à pátria. Por determinação constitucional, os príncipes herdeiros da Casa Imperial são senadores por direito e terão assento no Senado logo que chegarem à idade de vinte e cinco anos, como se deu com a Princesa Isabel.

Nas Câmaras Municipais processa-se a eleição direta para vereador, sendo a matéria disciplinada pela Lei de 1º de outubro de 1828. Não havia eleição para os cargos de presidente de província, secretariados e comandante de armas. O Poder Executivo era dividido entre o Imperador e o presidente do conselho de ministros. No âmbito provincial, pelo presidente de província e no municipal pelo presidente da câmara de vereadores. Algumas medidas adotadas nesse período foram marcantes e ditaram o modelo da ordem político-econômica nas décadas seguintes. Três são particularmente interligadas: o fim do tráfico de escravos pelo Atlântico, a Lei de Terras e o Código Comercial.

O tráfico de escravos africanos havia sido proibido em um tratado com o Reino Unido no ano de 1831, mas nunca executado devidamente. O comércio continuou

aumentando pelas décadas seguintes, tocado principalmente por negociantes portugueses. Expirado e não renovado o acordo em 1844, a marinha britânica passou a aprisionar os navios negreiros, julgar suas tripulações pelo vice-almirantado (CARVALHO, 2012b), além de atacar do mar as fortalezas da costa brasileira que protegiam essas embarcações. A Armada Imperial, sem poder opor uma força daquela magnitude, e frente a pressão que aumentava, o governo, através do gabinete conservador do Marquês de Monte Alegre, José da Costa Carvalho, apoiado pelo Conselho de Estado, extinguiu o tráfico através da chamada “Lei Eusébio de Queiroz”¹⁵, publicada em setembro de 1850. “Findo tráfico, era inevitável, em algum momento, o fim da própria escravidão” (CARVALHO, 2012b, p. 100). Estava ali desenhada a principal pauta da série seguinte.

A entrada em vigor do Código Comercial naquele mesmo ano, regulando a segunda faixa econômica mais importante do Império (abaixo apenas da lavoura), proporcionou a montagem de uma infraestrutura de atendimento à produção, como bancos privados, ferrovias, companhias de navegação, dentre outros.

Nesse momento também surgem várias associações comerciais provinciais, reunindo dirigentes com amplos investimentos no domínio econômico e político. A racionalização das relações jurídicas nas transações do comércio também fornece a segurança para empreendimentos de natureza industrial, cuja figura mais lembrada é a do Barão e Visconde de Mauá, Irineu Evangelista de Sousa¹⁶.

A dita “Questão do Prata” tem origem em um assunto interno ao Brasil, a perda da Província Cisplatina, que tornada independente se transformou no Uruguai em 1828. Redimensionado, tornou-se externo, com a continuidade dos interesses do país na região da foz do rio da Prata, definição de fronteiras e do comércio por toda sua bacia. Por outro lado, o Estado Confederado de Buenos Aires, que formaria a Argentina, tinha os mesmos propósitos para aquela localização estratégica. Intervindo na política interna da chamada “Banda Oriental” (“República Oriental do Uruguai”, pois ficava nesse lado do rio), a Confederação de Buenos Aires apoiou Oribe¹⁷, então presidente, que lutava contra seu antigo aliado, Rivera.

¹⁵ Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso da Câmara (Luanda, 1812 - Rio de Janeiro, 1868). Magistrado e parlamentar. Quando ocupou a pasta do Ministério da Justiça (1848-1852) elaborou a lei que reprimiu o tráfico negro.

¹⁶ Irineu Evangelista de Sousa, com titulação mais elevada de Visconde de Mauá (São Pedro do Sul/Rio Grande do Sul, 1813 - Petrópolis, 1889), foi comerciante, industrial e banqueiro, e um dos homens mais prósperos do país em meados do século XIX. Nascido numa pequena estância na Província de São Pedro, atual Rio Grande do Sul, é um dos exemplos da possível ascensão social no Império, através do comércio. Foi o proprietário da primeira fundição de ferro e estaleiro particulares do país.

¹⁷ Manuel Ceferino Oribe y Viana (Montevideu, 1792 - Montevideu, 1857), militar, político e segundo presidente da República Oriental do Uruguai. Havia sido ministro da guerra de José Fructuoso Rivera (Montevideu, 1784 - Melo, 1854), primeiro presidente, também militar.

Aquele, pró-argentino, perseguiu estancieiros brasileiros, o que deu o motivo necessário para que o Brasil intervesse, auxiliando esse último, que terminou por vencer. Essa pauta foi abordada pelo deputado-escritor João Francisco Lisboa no artigo de mesmo nome do ano de 1852:

Destruído o poder deste vizinho mal e inquieto, que é quem nos molestava, degolando e roubando os nossos cidadãos, a queda de Rosas já não era para nós interesse tão principal e imediato, e a intervenção do Brasil ou tinha somente por fim a consolidação da primeira vitória, ou o desempenho da fé jurada aos aliados. Nestas circunstâncias, sim, a divisão que se incorporou ao exército de Urquiza devia ser e foi com efeito simplesmente auxiliar. Não obstante, o nosso pavilhão flutuava em frente a Buenos Aires, e a esquadra estava disposta de maneira a transportar sem detença e em caso de necessidade, o grosso do exército acampado na Colônia. (LISBOA, 1991, p. 383-384)

O que se desenhava, porém, para um conflito direto entre o Brasil e a Argentina, terminou se convertendo numa aliança pouco mais de dez anos depois. O novo cenário se desenhou da seguinte forma:

O presidente Berro, do partido Blanco, adversário dos Colorados apoiados pelo Brasil em 1851, entrou em conflito com a Argentina aliando-se ao governador José Justo de Urquiza, de Entre Ríos, rival do presidente argentino, general Bartolomé Mitre. Também se indispôs com o Brasil ao cobrar imposto de exportação sobre o gado que estancieiros gaúchos residentes no Uruguai exportavam para o Rio Grande do Sul ao proibir que fizessem uso da mão de obra escrava em seu país. Cerca de 40 mil brasileiros residiam no Uruguai, um quinto da população, onde possuíam em torno de um milhão de cabeças de gado. Os rio-grandenses foram à Corte para pedir medidas contra o país vizinho [...] Nesse ambiente, o governo progressista viu-se forçado a tomar a defesa dos rio-grandenses. Tentativas de negociação com o sucessor de Berro, Atanasio Aguirre, não tiveram êxito. O Brasil, com o consentimento da Argentina, invadiu o Uruguai em 1865 e ajudou a colocar no poder o general Venâncio Flores. (CARVALHO, 2012b, p. 105)

Ocorre que a invasão brasileira despertou a hostilidade paraguaia, que apoiava o governo uruguaio deposto. Após aprisionar o navio Marquês de Olinda da Marinha Mercante Imperial, que subia o rio Paraguai rumo à Província de Mato Grosso levando o coronel Frederico Carneiro de Campos, a fim de que ele tomasse posse como seu presidente, o Paraguai invadiu a referida e declarou guerra ao Brasil.

Em seguida, invadiu também a província argentina de Corrientes, com o propósito de acessar o Uruguai e restabelecer o antigo governo. Esse ato despertou a preocupação de Buenos Aires que imediatamente declarou guerra ao Paraguai, que por fim se viu frente três inimigos, que juntos formaram a Tríplice Aliança em maio de 1865. Encerrava-se a Série da Conciliação.

2.3 Série Reformista

Figura 2 - Missa campal pela celebrada em ação de graças pela abolição da escravatura no Brasil, no dia 17 de maio de 1888



Fonte: Ferreira (1888)

A “Série Reformista” é aberta com esse conflito e a defesa crescente do Abolicionismo e de outras pautas que se associam à “geração 1870” de Alonso (2002), até o surgimento da Primeira República ao final do ano de 1889. É o período que José Murilo de Carvalho (2013) nomeia de “Declínio e Queda”.

No início, a guerra desencadeou um sentimento patriótico, acreditando os brasileiros que ela seria curta. Ante as dificuldades de mobilização do exército e frente à “concorrência” da força auxiliar, a Guarda Nacional, organizaram-se os corpos de “Voluntários da Pátria”: “O imperador D. Pedro II alistou-se como voluntário número um, afirmando simbolicamente a igualdade entre todos os brasileiros voluntários no desejo de vingar a afronta à honra nacional.” (IZECKSOHN, 2009, p. 399).

Contudo, o longo curso do conflito, dificuldades operacionais e doenças desgastaram o lado brasileiro. Além disso, não resultou em nenhum benefício prático para os beligerantes:

A guerra não aproveitou a ninguém. O Paraguai teve metade ou mais de sua população dizimada, sobretudo a masculina. Ao final do conflito, lutavam velhos e crianças. Na Argentina, a guerra foi sempre impopular e o presidente Mitre teve de abandonar o comando dos aliados para resolver problemas de política interna. O

mesmo aconteceu com Flores, do Uruguai, que acabou assassinado. O Brasil teve de suportar o maior peso dos custos do conflito em termos de homens e recursos. À medida que a guerra se prolongava, o entusiasmo que de início alimentou o voluntariado se esvaneceu e a opinião pública passou a ter dúvidas quando à conveniência de continuar o conflito. (CARVALHO, 2012b, p. 106)

O final da Guerra do Paraguai configurou tanto um profundo déficit orçamentário, como também a mobilização de certos setores sociais em torno de slogans como “modernização” do estado, a se iniciar pela organização profissional do Exército, e “patriotismo”, mobilizador de facções na concorrência eleitoral com a identificação de correligionários, mas também “inimigos” e “obstáculos” para a realização dos novos projetos.

Particularmente, a recepção aos veteranos do conflito foi frustrante para eles, e muitos terminariam associando essa circunstância ao desinteresse do Império por sua sorte, mesmo com os maiores esforços despendidos durante a luta. Essa ideia foi explorada pela imprensa durante a campanha republicana, entre o final da década de 1870 e início da seguinte. De fato, ainda se cogitou, no âmbito da Assembleia Provincial, uma cerimônia em homenagem aos combatentes, o que foi negado: “Projeto do Deputado João da Mata de Moraes Rêgo autorizando a despesa de até 5 contos de réis, para os festejos com o regresso dos Voluntários da Pátria e com os ofícios religiosos destinados a sufragar as almas dos Maranhenses mortos na campanha do Paraguai” (COUTINHO, 1981, p. 126).

Talvez também pertença ao rol de rejeição aos apoiadores da Guerra do Paraguai e da monarquia – dentro do uso “político” que os livros poderiam ter – a recusa da Comissão de Instrução Pública da Assembleia Provincial em adquirir dois mil exemplares do 1º e 2º Livro de Leitura, por “módico dispêndio” (COUTINHO, 1981, p. 125). Seu autor era Abílio César Borges, baiano, tornado Barão de Macaúbas, e um dos principais educadores e pensadores do sistema de ensino do Império. Manifestava-se nos periódicos de Salvador solicitando o alistamento voluntário nas tropas e mesmo patrocinou o batalhão dos “Zuavos Baianos” (companhia de homens negros do Exército Imperial).

Em Salvador fundou o “Ginasio Bahiano” em 1858, que o dirigiu e onde foi professor, experimentando os métodos didáticos mais recentes elaborados na Europa, e onde foram formados quadros importantes da política e escrita baianas do Segundo Reinado e primeiros anos da República. Ao tempo da oferta que fizera à Assembleia Provincial do Maranhão, passa a residir no Rio de Janeiro, onde inaugura o “Colégio Abílio”, que teve uma filial em Barbacena, Minas Gerais. Na década de 1880 foi nomeado representante brasileiro no Congresso Pedagógico Internacional, que se realizou em Buenos Aires.

Figura de destaque da campanha abolicionista, possuía um periódico especificamente voltado para ela, e ainda organizou a “Sociedade Libertadora 7 de Setembro”. Abílio César Borges era pessoa próxima da Casa Imperial, e em 30 de julho de 1881 foi agraciado com o baronato, no ano seguinte elevado com a “Grande do Império”. Foi ainda comendador das imperiais Ordem da Rosa, Ordem de Cristo e Ordem de São Gregório Magno. Foi membro da Academia Philomatica, diretor geral do ensino na Bahia em 1856, e membro do Instituto Historico e Geographico da Bahia e do Brasil.

O fato de Abílio César Borges oferecer dois de seus livros educativos ao ensino público do Maranhão através da Assembleia Provincial tem significado muito maior que uma simples tratativa econômica. Além do fato dele próprio ingressar e progredir nos quadros da Administração a nível nacional através desse tipo de prestação pública (era diplomado em medicina, mas não exerceu a profissão) e tal aceite ser mais um elemento configurador de sua *expertise*, ele cumpria um papel de portador e difusor de conceitos e ideias contemporâneas no domínio intelecto-estatal da pedagogia. Quer-se dizer com isso que os agentes locais maranhenses, possuidores de investimentos políticos, tinham pleno contato com o que era produzido em termos culturais fora da província, e mais ainda, exerciam um controle objetivo sobre o momento e as formas de sua utilização.

Abílio foi professor dos baianos o poeta Castro Alves (1847-1871) e do político, autor de livros de direito e um dos principais quadros dirigentes do final do Império e primeiros anos da República, Ruy Barbosa (1849-1923). Mas é interessante a circunstância em que ele e o Colégio Abílio foram retratados pelo escritor Raul Pompéia (1863-1895) no livro “O Atheneu”, de 1888. Pompéia havia estudado nessa escola, e personificara em sua principal obra a si mesmo (“Sérgio”, o narrador), e o próprio D. Pedro II na figura de Abílio, esses através do diretor (“Aristarco”) e o colégio no Império (o Ateneu), para dizer que todos eram antiquados e falseadores do passado. Normalmente, esse livro é identificado como pertencente ao “Realismo” (BLAKE, 1970) ou “Impressionismo” brasileiros por agentes vinculados à Academia Brasileira de Letras, olvidando-se a função política desse tipo de publicação.

Raul Pompéia pertenceu ao que poderia ser chamado de fase tardia da “Geração 1870” de Alonso (2002), na qual estariam arroladas figuras como José Joaquim de Campos da Costa Medeiros e Albuquerque (1867-1934), Manuel Bonfim (1868-1932) e, no Maranhão, João Dunshee de Abranches Moura (1864-1941). Esse conjunto mais ou menos homogêneo quanto ao perfil social dos agentes recusa profundamente a monarquia, mas reproduz, em termos objetivos, as mesmas regras ditas e não-ditas de provimento dos lugares institucionais,

fazendo com que a mudança de regime se opere quase exclusivamente no plano dos slogans e praticamente em nada quanto ao exercício prático dos princípios formais republicanos.

A disputa simbólica que envolve a consolidação da República e as cadeias políticas está permeada de ofensas pessoais trocadas pela via dos periódicos e, como estratégia de ocultação, a rigor olvidada pela narrativa bio-literária acerca dos escritores. Raul Pompéia, por exemplo, é acusado por detratores de ser homossexual, mas também dado à masturbação:

A polémica teve início em 1892 quando Pompeia defende Floriano no episódio em que reprimiu violentamente a “Revolta da Armada” - promovida por unidades da marinha contra o governo, que se uniram aos federalistas do Rio Grande do Sul - na Fortaleza de Santa Cruz de Santa Catarina. Em resposta, Olavo Bilac publicou artigo no jornal *O Combate* ofendendo o jovem escritor: “Talvez seja amolecimento cerebral, pois que Raul Pompeia masturba-se e gosta de, altas horas da noite, numa cama fresca, à meia luz de veilleuse mortiça, recordar, amoroso e sensual, todas as beldades que viu durante o seu dia, contanto em seguida as tábuas do teto onde elas vaporosamente valsam” (Acervo da Biblioteca Nacional, 9/3/1892). Pompeia defendeu-se em artigo do *Jornal do Commercio*, revidando a ofensa: “o ataque foi bem digno de uns tipos, alheados do respeito humano, licenciados, marcados, sagrados - para tudo - pelo estigma preliminar do incesto” (Idem, 15/3/1892).” (MISKOLCIO; BALEIRO, 2011, p.83)

Pompéia terminaria suicidando-se.

A pauta da Abolição toma contornos mais nítidos também a partir de 1870. Ainda no cenário de formalidade, o Visconde do Uruguai invoca o controle do processo legislativo constitucional para uma contenção implícita do Poder Moderador, e a julgar pelas manifestações efusivas dos deputados, um aviso à monarquia de que a tomada de posição por um tema tão sensível quanto este poderia lhe por em xeque:

Em Janeiro de 1866 o Sr. Visconde de S. Vicente, conselheiro de estado, apresentou ao Imperador varios projectos no intuito de realizar a abolição da escravidão, aconselhando Sua Magestade a iniciativa pessoal em semelhante assumpto de competencia legislativa. [...]
Sob mais de uma face foi inconstitucional a iniciação desta proposta. Vejamos:
Em primeiro lugar não é nas mãos do Imperador e sim na mesa do senado que um senador do Imperio deve apresentar projectos de lei. (*Muitos apoiados, muito bem*). (SOUZA, 1871, p. 30)

Mas os próprios programas “modernizantes” apresentados, como a “abolição” e o “republicanismo”, apesar de, conceitualmente, não diferirem radicalmente em si mesmo, refletiam o jogo faccional de tal forma que os agentes que portavam um e outro não se aproximavam, formando coalizões próprias e instáveis, ao final delegando a um outro segmento, os militares, a realização de seus objetivos:

Não se uniam porém; não conjugavam esforços; não se solidarizavam na luta. Havia, é certo, abolicionistas-republicanos e republicanos-abolicionistas, mas não eram em grande número. A falange ativa dos antiescravagistas o que queria, antes e acima e tudo, era a extinção do cativo. Os que aspiravam somente derrubar a monarquia, não ousavam em geral incluir, conjugados nas suas plataformas eleitorais e até nos seus programas de propaganda, os dois máximos problemas do momento. [...] E abolicionistas de um lado e republicanos de outro, acabaram formando dois grupos distintos se bem que, de parte a parte repousassem todas as suas esperanças e ambições nas classes armadas. Daí os absurdos e anomalias que se veriam mais tarde; Rebouças, republicano convicto, seguir como abolicionista e mestiço agradecido a família imperial no exílio; Nabuco, liberal avançado e pregador da federação, manter-se firme nas suas crenças monárquicas; Paulino de Sousa, Gomes de Castro, conservadores da *junta do coice* e escravocratas ferrenhos, aderirem desde a primeira hora à República¹⁸. (MOURA, 1992, p. 186)

As noções de “repertório” e “caixa de ferramentas” apresentadas por Alonso (2002), enquanto uso “parcial” de ideias importadas (em comunhão com formas relacionais preexistentes, como laços de parentesco e compromissos diádicos), está plenamente submetida à lógica dos acordos políticos – não necessariamente eleitorais – para a tomada das posições de controle estatais.

Nesse sentido, é importante se perceber que o discurso modernizante ou “contestador” não necessariamente romperá com as regras estruturais de organização do poder. Ao contrário, em muitas circunstâncias, ou menos no objeto em questão, é produzido por membros de grupos tradicionalmente já estabelecidos, ao menos em setores medianos. São intelectuais que, em certo sentido, enfrentam bloqueios de ascensão e têm suas aspirações frustradas, e por isso portam os estandartes da mudança institucional (formal), sendo pouco relevante se se identificam como “liberais” ou “conservadores”. Exatamente essa posição é indicada por Badie (1992, p. 167).

La fonction contestataire sembler, a priori, échapper à cette logique de l'importation: n'est-elle pas de plus en plus amorcée par la volonté explicite de rejeter ou de remettre en question les atteintes portées à l'indépendance, à la culture traditionnelle et à l'univers symbolique propre à la collectivité nationale? Pourtant, l'entreprise contestataire est elle-même, porteuse d'occidentalisation, même si la diversité des ses origines et de ses orientations rend l'accomplissement de ce processus complexe et multiforme. L'intellectuel lui-même, par son discours et son action, peut être producteur de contestation, tout comme du reste l'élite politique libérale, forgée, nous l'avons vu, dans le cadre même de l'édification d'un État conforme au modèle occidental: l'un comme l'autre de ces acteurs est, de par son statut, porteurs de valeurs et de modes contestataires provenant de l'extérieur. Mais la contestation peut également provenir des élites traditionnelles, celles-là mêmes qui s'insurgent contre

¹⁸ Nesta passagem, o deputado-escritor João Dunshee de Abranches Moura cita personalidades da vida política nacional, que tinham ampla inserção na imprensa na segunda metade da década de 1880. André Rebouças, negro e o principal engenheiro brasileiro, que assinara o projeto e a construção da ferrovia Curitiba-Paranaguá; Joaquim Nabuco, político, diplomata e escritor, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e Paulino de Sousa, deputado geral e senador entre 1884 e 1889, filho do Visconde do Uruguai, seu homônimo. Nesse rol está incluído o deputado-escritor maranhense Augusto Olympio Gomes de Castro, deputado geral de 1882 a 1889, ao qual se opunha o próprio autor da narrativa.

de tels apports et qui s'en sentent menacés. Loin d'être marginale, cette dernière entreprise joue un rôle d'autant plus central qu'elle est en phase avec les gouvernés, très souvent demandeurs de sens face à une transformation ou une mutilation de leur univers symbolique.

A tomada do poder pelos militares foi um reflexo, em parte, das demandas desses seguimentos “reformistas” (incluindo quadros das próprias forças armadas), que conseguiriam participar concorrentemente na ordem republicana com as lideranças faccionais do Segundo Reinado. De fato, essas últimas haviam encampado a nova circunstância.

Mesmo agentes ativos na concorrência eleitoral durante o Império e que escreveram livros, apresentados publicamente como “republicanos”, não promoveram qualquer mobilização no sentido de mudança prática do regime, de tal forma que essa classificação se constituía apenas como capital intelectual de diferenciação, e repercussão limitada ao círculo de seus pares. Foi o caso, por exemplo, de Francisco de Paula Belfort Duarte, que “[...] só entrou na propaganda em começos de 1889” (MOURA, 1992, p. 187).

Alonso (2009, p. 90) entende que há “bastante diversidade” quanto aos extratos sociais de onde partem os agentes que integram a “geração 1870”. Mas, no geral, são indivíduos abastados em capitais econômicos e culturais que já participam do jogo político-eleitoral, por razões conjunturais em posição secundária (decadência patrimonial familiar, defenestração de lideranças nos acordos partidários de candidaturas, etc.), ou, ainda, de forma inovadora, quadros externos às elites agrárias e comerciais tradicionais, que constituíam um setor mediano, de importância crescente: o funcionalismo público e os profissionais liberais.

Seria o caso do maranhense de Caxias, Raymundo Teixeira Mendes, líder da Igreja Positivista do Brasil, leitor de Auguste Comte e um dos principais apoiadores da instalação da República, apesar de não ter sido incorporado nos níveis principais de sua estrutura. (ALONSO, 2009)

Quanto à produção cultural/escrita nessa fase, os referenciais europeus são cindidos para uma apropriação em conformidade com a articulação política brasileira do momento, no sentido de legitimação dos planos “reformistas”:

A dominância compõe o que Charles Hale chamou de “política científica”, um conjunto de teorias da reforma social formuladas por vulgarizadores do evolucionismo com um pé na política, caso de Émile Littré, Pierre LAffitte, Jules Simon, Hypollite Taine, Ernest Renan, Paul Leroy-Beaulieu. [...]. Os grupos contestadores a encontraram na geração 1870 portuguesa, especialmente em Teófilo Braga e Joaquim Pedro de Oliveira Martins, que analisaram o processo de colonização engendrado em Portugal e sua decadência como império. Juntando a tais análises as teorias evolucionistas francesas, os grupos contestadores puderam reinterpretar os processos de formação do Estado e da nação brasileiros, frisando a obsolescência da herança colonial e a necessidade de reformas para pôr o país na marcha da civilização ocidental. (ALONSO, 2009, p.97)

A produção escrita “maranhense” – entendida como a realizada por agentes nascidos nesta unidade administrativa –, no período em questão, parece se dividir em dois seguimentos distintos: os que escrevem no Maranhão, respondendo às tensões próprias dele, a nível regional, onde os autores se engajam, e os que escrevem definitivamente fora, em especial no Rio de Janeiro, no contexto central de poder, com seus produtores quase de todo rompendo os vínculos com as redes sociais originárias.

Comparativamente, formam-se grupos configurados em estratégias e níveis de inserção próprios. O primeiro, “subalterno”, no sentido das temáticas serem predominantemente regionais, o conteúdo não ser reconhecido como de relevância externa ao Maranhão, e mesmo a qualificação pessoal dos agentes, relativamente inferior. O segundo, “protagonista” é composto por agentes que escrevem no centro de poder do país, em especial no Rio de Janeiro e São Paulo, onde possuem colocações elevadas na Administração Pública, e possuem redes de apoio em diversas instituições culturais relacionadas à escrita (editoras, periódicos, academias literárias, etc.).

Para esse último podem ser citados nomes como os dos irmãos Aluísio (1857-1913) e Arthur Azevedo (1855-1908) e José Pereira da Graça Aranha (1868-1931), ou simplesmente “Graça Aranha”, fundador da Academia Brasileira de Letras, sobrinho do deputado-escritor Heráclito de Alencastro Pereira da Graça (1837-1914), que também ocupou cadeira nesse sodalício (provavelmente ajudado por aquele, escritor prolífico e precedente na instituição, enquanto esse, segundo ocupante da cadeira nº 30, e autor de um único livro).

Os irmãos Azevedo, contudo, talvez personifiquem melhor a transição de lugar e tipos de investimentos/acionamentos de capitais intelectuais através da escrita com reflexos na inserção e projeção de carreira na Administração Pública.

O pai deles, David Gonçalves de Azevedo, era vice-cônsul de Portugal no Maranhão, e que, viúvo, recebera como mulher Emília Amália Pinto de Magalhães, sem casamento, e mais ainda sendo ela divorciada. De plano, não podem contar com o capital familiar, ainda que o pai biológico e a mãe adotiva vivessem com relativa prosperidade, pertencendo o casal ao que poderia ser dito como “setor médio” em formação durante o Segundo Reinado, foram todos rejeitados publicamente pelo “escândalo” daquela união não-matrimonial.

Exemplar é o caso de Aluísio, que foi caixeiro além de guarda-livros (espécie de aprendiz de contador). Ele cursa o ensino secundário em São Luís, indo para o Rio de Janeiro em 1876, onde inicia os estudos na Academia Imperial de Belas-Artes, trabalhando para como caricaturista em periódicos importantes, como “O Fígaro”, “Mequetrefe” e “A Semana

Ilustrada.” Mas, dois anos depois, ocorre o falecimento de seu pai, o que lhe obriga voltar ao Maranhão a fim de liquidar suas dívidas.

Assume os negócios comerciais da família, e publica “Uma Lágrima de Mulher”, pela Typographia do Frias, em 1879, no estilo romântico tardio. Já durante a “Campanha Abolicionista”, no início da década de 1880, surge “O Mulato”, pela Typographia d’O Paiz. O livro é mal recebido por setores católicos, e ampla troca de acusações e insultos é feita por meio dos periódicos. Ao passo que Aluizio é bloqueado nos programas políticos, inclusive nos “reformistas” (abolicionistas e republicanos) locais dos que fazia parte, esse título em específico é muito bem admitido no Rio de Janeiro como precursor do Naturalismo¹⁹ no Brasil (HALLEWELL, 2012).

Retornando à capital do Império, aproxima-se de outros jovens republicanos e literatos, inclusive maranhenses que escrevem, e que lá se encontram. Quando do advento da República, já gozava de amplo reconhecimento naquela cidade como “intelectual” de primeira grandeza, tendo publicado Casa de Pensão, em 1884, e logo no ano seguinte ao movimento militar de 15 de novembro, O Cortiço. Até 1895 trabalhou com diversos editores de periódicos e autores de livros, inclusive com próprio irmão, Arthur Azevedo, em peças teatrais.

A situação financeira, porém, era precária, e ele recorre ao auxílio dos amigos, contemporâneos dos embates abolicionistas, como o deputado Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (1860-1938), filho do último presidente do Conselho de Ministros, o Visconde de Ouro Preto. Afonso Celso foi co-fundador da Academia Brasileira de Letras, e identificara-se como monarquista depois da queda do Segundo Reinado, mas elegeu-se deputado federal por várias legislaturas republicanas, sendo figura importante no novo regime. Assim Azevedo (2011, p. 8) dirige-se a ele:

Rio, 25 de novembro de 1884.

Meu caro Afonso Celso,

Isto que vai aqui é uma carta antipática e mal conformada. (...) desejo ardentemente descobrir uma colocação qualquer, seja onde for, ainda que na China ou em Mato Grosso, contanto que me sirva de pretexto para continuar a existir e continuar a sarroliscar os meus pobres romances, sem ser preciso fazê-los au jour le jour.

(...) Ora, dessa forma, só fazendo como neste momento faço: vindo a ti e pedindo-te que, logo que passe pelos olhos um desses cargos, lhe ponhas a mão em cima e me atires com ele, que eu o receberei com melhor vontade que a de um náufrago ao receber uma tábua de salvação. Repito: seja lá o que for – tudo serve; contanto que

¹⁹ Corrente estética literária de exacerbação do Realismo, cujo principal propagador foi o francês Émile Zola, inspirado pela teoria evolucionista do britânico Charles Robert Darwin (1809-1882), autor do livro “On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or The Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life” (A Origem das Espécies), de 1859. *Germinal*, a *opus magna* de Zola foi lançada em 1881.

eu não tenha de fabricar Mistérios da Tijuca e possa escrever Casa de Pensão. Talvez te pareça feio e até ridículo o que acabo de fazer; não sei, mas, desnordeado como estou, sôfrego por assentar esta maldita existência de boêmio que já se me vai tornando insuportável, agarro-me a ti, por julgar-te mais perto de mim e mais apto do que outro qualquer, para compreender a sinceridade do que estou dizendo [...].

De outra figura, afirma peremptoriamente ao conterrâneo Henrique Maximiano Coelho Neto (1864-1934)²⁰, estando ambos no Rio de Janeiro, não haver compradores regulares para seus livros – ou de outro qualquer autor –, e que é mesmo inviável a profissão de escritor. Isso já no limiar do século XIX:

Escrever para quê? Para quem? Não temos público. Uma edição de dois mil exemplares leva anos a esgotar-se e o nosso pensamento, por mais original e ousado que seja, jamais se livrará no espaço amplo: voeja entre as grades desta gaiola estreita, que é a celebrada língua dos nossos maiores.

Camões, se houvesse escrito em francês, o poema típico do Renascimento não seria a Divina Comédia e sim Os Lusíadas. E que é, em verdade, essa apresentação obra-prima? O monumento de um povo, quando podia ser o padrão de toda uma era, tão só porque foi fundido no metal pesado e tão arreveso à cinzeladura que só presta, quando muito, à obra de marchamartilho. Escrever para quê? Para quem? Semeia-se a mãos fartas, mas o solo quando não é pedregoso, é de mato bravio e a sementeira mirra ao abandono ou parece sufocada: indiferença ou analfabetismo. Dão-me as letras para viver, mas eu é que sei como vivo! Digo-te apenas que no dia que, aliás, não espero – em que conseguisse alguma coisa que me garantisse o teto e a mesa, deixava de mão pena, papel, tinta e todas essas burundangas que só têm servido para incompatibilizar-me com o clero, a nobreza e o povo. De letras estou até aqui! Os editores enriquecem como fazendeiros: às custas dos escravos. O Garnier, por exemplo: dizem-me que tem milhões e dá-me seiscentos mil-réis chorados pela edição de um romance. O meu ideal é um emprego público, coisa aí como amanuense ou escriturário, com vencimentos certos. (AZEVEDO, 2011, p. 9)

Relato não menos surpreendente, ante a quantidade de informações privadas, inclusive as negociações com o editor de seus livros (H. Garnier), além do próprio imaginário que tinha a respeito da destinação da escrita, seu alcance e níveis de importância coletiva e individual. Fato é ser absolutamente impossível subsistir através dela, que, a par de sua eventual qualidade, o agente, sem muitos problemas, cogita trocá-la por um emprego público, mesmo dos menos importantes.

É preciso considerar que, se na principal cidade do país, durante o Entresséculos, não existia mercado consumidor capaz de sustentar minimamente os autores de livros, a própria categoria “escritor” se transfigura em termo meramente ilustrativo, e não

²⁰ Coelho Neto nasceu na cidade de Caxias e seu perfil é similar ao de outros maranhenses nascidos na década de 1860 que se engajaram no abolicionismo e republicanismo, mas, por pertencerem a estratos sociais secundários em recursos familiares, econômicos e até escolares (sem curso superior), tinham pouquíssimas chances de participação na ordem política imperial. Sem poderem assumir cargos importantes nesse período, investiram muito na construção da imagem do intelectual, que depois permitiu, já na República, o reconhecimento e a inserção nos quadros administrativos do estado.

representativo de um grupo de profissionais da escrita.

Portanto, pode-se cogitar que inexistisse, inclusive, um mercado com rentabilidade satisfatória ou até compensatória para os tipógrafos editores, o que explicaria a efemeridade de vários empreendimentos desse setor. Ora, se é assim, nem se falar do Maranhão em meados do Oitocentos, um espaço muito mais restrito e periférico, onde essas circunstâncias são, em suma, bem mais radicais. Daí que é o caso de se pensar outros usos para a produção escrita no formato livro.

Há políticos que não escrevem, e se valem de outros recursos para tentar assegurar a permanência vitoriosa no concurso eleitoral, como os advindos da família Jansen Pereira (há um escritor, fundador da Academia Maranhense de Letras, pertencente a um tronco familiar próprio, Justo Jansen Ferreira, que escreve no final do século XIX e início do XX) entre as décadas de 1850-1870. Da mesma forma, há os que escrevem e não são políticos durante uma boa parte de suas vidas, mas que conseguem algum tipo de ingresso no estado através desse recurso, na maioria das vezes o único à disposição.

No entanto, os políticos-escritores detêm a capacidade de mobilização de um recurso caro, que é o capital intelectual de reconhecimento, através da publicação de livros, mas conjuntamente a vários outros. Isso lhes permite ao mesmo tempo, através da notabilidade, a inserção em múltiplos domínios, do econômico ao mandatário-administrativo, além do trânsito vertical e progressivo na hierarquia estatal, redundando na imagem de excelência que realimenta a lógica de progressão. Nesse ponto, a escrita não serve “exclusivamente” ao indivíduo que produziu, mas também para a conformação de um segmento que a utiliza para legitimar ou não os pares, servindo de “resposta” nas tomadas de posição, como via de enaltecimento ou detração especial em face de outros agentes que também escrevem.

Quanto ao testemunho de Aluísio, esse é tão verdadeiro, que uma vez aprovado para a diplomacia através de concurso público em 1895, simplesmente deixa de editar suas criações literárias (escritas e não publicadas) que na verdade, a partir desse ano, são muito poucas até quando de sua morte.

Quanto ao grupo “subalterno”, que passa a se configurar mais claramente neste período, podem servir de exemplo os “vultos notáveis” de Coutinho para a década 1880-89 (todos eles deputados-escritores), tidos como próceres da “intelectualidade maranhense” da época, em especial por terem participado da fundação da Academia Maranhense de Letras, mas que não tiveram qualquer projeção a nível nacional: Francisco de Paula Belfort Duarte, José Ribeiro do Amaral e Antônio Baptista Barbosa de Godóis.

A “exceção” na lista de Coutinho é Augusto Olympio Viveiros de Castro, ministro do Supremo Tribunal Federal, mas somente a partir de 1915. Em meados da década de 1890 muda-se para o Rio de Janeiro, onde produz seus trabalhos jurídicos, que são bem recebidos nas faculdades das principais capitais brasileiras. Os vínculos objetivos com o Maranhão são rapidamente perdidos, e São Luís não teria seu próprio curso de direito antes de 1940.

2.4 Série Progressista

Por último, a “Série ‘Progressista’”, toma o período compreendido entre 1890 e 1930, ou seja, a fase de instalação e consolidação da República. Sua referência é uma ampla gama de produtos político-literários representados por tentativas, ainda que tênues, a nível regional, de modificação dos padrões da economia-financeira e cultural maranhenses, para ajustá-los ao que se entendia como “moderno” aos padrões nacionais, mas que pertenciam mesmo ao “mercado de oportunidades” políticas daquela época.

O nome escolhido é inspirado no lema positivista “Ordem e Progresso” incorporado em um dos símbolos mais importantes da oficialidade, a bandeira nacional republicana (criada pelo maranhense Raymundo Teixeira Mendes, como dito alhures, fundador e diretor da Igreja Positivista no Brasil, sediada no Rio de Janeiro), mas com a percepção de que ele também é sujeito do processo de importação/adaptação e negação/afirmação de instituições, programas e argumentos, manuseado conforme a pertinência objetiva de seus agentes, notadamente nas disputas eleitorais.

Essa segmentação temporal inexistente na análise de José Murilo de Carvalho (2013), ante o limite que definiu: a manutenção da monarquia brasileira.

Os teóricos do regime republicano são oriundos da “geração 1870” – que possui um senso de pertencimento biológico-temporal marcante, não ocultado por Alonso (2002, p. 43), e “[...] circunscreve os indivíduos chegando à idade adulta e ao ‘mercado’ de trabalho ao longo dos anos 1870 [...]”, mas também pode compreender aqueles entrantes nas duas décadas seguintes. Com efeito, ao adentrar a década de 1890 são eles adultos jovens, entre os 25 e 35 anos, faixa etária, como se verá adiante, típica para entrada nas carreiras eleitorais e administrativas.

As características da produção cultural que Alonso (2002) identifica para essa geração, e que define também a Série Progressista, são da plena vinculação entre a atividade escrita e política. Trabalhando agentes inseridos nos principais núcleos urbanos do país, ela

advoga pela ausência de campo intelectual autônomo, na perspectiva bourdiana, em todo o século XIX no Brasil: “Observando as trajetórias individuais e o conjunto de obras publicadas nos anos 1870 e 1880 é impossível distinguir ‘intelectuais’ de ‘políticos’” (ALONSO, 2002, p. 30), para então concluir que “[...] toda manifestação intelectual era imediatamente um evento político.” (ALONSO, 2002, p. 38).

Não é uma afirmação vã.

Ela chama a atenção para a necessidade da verificação empírica, envolta que é na experiência prática dos agentes e, em seguida, se analisar da autonomia do campo. Esse exercício exclui o uso pré-determinado de abstrações conceituais usadas para todos os tempos e casos. Em seu objeto de estudo, muito similar ao que aqui se apresenta, afirmar a autonomia do campo descambaria para outras abordagens que virtualmente não são nele possíveis, como a de “[...] tomar o intelectual como um ‘tipo social’ [...]” (ALONSO, 2002, p. 31).

Nesse ponto, diversos elementos peculiares à produção escrita indicam a inexistência do campo literário/intelectual, como os grupos fluídos, a baixa qualidade das obras e a “inconstância” dos autores (ALONSO, 2002). O próprio relato de Aluísio Azevedo corrobora essa ideia. No mais, esses agentes que desenvolvem o trabalho político se configuram em segmentos a partir de apropriações e recusas específicas, onde a escrita é um elemento de identidade, portadora e difusora de rótulos de diferenciação, fundante de tradições legitimadoras e criadora de panteões, onde os vultos literatos são marcos identificadores da excelência social.

A Série Progressista é particularmente longa (41 anos), e em seu curso desenrolam-se transformações significativas, em diversos domínios. No econômico, crises recorrentes nos preços internacionais do café demonstravam a vulnerabilidade de uma economia montada quase exclusivamente sobre esse produto. Há também uma crescente participação da indústria, acompanhada da consolidação dos setores médios urbanos, que passam a demandar ativamente sua própria participação política.

Nesse cenário, a forma republicana instalada não cuidou de democratizar a sociedade, nem mesmo formalmente: “A rigidez do sistema republicano, sua resistência em permitir a ampliação da cidadania, mesmo dentro da lógica liberal, fez com que o encanto inicial com a República rapidamente se esvaísse e desse origem à decepção e ao desânimo.” (CARVALHO, 2010, p. 56).

Aponta-se o período de 1889 a 1894 como “República da Espada”, em razão dos governos militares e de repressão que se sucederam à queda do Segundo Reinado. Apenas alguns poucos agentes oriundos de famílias abastadas do Império – pertencentes à Geração

1870 – que conseguiram inserção política no novo regime se opuseram a ela pela escrita, como os monarquistas Eduardo Paulo da Silva Prado (1860-1901), co-fundador da Academia Brasileira de Letras (cujas cadeiras número 40 homenageava o Visconde do Rio Branco, pai de seu amigo e uma das lideranças republicanas, o Barão do Rio Branco) e Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (1860-1938). Contudo, no geral, os escritores saudaram a República, ainda que por pouco tempo:

Da invasão da Câmara Municipal a 15 de novembro de 1889, antes mesmo de proclamada a República, participaram vários intelectuais. Alguns, por certo, antigos militantes do movimento abolicionista, como José do Patrocínio, mas outros pela primeira vez movidos à ação política concreta, como Olavo Bilac, Luís Murat, Pardal Mallet. Um mês depois, intelectuais do Rio enviaram um manifesto de entusiástico apoio ao governo provisório, em que se referiam à aliança entre os homens de letra e o povo. A pátria, dizia o manifesto, abria as asas rumo ao progresso, ‘a literatura vai desprender também o voo para acompanhá-la de perto’. O entusiasmo durou até o governo Floriano, quando se deu um cisma entre os intelectuais, e alguns dos antigos entusiastas da República tiveram que fugir da capital para evitar a prisão. (CARVALHO, 2010, p. 25-26)

No Maranhão, repetiu-se uma circunstância mais ou menos comum nos dias subsequentes ao surgimento da República: próceres políticos monarquistas a ela aderindo de plano:

[...] por toda a parte, os grandes homens, que se notabilizaram à sombra do Trono, cheios de louros e honrarias, batiam palmas o sol nascente; e enquanto, na própria Corte, os áulicos do Paço não tinham a coragem cívica de ir pelo menos ao cais acenar o último adeus à Família Imperial que o Alagoas levava a caminho do exílio [...] (MOURA, 1993, p. 197).

Isso, em si, é determinante para se conhecer das estratégias adotadas que caracterizarão a Primeira República como a encampação do estado pelas oligarquias familiares locais, mas agora conforme a reconfiguração do poder nacional pela lógica de um federalismo invertido (prático, oposto ao formal de inspiração norteamericana, recepcionado pela Constituição de 1891). Nesse ponto, duas das antigas províncias, agora estados, passam a determinar a ordem de poder: São Paulo e Minas Gerais.

As oligarquias dos estados intermediários como Bahia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro tentam se articular nessa circunstância, enquanto o Maranhão está completamente afastado das principais decisões nacionais. Maneira tal que a República passou, em seu nascedouro, muito pouco além de uma alteração estética da organização política.

Figura 3 - Armas da República Federativa do Brasil²¹



Fonte: Brasil (2015d)

A figura com mais destaque político a nível regional, a esse tempo, é Benedito Pereira Leite (1857-1909). Ocupou praticamente todos os cargos eletivos possíveis, inclusive cadeira no parlamento maranhense. Era atacado na imprensa pelo periódico a “Pacotilha”, que tinha em suas redações dois outros deputados-escritores, Luso Torres e Clodomir Cardoso, fundadores da Academia Maranhense de Letras:

Muito lida em todo o Estado, a “Pacotilha” fazia a opinião pública no Maranhão. Seu período de maior prosperidade foi precisamente aquele em que, tendo em sua direção José Barreto da Costa Rodrigues, na gerência Agostinho Reis e no corpo redacional Luso Torres, Clodomir Cardoso e Fran Paxeco, combateu a orientação política de Benedito Leite. Foi uma luta titânica, que durou anos a fio. (VIVEIROS, 1960, p. 64)

²¹ Armas da República Federativa do Brasil. O brasão de armas da República preservou vários elementos do brasão de armas do Império do Brasil, notadamente os ramos de café e fumo, conforme fora desenhado por Jean Baptiste Debret e incorporado à bandeira imperial. Além disso, a auréola em azul com as estrelas brancas é absolutamente a mesma que constava naquele, representando cada uma delas uma província, agora convertidas em estado. A simbologia republicana, em suma, não rompeu com a imperial (o uso corrente dos títulos nobiliárquicos, informalmente, durante o novo regime o demonstra, como no caso do Barão do Rio Branco, figura chave da diplomacia brasileira da época). As armas republicanas foram encomendadas pelo Marechal Deodoro da Fonseca ao engenheiro Arthur Zauer e desenhadas pelo litógrafo Louis Gruder, que trabalhava para a Laemmert & Co., uma das maiores editoras do Rio de Janeiro. Com efeito, Deodoro também manteve a inspiração da bandeira original do país, com o verde, que representava a Casa de Bragança, na pessoa de D. Pedro I, e o losango amarelo, dos Habsburgo, de onde provinha a Imperatriz Leopoldina, sua primeira esposa. Esse militar, condecorado na Guerra do Paraguai, era amigo pessoal de D. Pedro II, e conteve as demandas dos republicanos “jacobinos”, que possuíam outros projetos de símbolos nacionais, e mesmo alguns defendiam o fuzilamento da família imperial.

Ora, o contra-ataque também viria através do mesmo instrumento. Benedicto fundaria “O Federalista”, cujo batismo era o de seu próprio partido. Tomou da Pacotilha até seu formato: “[...] tamanho 57x37 cm e 6 colunas.” (VIVEIROS, 1960, p. 64). No artigo de apresentação, confessa os usos práticos das folhas jornalísticas, produzidas para ataques e elogios pessoais:

O jornalismo entre nós, com raras exceções, tem obedecido a uma orientação inteiramente falsa e contrária ao fim que nunca deve perder de vista a imprensa séria e moralizada. Não raro, vemos a paixão partidária e o interesse pessoal cegarem de todo os espíritos, desviando-os do verdadeiro caminho que devem trilhar. Oposição frenética e sistemática, apologia sem termos e sem limites, eis o que quase sempre se nota na arena da imprensa, onde a luta deve ter por objeto a defesa calma e sincera dos princípios, a análise serena dos fatos no interesse do bem geral e para a orientação verdadeira da opinião pública. (VIVEIROS, 1960, p. 65)

Na visão de Jerônimo de Viveiros (1954), descendente de uma das mais abastadas famílias de lavradores da região de Alcântara até o Segundo Reinado, o final do Oitocentos não foi um período de decadência apenas da economia, mas também da cultura (Viveiros é uma das principais vozes da decadência econômica do Maranhão no século XX). Com efeito, segundo ele, existira uma Atenas Brasileira “legítima”, que, no entanto, havia desaparecido: “Assim, ao findar do século, não havia vida literária no Maranhão. Vivia-se em modorra apenas, aquecida pelas lembranças do passado. O Maranhão era Atenas, porque nossos ancestrais tinham sido aqueles atenienses legítimos” (VIVEIROS, 1960, p. 179).

O “ressurgimento” da cultura maranhense, segundo se pode concluir de seus escritos, passa pela figura de Benedicto Leite, a quem dedica um livro que tem por título o nome do biografado e o subtítulo de “um verdadeiro republicano” (VIVEIROS, 1960). A contribuição daquele deputado-escritor, então ocupando o cargo de governador, residiria, principalmente, no fato de ter inaugurado a Biblioteca Pública do Estado do Maranhão (depois, anos 1960, rebatizada com seu nome). Pois foi, exatamente em suas dependências, que se organizaria a “Oficina dos Novos”:

As reuniões, à noite, na secretaria da Biblioteca, amiudaram-se, e numa, assessorada por Fran, que então já punha em ação o seu invejável pendor para guia da mocidade, surgiu a ideia da criação de uma sociedade literária, que tivesse um jornal. Fran sugeriu-lhes os nomes: “Oficina dos Novos” para a sociedade, e “Os Novos” para o jornal. Ocorria isso em junho. A 28 de julho, instalou-se a “Oficina”, e a 5 de agosto circulou o primeiro número da revista “Os Novos”. Ao lado de Lobo, Fran chefiava o movimento, que viria produzir a ressurreição das letras maranhenses [...]. (VIVEIROS, 1960, p. 182)

A ideia de uma “renascença” no Entresséculos permeia as mentes que interpretam o Maranhão. A loja maçônica “Renascença Maranhense”, por exemplo, é dessa época (1897-1898) e a oposição dissidente da “Oficina dos Novos”, a composição “Renascença Literária” – mesmo modernamente, com os bairros da capital, Renascença e Renascença II, surgidos após a inauguração da Ponte José Sarney, em 1970 –. Para que exista o renascimento, porém, é necessário que antes tenha existido a vida e a morte. Dentro desse esquema de ápice e decadência e tentativas reiteradas de se alcançar o primeiro estágio, é que é feita a cosmogonia, com reflexos temáticos na produção escrita, dessa região ao norte do Brasil. Tal circunstância já havia sido identificada por Almeida (2008).

Contudo, o perfil geral de quem escreve nesse período é o do Notável, com múltiplas inserções sociais e destaque a participação na concorrência eleitoral. Em termos estéticos, os membros da “Oficina” eram ditos “operários”, o que decerto tinha a ver com o movimento “renovador” da economia, em que os grandes proprietários rurais e comerciantes abandonavam a grande lavoura de algodão e passavam a investir nas indústrias têxteis, inauguradas entre as décadas de 1880 e 1890.

Dos nomes mencionados por Viveiros (1960) na reorganização do quadro social, operada quase imediatamente depois da fundação, serão deputados-escritores: Luiz Carvalho, Viriato Corrêa e Clodomir Cardoso. Entre eles esteve Godofredo Mendes Viana, co-fundador da Academia Maranhense de Letras. Godofredo Viana aparentemente não ocupou cargo eletivo no parlamento maranhense, mas foi um político escritor.

Nasceu na cidade de Codó, em 1878, e faleceu no Rio de Janeiro em 1944. Torquato Mendes Viana, seu pai, era magistrado. Coursou “Humanidades” na capital, e em seguida matriculou-se na Faculdade Livre de Direito de Salvador, Bahia, bacharelando-se em 1903. Ali participou das redações dos periódicos “Regeneração” e “Nova Cruzada”. Retornando, é nomeado promotor de justiça na comarca de Alcântara (1905), assumindo depois a magistratura, que exerceu até 1918. Sua trajetória, ainda que na maior parte passada sob a organização republicana, cumpre todas as características marcantes do período imperial para os agentes que escrevem, interpretam o Maranhão e se articulam nos postos da Administração Pública.

São de sua autoria os livros “No país do Direito”, editado em São Luís no ano de 1914 pela Imprensa Oficial; “Teoria e prática do direito constitucional”; “Formas e fórmulas processuais”; “Prática do processo criminal” e uma edição do Código de Processo Criminal, na temática do direito; “Terra de ouro”, no Rio de Janeiro em 1935; “Ocasião de pescar”, Rio de Janeiro, pela editora José Olympio, em 1939; “Musa antiga”; “Poemas bárbaros”; “Paixão

de caboclo” e “Padre Francisco Pinto”, esses mesclando os subgêneros da poesia e prosa.

No ano de 1921 elegeu-se senador pelo Maranhão no Partido Republicano Maranhense – PRM, abandonando o cargo para ocupar o de governador (presidente) do Maranhão, sucedendo Urbano Santos, que então chefiava o PRM. Encerrado o mandato no ano de 1926, substituiu José Maria Magalhães de Almeida, oportunidade em que retorna ao Senado, onde fica até 1929. Com a Revolução de 1930 e o estado de suspensão das eleições até 1932, afasta-se, para retornar em maio de 1933, como deputado maranhense na Assembleia Nacional Constituinte que produziria a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934, pelo partido “União Republicana Maranhense”. Permaneceu na Câmara entre 1934-37, quando o Estado Novo fechou as instituições legislativas.

Mas, nem por isso restou afastado da Administração Pública. Seus amplos contatos lhe asseguraram o cargo de distribuidor da Justiça Federal no Rio de Janeiro, ainda em 1937. Nomeado procurador-geral e em seguida provedor de uma das principais instituições de saúde no Maranhão, a Santa Casa de Misericórdia.

A trajetória de Godofredo Viana em tudo se assemelha à dos deputados-escritores, e sua produção escrita não pode ser afastada das dimensões de pertencimento ao estado brasileiro, seja através dos cargos eletivos, seja pelos administrativos. Mas, ainda na narrativa de Viveiros (1960), dois outros membros da Oficina dos Novos, “Moreira de Sousa” e “Francisco Serra”, talvez tenham sido também parlamentares estaduais anos depois, pois foram encontrados os nomes de Feliciano Moreira de Souza e Francisco de Serra Carneiro, e pode se tratar das mesmas pessoas.

De se notar que as rupturas entre os agentes que escrevem começam desde muito cedo. De plano, Fran Paxeco²² não conseguiu manter dois dos principais estudantes: Luís Carvalho e Henrique Costa Fernandes, ambos depois deputados-escritores. A causa seria o próprio Fran Paxeco e sua “tutela” (VIVEIROS, 1960, p. 183). Esses vão fundar o periódico “A Actualidade”, segundo Viveiros (1960, p. 183), em “luta jocosa e elegante” contra a Oficina.

Quando desapareceu, a própria Oficina é que entra em colapso, e dela saem 4 membros, que se juntam a outros 3. Somados aos 2 primeiros, são ao todo 9 estudantes que vão se reunir em outra agremiação, a anteriormente citada “Renascença Literária”. A luta

²² Manuel Fran Paxeco nasceu em Setúbal, Portugal, no ano de 1874, sendo batizado Manuel Francisco Pacheco. Faleceu na cidade de Lisboa em 1952. Esteve no Maranhão pelo Entresséculos, onde constituiu família através do casamento com a ludovicense Isabel Eugênia de Azevedo Fernandes, cujos pais eram comerciantes e com quem teve uma filha, Elza Pacheco. Até o início da década de 1910, além do jornalismo, desenvolve diversas atividades de natureza cultural. Publica em São Luís vários artigos e livros sobre história, geografia, política e economia.

travada entre os dois grêmios foi recepcionada pela “imprensa política”, abrindo caminho para aqueles mesmos agentes – ainda entrantes – pudessem se responder nessa arena e várias outras, anos mais tarde:

Das suas sedes – a “Oficina dos Novos” na “Biblioteca Pública” e a “Renascença” na casa de Nascimento – as duas agremiações disputavam as simpatias dos jornais diários da cidade. Acabaram por tê-las: àquela as da “Pacotilha”, esta as da “Campanha”. A partir daí, o movimento infiltrou-se na parte culta da população. Sociedades de ensino, como o “Centro Caixeiral” e clubes dançantes como o “Euterpe”, abriram os seus salões aos conferencistas. (VIVEIROS, 1960, p. 184)

De se notar que a Oficina dos Novos tinha em seu favor uma instituição pública de natureza cultural para lhe abrigar (a Biblioteca Pública, antes “Escola de Primeiras Letras” da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, inaugurada ainda no Império, em 1874, e que se localizavam no mesmo prédio que atualmente é sede da Academia Maranhense de Letras), e o comando de um agente, Fran Paxeco, com sólidos contatos nos meios administrativos do Estado. Os odores institucionais oficiais que emanam dali decerto envolveram, nas palavras do próprio Viveiros (1960), o principal periódico da época, a Pacotilha.

A ideia da decadência, para esse autor, está presente, e é marcada pelo fim da Oficina dos Novos e da Revista do Norte, e de forma inusitada, pelo tom utilizado, a Academia Maranhense de Letras é uma degeneração dessa época: “Depois veio o declínio, com o desaparecimento da ‘Oficina dos Novos’ e a suspensão da ‘Revista do Norte’; e dessa frieza, foi que resultou a fundação da Academia Maranhense de Letras” (VIVEIROS, 1960, p. 190). Tanto que com isso nada mais diz, encerrando o capítulo de seu livro intitulado “A Vida Literária Maranhense durante a chefia de Benedito Leite”. O entusiasmo de Viveiros por Benedito Leite certamente se deve ao fato de que ele era aliado político de um parente próximo seu, na divisão dos partidos Conservador e Liberal após o surgimento da República²³.

Com efeito, foram organizados quatro partidos maranhenses na Primeira República, sob a lógica da inclusão/exclusão (cooptação/defenestração) de nomes nas listas de candidaturas, e com algum resquício da organização personalista da política imperial. O “Partido Republicano” era majoritariamente composto por antigos liberais, sob o comando do senador Manuel da Costa Rodrigues. O “Partido Nacional” por afiliados à outrora corrente conservadora castrista, e sob a tutela de Francisco José de Viveiros (lavrador na região de

²³ A divisão em “maístas” e “castristas” se refere às cadeias internas do Partido Conservador, cujas chefias pertenciam aos deputados-escritores José da Silva Maia e Augusto Olympio Gomes de Castro, segmentadas em agremiações próprias no período republicano.

Alcântara-Pinheiro) e Benedicto Pereira Leite (deputado-escritor). O “Partido Católico”, englobando principalmente maístas (a outra fração conservadora) e figuras rompidas tanto com as lideranças liberais quanto conservadoras do Império, tendo sido montado pelo Monsenhor João Tolentino Guedelha Mourão (deputado-escritor) e tendo a figura de projeção eleitoral em Luís Antônio Domingues da Silva (deputado-escritor), que seria depois eleito presidente do Estado. Por fim, o “Partido Constitucional”, produzido por dissidências oriundas do Partido Liberal, agora com a tutela de José Rodrigues Fernandes, Casimiro Dias Vieira Júnior (deputado não-escritor, proprietário e redator de “O Globo”, jornal republicano) e Francisco da Cunha Machado (deputado não-escritor).

Na visão do historiador Mário Martins Meirelles²⁴ (1960, p. 345), escrevendo em meados do século XX (1960), não há qualquer protagonismo na produção escrita maranhense a partir do Entresséculos e pelo menos até o início da década de 1930, um período que nomeia de “ciclo decadentista”. Mesmo a fundação da Academia Maranhense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, respectivamente em 1908 e 1926 não têm muita significância, e o aspecto geral é de abatimento para esse autor: “A luta fez-se ferrenha, arrastou-se, entre vitórias e derrotas, pelos anos ingratos e prossegue ainda, sucedidos muitos daqueles batalhadores, abatidos no curso da refrega, por outros tantos que lhes têm procurado preencher os claros nas fileiras incontestavelmente escassas.” (MEIRELLES, 1960, p. 346).

Além disso, uma constatação de longo curso parece afligir Meirelles (1960, p. 345): o fato de que os escritores de melhor qualidade viveram fora do Maranhão. Dentro da perspectiva decadentista, comparando dois períodos que julga distintos, observa ao tempo do “[...] chamado Grupo Maranhense (1832/1868)” e do “[...] segundo ciclo literário (1868/1894)” (, passa a exportar “[...] os seus valores intelectuais, ainda incipientes, para que, na Corte, se façam e se firmem como nomes nacionais, apenas nascidos no Maranhão”. Em diversos outros momentos lembra essa circunstância: “Ainda viviam, mas sempre fora e longe de nossas fronteiras [...] e outros haviam lá morrido sem jamais voltarem à terra-berço” (MEIRELLES, 1960, p. 345); “Dentre os poetas, Catulo da Paixão Cearense [...] não integrou aquele movimento de recuperação pois que sempre viveu fora da terra;” e “Dentre os prosadores, a figura maior é a de Umberto de Campos, nome sobejamente conhecido por todo o Brasil, secundado por Domingos Barbosa, Astolfo Marques, Godofredo Viana, Antônio Lopes, etc.” (MEIRELLES, 1960, p. 346).

²⁴ Mário Martins Meirelles (São Luís, 1915-2003). Foi diretor do Banco do Estado do Maranhão e de Chefe da Casa Civil no governo de Pedro Neiva de Santana (1972-1975) e um dos organizadores da Faculdade de Filosofia do Maranhão, ocupando o cargo de professor do curso de História. É autor de diversos livros sobre a história maranhense.

Domingos Quadros Barbosa Álvares é co-fundador da Academia Maranhense de Letras, e deputado-escritor. Godofredo Viana, como já mencionado, também é um dos organizadores dessa instituição, escritor e mandatário político, mas com atuação no Executivo. Mas, Meireles (1960, p.345) não olvida o fato de que os escritores são, principalmente, parlamentares: “[...] o Estado, vivendo das glórias daquele passado e dos poucos sobreviventes do segundo ciclo que ainda o representavam no sul (e não só no campo das letras como no da política com o fazê-los geralmente seus representantes nas duas casas do Parlamento)”.

3 PERFIS SOCIAIS

No presente capítulo são apresentadas as diversas características e formas de investimento dos deputados-escritores e agentes próximos, com a finalidade de se identificar as semelhanças e diferenças entre eles, com isso traçando os comportamentos coletivos vinculados à construção da “notabilidade”.

O acúmulo extraordinário de capitais em quem detinha meios e condições para fazê-lo, proporciona o acesso e permanência nas posições de poder oficiais (fossem ou não do estado). A configuração do “intelectual”, através da publicação de livros – conjugada a outros tipos de recursos – contribui sobremaneira para o sucesso na afirmação política.

Nesse sentido, por suas próprias características, inclui-se também o próprio autor de boa parte das fontes pesquisadas: Mílson de Souza Coutinho, o “Plutarco Maranhense do Século XX”.

3.1 O “Plutarco Maranhense do Século XX”

Como mencionado, para cada década do período (1830-1930)²⁵ selecionada por Mílson Coutinho (1981), há uma lista de parlamentares que classifica como “vultos” (“grandes vultos”, “vultos notáveis”, etc.), compilando breves informações biográficas de quem entende que seja digno de menção. Nesse caso, a larga maioria publicou livros, e seus autores são apresentados como próceres intelectuais em razão disso. São ainda comuns louvações do gênero “ilustre mestre”, “méritos indiscutíveis”, “vasta ilustração” (apenas para o caso de Antônio Baptista Barbosa de Godóis, por exemplo), mais frequentes e laudatórios aos que tiveram participação na fundação da Academia Maranhense de Letras, da qual o próprio Mílson Coutinho é membro nos dias atuais.

Não se quer dizer com isso que apenas são “Notáveis” (WEBER, 1967) os agentes por ele escolhidos, em que pese os códigos de classificação que adota pertencerem a uma “tradição” construída e prorrogada desde o Oitocentos, ou seja, a partir do contexto das relações sociais onde tais “parlamentares-escritores” estiveram ativos. Pretendeu-se antes

²⁵ Curiosamente, não há, na edição de 1980, “vultos” elencados para as décadas de 1910-20 e 1920-30. Isso deve ter a ver com a compreensão do autor quanto à “intelectualidade” de maior relevância, fundada no “cânone” da “Athenas brasileira” (LEÃO, 2013), própria de meados e fim do século XIX. Não é menos impressionante, principalmente porque não há qualquer destaque ao deputado-escritor Manuel Viriato Corrêa Baima do Lago Filho (Pirapemas, 1884 – Rio de Janeiro, 1967), parlamentar no “Congresso Estadual” em 1911 e deputado federal entre 1927-30, autor de quase seis dezenas de livros, além de ter escrito para jornais do Maranhão e Rio de Janeiro, e uma parte de suas publicações distribuídas pelo Ministério da Educação como material didático infanto-juvenil.

considerar a “notabilidade” dos políticos-escritores de Coutinho a partir da análise sociográfica acerca do próprio autor, que pode ser compreendido como um dos porta-vozes que escrevem sobre políticos e intelectuais, e com isso entender melhor as razões de suas escolhas classificatórias.

Alguns elementos de sua escrita parecem indicar um afastamento do tempo presente (o qual escreve, a partir do início da década de 1980) e um imediato deslocamento literário para o passado, um tempo pretérito “isento” e “reflexivo”.

Nesse sentido, ainda que não explicitamente, inclui a si próprio como uma espécie de analista contemporâneo à época que avaliava o “legado intelectual” da geração imediatamente precedente (da “Atenas Brasileira”, que teria existido entre 1850-1890). São por isso recorrentes adjetivos que o remetem a uma proximidade quase familiar, tais como “o velho Garcia” (João Antônio Garcia de Abranches), para falar do avô materno do deputado João Dunshee de Abranches Moura que, por sua vez, viveu entre os anos de 1867 a 1941, mas não recebe, assim como seus pares, tal classificação (“velho”).

Não deixa de ser significativa isso, porque o “velho Garcia” viveu no final do século XVIII e início do Século XIX, e por esse motivo receberia o epíteto “velho”, comparativamente à geração para a qual Mílson Coutinho se “desloca”, o final do Oitocentos e início do Vinte. Além disso, não raramente opina sobre escolhas e temas políticos da época, como se os debates e seus protagonistas fossem atuais ao tempo da escrita, feito o fim da escravidão, o advento da República, etc. Isso, no entanto, não é sem propósito e deve ser compreendido enquanto tomada de posição em um jogo que nega ou desqualifica certos elementos, inclusive através da temporalidade (“velho”) para enfatizar outros como legítimos. Ainda que o “novo” não seja necessariamente contemporâneo (como é Dunshee de Abranches, comparado cronologicamente a Mílson Coutinho), certos valores são tratados como correspondentes, por exemplo, o “republicanismo”, existente em Dunshee de Abranches e não em seu avô, que era ativo defensor da monarquia.

Uma ideia geral de “república”, ou minimamente de um Poder Executivo não-prevalente, ou limitado pelo Legislativo e Judiciário – com muitas ressalvas entre a projeção ideológica e a operação prática dessas instituições – é compartilhada por Mílson Coutinho (1981; 2007), que não raro denuncia o governo de Vargas no Estado Novo, especialmente pela circunstância política em que ele próprio está inserido. Metaforizando em Getúlio o regime de exceção surgido em 1964, Coutinho o critica, para atingir por via inversa o que seria o “velho” governo da Ditadura Militar (1964-1985), pois sua produção escrita sobre os temas históricos se dá justamente ao fim dela, no início e meados da década de 1980,

no contexto da recente “(re)democratização”. Nesse sentido, busca nos então jovens republicanos do final do século XIX sua própria legitimação, não excluindo nesse processo o viés literário institucionalizado, personificado pela organização das academias de letras, especialmente a maranhense.

Dessa forma, acredita-se que ele busca exibir e reiterar a “notabilidade intelectual” dos deputados-escritores já elaborada e difundida naquele período, e mais ainda, se auto-identificar como um porta-voz legítimo daqueles mesmos parlamentares e dos de seu tempo (de plano, inclusive, era ele advogado e assessor jurídico da Assembléia Legislativa e dedica a obra a seu presidente, Enoc Almeida Vieira, que é biografado ao final). Essa configuração de entrada e participação simultânea e interligada em vários domínios de excelência, foi abordada como “multinotabilidade”, onde “personagens híbridos” acumulam

[...] sinais de distinção devido à proximidade com a esfera científica que demonstram; [e podem] entabular teias de relações no domínio político que garantem acessos, aliados, meios de luta e superfície de influência; monopolizar a mediação de “grupos”, “segmentos”, “interesses” específicos que eles mesmos auxiliaram a edificar. (GRILL; REIS, 2015, p.356)

Utilizou-se os deputados selecionados por Coutinho como marco definidor da população (com a inclusão de outros posteriormente descobertos durante a pesquisa) em análise. São os “deputados-escritores” (agentes que, na verdade, “não são” nem uma coisa nem outra, mas que aqui são dessa forma classificados em razão da correlação desses investimentos, juntados, alegoricamente, pelo hífen) aqueles que publicaram livros, inicialmente identificados em “O Poder Legislativo no Maranhão, 1830-1930” (COUTINHO, 1981). Mas, para isso, foi necessário circunscrever o próprio autor, objetivando-o no, e do contexto em que escreve, para localizar e compreender os critérios de seleção e exclusão por ele estabelecidos.

Verifica-se que os “vultos” são nomes francamente referendados por instituições legitimadoras da cultura letrada, como a Academia Maranhense de Letras, tendo sido alguns deles seus fundadores, como José Ribeiro do Amaral e Antônio Baptista Barbosa de Godois, além de advogados, como Francisco de Paula Belfort Duarte. Todos os agentes com formação jurídica são precedidos da abreviação “dr.” (doutor).

Quer-se dizer que Mílson Coutinho mais ou menos compartilha marcos de classificação da “intelectualidade” que foram produzidos e reproduzidos por outros agentes e instituições precedentes, que ascendem ao século XIX, especialmente seus últimos anos, e reiterados por contemporâneos dele (ainda que oriundos da mesma época, como a Academia

Maranhense de Letras). Se esses mesmos marcos forem compreendidos como uma prorrogação dos códigos classificadores do final do século XIX (o “vulto” é o “intelectual”, e é o “intelectual” porque escreveu), é possível compreender inclusive o epíteto que lhe foi atribuído: “Plutarco Maranhense do Século XX”, e quem o faz é Sebastião Moreira Duarte.

Segundo informa o sítio da Academia Maranhense de Letras (2015a), Sebastião Moreira Duarte é licenciado em: “Filosofia e Pedagogia, é professor aposentado da Universidade Federal do Maranhão, onde ingressou em 1972. Mestre em Administração Universitária pela Universidade do Alabama, e doutor em Literatura Latino-Americana pela Universidade de Illinois, nos Estados Unidos.” Atuou também, segundo a biografia publicada pela AML, como professor visitante em várias universidades brasileiras e dos Estados Unidos, além de ter ativa participação editorial, conduzindo como coordenador a reedição de textos da “bibliografia maranhense”, organizados sob o título de “Maranhão Sempre” pela Siciliano, e de colaborar com as edições do Instituto Geia. São indicadas 33 edições de sua lavra.

Sebastião Moreira Duarte escreve ainda uma espécie de prólogo do livro “Fidalgos e Barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense” de Coutinho (2005b), com o título de “O OUTRO PLUTARCO”, no qual enquadra o livro e seu autor no “pantheon” dos intelectuais maranhenses, segundo as referências próprias da Academia Maranhense de Letras, e conforme a interpretação de seus membros, no início do século XXI.

Nesse pequeno mas rico texto de três laudas, Sebastião Moreira Duarte demonstra como se forma o referenciamento do “intelectual” no âmbito dessa agremiação, o qual se dá a partir do paradigma oitocentista. No réveillon de 2001, ele e outros acadêmicos se confraternizavam com José Sarney, quando alguém indagou ao ex-presidente qual dos dois séculos, se o dezenove ou o vinte, teria sido o “mais importante para a história intelectual do Maranhão [...]” (COUTINHO, 2005b, p. 13). José Sarney afirmara categoricamente “sem sombra de dúvidas” (COUTINHO, 2005b, p. 13) que teria sido o segundo, pelo número e qualidade dos escritores. Mas foi contraposto nos seguintes termos:

Tocado pela entusiástica enumeração, observou-lhe um dos confrades:

- Mas não tivemos o Panteon maranhense do século XX.

- Sim, foi isso o que nos faltou – anuiu Sarney.

Se, na virada das referidas eras, já existisse o livro que agora vem a público, ainda mais notável apareceria o desequilíbrio da Biografia maranhense, no confronto do século XX com o que o precedeu, no qual avultam o Panteon Maranhense, de Antônio Henriques Leal, e o Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão, de César Marques, obras de consulta indispensável para tudo o que, depois, se estudou e se escreveu sobre o Maranhão. (COUTINHO, 2005b, p. 13)

Virtualmente não concordando com a opinião de José Sarney, e tentando diminuir o “desequilíbrio” entre a produção escrita dos maranhenses nos séculos dezenove e vinte, parece comemorar o fato de que o livro em questão ao menos não surgiu cronologicamente no Oitocentos, mas que é plenamente pertencente à sua “tradição intelectual”: “Para os tempos em que vivemos, resta a satisfação de constatar que foi um homem do século XX, nosso contemporâneo Mílson Coutinho, quem emprestou maior grandeza à serie histórico-biográfica que marca o século XIX.” (COUTINHO, 2005b, p. 13). Lançando Coutinho (2005, p. 15) ao século XIX, conclui ao final do prólogo:

Em síntese, este livro dos Fidalgos e barões, completando o que faltava ao Panteon e ao Dicionário, inaugura um tempo novo, que nos obrigará a referir não mais dois, mas três clássicos da bibliografia histórica sobre o nosso oitocentos: Henriques Leal e César Marques e, a partir de agora, Mílson Coutinho, o Plutarco Maranhense do século XX.

Mas, depois que Sebastião Moreira Duarte enquadra Mílson Coutinho na “série histórico-biográfica que marca o século XIX”, para formar uma espécie de trilogia “de consulta indispensável”, qual a razão desse último receber dele a alcunha de “Plutarco Maranhense do século XX”? Decerto que não é apenas porque Coutinho nasceu e produziu nele, mas sim porque o século XIX já possui o seu próprio “Plutarco Maranhense”, que é Antônio Henriques Leal, segundo outro membro da Academia Maranhense de Letras (2015b), Jomar Morais:

O biógrafo e ensaísta percuciente dos quatro volumes que formam o Pantheon maranhense, revela-se ainda um homem de qualidades morais indiscutíveis. Perfilou para a posteridade muitas mais representativas figuras do Maranhão, todas já falecidas ao tempo em que produziu a obra que o imortalizaria, conferindo-lhe o cognome de Plutarco Maranhense.

Plutarco nasceu no ano de 46 d.C na cidade de Queroneia, na Grécia, e foi a principal referência ocidental dos estudos biográficos da chamada “Antiguidade Clássica” até o século dezenove. Sua obra “Vidas Paralelas” (Vitae Parallellae) contém vinte e três pares de biografias, formadas cada uma por um herói grego e um romano. (PLUTARCO, 2015)

No Oitocentos, os escritos “sobre o passado” no contexto da produção intelectual européia do período, buscou se apropriar de referenciais ditos “científicos”, na busca por um tal nível de “rigor” na identificação das fontes e do método, que eles fossem sistematizados – e legitimados – por um único e específico segmento acadêmico, como parte da divisão do conhecimento que então se operava. Era o nascimento da disciplina da História como

disciplina. De fato, houve um interesse pela construção biográfica, no contexto dos nacionalismos de meados daquele século, acerca de personalidades políticas e culturais, e esses textos foram, em boa parte, de início estruturados nas técnicas plutarquianas. Segundo Peter Gay (1999, p. 168) “[...] são “histórias particularmente importantes como testemunhos da auto-imagem burguesa”.

Por sua vez, Antônio Henriques Leal é um dos deputados-escritores, cuja trajetória será analisada em momento posterior. Foi redator dos periódicos “A Imprensa”, “O Progresso” e “O Publicador Maranhense”, tendo escrito os seguintes livros: “A província do Maranhão”, de 1862; o “Pantheon maranhense”, 1873-5 e “Apontamentos para a história dos jesuítas no Brasil”, de 1874.

No entanto, Antônio Henriques Leal (1987) é recorrentemente lembrado por sua *magnum opus*, o conjunto de biografias intitulado de “Pantheon Maranhense”, editado pela Imprensa Nacional portuguesa, em Lisboa, e que recebera uma segunda edição maranhense, mais de um século depois, tornando-se, desde muito cedo, uma das principais referências do ideário “ateniense” regional. O “Pantheon” possui quatro volumes, reunindo biografias de agentes político-literatos, e parece enquadrar-se nos modelos da história-biográfica nacionalista e romântica de meados do século XIX. Assim mesmo, após sua circulação em São Luís, autor e obra foram atacados por outro deputado-escritor, não biografado nele: Frederico José Corrêa. Segundo o mesmo, a coletânea contemplou apenas as afinidades de Antônio Henriques Leal, que teria excluído nomes bem mais importantes que alguns dos selecionados (COUTINHO, 2007). Jomar Moraes entende que o “Pantheon” é fruto do efeito “igrejinha” dos meios literários – estendível às demais instituições –, inclusive digno de apologias:

O biógrafo e ensaísta percuciente dos quatro volumes que formam o Pantheon maranhense, revela-se ainda um homem de qualidades morais indiscutíveis. Perfilou para a posteridade muitas mais representativas figuras do Maranhão, todas já falecidas ao tempo em que produziu a obra que o imortalizaria, conferindo-lhe o cognome de Plutarco Maranhense.

Em que pesem as críticas muitas vezes injustas de Frederico José Correia, lançando contra o autor do Pantheon, objeções fulminantes, contraditas e emprazamentos, o trabalho resistiu à ação do tempo e permanece vivo, como excelente fonte de consulta para o estudo dos maranhenses nele biografados. E de lá até hoje um fato interessante acontece: Um livro de crítica, de Frederico José Correia, ainda é citado e consultado apenas por ser uma contestação ao Pantheon maranhense. E diga-se, embora de passagem, que a Frederico não faltaram razões para investir contra o nosso Plutarco, acusado de colocar no Pantheon somente os seus amigos, fazendo vista grossa a personalidades da estatura de um regente João Bráulio Muniz, único maranhense a exercer funções monárquicas. Seria isso, talvez, efeito da política vigente nas chamadas igrejinhas literárias. E quem haverá escapado a esse doce e enleante fascínio das igrejinhas? (ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS, 2015b, s/p)

A “igrejinha” não é expressão sem propósito.

Ela é usada como referência ao que Frederico José Corrêa (2015) – um dos “vultos” de Coutinho (2007), também biografado na “Memória da advocacia no Maranhão – em seu “Um livro de crítica”, chamou de *coterie*, termo que pode ser traduzido como “confraria” (círculo social), para se referir aos biografados por Antônio Henriques Leal no “Pantheon Maranhense”. Frederico José Corrêa queria dizer que constava naquela publicação apenas a “igrejinha” de Antônio Henriques Leal, ou seja seu círculo próximo de amizades e parentescos.

O “Um livro de crítica” direciona-se contra o “Pantheon Maranhense” e seu autor, e mostra-se como “cisão” na proposta geral de notabilidade pela escrita (em livro e periódico), no ponto em que, dentre diversos tipos de ataques, “contesta” a produção “intelectual” pretensamente apartada do trabalho político e das relações “familiares” como é apresentada por seus alvos. A partir disso, é possível perceber, com grande riqueza de detalhes, como “política”, “intelectuais” e “família” estão profundamente conectados:

Com má fé fala o Pantheon deste nosso passado político e da pureza de intenções desses que ele chama de verdadeiros liberais, os quais, diz, tomaram a direção do novo partido! E ainda mais do seu órgão de imprensa, esse tal Progresso cuja redação atribui a três parentes, tendo-se ele vendido a todos os presidentes contrários a troco de um lugar na deputação geral ou de outra igual pitança!

É muita audácia desfigurar por este modo a verdade! Fazer de certas famílias privilegiadas um partido político e de gananciosos especuladores, verdadeiros liberais, isto só da imparcialidade e boa fé do autor do Pantheon! Não cito os fatos, não nomeio os indivíduos, para evitar odiosidades; mas, se for obrigado, tornarei ao assunto (CORRÊA, 2015, p. 92)

Apenas recentemente o livro de Corrêa (2015) ganhou uma segunda edição. Nela, Borralho (2015, p. 176) identifica que: “[...] quando Frederico José Corrêa critica o Pantheon, percebe grosso modo a perfilação dos biografados pertencentes e esmagadoramente ao partido Liberal.”.

De fato, ele estava vinculado aos conservadores (agentes pertencentes aos quadros de liderança da Igreja), tendo se envolvido na “Questão Religiosa”, em que dois bispos se opuseram às determinações do Império acerca do não-afastamento de padres maçons da hierarquia eclesiástica. Cândido Mendes de Almeida, outro deputado-escritor, liderança conservadora, atuou nesse caso advogando para o Bispo de Olinda, D. Victal Maria Gonçalves de Oliveira, réu no processo-crime. Corrêa, por sua vez – era advogado bem estabelecido – escreveu um livro “técnico”/ jurídico defendendo a posição católica, o “Exame crítico sobre a legitimidade do Placet e Recurso à Coroa, julgamento e condenação do

reverendo de Pernambuco”, impresso em São Luís no ano de 1874.

Com efeito, conforme o periódico cearense “A Constituição”, de 18 de agosto de 1874, o “Exame crítico” de Frederico José Corrêa é anunciado como “À venda na livraria de Joaquim José d’Oliveira & C.”, em Fortaleza, ao lado de outras publicações de interesse católico, como os “Apontamentos para a história dos jesuítas no Brazil”, do próprio Antônio Henriques Leal, “Jesuitismo e Catholicismo”, “Jesuitismo em Pernambuco. Apontamentos historicos e philosophicos”, ambos por Fabio Rustico, “O Fim dos Tempos ou o Imperio do Anti-Christo, sua destruição e a proxima vinda do Reino de Deos, etc.” e obras anti-maçônicas. Ora, a “omissão” de Antônio Henriques Leal em não arrolar um prócer da “oposição” (Partido Conservador) em seu “Pantheon Maranhense” é um ato político, tão objetivo e certo que foi respondido por outro: “Um livro de crítica”. (CONSTITUIÇÃO..., 2015)

Assim, acredita-se que tomar esse último por seu argumento estético, a desconstrução da “Athenas Brasileira” – “Quatro panteões se conhecem desde a antiguidade; um coube à Grécia, outro a Roma, outro à França e o quarto à Atenas Brasileira!” (CORRÊA, 2015, p. 36) –, como “antipantheon”, “crítico”, “denúncia” ou mesmo crer na existência da *coterie*, é assumir o risco de se esquecer o contexto da concorrência eleitoral em que surgiram ele e o próprio “Pantheon Maranhense”, para então admitir-se como verdadeira ou falsa uma ou outra “corrente”.

Recusa-se, portanto, essa postura, pois se vê pronta a armadilha que redundaria na (re)criação de mitos, construção e desconstrução de “tradições literárias”, novas ações e omissões, que muitas vezes respondem mais ao esforço político-institucional contemporâneo que à análise das relações estabelecidas entre os agentes da época.

Retornando à Mílson Coutinho, a declinação que Sebastião Moreira Duarte faz a ele e ao livro “Fidalgos e Barões” é de grande importância legitimadora. O segundo tem significativos investimentos de natureza acadêmica (pós-graduações nacionais e estrangeiras, artigos científicos, participação em eventos, etc.), ao contrário do primeiro. Em que pese, até a presente data (set./15), Mílson Coutinho somar cerca de 30 publicações em formato de artigos de revista (da própria Academia Maranhense de Letras) e livros, eles não foram produzidos no, e para, o meio universitário.

Não que isso signifique um demérito dos seus escritos, ao contrário. Primeiro, a proposta é analisar as inserções sociais de sua produção conforme sua trajetória. Segundo, que a contribuição que dá à pesquisa de História, ante a grande exuberância de informações sobre agentes vinculados às instituições oficiais maranhenses dos séculos XVIII, XIX e XX. No

geral, são levantamentos biográficos de políticos, magistrados e advogados, percorrendo também sobre organizações estatais (Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, etc.), e que, a rigor, recusam qualquer discussão sobre referenciais teóricos ou metodológicos disciplinares. Inclusive, o próprio autor alerta: “Fiquem, de logo, todos avisados de que não sou historiador.” (COUTINHO, 1981, p. 7).

Tal postura encontra fundamento em uma circunstância mais ampla do quadro de agentes que atuavam nas profissões jurídicas no Maranhão na segunda metade do Novecentos, que é a relativa raridade da titulação acadêmica de pós-graduação superior, notadamente na advocacia e magistratura.

Mas se, por um lado, os investimentos na obtenção de títulos acadêmicos são pequenos, geralmente ao nível das especializações técnicas (mais comuns a partir dos anos 1990 e 2000), no âmbito das próprias carreiras jurídicas, as conversões de esforços são muito maiores, o que demonstra que a ascensão profissional prescinde da titulação. Os investimentos diretamente ligados às instituições jurídicas e seus agentes, os ritos, as atividades cotidianas, as amizades, e a própria permanência física em sua “circunscrição”, são retribuídos em muito maior intensidade e velocidade que o recurso titular acadêmico, isoladamente, poderia proporcionar. Em especial porque essa era demandante, inclusive, do deslocamento para outras capitais, onde os cursos de mestrado e doutorado em Direito estavam estabelecidos.

Particularmente, a trajetória de Mílson Coutinho é rica quanto aos investimentos sociais que fez, e isso certamente lhe favoreceu nas carreiras jurídicas (no seu caso, advocacia e magistratura). Na orelha do livro “José Sarney – memorial dos 80 anos”, Joaquim Itapary, membro da Academia Maranhense de Letras, aduz que competiria a Mílson Coutinho a biografia do ex-presidente, tendo vista que estava “qualificado” em razão das “[...] suas facetas múltiplas de seu currículo – jornalista, assessor parlamentar, advogado militante, historiador, desembargador – qualidades todas que lançou mão e soube harmonizar [...]” (COUTINHO, 2010, s/p).

No relato de Itapary, o paradigma da “intelectualidade ateniense” surge concomitante ao domínio político, para lembrar que José Sarney aparecera “[...] num Maranhão dopado pela inércia, descendo escada abaixo a saudade de uma longínqua Atenas Brasileira” (COUTINHO, 2010, s/p).

Mílson Coutinho nasceu no município de Coelho Neto, próximo a Caxias, em 9/3/1939. Coursou o ensino primário em sua cidade natal e o secundário em São Luís. Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Maranhão em 1972. Entre os 20 e 30 anos de

idade, foi redator de alguns dos principais jornais da capital, entre eles o “Jornal Pequeno”, “Diário da Manhã”, “O Imparcial”, “Jornal do Dia” e “Diário do Norte”. Segundo a nota biográfica existente no sítio da Academia Maranhense de Letras (2015c), foi ainda “colaborador” no “O Estado do Maranhão” e no “O Debate”.

Essa robusta atuação na imprensa ludovicense, provavelmente, foi que lhe assegurou contato com os agentes que se articulavam a partir da instalação do regime militar de 1964. Nesse sentido, os investimentos na carreira jornalística e as amizades políticas, ainda como estudante, lhe proporcionaram assumir uma função pública próxima ao primeiro escalão²⁶ do governo municipal da capital: a assessoria de Imprensa da Prefeitura de São Luís, no período 1967-69. Havia logrado, também, aprovação em concurso para o cargo de fiscal de rendas do Município, nesse último ano.

Pela nota biográfica da AML, a década seguinte marca o abandono do jornalismo como investimento principal e o assentamento da advocacia (político-)eleitoral em seu lugar, atuando em sete prefeituras quase ao mesmo tempo: “[...] assessor jurídico das prefeituras dos municípios de Pedreiras, Buriti, Duque Bacelar, Caxias, Coelho Neto, Coroatá e Lago do Junco (1973/1978); [...] Procurador dos Feitos da Fazenda Pública do Município de São Luís.” (ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS, 2015c, s/p). Ao menos por duas vezes arriscou-se nos sufrágios, mas não como protagonista: ainda jovem, quando era redator de jornal, estudante universitário e assessor de imprensa da prefeitura, foi também suplente de deputado estadual, entre os anos de 1967-1971.

Sua carreira como advogado esteve sempre próxima da política e das estruturas da Administração Pública. Além das mencionadas prestações jurídicas municipais, foi Procurador do Estado do Maranhão (advogado público), até assumir a posição máxima dessa função, como “Subprocurador-Geral do Estado e Procurador-Geral do Estado em substituição (1993)” (ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS, 2015c, s/p). Fora ainda assessor jurídico da Assembleia Estadual Constituinte, em 1989, e também consultor jurídico das Câmaras Constituintes de São Luís e de Caxias no ano posterior.

²⁶ Adotou-se, em parte, a divisão própria do direito administrativo contemporâneo, elaborada por Hely Lopes Meirelles (2008), segundo o qual os agentes públicos podem ser seccionados em várias espécies, interessando aqui duas delas, a saber: os “agentes políticos” e os “agentes administrativos”. Sua preocupação é separar os que têm ampla autonomia funcional e postos de comando, daqueles que são meramente subordinados, e têm autonomia muito restrita ou completamente nula. Nesse sentido, pode-se deduzir que entre os “agentes políticos” há os de “primeiro escalão” eletivos (vereadores, deputados, governadores, etc.), os de “primeiro escalão” administrativos – tipicamente políticos (secretariados, ministérios) – e os de “primeiro escalão” judiciários (magistrados, promotores). Desta feita, os “agentes administrativos” são os de “segundo escalão”, sempre hierarquicamente subordinados aos “agentes políticos”, e de natureza profissional-técnica (diretoria de escolas, assessoria jurídica, etc.). Para não haver confusão com a terminologia bourdiana “agente”, falar-se-á apenas em “primeiro” e “segundo” escalões.

No âmbito da Ordem dos Advogados do Maranhão – OAB, ocupou o cargo de conselheiro por três mandatos. É bem se dizer que o processo de escolha do presidente dessa agremiação, que envolve a indicação de quem ocupará seus conselhos administrativos é, hodiernamente, muito disputado, acionando a mobilização (in)formal de agentes de várias instâncias, inclusive políticas.

Não deixa de ser impressionante a quantidade de funções públicas acumuladas concomitantemente à advocacia, e sua característica de grande proximidade com os agentes de primeiro nível da política maranhense no período 1970-90. Seu contemporâneo do curso jurídico, Luís Alves Coelho Rocha (1937-2001), foi eleito governador no início da década de 1980. Nessa administração, foi nomeado para o cargo de diretor do Arquivo Público estadual.

Apesar de virtualmente não pertencer tal função à primeira esfera de governo, guardava um interesse diverso e vinculado a outro investimento seu, desta feita, de natureza “intelectual”: o “escritor-historiador”. O Arquivo Público do Estado do Maranhão é, até os dias atuais, o principal repositório de documentos da Administração Pública maranhense, que ascende, pelo menos, até o século XVII. Naquela altura, ele já havia publicado os seguintes livros: “Atualidades do Padre Vieira – O Poder Judiciário no Maranhão” de 1978, “Apontamentos para a História Judiciária de Coroaá”, do mesmo ano, “Apontamentos para a História Judiciária do Maranhão” (COUTINHO, 1979), “Apontamentos para a História do Maranhão” de 1980, “Caxias das Aldeyas Altas, subsídios para a sua História”, e “O Poder Legislativo no Maranhão, I vol.”, ambos pela Gráfica do Senado e no mesmo ano (COUTINHO, 1981). Além desses, foram pelo menos mais 9 títulos até o final da década.

Os amplos contatos com agentes dedicados à atividade política podem ter contribuído para seu ingresso como desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, em 1994. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 acolheu o chamado “quinto constitucional”, que é uma técnica de composição dos tribunais brasileiros contemplativa das carreiras jurídicas de atuação processual: o juiz, o advogado e o membro do Ministério Público (BRASIL, 2015a). Tem esse nome porque as cortes judiciais integrariam em seus quadros, obrigatoriamente, 20% de agentes recrutados nessas duas últimas carreiras, conforme prescreve o seu art. 94.

A ideia seria principalmente compor, no exercício da magistratura de carreira em nível colegiado, os agentes processuais de atuação/formação “diferenciada”, que na origem são ditos “parciais” – pois defendem os interesses de uma parte processual específica, ao contrário do juiz, que deve ser “imparcial” no julgamento da causa, conforme os referenciais próprios da disciplina do Direito – maneira tal que eles poderiam contribuir, em termos

teóricos, com uma “outra percepção” das relações interpessoais que estão resumidas nos autos do processo.

A OAB e o Ministério Público se revezam no preenchimento das vagas, à proporção que vão sendo abertas nos tribunais. O procedimento de escolha do advogado que integrará o tribunal como desembargador é feito através de listas. Inicialmente uma sêxtupla, formada geralmente por inscrição livre e eleição direta no âmbito da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (para os Tribunais regionais). Os seis mais votados são levados ao respectivo tribunal, que faz um segundo filtro, selecionado três deles. A lista tríplice é então enviada ao chefe do Executivo (governadores, se de tribunais estaduais, ou presidente da República, se dos tribunais federais e superiores) que escolherá, definitivamente, o ocupante da vaga.

É um procedimento de altíssima concorrência e mobilizador de amplos apoios políticos, inclusive muito antes dos lançamentos das candidaturas na fase interna à OAB. Não raro, “campanhas informais” envolvem os mandatários dessa instituição, a chefia do Poder Executivo, desembargadores já estabelecidos e, às vezes, agentes estranhos às prescrições oficiais, como deputados estaduais.

Ora, em que pese Mílson Coutinho não deter, na origem, o capital familiar como distintivo social, construiu uma trajetória de investimentos múltiplos que o inseriu no jogo da articulação política regional de primeiro escalão. Integrante dos quadros de liderança da OAB/MA, tinha também franca proximidade com parlamentares estaduais e também com o Poder Executivo. Mesmo sem adentrar nas formas da estrutura de poder no Maranhão da segunda metade do século XX – enquanto tema empírico, ainda que os modos de intercâmbio do trabalho político e escrito dos agentes que se lançam no concurso das eleições não seja muito diferente do aqui estudado – pode-se dizer que Mílson Coutinho era pessoa próxima do ex-presidente José Sarney.

Ele escreveu três livros envolvendo o referido, a saber: “Sarney - Apontamentos para a vida e obra do chefe liberal”, com duas edições, a primeira de 1986 e a segunda de 1988; “Desembargador Sarney: memória do primeiro centenário”, de 2002 (o desembargador em questão era pai do ex-presidente) e “José Sarney: Memorial dos 80 anos”, de 2010. Para esse último, o autor relata que a publicação, na verdade é uma composição de dois livros: “[...] O primeiro foi escrito há 25 anos, com o título ‘Sarney - Apontamentos para a vida e obra do chefe liberal’, lançado sucessivamente em 1986 e 1988 pela editora Alcântara, de São Luís” (IMIRANTE, 2010). É de se concluir, portanto, que as homenagens a José Sarney, pelo desembargador, não cessaram no final da década de 1980. Fez-se necessário atualizá-las aos

novos tempos. O lançamento desse livro não poderia ser mais demonstrativo dos motivos.

O evento se deu no mês de junho de 2010, quando José Sarney exercia o terceiro mandato na presidência do Senado. Em que pese ter sido essa uma candidatura “despretensiosa” (“Sarney não queria disputar a Presidência do Senado pela terceira vez, mas entrou na disputa”), que no final seria vencedora, as articulações para a nova eleição da mesa dessa câmara legislativa, que se daria em 2011, estavam em pleno curso. (SARNEY, 2015).

De fato, seis meses depois, ele seria reeleito pela quarta vez. Mas, retornando-se à cerimônia de lançamento, que ocorreu em Brasília, uma declaração do autor e outra do biografado demonstram como os investimentos na construção de uma personalidade “intelectual” (derivada da produção escrita) podem render amplos frutos na construção do perfil “político”, de um modo tal que ambos se tornam quase indissociáveis, para configurar o “Notável”:

O historiador Mílson Coutinho lançou nesta quarta-feira (16), na Biblioteca do Senado Federal, o livro José Sarney: Memorial dos 80 anos, biografia do senador maranhense que aborda sua vida pessoal e familiar, sua obra literária e sua atuação política.

- Ele se tornou o político que é pelo intelectual que sempre foi. As duas personalidades - política e intelectual desenvolveram-se juntas - afirmou o autor, que também é desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O presidente José Sarney, bem-humorado, concordou:

- Como jornalista fui de certa forma forçado a entrar no cenário político. Eu me via como homem das letras - confessou. (MARANHÃO, 2015, s/p)

Na cerimônia se fez presente outro senador maranhense, Edson Lobão, que se manifestou da seguinte forma sobre José Sarney: “[...] grande figura pública, que tem sido muito injustiçada. [...] É o homem da democracia” (MARANHÃO, 2015, s/p). Ambos os parlamentares apoiaram-se historicamente nas articulações da política do Maranhão e, em 1994, Edson Lobão estava no último ano de mandato como governador do Estado. No mês de abril se afastara para concorrer ao Senado, sendo sucedido pelo vice, José de Ribamar Fiquene (1930 – 2011). Por essa época houve abertura de vaga para o quinto constitucional dos advogados, e o governador, valendo-se das prerrogativas legais, recebeu a lista tríplice enviada pelo Tribunal de Justiça, elegendo então Mílson Coutinho.

Analisando-se o livro de Mílson Coutinho (1981) que trata do parlamento maranhense, um fato interessante pode ser constatado: considerando os títulos das obras literárias produzidas pelos “vultos” por ele definidos, não há que se falar de inclusões e exclusões a partir do conteúdo delas, que pertencem aos mais variados gêneros. Ora, isso vai concordar com o pressuposto de que, em uma sociedade pouco letrada, qualquer tipo de produção escrita poderia ser facilmente associada a um perfil “intelectual” e, por conseguinte,

à caracterização do “vulto”, que também é o “imortal” da Academia de Letras. Assim, Mílson Coutinho, aparentemente, não seleciona os “vultos” conforme o conteúdo das publicações, mas o faz pelo simples fato delas existirem.

Nesse sentido, inclusive, é de se notar que deputados-escritores que editaram trabalhos sobre as relações econômicas comumente figuram entre os “vultos”, tal é o caso de Fábio Alexandrino de Carvalho Reis (“Breves considerações sobre a nossa lavoura”, São Luís, 1857; “Criação e aumento do imposto”, Rio de Janeiro, 1868) e João Dunshee de Abranches Moura (“Transformação do trabalho: memória apresentada à Associação Comercial do Maranhão”, São Luís, 1888).

Nessa perspectiva, a ideia da formação de “vultos” literários, não pela temática (ou qualidade) dos trabalhos, mas por sua quantidade, é um pressuposto coletivo, não exclusivo de Coutinho, mas, pelo menos, da Academia Maranhense de Letras. Por exemplo, quando do lançamento do livro “José Sarney: Memorial dos 80 anos” (COUTINHO, 2010), se pode concluir que o ex-presidente também se enquadraria como “vulto”, pelo número de livros que escreveu, conjugado ao trabalho político. A referência não poderia ser mais clara nesse sentido: ele é comparado a João Dunshee de Abranches Moura, um dos deputados-escritores:

O autor explica que a publicação é uma forma de homenagear o decano da AML. “José Sarney tem 58 anos de Academia Maranhense de Letras, é confrade mais velho e que tem uma carreira literária intensa, nunca deixou de produzir.” Hoje, José Sarney é o segundo membro da Casa de Antônio Lobo que mais tem obras publicadas, ficando atrás apenas de Dusche [sic.] de Abranches. (IMIRANTE, 2010, s/p)

A classificação “vulto”, partilhada entre os membros da AML, para Mílson Coutinho (2007), é permanente e perpassa quase toda sua produção. Na “Memória da Advocacia no Maranhão”, na tratativa entre ele e o presidente da OAB/MA na época, José Caldas Gois, assim se refere ao “projeto” do livro, que faria parte das comemorações pelos 75 anos da instituição advocatícia maranhense, nos seis meses que restavam antes do evento:

Já possuidores de um imenso acervo documental sobre vultos da nossa história política e literária, nesse calhamaço figurava um número respeitável de nomes de grandes advogados do passado. [...] tentando arrancar do túmulo do esquecimento, vultos realmente notáveis dos auditórios do Maranhão, desde os tempos coloniais. (COUTINHO, 2007, p. 20)

O caso é que Mílson Coutinho define seus “vultos” essencialmente a partir da publicação de qualquer gênero de escrita (sejam livros ou periódicos). Ele próprio revela e

confirma, pela reprodução, os paradigmas da definição do “perfil intelectual maranhense” do Século XIX, em franco vigor na década de 1980 e mesmo nos tempos presentes. Portanto, lembrando ainda do pseudônimo que Sebastião Moreira Duarte atribuiu-lhe, o “Plutarco Maranhense do século XX” (COUTINHO, 2005b, s/p), o fez, talvez inconscientemente, dentro dos critérios oitocentistas maranhenses de identificação dos “intelectuais”: investimentos políticos, domínio de múltiplas instâncias de poder e principalmente uma profusa produção escrita, sobre os mais variados temas, mas principalmente históricos e biográficos de seus pares.

Os “intelectuais”, portanto, são os “vultos coutinianos”, e os “vultos coutinianos” os “intelectuais” de outros analistas, entre os quais ele próprio é inserido por quem compartilha desse código de reconhecimento.

3.2 As Origens Geográficas

Foi verificado que a ampla maioria dos deputados-escritores nasceu em São Luís (18), na região do médio e baixo Itapecuru (10) e na Baixada Ocidental (7). Essas duas áreas do interior maranhense estavam profundamente integradas com a capital (em que pese praticamente incomunicáveis uma com a outra), pois São Luís sediava os poderes administrativos e o controle fiscal dos produtos da lavoura. Logicamente, concentrava ela as instâncias máximas da ordem política, mas, o fato do número de deputados nascidos nessa cidade ser maior que o dobro das duas mais importantes regiões interioranas, tem outra explicação.

Uma particularidade se impõe nesse caso. Quando do início do programa econômico pombalino para o Maranhão na segunda metade do século XVIII, o governo português, estrategicamente, incentiva a ocupação do núcleo urbano que sedia os centros de poder administrativos. Na verdade, essa era uma política deliberada, tomada pelo Marquês de Pombal após o terremoto de Lisboa:

[...] uma solução de renovação que, apesar de comprometida com a memória da cidade destruída, avança bem além do seu tempo e do limiar então reconhecido à utopia. Dá-se a aglutinação total entre Arquitectura e Urbanismo, sendo a cidade um organismo cujo controle ideológico exercido pelo desenho e pelos conceitos e aparelho jurídico que o suportam é absoluto. Daí nascerá não apenas uma cidade, mas também uma sociedade renovada. A qualidade de solução e o sucesso da renovação de Lisboa proporcionado pela catástrofe resultaram da luz emitida na rara fusão entre o poder e o saber (ROSSA apud FIGUEIREDO, 2014, p. 169).

A característica marcadamente urbana da capital maranhense foi identificada por Hallewell (2012, p. 184): “Muitas eram residências dos fazendeiros de algodão, porque estes, em vez de viverem no esplêndido isolamento de suas propriedades rurais, como faziam os fazendeiros de qualquer outro lugar, preferiam morar na própria São Luís”.

Nesse sentido, razões disso variam desde o controle estatal direto sobre essas mesmas “elites” político-econômicas até mesmo a garantia de sua segurança física e patrimonial, pois Portugal não dispunha de meios para fazê-lo, e mesmo áreas próximas de São Luís eram assediadas por índios, que saqueavam as propriedades e assassinavam escravos.

Eram correntes as solicitações dos proprietários para que a Administração organizasse expedições militares com a finalidade de dispersar os nativos que se encontravam nos arredores da lavoura e, a rigor, dificilmente eram atendidos, em razão da escassez material e humana para tanto, ficando, muitas vezes, ao seu próprio encargo fazê-lo: “Aumenta-se a demanda de terras a nível regional à custa das bandeiras definidas por Gaioso como ‘pelotões de gente armada para desalojar os índios e destruir os seus redutos’ (GAIOSO apud ALMEIDA, 2008, p. 47).

Nesse cenário, São Luís passa a sediar também os próprios estratos sociais que ocupam os cargos administrativos, e isso teve repercussão, inclusive, na estrutura urbana da cidade, mais bem qualificada que outros núcleos, incluindo Alcântara (SILVA FILHO, 1998), assim como na precariedade/provisoriedade da moradia na lavoura, um contexto marcadamente diferente, por exemplo, da região cafeeicultora do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

Quanto às duas regiões mencionadas do interior, com maior número de nascimentos, verifica-se que foram também as de maior importância econômica, estando o vale do Itapecuru dedicado principalmente à produção de algodão e a Baixada Ocidental ao arroz, produto esse menos lembrado pela historiografia, mas, em certo momento, tão importante quanto (FURTADO, 2001). É bem esclarecer, contudo, as circunstâncias geográficas dessas regiões. Adota-se como marcador a titulação tomada para algumas micro-regiões do Estado do Maranhão no final do século XX (BRASIL, 1990), dentre elas São Luís, Baixada Ocidental e Baixo Parnaíba, mas abolindo suas fronteiras físicas (municipais), e adequá-las à conjuntura da época.

Assim, a região da Baixada Ocidental não é absolutamente a mesma dos dias contemporâneos, mas toda a vasta área de campos alagáveis (ditos “perizes”) e florestas, quando essas existiam, à Oeste da Ilha do Maranhão, até o rio Tury e os limites com a

Província/Estado do Pará, tendo como principais núcleos urbanos Alcântara, Guimarães e Viana, nessa ordem. A área mais fértil do Itapecuru, os trechos baixo e médio, até a altura de Caxias e Codó, eram marcadamente propícios à cultura algodoeira, ante o regime de chuvas mais atenuado, que beneficia a produção e conservação da fibra, se comparado à Baixada que está às margens da Amazônia. Seu núcleo urbano de relevância é Caxias, para as regiões mais altas do vale, já que, à jusante, a vinculação é maior com a capital, atenuada a importância da Vila de Nossa Senhora do Rosário²⁷.

Para o caso da Baixada Ocidental, quase a totalidade dos nascimentos foram na própria Alcântara, com as vilas de Viana e Guimarães tomando os demais. Ao contrário, no caso do Itapecuru, cerca de 2/3 dos nascimentos foram basicamente rurais, nas propriedades do trecho baixo do vale (próximo da capital), e Caxias com o terço restante. As demais regiões têm contribuição menor, economicamente voltadas às pequenas lavouras, produção pecuária e caça (carne, couros). Os nascidos fora do Estado/Província se dividem entre famílias de servidores públicos destacados para São Luís e transeuntes do intercâmbio econômico dos sertões do Sul maranhense com o Piauí, Goiás e Bahia. Dessa forma, pode-se dizer que os deputados-escritores, quanto ao nascimento, são marcadamente urbanos. Veja-se o quadro:

²⁷ Atual município de Rosário.

Quadro 1 – Local de nascimento por região²⁸

Maranhão	Quantidade
São Luís	18
Médio e baixo Itapecuru e região litorânea	10
Alto Itapecuru e sertões do sul até os limites com o Tocantins	3
Baixo e médio Parnaíba e região litorânea até os limites com o Piauí	3
Baixada Ocidental e região litorânea até os limites com o Pará	7
Total	41
Brasil	
Norte/Nordeste	6
Sul/Sudeste	-
Centro-oeste	-
Indeterminado	11
Outro	1
Total	59

Fonte: Coutinho (1981), e outros.

Se por um lado os deputados-escritores têm seu nascimento nos meios urbanos, o decurso de suas vidas atesta o definitivo distanciamento do campo. Com razão, porque frente os 23 oriundos no interior maranhense (incluindo as cidades/vilas), a porcentagem de mortes nele é de menos de 10%. Mesmo na capital, o número de mortes (13) é menor que o de nascimentos (18):

²⁸ Tomou-se como referência regional os principais rios maranhenses, pois através deles é que foi realizado o povoamento, e a maior parte das cidades e propriedades rurais estavam estabelecidas em suas margens ou nas de seus tributários navegáveis. Intercalou-se com as regiões costeiras e os limites com os Estados (conforme a classificação contemporânea) vizinhos. Para o Brasil, reuniu-se a divisão regional moderna, tendo em vista que, durante o período imperial, ela não era tão precisa, falando-se em “províncias do Norte” para tudo o que fosse para além da Bahia.

Quadro 2 – Local de nascimento e de morte

Local de nascimento /morte	Capital do Maranhão	Interior do Maranhão	Maranhão/ indefinido	Rio de Janeiro	Outro/ Brasil	Portugal	Outro	Indefinido	Total
Nascimento	18	23	5	-	6	1	-	6	59
Morte	13	2	-	22	5	2	3	12	59

Fonte: Coutinho (1981), e outros.

Tal circunstância é explicada pelo extraordinário número de falecimentos na cidade do Rio de Janeiro (22), e para isso há uma razão. No decurso das trajetórias, os deputados-escritores foram logrando acesso às instâncias de poder centrais, de nível nacional, sediadas na então capital do país, o Rio de Janeiro, onde finalizavam suas carreiras – e vidas. É o caso, por exemplo, de Augusto Olympio Viveiros de Castro (1867-1927), que na juventude foi deputado provincial, mas em determinado momento reconverteu seus investimentos para a carreira jurídica, tornando-se um dos principais autores de estudos de direito público do país em sua época, especialmente nas disciplinas de direito constitucional, administrativo e tributário.

Mas existe também outro motivo para essa mudança de endereço: os reiterados bloqueios aos cargos públicos locais, e a conseqüente necessidade de reinvestimento de recursos nas carreiras liberais. Considera-se, todavia, que essa possibilidade se estreitava rapidamente em São Luís, ante a retribuição material, que escasseava à proporção que as estruturas econômicas se transformavam no final do século XIX, e o próprio Estado/Província assumia uma condição de marcada periferia no cenário nacional.

Assim, aqueles que dominavam os recursos necessários, como o capital acadêmico/“intelectual”, e possuíam alianças diádicas clientelistas consolidadas, poderiam aplicá-los em outros centros mais prósperos (Rio de Janeiro e São Paulo), ingressando com vantagem num mercado concorrencial bem mais amplo e sofisticado, e por isso muito mais excludente. Talvez o caso mais ilustrativo disso seja o de Cândido Mendes de Almeida.

Figura 4 - Cândido Mendes de Almeida



Fonte: Academia Maranhense de Letras (2015e)

Conforme narra Coutinho (2007, p. 246), Cândido Mendes de Almeida foi demitido do Ministério Público “[...] por injunções políticas, mudou-se para a corte, onde exerceu o cargo de chefe da Secretaria do Ministério da Justiça”. Cândido Mendes nascera no dia 14 de outubro de 1818, na vila de São Bernardo do Brejo dos Anapurus, região do Baixo Parnaíba. Ao contrário do que é narrado (VILLAÇA, 1981), a “Vila do Brejo” não era uma aglomeração pauperizada. Foi ela uma das praças comerciais de intercâmbio da capital maranhense com a importante cidade comercial de Parnaíba, no Piauí, abastecendo-a de arroz, gado e outros produtos mais raros nos sertões secos, rendendo, inclusive, mais 2 deputados-escreitores.

Seus pais eram Fernando Mendes de Almeida, português, e Esméria Alves de Souza. Mas, particularmente, seus avós maternos foram agentes de importância para a administração lusitana e para a própria Vila do Brejo. Domingos Alves de Souza tinha o cargo de capitão-mor, ou seja, uma destacada liderança militar, mas que faleceu em Portugal em 1801, e Euzébia da Conceição Alves de Souza, liderança política em toda a região do Baixo Parnaíba.

Basta dizer que ela teria vindo para o Brasil juntamente com a Família Real em 1808, e que contava mais de oitenta anos em 1839 quando foi barbarizada durante a Balaiada (1838-1841), por um dito “Bem-te-vi” e outros homens (SANTIROCCHI, 2014), que lhe teriam desferido mais de vinte facadas, cortado uma orelha e a mão direita, depois amarradas em uma montaria que desfilou pela Vila do Brejo expondo tais “troféus”, tudo isso enquanto o neto terminava o curso de Direito em Olinda e voltava ao Maranhão. Consta, inclusive, que

não teria sido uma das mãos o objeto de exibição: “Segundo a memória oral, menos puritana que as enciclopédias, não foi bem a mão que levaram em troféu para o Brejo, mas as partes genitais: ‘A Euzeba Maria: Era chamada de Dona Cabana. Esticaram a coisa dela pro Severino olhar’” (ASSUNÇÃO apud SANTIROCCHI, 2014, p. 65).

Severino era um de seus filhos, tio de Cândido Mendes, também capitã-mor, como o avô. Mas, neste ponto, julga-se mais pertinente analisar os apelidos dos envolvidos naquele homicídio: o(s) autor(es) era(m) chamado(s) de “Bem-te-vi”, ave símbolo dos agrupamentos do dito Partido Liberal maranhense e seus derivados, que tinha entre seus próceres o jovem deputado-escritor João Francisco Lisboa; dessa feita, a vítima era “Dona Cabana”, sendo a terminologia “cabano” referente aos filiados do Partido Conservador.

Os agentes principais, articulados sob esses slogans, encabeçando múltiplas e fluidas configurações, já vinham, desde a Independência, disputando o controle das instancias administrativas de suas localidades, e os de nível inferior das redes, replicando e transmitindo mais diretamente as tensões. Eles terminaram desencadeando um conflito armado de grandes proporções, à revelia daquelas mesmas lideranças e rompendo em parte com as formas de organização do poder até então estabelecidas.

No ano seguinte à morte da avó, sucumbiria o pai, e com 22 anos Cândido Mendes tornou-se a liderança da família, o que significa herdar a condução das redes de interdependência criadas por seus antecedentes. Sua trajetória é absolutamente similar à dos demais deputados-escritores, tendo como tríade o jornalismo, a carreira jurídica e política eleitoral (essa com reflexo na ocupação de cargos públicos não-eletivos). Com efeito, dispunham dessas três possibilidades “profissionais”, normalmente interligadas e, caso uma se fechasse, os recursos pessoais poderiam ser convergidos às demais, e foi exatamente isso que aconteceu.

Ele corporificou e reproduziu os conflitos que haviam envolvido seus antepassados. No ano de 1840, foi aprovado como docente no “Lyceo Maranhense”, para a cadeira de História e Geografia. Encontrou lá outro deputado-escritor, que também lecionava as mesmas disciplinas: Francisco Sotero do Reis, igualmente vinculado ao Partido Conservador. Ao mesmo tempo, cumpriu o procedimento de entrada dos jovens bacharéis na carreira jurídica, tendo sido nomeado promotor público da capital, cargo que ocupou apenas durante dois anos, entre 1841 a 1842.

Pela época da sua aprovação como docente, publicava no periódico “O Legalista”, tendo atacado Ana Jansen²⁹ e alguns membros de sua família, todos proeminentes figuras do Partido Liberal. Por isso, Cândido Mendes foi chamado a duelo de pistolas por Izidoro Jansen Pereira (depois tornado coronel da Guarda Nacional), filho de Ana Jansen. No entanto, Izidoro não se fez presente. Depois, o pai desse, Izidoro Rodrigues Pereira, o último dos esposos de Ana Jansen, agredira com socos Cândido Mendes, em pleno Teatro São Luiz (Arthur Azevedo) numa noite de espetáculo. Entre salvas e repúdios posteriores, aquelas “[...] eram as regras do jogo” (BARROS apud SANTIROCCHI, 2014, p. 68).

Cândido não fora poupado nos periódicos aliados dos Jansen, sendo chamado de “Cão Mendes”, além de ter sua masculinidade questionada (SANTIROCCHI, 2014). Conforme a provisoriedade característica das “facções” eleitorais, foi encaixado como suplente de Manoel Jansen Pereira, parente próximo de Ana Jansen, ao cargo de deputado-geral.

A noção de “facção” aqui utilizada tem relação com a de Landé (1977) e Mayer (1977). Portanto, são organizações provisórias e opostas, egocentradas a partir de um líder, conforme os recursos disponíveis e disponibilizados pelos agentes, e que serão retribuídos pela liderança durante a montagem dos apoios.

Ora, em meio aos ajustamentos políticos pós-Balaiada, na “Série da Conciliação”, Cândido Mendes é demitido do Ministério Público, o que lhe conduziu à carreira política (evento semelhante se processará com o deputado-escritor Filipe Franco de Sá, mais ou menos duas décadas depois).

Cândido Mendes o substituiu, assumindo o mandato pelo Partido Conservador entre os anos de 1843-44. A partir daí, reveza cargos eleitorais e administrativos no Maranhão e no Rio de Janeiro, até se ver no cerne da Questão Religiosa³⁰ como advogado do bispo de Olinda e Recife. Sua contratação para tão importante causa foi fruto de suas relações de proximidade com agentes importantes da hierarquia católica, portando um discurso classificado como “conservador” (SANTIROCCHI, 2014), contrário à participação maçônica na Igreja e nas estruturas políticas do estado, e submissão às diretrizes papais, no chamado

²⁹ Ana Joaquina Jansen Pereira (São Luís do Maranhão, 1793 - 1869), filha de Vicente Gomes de Lemos Albuquerque e Rosa Maria Jansen Müller, uma rica proprietária de terras e imóveis na cidade São Luís.

³⁰ A Questão Religiosa: enfrentamento entre a Igreja Católica e a Maçonaria na década de 1870. Dois bispos, Dom Vital (bispo de Olinda e Recife) e Dom Macedo Costa (bispo do Pará), de acordo com ordenações papais não aprovadas pelo Império brasileiro, determinaram a interdição de irmandades sob sua jurisdição eclesiástica por manterem entre seus quadros, maçons. Negando-se a suspender os interditos, após determinação governamental, foram processados e julgados por desobediência civil, presos e condenados a trabalhos forçados.

“ultramontanismo”³¹.

Depois deste episódio de repercussão nacional, Cândido Mendes fixa residência no Rio de Janeiro, lá morrendo em 1881. Mesmo seu filho, Fernando Mendes de Almeida, também deputado-escritor maranhense, muda-se para a capital do país, onde falece em 1921. Cândido Mendes de Almeida Filho, Conde pela Santa Sé (Conde Mendes de Almeida), já nasce no interior do Rio de Janeiro, na década de 1860. A “família” Mendes de Almeida, na segunda metade do século XIX, praticamente encerra seu vínculo com o Maranhão, deixando vasta descendência de agentes com investimentos políticos, intelectuais e eclesiásticos em São Paulo e na então capital do país. Nessa última cidade tem sede a “Universidade Cândido Mendes”, empreendimento histórico da família, iniciado por Fernando e Cândido Mendes de Almeida Filho, conjuntamente com o Visconde do Ouro Preto e Afonso Celso³², sendo a mais antiga instituição de ensino superior particular do Brasil e uma das mais importantes até o início dos anos 2000, atualmente (2016) em processo de reestruturação.

Por derradeiro, aqueles que conseguem alcançar cargos e funções na Corte Imperial/Capital federal, praticamente encerram seus vínculos com o Maranhão, e não apenas individualmente, mas a “família”, parentes próximos e descendentes, não retornam a ele, o que explica o número substancial de mortes no Rio de Janeiro.

3.3 Os Ancestrais

Quanto aos ancestrais dos deputados-escritores, a primeira constatação é a marcante carência de informação nos livros consultados. O silêncio dos biógrafos é o resultado da falta de referências bibliográficas precedentes, e essas, muito provavelmente, em decorrência da dificuldade de acesso à documentação específica de época. Contudo, outra dimensão do silêncio se impõe: a opção proposital de sonegar dados que, ou têm muito pouco a contribuir para a construção da imagem de excelência intelectual/política do biografado, ou simplesmente depõem contra ela.

O caso de Cândido Mendes, acima relatado, parece se encaminhar a essas duas frações de não-ditos propositais, ou de um esforço do biógrafo em extrair elementos isolados dos antepassados que pudessem fundamentar a narrativa de exaltação. Conforme descrito por

³¹ Ultramontanismo é uma corrente doutrinária/administrativa católica que defende a máxima autoridade e prerrogativas papais sobre a disciplina eclesiástica e a Fé. É tradução do latim *ultramontanus*, significando "além das montanhas" (no caso, os Alpes), no sentido de quem está no norte da Europa e se refere ao sul, onde está Roma e a sede da Igreja.

³² Visconde do Ouro Preto: Afonso Celso de Assis Figueiredo. Afonso Celso: Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, filho do anterior.

Santirocchi (2014, p. 63): “Tais trabalhos, todavia, possuem muitas lacunas, demonstrando muito mais um intento laudatório que crítico. Não são uma produção biográfica problematizada. As principais lacunas se referem a seus ascendentes e à sua vida no Maranhão, que ocupam poucas linhas nas biografias.”

Assim mesmo, alguns informes relevantes puderam ser colhidos, especialmente sobre os de primeiro grau em linha reta (pais), estendendo-se, a rigor, até o segundo (avós), em que pese, principalmente nos casos de deputados-escritores portadores de títulos de nobreza, como o Visconde de Vieira da Silva, as linhas genealógicas serem mais bem trabalhadas (COUTINHO, 2005b; MOTA, 2012). De início, quanto ao local de nascimento e morte, algumas conclusões podem ser alcançadas através da distribuição abaixo:

Quadro 3 – Local de nascimento e de morte (ascendente imediato)

Local de nascimento/morte	Maranhão	Outro/Brasil	Portugal	Outro	Indefinido
Nascimento	18	2	8	-	31
Morte	7	3	1	-	47

Fonte: Coutinho (1981), e outros.

Majoritariamente, o nascimento dos pais dos deputados-escritores é no Maranhão. No entanto, para a seção da população de parlamentares das décadas de 1830-40, a presença de pelo menos um deles com nascimento em Portugal é muito maior. Sim, porque ainda distavam poucos anos da Independência, e a chegada de imigrantes portugueses dentro do projeto de colonização do Maranhão não havia cessado, ou sequer diminuído, isso em razão do povoamento ter se iniciado tardiamente, se comparado a outras regiões do Brasil ou mesmo do Império Português mundial (MOTA, 2012), tendo sua maior projeção econômica ocorrida no entresséculos XVIII/XIX.

Por isso, o número de 8 nascimentos em terras lusitanas é quase todo concentrado entre os decênios de 1780 e 1810, sendo pouco menor que a metade dos nascimentos maranhenses. Logo em seguida, os pais portugueses praticamente desaparecem, e entre 1880 e 1930 não são mais identificados.

Quanto às informações acerca do local da morte deles, essas são ainda mais raras, posto que a própria biografia do deputado-escritor ofusca a importância da trajetória de seus antecedentes. É por isso que em tal categoria os números são bem menores que na anterior, circunstância que também pode ser averiguada na coluna “Indefinido”, aumentada no quesito. É interessante, contudo, notar a desproporção entre os nascidos e os mortos em Portugal, o

que indica o caráter migratório – definitivo – desses agentes.

Contudo, é necessário cuidado ao analisar os baixíssimos números da formação educacional superior dos pais. Acredita-se que, nesse caso, não se trate da raridade da fonte, mas sim da ampla escassez desse tipo de recurso. Isso porque os biógrafos decerto não perderiam a oportunidade de mencionar a existência do curso superior do pai/avô para subsidiar a formação “intelectual” do descendente, considerando a natureza laudatória de seus escritos.

Com 28 nascimentos identificados, e apenas 7 titulações, é de se crer que a proporção de pais/avós com formação acadêmica circulasse mesmo em torno de 25%. No curso de um século, também se constata que a quantidade de formados, nas décadas iniciais, é praticamente nula, e aumentada vagarosamente durante o período, até estabilizar-se no entresséculos XIX/XX. No início do Oitocentos não existiam instituições de ensino superior aplicado no Brasil, sendo as primeiras escolas dessa natureza criadas por decreto executivo de D. Pedro I no final da década de 1820 (Faculdades de Direito de Olinda e de São Paulo).

Também, o capital acadêmico, nesse contexto, tinha bem menos importância para a produção de outros capitais de relevância na configuração do poder (em que pese, individualmente, assegurar postos elevados na estrutura administrativa), como os derivados das relações de “compadrio”, “família”, e mesmo do capital econômico. Ainda assim, o número de diplomados nos cursos jurídicos é marcante, se comparado aos demais, o que se repetirá no caso dos filhos, deputados-escritores:

Quadro 4 – Escolarização superior dos ascendentes (primeiro e segundo graus)

Modalidade	Total
Direito	5
Medicina	1
Engenharia	-
Academia militar	1
Seminário religioso	-
Filosofia	-
Letras	-
Outro	-
Sem informação	52
Total	59

Fonte: Coutinho (1981), e outros

Quanto à atividade econômico-profissional dos pais e avós dos deputados-escritores, comparada à de seus filhos e netos, verifica-se uma profunda transformação na dinâmica dessas “linhagens”. Isso porque, os pais e avós dedicam-se mais a empreendimentos ligados ao campo (13) enquanto aqueles dedicados a atividades urbanas, se comparados a eles, são pouco mais de 30% (4). É bem recordar que os próprios deputados-escritores nascem, principalmente, nas cidades, mas suas conversões vão se dividir entre a administração das fazendas de seus antecedentes e as profissões urbanas (advocacia, cargos públicos, etc.).

Por outro lado, a sua descendência (filhos/netos) desligou-se por completo das atividades rurais como meio de obtenção de recursos financeiros (0). Ao reverso, o número de profissionais liberais (advogados, médicos, professores) entre eles é quase 5 vezes maior (3/14) tomando-se como referência seus avós e bisavós. O aumento dessa categoria envolve, obviamente, a maior procura e obtenção de diplomas acadêmicos, o que explica o acréscimo numérico na categoria “Outros”. Sim, pois ela abarca, também, servidores estatais e, portanto, ocupantes de cargos públicos, muitos desses demandantes da titulação específica (por exemplo, os judiciários):

Quadro 5 – Atividade econômico-profissional dos antecedentes / descendentes dos deputados

Atividade econômica	Antecedentes imediatos (primeiro e segundo graus)	Descendentes imediatos (primeiro e segundo graus)	Total
Lavrador/Pecuarista	13	-	13
Comerciante	3	-	3
Industrial	-	-	-
Banqueiro	-	-	-
Serviço	1	-	1
Profissões liberais	3	14	17
Outros (incluindo servidor estatal) / Sem informação	39	44	83

Fonte: Coutinho (1981), e outros

Dessa forma, três fases de investimento no ambiente econômico se desenrolam na genealogia desses parlamentares: seus avós/pais são proprietários rurais, os deputados-escritores em parte são proprietários rurais e em parte são profissionais urbanos, e seus filhos/netos não são proprietários rurais.

3.4 Escolarizações, Cargos e Ocupações

A trajetória educacional dos deputados-escritores têm relativamente pouca referência em suas biografias, estando as fases iniciais reduzidas à expressão “primeiras letras”, e apenas relacionadas à cidade onde ocorreu o aprendizado, omitidas, no geral, as instituições e os mestres.

Contudo, esses dados começam a surgir quando do ensino secundário, tornando-se mais comuns tanto as menções ao local das escolas, quanto seus nomes, professores e episódios relacionados ao desempenho daqueles jovens que mais tarde seriam parlamentares, mas com forte cunho laudatório, para citar “boas notas”, aprovação com “destaque” e congêneres. Jacobina (1938, p. 27), por exemplo, fala que Francisco Dias Carneiro

[...] ao atingir a idade escolar, fora enviado por seus pais, para a cidade de São Luiz, onde, no antigo Colégio N. S. dos Remédios, mais tarde Colégio Perdigão, fez o seu curso de Humanidades, durante o qual sempre se distinguiu por uma inteligência brilhante e grande amor ao estudo, sempre se distinguiu por uma inteligência brilhante e grande amor ao estudo.

Constata-se que o perfil do ensino é urbano e, por maioria, sediado em São Luís (secundário secular). Mas, aproximadamente, 15% do conjunto de futuros deputados-escritores cursa-o fora do Maranhão:

Quadro 6 – Educação pré-universitária

Local/nível	Lar	Escola primária secular	Escola secundária secular
São Luís	2	6	23
Rio de Janeiro	-	1	5
Portugal	-	-	2
França	-	-	1
Outro/Brasil	-	-	1
Sem informação	57	52	27
Total	59	59	59

Fonte: Coutinho (1981), e outros.

Dentre as escolas mais citadas no século XIX, na capital maranhense, estão o “Colégio N. S. dos Remédios”, depois rebatizado de “Colégio Perdigão”, o “Colégio Imaculada Conceição” (um sobrado de 15 janelas situado na Rua de São Pantaleão) e o

“Liceu Maranhense”; no século XX, o mesmo Liceu e o “Colégio São Luiz”. No Rio de Janeiro são mencionados o “Colégio Pedro II” e o “Colégio Marinho”³³.

A formação secundária se constituía, de forma prevalecte, do chamado “Curso de Humanidades”, organizado a partir do legado jesuíta de ensino, mas que, no início do Oitocentos, passou a incorporar elementos iluministas, principalmente das áreas de “Exatas” e “Ciências Naturais”, posto que se entendia que elas eram, também, não só necessárias à boa formação humana, como essenciais ao desenvolvimento econômico do país (ZOTTI, 2005).

De uma narrativa sobre o processo educacional do deputado-escritor João Dunshee de Abranches Moura, se extrai a trajetória comum à maioria daqueles futuros parlamentares, como também a grade curricular e professores da escola mais acessada, o “Lyceo Maranhense”, conforme o saber erudito:

[...] após os estudos primários em sua terra natal – primeiro, estudando com sua mãe e tias, no famoso ‘Colégio das Abranches’³⁴ onde também deve ter feito os preparatórios para o Liceu Maranhense. Um dos famosos ‘meninos do Liceu’ no dizer de Gonçalves Dias, aos 16 anos de idade, ao concluir seu Curso de Humanidades, foi plenamente aprovado em severos exames de Gramática Portuguesa, Latim, Francês, Alemão, Inglês, Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria, Geografia, História, Filosofia e Retórica. Há esse tempo, precoce, já estudara Desenho com Horácio Tribuzi, Harmonia com Leocádio Rayol, Piano com sua mãe, d. Emília, e Violino com Pedro Ziegler. (VAZ, 2009, s/p)

De outra, do mesmo Dunshee de Abranches, e elaborada por um entrante na Academia Maranhense de Letras, toma ares quase sobre-humanos – provavelmente para tentar fundamentar sua vastíssima bibliografia, muito acima dos demais:

Preliminarmente teve como professoras, além de sua mãe e das tias Amância e Martinha – estas três, fundadoras do Colégio Nossa Senhora da Glória -, também suas irmãs, Emília, Amélia e Helena. Completamente alfabetizado aos 4 anos de idade, aos seis já traduzia francês e aos sete principiava as lições de inglês e espanhol. (GASPAR, 1993, p. 22)

³³ Consta ter sido fundado pelo padre José Antônio Marinho (1803-1853), dito mulato, filho de lavradores pobres da região norte da então Província de Minas Gerais. Além de eclesiástico, foi professor e atuou como advogado (talvez provisionado). Redigiu periódicos, foi funcionário da Tesouraria Geral da Província de Minas Gerais e também Diretor dos Índios. Além disso, foi deputado provincial. Dava aulas particulares e pertencia aos quadros docentes do Seminário do Caraça (Minas Gerais), tendo lecionado filosofia. Na corte imperial fundou e dirigiu o Colégio Marinho, de largo prestígio (AMARAL, 2007). Um dos prédios que sediou a escola foi o solar do Visconde de São Lourenço (Francisco Bento Maria Targini, 1756-1827), conselheiro de D. João VI. Tombado pelo IPHAN em 1938, o edifício foi quase totalmente perdido num incêndio, não restaurado até os dias atuais.

³⁴ Localizava-se no segundo pavimento de um sobrado largo, na Rua do Sol, que tomava de uma a outra ponta da quadra, ao lado do que hoje é o prédio da pós-graduação do curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão. Foi demolido, em meados dos anos 1980, para a construção do “Edifício Colonial”.

No Rio de Janeiro, o “Colégio Pedro II” foi a principal referência do ensino secundário no Império e primeiras décadas da República:

[...] a criação do Colégio ao processo de construção do Estado-nação do Império Brasileiro. Remetendo-se ao Ato Adicional à Constituição, de 1834 – resultado [...] da aliança entre o Poder Imperial, sediado na Corte, e as oligarquias escravistas das províncias – [...] o Império teve que buscar formas alternativas para garantir a centralização da gestão e o fez, entre outras coisas, por meio da instrução/educação de seus membros e, em particular, dos cidadãos ativos. Assim, ao mesmo tempo em que, com o Ato Adicional, descentralizava-se a instrução, dando autonomia às províncias para a criação de instituições de ensino, o Império criava o Colégio de Pedro II para ser referência curricular e administrativa das instituições congêneres no país. (MENDONÇA et al., 2013, 989)

Seu currículo continha um propósito “civilizador”, replicado pelas escolas provinciais, como o Liceu Maranhense, altamente recepcionado e reproduzido pelos segmentos dirigentes:

O governo imperial estabelecia ainda os programas de ensino do Colégio. Todos eles seguiam os ideais do Império de gerir um projeto para uma nação identificada com o homem branco europeu e cristão. Para desenvolver o trabalho de construir uma História do Brasil, os intelectuais historiadores do IHGB e do Colégio Pedro II utilizaram a concepção de História que se constituía na Europa naquele momento. A escrita era fundamentada em uma história universal, ligada às tradições iluministas, de cunho científico. Esta modalidade atendia à necessidade de pesquisar o passado colonial e de valorizar a realidade brasileira sem deixar de incluir o país na civilização ocidental. Mas o controle não era absoluto. Afinal, o conteúdo das disciplinas estava a cargo dos catedráticos, em sua maioria autores dos livros didáticos ali adotados. Nascia assim uma escrita da história acadêmica dedicada ao ensino. (SANTOS, 2010, s/p)

Mesmo distando quase cinqüenta anos do fim do regime imperial, o Colégio Pedro II ainda mantinha praticamente a mesma política de estado e estrutura disciplinar dos oitocentos:

Para o Colégio D. Pedro II, no plano de estudos do Regulamento n.8 de 1938, também predominaram os estudos literários, com algum espaço para as ciências, a história e as línguas modernas: “Neste colégio serão ensinadas as línguas latina, grega, francesa e inglesa, retórica e os princípios elementares de geografia, história, filosofia, zoologia, mineralogia, botânica, química, física, aritmética, álgebra, geometria, e astronomia” (MOACYR, 1936, p.276). Já se revela aqui a tendência ao ensino universalista e enciclopédico que será característica dos estudos secundários durante todo o Império e início da República. (ZOTTI, 2005, p. 35)

Veja-se as matérias lecionadas nos colégios “Nossa Senhora da Glória” de São Luís, na década de 1880 (VAZ, 2009), e “Pedro II”, do Rio de Janeiro, ao final dos anos 1930:

Quadro 7 – Matérias secundaristas

N. S. da Glória	Colégio Pedro II	Diferença
Línguas		
Gramática Portuguesa	-	Gramática Portuguesa
Latim	Língua Latina	-
Francês	Francesa	-
Alemão	-	Alemão
Inglês	Inglesa	-
-	Grego	Grego
Retórica	Retórica	-
Exatas		
Aritmética	Aritmética	-
Álgebra	Álgebra	-
Geometria	Geometria	-
Trigonometria	-	Trigonometria
-	Química	Química
-	Física	Física
-	Astronomia	Astronomia
Humanas		
Geografia	Geografia	-
História	História	-
Filosofia	Filosofia	-
Naturais		
-	Zoologia	Zoologia
-	Mineralogia	Mineralogia
-	Botânica	Botânica

Fonte: Coutinho (1981), e outros.

Apesar da referência citada não mencionar a “Gramática”, provavelmente por enfatizar os idiomas estrangeiros e clássicos oferecidos, ela fazia sim parte da grade curricular do ensino secundário do Colégio Pedro II. No mais, a similitude de matérias em uma e outra escola é grande, sendo, porém, as diferenças mais marcantes firmadas na área de exatas (50%) e naturais (100%), em favor do Colégio Pedro II.

Isso pode ser explicado pelo curso universitário mais acessado pelos jovens maranhenses do século XIX e primeiras décadas do XX: “Ciências jurídicas e sociais”, ou, simplesmente, o curso de Direito. Ele era concluído em Pernambuco ou São Paulo, e quando os bacharéis retornavam ao Maranhão após os cinco anos de aulas, ingressavam nas carreiras

jurídicas, mas também na docência.

Aproximadamente 1/6 dos deputados-escritores foram professores do Liceu Maranhense, a exemplo de Antônio Jansen de Mattos Pereira, Antônio Baptista Barbosa de Godóis, e Antônio Marques Rodrigues, todos das disciplinas de “História”, “História universal”, “Instrução cívica” ou “Geografia”. Ora, as cadeiras somente eram ofertadas na existência de professor capaz de assumi-las, inclusive porque o acesso a esse cargo se dava através de concurso público.

Sem dispor dos fundamentos – e muito menos diplomas – nas áreas de Exatas e Ciências Naturais, tais matérias não integravam o “Curso de Humanidades” local por ausência de docente hábil, o que também gerava uma demanda tácita ou objetiva por suas não-inclusões ou desenvolvimento. Em linhas resumidas, quer-se dizer que não só não havia “capital intelectual” disponível para elas, como também não havia mercado consumidor universitário (e econômico) que demandasse tal conhecimento de base.

Quanto aos cursos universitários, os dados obtidos confirmam a busca predominante pela formação jurídica. De fato, as profissões relacionadas a esse domínio estão diretamente vinculadas ao controle do Estado, e no contexto dos séculos XIX e XX, os elementos formais (diploma, aprovação em concurso público, nomeação) e material (exercício do cargo ou função) irão proporcionar conjuntamente com o domínio do saber operacional do Direito, uma competência informal para dizer sobre a sociedade e ainda consubstanciar um perfil diferenciado e hábil à entrada em outras instâncias, como a política.

Intervenções como a de Alexandre Teóphilo de Carvalho Leal, escrevendo a introdução de “Democracia e socialismo: estudo político e econômico” de Martinus Hoyer³⁵, publicado no Maranhão em 1879, e o livro “A questão social”, de Augusto Olympio Viveiros de Castro, circulado em 1920, demonstram os domínios, para além do Direito, nos quais os deputados-escritores bacharéis adentravam, especialmente a economia e a política.

Para o conjunto de 59 deputados-escritores, foram concedidos 35 bacharelados jurídicos, o que redundava em 59,3%, pertencendo o segundo lugar à medicina, com 11, tomando quase 18,6%, e o terceiro e quarto, respectivamente, às engenharias, 5 (8,4%), e Igreja (direito canônico/cânones católicos) com 4 (6,7%). O número de diplomas é de 58, ou seja, quase o mesmo do conjunto de agentes. Contudo, existe – ainda que baixa – alguma concentração titular.

³⁵ Um dos organizadores da “Comissão da Praça”, instituição que formará a Associação Comercial do Maranhão.

Em razão disso, o cálculo de porcentagem é feito a partir do número de títulos recebidos frente o universo total de parlamentares. Daí existe uma diferença se somadas todas as porcentagens juntas, pois há deputados-escritores que têm mais de uma titulação, enquanto outros nenhuma (4) e ainda os sem informação/confirmação (4). É bem se notar que a quantidade de deputados-escritores sem diploma universitário é a mesma dos titulares em “direito canônico” e quase igual à das engenharias, que ocupa a terceira posição.

Considerando o quadro geral, a diplomação universitária é sim um critério definidor da personalidade de excelência, e por isso um capital político muito importante, ainda que não decisivo para a vitória eleitoral, ao menos no caso maranhense, como pode ser atestado em João Francisco Lisboa e Francisco Sotero dos Reis. Conjugadamente à carreira política, o diploma poderia abrir a possibilidade de ascensão individual, com maiores chances de domínio dos cargos administrativos públicos, inclusive fora do Estado/Província. Nessa perspectiva:

Todavia, os títulos acadêmicos já constituíam meios para consagrar as elites mesmo antes de 1930. No período anterior à formação da República, os títulos universitários desempenharam importante papel na política brasileira. A educação universitária representava um requisito fundamental para ocupar um alto posto político desde o Império e manteve-se assim com a chegada da República. A carreira política constituía-se como um meio de mobilidade social para as pessoas “talentosas com as qualificações certas” [...] (PETRARCA, 2013, p. 112).

Porém, ao menos esses dois deputados-escritores permanecem profissionalmente no Maranhão, investindo na produção de escritos que “dispensam” a titulação para a configuração do “intelectual”, elemento formidável para os fins da representação parlamentar ou de governo. João Francisco Lisboa e Francisco Sotero dos Reis são dos mais lembrados “intelectuais” locais (ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS, 2015b), biografados na obra “Pantheon Maranhense”, de 1873/75, e que se dedicavam, no formato livro, aos temas da “História/Política” e “Letras”, respectivamente. Além disso, mantinham ativamente ataques pessoais mútuos através de periódicos, o primeiro pelo Partido Liberal e o segundo pelo Conservador, mobilizando as redes que se organizavam sob esses rótulos, e construindo a si mesmos como lideranças “naturais”.

Quanto ao curso jurídico que mais produziu bacharéis maranhenses que ingressaram no concurso eleitoral (nem sempre escritores, e nem sempre deputados locais) foi o pernambucano: a Faculdade de Direito de Olinda, depois transferida para Recife na metade do Oitocentos:

Além de muitos intelectuais maranhenses que se diplomaram em um curso superior na Faculdade de Direito de Recife na segunda metade do século XIX, houve um grande número de políticos, entre os quais se destaca seis dos governadores do Estado na Primeira República, a saber, Manoel Lopes (turma de 1882), Urbano Santos (turma de 1883), Benedito Leite (turma de 1882), Luis Domingues (turma de 1883), Artur Colares Moreira (turma de 1888) e Raul Machado (turma de 1892). (PRAZERES; NASCIMENTO, 2010, p. 6-7)

São estes os números:

Quadro 8 – Cursos universitários por local/título por número de graduados

Local/título	Direito	Medicina	Engenharias	Letras	Filosofia	Igreja	Sem titulação	N. I.	Total
São Luís	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recife/ Olinda	25	-	-	-	-	-	-	-	25
Rio de Janeiro	-	2	1	1	-	-	-	-	4
São Paulo	2				-	-	-	-	2
Lisboa/ Coimbra	3	3	3	-	1	-	-	-	10
Salvador	-	2	-	-	-	-	-	-	2
Europa/ EUA	1	3	-	1	-	1	-	-	6
Impreciso	5	1	1	-	-	3	-	-	10
Sem titulação	-	-	-	-	-	-	4	-	-
TOTAL	36	11	5	2	1	4	[4]	[4]	59

Fonte: Coutinho (1981), e outros.

As primeiras décadas do curso jurídico, em Olinda, foram muito problemáticas. Graves questões de infraestrutura física e de organização/finalidade institucional se impunham, incluindo a indisciplina dos alunos e ausência dos mestres, sendo que esses últimos não raro faltam às aulas em razão das obrigações políticas, num acúmulo de cargos e funções típico dos quadros dirigentes do período e conforme a lógica da importação/adaptação de instituições das “dinâmicas huérfanas”, conforme as propostas de Badie (1992) e Badie e Hermet (1990). Nesse sentido:

Logo no princípio, o objetivo de autonomia intelectual nacional foi paradoxalmente abandonado, uma vez que as idéias, os professores e até alunos eram vindos da ex-metrópole lusitana. Aceitava livremente e até mesmo facilitava a vinda de estudantes

que não eram aptos à Faculdade de Coimbra e de Paris. A estrutura do curso era uma cópia do ensino jurídico de Coimbra, sendo que até os hábitos dos frequentadores eram os mesmos. Por mais que pareça estranhamente descomunal no Nordeste do Brasil, os alunos usavam “chapéu alto, fraque e sobrecasaca preta” [...].

Os primeiros tempos do Direito pernambucano em Olinda foram marcados pela falta de profissionais capacitados, influência nítida da Igreja e problemas estruturais sérios. Alguns alunos e professores moravam em Recife, o que dificultava a assiduidade de ambos os grupos; outros estavam ocupados com cargos políticos e não podiam exercer o ofício de docência.

Pouco sobrou deste período como produção intelectual de cunho inovador. Tudo parecia transitório. (NASPOLINI, 2015, p.2)

A mudança para Recife, em 1854, importou na implementação de elementos didáticos fundamentais, antes inexistentes, como um “calendário regular de aulas e a duração das lições” (NASPOLINI, 2015), além do melhoramento dos exames preparatórios e diminuição do número de faltas permitidas. Outra medida foi a inclusão de castigos e punições, como a expulsão de aula, e até mesmo a possibilidade de prisão correcional pelo diretor. Em que pese tudo isso, “[...] as mudanças na estrutura física não corresponderam às expectativas – o novo prédio foi apelidado ‘Pardieiro’” (NASPOLINI, 2015, p.2).

A “produção intelectual” dos formandos da Faculdade de Direito de Recife foi em boa parte de cunho institucional/administrativo, materializada em estudos sobre o ensino superior, tendo ela mesmo como objeto, e nos estatutos jurídicos matriciais de controle social, como o direito civil e o penal (negligenciadas as matérias “operacionais”, como o direito processual). Nesse último caso, com as tentativas de importação/adaptação, no início do século XX, dos modelos de criminologia italianos (Cesare Lombroso, Enrico Ferri, Raffaele Garofalo, dentre outros), desfocados do crime em si e direcionados para a pessoa que o praticou. Mas, tudo sempre a partir do conteúdo “político”:

Entre os artigos, destacavam-se os elaborados por professores de cunho político da conjuntura nacional, de forma que o conteúdo era visivelmente dedicado à política nacional e social. Foram examinados os artigos de quarenta anos – entre 1891 e 1930 – e classificados tematicamente. Entre os mais frequentes aparecem os que fazem alusão à própria faculdade (61 vezes), os que propõem um novo direito penal (51 vezes) e os de direito civil (45 vezes). (NASPOLINI, 2015, p.3)

Quanto à medicina, não há predominância flagrante de uma faculdade sobre outra, sendo o número de diplomas muito equilibrado entre as de Salvador (2), Rio de Janeiro (2), Lisboa/Coimbra (3), demais países europeus (3). O curso médico de Coimbra foi mais buscado entre 1830-60, e os demais no final do Oitocentos e primeiras décadas do século XX. Porém, exatamente no início do Dezenove, sua situação era de iminente colapso, o que se devia em parte o período de guerras civis em Portugal, finalizado somente nos primeiros

meses de 1834:

O início do século XIX foi um período de grande decadência dos estudos médicos, não apenas nas salas de aulas magistrais mas também nos estabelecimentos criados para instrução prática dos alunos. Alguns testemunhos de professores exarados no livro das actas da Congregação da Faculdade de Medicina certificam o atraso e quase ruína da instituição universitária. Em 21 de Novembro de 1821 declarava o professor de Matéria Médica que não podia entreter os discípulos com exercícios práticos de chimica, já porque lhe escasseava o tempo, já porque o laboratório se achava em estado deplorável. Em idêntica situação se encontravam quer o Jardim Botânico quer o Dispensário Farmacêutico. O mesmo não se podia dizer do Teatro Anatómico que entrou em fase de prosperidade logo que o professor de Anatomia, Carlos José Pinheiro, iniciou as suas demonstrações, recuperando muitas peças das colecções e lançando as bases do Gabinete de Anatomia Pathologica. (BURGUETE; MARTINS; FIOLEAIS, 2015, p.2)

A entrada dos deputados-escritores que se formarão médicos, nessa faculdade, vai se dar ao tempo de sua reorganização, quase fundante do curso, na década de 1830. Depois disso, a partir dos anos 1860, sofre contínuas reformas modernizantes até o final do século, mas, nessa última quadra, já não era mais buscado pelos jovens estudantes maranhenses:

A reforma dos estudos médicos, publicada por decreto de 5 de Dezembro de 1836, fixou o curso médico em cinco anos, distribuindo o ensino por dez cadeiras [...]. Em Junho de 1835, depois de um período conturbado, foram aprovadas as nomeações dos cinco catedráticos e dois outros professores para restabelecer o bom funcionamento dos estudos médicos bem como a administração e direcção dos estabelecimentos da Faculdade de Medicina.

[...]

Após o período de ampliação dos estudos médicos resultantes dos contactos internacionais feitos por Costa Simões e Costa Duarte, assistimos a um dos períodos mais notáveis de transformações na história da medicina na academia conimbricense, que permitiu acompanhar o progresso das ciências médicas no final do século XIX. (BURGUETE; MARTINS; FIOLEAIS, 2015, p.4/11)

Assim mesmo, considerados em conjunto, os deputados-escritores cumprem os cursos universitários num ambiente de progressiva organização institucional das faculdades, entre meados do Oitocentos e início do Novecentos.

4 PERFIS POLÍTICOS

Antes de se falar das estratégias político-eleitorais dos parlamentares maranhenses que escreveram livros, é preciso demonstrar as estruturas oficiais que estavam em disputa. Os níveis de cargos legislativos no período imperial e republicano são quatro. No Império: vereador, deputado provincial, deputado geral e senador. O presidente do conselho de ministros (primeiro-ministro) tinha natureza executiva³⁶. Na república: vereador, deputado estadual, deputado federal e senador.

No âmbito regional, o Executivo cabia aos presidentes de província, esses últimos nomeados pelo monarca após as indicações partidárias derivadas da configuração da maioria e minoria parlamentares.

O cargo de presidente do conselho de ministros, ou primeiro-ministro (o máximo da Administração Pública que poderia ser alcançado por um cidadão, tomado aqui, por isso, em paralelo com o de presidente da república, em que pese as diferentes e bem marcadas configurações de um e de outro) foi abolido em 1891 com a adoção do presidencialismo. Sua criação se dera pelo decreto imperial nº 523 de 20 de julho de 1847:

Crea hum Presidente do Conselho dos Ministros.

Tomando em consideração a conveniencia de dar ao Ministerio huma organização mais adaptada ás condições do Systema Representativo: Hei por bem crear hum Presidente do Conselho dos Ministros; cumprindo ao dito Conselho organizar o seu Regulamento, que será submettido á Minha Imperial Approvação. Francisco de Paula Sousa e Mello, do Meu Conselho d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Julho de mil oitocentos quarenta e sete, vigesimo sexto da Independencia e do Imperio. (BRASIL, 1847)

Seu exercício, por agentes vinculados às “organizações partidárias” imperiais se deu da seguinte forma:

Durante o Segundo Reinado a presidência do Conselho de Ministros foi ocupada por políticos vinculados ao Partido Liberal em 17 oportunidades, enquanto os políticos conservadores estiveram à frente por 15 vezes. Entretanto, quando observamos o

³⁶ Com efeito, ele era escolhido pelo Imperador, e não pelo parlamento. Essa percepção atribui ao Poder Moderador um protagonismo efetivo na condução da política central do Segundo Reinado. Faoro (2001), por exemplo, entende que o Imperador escolhia o partido que ascenderia ao poder nas eleições legislativas, definindo também os instrumentos que proporcionariam a obtenção da maioria parlamentar, e isso através da nomeação de determinados agentes em postos-chave, incluindo aí o presidente do conselho de ministros, constituindo assim o governo. Daí se acreditar que os ministérios, ordinariamente, no parlamentarismo brasileiro, não eram produzidos pelas eleições, antes o contrário. Durante a monarquia, a organização da estrutura de poder se dava a partir de um “parlamentarismo tácito” ou “consuetudinário”, pois não estava previsto formalmente na Constituição Política do Império do Brasil, de 1824.

tempo de permanência de cada um destes partidos à frente do órgão, este aparente equilíbrio é rompido, ficando os Conservadores à frente do governo por um total de 27 anos, enquanto os Liberais estiveram no poder por apenas 15 anos e cinco meses, praticamente a metade do tempo. (ALMEIDA, 2014, s/p)

Detinha uma função menos importante, comparativamente, à do presidente da república, mas próxima dela em termos de concentração de poder institucional. O que se destaca, no entanto, é o fato de que nenhum dos dois cargos jamais foi alcançado por qualquer dos deputados-escritores.

No governo do país, durante o Império, esteve em sua chefia o maranhense João Bráulio Moniz (Maranhão, 1796 - Rio de Janeiro, 1835). Foi ele deputado-geral pela província de nascimento, integrou o Conselho Geral da Província, e a chamada “Regência Trina Permanente”, como representante político do Norte (incluindo o atual Nordeste), entre 1831 e 1835.

Concluiu o curso de direito na Universidade de Coimbra, e na década de 1830 foi residir em São Paulo, onde fundou com colegas de faculdade – futuramente quadros dirigentes do governo central – a primeira tipografia daquela cidade. Moniz dedicou-se a publicar seus posicionamentos políticos em periódicos como “Astrea” e “O Pharol Paulistano”, e não editou livros. Sendo assim, por suas características particulares, não integrou o conjunto dos deputados-escritores.

Quanto ao período republicano, outro maranhense estivera em posição similar: Urbano Santos da Costa Araújo (Guimarães, 3 de fevereiro de 1859 – em viagem naval entre o Maranhão/Rio de Janeiro, a 7 de maio de 1922). Seu pai foi Antônio Brício de Araújo, senhor de engenho que se instalou na Capitania de Cumã (município de Guimarães) no início do século XIX. Da “família” Costa Araújo saiu mais de uma liderança política. Antônio Brício de Araújo Júnior, por exemplo:

Antônio Brício de Araújo nasceu na comarca dos Guimarães (MA), filho de Antônio Brício de Araújo. [...] ingressou na carreira política filiando-se ao Partido Republicano, em cuja chapa, encabeçada por Herculano Nina Parga, foi eleito primeiro vice-presidente do Maranhão em 1914. Com o afastamento do titular para concorrer a uma cadeira na Câmara dos Deputados, assumiu o governo do estado em 20 de março de 1917. Para o quadriênio 1918-1922, foi eleito presidente estadual seu irmão Urbano Santos, então vice-presidente da República [...]. Assumiu então o governo o segundo vice Raul da Cunha Machado, até 21 de outubro, quando Urbano Santos foi empossado, para logo se licenciar. Deputado estadual por duas legislaturas, Antônio Brício deixou a Assembleia estadual em agosto de 1922 para assumir a intendência (prefeitura) de São Luís em substituição a Raimundo Gonçalves da Silva [...]. Em 1929 foi eleito senador pelo Maranhão. Concomitantemente, elegeu-se vice-presidente do estado na chapa liderada por José Pires Sexto, cujo governo durou pouco mais de sete meses – de 1º de março a 8 de outubro de 1930. (CARNEIRO; LOPES, [2013?], p.1)

Esses irmãos eram netos do 2º Barão de Jaguarari, Marcos Antônio Brício, com ramificações e propriedades no Pará (COUTINHO, 2005b, p. 457). Durante a pesquisa, encontrou-se referência a um deputado nomeado de “Costa Araújo” (COUTINHO, 1981).

No entanto, o nome político de Urbano Santos da Costa Araújo era apenas “Urbano Santos”. É possível, contudo, que assinasse “Costa Araújo” nas atas parlamentares, e o que Coutinho (1981) deve ter achado é o mesmo “Urbano Santos”. Porém, sem absoluta certeza, ele não constou no rol dos deputados-escreitores.

Elegeu-se deputado federal de 1897 a 1905, governador do Maranhão em 1913, senador entre 1906 e 1914, vice-presidente da República entre 1914 e 1918, assumindo a presidência em 1917. Mais ainda, foi reeleito para a vice-presidência na chapa de Arthur Bernardes em 1922 (morreu à caminho da posse), não consta que tenha publicado livro.

Segundo o sítio do Senado Federal, é de sua autoria apenas um artigo jurídico, publicado em revista: “Impostos sobre a transmissão de apólices e embarcações: direitos da União aos terrenos de marinhas. Revista de Legislação, Doutrina e Jurisprudência, v. 96. p. 185-192, jan./abr. 1905”. (BRASIL, 2015b)

Figura 5 - Senador Urbano dos Santos



Fonte: Acervo de coleção particular.

Dessa maneira, pode-se afirmar que os deputados-escritores maranhenses não ocuparam os cargos mais elevados do primeiro escalão eletivo do poder nacional, mas alcançaram posições próximas, na Câmara dos Deputados e Senado, no Império e na República. Na primeira dessas casas legislativas, com uma única presidência, a Gomes de Castro, na década de 1880³⁷, e a segunda, já no século XX, com uma vice-presidência em 1936, por Clodomir Serra Serrão Cardoso. Veja-se o quadro que segue:

Quadro 9 - Cargo legislativo eletivo mais alto ocupado³⁸

Cargo	Número
Deputado provincial/estadual	24
(presidente da casa/vice)	6
Deputado geral/federal	25
(presidente da casa/vice)	1
Senador	10
(presidente da casa/vice)	1
Presidente do conselho de ministros	-
Total	59

Fonte: Coutinho (1981), e outros

Do total de 59 deputados-escritores, 24 conseguiram alcançar tão-somente a deputação regional (40,67%). Número semelhante foi o daqueles que ascenderam até a deputação geral/federal (foram parlamentares maranhenses antes ou depois, com 42,37%), e apenas 10 atingiram o senado imperial/federal (16,94%), ocupando, portanto, as funções parlamentares maranhense e nacional, além desse último. Cerca de 10% ocupou a presidência/vice da Assembléia, e apenas 1,69% o posto de liderança na Câmara dos Deputados e Senado (Império/República).

Na verdade, em termos absolutos, o número encontrado é próximo da nulidade (1), resultado da progressiva periferização do Maranhão na distribuição do poder nacional, e a

³⁷ Augusto Olympio Gomes de Castro é pai de dois deputados-escritores. O mais velho, magistrado no Rio de Janeiro, Francisco José Viveiros de Castro. O mais novo, tornado ministro do que é o atual Supremo Tribunal Federal – STF, Augusto Olympio Viveiros de Castro. “Gomes de Castro” (seu nome político) foi “chefe” da chamada “ala castrista” do Partido Conservador, tornada republicana após o golpe militar de 15 de novembro de 1889, que instalou a República. Foram os chamados “Republicanos de 16 de Novembro”, muito estimados pelo governo central provisório do Rio de Janeiro. Para a aceitação da República no Maranhão, foi fundamental o apoio de Gomes de Castro, pois a outra “ala” dos Conservadores, a “maísta” (batizada assim por causa do deputado-escritor José da Silva Maia) era minoritária, assim como o chamado “Clube Republicano”, ambos com pouquíssima expressão eleitoral. Os membros do antigo Partido Liberal, naquela conjuntura, tentavam se reorganizar, porque o gabinete deposto com a monarquia, o do Visconde de Ouro Preto, pertencia a ele.

³⁸ Por agente.

esmagadora concorrência com outros deputados-escritores, especialmente das entidades políticas centrais: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Como dito alhures, nenhum deles logrou ascender à presidência do conselho de ministros.

Os cargos executivos de primeiro escalão (chefias do Poder Executivo) não foram uma alternativa prevalecente, mas, sem dúvida, importante. A rigor, os agentes que os acessaram conseguiram outros níveis superiores de poder, em especial a deputação geral/federal. Essa, por sua vez, diversificava bastante a entrada nos principais quadros administrativos nacionais, como os ministérios. De fato, dos 59 deputados-escritores, 35 foram parlamentares na Assembleia Geral/Congresso Nacional (Câmara e Senado), ou seja, 59,32%. Enquanto isso, cerca de 39% foram presidentes de província/governadores:

Quadro 10 – Cargos executivos “eletivos”

Cargo	Número de deputados	Número de nomeações / mandatos / assunção ao cargo
Prefeito (intendente/equivalente)	6	6
Presidente de província / governador / interventor / vice	23	38
Presidente da república/vice	-	-
[Não ocupantes]	[30]	-
Total	29	44

Fonte: Coutinho (1981), e outros

A presidência de província tinha previsão legal na Constituição Política do Império do Brasil nos art. 165 e 166, do Título 7º, “Da Administração e Economia das Províncias”, Capítulo 1º “Da Administração” (BRASIL, 1842, p.76). Os presidentes eram nomeados pelo Imperador, escolhendo-se, ordinariamente, alguém que não fosse nativo da província a ser presidida, conforme as indicações fornecidas pelo partido que se estabelecesse no poder nacional após as eleições legislativas. Por definição, não possuía um mandato³⁹, e nos termos do art. 165, exonerado “quando entender que assim convém ao bom serviço do Estado” (BRASIL, 1842, p.76). Essa circunstância de flagrante instabilidade, para o mandatário, foi bem narrada por um dos deputados-escritores maranhenses, João Francisco

³⁹ Era técnica que, se acreditava, impediria o domínio de um único “partido” no poder provincial, em torno do mandato do presidente mandatário. Isso, teoricamente, “enfraqueceria” os agrupamentos locais em face do poder central.

Lisboa (1995, p. 51-52):

[...] sua excelência despertava em sobressalto, e banhada a fronte em gélido suor, ao ruído de um pretendido tiro de canhão, mensageiro importuno que lhe anunciava a chegada de um imaginário vapor⁴⁰. E nas salas esplêndidas do baile, ou no meio das alegrias dos banquetes que a inesgotável hospitalidade da província ainda não tinha cansado de oferecer ao seu digno administrador, quantas vezes não se surpreendia ele, pobre Baltasar temporário e amovível, a ler no papel acetinado das paredes, traçados por uma mão proterva e invisível, os funestos e fantásticos caracteres, que dançando e fulgurando com magia infernal aos seus olhos e à sua alma atribulada, diziam a palavra fatal e abrasadora: - DEMISSÃO!

Ora, em virtude disso, cumpria ao Poder Legislativo da província escalar os vice-presidentes, esses sim “nativos”, e plenamente engajados nas disputas pelos cargos administrativos regionais. Ocupando “interinamente” o poder, enquanto um novo presidente não era nomeado pela Corte, e assumisse a respectiva função, os vice-presidentes de forma direta operavam o poder, formando e fortalecendo suas redes de apoiadores – e opositores. Sendo assim, vários parlamentares que escreveram foram presidentes de província, como Augusto Olympio Gomes de Castro, no Piauí, de 28 de agosto de 1868 a 3 de abril de 1869, e no Maranhão, nestes períodos: de 28 de outubro de 1870 a 19 de maio de 1871; de 14 de outubro de 1871 a 29 de abril de 1872; de 4 de outubro de 1873 a 18 de abril de 1874; de 28 de setembro de 1874 a 22 de fevereiro de 1875, e de 7 de julho a 25 de julho de 1890.

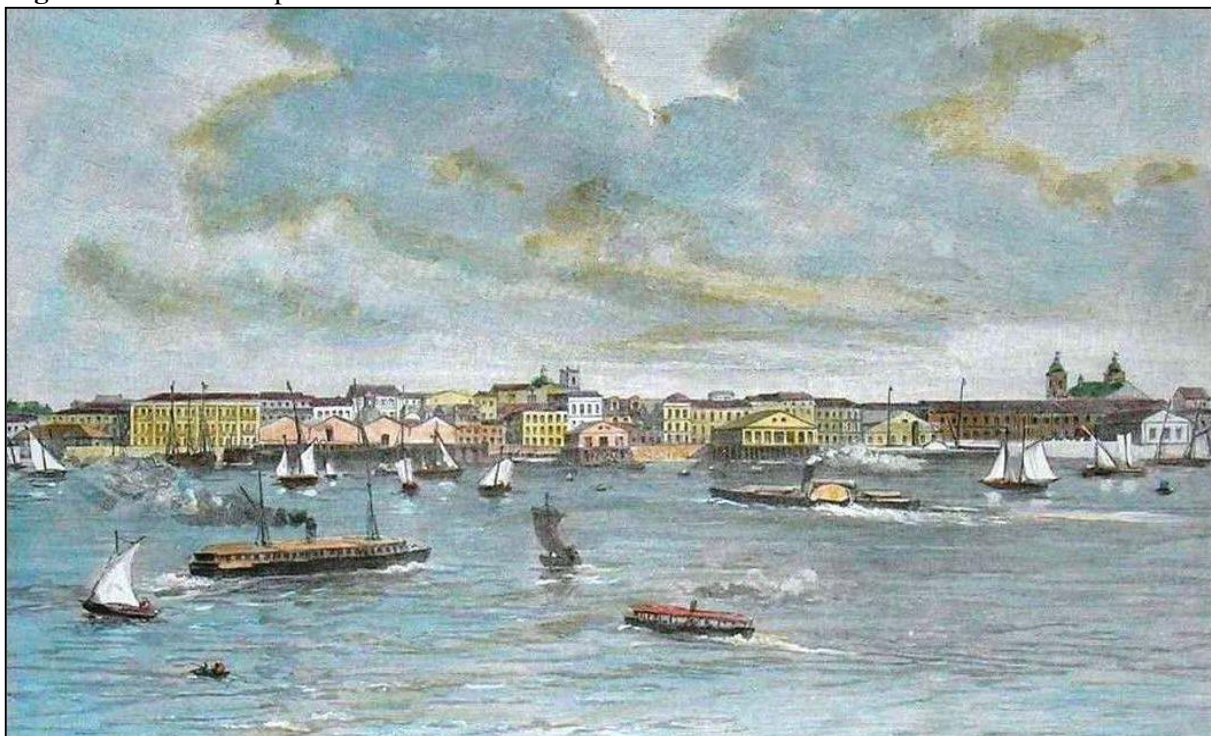
Mesmo nos casos das nomeações à presidência de outras províncias, essas foram, majoritariamente, “próximas” do Maranhão, como no caso de Antônio Jansen de Mattos Pereira, que também exerceu a do Piauí em 1886 ou de Heráclito Graça, presidente da Paraíba, de 25 de junho a 11 de novembro de 1872 e do Ceará, de 23 de outubro de 1874 a 1 de março de 1875. No particular, a Província do Piauí foi prevalecente, com ao menos cinco casos identificados. É bem se perceber que, já no século XIX, essa era uma das divisões administrativas menos relevantes do país, em termos econômicos.

⁴⁰ Na década de 1840, quando se passa a narrativa, as notícias e despachos do governo central chegavam ao Maranhão através de embarcação própria, vulgarmente nomeada de “vapor”. No entanto, não era um vapor “puro” (típico das últimas décadas do século XIX), pois, àquele tempo, a tecnologia conjugava o motor à vapor ao sistema de mastros e velas. Quando as embarcações despontavam no horizonte, a guarda da Fortaleza de São Marcos (SILVA FILHO, 1998, p.185), montada sobre um promontório defronte à baía de mesmo nome (a fortaleza original tinha um farol, e ambos desapareceram, tombados à praia pela erosão, mas, em lugar próximo, atualmente, há outro sinalizador de pequeno porte da Marinha do Brasil, o que lhe faz ser nomeado de “Ponta do Farol”), disparava salvas de canhão, a fim de que, com os estampidos, a cidade de São Luís, geograficamente atrás, soubesse da aproximação do navio. No caso em comento, uma pequena multidão já aguardava no porto a embarcação – acorreram ao local após os avisos da guarda de São Marcos – e viram, no mastro principal, a flâmula do Império, exclamando “[...] todos a uma voz: - Bandeira imperial no tope grande!” (LISBOA, 1995, p. 55). De fato, pelo vapor, naquela hora, chegavam as exonerações a mando do governo central: “Presidente para o Maranhão! anunciou o fatal telégrafo [...]” (LISBOA, 1995, p. 56).

Foi esse o caráter que definiu a ocupação do Poder Executivo provincial pelos deputados-escritores: senão apenas o Maranhão, as províncias próximas, mas em geral marginais na hierarquia do poder nacional. Raros foram os casos que fugiram a esse padrão. Fábio Alexandrino de Carvalho presidiu a Província do Pará em 1863. Em que pese a posição limítrofe dela com o Maranhão, tinha certo destaque (muito aumentado por causa da borracha no Entresséculos XIX/XX), posta a importância de sua capital, Belém, cidade comercial e estratégica para o domínio da foz do Amazonas e, portanto, das vastidões rio acima.

Havia mesmo uma simbologia que envolvia a região, vez que a Constituição do Império outorgava, automaticamente ao filho primogênito do Imperador, o título de “Príncipe do Grão-Pará”: “Art. 105. O Herdeiro presumptivo do Imperio terá o Titulo de “Principe Imperial” e o seu Primogenito o de ‘Principe do Grão Pará’ [...]” (BRASIL, 1842, p.32). Além disso, o presidente demitido – que logo em seguida caíra entorpecido ante a infausta notícia trazida pelo vapor – como consolo, ouvia de seus próximos: “Há de ser bispo – dizia um. Ou então presidente do Pará – acudia outro.” (LISBOA, 1995, p. 56). Ora, pelo dito, esse não parece mesmo ser um cargo menor. Ao contrário, é quase como se uma promoção fosse, tão relevante quanto a posição de um bispo católico.

Figura 6 – “Para: vue prise sur le fleuve”⁴¹.



Fonte: Reclus (1894)

⁴¹ “Pará: vista a partir do rio”. Cidade do Pará, Belém, no final do Oitocentos (RECLUS, 1894, s/p). Note-se o movimentado porto, com as embarcações à vapor, do tipo “puro”, na Baía de Guajará.

Já o de governador, por sua vez, é oficialmente criado pelo permissivo constitucional de 1891, que adota, em termos jurídicos⁴², o modelo norteamericano, organizando as antigas províncias em estados federados que, em tese, formariam a entidade autônoma “União”, superior a eles e governada pelo presidente (e vices) da República. O próprio nome oficial da nação passa a ser “República dos Estados Unidos do Brasil” (BRASIL, 1891). Conforme o novo arranjo, desaparecia a nomeação oriunda do poder central, e a eleição do governador se dava segundo a lógica do cargo de presidente: “Art 47 - O Presidente e o Vice-Presidente da República serão eleitos por sufrágio direto da Nação e maioria absoluta de votos.” (BRASIL, 1891).

Na primeira constituição republicana maranhense, a “Constituição Política do Estado do Maranhão”, também do ano de 1891, a técnica eleitoral para a chefia do Executivo estava prevista no art. 50, “Seção II, Das eleições do Governador e Vice-Governadores”, com suas atribuições descritas nos art. 56 e 57 e responsabilidades (criminais) no 58 (COUTINHO, 1981, p. 180-182). O eleito passava a deter um mandato de quatro anos.

A forma federativa, enquanto articulação importada, tomou contornos próprios no Brasil, estabelecidos essencialmente no “conflito” da prescrição legal com a materialidade das operações institucionais. Afastada do pressuposto de relativo equilíbrio político-econômico entre os estados norteamericanos, maximizou, na República dos Estados Unidos do Brasil, a distância hierárquica entre os agentes políticos regionais na organização do poder central.

Os níveis de importância das províncias já haviam sido parcialmente reconhecidos na Constituição de 1824, quando da definição do número de cadeiras nos parlamentos locais: “Art. 73. Cada um dos Conselhos Geraes constará de vinte e um Membros nas Provincias mais populosas, como sejam Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Geraes, S. Paulo, e Rio Grande do Sul; e nas outras de treze Membros.” (BRASIL, 1842, p.27).

Mas, na ordem republicana, tal estratificação “desaparecera” do documento constitucional, vez que a constituição de 1891 delegou a essas unidades federadas sua própria organização, mantendo-as no mesmo patamar de tratamento jurídico. A diferença residia na representação nacional, segundo o quantitativo de deputados na Câmara, que disponibilizaria assentos proporcionais à população dos estados.

⁴² O que, para os Estados Unidos da América do Norte foi uma construção política progressiva até sua independência, no Brasil, tal formato foi dado por decreto, o primeiro da República, no dia de sua instalação: “Decreto nº 1, de 15 de Novembro de 1889. Proclama provisoriamente e decreta como fôrma de governo da Nação Brasileira a Republica Federativa, e estabelece as normas pelas quaes se devem reger os Estados Federaes. [...] Art. 2º. As Províncias do Brazil, reunidas pelo laço da federação, ficam constituindo os Estados Unidos do Brazil.” (BRASIL, 1889).

Contudo, para além do Direito, não só as divisões subsistiram, como se reconfiguraram, em demérito do Maranhão. Apesar de eventuais divergências teóricas a respeito disso, invariavelmente, na República, ele tomaria um papel subalterno, ou, no máximo, simbólico:

Barbosa Lima Sobrinho foi responsável pela disseminação de um esquema que dividia as oligarquias estaduais em três classes ou grandezas: Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul pertenciam à primeira; Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, à segunda grandeza; os demais estados brasileiros, à terceira grandeza. As oligarquias dominantes tinham seu poder fundamentado em uma economia dinâmica, na união interna de suas elites e na sua grande representação no Parlamento, em função do grande número de eleitores de que dispunham. As demais caminhavam ao reboque da História, disputando, entre si, as migalhas da soberania, distribuídas pelo triunvirato hegemônico [...]. (VISCARDI, 2012, p. 32)

Como dito anteriormente, o Maranhão possuiu um único vice-presidente da República (e que não era deputado-escritor), no final da década de 1910, em meio a uma das recorrentes crises de representação do “Triunvirato” (VISCARDI, 2012), quando o nome de Urbano Santos foi lançado na candidatura “conciliatória” de Wenceslau Brás (presidente entre 1914-18). Tal se deu por indicação de Pinheiro Machado⁴³, um dos artífices da Primeira República em sua fase civil, para conter as facções que se organizavam na formação das candidaturas do Partido Republicano Conservador e do Partido Republicano Paulista, que poderiam romper o pacto de revezamento de poder, então estabelecido (VISCARDI, 2012, p. 221).

Com efeito, naquele momento, e mesmo no pleito seguinte, Urbano Santos, apesar de figura de destaque no PRC, nem figurava como um nome de vanguarda, nem representava o protagonismo maranhense na política nacional. Ao contrário, estava lá apenas para bloquear determinadas “correntes” mais radicais dos estados de “primeira grandeza”. Assumiu o poder, tão somente durante um único mês, em 1917, quando o presidente se afastara para tratamento de saúde.

O fato é que, em virtude da posição periférica do Maranhão, já na segunda metade do século XIX, e republicano, no início do XX, não se vê nem presidentes do Conselho de Ministros, nem da República nativos (quanto ao trabalho político) da Província/Estado. Isso talvez demonstre que os níveis de capital reunidos, inclusive pelos deputados-escritores, são

⁴³ José Gomes Pinheiro Machado (Cruz Alta, 8 de maio de 1851 - Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1915). Morreu assassinado enquanto ocupava o cargo de senador, apunhalado pelas costas no “Hotel dos Estrangeiros”, no Rio de Janeiro. Sintomático do personalismo das agremiações “partidárias” do país à época, a sua morte conduziu ao rápido esvaziamento do Partido Republicano Conservador – PRC, que praticamente se extinguiu.

marcadamente insuficientes para o concurso nacional de disputa pelos cargos da Administração, mesmo para aqueles que residem na capital do país, e que têm farta produção escrita e inserção vitoriosa nos pleitos legislativos, como Dunshee de Abranches.

Assim, quanto ao Poder Executivo, figura ele como instância alcançável apenas a nível regional e local (Província/Estado/Município), e tão-só por 23 deputados-escritores, ainda que de forma relativamente recorrente (38 nomeações ou mandatos).

Quanto ao parlamento regional, o número prevalecente de mandatos está entre 2 e 5, e nessa margem estão 35 deputados, ou cerca de 59%. No entanto, uma parcela considerável teve apenas um único, 23 deputados-escritores, o que representa quase 39% da população. As quantidades mais prevalecentes são de 2 e 3 mandatos, enquanto 4 e 5 margeiam a extraordinariedade (9 parlamentares), até atingir o ápice de 6 mandatos com Frederico José Corrêa (2015), o autor de “Um livro de crítica”.

De forma absolutamente categórica, os ocupantes da faixa mediana, do quadro que segue, são os que também foram deputados gerais/federais e daí, portanto, são mais exuberantes seus perfis quanto às inserções em outros domínios de poder. Os que possuem apenas 1 mandato se dividem entre aqueles que ascenderam rapidamente a instâncias superiores da ordem política ou, ainda jovens, concentraram capitais nas carreiras profissionais (estatais ou não), principalmente a jurídica, caso de Augusto Olympio Viveiros de Castro.

Quanto ao caso anterior, não se tem notícia que Frederico José Corrêa tenha logrado mandato parlamentar de nível nacional, assim como, nas margens superiores da faixa média, esse tipo de conquista é um pouco menos comum (numericamente em relação aos deputados e até à quantidade individual de mandatos), indicando uma carreira eletiva apenas local/regional – ainda que robusta –, e isso, provavelmente, fruto dos bloqueios sofridos nas tentativas de ascensão.

Foi o que passou Francisco Sotero dos Reis, com 4 mandatos na Assembleia Provincial, e nenhum na deputação geral. Como se verá no momento oportuno, não tinha ele diplomação universitária, não dispunha de largos recursos econômicos, nem encabeçava uma rede “familiar” muito proeminente da Província. Por outro lado, em compensação, investiu bastante na produção escrita “erudita” (gramática, tradução de clássicos latinos da política, etc.), lhe valendo menção no “Pantheon”, de Henriques Leal (1874) – por consequência, também, em “Um livro de crítica” (CORRÊA, 2015) – e já em seu tempo, tomado como referência “especial” da pretensa “intelectualidade” do Maranhão.

Quadro 11 – Número de mandatos no parlamento local por deputado

Faixas de mandatos	Faixa baixa	Faixa média	Faixa alta	
Número de mandatos	1	2 – 5	6 – 10	Total
Número de deputados	23	35	1	59

Fonte: Coutinho (1981), e outros.

Quanto aos cargos administrativos (primeiro e segundo escalões), tem-se os secretariados estaduais e equivalentes (conselheiro/consultor) alcançados por 25,4% dos deputados-escritores, geralmente quando suas carreiras políticas já estavam consolidadas, em períodos inter-mandatos, o que indica que podem ter servido à revalorização de seus perfis políticos para a concorrência eleitoral próxima. As redes de reciprocidade serviram muito nessa seara, contribuindo não só para a manutenção das possíveis candidaturas, como, mais objetivamente, atuando no socorro material de seus membros. Assim foi com João Francisco Lisboa, durante três anos secretário de governo, quando atravessava revezes financeiros:

É nessa fase ingrata da vida que recebe o convite do conterrâneo dr. Antônio Pedro da Costa Ferreira para assumir a secretaria de governo da província, em 1834. Ao aceitar, deixou claro, e fez isso público, que aceitara o convite por saber-se competente para o exercício do cargo, e para manter-se e à família, honestamente. (COUTINHO, 2007, p. 233).

A mulher de Lisboa, Violante Luísa da Cunha, era sobrinha de João Inácio da Cunha, Barão e Visconde de Alcântara, ministro, desembargador e senador do Império no Primeiro Reinado. João Inácio da Cunha foi um “[...] conservador assumido, sempre atento à defesa do Trono e, com mais vigor, dos gabinetes conservadores [...]” (COUTINHO, 2005b, p. 332), enquanto o próprio Lisboa pertencia aos quadros do Partido Liberal, o mesmo de Antônio Pedro da Costa Ferreira, depois Barão de Pindaré, derrotado pelo Visconde de Alcântara na primeira candidatura ao Senado.

Ocorre que, com a morte do Visconde de Alcântara, em 1834, o cargo foi ocupado pelo mencionado Barão de Pindaré, que indicara Lisboa ao secretariado. Em que pese os slogans partidários, o que parece haver é a ampla correspondência entre as lideranças “de um e outro lado”, com frequência, fundada em vínculos de parentesco e outros elementos de natureza “familiar”. Nesse sentido, as uniões matrimoniais eram muito importantes para a definição de quem adentraria as instâncias mais elevadas de poder:

No Rio de Janeiro, Costa Ferreira abriu as portas para o clã Ferreira-Franco de Sá, por ligações de família. Joaquim Franco de Sá, que também chegaria ao Senado do Império com o apoio de Antônio Pedro, não teve maiores dificuldades no exercício

do mandato, por ser filho de Francisca da Costa Ferreira, irmã de Antônio Pedro, que fora casada com o major Romualdo Antônio Franco de Sá. O sobrinho e genro do senador Costa Ferreira só passou dois anos na Câmara Alta, pois logo veio a falecer. Outro Costa Ferreira, de nome José Ascenço⁴⁴, sobrinho do senador Antônio Pedro, chegou a ministro do Supremo Tribunal. (COUTINHO, 2005b, p. 278)

Um elemento digno de nota é o fato de que a segunda esposa do Visconde de Alcântara também se chamava “Violante Luísa” (de Vasconcelos), segundo Coutinho (2005b, p. 331), “[...] senhora da alta aristocracia da Corte [...]”, e a esposa de Lisboa, mais jovem, provavelmente tinha tal nome em deferência – de apadrinhamento – dela(es).

No mais, alguns deputados-escritores possuíam tal quantidade de capitais acumulados, herdados da qualificação social de seus antecedentes, que desde tenra idade, tão logo concluíam o curso universitário, já eram nomeados para pastas provinciais/estaduais. É o que se deu com Gentil Homem de Almeida Braga, tornado secretário da Província do Rio Grande do Norte “[...] muito moço ainda.” (ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS, 2008, p. 50) e Luiz Antônio Vieira da Silva, secretário da Província do Maranhão, em 1854, com apenas 26 anos. Na verdade, foi esse seu primeiro emprego, assumido na administração do presidente Manuel de Sousa Pinto de Magalhães, e continuado nas administrações subsequentes de Antônio Cândido da Cruz Machado, José Joaquim Teixeira Belfort e Manuel Gomes da Silva Belfort, quando então entregou o cargo.

Retornando-se às ocupações de primeiro escalão administrativo, tem-se, internamente, dois níveis de importância política: as secretarias locais/regionais/ministérios nacionais, mais “visíveis” e, com menos visibilidade (e contribuição para o concurso eleitoral), os conselhos/consultorias locais e nacionais. Comparadas as secretarias locais com os conselhos de mesmo nível, as primeiras têm franca predominância (15 vs. 4), mas, quando se trata dos cargos nacionais, a lógica se inverte, com apenas 3 deputados-escritores se tornando ministros e 7 como conselheiros/consultores. Daí é possível manter a interpretação anterior que, fora do Maranhão, a representação política que publica livros ocupa, numa paisagem coletiva, quadros marginais da ordem institucional:

⁴⁴ Também um dos deputados-escritores.

Quadro 12 - Cargos administrativos não-eletivos

Cargo de primeiro escalão	Número de deputados
Secretário municipal	-
Secretário provincial/estadual	15
Conselheiro/Consultor de Estado (local)	4
Ministro de Estado	3
Conselheiro/Consultor de Estado (nacional)	7
Diplomacia	1
Cargo de segundo escalão	
Diretoria/assessoria de Conselho/Consultor municipal	1
Diretoria/assessoria de Conselho/Consultor de Estado (local)	22
Diretoria/assessoria de Conselho/Consultor de Estado (nacional)	8
Outros cargos de menor nível	4

Fonte: Coutinho (1981), e outros.

Não é menos surpreendente que o número de deputados-escritores ocupantes de cargos de segundo escalão seja maior que os de primeiro, mas como esse, concentrados no domínio estadual da Administração Pública.

Tais postos administrativos, subalternos, urbanos e sediados em São Luís, a rigor, acolhem os parlamentares que possuem menos capitais à disposição, fosse o financeiro, familiar, ou qualquer outro para investimentos de longo prazo (e assim suportar eventuais derrotas sem arriscar muito as posições sociais já tomadas) no concurso eleitoral. Por outro lado, são lugares mais ajustados ao “perfil intelectual/técnico” que alguns tentavam construir, e dessa forma foram diretores de escolas públicas (Antônio Baptista Barbosa de Godois), “praticantes” de Tesouraria (Augusto Olympio Gomes de Castro) inspetores provinciais (Benedito Pereira Leite) e principalmente professores (Francisco Sotero dos Reis, Antônio Jansen de Mattos Pereira, Antônio Marques Rodrigues, dentre outros).

No que toca às profissões vinculadas ao Poder Judiciário, três são as principais quanto ao número de deputados-escritores que as exerceram, na ordem: a magistratura local/regional (juízes e desembargadores), com 24, a advocacia particular, com 21, e o Ministério Público (promotores e procuradores de justiça), com 15. A primeira constatação é a ampla dedicação dos parlamentares maranhenses nos domínios profissionais do Direito, o que é resultado dos investimentos universitários que fizeram, posto que cerca de 60% deles eram bacharéis.

Nesse ponto, é bem recordar, no contexto da já mencionada perspectiva do “Notável” (GUILLEMIN, 1982), que nem mesmo “parlamentares” propriamente eles são,

mas sim agentes que incorporam em si múltiplos investimentos e capitais. Não sem razão, em muitos casos, os pólos se inverteriam, para se dizer que eram “juristas-escritores” com investimentos pretéritos no concurso eleitoral. E quando se fala em “investimentos pretéritos”, se quer dizer que, em um dado momento de suas trajetórias, não eram nem “juristas” nem também “escritores”, pois estavam convertendo e reconvertendo capitais em determinados domínios, que poderiam ser mais receptivos ou mais repulsivos, conforme a concorrência posta e os recursos apresentados.

Nesse diapasão, aborda-se agora, cada uma das principais carreiras jurídicas da época, com o objetivo de apresentar as articulações criadas pelos agentes a partir delas e quais as frequências ou dissonâncias resultantes dessas experiências.

A magistratura regional (província/estado) divide-se em dois níveis administrativos: o juiz de comarca (modernamente chamado de “juiz de primeiro grau”) e o desembargador do Tribunal de Justiça (dito “juiz de segundo grau”). Esse último compõe com outros desembargadores um órgão colegiado (“tribunal pleno”, podendo ser subdividido em frações menores, chamadas “câmaras” de natureza cível, criminal, etc.) que detém o poder institucional de manter, modificar ou cassar as decisões dos juízes ordinários em sede de recurso.

Além disso, os desembargadores são responsáveis pela administração do Poder Judiciário, nomeando/exonerando funcionários, celebrando contratos, fazendo aquisições, dentre outras medidas. Dessa maneira, em que pese os juízes ordinários terem liberdade para analisar as provas e circunstâncias processuais, e com isso proferirem suas sentenças, dentro da estrutura hierárquica da magistratura, estão em posição inferior à dos desembargadores.

Esses últimos, na ordem imperial, não gozavam da vinculação de caráter federativo que se tem atualmente em operação, e que os mantém adstritos à jurisdição territorial de seu tribunal de origem (exemplo: o desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão é exclusivamente dele, do Maranhão). Dessa forma, inexistia, na Constituição Política do Império do Brasil, o princípio jurídico da “Inamovibilidade”⁴⁵. Contudo, o magistrado detinha função vitalícia (mencionado como “perpétuo” no art. 153 da Constituição de 1824), e por isso não era possível sua demissão discricionária pelo Executivo.

Mas, a mobilidade de um tribunal (Relação) para outro poderia ocorrer, conforme as prescrições da lei específica (lei complementar), de acordo com as necessidades de cada

⁴⁵ No Direito atual, é tido como uma das garantias da liberdade da magistratura, no sentido de que um juiz não será retirado de sua jurisdição para outra com o propósito de favorecer ou prejudicar as partes litigantes no processo que é competente.

corte de Justiça: “Art. 153. Os juizes de direito serão perpetuos, o que todavia não se entende, que não possam ser mudados de uns para outros logares pelo tempo, e maneira, que a lei determina.” (PINHEIRO-FERREIRA, 1835, p. 68). Isso poderia ainda se dar a pedido, muitas vezes não oficial, do próprio desembargador.

Um estudo dedicado à formação institucional e das regras (in)formais de recrutamento de lideranças no âmbito do Poder Judiciário maranhense da época, a partir de referenciais teóricos semelhantes aos ora apresentados, certamente confirmará os indicativos encontrados: os cargos de desembargador e ministros dos tribunais era alcançado após anos de investimento institucional na magistratura – padrão igualmente correspondente aos demais domínios, com suas especificidades – mas não só. Também as redes de parentesco, compadrio e reciprocidades, além da própria construção do perfil “intelectual”, poderiam facilitar as nomeações e transferências.

De fato, um episódio interessante envolvendo o Tribunal de Justiça do Maranhão, então nomeado de “Relação do Maranhão”, demonstra como se dava a ordem de poder no âmbito dos sodalícios judiciais brasileiros, inclusive os superiores, sediados na capital do Império.

Trata-se de “O protesto do dez.or⁴⁶ Antonio Manoel Fernandes por ocasião de ser destituído do Tribunal do Comercio da capital do Imperio, e removido para a Relação do Maranhão” (FERNANDES, 1862). Como bem descreve o título, o desembargador Antônio Manoel Fernandes protestava publicamente por ter sido removido do “município neutro” para a cidade de São Luís.

Na tese de doutoramento “Magistrados e negociantes na Corte do Império do Brasil: o Tribunal do Comércio (1850-1875)” (NEVES, 2007), no ano seguinte à sua defesa transformada em livro, o autor descreve as múltiplas trajetórias dos membros desse órgão, e no caso Antônio Manoel Fernandes, informa que ela era “[...] natural da província do Rio Grande do Sul, e filho de Antonio Manuel Fernandes [...]. Formado em Ciências Sociais e Jurídicas pela faculdade de Olinda, em 1832, exerceu sucessivamente diversos cargos na magistratura, inclusive o de chefe da polícia da província do Paraná, até ser nomeado desembargador da província do Maranhão” (NEVES, 2007, p. 249).

Segundo ele, os “[...] desembargadores Antônio Manuel Fernandes e José Inácio Vaz Vieira foram exonerados do Tribunal do Comércio em 1861, juntamente com o desembargador Albino José Barbosa de Oliveira, em decorrência do caso Mauá X Moura [...],

⁴⁶ Desembargador.

e se aposentaram abortando o caminho ao topo da carreira.” (NEVES, 2007, p. 90).

Obviamente, Fernandes não ficou em silêncio.

Teve-se acesso a seu livro, de 47 páginas. Não tem capa dura, mas é tipograficamente bem montado. O longo título e a destinação do texto são guardados por uma moldura com alegorias vegetais estilizadas. Exibe ainda no frontispício a figura sentada da deusa Têmis (da justiça), ladeada por uma tábua de leis e um feixe de varas com machado (símbolo do Direito na Roma da Antiguidade Clássica), à sua destra, e na mão esquerda, a balança típica daquela divindade, sobre um leão (indicativo da honra e da força). Uma epígrafe de autoria anônima tem os dizeres: “Sophismar a Lei para perseguir e insultar o cidadão é o requinte da perversidade dos Governos, que não compreendem sua alta missão.” (FERNANDES, 1862, p.2).

A tônica do volume é exatamente essa: desabafos ríspidos publicados na imprensa em face da perseguição que Fernandes alegava sofrer por parte do Visconde de Niterói⁴⁷, então Ministro da Justiça, do Barão de Mauá, parte litigante num processo de sua jurisdição, e mesmo da conivência do Imperador, na defesa desse último.

No geral, pretende defender o argumento jurídico de que não fora, originalmente, magistrado da Relação do Maranhão, não podendo, por isso, ser para ela remanejado, conforme constava no ofício do Ministério da Justiça. Contudo, ao sabor da dissolução das “facções” e “quase-grupos”, as relações interpessoais são apresentadas como as promotoras da mudança de cargo e da impossibilidade de reversão:

Quer S. Ex. juntar o escarneo à injustiça, que me fez.

“O que cumpre a S. S., diz o Sr. ministro, é ir tomar assento na relação da côrte, não lhe servindo de embaraço a parte do decreto, que o manda voltar à relação do Maranhão, pois não póde Ella ser senão um erro da secretaria, que não póde prevalecer contra a disposição da lei”

Não é erro de secretaria, Sr. ministro, é erro de V. Exc., intencionalmente sustentato, que V. Ex. quer fazer passar por verdade, e é contra esse erro de V. Ex. que eu me queixo e reclamo.

Que duvida teria eu em ir tomar assento na relação, se as portas daquelle tribunal não me estivessem trancadas com sello das sete chaves, se o meretissimo presidente delle ahí me admittisse? Mas V. Ex. sabe perfeitamente que ahí não me assenta ninguem sem ordem no ministro respectivo.

Dê-m’a V. Ex., que eu prometto e juro que na primeira conferencia vou tomar assento na relação; porém – *hoc opus*. – Nem Santo Antonio com todo o seu poder seria capaz de inspirar a V. Ex. esse sentimento de justiça e equidade; e nem Nossa Senhora, que ainda póde mais, faria V. Ex. pôr em obra esse sentimento, se Santo Antonio tivesse podido inspirar-lh’o. (FERNANDES, 1862, p. 33).

⁴⁷ Francisco de Paula Negreiros de Sayão Lobato (Rio de Janeiro, 1815-1884). Ministro da Justiça, de 3 de março de 1861 a 24 de maio de 1862, no 12º gabinete, de Luiz Alves de Lima e Silva, e de 7 de março de 1871 a 20 de abril de 1872, no 21º gabinete, de José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, todos conservadores. Além disso, foi deputado geral e senador pela Província de Minas Gerais.

Quanto aos deputados-escritores maranhenses, diante os 18 que foram apenas juizes ordinários (primeira instância), 6 tornaram-se desembargadores, ou seja, 1/3 daqueles. Mas, as carreiras de sucesso na magistratura, inclusive em níveis elevados como a conquista de cargos nos tribunais superiores do país, quase nunca foram decorrentes de um “chamamento vocacional” à realização da Justiça, e sim o fruto de reconversões derivadas de bloqueios objetivos no concurso eleitoral⁴⁸.

Exemplo de Antônio Marcelino Nunes Gonçalves que, por não ter conseguido se eleger à Assembleia Provincial na legislatura de 1855-1856, reassumiu as funções de magistrado. De início, foi nomeado para comarcas distantes, porém relativamente importantes, como as do Alto Mearim, responsável pelas povoações de Codó e Coroatá – produtoras de algodão – e depois de São Luís Gonzaga e Pastos Bons nos sertões maranhenses. No entanto, sem tardar, retornou às plagas mais próximas da capital, as comarcas de Icatu e Rosário, até, por fim, ser promovido a juiz de direito em São Luís no ano de 1855.

Na mesma perspectiva, José Ascenço da Costa Ferreira, deputado à Assembléia Geral na 9ª legislatura (1853-1856) e, “após deixar a política”, nomeado juiz de direito. Ambos aposentaram-se como ministros (desembargadores) do mais elevado tribunal brasileiro do Império, cuja sede estava na Corte do Rio de Janeiro: o Supremo Tribunal de Justiça – STJ, antecedente do atual Supremo Tribunal Federal – STF. Apesar de não se ter encontrado declaração explícita nesse sentido, as trajetórias de Augusto Olympio Viveiros de Castro e Arthur Quadros Collares Moreira provavelmente espelharam as reconversões vitoriosas dos dois anteriores descritos.

A advocacia parece ter sido uma via razoável de obtenção tanto de recursos financeiros no meio urbano, quanto de construção do capital social de reconhecimento a partir do saber técnico-jurídico, com algum reflexo no trabalho político. Na “Memória da advocacia no Maranhão”, Coutinho (2007) apresenta um sem-número de biografias de causídicos entre os anos de 1650 e 1950. Internamente a cada uma delas existem seções que enfatizam os investimentos individuais, e que são transmutadas em “meias-personalidades especializadas”, como “O político”, “O jornalista”, “O literato”, etc. As informações são profícuas, e contribuíram sobremaneira para a identificação das trajetórias dos deputados-escritores.

⁴⁸ Durante boa parte do regime imperial não existiu impedimentos para que um agente fosse parlamentar e magistrado, (em que pese ter havido debates nesse sentido) desde que não exercesse concomitantemente as duas funções. Ainda assim, tal permissivo era combatido por algumas lideranças políticas e teóricos do direito.

A defesa de direitos individuais nos processos foi um tipo de atividade mais predominante (secundária ou não) em carreiras já consolidadas em outros domínios de nível regional, políticos ou administrativos, ou ainda uma opção adotada nas fases finais da vida profissional. Em termos objetivos, mais comum na meia-idade ou adiante, o que tem certa lógica, pois em um mercado estreito para as profissões liberais, a carteira de bons clientes, muitos deles pares nas disputas políticas, intelectuais ou econômicas, integrantes das redes de reciprocidade e outros vínculos, foram conquistados no curso do tempo.

No século XIX e início do XX, a entrada daqueles que seriam deputados-escreitores na vida profissional, após a faculdade, se dá de forma flagrante através de cargos da Administração Pública e dos investimentos político-eleitorais. Os eventuais bloqueios surgidos nessa fase forçam o retorno às funções públicas e, somente em última instância, é que a advocacia vai ser tomada como aposta principal. Caso contrário, não havendo os bloqueios, a carreira política é conduzida ao seu máximo de viabilidade, e uma vez esgotada, com o capital social acumulado pelo agente, bastante multiplicado, as possibilidades de uma clientela rentável se tornam reais e a advocacia se transfigura em algo muito desejável.

Por exemplo, Frederico José Corrêa, nascido em Caxias no ano de 1817, exerceu inicialmente a magistratura em São Luís, em 1841, transferido para a cidade onde nasceu em 1848, quando também foi vereador e presidente de sua Câmara Municipal. Na década de 1850 reveza a toga com mandatos parlamentares, além da vice-presidência da Província, por cinco vezes, entre 1860-66. Somente aos 44 anos de idade, em de 1861, é que instala sua banca de advogados na capital. Em 1870 torna-se Procurador-fiscal da Fazenda Provincial (advogado público), cargo no qual se aposentou. Por fim, ainda consegue mais uma vez exercer a vice-presidência do Maranhão, em 1878.

De igual forma, João Francisco Lisboa obtém autorização da Relação do Maranhão (Tribunal de Justiça) para advogar, por volta de 1842, ou seja, aos 30 anos, em severa dificuldade financeira e quase uma década depois dos demais jovens saídos das faculdade de Olinda e São Paulo. Isso pode ser constatado no anúncio que fez publicar: João Francisco Lisboa, tendo obtido provisão para advogar na Relação, e mais auditórios desta cidade, oferece o seu ministério a todos os que quiserem honrá-lo com sua confiança, que o encontrarão a qualquer hora do dia no seu escritório, rua de Nazareth nº 22. (VIVEIROS, 1954, p. 378).

Assim mesmo, conforme consta, “A advocacia foi sua principal ocupação, durante uma longa existência, e a sua banca de advogado teve, segundo informa José Ribeiro do

Amaral⁴⁹, uma das mais vastas clientelas da sua época” (LOPES apud COUTINHO, 2007, p. 241). Parece, no entanto, que se trata da recorrente tentativa dos biógrafos contemporâneos de ocultar o trabalho político, mais “mundano”, em benefício da cultura letrada “superior”, aura que envolve também o labor “profissional”, como o “[...] honroso exercício da advocacia” (COUTINHO, 2007, p 241).

Quanto ao Ministério Público do Maranhão, pequeno foi o número de deputados-escritores que fizeram carreira em seus quadros, a maioria passando apenas poucos anos, os primeiros após o curso universitário jurídico. De fato, mais que a magistratura, foi uma instância inicial de acesso ao serviço público. É bem se dizer que o cargo de promotor de justiça, aqui, também é de primeiro escalão, mesmo que a vinculação do Ministério Público com o Poder Executivo, em tal contexto histórico, seja marcante. Isso porque essa instituição já detinha poderes determinantes sobre a ordem jurídica, como denunciar pessoas, intimar e ouvir testemunhas, requisitar documentos, recorrer a instâncias judiciais superiores e acompanhar os processos.

Pelo pensamento jurídico originado nos séculos XVIII e XIX, o Ministério Público e seus representantes (promotores e procuradores de justiça) são chamados de *Parquet*, palavra francesa que significa “assoalho”, e faz referência à posição que por eles era ocupada nas audiências e nas sessões do júri, inferior ao magistrado – mas igual à do defensor – que estava em bancada acima dos demais. Nos dias atuais, no Brasil, seus membros assentam-se ao lado dos magistrados, em que pese, em muitos foros, não em posição central de destaque, mas, às vezes, à margem ou em nível pouco inferior.

A lei que promulgou o Código Criminal do Império do Brasil, de 29 de novembro de 1832, definia que os promotores seriam nomeados ou pelo governo central, no caso da Corte do Rio de Janeiro, ou pelos presidentes de província e, extraordinariamente, nos termos do art. 38, a “[...] nomeação interina no caso de impedimento ou falta do promotor.” (PINTO; MIRANDA, 2012, p. 104). Ademais, o Poder Judiciário também podia fazê-lo: “Quanto de acordo com a Lei (art.s 22 e 23) o Ministério Público estava sob o controle do Executivo e era subordinado ao Poder Judiciário, já que, em determinadas ocasiões, seus promotores eram nomeados pelos juízes.” (PINTO; MIRANDA, 2012, p. 104) e que também por isso “[...] Não havia independência no exercício de suas funções.” (PINTO; MIRANDA, 2012, p. 105).

Abandonando as eventuais discussões sobre os níveis dessa “independência” funcional e as valorações eventualmente resultantes, são mais pertinentes os elementos

⁴⁹ Outro deputado-escritor. De se notar, como se verá mais adiante, que os deputados-escritores são biógrafos uns dos outros.

objetivos de sua organização, como o fato de que o cargo de promotor, nessa fase, prescindia legalmente do concurso público (e até mesmo do diploma jurídico), da mesma forma que a magistratura.

Isso pode ser explicado em virtude da montagem das estruturas institucionais da Justiça pós-Independência, nas décadas de 1830-40, com ampla oferta de cargos resultante da divisão do país em comarcas e a pequeníssima disponibilidade dos agentes detentores do saber jurídico dispostos à “dedicação exclusiva” em tais funções. Maneira tal que, em última análise, pelo menos na primeira metade do Oitocentos, a ocupação dos cargos iniciais de primeiro escalão do Poder Judiciário é tão “política” quanto as nomeações para as secretarias e ministérios de estado, na origem livremente sujeitas, portanto, à lógica dos compromissos diádicos e necessidades objetivas do concurso eleitoral.

É digno de nota o fato dos deputados-escritores não “cumpram etapas” na hierarquia da Administração Pública, no sentido de supostamente primeiro atravessarem cargos subalternos para depois acessarem os superiores. Ao contrário, a entrada é direta nos postos de poder, e nos domínios judiciais, o Ministério Público é via de excelência para os jovens bacharéis com ligações familiares e de compadrio consolidadas no domínio político iniciarem seus investimentos profissionais.

Foi o caso de Arthur Quadros Collares Moreira, inicialmente “Promotor Público” (promotor de justiça) da Comarca do Rosário em 1888, depois juiz substituto em São Luís, em 1890, e titular em outras comarcas a partir de então. Em que pese não se ter identificado seu ano de nascimento, sabe-se que ele morreu já em idade avançada, em 1954, no Rio de Janeiro, aposentado como desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal.

Disso se pode concluir que a adentrada no Ministério Público se deu quando muito jovem, provavelmente recém-formado do curso de Direito. Na mesma perspectiva, Benedito Pereira Leite, promotor na comarca de Brejo aos 26 anos, ou ainda de Cândido Mendes de Almeida, aos 23, e de Filipe Franco de Sá, “Promotor Público” em São Luís, que “[...] Formado, regressou ao Maranhão, sendo nomeado para o cargo [...]” (ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS, 2008, p. 60).

Esse último, no Ministério Público, atuou “[...] no rumoroso caso das cédulas falsas [...]” (ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS, 2008, p. 60), que redundou em sua demissão por não ter recorrido da sentença que absolveu alguns dos principais réus:

Quanto ao problema das demissões políticas de promotores públicos (fatos que perdurariam até meados do último quartel do Século XX, a ponto de caracterizarem a história do Ministério Público Estadual até então, haja vista que a Instituição

contava com promotores nomeados precariamente, sem prévia aprovação em concurso público), o episódio mais importante registrado no período foi o referente ao promotor Filipe Franco de Sá, demitido em 1868, sob pressão do ministro da justiça José de Alencar [então já famoso como o romancista de *O Guarani* (1857) e de *Iracema* (1865), entre outras obras], alegando que o Promotor não recorrera da sentença absolutória de determinados réus, acusados do crime de introdução de cédulas falsas. (CANTANHENDE; SILVA, 2010, p.7)

Tal bloqueio lhe conduziu quase imediatamente à reconversão de investimentos – que depois se mostrariam muito lucrativos – para o concurso eleitoral. No entanto, não o fez em silêncio. Editou um livro intitulado “Justificação do ex-promotor público da capital do Maranhão”, impresso em São Luís no ano de 1872. Pelo batismo que deu, conclui-se tratar de sua alegação “política” num evento que tomara proporções nacionais. O que seria o capítulo inicial, é assim chamado: “ARTIGOS POR MIM PUBLICADOS EM MINHA DEFESA” (SÁ, 1872, s/p), e que é a reprodução de textos que circulou nos periódicos “Publicador Maranhense” e “O Paiz”.

Na última passagem do mencionado livro, não é excluída a possibilidade de que tenha havido prejuízo à Justiça, no caso, mas que, se ocorreu, não deveria ser imputado ao promotor – “distinto maranhense” –, existindo mesmo uma reinterpretação apaziguadora de declarações proferidas no âmbito do parlamento regional:

Liberal. N.º 33, de 26 de agosto de 1871, na Chronica. AD MEMORIAM. Sabem os nossos leitores que na Assembléa provincial, o presidente della padre Thomaz de Moraes Rego e o deputado José Mariano da Costa aggreiram violentamente o Dr. Filippe Sá, parecendo insinuar uma calumnia quanto ao seu procedimento como promotor publico no processo das sedulas falsas. Esses Srs. porem poucos dias depois alli mesmo declaravam que não tinham tido tal intenção como se vê no discurso do deputado Antônio Martiniano Lapemberg, ultimamente impresso [...] e do qual extrahimos este trecho:

“Senhores, o próprio conselheiro Alencar, que é o mais competente para declarar qual o motivo da demissão do Sr. Felipe de Sá, respondendo aos artigos deste, declara positivamente que sobre elle só teve uma informação – a de não ter interposto o recurso de appellação -; e por essa única razão também o manda demittir.

Não houve nada mais que isso. Não obstante isso, acerca desse distincto maranhense houve apparte do nosso collega o Sr. Dr. José Marianno da Costa em que elle disse: que nesse processo de sedulas falsas, a verdade tinha ficado incubada.

Vou mostrar que ao Sr. Dr. Filippe Sá não pode de modo algum ser attribuido esse máo resultado.

O Sr. Marianno da Costa: - O meu aparte ficou explicado pelo do nobre deputado o Sr. Jorge Sobrinho, que vem em seguimento; porque tendo aparecido sedulas falsas, ninguém foi condemnado, não appareceu author; por tanto, a verdade ficou incubada.

O Sr. Presidente: - Depois desta explicação, acho que o nobre deputado deve estar satisfeito; e todo o mundo sabe que o Dr. Felipe Sá não prevaricou.

Portanto, para que uma discussão desta ordem?

O Sr. Marianno da Costa: - Nem eu me referi, nesse meu aparte, ao Dr. Filippe de Sá, e sim à verdade do facto que appareceu, sem que fossem descobertos os authores. (SÁ, 1872, p. 157-158)

Os nomes dos réus foram omitidos, mas há uma menção em depoimento testemunhal que “[...] diversos negociantes desta praça [...]” (SÁ, 1872, p. 58-59) estariam nessa condição arrolados. Coutinho (1981) sequer faz alusão ao caso e nem a essa publicação, dizendo que Filipe Franco de Sá detinha “Grande ilustração”, e que havia deixado um único “[...] livro publicado, A Reforma Constitucional (1880)” (COUTINHO, 1981, p. 121).

Para a época, porém, a “defesa” em questão deve ter sido absolutamente fundamental para suas estratégias políticas. Tanto é verdade que elas lograram êxito, já que, depois disso, foi deputado à Assembleia Geral do Império em três legislaturas seguidas, ascendendo ao Senado logo após o término do último mandato na “Câmara Baixa”. Além disso, assumiu as pastas ministeriais da Guerra, dos Estrangeiros e do Império (o que seria equivalente, nos dias contemporâneos, à do Interior, ou “Casa Civil”). Veja-se, abaixo, a ocupação dos cargos e funções vinculados ao Poder Judiciário:

Quadro 13 – Cargo/função vinculada ao Poder Judiciário

Cargo	Número de deputados
Advogado particular	21
Delegado de polícia	2
Promotor de Justiça	15
Procurador de Justiça	2
Advogado público	4
Juiz de Paz	1
Juiz de direito	18
Desembargador provincial/estadual	6
Juiz federal	1
Desembargador federal	1
Ministros dos tribunais superiores	3

Fonte: Coutinho (1981), e outros.

Não é relevante a participação de deputados-escritores nas corporações de força armada. Isso pode ser explicado em parte pelo perfil urbano e “intelectual/técnico” que seguiram, afastando-os, por exemplo, das articulações institucionais da Guarda Nacional, que surge quase ao mesmo tempo em que são criados aos Conselhos Gerais (que originariam as assembleias legislativas). A Guarda Nacional prestava apoio ao “Exercito de Linha”, também sendo fundamental na garantia dos serviços de segurança pública de âmbito municipal,

inclusive na Corte⁵⁰:

Diogo Feijó, então ministro da Justiça, ordenou ao chefe de polícia do Rio de Janeiro que distribuísse armas aos comerciantes interessados em manter a ordem, bem como a três mil cidadãos que preenchessem os requisitos de eleitores; em outras palavras, que dispusessem de renda anual de 200\$000 ou mais. (COSTA, 1999, p. 152).

O art. 1º da lei instituidora, datada de 18/08/1831, determinava que “As Guardas Nacionaes são creadas para defender a Constituição, a liberdade, Independencia, e Integridade do Imperio; para manter a obediencia e a tranquillidade publica; e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas.” (BRASIL, 1831). Segundo Campos (2013, p. 59), a Guarda Nacional se mantinha num:

[...] contexto de inflexão estrutural da política institucional baseada e inserida em uma lógica de instrumentalização política dos órgãos burocráticos, isto é, a utilização da máquina governamental no cenário de disputas políticas das lideranças locais e regionais, como instrumento fundamental de formação e mobilização de uma ampla rede de clientela e de inserção daquelas elites na estrutura administrativa nacional.

A estruturação da Guarda Nacional na província do Maranhão deu-se de forma bastante lenta. A partir de 1832, foram criados os primeiros comandos dessa força militar na capital maranhense. Situação essa que não passara incólume ao governo central, como se apresentou na circular do Ministério da Justiça¹²², em 1835, que discutia sobre a necessidade da instalação de tais forças milicianas nas municipalidades e da ampliação do número de comandos da milícia na capital e no interior da província.

Ainda assim, no mínimo, quatro parlamentares possuem títulos dessa organização, ou seja, em torno de 6,77 %. Existiu ela, oficialmente, entre agosto de 1831 e setembro de 1922, quando então foi dissolvida. Sua estrutura estava, em meados do Oitocentos, subordinada ao Ministério da Justiça e às Presidências de Província. No período republicano, passou a responder somente ao Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, a partir da década de 1890. Em 1918, contudo, foi incorporada ao Exército como força de segunda linha, desaparecendo em termos práticos. Quando ao Exército, são três os militares que publicaram

⁵⁰ Segundo informa Goldoni (2012, p. 51): “[...] no momento de sua criação, a Guarda Nacional foi considerada como um elemento de proteção ao ‘trono brasileiro’, em oposição ao Exército imperial ainda bastante identificado com o antigo imperador e favorável à restauração (CASTRO, 1977, p. 27)”. Em seu livro *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*, a instituição é abordada em amplitude nacional, com destaque para a Guarda Nacional de São Paulo, no período que vai de 1831 (ano de formação da Guarda) até 1850 (ano em que a instituição passa pela sua principal reforma legal). Para Castro, durante o período regencial a ausência de uma tropa de 1ª linha disciplinada e controlada pelo poder civil foi um fator determinante no surgimento de uma milícia cidadã. A Guarda Nacional não foi organizada como uma milícia improvisada. Ao contrário, possuía regras específicas de recrutamento e hierarquia, direcionando-se para que se tornasse a principal força de segurança interna do país. Tal a importância que a envolvia, foi ela determinante para a mobilização inicial brasileira na Guerra do Paraguai.

livros e que foram parlamentares: Fernando Luiz Ferreira, José Joaquim Rodrigues Lopes e José Luso Torres.

O percurso desenvolvido por Fernando Luiz Ferreira é extremamente rico. Basta dizer, de início, que ele é pai de Miguel Vieira Ferreira, “[...] um maranhense que virou anjo”, conforme subtítulo do estudo de Almeida (2008), engenheiro militar republicano que, depois de uma experiência extática em um culto protestante no Rio de Janeiro, deixou de ser “[...] apresentado como incrédulo, racionalista, iluminista” para tornar-se “[...] um homem de fé, místico e visionário.” (ALMEIDA, 2008, p. 84), que fundaria a Igreja Evangélica Brasileira – IEB. A escolha pela carreira técnico-militar, tomada por ambos, pai e filho, teve razões objetivas: [...] apesar da origem aristocrática, a família se deparava com a escassez de recursos, fato que talvez tenha motivado Fernando Luiz Ferreira a matricular os filhos na Escola Militar e não em cursos como os de Direito e Medicina, muito mais custosos. (ALMEIDA, 2008, p. 41)

Entende-se como correto o julgamento de Almeida (2008), porque dois outros agentes em questão (para falar apenas dos quadros do Exército) também comungavam da característica de instabilidade de recursos financeiros, ou da indisponibilidade de capitais universitários e “intelectuais” dentro do núcleo “familiar” mais próximo, ou mesmo da dificuldade de acionar apoio para essas divisas sociais entre os seus pares contemporâneos. Além disso, os laços de parentesco não são “preexistentes”, e precisavam ser (re)afirmados. Eram eles um recurso importante, mas, sozinhos, incapazes de proporcionar as mesmas opções de investimento a quem já possuía muitos outros capitais acumulados/herdados. Isso foi ainda mais problemático para os agentes que ocupavam posições periféricas nas redes de compadrio e até das “familiares”.

No mesmo passo, em que pese se falar de “elites”, os agentes que são postos nessa categoria possuem níveis diversos de capital, alguns com mais, outros com menos, e com variações significativas ao longo do tempo, além da viabilidade ou restrição de seu uso em circunstâncias específicas. É essa fluidez que proporciona entradas e bloqueios, progressões ou contenções, literalmente, mudança ou manutenção de estratégias.

Para o caso dos três militares do Exército, considerando as opções que lhes são apresentadas e as ações desprendidas, no geral, parecem formar um subgrupo de estrato inferior (aliado a outros perfis não-militares), dentro do quadro comum de “dirigentes”.

Quadro 14 – Corporação de força armada

Cargo	Número
Polícia militar	-
Guarda Nacional	4
Exército	3
Marinha	-
Total	7

Fonte: Coutinho (1981), e outros.

Sendo assim, Fernando Luiz Ferreira, logo após retornar de seu curso superior, consegue eleger-se para a primeira legislatura do parlamento maranhense, cumprindo o trajeto comum ao grupo. Formara-se aos 22 anos na Real Academia Militar do Rio de Janeiro, de onde saíra diplomado em Ciências Matemáticas e Físicas, bem como em Artilharia, a 22 de Novembro de 1831.

Na verdade, a vinculação com as forças armadas começa no final da adolescência. Seus pais foram o tenente-coronel nascido no Maranhão, Miguel Inácio Ferreira, e sua mulher Catarina de Sene Freire de Mendonça, pernambucana, pertencente a uma das mais tradicionais linhagens daquela região. A “família”, mesmo residindo em São Luís, local de nascimento de Fernando, tinha numa próspera fazenda de arroz e algodão na região do Baixo Itapecuru. Contando com o incentivo paterno, aos 17 anos já integrava as forças armadas regulares portuguesas de terra, possuindo a patente (baixa) de “Cadete de primeira classe”.

Subiu para “Segundo-tenente de artilharia” em 1821, ainda uma posição inferior na hierarquia militar, e a mantinha quando eclodiram as chamadas “Guerras de Independência” entre 1822-23, engajando-se nas tropas sublevadas que passaram a combater as guarnições portuguesas. Consta ter recebido do “Governo Independente da Província”, logo após a consolidação da vitória brasileira em 1824, as patentes de “Primeiro-tenente de artilharia” e de “Capitão”, como reconhecimento por sua atuação naquelas lutas. De fato, combatera em Caxias, no cerco ao major Fidié⁵¹, contribuindo para sua decisiva derrota (COUTINHO, 2002; 2005a; NEVES, 1974, p. 241). Os bloqueios iniciais sofridos – e que inclusive teriam efeitos na construção “político-intelectual” de sua descendência –, são logo após essa época.

⁵¹ João José da Cunha Fidié (Século XVIII - 1856) foi um militar e comandante de tropas português. Participou da chamada “Guerra Peninsular”, contra os exércitos de Napoleão. Chegou ao Brasil em 1817, e foi nomeado Governador das Armas da Província do Piauí em 1821. Nas “Guerras da Independência”, defendeu, para Portugal a Vila da Parnaíba, importante cidade comercial na foz do rio de mesmo nome. Venceu, com muitas perdas, a Batalha do Jenipapeiro, também no Piauí, e foi chamado para defender Caxias, no Maranhão. No entanto, as tropas brasileiras, em maior número, forçaram sua capitulação. Foi detido no Rio de Janeiro e depois regressou a Portugal, onde assumiu o primeiro comando do Real Colégio Militar.

O primeiro foi uma solicitação para estudar (não informa o quê) na Europa. Conforme ofício de 22 de Janeiro de 1823, o Governador do Maranhão, Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, noticia o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Cândido José Xavier, acerca do requerimento do Segundo-tenente Fernando Luiz Ferreira, através do qual pede licença para estudar em Portugal (FERREIRA, 2011). Ele possuía vínculos “familiares” vitoriosos, já a esse tempo, no domínio político, como João Francisco Lisboa, que era seu primo⁵². Assim mesmo, não parece ter sido atendido, pois, como mencionado, forma-se na capital do Império do Brasil. O segundo veio depois de formado, mesmo ministrando aulas de desenho industrial no Rio de Janeiro, restou impedido de receber a titulação no cargo de magistério.

O terceiro, porém, foi particularmente marcante: D. Pedro I não confirmou as novas patentes que o “Governo Independente da Província” lhe havia conferido, mantendo-o, em termos práticos, como suboficial. Isso se deu em razão dos desdobramentos da organização do poder local/regional, e tais condecorações não seriam admitidas antes da Abdicação⁵³. É possível também que essas restrições tenham se dado pela aproximação dos Ferreira com as correntes que defendiam uma monarquia figurativa durante os debates constitucionalistas de 1823, ou pelas afinidades que mantiveram com a Confederação do Equador⁵⁴.

O próprio Fernando, ao receber ordens para que se apresentasse fardado com os distintivos que recebera antes da Independência, assim reagiu: “Sua Majestade, o Sr. D. Pedro I, pode tudo, até mandar fuzilar-me; mas não pode forçar-me a por umas dragonas que já me honraram, mas que hoje me degradariam” (MARQUES, 1970, p. 260). Seus biógrafos descendentes também não perdoaram o príncipe:

O posto de capitão foi-lhe confirmado a 22 de novembro de 1831, com a antiguidade de 22 de março de 1824, depois da Abdicação, pela Regência [...]. Estava passado o Sete de Abril. A iniquidade caiu e a justiça triunfou. [...] Dom Pedro I não lhe quis depois confirmar, porque, feita a independência, os mais perseguidos, abandonados ou esquecidos, por esse príncipe, já Imperador, foram justamente aqueles que mais trabalharam pela libertação da pátria. (FERREIRA, 2011, s/p)

⁵² Por casamento, também teve laços com as famílias Vieira da Silva e Gomes de Souza, ambas com diversos agentes engajados no trabalho político no Maranhão e a nível nacional, como se verá oportunamente. No entanto, o pertencimento, ainda que oficial, a uma “família”, por vezes não a faz um recurso disponível ou mesmo existente. Isso porque, enquanto construção social contínua, admite aproximações e afastamentos e, a julgar pelas adversidades passadas por Fernando e por seus filhos, esses enquanto adultos jovens, e especialmente no domínio econômico, parece ter sido o caso.

⁵³ D. Pedro I abdica do governo do Brasil em favor de seu filho, D. Pedro II, menor de idade à época.

⁵⁴ A Confederação do Equador foi um movimento separatista e republicano, transcorrido no ano de 1824, a partir da Província de Pernambuco.

Serviu sob as ordens de Luiz Alves de Lima e Silva, futuro Barão e Duque de Caxias, durante a “Balaiada, e foi ele quem organizou “[...] as fortificações passageiras no Icatu [...] e a do Alto das Carneiras, tendo nesta como ajudantes os Oficiais de Engenheiros José Joaquim Rodrigues Lopes⁵⁵ e João Vito Vieira da Silva.” (MARQUES, 1970, p. 260). Pouco conhecidas são as ações desenvolvidas pelo coronel Luiz Alves de Lima e Silva fora dos teatros da guerra, e que se estenderam para seu entorno, principalmente a identificação de povoações dispersas, mapeamento geográfico e fundação de colônias, das quais Fernando Luiz Ferreira teve ativa participação.

Nesse sentido, em 1840, com a Balaiada em fase de resolução, Fernando foi destacado ao baixo Pindaré a fim de conduzir a estratégia de “civilização” para os Guajajaras⁵⁶ daquela área, evitando com isso que fossem recrutados pelos grupos em combate, àquela altura, em cerco final. Disso resultou a criação da “Colônia São Pedro do Pindaré” (MARQUES, 1970, p. 206), que posteriormente sediaria o “Engenho Central São Pedro”, um dos maiores investimentos agroindustriais de parte dos quadros da elite econômica ludovicense.

Depois, tentou dedicar-se a uma propriedade rural nas terras de seus pais no Itapecuru. No entanto, ali não parece ter logrado muito êxito. Buscou incrementar a lavoura com o arado, mas foi infrutífero. Um seu escravo terminou lhe agredindo e, como resposta, Fernando passou-lhe carta de alforria (FERREIRA, 2011).

Apesar de ter atuado no Exército Imperial, que tentava consolidar pelo país o projeto do Segundo Reinado, com amplo sacrifício dos planos descentralizadores de consideráveis setores das “elites políticas” do norte do país, Fernando Luiz Ferreira mantinha a aversão pessoal pelo regime monárquico. Já no final da década de 1840 engajara-se na “Praieira”⁵⁷, onde foi recebido por familiares maternos ligados às redes encabeçadas por Antônio Pinto Chichorro da Gama (1800-1887), ex-presidente da Província de Pernambuco e filiado “Partido Liberal”, substituído, por ordem do Rio de Janeiro, pelo conservador e ex-gerente Pedro de Araújo Lima (1793-1870), o que desencadearia o confronto aberto.

A “Praieira” foi dispersada com violência, muitos populares sendo executados e as principais lideranças presas. No final de 1849, já praticamente decidida, era hora de avaliar

⁵⁵ José Joaquim Rodrigues Lopes, posteriormente titulado pelo Reino de Portugal como Barão de Matoso, é justamente um dos outros dois restantes deputados-escritores militares.

⁵⁶ Nação indígena habitante do território maranhense.

⁵⁷ “Revolução Praieira”, também nomeada de “Insurreição Praieira” ou “Revolta Praieira”, foi um movimento armado, de slogan “liberal” (encabeçado por lideranças do Partido Liberal), com propostas de federalismo e, conforme alguns setores, independentista e republicano. Tem esse nome em razão de uma organização partidária chamada “Praia”. Passou-se no início do Segundo Reinado, na província de Pernambuco e entorno, entre 1848 e 1850.

a possibilidade de anistia aos envolvidos, considerando-se, principalmente, que entre esses estava um número razoável de agentes pertencentes aos quadros políticos e econômicos locais, até então retidos no cárcere. E quem vai à Assembleia Provincial do Maranhão defender o perdão aos “revolucionários” é João Francisco Lisboa, o primo de Fernando Luiz Ferreira.

Um dos argumentos mais sensíveis que utiliza em seu discurso é o de que os “praieiros” – ao menos os que encabeçaram o movimento – não poderiam ser identificados com a fereza da luta, porque a “brutalidade” era um expediente ordinário de todos no trabalho político e, além disso, quanto às suas “posições ideológicas”, essas eram materialmente insubsistentes, pois que, em verdade, eles pertenciam e se articulavam à ordem de quem ocupava ou não o poder: “Como porém a turbulência e exageração dos chefes praieiros não deriva em geral de seus princípios, porque estes, em grande parte, eram os mesmos dos outros, e até os deputados praieiros seguiam noutro tempo a bandeira hoje denominada saquarema”⁵⁸ [...] (LISBOA, 1991, p. 365).

Essa circunstância também foi observada por Mello Mattos⁵⁹ (1870, p. 362):

Então o partido da praia dividiu-se em praia velha e praia nova, dirigida esta ultima pelo 1º Vice-Presidente. O odio reciproco das duas facções, como em todas as dissidencias de adversarios que antes de serem inimigos tinham sido intimamente unidos, tornou-se violento, traduzio-se em tumultos, chegarão as cousas a ponto tal que novos e velhos vierão às mãos por mais de uma vez nas proprias ruas do Recife.

Fernando Luiz Ferreira terminou mesmo anistiado.

Depois disso ele ocupou diversos cargos vinculados à engenharia/administração, alguns menos importantes, outro mais, inclusive de natureza política, especialmente na década de 1860. Foi presidente do “Conselho Administrativo do Império” no Maranhão, a partir de 1857, presidente do “Conselho Administrativo de Fardamentos do Maranhão” em 1863, diretor da “Escola Agrícola do Maranhão”, da “Escola Prática de Aprendizizes Agrícolas”, de “Obras Públicas da Província” e secretário provincial, esses últimos todos entre 1864-65.

⁵⁸ Saquaremas ou Conservadores.

⁵⁹ Segundo Sacramento Blake (1970): “Luiz José de Carvalho Mello e Mattos — Natural do Rio de Janeiro, nasceu a 23 de janeiro de 1839 e falleceu a 15 de julho de 1881. Era moço fidalgo com exercicio da casa imperial, bacharel em letras pelo collegio de Pedro II, e bacharel em direito pela faculdade de S. Paulo. Serviu em 1861 o cargo de secretario do governo da provincia, e depois o de promotor publico da côrte; foi deputado provincial desde 1866; deputado geral pela provincia de Goyaz na 14ª legislatura e pela do Rio de Janeiro na seguinte. Além de muitos trabalhos em folhas politicas, escreveu: — Paginas da historia constitucional do Brazil, 1840-1848. Rio de Janeiro, 1870, 533 pags. in-4º. (V. Tito Franco de Almeida.) Ha alguns escriptos de sua penna do tempo de estudante, como o — Discurso recitado na sessão funebre, celebrada pelas associações academicas Atheneo e Ensaio litterario á memoria do Dr. Gabriel Rodrigues dos Santos, 1859.”

Os filhos seguiriam a mesma trajetória acadêmica do pai, e dois deles, inclusive Miguel, também seriam republicanos, mas em um momento muito favorável a essa ideia, que Alonso (2002) chama de “Geração 1870”. Fundaram o primeiro “Clube Republicano do Rio de Janeiro”, foram subscritores do “Manifesto Republicano” e redigiram o periódico “A República” (VIEIRA, 1980). Apenas um deles se tornaria monarquista, o engenheiro Joaquim, que vivia em melhor condição que os irmãos, ainda que sem luxos:

Tenho-me conservado callado até hoje porque nada tenho podido fazer em beneficio da família; mas hoje já não devo a ninguém e ganho alguma cousa; sou moço, robusto, gozo uma saúde de ferro e sou activo como satanaz; por que esmorecer a minha família? Minha mulher é filha de um homem rico, mas está acostumada ás privações, e tem nobreza de character bastante para saber que o homem sábio e generoso deixa aos filhos mais do que o rico avarento. Entreguem tudo aos credores, e fação ver a Miguel que elle é um homem illustre, que Luiz é intelligente e activo, e que Joaquim é robusto corajoso. (FERREIRA, 2011, s/p)

Como dito anteriormente, a fração militar dos deputados-escritores de fato integra, ao menos durante parte muito considerável de suas vidas, os quadros das “elites” políticas e econômicas maranhenses do período, no entanto, em se tratando da ocupação de cargos eletivos, um lugar relativamente secundário.

Nesse sentido, José Rodrigues Lopes, o Barão de Matoso. Coutinho (2005b, p. 372-373) indica que sua família tinha maiores vínculos com grupos dirigentes em Portugal, e de lá, com inserção no Maranhão, do que o pertencimento a redes locais: “[...] foi admitido no Exército real da capitania, no posto de 2º tenente de engenheiros, com nomeação que já trouxe da Corte. Este é um sinal que tinha, em Coimbra ou em Lisboa, parentes influentes, disso sendo prova o título de nobreza que recebeu em Portugal, mas não no Brasil.”

Segundo consta, todas as obras públicas de engenharia realizadas no Maranhão entre 1827 e 1845 teriam sua assinatura (COUTINHO, 2005b, p. 374), algumas de alta relevância, como o “Cais da Sagração”, construção e reparo de fontes e faróis, além da chamada “Pirâmide”, obelisco erguido em homenagem à própria sagração de D. Pedro II como Imperador, em 1840. De se recordar que trabalhara conjuntamente a Fernando Luiz Ferreira durante a Balaiada. No mais, acumulou diversas honrarias portuguesas e brasileiras, e “[...] quase todas as medalhas para oficiais superiores e oficiais-generais do Exército imperial brasileiro.” (COUTINHO, 2005b, p. 375).

A maior parte de sua obra é constituída por plantas e mapas militares, relacionada, por tanto, à sua formação e atuação profissional, assim como a de Fernando Luiz Ferreira, que escreveu livros didáticos de matemática e descrições acerca das fortificações ao tempo da

Balaiada, bem como sobre a “Missão dos Guajajaras no Rio Pindaré”.

Um livro de Rodrigues Lopes, contudo, não pertence às engenharias, e possui cunho laudatório: “Plani-história ou resumo sinótico-histórico-genealógico do Império do Brasil e do Reino de Portugal e das famílias reinantes nestes países, oferecido a SS. MM. os senhores D. Pedro II, Imperador do Brasil e D. Pedro V, Rei de Portugal”, impresso em Pernambuco, no ano de 1858, e que teve uma segunda edição, no Rio de Janeiro, 1877.

É possível perceber que, ao contrário de Fernando Luiz Ferreira, o Barão de Matoso tinha grande proximidade com a monarquia, tanto a brasileira quanto a portuguesa, e sua inserção nos domínios político-eleitorais e “intelectuais” (COUTINHO, 2005b, p. 376) era marcante. Ele inicia sua trajetória política ao mesmo tempo que Luís, ambos na organização do Conselho Geral da Província (entidade política precedente à Assembleia Provincial). Apesar de não ter sido eleito para essa entidade, figurava como suplente e terminou tomando posse. Organizada, porém, a Assembleia Provincial, não sofrendo bloqueios, foi eleito para a primeira legislatura, de 1835-36, bem como para as três subseqüentes, sendo “[...] membro das mesas diretoras durante seus mandatos [...]” (COUTINHO, 2005b, p. 376).

Casado com uma dita Tereza Cottes, teve uma filha, Laura Rodrigues Lopes. Por sua vez, Laura casou-se com Joaquim Arsênio Cintra da Silva, irmão do pintor e fotógrafo pernambucano Arsênio Cintra da Silva, que documentou as festividades do casamento da Princesa Isabel e do Conde d’Eu⁶⁰ e foi professor de Insley Pacheco⁶¹. Joaquim e Arsênio foram irmãos de Felisbella Ernestina Cintra da Silva, condessa de Wilson (1840-1912), casada com o armador Eduardo Pellew Wilson Júnior (1832-1899), 1º Conde de Wilson pelo Reino de Portugal, por decreto de 8 de outubro de 1891, e um dos empresários mais ricos da época naquele país. O esposo de Laura foi “comendador” e cônsul do Brasil na Bolívia. Barbosa Lima Sobrinho⁶² tem parentesco remoto com os Cintra da Silva, e o médico e parlamentar maranhense Tarquínio Lopes Filho, com o próprio Barão de Matoso, que era seu tio-avô.

Assim, no que toca aos investimentos político-eleitorais, tanto a descendência direta de Fernando Luiz Ferreira quanto a de José Joaquim Rodrigues Lopes, não os têm

⁶⁰ Tais registros fotográficos foram depois adquiridos pelo Imperador Dom Pedro II, incentivador dessa nova tecnologia no Brasil. Atualmente, as referidas fotografias integram a chamada “Coleção Thereza Christina”, pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional.

⁶¹ Um dos mais importantes fotógrafos no Segundo Reinado e começo da República.

⁶² Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho (Recife, 1897 - Rio de Janeiro, 2000). Advogado, escritor e principalmente jornalista. Membro da Academia Brasileira de Letras. Deputado-federal nas décadas de 1940/50/60.

como principais. No segundo caso, o trabalho direto no concurso político é ainda mais discreto, no entanto, os laços matrimoniais asseguram maior proximidade com agentes que ocupam postos importantes do Estado e, por isso têm, como retorno, um melhor estabelecimento em outros domínios sociais.

José Luso Torres, por sua vez, não parece ter tido ascendência de maior destaque. Nasceu na pequena Vila de São Bento, na Baixada Maranhense. Enviado para São Luís, fez as primeiras letras no colégio particular de Mariano de César de Miranda Leda, que era professor único, auxiliado por alunos mais adiantados. Em seguida foi para o “Externato Santo Antônio” e por fim o colégio de José Ribeiro do Amaral, também deputado-escritor. Formara-se como segundo-sargento do Exército, provavelmente no Rio de Janeiro, nos primeiros anos da República. Iniciou seu trabalho político e literário na década de 1910.

Convertiu ele seu capital técnico-militar para a construção de um perfil “intelectual”. Isso era possível porque, conforme Almeida (2008), em razão das influências positivistas, os cursos oferecidos pelas escolas militares do período não tinham propriamente um conteúdo bélico, mas sim voltado para a engenharia civil, e daí seus ex-alunos eram aproveitados para as cátedras acadêmicas (carreira docente, por exemplo). Dessa forma, foi membro-fundador da Academia Maranhense de Letras – AML, tomando como patrono Frederico José Corrêa, um dos deputados-escritores, autor do livro que ataca os perfis do “Pantheon Maranhense”. Chega a ser seu presidente. Fundou também o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM.

Luso Torres teve ampla inserção entre os agentes bem estabelecidos nos domínios culturais, políticos e econômicos locais. No “Fabrill Athletic Club”, agremiação pertencente aos jovens industriais e irmãos Alves dos Santos, proprietários da Companhia Fabrill Maranhense foi professor do tiro.

Além disso, nas primeiras décadas do século XX, foi destacada figura na maçonaria de São Luís. Logrou-se acesso ao que parece ser a cópia de um projeto de livro, em dois tomos, intitulado “Renascer é Viver – História dos oitenta e nove anos de vida da Aug. e Resp. Loj. Simb. ‘Renascença Maranhense’, 1897-1987” (FORTE, 1987).

Analisando-se a lista dos primeiros eleitos para a administração da referida, na mesma sessão que deliberou sobre seu nome, com data de 15 de junho de 1898, dos 21 membros, nenhum era deputado (escritores e não-escritores), mas figuras proeminentes do comércio (6, como “negociantes”) e da indústria (3), além dos “proprietários” (4, de imóveis urbanos e rurais). Os demais eram profissionais liberais e funcionários públicos.

Na primeira ata em que aparece José Luso Torres, de 23 de abril de 1910, a frequência de comerciantes e industriais se mantém praticamente a mesma, mas com ao menos um confrade como parlamentar, do tipo não-escritor: Antônio Brício de Araújo. A 30 de maio de 1924 ocupava o cargo de “venerável mestre” (presidente) da Loja Renascença, Francisco Coelho de Aguiar, um dos empresários mais ricos do Maranhão no início do século XX, proprietário da Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense, firma possuidora da “Fábrica Camboa”, acionista do Banco Comercial e sócio, com os irmãos, de uma casa comercial no bairro da Praia Grande. Foi uma das lideranças da Associação Comercial do Maranhão:

Francisco Coelho de Aguiar era português, e exerceu, por alguns anos, o cargo de Primeiro Secretário da Associação Comercial. Casou-se com uma das filhas de Bernardino José Maia, também lusitano e comerciante, o qual, quando de sua chegada ao Maranhão, o hospedou e deu-lhe emprego de caixeiro em sua casa de exportação.

[...] foi chefe da “Venerável Loja Renascença Maranhense”, e Grão-Mestre da Maçonaria Brasileira. O filho, e também maçom, Adhemar Maia Aguiar, ocupou o cargo de vogal na ACM. Também, Cândido José Ribeiro teria sido um dos fundadores da “Loja Maçônica Vera Cruz” em São Luís, por volta de 1895 (SARDINHA, 2010, p. 164).

[...] consagrado não apenas dentro do grupo pela colocação assumida, mas fora dele, em outras agremiações, quando os títulos obtidos no interior da maçonaria passam a figurar, para além da instituição que os concedeu, como autenticadores de sua competência administrativa e liderança, o que é possível se constatar nas notas elogiosas e comemorativas de seu aniversário publicadas na Revista da Associação Comercial do Maranhão, que mesmo traz um retrato no qual esse diretor está em trajes onde porta os galardões do Grande Oriente. (NEVES, 2011, p. 105-106)

A questão é que os comerciantes, industriais e banqueiros, a julgar pela raridade com que exerciam mandatos eletivos, por uma série de circunstâncias, não tinham no trabalho político uma ação preferencial, ou até mesmo secundária, procurando a intermediação com as instâncias de poder governamentais através de agentes políticos alocados na Associação Comercial do Maranhão. Contudo, ao que parece, outras formas associativas como a maçonaria, poderiam fazer o mesmo. Nesse sentido, José Luso Torres poderia cumprir bem esse papel de comunicação entre o empresariado e os Poderes Executivo e Legislativo.

Ele traduziu conjuntamente com Fran Paxeco⁶³ uma opereta chamada “O Conde de Luxemburgo”, publicada em São Luís no ano 1911. Fran Paxeco é co-fundador da AML, e tinha grande entrada no ambiente empresarial ludovicense, especialmente entre seus conterrâneos portugueses (NEVES, 2011), do que também deve ter aproveitado Luso Torres. Na década de 1910, ele publicou trabalhos literários e políticos, enquanto que, com idade mais

⁶³ Manuel Francisco Pacheco (1874-1952).

avançada, a partir da década de 1940, escreveu biografias de cunho cívico, época em que progrediu nos quadros do Exército, alcançando a patente de general, na qual se reformou.

Assim mesmo, Luso Torres ficaria mais conhecido por sua obra poética, e isso é particularmente de interesse, pois se ajusta a um tipo de produção “desengajada” do trabalho político-eleitoral. De fato, cuida-se antes de um afastamento dos embates cotidianos, conscientemente ou não. Talvez não fosse aguardada uma aproximação do *ethos* militar com o gosto pelo Belo, ou com movimentos artísticos.

Mas, com aqueles que foram deputados-escritores, se deu exatamente o contrário. Fernando Luiz Ferreira, por exemplo, além de também escrever poesias, foi “escultor”, e fez o busto do Conde de Beaurepaire, Jacques Antonio Marcos, pai do amigo e também militar, general Henrique Beaureparie Rohan (Henrique Pedro Carlos de Beaureparie-Rohan, Visconde com grandeza de Beaurepaire-Rohan, Niterói, 1812 – Rio de Janeiro, 1894), filiado ao Partido Liberal (FERREIRA, 2011). Dessa maneira, tal tipo de produção pode ser “[...] uma forma de não subordinar-se à rotina do papel; de conjugar as urgências do jogo político à capacidade de reflexão e distanciamento em relação às mesmas.” (GRILL; REIS, 2012, p. 105).

Por fim, o próprio Barão de Matoso também executou trabalhos de cunho artístico, ainda que voltados para o domínio militar/cívico, como a citada “Pirâmide” da Sagração de D. Pedro II, que nesse caso se transmuda em bem simbólico não-escrito, impondo sentido e legitimação à ordem política da qual faz parte.

Retornando a Luso Torres, apesar de ter sido deputado na Assembléia Legislativa, sua trajetória política se direcionou principalmente para o Executivo, sendo prefeito de São Luís entre as décadas de 1910-20. Pode-se dizer que tinha, relativamente, um perfil ajustado ao “Tenentismo”⁶⁴ e, quando da Revolução de 1930, foi o primeiro nomeado como Interventor no Estado, ainda que em tal cargo tenha permanecido apenas poucos dias. Segundo Miceli (2012, p. 39):

Deixando de lado a questão ritual de saber se os tenentes devem e/ou podem ser identificados à classe média da qual teriam sido os porta-vozes na conjuntura política que precede a queda da República Velha, tampouco se consegue dar conta

⁶⁴ A primeira década posterior ao golpe militar de 15 de novembro de 1889, que encerrou o Segundo Reinado, teve franca liderança política do Exército que, inclusive, liquidou duas revoltas da Armada, agora Marinha do Brasil, com grande prejuízo de material e homens para essa última. Porém, na década de 1910, o estado passou à mão dos civis, e o Exército, principalmente as parentes médias e baixas, ligadas a estratos externos às “elites” políticas, econômicas e corporativas, foi relegado a um segundo plano. Em parte, o “Tenentismo”, nome dado a um amplo e desconexo conjunto de rebeliões lideradas pelo jovem oficialato dessa força na década de 1920, tem raízes na frustração que tais setores por não participarem da condução do novo regime, agora encampado por segmentos rurais tradicionais (FAUSTO, 1997).

do papel político que desempenharam ao privilegiar os traços que os vinculam à oligarquia. Na verdade, o que mais distingue os tenentes dos letrados é a distância muito maior entre as famílias de origem dos primeiros e o pólo intelectual da classe dirigente. Além disso, os tenentes não dispõem de condições idênticas, que lhes permitam acionar seu capital de relações sociais nas mesmas proporções com que fazem os escritores; em consequência, não dispõem da condição básica capaz de permitir um investimento escolar prolongado e o acesso a postos na divisão do trabalho de dominação que desfrutam de maior autonomia em face das demandas políticas e simbólicas da classe dirigente.

Figura 7 – Luso Torres



Fonte: Acervo particular do autor

Quanto ao tempo de carreira nos poderes públicos, têm-se os seguintes dados:

Quadro 15 - Tempo de carreira nos poderes públicos (eletivos e judiciários)

Carreira/anos ⁶⁵	0 – 5	6 – 10	11 – 15	16 – 20	+ de 21	Indefinido	Total
Executiva	23	-	-	-	-	5	28
Parlamentar	20	15	16	4	4	-	59
Judiciária	12	5	1	2	4	7	31

Fonte: Coutinho (1981), e outros

É possível concluir então que o Poder Executivo, considerando os cargos eletivos, foi um investimento meramente provisório, pois, em que pese ter havido muitas reconduções

⁶⁵ Em anos totais, somados todos dedicados a cada carreira, desconsiderando os intervalos. As carreiras estão englobando os diversos níveis (local/regional/nacional).

ao cargo de vice-presidente de província⁶⁶, por exemplo, essas são sempre de curto prazo, em torno de quatro ou seis meses cada uma. Maneira tal que, para a totalidade dos parlamentares que os ocuparam (28), não se passou do prazo de cinco anos. Para a alta rotatividade⁶⁷ de indicações ao cargo de presidente de província, Gouvêa (2008, p. 298) entende que:

Eles nomeavam pessoas para todas as áreas-chave na administração nacional, o que explica como e por que diferentes pessoas eram indicadas de tempos em tempos. Pode-se assim dizer que, a partir de 1850, as Presidências de Província no Brasil haviam se tornado instâncias de poder que progressivamente passaram a escapar ao controle dos grupos provinciais em questão.

Mesmo o cargo de prefeito, segundo o que se conseguiu obter, no período republicano, ficou circunscrito a um único mandato por parlamentar.

Durante o Segundo Reinado, as funções do que modernamente é nomeado de “prefeito”⁶⁸ eram exercidas pelo presidente da Câmara de Vereadores e, por tanto, um “mandato” circunscrito a dois anos. No final da década de 1910 e início da seguinte, na capital, o prefeito passou a ser indicado pelo chefe do Executivo estadual, deixando, assim, de ser um cargo eletivo.

Quanto à carreira parlamentar, a maior parte dos deputados ficou restrita ao termo de cinco anos (20), e isso engloba aqueles que tiveram até dois mandatos somente, sendo um, no mínimo, estadual ou, um estadual e outro nacional (deputado geral/federal). Mas há certo equilíbrio quantitativo com aqueles que se alongaram a médio e longo prazos na carreira (vereadores, deputados provinciais/estaduais, gerais/federais e senadores) nos máximos de dez e quinze anos (15 e 16 parlamentares, respectivamente), e desequilíbrio frente aos de longuíssima dedicação, com até vinte anos ou mais (4 e 4 parlamentares). Sendo assim,

⁶⁶ Em número de cinco, designados pelas Assembleias Provinciais entre os deputados mais votados.

⁶⁷ Corrêa (2003, p. 6-7) informa que: “Um número de 919 presidentes governaram as vinte províncias brasileiras da Independência até a Proclamação da República. A média, por província, foi de 48, dentro de um extremo de 60 presidentes que governaram Alagoas, a 28 para o Amazonas. Quase que a metade, para o mesmo período de aproximadamente sessenta e sete anos ou 802 meses. O tempo de administração média foi de 17 meses por presidente, para cada província. Na faixa das províncias que foram administradas por uma média de 14 a 16 meses por presidente, portanto, que tiveram mais presidentes em todo o período dos dois impérios, incluíram-se Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe. No Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Santa Catarina, a média de meses de administração de cada presidente variou de 20, para as duas últimas províncias, a 28, para o Amazonas.”

⁶⁸ Não se fala aqui no “cargo de prefeito” (unidade de poder hierárquico da Administração Pública), que, conforme menciona Faria (2007, p. 63), onde, na passagem do Período Regencial para o Segundo Reinado, “Algumas províncias o anteciparam, aprovando medidas centralizadoras, como a criação dos cargos de prefeitos e subprefeitos, os quais, nomeados pelo presidente da província, destinavam-se a assumir as atribuições policiais dos juízes de paz.” Diz-se da função de prefeito (atribuição governamental), ou função executiva local, exercida pelo presidente da Câmara de Vereadores durante o Império, e pelo intendente/prefeito na República.

excluindo-se esses últimos, e tomando apenas as três seções iniciais, chega-se a 17 anos como média de tempo dedicado à atividade nos parlamentos, valor consideravelmente alto e indicativo de que ela foi o investimento principal desses agentes na esfera pública.

No tocante às carreiras no Judiciário, há uma flagrante desproporção, firmada no fato de que a maior parte dos deputados-escritores teve, nesse poder, apenas uma porta de entrada para a Administração Pública (12). São exatamente aqueles que assumiram as funções de promotor/magistrado após o retorno de suas faculdades, trocando-as, em seguida, pelo concurso eleitoral.

Agentes que fizeram o movimento inverso, ou seja, que foram no início parlamentares e depois investiram nas carreiras judiciárias, com mais de onze anos de dedicação, transfigurando-se em verdadeiros juristas-escritores, são uma flagrante minoria (7), se comparados ao universo total de deputados pesquisados (59). Há um número intermediário de tempo, entre seis e dez anos de atividade, que é ocupado por uma quantidade pequena de parlamentares (5), geralmente numa fase híbrida de multiplicidade de investimentos, revezando a carreira jurídica com a parlamentar e mesmo outras (executivas, por exemplo, as secretarias de estado), prevalecendo, porém, tempos mínimos na jurídica (próximos da margem de seis anos).

Foi possível identificar o padrão geográfico das carreiras, ou seja, o local/regional (município/província/estado) em que foram ocupados os cargos e exercidas as funções, o que proporciona conhecer da progressão profissional em cada uma delas:

Quadro 16 - Padrão geográfico de carreira pública (regional ou nacional)⁶⁹ por parlamentar

Carreira	Municipal	Provincial/Estadual	Nacional
Executiva	5	23	4
Parlamentar	9	59	35
Judiciária	34	12	4

Fonte: Coutinho (1981), e outros

⁶⁹ Por deputado (conjunto de 59), incluindo secretarias e ministérios, mas apenas os cargos de primeiro escalão. No caso das atividades do direito, em que pese não haver um Poder Judiciário “municipal”, posto que a estrutura, em si, pertence ao Tribunal de Justiça do Maranhão (Relação do Maranhão), contabilizou-se como tal os magistrados de comarca, cuja atuação se dá tão somente sobre sua limitação territorial, ao contrário da corte de desembargadores, cuja atribuição de competência é estadual/provincial. Estão também arrolados nesta classificação e lógica, os membros do Ministério Público (promotores e procuradores de justiça) e advogados públicos. Os membros da Justiça Federal e Ministério Público Federal estão distribuídos entre as categorias “estadual” e “nacional”, conforme as competências dos cargos que ocupam. Estão excluídos os advogados particulares, posto que a mobilidade proporcionada pela carreira permite – em tese – a eles atuarem em todos os níveis, conjuntamente.

De pronto, a ocupação de cargos de nível provincial/estadual é a de maior destaque, à exceção do Poder Judiciário, que é principalmente local (municipal/comarca). Isso porque, como antes já citado, a carreira judiciária (promotor/magistrado) é entrada nos quatros funcionais estatais, mas, em boa parte, trocada pela parlamentar.

Assim mesmo, o número de deputados é grande no início dela (34), por causa do curso universitário predominante (direito), e menor nas outras (executiva e parlamentar), com 5 e 9 deputados, respectivamente. Mas, subindo de nível geográfico (para o provincial/estadual e nacional), o número de ocupantes das carreiras judiciárias decresce progressivamente, enquanto o das demais se eleva (até o provincial/estadual). Na instância nacional, o número de parlamentares mais ou menos se estabiliza, enquanto que o de executivos regride à quantidade inferior da original.

Nesse sentido, os cargos executivos são principalmente de nível provincial/estadual em razão da função de presidente/vice de província e governador, que, no entanto, conforme exposto, são, via de regra, o limite máximo alcançado em tal domínio, vez que o acesso ao nacional é medíocre (4). No parlamentar, a estabilização é derivada da franca ascensão aos cargos de deputado geral/federal e senador, mesmo em face de alguma redução, que se compreende natural, posto que o número de parlamentares provinciais/estaduais é, obrigatoriamente, o mesmo do universo total de deputados pesquisados.

Com efeito, considerando ainda esses tipos de investimentos, conseguiu-se identificar um quantitativo de ocupação dos cargos e exercício de função no âmbito da Administração Pública. Porém, essa quantidade deve estar muito aquém da real, pois as fontes consultadas não raro forneceram indicações imprecisas, como “várias vezes secretário” ou “muitos serviços prestados”. Nessas circunstâncias, optou-se por tomar o número 2 quando houvesse indicação do cargo/função no plural, de forma abstrata, como mencionado. Chegou-se ao seguinte quadro:

Quadro 17 – Quantidade de vezes em que os cargos públicos foram ocupados

Cargos/número	Eletivos	Administrativos ⁷⁰	Judiciários ⁷¹	Total
Número	154	129	63	346

Fonte: Coutinho (1981), e outros

⁷⁰ Incluídos os de primeiro e segundo escalão; excluídos os cargos eclesiásticos e os judiciários, esses últimos com categoria própria; excluídos os cargos militares.

⁷¹ Incluídos procuradores e advogados públicos.

É bem se perceber que os deputados-escritores ocuparam/exerceram, por excelência, posições eletivas. De fato, essas são as detentoras do poder objetivo, e foram as mais procuradas pelos parlamentares maranhenses que publicaram livros. Por outro lado, os “cargos administrativos”, de primeiro e segundo escalões, seguem logo atrás, e são mesmo, como outrora dito, um apoio aos primeiros para a construção/manutenção da trajetória política. Os judiciários, por seu turno, são bem menores. Dividindo o número de ocupações dos cargos públicos pela formação universitária dos agentes, chega-se ao seguinte resultado:

Quadro 18 – Quantidade de vezes em que as funções públicas foram exercidas/formação universitária

Formação universitária / Função pública	Direito	Medicina	Engenharias	Filosofia	Igreja	Sem formação	N. I.	Total
Magistério Público (secundário e superior)	24	5	5	-	6	1	3	43
Promotoria de Justiça	15	-	-	-	-	-	1	16
Magistratura local/ Tribunais locais	32	1	1	-	-	-	-	34
Advocacia pública/ estatal	8	-	-	-	-	-	-	8
Medicina pública	-	1	-	-	-	-	-	1
Prefeitura/vice	2	2	1	-	-	-	1	6
Vereança	2	3	-	-	1	1	2	9
Presidência de província/Estado/vice	32	3	2	-	-	-	1	38
Secretaria de Província/ Estado	9	2	1	-	1	2	3	18
Administrativa provincial/ estadual	9	10	6	1	-	-	7	34
Deputação geral/ federal	65	8	4	4	5	1	3	90
Senado	10	-	-	-	-	-	-	10
Diplomacia	-	-	-	-	-	-	3	3
Ministério/ Conselho de Estado	9	-	2	-	1	-	-	12
Magistratura nacional/ Tribunais superiores	3	-	-	-	-	-	-	3
Procuradoria federal	2	-	-	-	-	-	-	2
Serviço público administrativo Imperial/Federal	8	2	4	-	1	2	1	18
Militar/Polícia (postos)	2	-	15	-	-	-	-	17
Função eclesiástica local/regional	-	-	-	-	9	-	-	9
Função eclesiástica nacional	-	-	-	-	7	-	-	7

Fonte: Coutinho (1981), e outros.

Os formados em direito ocupam quase totalmente a maioria dos cargos, se comparados com os agentes detentores de outras graduações, mas isso decorre do número de graduados, três vezes maior que os de medicina, que ocupam o segundo lugar. A exceção está nos cargos administrativos provinciais/estaduais (de segundo escalão) e na vereança. Em ambos os casos, os médicos superam em 1 os bacharéis. Quanto ao Executivo municipal, o número é equivalente (2 e 2).

Na primeira hipótese, apenas os médicos ocupam funções ligadas à saúde, como a direção hospitalar e equivalentes. Já na segunda, a vereança foi um investimento, no geral, pouco procurado pelos deputados-escritores em se tratando de cargos eletivos (o mesmo valendo para o Executivo municipal), inclusive porque a entrada no domínio político é mais elevada: o parlamento da província/estado, ao menos de acordo com as fontes encontradas. Dessa forma, comparando os médicos com os bacharéis, e considerando a diferença quantitativa de ambos, é possível concluir que aqueles se destacam mais que estes nos cargos/funções de importância secundária. Os formados em medicina ou engenharias (através de escola militar) que exercem a magistratura são casos isolados de dupla graduação, circunstância extremamente rara na época, ou ainda de “aproveitamento”, oficialmente pela indisponibilidade de formados nas ciências jurídicas (mas conforme as vinculações pessoais).

Os agentes que possuem formação em seminário religioso (católico) superam os médicos em se tratando do magistério público, e isso pode ser decorrente tanto de uma “tradição” dos membros eclesiásticos na formação educacional do período, iniciada desde as primeiras-letas, até a praticidade da medicina, que retirava os médicos da docência, e mesmo a inexistência de cursos e cátedras no Maranhão próprias de seu conhecimento. Quanto ao exercício das atividades econômico-profissionais e a formação acadêmica dos deputados-escritores, têm-se a seguinte distribuição:

Quadro 19 – Atividade econômico-profissional/formação universitária

Atividade econômica / formação universitária	Direito	Medicina	Engenharias	Filosofia	Igreja	Sem formação	N. I.	Total
Lavrador/Pecuarista	3	-	1	-	-	-	-	4
Comerciante	-	-	-	-	-	-	-	-
Industrial	2	-	-	-	-	-	-	2
Banqueiro	2	-	-	-	-	-	-	2
Serviço	2	-	-	-	-	-	1	3
Profissões liberais	17	4	-	-	-	-	1	22
Total	26	4	1	-	-	-	2	33

Fonte: Coutinho (1981), e outros.

Averigua-se que a maior parte dos parlamentares exerceu, ao menos em algum momento de suas vidas, “profissões liberais”. Essas são atividades que não pertencem à estrutura hierárquica estatal e, portanto, não são remuneradas por fundos públicos. Elas podem possuir organização própria ou não, mas produzem rendimentos financeiros variáveis, conforme o mercado em que se inserem. Para o universo pesquisado, são basicamente três: médico particular, advogado e professor, sendo a última exercida quase que apenas por proprietários e docentes de escolas particulares secundaristas.

Contudo, os números informados não se referem a atividades exclusivas, haja vista que alguns parlamentares investiram no campo (lavrador/pecuarista) e também nas citadas profissões liberais, marcadamente urbanas. Foi o caso de Francisco Dias Carneiro, que herdou dos pais o “Engenho Gameleira”, na região dos sertões de Pastos Bons, tendo sido também um dos precursores das indústrias têxteis maranhenses, diretor da “Companhia Industrial Caxiense” e a “Companhia União Caxiense”, ambas da cidade de Caxias, e empreendedor em diversos projetos de infraestrutura, sendo também advogado. Para esse tipo de caso, especificamente, a “profissão liberal” não é a atividade privilegiada.

Porém, trata-se de uma excepcionalidade. Comparando a quantidade de referências totais (33), elas são 66,66%, enquanto que as demais têm, respectivamente, 12,12% (lavrador/pecuarista), 9,09% (serviço) e 6,06% (banqueiro e industrial, cada). Disso se conclui que, mesmo considerando os casos de multiplicidade de investimentos econômicos, as profissões liberais são as de maior destaque para a deputação regional.

Com razão, elas são urbanas, e o ambiente citadino é o próprio da população em tela. Nessa senda, os formados em medicina são, em geral, apenas médicos, e os formados em direito serão, se afastados da Província/Estado, advogados, e ambos poderão ser professores. Sobre essa última profissão, especificamente, um conselho próprio foi criado em 1843, intitulado “Instituto dos Advogados Brasileiros”, e tinha como propósito objetivo o reconhecimento oficial dos bacharéis como indispensáveis ao funcionamento do Poder Judiciário. Isso, em termos práticos, abria uma janela para que formados em Direito que dispusessem de capitais mais limitados que os de outros (níveis inferiores e superiores intra-“elite”), pudessem se articular com maior segurança e proximidade com o estado, a partir da especialização na própria carreira:

O IOAB foi fundado em 1843, durante o período identificado por Larson como de organização das profissões modernas.¹⁸ Seu estatuto lhe conferia como objetivo único a criação da Ordem dos Advogados ‘em proveito geral da ciência da jurisprudência’. Baseava-se no saber jurídico para legitimar o grupo como possuidor da competência para fiscalizar o mercado e punir os charlatães. Os fundadores do

IOAB precisavam distinguir-se por seus méritos profissionais, já que outras instituições também podiam ocupar este lugar. A Magistratura tinha a jurisdição punitiva e o credenciamento era realizado pelos deputados, pelo ministro da Justiça e pelo monarca. (BONELLI, 1999, p.65)

Não se conseguiu localizar vinculação entre a formação universitária, o comércio e o trabalho político. Isso porque a construção da vida profissional de sucesso na atividade comercial, ao ponto de ser mencionado pelas fontes, demandava grande investimento de tempo, praticamente desde a infância (NEVES, 2011), o que impedia a obtenção do título universitário e, por vezes, qualquer outra formação educacional institucional. Para os demais títulos universitários, seus agentes não teriam exercido as profissões liberais, ficando restritos ao âmbito da Administração Pública ou da Igreja.

5 PERFIS CULTURAIS

Neste capítulo são apresentados os perfis culturais, um conjunto de diversas estratégias acumulativas de recursos e comportamentos “adequados” e “aguardados” à ocupação das posições de poder estatais a partir da vinculação a instituições principalmente literárias e científicas, configurando um padrão mais ou menos homogêneo de agentes para o período pesquisado.

Por exemplo, Manuel Viriato Corrêa Baima do Lago Filho, ou simplesmente Viriato Corrêa. Foi ele deputado no “Congresso estadual” do Maranhão em 1911, elegendo-se para a deputação federal em 1927 e 1930, quando foi cassado e preso pelo movimento que derrubara o governo de Washington Luís naquele ano, pois era próximo desse e ter se pronunciado contra a “Revolução”.

Nasceu em 23 de janeiro de 1884, no que é hoje o município de Pirapemas, no baixo Itapecuru, tendo falecido no Rio de Janeiro a 10 de abril de 1967. Provavelmente o pai foi comerciante, e o enviou ainda criança para São Luís a fim de que realizasse os estudos básico e ginasial. Aprovado nos preparatórios de humanidades, cumpriu a trajetória comum de seus pares e matriculou-se na Faculdade de Direito de Recife no ano de 1900.

Começa aí uma curva de desambiguação que se concluirá com o fim de sua carreira política. Abandonando Pernambuco, Viriato muda-se para o Rio de Janeiro “[...] sob o pretexto de terminar o curso jurídico na metrópole, veio juntar-se à geração boêmia que marcou a intelectualidade brasileira no começo do século” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2015).

Consta ter concluído o curso pela Faculdade Nacional em 1907. No entanto, parece não ter se dedicado, de forma relevante, a qualquer das profissões jurídicas.

Com 18 anos publicou em São Luís seu primeiro livro de contos, intitulado “Minaretas”, que não foi bem recebido, pelo menos não por João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes (1860-1934), conhecido como João Ribeiro, escritor sergipano e membro da Academia Brasileira de Letras (2015), que “[...] descarregou contra ele toda a sua crítica. Considerou afetado o título, proveniente do árabe, porque uma mesquita não tem nada e comum com contos sertanejos, que foi o tema da obra”.

Viriato Corrêa não deu muita importância a esse bloqueio inicial, nem enfrentado problemas financeiros em tal quadra da vida, pois, entre a capital da República e o Maranhão, foi eleito deputado estadual aos 27 anos, exatamente no período cronológico de entrada dos agentes que investem na política e na produção escrita, pós-faculdade. Àquela altura havia

publicado apenas dois livros. Porém, até o ano de 1930, quando perdeu o mandato de parlamentar federal, seriam mais 21 títulos⁷². De maior interesse é o fato de que parte significativa de seus escritos foi inicialmente consignada nos periódicos da capital federal, onde conheceu no ambiente tipográfico vários intelectuais da época, como João do Rio⁷³, e que lhe teriam incentivado a convertê-los para o formato livro, em razão dos “pendores literários” que supostamente detinha.

Em se tratando da idade, os deputados-escretores ocuparam mandatos do Legislativo maranhense entre os vinte e os quarenta anos. Mas, especialmente, a partir dos trinta, pois é nessa faixa etária que mais acumularam capitais, como os derivados da titulação acadêmica, da produção escrita (jornalística ou de livros), ocupação de cargos administrativos e também do engajamento político, todos exercidos conjuntamente, no período pós-faculdade, entre meados e fim do segundo decênio de vida:

Quadro 20 – Idade/Deputação local⁷⁴

Idade	Nº
Até 20 anos	-
Até 30 anos	19
Até 40 anos	26
Até 50 anos	3
Até 60 anos	-
+ 60 anos	2
Total identificado	50
Indefinido	85
Total Geral	135

Fonte: Coutinho (1981), e outros

⁷² São mais de quarenta no formato livro até o fim da vida, 24 deles na década de 1930, todos com várias reedições. O maior volume de sua produção, considerando a quantidade de títulos e o tempo em que foram produzidos, se deu durante o Estado Novo (1937-1945). Seus escritos foram particularmente aproveitados pelo primeiro governo Vargas em razão de sua temática preferencial ser a construção de uma história nacionalista voltada ao público leigo, majoritariamente de crianças e jovens em idade escolar, através da construção de heróis republicanos, como “Tiradentes”, de 1939. Para efeitos da tese, foram excluídos os livros produzidos exatamente a partir de 1930, pois de forma deliberada Viriato Corrêa abandona o trabalho político-eleitoral após a experiência da prisão, e também pelas modificações que se operam sobre a configuração do que é o político/escritor, com elementos de identificação específicos, mais determinantes nessa época. Em 1938 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras após quatro tentativas.

⁷³ João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto (Rio de Janeiro, 1881 – Rio de Janeiro, 1921), que utilizava o pseudônimo “João do Rio”. Publicou em jornais e livros suas crônicas, traduções e peças teatrais. Era tipo por dândi, que seguia a moda de vestir e escrever francesas na Belle Époque carioca.

⁷⁴ Número de mandatos com identificação e sem identificação, seja quanto ao ano de entrada, seja quanto ao de saída do parlamento.

Tem-se um número menor, mas considerável, até os trinta anos (19). Esses são os que dispõem de forte capital familiar e econômico, montados sobre extensas redes de compadrio, construídas e mantidas por seus antecedentes, como Antônio Jansen de Mattos Pereira, eleito deputado provincial aos 24.

Por isso, esses agentes adentram de plano como vitoriosos no concurso eleitoral, mas não sem executar a ritualística própria – e “inconsciente” – do mandatário: o precoce engajamento político/literário através da produção escrita, como no caso de Viriato Corrêa.

Quanto à relação entre as honrarias oficiais e a ocupação de posições de poder pelos parlamentares escritores, têm-se alguns elementos de relevância.

Isso porque, durante a maior parte do período cronológico analisado (59 anos, entre 1830 e 1889), e mesmo antes, desde 1822, esteve em vigor um sistema de distinção social reconhecido pela Constituição Política do Império do Brasil: a titulação nobiliárquica.

Sua importância é tamanha que, mesmo após sua abolição, com o advento da República, vários agentes continuaram a assinar seus títulos sem que houvesse qualquer tipo de resistência significativa a isso. Assim foi o caso de José da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), o Barão do Rio Branco⁷⁵, a nível nacional, e a nível regional o Barão de Itapary (NEVES, 2011).

Todavia, em termos jurídico-administrativos, os fundamentos dos títulos da nobreza diferiram de outras monarquias contemporâneas, pois não eram acompanhados de prerrogativas de direito relevantes, inclusive não eram hereditários e desapareciam com a morte de seu possuidor.

De fato, ao contrário das casas reais européias tradicionais, em razão de uma exigência constitucional estritamente pessoal de atos favoráveis à entidade estatal (incluída a noção de “coletividade”), na monarquia brasileira não havia transmissão do título de nobreza.

Ele caracterizado como *ad personam*, ou seja, exclusivo do indivíduo, podendo ser utilizado apenas pelo agraciado, circunstância essa que o aproxima da funcionalidade – legal – das comendas não-nobiliárquicas. A regra da concessão de honrarias estava prevista no artigo 102, XI daquela Constituição:

Art. 102. O Imperador é o Chefe do Poder Executivo, e o exercita pelos seus Ministros de Estado.

[...]

XI. Conceder Títulos, Honras, Ordens Militares, e Distinções em recompensa de

⁷⁵ Bacharel em direito pela Faculdade de Direito de Recife, na década de 1860. Era filho do Visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, um dos principais estadistas do Segundo Reinado. O Barão do Rio Branco foi diplomata no período republicano e é o patrono da diplomacia brasileira.

serviços feitos ao Estado; dependendo as Mercês pecuniárias da aprovação da Assembléia, quando não estiverem já designadas, e taxadas por Lei. (BRASIL, 1842, p. 40)

Dessa maneira, por expressa disposição constitucional, a concessão titular estava fundada na recompensa de serviços feitos ao estado.

Ora, o reconhecimento, nesse caso, emanava do mais elevado cargo da estrutura hierárquica da Administração Pública, o monarca. Teoricamente, pode ser dito que se engajava ao que o Direito Administrativo chama de “critérios de conveniência e oportunidade”, integrantes do poder de autoridade e relacionados à pertinência de conteúdo e temporalidade da medida.

Nesse caso, quando havia prestação voluntária de ações/serviços de utilidade pública ou diretamente em favor do Estado por parte dos cidadãos do Império.

Isso quer dizer que o ato de concessão do título era de natureza “não-vinculada”, ou seja, ainda que o cidadão possuísse capital econômico e/ou “intelectual”, antecedentes diretos ou indiretos portadores desse tipo de titulação, ou qualquer outro recurso, nem por isso poderia exigir do chefe do Poder Executivo tal reconhecimento.

Portanto, não há que se falar em “compra de título de nobreza”, mesmo que o registro cartorial demandasse a satisfação da taxaçaõ equivalente, posto que isso sempre era posterior à própria concessão.

As verbas recolhidas do registro titular integravam o Tesouro Imperial, portanto, eram receita pública.

As conseqüências da concessão por “conveniência e oportunidade” (tratando-se, portanto, de um “ato de estado”) eram importantes para a época, pois, nem sempre os detentores das maiores fortunas rurais (terras, escravarias, etc.) portavam títulos de nobreza, que, a rigor, foram distribuídos entre alguns desses, mas também funcionários públicos e agentes da iniciativa privada urbana.

Estavam franqueados, legalmente, a qualquer cidadão, juridicamente reconhecido como tal, sem distinção de cor, como atestam as titulações do Visconde com Grandeza de Jequitinhonha, em 1854 (o advogado Francisco Gê Acayaba de Montezuma, 1794-1870), o Visconde de Inhomirim (Francisco de Sales Torres Homem, advogado e médico, 1812-1876) e do Barão de Guaraciaba (o lavrador Francisco Paulo de Oliveira, 1826-1901), em 1887, todos negros.

Ademais, outros estados monárquicos outorgavam títulos nobiliárquicos, como Portugal, ao deputado-escritor José Joaquim Rodrigues Lopes, o Barão de Matoso, e mesmo a

Santa Sé, estatutariamente uma “monarquia eletiva”, que concedeu o título de Conde a Cândido Mendes de Almeida Filho, primeiro descendente do deputado-escritor maranhense Cândido Mendes de Almeida.

Havia também os dignitários de irmandades religiosas e comendadores do estado imperial. Entre esses últimos, das comendas mais importantes estava a “Imperial Ordem da Rosa”, criada em 27 de fevereiro de 1829 pelo Imperador D. Pedro I, como memória de seu matrimônio com Dona Amélia de Leuchtenberg e Eischstädt.

Eram contemplados com ela aqueles que demonstrassem fidelidade à Casa Imperial do Brasil, ou ainda também como decorrência de serviços prestados ao Estado, mesmo fundamento dos títulos de nobreza.

Entre 1829 e 1831 foram concedidas 189, e de 1840 a 1889, 14.284 indivíduos foram agraciados. Apenas três pessoas receberam o grau máximo, com grande-colar da ordem: os dois Imperadores e o Duque de Caxias.

Entre os deputados-escritores maranhenses que tiveram a insígnia, no mínimo, foram 12 e, portanto, pouco mais de 1/5 da população: Antônio Marcelino Nunes Gonçalves (Visconde de São Luís), Cândido Mendes de Almeida, Fábio Alexandrino de Carvalho, Francisco Sotero dos Reis, Frederico José Corrêa, João Francisco Lisboa, José Joaquim Rodrigues Lopes (Barão de Matoso), José Joaquim Tavares Belford, Luís Antônio Vieira da Silva (Visconde de Vieira da Silva), Luiz Miguel Quadros Filho, Marcos Antônio de Souza e Martiniano Mendes Pereira.

Dessa forma, as comendas civis, as ordens e hábitos religiosos não são distintivos muito importantes *interna corporis* aos agentes que foram parlamentares e que publicaram livros, posto serem muito comuns, presentes em praticamente todos os tipos de função pública exercida. Isso, no entanto, não quer dizer não cumprissem bem a missão de hierarquizar em posições inferiores os entrantes ou aqueles que de nenhuma forma adentrariam as instancias de poder, mas que compartilhavam com os agraciados outros domínios sociais, como a organização das irmandades católicas seculares, não se excluindo formas associativas “laicas”, como institutos literários, científicos, etc.

Figura 8 – Ordem de Cristo⁷⁶



Fonte: Acervo particular do autor

O baronato, por sua vez, entre os deputados que publicaram livros, esteve vinculado a atividades intermediárias: a própria função de parlamentar provincial e de militar. Mas é preciso considerar uma peculiaridade: o título existente não era brasileiro. Houve marcada escassez de barões entre os deputados-escritores, ainda que essa fosse a titulação nobiliárquica mais baixa e “comum”, existindo apenas um único entre eles, o Barão de Matoso, e mesmo assim, pelo Reino de Portugal. O baronato é titulação importantíssima, principalmente para efeitos locais (ainda que relativamente atenuada a nível nacional, ante a

⁷⁶ Grão-cruz da Ordem de Cristo, o grau mais elevado de quatro. Note-se a coroa, no formato da desenhada por Debret para o Primeiro Reinado, e as ramas de café e fumo, originárias do brasão imperial. A “Ordem dos Cavaleiros Nosso Senhor Jesus Cristo” tinha natureza religiosa e militar, tendo sido instalada em 14 de março de 1319 pela bula papal *Ad ea ex-quibus* admitida em Portugal pelo D. Dinis. Herdou as propriedades e privilégios dos Templários (Ordem do Templo). Chegou ao Brasil com os descobrimentos, e foi uma das mais importantes dignidades do Primeiro e Segundo Reinados. Segundo Debret (1978, p. 169): “O uniforme de gala dos cavaleiros de Cristo nas cerimônias religiosas constitui-se unicamente do manto da ordem com o crachá do lado esquerdo do peito; essa condecoração compõe-se de uma grande cruz branca, muito estreita, colocada no campo vermelho de outra mais larga de metal. O conjunto é cercado de raios de prata e encimado por um coração envolvido numa coroa de espinhos com uma pequena cruz vermelha. Este acessório pertence somente aos dignitários. O manto, fechado na frente por alamares, desce apenas até o estômago, deixando de fora a metade dos braços. Embora de fazenda extremamente leve, pois é feito de crepe branco, usa-se para maior comodidade toda a parte inferior enrolada sobre o peito com uma cinta de algodão branco (cordão) cujas enormes bordas pendem na frente. Toda essa passamanaria é cuidadosamente trabalhada.”

quantidade de títulos dessa natureza e outros que lhe são superiores), proporcionando grande acúmulo de capital social e afirmando o agente como liderança política e institucional regional.

Durante o Império do Brasil, foram concedidos 1211 títulos nobiliárquicos, sendo 3 ducados (titulação mais elevada, logo abaixo da dinastia, e mesmo assim apenas seus membros foram agraciados, à exceção do Duque de Caxias, que não teve laços de parentesco com eles) 47 marquesados, 51 condados, 235 viscondados e 875 baronatos. No entanto, a quantidade individual foi menor, pois alguns nobres detinham mais de um título (barão e visconde, por exemplo), e o número é de aproximadamente 980 pessoas (BARMAN, 1973). Assim mesmo, não há precisão, vez que boa parte dos livros de registro nobiliárquico desapareceram da instituição responsável por sua guarda, o “Cartório de Nobreza e Fidalguia do Império do Brasil”, ainda durante no Primeiro Reinado.

Mílson Coutinho (2005b) listou 30 titulares que viveram no Maranhão, desde o final do século XVIII, e pouco mais de 2/3 possuíram o baronato. Conseguiu-se identificar que ao menos 7 deles foram deputados na Assembléia Provincial/Legislativa, sem, porém, terem publicado qualquer livro. São os seguintes: Barão de Penalva, Barão de Pindaré, Barão de Turiaçu, Barão de Coroatá, Barão de Monção, Barão de Anajatuba e Barão de Paquetá, todos pelo Império do Brasil.

Nesse ponto, pergunta-se: por que houve tantos parlamentares não-escritores com baronato e nenhum barão “brasileiro” entre os deputados-escritores (apesar de outras titulações superiores, como a de visconde)? A resposta provavelmente esteja nos altos níveis de consagração advindos do recebimento do título (que poderia se dar após a realização de obras de uso público, como ferrovias, hospitais, etc., geralmente por indivíduos enriquecidos pela lavoura), confirmando e acrescentando um tal acúmulo de capital social que, por si só, identificava a excelência do agente – em caráter definitivo – desincumbindo-o dos investimentos “intelectuais”, como a publicação de livros ou mesmo a formação universitária, que poderiam proporcionar resultado equivalente.

Essa é apenas uma das dimensões de distinção “intraelite”, posto que, ao menos aparentemente, existem “subgrupos” com características específicas, diferentes dos deputados-escritores, como os agentes que investem na política e que são “apenas” barões brasileiros. Eles teriam uma trajetória mais próxima do controle direto das propriedades rurais, e por conseqüência, maior presença no campo, a recusa por investimentos acadêmicos/intelectuais, não-ocupação de cargos secundários da Administração Pública, herdeiros de fortunas consolidadas, redes de parentesco muito largas e grande preocupação

(quase exclusividade) com o domínio político na esfera regional.

Por sua vez, os possuidores do título de visconde exerceram a magistratura local/regional e a advocacia privada, no âmbito do Poder Judiciário. No Executivo, não passaram apenas pelas funções de prefeito, particularmente baixa, e do governo nacional, que não foi alcançada por nenhum dos deputados-escreitores. Quanto ao Legislativo, exerceram as duas principais: a deputação geral (nacional) e o senado, esse último vitalício e consagrador do perfil de liderança política. O visconde era detentor de uma titulação elevada, e vários foram figuras proeminentes da ordem imperial, chefiando gabinetes ou ocupando pastas ministeriais importantes.

Dessa forma, para o universo dos deputados-escreitores, os viscondados estiveram em posições superiores, não apenas alegoricamente, quanto à hierarquia da nobreza, mas sim em termos objetivos de poder institucional. Assim, as honrarias e titulações se ajustam, via de regra, ao lugar de ocupado na estrutura da Administração Pública. Os parlamentares que escrevem livros têm também uma relativamente comum vinculação com “institutos científicos” externos ao Maranhão, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. Contudo, o que se percebe de início, é que esses não correspondem propriamente à formação acadêmica dos agentes.

Com razão, em que pese a maioria absoluta deles ter concluído o curso jurídico, nenhum compôs os quadros de organizações desse domínio, que inclusive foram inexistentes no Maranhão durante todo o período cronológico da pesquisa, ou bastante provisórias a nível nacional. No mesmo sentido, os militares, que se organizavam sob carreira própria, mas com formação parcial nas engenharias, não estiveram presentes (ou, pelo menos, as fontes não fazem referência a isso) em instituições privadas dedicadas a esses temas. É o que se pode constatar do quadro que segue:

Quadro 21 – Formação acadêmica⁷⁷/“institutos científicos”

Formação acadêmica/ institutos científicos	Direito	Medicina	Engenharias	Outro	Sem formação	Sem informação	Total
Natureza							
Jurídico	-	-	-	-	-	-	0
Médico	-	1	-	-	-	-	1
Engenharias	-	-	-	-	-	-	0
Histórico/Geográfico	14	2	1	1	1	1	20
Militar	-	-	-	-	-	-	0
Outro	-	1	1	1	-	-	3
Localização							
Locais	3	-	1	-	-	1	5
Nacionais	6	3	-	1	1	1	12
Estrangeiros	2	1	-	1	-	-	4
Transnacionais	2	-	1	-	-	-	3

Fonte: Coutinho (1981), e outros.

É preciso dizer que elas são organizações não-estatais (privadas) cujos estatutos se direcionam para a promoção/divulgação de pesquisas técnicas fundadas nos cânones universitários/disciplinares, conforme a construção do pensamento científico ocidental, a partir de meados do século XVIII. Surgem no Maranhão muito tardiamente, e de forma incipiente, no início do século XX.

Em que pese haver um número proporcionalmente considerável de agentes portadores de titulação acadêmica desde as primeiras décadas do Oitocentos ocupando as posições de poder locais, não houve mobilização significativa para a montagem de sodalícios científicos, e assim foi o caso do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM, fundado tão somente em 1925, e por agentes desvinculados de universidades.

Portanto, os deputados-escritores se filiarão principalmente a agremiações dessa natureza sediadas fora do território maranhense (19 vs. 5). É notável, como referido, o fato de que as mais procuradas não estão diretamente relacionadas à formação acadêmica prevalente, o Direito e a Medicina, mas sim à História e Geografia.

⁷⁷ Quanto às titulações universitárias, o direito detém os diplomas em “ciências sociais e jurídicas”, a “medicina” engloba também os informados nas fontes como “ciências naturais” e correlatos; as “engenharias” os diplomas em “matemática”, “física”, “química” e os cursos militares, esses últimos por possuírem cátedras em parte dessas áreas. Contudo, em alguns casos, as “engenharias” e os “militares” serão postos separadamente, quando outros capitais estiverem em análise, e não apenas a posse de diploma ou domínio de conteúdo acadêmico. A “Igreja” se refere aos formados em “cânones” (católicos, direito canônico) e seminários. Nesse último caso, como não foi identificado nenhum exemplar correlacionado aos “institutos científicos”, não possui coluna própria.

De pronto isso indica que o saber técnico (jurídico e médico), para os deputados-escritores, estava restrito ao ambiente profissional específico das áreas, quando eram objeto de dedicação. Coradini (2005) informa, para o caso da Academia Nacional de Medicina – Império e Primeira República –, que a impossibilidade da configuração de carreiras voltadas para a pesquisa científica médica, naquele contexto, implicava em outras finalidades assumidas por esse tipo de associação de “profissionais”, notadamente a consagração de seus membros:

Na maior parte do período de existência da ANM, o ensino universitário se reduzia a dois cursos de medicina (no Rio de Janeiro e na Bahia) e outros dois de direito (em Recife e em São Paulo), e praticamente não havia organizações e possibilidades de carreira na pesquisa científica. As apropriações e os usos práticos da academia dependem dessas condições, e também da condição mais geral de se tratar de um meio social inicialmente escravista e, posteriormente, oligárquico. (CORADINI, 2005, p. 4)

Por outro lado, o pertencimento aos institutos histórico-geográficos (20 parlamentares), nacionais ou estrangeiros, sem dúvida importava muito na configuração da “personalidade intelectual”. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se insere no contexto da importação de instituições (BADIE; HERMET, 1990; BADIE, 1992), tendo como modelo o Instituto Histórico de Paris, que iniciou oficialmente suas atividades em 1834:

Desde sua fundação, em 1834, até 1856, muitos brasileiros, dentre os quais alguns dos principais representantes políticos do mundo oficial do Império, participaram das atividades do Instituto, fato que inspirou a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838. Daí, pode-se pensar a influência desse grupo sobre intelectuais brasileiros do início do século XIX. (CARRARO, 2003, p. 2).

O IHGB, fundado em 1838, teve como pressuposto a criação/reformulação da “história nacional”, a partir da evocação de personalidades civis e eclesiásticas com descrição dos “fatos” que envolveram episódios identificados como fundamentais a esse projeto, feito a Independência, da qual distava ainda poucos anos. Inclusive, o jovem Imperador D. Pedro II foi chamado pelos fundadores do Instituto a ser seu patrono e protetor, e ele tornou-se membro muito presente em suas reuniões.

Contudo, os organizadores careciam de especialização nas áreas programáticas, tendo se reunido mais por afinidades sócio-políticas que por aproximação técnica/acadêmica. Isso se deu em parte pela não-divisão do conhecimento, vez que as disciplinas de “História” e “Corografia” (Geografia) serão configuradas como “autônomas” de outras áreas – em especial da Filosofia – somente no final do século XIX, mas principalmente das próprias relações entre

os agentes e deles com o Estado. Essa circunstância nem mesmo era uma particularidade da “sociedade periférica”. Conforme Paul Deslandres (1922, p.8-9), o recrutamento no Institut Historique de Paris era fundamentalmente familiar e de ajuda mútua:

L'article 13 des Statuts fait quelque peu penser à une Société de secours mutuels e dans le but de ne faire de l'Institut Historique qu'une grande famille dont tous les enfants sont frères, afin que tous les hommes de science et de travail qui entreront dans ses rangs forment une alliance indissoluble, lorsqu'un de ses membres résidents sera dangereusement malade, une deputation nommée par le président ira le voir à son chevet, l'accompagnera, s'il meurt, jusqu'à sa tombe, grossie de tous ses collègues des autres classes que la convocation du secrétaire perpétuel aura pu rassembler, puis elle portera ses regrets à la famille du défunt. Une notice biographique sera rédigée et envoyée au journal.

Le recrutement de l'Institut Historique était tout familial. Villenave père et fils, Dufey de l'Yonne et son fils Hippolyte, les deux frères Michaud, Augustin et Amédée Thierry furent également membres de cette Société. Un membre démissionnaire présente son gendre pour le remplacer. - Cette fraternité annoncée par les Statuts ne fut pas un vain mot. La charité officielle et la charité privée ne sont pas étrangères à l'Institut Historique.

Nesse sentido, o pertencimento ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ou a instituições similares, nacionais ou européias, inclusive o mencionado Institut Historique de Paris, contribuiria não só para a identificação do deputado-escritor como “intelectual”, mas também o de um tipo diferenciado: o “intelectual-técnico engajado” na construção da nacionalidade, portanto, próximo ao estado e necessário a ele (pela via eleitoral ou pela nomeação direta).

Tal engajamento envolvia um compromisso pessoal com as “causas” e “pautas” apresentadas, e isso conduzia à mobilização dos recursos disponíveis para portá-las nos diversos domínios sociais, sendo o processo eleitoral apenas uma fração específica – ainda que das mais relevantes – desses investimentos, próprios da personalidade do “Notável” (GUILLEMIN, 1982). Essa perspectiva é redimensionada, com algumas peculiaridades, quando se fala em academias literárias:

Quadro 22 - Formação acadêmica/“academias literárias”, educacionais e afins

Formação acadêmica/Academias literárias	Direito	Medicina	Letras	Seminário religioso	Curso militar	Outro	Sem formação	Sem informação	Total
Locais	24	5	-	-	5	2	1	3	40
Nacionais	2	-	-	-	-	3	-	-	5
Estrangeiras	-	-	-	-	-	1	-	-	1

Fonte: Coutinho (1981), e outros.

Grande parte dos deputados-escritores membros de agremiações literárias e organizações correlatas, enquanto vivos, ocuparam precipuamente as cadeiras (vários seriam patronos *post mortem*) da Academia Maranhense de Letras – AML ou das associações que lhe precederam, sendo 60% deles formados em Direito, 12,5% em Medicina, 12,5% em curso militar e os 15% restantes, de outras graduações.

O fato de a ampla maioria ser filiada apenas a entidades locais, particularmente maranhenses, pode ser decorrência da ausência de entidades de âmbito nacional, mas também do papel secundário que suas “obras literárias” tiveram. Tal pode ser explicado tanto pelas circunstâncias em que a AML surgiu e as funções desempenhadas pela produção escrita em torno da personalidade do “Notável”, quanto pela sua natureza “intelectual” e mesmo “técnica” no Brasil e Maranhão no final do século XIX e início do XX.

Se a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM distava 87 anos da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, a diferença entre a criação da Academia Brasileira de Letras e sua homônima maranhense não era tão grande, “apenas” 11 anos sendo a nacional de 1897, e a local de 1908, portanto, ambas do início do período republicano.

Tendo o Brasil independente contato com uma farta produção escrita editada no próprio país, com tentativas de construção de referenciais e fundamentos diferenciados da matriz lusoeuropeia (LEÃO, 2013) e o Maranhão ocupando uma posição singular de superioridade tipográfica em meados do Oitocentos (HALLEWELL, 2012; LEÃO, 2013), assim mesmo as associações literárias (grêmios de escritores, bibliotecas) foram poucas e, ou, bastante efêmeras, havendo instituições relativamente bem estruturadas somente a partir do Entresséculos XIX/XX.

Dessa forma, tanto para o Brasil quanto para o Maranhão, o surgimento tardio delas indica uma articulação personalística da produção escrita, ajustada a outros investimentos sociais dos agentes, especialmente a política. Isso demonstra não ter havido qualquer tipo de programa coletivo consistente, tanto em termos de proposta, método, temática ou estética, e mesmo a existência de demanda de consumo para ele, que fosse capaz de sustentar uma organização coesa, pelo menos em médio prazo.

A edificação da ideia de uma “cidade letrada” sob o título de “Athenas Brasileira” foi bem consignada por Borralho (2009) e Leão (2013), ambos se utilizando de um vasto acervo documental sobre a produção escrita e estrutura cultural (periódicos, livros, tipografias, associações, bibliotecas, escolas, etc.) dos agentes tidos como fundantes da pretensa intelectualidade maranhense oitocentista, incluindo seus críticos contemporâneos.

Constou do interesse deles as interpretações que se fizeram sobre os “literatos” e suas “obras”, haja vista a proposta de ambos, mais ou menos semelhante, de compreender – e, ou desconstituir – o paradigma criado. Hallewell (2012), por sua vez, não aborda a questão, mas se vale dos mesmos instrumentos materiais para sua análise. Por conseguinte, entendeu-se dispensável a repetição das informações já consignadas nessa bibliografia específica, ao menos na forma como se encontra nela, salvo as que eventualmente se vincularam à prosopografia ou à perspectiva de notabilização daqueles que são parlamentares e escritores.

Borrvalho (2009) trabalha a literatura como “campo”, na perspectiva bourdiana, ao que toma a produção escrita maranhense no Oitocentos como tal, e ainda que alerte sobre o perigo de se percebê-la isoladamente, pois os “[...] campos são espaços de relações hierarquizados, se interpenetram, como política, cultura e artes.” Borrvalho (2009, p. 30), se dirige para as categorias bem definidas, ou seja, de institucionalização configurada, e justamente num contexto de importação e adaptação (BADIE, 1992), fundadas em vínculos familiares e de compadrio, que ele próprio reconhece existir, o que ao final cria um paradoxo.

Como já anteriormente mencionado, entende-se que a aplicação direta da noção de “campo”, conforme a elaboração de Bourdieu (2002) não se ajusta às propriedades das relações sociais estabelecidas no Maranhão do século XIX, haja vista a não-institucionalização de regras próprias, fronteiras fluidas, intercâmbios pessoais, dentre outros, especialmente quando se fala em produção escrita, posto que, conforme a presente proposta, é vinculada ao trabalho “político”/notabilizador dos agentes em concorrência sob a perspectiva dos “Notáveis”.

Em “As regras da Arte”, Bourdieu (1996) discute a produção cultural francesa pela escrita no Oitocentos, segundo a formação de um “campo” específico para ela. Porém, ultrapassando um pouco os elementos próprios desse objeto e seus slogans (“arte pela arte”, arte como mercadoria) e tipos de agentes envolvidos (produtores, intermediários, etc.), adentra-se a questão do “grau de autonomia”, ou seja, dos níveis de capacidade de imposição de regras – e, portanto, hierarquizações – sobre os que no “campo” se inserem e negociam.

Isso para dizer que, no caso maranhense, inexistem critérios a serem seguidos, minimamente consensuais (nem mesmo contraditos por outros critérios), ou esses são muito fracos para definir o que é lícito ou não em termos de conteúdo, forma ou tema. O que, inclusive, pode ser explicado – e faz explicar – na ausência de associações de escritores/editores, nas produções esporádicas ou sazonais, na multiplicidade temática e técnica, na debilidade de um mercado consumidor de livros.

A se pensar o Maranhão como uma periferia dentro de outra periferia, e de mais outra (na ordem: Maranhão; províncias/estados do Norte/Nordeste; Brasil), configura-se uma plena indissociação – ou pleno intercâmbio – de domínios, altamente entrecruzados, o que impede qualquer definição isolada de perfis como o do “intelectual” e o “político”, ou mesmo entre as profissões exercidas (“professor”, “advogado”, “padre”, “médico”, “jornalista”, “comerciante”, etc.). Nesse sentido:

Tomado pelo ângulo inverso, o fenômeno da baixa diferenciação entre os espaços sociais em sociedades periféricas aparece com força naquilo que Badie e Hermet (1993) chamam de hiperpolitização da vida social. Dada a fluidez de critérios de regulação dos diferentes espaços ou esferas – carreiras/profissões, instituições, artes, religião, cultura e intelectualidade -, a lógica da política tende a servir como trunfo aos agentes sociais nos embates pelas melhores posições e cargos, pela notoriedade e consagração. (SEIDL; GRILL, 2013, p. 13)

A produção escrita no formato livro, que serve como elemento de qualificação pessoal, importa também em sua inserção como parte de uma “cultura política” (PÉCAUT, 1990), onde seus produtores constroem e tentam apresentar a imagem de legitimação interpretativa e modificadora da sociedade, com missões/vocações próprias, reconhecendo méritos literários (caso da Atenas Brasileira), elaborando projetos regionais (de superação da “decadência maranhense) ou nacionais, etc. Nesse sentido, Pécaut (1990, p. 38) fala dos “intelectuais” brasileiros nas primeiras décadas do século XX: “Tinham uma vocação dirigente porque conseguiam, melhor do que qualquer outra elite, captar e interpretar os sinais que demonstravam que já existia uma nação inscrita na realidade, mesmo que ainda desprovida de expressão cultural e política: do implícito, vangloriavam-se de produzir o explícito.”. Como bem afirma, sequer deveria ser nomeado totalmente de “intelectual” aquele que escrevesse, mas que não “aceitasse esse imperativo” – nacional – (PÉCAUT, 1990, p. 41), ou de qualquer outra pauta que importasse na participação direta de quem escreve na vida política.

No caso de Borralho (2009, p.22), este exhibe sua noção de “elite(s)” (diz-se no plural porque em certas passagens secciona, decisivamente, “elites econômicas” de “elites políticas” e de “elites intelectuais”) sem dúvida a partir do marxismo clássico, pois a produção escrita dos agentes daquele período, os projetos, as pautas, as tomadas de posição e a estética estariam vinculadas à “[...] exclusão, exploração do trabalho escravo”.

Tomando de Gramsci a crítica que esse faz à Mosca e Pareto, retorna ao problema das categorias delimitadas, tratando de uma “elite intelectual” que “[...] seria representação organizada de uma elite política” (BORRALHO, p. 22), ambas articuladas para a criação

ideológica de um Maranhão particular, fundado sobre o modo de produção escravocrata. Inclusive a esse ponto, altamente conformadas, essas “elites” se tornam objeto de adjetivação: “Ao contrário, advogo que as elites intelectual e política do Maranhão, ao erigirem uma Athenas, optaram pela formação de uma sociedade branca, instruída e refinada sustentada pelo trabalho escravo, excludente, preconceituosa e distante das diversidades sócio-culturais do Maranhão oitocentista.” (BORRALHO, 2009, p. 22).

Como já fora alertado, não se pretende discutir ou desmistificar pretensas “tradições literárias”, posto ser essa uma preocupação, no mínimo, pouco relevante frente o esforço de notabilização dos agentes no trabalho político através da escrita. Com razão, aquela abordagem toma ares de dogmatismo, pois invariavelmente se converte para a opinião pessoal acerca da “materialidade dos fatos”, com a elaboração de cânones de fé e formação de adeptos. Ato contínuo, é estabelecido um infundável debate se houve mesmo uma produção “intelectual” no Maranhão, se teve um “auge” ou “decadência”, quando teriam ocorrido, quais as causas do surgimento ou desaparecimento, etc. Tome-se, por exemplo, essa dualidade no discurso de Josué Montello (1978, p.15-16):

No entanto, ao descrever a cidade que deixara para trás, ao embarcar para Pernambuco, Graça Aranha carrega na tinta escura, neste trecho de *O meu próprio romance*:

[...] Aquela floração intelectual brilhante, artificial, da classe dos senhores, extinguiu-se. A poesia e a criação estilizavam-se na gramática, e na cópia de clássicos verbais, longínquos e estranhos. Os que deveriam trazer a seiva nova ainda não tinham surgido ou não eram entendidos. A inteligência desertou seu antigo solo e o seu êxodo e o das forças da mocidade, precipitaram a decrepitude. [...]

Seria mesmo assim? Ou Graça Aranha, com a distância de permeio, perdera a nitidez da paisagem? Na verdade o Maranhão vivia um período de controvérsias que destoava do marasmo recordado por Graça Aranha [...].

No trabalho de Borralho (2009) argumentações pró e contra o “mito” da “Athenas Brasileira” são recorrentes, o que tem a ver com o propósito de compreender historicamente essa construção. Apenas em suas conclusões, deixa pistas indiretas sobre o que se acredita seja sim a utilização prática e justificadora dela:

Dessa forma é que a Athenas Brasileira virou um patrimônio biocultural garantidor de espaços de poder, lócus discursivo de quem se sentia autorizado a interpretar o Maranhão, chave de leitura da história, temática asseguradora daqueles que reiteradamente poderiam discorrer e ter o que falar.

A Athenas Brasileira, além de fundar um Maranhão, ser moeda de troca no período imperial, garantir o trânsito de pessoas entre as instituições, foi fruto e solidificou uma entropia entre os moradores de São Luís [...] (BORRALHO, 2009, p. 296)

Mais do que saber se ela existiu ou não, a recepção da “Athenas Brasileira” é interessante como tema do discurso legitimador, e ele enquanto elemento de acesso às

instâncias de poder pela configuração de um perfil “intelectual” e de aptidão, como parte da notabilidade. É nesse sentido que pode servir para compreender o acúmulo de capitais (no caso, “intelectuais”), úteis para o trabalho político contínuo, que determinará a entrada, saída, pertencimento ou exclusão dos agentes nos mais variados níveis do domínio social. Nesse caso, o mito e a mitologia que envolve a “Athenas Brasileira” assemelha-se à da “decadência” (ALMEIDA, 2008) econômica maranhense.

Desta feita, Leão (2013), pensando a construção do “Cânon” da nação através da literatura, ao tratar do “Pantheon maranhense: ensaios biográficos dos ilustres maranhenses já falecidos”, publicado em quatro volumes pela Imprensa Nacional de Lisboa entre 1873-75, e cuja autoria pertence ao deputado-escritor Antônio Henriques Leal, diz que os biografados “[...] frequentaram ativamente [...] a nascente intelectualidade brasileira, e deram uma contribuição inegavelmente relevante para as feições que o cânone literário brasileiro começava a adquirir.” (LEÃO, 2013, p. 683).

Conforme se pode depreender, o “Pantheon maranhense” é projeto consciente de seu autor, para se tornar um marco fundante da “[...] memória coletiva, a fim de ser um estímulo permanente e um monumento à marcha civilizatória [...]” (LEÃO, 2013, p. 685), arrolando então, e de maneira parcialmente inédita, perfis de agentes falecidos, mas há pouco tempo e, portanto, com seus capitais ativados entre os “herdeiros”. Sem contornos, Leão (2013) e Borralho (2009) são relativamente semelhantes. Esse redonda na mesma visão de Mílson Coutinho (1981), seccionando “intelectuais”, “políticos” e “eclesiásticos”, como se cada agente tivesse uma única e exclusiva fisionomia social:

Embora todos os biografados tenham sido literatos ou jornalistas e intelectuais, de todos esses nomes, os que ainda despertam real interesse para a história das letras brasileiras são Odorico Mendes, Sotero dos Reis, Joaquim Gomes de Sousa, Trajano Galvão de Carvalho, Berlamino de Matos, Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa e Antônio Marques Rodrigues. O restante foi uma deferência de Antônio Henriques Leal a políticos e eclesiásticos (LEÃO, 2013, p. 683).

Basta dizer que, da citação acima, dos 8 que seriam os “literatos”, e não meramente deferências de Antônio Henriques Leal, 4 são deputados-escritores, além do próprio autor, totalizando então 5 parlamentares. Joaquim Gomes de Souza também foi um deputado-escritor, mas sem passagem pelo parlamento maranhense, pois que fizera carreira política como representante da província na Assembléia Geral do Império. Portanto, dos que Leão (2013, p. 683) cita como de “real interesse para a história das letras brasileiras”, apenas Trajano Galvão, Berlamino de Mattos e Gonçalves Dias não tiveram investimentos político-

eleitorais de sucesso.

Notória é a declaração que o deputado-escritor Joaquim Maria Serra Sobrinho (1838-1888), parlamentar da Assembleia Geral e participante ativo da campanha abolicionista, faz a respeito de “dois” Odorico Mendes, o “poeta” e o “político”, para os quais dedica uma parte seus versos no livro Quadros:

Odorico Mendes, o traductor de Virgilio e de Homero, é um vulto notavel da historia patria. Quando lhe faltassem esses grandes titulos litterarios, que tão alto o collocam entre os mestres da lingua portugueza, o papel politico que elle desempenhou entre nós fôra bastante para leval-o a posteridade.

Vulto importante do parlamento brasileiro, caracter integro e de tempera romana, Odorico morreu pobre, pobrissimo, tendo sido a alma da revolução de 1 de abril, o conselheiro da regencia, o patriota mais popular da época.

Os versos dedicados ao venerando maranhense foram escriptos ha seis annos, e referem-se tanto ao poeta quanto ao politico. (SERRA SOBRINHO, 1873, p. 142)

Para Joaquim Serra Sobrinho (1873, p. 142), em letras simples, o engajamento político de Odorico Mendes é de tão alto valor quanto sua produção escrita, e tão bem ele teria conduzido ambos, que teve o mesmo fim sacralizado daqueles que não se importam com as coisas mundanas: “[...] morreu pobre, pobríssimo”. No poema que tem o mesmo batismo do homenageado, as qualidades parlamentares são evocadas conjuntamente às literárias:

[...]
 Bardo e tribuno, sempre grave e austero,
 Tinha nos labios o fallar sincero
 Que a turba move, e seduz e attrahe,
 Hoje, prostrado, se buscou repouso
 É que cahia como tronco annoso
 Que lá nas matas fulminado cahe.
 Era poeta de raça extinta,
 De musa altiva, que não vai faminta
 Junto dos grandes se arrojara no pó...
 Deu n'esta terra um exemplo novo:
 Filho do povo, sempre amou o povo,
 Podendo muito, viveu pobre e só.
 [...]
 É hoje morto o valoroso athleta
 Tribuno heroico, gigantesco poeta,
 Que tantas glorias à sua patria deu!
 Hoje esta terra n'um cruel gemido,
 Repete o écco que nos vem dorido
 D'além oceano, que nos diz: morreu! (SERRA SOBRINHO, 1873, p. 66-67)

Foi ele publicado em 1873, mas escrito, conforme mencionado, seis anos antes, ou três após a morte do agraciado, que se deu em 1864. Isso significa que estava vindo no formato livro quase uma década após o falecimento de Odorico. Mas por qual motivo? Certo que o tradutor de Virgílio e Homero já era consagrado como exemplar da pretensa

extraordinariedade de quem escrevia na Província, mas exatamente naquele ano também estava saindo do prelo, em Lisboa, o *Pantheon Maranhense*, que lhe confirmaria as lãureas. Contudo, é bem se dizer que o autor dessa coletânea era vinculado ao Partido Liberal, o mesmo de Odorico Mendes e de Joaquim Serra. Portanto, o livro *Quadros* já se comunicava com o *Pantheon*: mútuo engrandecimento de uma “tradição” de excelência política e literária.

Leonel Joaquim Serra fizera deferência ao irmão atribuindo ao próprio filho o nome dele, mas, na vida adulta, Joaquim Maria Serra Sobrinho fez deferências ao pai, escolhendo como alcunha, simplesmente, “Joaquim Serra”. De fato, seu genitor havia atuado nas articulações institucionais do Primeiro Reinado, e redigiu em São Luís os periódicos “O Cometa”, de 1835, e a “Crônica dos Cronistas”, de 1838, ambos de conteúdo político-eleitoral.

Os primeiros escritos de Joaquim Serra saíram no *Publicador Maranhense* entre 1858-60, que então era dirigido por Sotero dos Reis deputado-escritor das fileiras do Partido Conservador. Contudo, em 1862, ele funda o jornal “Coalizão”, vinculado ao Partido Liberal. Criou o periódico “*Semanário Maranhense*”, que se pretendia “literário”, cujo primeiro número circulou em 1º de setembro de 1867, e anunciava: “O Maranhão teve sempre no jornalismo órgãos de política, do commercio e do clero, mas actualmente apresenta a grande lacuna de não ter um jornal litterario e que represente a aspiração dos que se interessam pelo progresso e engrandecimento da litteratura patria” (*SEMANÁRIO MARANHENSE*, 1979, s/p).

Joaquim Serra exerceu o magistério no Liceu Maranhense, ocupando a cátedra de Gramática e Literatura, tendo sido eleito deputado provincial no Maranhão entre 1864-1867 – concomitantemente – nomeado secretário da Província da Paraíba e, a partir de 1868, residente na Corte, onde conheceu Machado de Assis. Editou jornais na capital do Império e foi diretor do *Diário Oficial* entre 1878-1882, demitindo-se em razão das injunções políticas advindas do gabinete – liberal – de Martinho Álvares da Silva Campos (1816-1887), empossado em janeiro daquele último ano.

O “*Pantheon maranhense – ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos*” virou alvo de Frederico José Corrêa, outro deputado-escritor. Mostrou-se virtualmente insatisfeito por ver ali uma operação política de aclamação exaltada de figuras “liberais”, através da eleição arbitrária de amigos do autor, que por fim fundava um cânone, para a facção dos “conservadores” (à qual Frederico se vinculava), totalmente excludente da história política e da cultura locais. O título da obra era uma sentença: se alguém morreu e não está lá é porque não era ilustre.

Tomou o caso como sua própria deslegitimação em curso. Por essa razão publica em 1878 o “Um livro de crítica”, onde insurge-se contra “os excessos laudatórios de Henriques Leal [...]” (MORAES apud COUTINHO, 2007, p. 242). Apesar de, em termos objetivos, ser omitida a querela partidária, servindo como pano de fundo assuntos “intelectuais”, as lideranças são citadas em oposição umas com as outras, como no caso do parlamentar, membro do Partido Conservador, Cândido Mendes de Almeida:

Pensei que o Dr. Leal já houvesse corrigido do velho achaque de difamar levemente a respeitáveis caracteres, para exaltar os seus amigos: pecha de que ele nos deu aqui em tristíssimo exemplo, quando lembrou-se de dizer que o Dr. Cândido Mendes de Almeida, hoje senador, o homem mais investigador e mais lido em tudo o quanto respeita à história pátria e, na minha opinião, o mais ilustrado e de mais ciência que hoje possui o Brasil, como atestam as importantes obras que tem publicado, subtraía ao Dr. Antônio Gonçalves Dias a História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará, pelo padre José de Moraes, por ocasião de a publicar aquele Dr. Mendes de Almeida, no Rio de Janeiro, em 1860; e isto sem a menor prova nem fundamento! Senão por ódio inveterado que ele e todos os da sua parcialidade têm ao referido Dr., sendo este, para as letras pátrias, uma glória não somenos à do exímio vate caxiense. (CORRÊA, 2015, p. 49)

Para Frederico José Corrêa, a denúncia de uma produção escrita falsamente tornada sublime não é o escopo principal de sua publicação, mas sim dizer de forma clara o propósito deliberado de Antônio Henriques Leal em enaltecer sua própria “tradição política” regional em sacrifício da outra. Não é menos surpreendente o fato de que essa comunhão entre livros e eleições é identificada, nos dias atuais, no âmbito da própria Academia Maranhense de Letras. Segundo Jomar Moraes⁷⁸:

Em que pesem as críticas muitas vezes injustas de Frederico José Correia, lançando contra o autor do Pantheon, objeções fulminantes, contraditas e emprazamentos, o trabalho resistiu à ação do tempo e permanece vivo, como excelente fonte de consulta para o estudo dos maranhenses nele biografados. E de lá até hoje um fato interessante acontece: Um livro de crítica, de Frederico José Correia, ainda é citado e consultado apenas por ser uma contestação ao Pantheon maranhense. E diga-se, embora de passagem, que a Frederico não faltaram razões para investir contra o nosso Plutarco, acusado de colocar no Pantheon somente os seus amigos, fazendo vista grossa a personalidades da estatura de um regente João Bráulio Muniz, único maranhense a exercer funções monárquicas. Seria isso, talvez, efeito da política vigente nas chamadas igrejinhas literárias. E quem haverá escapado a esse doce e enleante fascínio das igrejinhas? Poucos, muito poucos, serão os que possam responder pela negativa (ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS, 2015b).

Apesar da destacada atuação como advogado (COUTINHO, 2007), ser portador de patentes elevadas da Guarda Nacional (tenente-coronel e comandante geral no Maranhão), comendador da Ordem da Rosa por dotação do Imperador D. Pedro II, ter fundado a

⁷⁸ Jomar da Silva Moraes (1940 -), membro da Academia Maranhense de Letras desde 1969 e seu presidente por várias vezes.

“Sociedade Manumissora 28 de Julho”, com a finalidade de libertar os escravos menores, e ser sócio de duas entidades literárias, o “Ateneu Maranhense” e o “Instituto Tipográfico Maranhense”, na década de 1860, uma vez tomado o “Pantheon” como elemento fundante da cultura e da política no Maranhão, Frederico José Corrêa deverá ter visto as alcunhas de “iletrado” e “derrotado” pairando em torno de si.

No ano de 1873 foram erguidos dois monumentos a Gonçalves Dias: um literário, no “Pantheon Maranhense”, cujo volume 2 é todo dedicado a ele, e um físico: sua estátua no Largo dos Remédios. A disputa pelo domínio das referências da “intelectualidade” emanada da figura do poeta, já então consagrado, estava acirrada, mas em franca vantagem para Antônio Henriques Leal, que subscrevia o primeiro e esforçava-se para mostrar sua assinatura no segundo:

Caindo sobre nós, e outros companheiros, que infelizmente não puderam permanecer por muito tempo ao nosso lado, a escolha do Ex.mo Sr. Comendador Dr. Antônio Henriques Leal para dirigirmos as obras do majestoso monumento, que por seus esforços se está levantando para perpetuar a memória do mais distinto filho desta terra [...] (LEAL, 1987, p. 244).

Todo o projeto seu financiamento passaram pela Assembleia Legislativa Provincial, e “comissão encarregada das obras da estátua” era composta por Alexandre Teóphilo de Carvalho Leal (deputado-escritor), Augusto Olympio Gomes de Castro (deputado não-escritor, pai dos deputados-escritores Augusto Olympio Viveiros de Castro e Francisco José Viveiros de Castro), Gentil Homem de Almeida Braga (deputado-escritor), Filipe Franco de Sá (deputado-escritor), Laurindo José Alves de Oliveira, Martinus Hoyer (escritor e “portavoz” dos meios empresariais), Joaquim Marques Rodrigues, Themistocles Aranha (pai do escritor Graça Aranha), José Manuel Vinhaes e Luiz Antônio Vieira da Silva (deputado-escritor).

As decisões finais sobre as obras do monumento sempre passavam por Antônio Henriques Leal, ainda que estivesse em Lisboa, como a posição da estátua: “Prezadíssimos Senhores. – Atendendo à opinião pública da nossa terra, que parece inclinar-se a que seja a estátua do imortal cantor caxiense colocada com a frente voltada para o mar, e por ser a questão grave, não quis decidir só por mim [...] (LEAL, 1987, p. 246). No dia da inauguração (os eventos festivos haviam começado a 7 de setembro, evocativo da Independência), em meio à multidão que a acompanhava, “[...] os srs. Presidente da província e da câmara municipal, José Manuel Vinhais, representante do Dr. Leal, iniciador e promotor da ideia do monumento e Senador Dr. Luís Antônio Vieira da Silva, representante do Instituto Histórico,

tomaram os cordões das bandeiras nacionais que ocultavam a estátua e a descobriram”. (LEAL, 1987, p. 250).

Quem também havia nascido na Vila de Caxias era Frederico José Corrêa, e alguns caxienses “ilustres” residentes em São Luís se fizessem presentes no ato, quando “[...] às oito horas, pouco mais ou menos, dirigiram-se aos Remédios para tributarem particular homenagem à memória de seu conterrâneo” (LEAL, 1987, p. 248). Estava acompanhado de César Augusto Marques, autor do “Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão”, de 1870⁷⁹ e Luiz de Lima Sá. Defronte da estátua, cada um deles leu um discurso particular.

Certo que Frederico José Corrêa, que também escrevia poesias, tentava vincular-se ao homenageado pelo elemento do “berço” comum, mas sua fala passou completamente apagada das narrativas relacionadas ao evento, descrito no “Pantheon Maranhense”, onde resta esmagado pela onipresença de Antônio Henriques Leal.

A marcada ausência dos “conservadores” no “Pantheon Maranhense” parece ter sido o túmulo coletivo deles como protagonistas da “intelectualidade maranhense”. Sanção punitiva que se lançou no tempo, tomada como verdade em leituras bem posteriores:

Frederico José Correia figura nesse grupo, o qual possui quarta importância na classificação dos escritores maranhenses feita por Moraes. Pouco antes dessa passagem, Moraes concentra-se em discorrer sobre um grupo de escritores chamados propriamente de “menores” [...]. Já Correia aparece em um grupo denominado, em uma classificação bastante genérica, “Outras figuras” [...]. Este grupo é composto por autores de importância menor ainda que os do grupo dos “menores”. É como neste grupo estivessem “os menores que os menores”. Por fim, ao considerar Correia individualmente, Moraes chega a dizer que “Seu livro [de Correia] Inspirações poéticas é um bom atestado de que não era poeta.” (JESUS, 2008, p.6)

Teve-se acesso à segunda edição das “Inspirações poéticas”, saída em 1868 e impressa na tipografia de Antonio Ramos d’Almeida, na Rua da Palma n.º 3. A primeira foi

⁷⁹ O financiamento da publicação desse livro foi inicialmente aprovado pela Assembleia Provincial, no valor expressivo de 4 contos de réis. Contudo, após a aprovação, não houve o encaminhamento da lei para a sanção do Executivo, em razão do recesso legislativo e abertura de nova legislatura subsequente. Ocorre que, nesse ínterim, faleceu o presidente Braz Florentino Henriques de Sousa, assumindo o vice-presidente José da Silva Maia (deputado-escritor). Uma vez no exercício do cargo, implementou uma série de expurgos, inclusive contra correligionários do Partido Conservador: “Alguns de nossos companheiros foram punidos com calculadas incompatibilidades, como o fosse o Exmo. Sr. Dr. Frederico José Corrêa [...]” (MARQUES apud COUTINHO, 1981, p. 113). Silva Maia recusou a lei e a devolveu à Assembleia, que sob nova configuração, afeita ao presidente, postergou por um longo período sua tramitação. Como dito anteriormente, não é possível pensar os arranjos políticos exclusivamente a partir da noção abstrata ou meramente formal de “partido”, sendo os vínculos estabelecidos ou dissolvidos pela lógica das “facções” pré-eleitorais, que possui princípios próprios, como se deu na época: “O Sr. Dr. Braz não hesitou; deu-lhe a demissão, nomeando para substituí-lo o Sr. Dr. Frederico Jose Corrêa, também conservador de todos os tempos, que nunca militou em outras fileiras, que não fossem deste partido, mas que tinha o peccado de não ser amigo do Sr. Dr. Maia” (BRASIL, 1870, p. 150)

do ano de 1848, mas o autor informa que a nova estava completamente modificada. Dos 57 poemas, apenas 1 não tem título em latim, chamando-se “Duas ilhas”, mas existente apenas no índice, não tendo sido publicado no livro, que é dedicado ao “Illmo. Snr. Dr. Joaquim José de Campos, um dos mais brilhantes talentos que conheço [...]” (CORRÊA, 1868, p. 6). Seu nome completo é Joaquim José de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque, simplesmente o pai do Medeiros e Albuquerque – naqueles dias um recém-nascido – que se tornaria membro da Academia Brasileira de Letras e apresentaria o deputado-escritor Viriato Corrêa aos redatores de periódicos do Rio de Janeiro, cinquenta anos mais tarde.

Joaquim José de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque era bacharel pela Faculdade de Recife, casado com Maria Carolina Ribeiro de Medeiros. Foi diretor na Secretaria de Estado dos Negócios do Império, quando foram construídos na Corte os edifícios das escolas primárias “José de Alencar” e “José Bonifácio”. Elegeu-se deputado geral pela Província do Maranhão em duas legislaturas, em uma delas sendo primeiro-secretário da Câmara, e ainda exerceu a presidência da “Comissão Central Brasileira de Permutações Internacionais”. Publicou ao menos um livro, o “Programma para a consolidação das leis e regulamentos em vigor sobre o processo civil, de conformidade com o disposto no art. 29 § 14 da lei n. 2033 de 20 de setembro de 1871”, impresso no Rio de Janeiro em 1872.

Conta ter sido também, por algum tempo, secretário de João Barbalho Uchôa Cavalcanti (1846-1909), filho do senador do Império Álvaro Barbalho Uchôa Cavalcanti. João Barbalho foi advogado, promotor, magistrado e deputado provincial e geral durante o Império e federal no começo da República, quando tornou-se ministro de Deodoro da Fonseca. Alçado ao Supremo Tribunal Federal, aposentou-se poucos anos depois. Publicou dois livros, constituindo, assim, um autêntico perfil de deputado-escritor pernambucano.

Uma poesia intitulada MAGNUM NOMEN EJUS (“O nome d’Ele é grande”, referindo a Deus) é “Dedicada ao Illm. Snr. Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro” (CORRÊA, 1868, p. 89). Era o cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, nascido a 17 de janeiro de 1825 no Rio de Janeiro e ali falecido em 1876. Frederico José Corrêa era próximo de quadros católicos conservadores, mas o cônego era mais que isso.

São mais de vinte títulos no formato livro, como os “Episódios da história pátria”, de 1859, o “Curso elementar de literatura nacional”, 1862, a “História do Brasil” de 1870 e o “Resumo de história literária”, de 1873. Particularmente, o “Curso elementar de literatura nacional” colocou seu autor como expoente da “crítica literária” em periódicos como “Guanabara” e “Revista Popular”. Não é exagero se pensar que apenas três anos antes da publicação do Pantheon Maranhense, quando saiu a segunda versão das “Inspirações

Poéticas”, Frederico já cogitasse produzir uma “crítica literária” sobre o enaltecimento “intelectual” de agentes que considerava indignos disso. Talvez precisasse apenas do estopim “político”, o que foi dado por aquela coletânea de “maranhenses ilustres já falecidos”.

No exemplar encontrado das “Inspirações poéticas”, quase todos os versos estão rabiscados à lápis, pois o leitor contava a métrica silábica (talvez investigando possíveis erros), e sublinhava expressões rebuscadas ou estranhas, como “marulhosa” (1868, p. 106) e “sabb’dos” (1868, p. 107), quase como se as criticasse. A última folha, também à lápis, há um preço que aparenta ser em Cruzado (Cz\$ 160,00). Imediatamente abaixo está grafado IV/86, que pode significar abril de 1986 (o chamado Plano Cruzado é de fevereiro desse ano).

Procedente tal especulação, mais de um século depois ainda buscava-se nos escritos de Frederico José Corrêa, a confirmação de sua condenação. As leituras que se fizeram sobre os textos dele, já em sua época, mormente após a edição do “Um livro de crítica” tiveram repercussão muito negativa sobre si. Tanto que encerra praticamente todas as suas atividades públicas, inclusive a sólida carreira política, falecendo três anos depois daquela impressão.

Mas o fato é que a própria razão de ser de “Um livro de crítica” denuncia usos pragmáticos do “Pantheon maranhense”, e antes de ambos se circunscreverem como programas literários “puros”, têm um conteúdo político bem consignado enquanto promotores/detratores de qualidades e competências, proporcionando a memória ou o esquecimento, com reflexos sobre os capitais e investimentos dos agentes.

A raridade desse livro de Frederico José Corrêa, reeditado tão somente em 2015, e mesmo assim não por instituições estatais ou acadêmicas, demonstra o esforço de esquecimento por quê passa, evidenciando o complexo e refinado jogo de inclusões e exclusões que não permite a configuração da(s) “elite(s)” como grupo coeso, fechado e previamente preexistente, e mesmo a “literatura” como campo na acepção de Bourdieu (1996; 2002).

Esses códigos de valorização/detração, na origem, nada tem com a configuração de um campo cultural/literário, mas sim com as articulações próprias da política. São depois reinterpretados e repetidos para formarem uma perspectiva específica acerca do Maranhão e de suas “necessidades”, cujo atendimento será delegado a agentes tidos por legítimos. No ponto, serão aqueles ao mesmo tempo “intelectuais”, porque escrevem livros, e “políticos” porque não se contentam em guardar para si os lucros advindos do conhecimento que possuem, por “vocaçãõ” (ou “desprendimento”, “coragem”, “compromisso”, etc.) levados até o público através da administração do estado.

6 GÊNEROS DE ESCRITA

A análise dos gêneros da produção escrita é fundamental para se perceber a tomada de posição de seus produtores perante pautas construídas coletivamente e postas durante suas trajetórias, e podem refletir acessos e bloqueios, geralmente articulados ao trabalho político. Nesse sentido, as formas da escrita se relacionam aos perfis sociais dos parlamentares, comungando elementos próprios das instâncias de poder.

De início, é preciso se perceber o papel desempenhado por um meio específico de circulação da produção escrita: os periódicos.

Com razão, ele é o mais comumente utilizado, e isso não apenas para os deputados-escritores, como também para todos os parlamentares, inclusive aqueles que não editaram livros. É através dos jornais que os conflitos são expostos de forma aberta e as contradições do arranjo social reveladas, como no mencionado episódio que envolveu Filipe Franco de Sá no “processo das cédulas falsas” e nas trocas de insultos entre Cândido Mendes de Almeida e os Jansen Ferreira.

O tipo de embate travado neles com frequência se dirigia para a destruição pública de reputações, como se deu pelos veículos “Civilização”, católico, que “Joaquim Serra [...] definiu [...] como ‘uma folha, embora bem escrita, cheia de azedume e daquele fel de que Boileau admirava-se de ver na alma dos devotos.’” (MONTELLO, 1978, p.16) e o Diário de Pernambuco. Pelo primeiro, publicava o deputado-escritor João Tolentino de Guedelha Mourão e outros padres. No segundo, Tobias Barreto de Meneses⁸⁰. Os artigos e respectivas respostas ficaram conhecidos como a “Polêmica de Tobias Barreto com os padres do Maranhão” (MONTELLO, 1978), que se deu da seguinte forma:

Em quatro artigos Tobias respondeu aos três da Civilização, e foram publicados na primeira quinzena de agosto, acompanhando as transcrições dos ataques no Diário de Pernambuco. Até então, sem saber ao certo qual era o padre que o atacava, o mestre sergipano atribuía esses ataques à “firma social Mourão, Fonseca & Cia.”. Isto é: o Monsenhor Mourão, o Padre Fonseca, e outro (ou outros) sacerdote desconhecido.

[...]

De fato o tom polêmico de Joaquim de Albuquerque destoava do tom austero do jornal. Era agora uma espécie assim de vale-tudo literário, no qual todos os golpes eram permitidos. Tobias, que sabia brigar nesse estilo, tinha dado o exemplo, logo no seu primeiro artigo, ao veicular a miséria assacada contra Monsenhor Mourão, a propósito das duas educandas que este teria engravidado. Agora, ia receber o troco. Dente por dente, olho por olho. (MONTELLO, 1978, p. 18)

⁸⁰ Tobias Barreto de Meneses (Vila de Campos do Rio Real, Sergipe, 7 de junho de 1839 - Recife, 26 de junho de 1889) foi filósofo, poeta, crítico e jurista integrante da chamada “Escola do Recife”, formada principalmente por um grupo de alunos e professores de inspiração monista e evolucionista.

A “Civilização” pronunciava-se “[...] contra a maçonaria, contra o protestantismo, contra o espiritismo nascente, contra a corrupção dos costumes, contra o que julgava ser a literatura licenciosa e subversiva” (MONTELLO, 1978, p. 17). Na verdade, pronunciava-se contra tudo e contra todos que se opusessem ao trabalho de legitimação do controle social exercido por seus editores. Nesse sentido, conforme Neris (2009, p.43), o periódico em questão se enquadrava num trabalho mais geral de difusão dos valores católicos, ante uma progressiva perda de representatividade:

[...] a preocupação em afirmar a legitimidade das concepções morais e de sociedade da Igreja levou a um conjunto de associações operadas ao nível discursivo, como as que estiveram presentes nas páginas de periódicos como — Civilização [...], entre as noções de decadência moral, desorganização da sociedade, secularização das instituições, o casamento civil, o ensino laico, a imprensa e a cultura modernas. Para Gilberto Freire (2002, p. 631), foi precisamente esse complexo conjunto de fatores que predisuseram parte considerável das elites brasileiras à indiferença pela Igreja Católica, resultando, ainda no Império em impressionante declínio das vocações para o sacerdócio; até que, proclamada a República, houvesse quem ao republicanismo juntasse sentimentos anticlericais. Como conclui, o problema da produção das vocações sacerdotais tornou-se então, na época aqui considerada, um dos mais graves para a ordem religiosa no Brasil.

Agentes estabelecidos, como o monsenhor Guedelha Mourão, quase sempre se viam contrastados por *outsiders* nos domínios que envolviam religião e política:

E é o Monsenhor Mourão quem vai fundar em São Luís, com o apoio de Dom Antônio, o hebdomadário Civilização, que durará de 1880 a 1890. A folha terá atuação tão ampla e tão profunda que obrigará a Maçonaria a fundar outro órgão para lhe dar combate, O Pensador, entre cujos redatores jovens se destacará Aluísio Azevedo (MONTELLO, 1978, p. 14).

Dessa forma, como mencionado, os periódicos possuíam “slogans” justificadores de sua existência, direcionados a atividades abstratas da vida civil, como a “lavoura”, o “comércio”, a “política partidária” ou causas “institucionais”, exemplo da própria “Civilização”.

Além disso, divulgavam anúncios, manifestações de cunho literário e artístico e replicavam notícias nacionais e internacionais. Contudo, eram, principalmente, o *locus* aceitável para o enfrentamento derivado dos arranjos do concurso eleitoral e domínio dos cargos de poder. Desde o início da imprensa brasileira, nos porões dos sobrados, as oficinas tornaram-se núcleos de decisão política e mesmo governamental:

A redação da Gazeta do Rio de Janeiro era uma mistura de redação propriamente dita com repartição pública e claustro, não só por conta do grande número de funcionários públicos e padres que nela escreviam como por, apesar de se classificar como empreendimento de particulares, funcionar numa secretaria de governo. (LUSTOSA, 2003, p. 57)

O trabalho político foi plenamente encampado pelos redatores, e suas folhas passaram a servir aos projetos de tomada das instâncias de poder, ainda que, para isso, não houvesse concentração em um eventual “debate de ideias”, mas sim na mobilização de agentes e suas redes de apoio:

Intuitivamente os jornalistas iam se dando conta das imensas possibilidades do jornal para a propaganda política. Possibilidades que o distanciavam cada vez mais do papel educativo inicialmente proposto. Ao longo de todas as campanhas em que se envolveram, os Andrada fizeram uso intenso da propaganda impressa aliada à agitação das ruas (espontânea ou mercenária). Sua volta triunfal ao ministério, em outubro de 1822, foi produto direto dessa política. (LUSTOSA, 2003, p. 58)

O jornal maranhense “A Pacotilha”, ativo nas últimas décadas do século XIX e primeiras do seguinte, cuja redação ficava nos porões do sobrado de azulejos verdes do Largo do Carmo, imóvel outrora pertencente à família Belford, seguiu essas características. Seus redatores foram conhecidos como “pacotilheiros” (COUTINHO, 1981), adjetivo originalmente pejorativo criado pelos que eram atacados através dele, mas que foi depois tomado como distintivo por seus próprios responsáveis. Vários parlamentares, escritores ou não, atuaram na Pacotilha, entre eles Antônio Baptista Barbosa de Godóis e Henrique Costa Fernandes, como co-redatores. O redator-chefe foi um deputado “não-escritor”, José Barreto da Costa Rodrigues, e suas investidas tinham mesmo como propósito o achincalhe dos adversários:

José Barreto foi deputado no Congresso republicano e redigiu a ‘Pacotilha’ numa fase de intensa oposição, quando o jornal fundado por Vitor Lobato era muito temido porque, ao lado de Barreto, que era o redator-chefe, havia um punhado de homens de cultura e talento, manejadores brilhantes da pena. O sarcasmo contundente, a pilhéria que grava o ridículo para sempre a vítima escolhida, a argumentação clara, o riso ferino, eram as armas prediletas dos pacotilheiros, apoio com que os batizaram seus adversários políticos. (COUTINHO, 1981, p. 295).

As referências existentes nas notas biográficas consultadas acerca da produção dos deputados-escritores nos jornais indicam que ela é majoritariamente de cunho político-eleitoral e “partidário”, sendo de 24 no total, e de 17 somente para os formados em direito. O segundo lugar, com 14, está a poesia na literatura, e a terceira temática, com 7 textos, pertence à economia, contabilizada naquele primeiro gênero. Essa lógica de divisão será melhor

explicitada adiante, quando se cuidar das publicações no formato livro.

Em vista do marcado viés “político”, os periódicos, por si mesmos, durante o século XIX e começo do XX, não são o lugar de excelência para a consolidação do perfil de “erudição”, muito menos o de natureza acadêmica.

Quadro 23 – Gêneros da produção escrita em periódicos/Formação acadêmica por deputado

Temas / Formação	Direito	Medicina	Engenharias	Filosofia	Igreja	Sem formação	N. I.	Total
Setorial	26	6	-	1	1	3	2	39
Generalista	1	-	-	-	2	-	-	3
Literatura	8	5	2	-	-	3	1	19
Biografias/eventos históricos	4	1	1	-	-	-	2	8
N. I.	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	39	12	3	1	3	6	5	69

Fonte: Coutinho (1981), e outros.

A atividade jornalística foi buscada por praticamente todos os deputados-escritores, ainda muito jovens, durante o tempo em que estiveram nas faculdades, ou logo após delas retornarem. Isso quer dizer que os trabalhos político e jornalístico estavam plenamente conjugados. Fábio Alexandrino de Carvalho Reis, por exemplo, foi redator do “O Argos Maranhense” em 1838, “A Imprensa” (co-redator com Antônio Henriques Leal e Antônio Rego, ambos também deputados-escritores), “O Argos Olindense” (durante o curso jurídico), “O Dissidente”, em 1842, “O Arquivo”, como articulista, em 1846, e “O Progresso”, como redator, no ano seguinte.

O uso “político” dos jornais era conhecido dos parlamentares, mas, como dito antes, esse não era o meio mais adequado à formação/exibição do “perfil intelectual” de diferenciação. Com efeito, a folha jornalística, durante a maior parte do Oitocentos era, literalmente, uma única folha de papel dobrada, de tamanho e qualidade de impressão variáveis.

Assim, era um objeto provisório, muito perecível e de curtíssima utilização. Seu conteúdo também, vez que atinente às necessidades eleitorais do momento e, até certo sentido, constrangedora sua manutenção mesmo em médio prazo, pois poderia servir como arma para demonstrar aos agentes em disputa que, num passado não tão remoto, suas coligações e declarações contradiziam as contemporâneas. Tanto é que, nos dias atuais, os

jornais da época não são encontrados senão em arquivos públicos, sendo praticamente inexistentes acervos privados.

Ao jornal se opunha o livro.

Esse era de longa duração, e fora feito para ser guardado e exibido, preferencialmente numa bonita biblioteca ou mesmo em retratos (pintura/fotografia). Possuidor de elementos próprios como a encadernação, capa e contracapa, seu conteúdo passava por revisão e melhor preparo, através de ajustes gráficos, supressões, inserções e notas explicativas. Além disso, tinha a vantagem de se distanciar do concurso eleitoral, posto que, com o passar do tempo, nos usos, leituras e releituras subseqüentes, agentes e disputas que fomentavam e davam razão ao autor escrever e publicar o livro, eram “esquecidos” em benefício de outras características, como o estilo literário, a avaliação conjuntural, o “patriotismo”, dentre outros.

O serviço político “mundano” dos periódicos era plenamente conhecido dos agentes do período, que também tinham a consciência de que as folhas poderiam contribuir, ainda que minimamente, à identificação do “perfil intelectual”, pois ora guardavam algum material aproveitável (poesias, contos, ou até mesmo falas eleitorais) produzido por “literatos”, ora o próprio estudo dos periódicos poderia a isso se dar, mas em outro formato.

Figura 9 – “O Estandarte”



Fonte: Acervo de coleção particular.

Na imagem acima, tem-se o periódico “O Estandarte (1848, p. 1)”, publicado “[...] todas as Quintas-feiras às 4 horas da tarde.” na “Tipografia da Temperança” por M. P. Ramos, na Rua Formosa, n.º 2. Segundo Joaquim Serra, “O Estandarte”:

Em Julho de 1847 toma logar na imprensa, o ESTANDARTE, órgão do partido – Estrella –, redigido pelos Drs. Maciel da Costa, Eduardo de Freitas, Joaquim Tavares, Pedro Cantanhede⁸¹, e depois por Jorge Sobrinho. Era folha muito vehemente nos ataques, e de grande intolerância. O fino espirito de Eduardo Freitas e de Pedro Cantanhede dava um certo saynete as críticas acerbas que figuravam no ESTANDARTE. Uma serie de artigos, sob a rubrica MASCARADA, durante a ultima phase da administração do presidente Eduardo Olympio Machado, dão testemunho tanto da virulência como dos epigrammas e mordacidade do ESTANDARTE. Desappareceu da arena em Maio de 1857, quando, pelo congraçamento dos dous grupos que o mantinham e mais ao PROGRESSO, as duas folhas cederam o passo á IMPRENSA, orgao dos interesses communs. (SERRA SOBRINHO, 1883, p. 42).

A partir de 1847, estava em curso no país a encampação do poder provincial por agentes vinculados ao Partido Conservador, e nesse mesmo ano se iniciaria a Revolta Praieira de Pernambuco, da qual participara Fernando Luiz Ferreira, justamente nas fileiras “liberais”. “O Estandarte” expunha em seu frontispício uma bandeira em mastro, com os dizeres “VIVA O PARTIDO BEMTEVI” encimados pela ave de mesmo nome “cantando” a máxima latina “IN HOC SIGNO VINCES”⁸².

Ora, esse periódico deixava clara sua finalidade política, pois o pássaro “bem-te-vi” (*Pitangus sulphuratus*) servira de símbolo aos “partidários” liberais durante a Balaiada, com inspiração num outro jornal que possuía esse nome. No Maranhão, o que seria o Partido Liberal era chamado simplesmente de “Partido Bem-te-vi” e a própria revolta como “Guerra dos Bem-te-vis” (ASSUNÇÃO, 2008). Tal batismo foi inclusive incorporado pelos populares que se engajaram no conflito e permaneceu na memória oral:

De Anajatuba, no interior do Maranhão, onde residia, um leitor do jornal I. F. de S. Ferraz, com a data de 10 de julho de 1883, dirige à Civilização uma longa correspondência, relatando fato de que fora testemunha, em Itapecuru-Mirim, no lugar chamado Boca da Mata, na estrada que conduz a Vargem Grande. Para ali confluía grande número de pessoas, vindas das mais distantes regiões, para pagar promessas pelas graças alcançadas por intercessão da alma do Bem-Te-Vi. Escrevia o missivista:

Quem é esse Bem-te-vi? Segundo a mais exata informação, o Bem-te-vi é um pobre que fora apanhado nas tropas do caudilho Raimundo Gomes (o Balaio) em 1839 [...] (MONTELLO, 1978, p. 13).

⁸¹ Provavelmente Pedro Wenescop Cantanhede, que depois seria magistrado e um dos deputados-escritores.

⁸² “In hoc signo vinces” significa “Por este sinal conquistarás (ou vencerás)”. Conta-se, a partir de Eusébio de Cesaréia, que o futuro imperador romano Constantino adotou essa frase como lema, e se referiria a uma visão mítica que teve por ocasião da Batalha da Ponte Mílvia (no ano de 312), onde, ao olhar o sol, teria visto uma cruz luminosa acima deste, e as letras gregas (X) Chi e (P) Rho, com a referida mensagem. Também ela foi usada por tropas de Portugal na Batalha do Ourique (em 1139), e constava em algumas moedas em circulação no Segundo Reinado, circundando o brasão do Império do Brasil.

Contudo, na presente edição de “O Estandarte”, que já distava cerca de sete anos do fim da Balaiada, cuida-se principalmente de narrar os desmandos eleitorais de Joaquim Franco de Sá nas comarcas, então como presidente da Província do Maranhão e pai do deputado-escritor Filipe Franco de Sá. “O Estandarte” também se felicita de sua demissão, chamado-o de “tyranno” num artigo intitulado “Deos se compadecô do Maranhão” (O ESTANDARTE, 1848, p. 2). Na própria capa ironiza a “CONCILIAÇÃO FRANCO DE SÁ”:

[...] quer dizer: demissões em massa; escandalosas infracções de lei; G. N. amarrados e sujeitos à chibata; vidraças quebradas; prisões arbitrárias; recrutamento furioso em viuvos com filhos, em cazados, etc., etc., etc.; processos de crimes imaginários; espancamentos; MATANÇA feita pela tropa ao povo inerme; incendios; eleições conquistadas à força d’armas; actas falsas; collegios clandestinos; pesados tributos para pagamento de serviços eleitoraes; intrigas e divisões em todas as famílias; a população exasperada e foragida pelas matas; a Província dilacerada por ódios encarniçados; etc., etc., etc., etc., etc., etc., etc. (O ESTANDARTE, 1848, p. 1)

Por tudo isso, era preciso separar jornal e livro, descontextualizando o segundo das lutas que o fizeram surgir, abandonando as coisas do “mundo”, típicas dos “pecadores”, situacionistas e oposicionistas, para elevar os escritos à dimensão celestial, própria dos “imortais”. Assim fez o deputado-escritor Joaquim Serra Sobrinho (1883, p.10), em seus “Sessenta anos de jornalismo – a imprensa no Maranhão”:

A imprensa brasileira é, sem duvida alguma, adiantada e numerosa. A Ella pertenceram os nossos principaes estadistas. Quasi podemos dizer, como a pouco o fazia, cheia de orgulho, uma revista colombiana:
 “Todos os presidentes da Colombia, desde Santander ate Nunez, sahiram do jornalismo”
 A imprensa da provincia do Maranhão é uma das mais notaveis do imperio, quer pela importancia política que exerceu, quer pelo valor litterario dos que nella militaram.

João Francisco Lisboa, já estabelecido como advogado e liderança política, a partir dos 40 anos de idade passa a imprimir o “Jornal de Tímon”, em formato pequeno, à fisionomia de livro, em 1852. Pretendia provavelmente enfeixá-lo como tal, o que terminou ocorrendo em 1858, quando a publicação parou de circular⁸³.

⁸³ Segundo seu biógrafo, contemporâneo e também deputado-escritor Antônio Henriques Leal, a operação pública do “Jornal de Tímon” se deu da seguinte forma: “A 23 de julho de 1852 apareceu o primeiro desses folhetos, com 100 páginas, em oitavo francês, seguido do mensal e regulamente por outros até o quinto número, quando fez pausa, para dar no fim de 1853 do sexto ao décimo número reunidos em um volume de 416 páginas; publicado depois, já em Lisboa, e em 1858, o undécimo e duodécimo número em outro volume de 427 páginas.” (LEAL, 2012, p. 102). O “oitavo francês” é um formato editorial de livro, dito “in-oitavo” (16,5 x 10,5 cm), introduzido no Brasil pela livraria e editora “B. L. Garnier”, do Rio de Janeiro.

Seu conteúdo era típico das edições livrescas: estudos históricos e de crônica política memorialística, e tinha inclusive um sumário. Menos vinculado ao concurso eleitoral objetivo e mais à qualificação do autor como interprete das relações sociais nos domínios político e institucional (construção da nacionalidade brasileira através da “História”), o “Jornal de Tímon” não se propunha a resolver questões circunstanciais, mas a produzir um “intelectual-político” superior a elas. É apenas por esta publicação que João Francisco Lisboa integra a população de deputados-escritores, pois todo o restante de sua produção ou circulou exclusivamente nos periódicos, ou foi publicada post-mortem.

É bem se recordar que os editores/autores de jornais maranhenses do século XIX também não eram profissionais “jornalistas”. Ao contrário, uma parte significativa das folhas tomava função estritamente panfletária, com tiragens maiores por ocasião das eleições, atos e mudanças de governo, ou simplesmente só existiam durante esses eventos e por poucos meses depois. Mesmo para outros mais consolidados como o “Paiz”, a frágil regularidade, o teor político-eleitoral e literário das colunas, a replicação de notas produzidas pelos periódicos do Rio de Janeiro e São Paulo bem como o baixo retorno financeiro demonstravam um trabalho quase artesanal – e individual – dos seus produtores.

Circunstância diversa era verificada nos centros mais dinâmicos no começo do Novecentos, ao menos segundo Miceli (2012, p. 54):

No início do século XX, o jornalismo tornava-se um ofício compatível com o status de escritor. O Jornal do Comércio pagava trinta, cinquenta e até sessenta mil-réis pela colaboração literária, o mesmo fazia o Correio da Manhã; em 1907, Bilac e Medeiros e Albuquerque recebiam salários mensais “decentes” pelas crônicas que publicavam [...].

A propósito, foi Medeiros e Albuquerque, autor da letra do hino da “proclamação” da República, membro da Academia Brasileira de Letras e que tinha na juventude dispersado alguns elementos da Guarda Negra⁸⁴, ainda que desarmados, com “‘um excelente Smith Wesson’ e ‘duas caixas de balas’ [...] apenas confiantes em suas artes de capoeiras, alguns nos

⁸⁴ A chamada “Guarda Negra” foi um grupo relativamente grande de homens negros alforriados pelo 13 de maio de 1888 e outros libertos e pobres que apoiavam a monarquia, personificada na figura da Princesa Isabel. Não tinha uma organização bem estabelecida, e estava principalmente no Rio de Janeiro, onde atacava reuniões de republicanos e esses individualmente quando estavam em logradouros públicos: “‘Outra visão emana dos artigos do jornal Cidade do Rio, dirigido pelo jornalista negro José do Patrocínio. Entusiasta da Abolição, via a Guarda Negra, nos seus primeiros meses, como a encarnação da vontade política da gente negra recém-arrancada do cativeiro. Após séculos de servidão, essa população podia, pela primeira vez, expressar-se política- mente em praça pública, e, logicamente, sua mensagem era de apoio à medida que a tinha tirado das senzalas, mesmo que manifesta no calor da hora do radicalismo político do contexto da Abolição, à sombra do ressentimento de centenas de fazendeiros, antigos pilares do Império, que perderam suas propriedades e não foram indenizados, e de republicanos irados pela súbita popularidade alcançada pela monarquia, na construção da imagem de ‘Isabel a Redentora’” (SOARES, 2014).

seus cacetes e nas suas navalhas” (ALBUQUERQUE apud PORTO, 2013, s/p), quem abrisse as portas da imprensa carioca ao deputado-escritor Viriato Corrêa:

Por interferência de Medeiros e Albuquerque, de quem se tornara amigo, Viriato Corrêa obteve colocação na Gazeta de Notícias, iniciando carreira jornalística que se estenderia por longos anos e no exercício da qual seria colunista do Correio da Manhã, do Jornal do Brasil e da Folha do Dia, além de fundador do Fafazinho e de A Rua. Colaborou também em Careta, Ilustração Brasileira, Cosmos, A Noite Ilustrada, Para Todos, O Malho, Tico-Tico. (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2015, s/p)

Medeiros e Albuquerque foi um dos responsáveis pela aprovação da primeira lei de direitos autorais do Brasil (Lei nº 946/1898) que tornou-se um contributivo importante para a profissionalização da carreira de escritor (HALLEWELL, 2012). Antes dessa lei, porém, a regulação da matéria se dava pelo art. 261 do Código Criminal do Império do Brasil, nos seguintes termos:

Art. 261. Imprimir, gravar, lithographar, ou introduzir quaesquer escriptos, ou estampas, que tiverem sido feitos, compostos, ou traduzidos por cidadãos brasileiros, enquanto estes viverem, e dez annos depois da sua morte, se deixarem herdeiros. Penas - de perda de todos os exemplares para o autor, ou traductor, ou seus herdeiros; ou na falta delles, do seu valor, e outro tanto, e de multa igual ao trespello do valor dos exemplares. Se os escriptos, ou estampas pertencerem a Corporações, a prohibição de imprimir, gravar, lithographar, ou introduzir, durará sómente por espaço de dez annos. (BRASIL, 1830)

Querida dizer, portanto, que os autores e tradutores brasileiros que houvessem produzido textos escritos ou iconografias gozavam de proteção contra a reprodução não autorizada enquanto vivos fossem, ou por dez anos após a morte, caso de possuírem herdeiros. Era possível esses últimos alienarem os direitos autorais. Foi o que se deu com a terceira edição da “Grammatica Portugueza” de Sotero dos Reis, impressa em São Luís, pela “Livraria Magalhães & C. – Editores e proprietarios”, situada no Largo de Palácio, n. 22., em 1877, seis anos após sua morte.

Em uma pequena apresentação intitulada “Ao Público”, o filho de Sotero, Américo Vespúcio dos Reis, explica: “Tendo-se findado ha muito o praso do contracto que fizemos então com os Srs. Antonio Pereira Ramos de Almeida & C.^a para a impressão e publicação da 2^a edição desta Grammatica, e achando-se esgotada a referida edição; resolvermos contractar com os Srs. Maralhães & C.^a [...]” (REIS, 1877). Antes do frontispício há uma “Prevenção” transcrevendo o artigo do Código Criminal e um texto com os seguintes dizeres:

Cada exemplar da presente edição da Grammatica irá com a assinatura de Luiz de Aguiar Magalhães, como socio gerente da firma commercial – Magalhães & C.^a, proprietários hoje desta obra, sendo contrafeito o exemplar que não se achar revestido desta formalidade. Luiz d’Aguiar Mag.es [ass.] (REIS, 1877 s/p).

A reprodução não-autorizada, especialmente de publicações literárias e de “uso prático”, como as gramáticas e corografias⁸⁵ para o aprendizado escolar não devia ser incomum, pois vários volumes dessa época vêm com advertências semelhantes.

Tratando-se dos gêneros de escrita em face da titulação universitária, tem-se o quadro abaixo:

Quadro 24 - Titulação universitária por deputado/gêneros da escrita⁸⁶

Titulação/gênero	Direito	Medicina	Engenharias	Filosofia	Igreja	Sem titulação	Indefinido	Total
Setorial	141	29	7	1	3	2	11	194
Generalista	13	4	1	-	7	1	-	26
Literatura	89	11	8	11	-	26	7	152
Biografias / eventos históricos	30	7	1	-	1	7	14	60
Memórias pessoais	8	-	3	-	-	-	-	11
Não identificado	-	-	-	-	-	-	1	1
Total	281	51	20	12	11	36	33	444

Fonte: Coutinho (1981), e outros.

⁸⁵ Estudos de geografia física.

⁸⁶ Dois deputados-escritores e suas temáticas de escrita merecem uma observação. O primeiro é Dunshee de Abranches, sozinho, com 18 publicações sobre “relações internacionais” cuidando das ações diplomáticas do Brasil durante a conquista do Acre no começo da República, do país com as nações européias no curso da Primeira Guerra Mundial, e logo após. A esse tempo, era deputado federal pelo Maranhão. Tais livros integram o gênero setorial, que concentra boa parte de outros títulos de sua autoria, de natureza “política”. Existe um “Catálogo histórico e explicativo” de “Dunshee de Abranches e suas obras”, editado em São Paulo, em 1917 pela “Empresa Paulista de Publicidade” onde são informados 90 textos, a maioria em jornais e revistas. Os que tem peça ao final da descrição do conteúdo circularam no formato livro. O catálogo informa ainda existirem 4 no prelo e mais 6 para edição futura. Entre 1918 e 1940 (morreria em 1941), foram mais 36 títulos de múltiplos gêneros, sendo algumas de suas mais importantes memórias publicadas na década de 1930. O segundo trata-se de Viriato Corrêa, com 59 títulos. Em que pese alguns “parecerem” pertencer ao gênero memorialístico, como “Bahú Velho”, de 1927, por conterem relatos políticos, esses a rigor não são suas confissões, mas narrativas de terceiros evocativas da história do Brasil, na transição monarquia-república, com o intuito de produzir imagens e objetos simbólicos de cunho nacionalista. Como já relatado em linhas anteriores, foram excluídas as publicações pós-1930, em razão de seu voluntário abandono do concurso político-eleitoral. Dunshee de Abranches também encerra sua carreira política por essa época, mas por estar em idade avançada, ao contrário de Viriato, que possuía apenas 46 anos. Por isso, ambos escrevem ao mesmo tempo, mas atendendo a contextos específicos, o que justifica o tratamento diferenciado. A produção de Viriato Corrêa aproveitada (21 livros) foi toda classificada como gênero literário, uma parte considerável, de teatro.

O gênero setorial é constituído de edições detentoras de conhecimentos técnicos, especializados ou direcionados para a gestão administrativa e o trabalho político. Assim, engloba temas como a “administração”, “direito”, “medicina”, “educação”, “economia” e “política”. A “política”, nesse ponto, é colocada como tema específico, apesar de, no período, se relacionar com o “direito” (através das discussões sobre as normas eleitorais, reformas legislativas e congêneres), mas porque não trata apenas dele, envolvendo debates sobre os usos pragmáticos da ordem jurídica por parte dos magistrados e dos próprios mandatários, como na obra de João Lisboa (1984; 1991; 1995). De outra figura, o “generalista” se relaciona a produtos de natureza ideológica, projetos de sociedade, publicações direcionadas a “problemas atuais” (GRILL, 2012), como o “civismo”, “militarismo” e “religião”.

O gênero literário, por sua vez, assume as “artes plásticas”, “letras/crítica literária”, “prosa/contos”, “música”, “poesia” e “teatro”. As “biografias/eventos históricos” formam um gênero próprio de produção do saber na construção da história como disciplina no século XIX e início do XX, voltado para descrições narrativas sobre eventos entendidos como relevantes e personagens específicos, em geral de cunho laudatório. Por derradeiro, as “memórias pessoais” são autobiografias, de natureza auto-reflexiva sobre os engajamentos políticos, carreiras, viagens, família, etc.

Em que pese o elevado número de publicações do gênero “setorial”, as temáticas não são correspondentes à titulação acadêmica alcançada, o que indica a múltipla inserção social de seus autores, a variedade de demandas que respondem, e a utilidade acadêmica/científica dos livros relativamente pequena. Nesse sentido, os bacharéis têm 39% de seus escritos setoriais no “direito” (55), 20,56% na “política” (29), 8,5% na “educação” (12), 7,8% em “economia” e aproximadamente 24% divididos por 7 outras tipologias.

Os dois temas anteriormente citados têm relação com os cargos ocupados pelos agentes na estrutura administrativa, especialmente secretarias provinciais/estaduais respectivas e órgãos similares, às vezes inferiores, como diretorias de escola e bibliotecas. Além disso, uma parte considerável dos deputados-escritores dedicou-se à carreira do magistério. Sob o total da produção dos bacharéis, o gênero setorial importa em 50,17%, a literatura em 31,67% e as biografias/eventos históricos em 10,67%.

Quase todos escrevem sobre quase tudo.

A temática econômica é relevante, mas não figura entre as principais. Isso pode indicar que o ambiente de excelência para tal tipo de abordagem não era o livro, e sim os periódicos. É provável, em razão das pautas objetivas dessa seara, que envolvessem interesses mais pessoais (não raro domésticos) e políticos, como as tensas relações com o trabalho

escravo (fim do tráfico atlântico, tráfico interprovincial, alforrias, fugas, revoltas) ou da vida comercial/financeira (falências, dívidas tributárias, especulação).

Não se pode deixar de reconhecer que a quantidade de títulos do direito é a maior, quando comparada às publicações setoriais dos profissionais da área. Isso se verifica, a rigor, a partir da segunda metade do século XIX, com uma tênue especialização orgânica das carreiras jurídicas. A constituição/expansão das estruturas administrativas estatais (muito informalmente) passa a demandar dos agentes integrantes de seus quadros uma mínima produção escrita associada à atividade desempenhada, que retribuiria com o reconhecimento “interno” e maiores chances de progressão hierárquica, a partir da configuração de um “perfil intelectual/técnico”.

O segundo maior gênero, tanto para formados em direito quanto em medicina, é a literatura. A “prosa” e suas subdivisões articula-se com a “poesia”, e o “teatro” para se dirigirem mais a um “exercício intelectual” de afastamento das disputas próprias e quase cotidianas da atividade política, ou participando dela apenas por uma via indireta, nem sempre compreensível, mesmo a seus pares, como escapismo dos autores (muitos sob a proteção de pseudônimos) exercido pelo denunciamento, galhofa, etc.

O livro, revestido da aura monumental, é reservado à consagração individual e coletiva através de uma “intelectualidade evidente e indiscutível” de seus autores e homenageados, o que pode ser verificado através da acentuada quantidade de relatos biográficos e mesmo pelas traduções (28, entre todos os graduados e sem formação universitária), de idiomas vivos e mortos das principais referências tidas como “civilizacionais”, na ordem: o francês, latim, inglês, alemão e grego.

Os graduados em medicina se mantêm mais ou menos dentro dos mesmos parâmetros daqueles formados em direito. São 29 publicações setoriais, o que importa em 56,86% do total de livros escritos por eles (51), valor pouco maior que os dos bacharéis (50,17%). Os livros médicos (11), propriamente, atingem 37% de seu gênero setorial (39%) são os de direito nesse gênero, pelos bacharéis) e 21,56% do total de suas publicações, porcentagem próxima àquela do direito (19,57%) para os formados na área.

Os médicos, contudo, negligenciam muito mais temas. Os bacharéis, ao contrário, só não escrevem sobre temas muito específicos, voltados ao cálculo, como contabilidade e engenharias, isso em um total de 27 tipologias temáticas encontradas. Os médicos se direcionam mais para matérias administrativas, haja vista as posições que ocupam no estado, como a gestão de hospitais e órgãos vinculados à saúde. Os “relatórios” (administrativos), que compõem o gênero setorial, por exemplo, são 7,84% do total de sua produção, enquanto que,

para os bacharéis, é de meros 1,15%.

Dois pontos são particularmente interessantes.

O primeiro residindo no fato de que os médicos quase não escrevem sobre política – nos livros –, o que pode indicar que essa era aceita na época como própria dos formados em direito, optando aqueles por outras áreas. Nesse caso, internamente ao gênero setorial, a “administração” (3) e a “economia” (3) juntas representam, comparativamente, pouco mais da metade dos escritos médicos, a temática mais abordada (11 livros). Para os diplomados em direito, as temáticas acima importam, ante os títulos jurídicos (55), apenas 9,09% (5) e 20% (11).

O segundo diz respeito ao fato de que os deputados-escretores bacharéis escrevem sobre medicina: são 3 livros entre o total de 281, o que alcança o pequeno valor de 1,06%. Por sua vez, os parlamentares médicos também escrevem livros jurídicos, especificamente sobre legislação urbanística municipal (que atrai esse tipo de saber, em razão das demandas por “higienização” dos espaços públicos e privados). A quantidade absoluta é igualmente pequena: 2 livros, mas, frente o total de publicações de agentes com essa formação universitária, que é 51, a porcentagem é bem maior: 3,92%. Se tomados no gênero setorial de cada um dos domínios profissionais, tem-se no direito os livros de medicina com apenas 2,12%, mas, entre os médicos, os livros de direito são 6,89%, um percentual importante.

Apesar dos valores reduzidos, esse “intercambio” aponta para uma indistinção presente de fronteiras acadêmicas e intelectuais, que encontra razão na utilidade prática dos escritos, considerando que seus autores ocupam cargos administrativos/eleitorais ou tentam alcançá-los. Quanto ao tipo de produção escrita por idade, tem-se os dados abaixo:

Quadro 25 - Gêneros e temas de escrita por agente/idade (anos)

Idade/gênero	Até 20	Até 30	Até 40	Até 50	Até 60	+ 60	Indefinido	Total
Setorial	3	25	59	53	26	6	20	192
Generalista	-	3	5	4	3	2	9	26
Literatura	5	37	46	24	7	13	22	154
Biografias/eventos históricos	1	3	12	19	10	8	10	63
Memórias pessoais	-	2	2	2	-	2	-	8
Não identificado	-	-	-	-	-	-	1	1
Total	9	70	124	102	46	31	62	444

Fonte: Coutinho (1981), e outros.

O gênero setorial tem uma trajetória progressiva entre os menores de trinta anos e menores de quarenta, o que remete ao fato de que é nesse período que os agentes saem das faculdades e adentram a Administração Pública, em suas várias dimensões, inclusive os cargos providos por eleição. Exatamente nessa época da vida, de acesso e consolidação das carreiras nas estruturas do estado, é que haverá maior produção escrita relacionada a ele e às profissões. Depois dos cinquenta anos, os números caem bastante, pois se perde a relação entre o domínio das posições de poder e a produção escrita.

Essa observação final, especificamente, não é verdadeira para o caso de Viriato Corrêa. Quando abandona o trabalho político em 1930, aos 46 anos, já havia publicado 21 livros, sendo 1 até os 20, 2 e 10 nas décadas subsequentes e mais 8 quando se dá a interrupção. De 1931 a 1959, quando já conta com 75 anos, são acrescentados 35 livros. Apenas entre os 47 e os 50 anos tem-se 11 títulos, ou seja, passa a produzir bem mais. Isso demonstra que a interseção entre escrita e política, a partir dessa época, sofre modificações relevantes, pois, do bloqueio sofrido na carreira eletiva foi possível uma reconversão de sucesso para outra, antes impensável: a de “escritor”.

De fato, os livros com temas voltados para o tema da “administração” surgem na casa dos 30 anos (2), mas têm seu auge entre os 41 e 50 (5), pois é nessa quadra que os cargos públicos de indicação política são mais ocupados, no intervalo fornecido pelas disputas eleitorais não-vitoriosas, momento em que os parlamentares que escrevem já criaram laços de reciprocidade bem consolidados na estrutura estatal, a partir de investimentos realizados na década anterior.

As publicações jurídicas também seguem essa lógica, firmando-se na fase de entrada e de consolidação nas carreiras do direito, a partir dos trinta anos (14), até os cinquenta (18), sendo numericamente medíocres as anteriores (1 e 4) e posteriores a tal faixa etária (8 e 1).

Ao contrário, os temas econômicos estão presentes em todas as décadas após a graduação universitária e, mais que isso, com números muito semelhantes em cada uma delas (na ordem, por década: 2, 4, 3, 2, 3 e 1), o que indica sua recorrência e estabilidade face um “mercado consumidor” para os referidos. De fato, o conteúdo dos livros de “economia” é centrado na lógica da “decadência” e, segundo Almeida (2008), sua origem remonta ao início do século XIX, firmando-se como argumento presente em diversos domínios sociais e paradigma de interpretação do Maranhão.

Dessa forma, a abordagem econômica também propicia a legitimidade “intelectual/técnica” do autor em uma área sensível para os possuidores dos meios da

produção material e da administração do estado, podendo contribuir para o acesso aos cargos administrativos, através da indicação de um “especialista” (que detém o saber “incontestável”, ainda que as áreas de formação acadêmica sejam o direito e a medicina) e, ou converter esse saber como recurso eleitoral.

A lacuna derivada de um saber muitas vezes artificial é suprida por outro tipo de agente, de natureza “auxiliar” aos parlamentares, fossem eles escritores ou não: os “porta-vozes” ou “mediadores” (GRILL, 2010). Eles adquirem o “saber econômico” através do exercício prático de atividades correlatas, como a agricultura, o comércio ou a indústria e, em alguns casos, logram a aquisição de formação educacional superior nos ramos em que atuam, geralmente na Europa, além de constituírem organizações próprias, como a Associação Comercial do Maranhão – ACM (NEVES, 2011). Três casos podem ser citados: Carlos Fernando Ribeiro, intitulado Barão de Grajaú, Martinus Hoyer e José Pedro Ribeiro, co-fundador do IHGM.

A produção de livros sobre “educação” (que envolve desde abordagens sobre a estrutura e lógica do sistema de ensino, até edições didáticas) está diretamente vinculada à ocupação de cargos públicos de segundo escalão na hierarquia da Administração, especialmente a docência e a direção de escolas, e isso se dá na faixa etária típica da entrada nesses domínios, dos 31 aos 40 anos (6). Na década seguinte cai bastante (2), para subir de novo (5) e finalmente quase desaparecer (1).

Essa diminuição pode estar relacionada com a retomada da atividade política-eleitoral, ou a simples troca por outros temas, como os eventos históricos, muito mais frequentes a partir dos 31 anos (4), atingindo números máximos entre os 41-50 anos (9) e até idades avançadas (6 e 6, para as décadas seguintes) em razão da vinculação dessas duas temáticas através da “missão” de construção da nacionalidade, formação cívica, etc.

Exemplo disso é o deputado-escritor Antônio Baptista Barbosa de Godois, que foi professor das cadeiras de “história” e “instrução cívica”, tendo dirigido entre os anos de 1900 e 1905 a Escola Normal do Estado do Maranhão e a Escola Modelo Benedito Leite. Co-fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM e da Academia Maranhense de Letras, onde ocupando a cadeira n.º 1, publicou o livro “Instrução cívica: resumo didático”, em São Luís, no ano de 1900 e a “História do Maranhão”, de dois volumes, na mesma cidade, em 1904. Depois, na década de 1910 editaria outros três sobre educação.

No geral, as biografias e textos históricos são principalmente produzidos entre as quase três décadas de 31 aos 59 anos (crescentes antes e decrescentes depois). As primeiras tratam de contemporâneos ou agentes pouco distantes cronologicamente dos autores (caso do

“Pantheon Maranhense”), nas principais fases das disputas políticas (31-40/41-50 anos).

Isso poderia promover um amplo auxílio dos homenageados àquele par que lhes rendeu as deferências, e ao mesmo tempo colaborar para a criação do “perfil intelectual” (“pesquisador”, “historiador”, “biógrafo”) do escritor. Os segundos cuidam de eventos relacionados às estruturas políticas e suas derivações (estado, monarquia, municipalidade, guerras, etc.), com inserção/progressão em organizações culturais/patronais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, a Academia Brasileira de Letras – ABL, ou ainda associações de comerciantes e similares, com os mesmos efeitos, para os autores, daqueles alcançados pelas biografias, inclusive porque algumas dessas instituições são próximas ou auxiliares da atividade estatal.

O gênero literário, via de regra, é mais comum na primeira metade da vida produtiva, pois, se adéqua ao pressuposto geral de construção do “perfil intelectual” durante o ingresso nas carreiras liberais e quadros administrativos, evidenciando um capital social/cultural ajustado a eles.

Uma temática, no entanto, é peculiar: a “crítica literária”, que surge a partir dos quarenta anos (2), conserva-se na década seguinte (2) e multiplica-se por quatro na faixa etária acima de sessenta anos (8). Isso porque seus autores pretendem encerrar nesse tipo de publicação um conteúdo “reflexivo/técnico” (e, portanto, supostamente “neutro” ou “isento”) sobre a produção escrita dos pares. Além das declarações explícitas, a crítica literária é um dos mais contundentes instrumentos de inclusão/exclusão de agentes e declaração de (i)legitimidades na arena da produção escrita, muito interdependente de outras instâncias e instituições.

O “teatro/sátira/comédia” é próprio da primeira metade da vida produtiva (na ordem, para esses dois subgêneros, por década: 3, 14, 9, 3, 3 e 2 / 1, 6, 9, 1 e 1) textos no formato livro). No caso específico de Viriato Corrêa, não. São 13 livros publicados até os 40 anos e 42 livros depois, sendo uma parte muito importante deles obras teatrais (27). Com efeito, Viriato Corrêa é um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, inaugurada no Rio de Janeiro em 1917, sob a liderança de Chiquinha Gonzaga⁸⁷. A cerimônia realizou-se na sede da Associação Brasileira de Imprensa, que já havia sido presidida por outro deputado-escritor maranhense, Dunshee de Abranches, em dois mandatos, entre 1910 e 1913.

⁸⁷ Francisca Edwiges Neves Gonzaga (Rio de Janeiro, 1847 - 28 de fevereiro de 1935). Compositora e instrumentista, foi uma das maiores autoras e responsáveis pela divulgação do estilo musical “Choro”, através do piano, no final do século XIX.

A “poesia” é, principalmente, dos adultos jovens. Pertence ao *ethos* cultural europeu do Oitocentos, muito utilizada no Romantismo⁸⁸ – adotado pelas elites letradas brasileiras durante a construção do estado e da nacionalidade, tido esteticamente como “revolucionário” e “contestador” das formas de alto rigor que lhe foram anteriores.

Nesse sentido, foi ela um instrumento aceito como legítimo para os entrantes nos círculos sociais da política e da escrita exporem suas ideias e capacidades, exatamente durante a formação acadêmica e nos primeiros anos após. Transfigura-se quase como rito de passagem, o que explica os números similares entre os escritos “poéticos” e os “políticos” nos mesmos períodos (nas três décadas, entre 20 e 50 anos, na ordem: 14, 9, 3 / 12, 15, 3).

Segundo Reis (2013), os “intelectuais” ocupam uma posição de destaque nas trocas culturais, importando e exportando esquemas analíticos, modelos institucionais, figurando também como produtores e conceitos e valores, enquanto acumulam recursos e ocupam posições de poder. Nesse sentido, o Romantismo pode ser pensando segundo

[...] as transações que ocorrem internamente num mesmo espaço nacional: entre diferentes realidades regionais, ou entre campos sociais, ou entre diferentes ‘elites’ no âmbito de um mesmo espaço social; e externamente: entre diferentes configurações nacionais, ou num espaço internacional (e as diferentes combinações possíveis entre elas). (REIS, 2013, p. 26)

O poeta Raimundo Correia⁸⁹, prefaciando em 1898 uma edição póstuma de “Sertanejas”, cujo autor é Trajano Galvão de Carvalho (biografado no “Pantheon maranhense”), resume esses apontamentos, inclusive citando que o protagonismo de autores e seus escritos se dava a partir de Recife e São Paulo, cidades sedes das faculdades de direito: “Na geração literária que então florescia, em São Paulo e no Recife, e a que pertenceu Trajano Galvão de Carvalho, aqueles poetas é que davam o tom aos mais, naturalmente, como

⁸⁸ Um “movimento” estético com desdobramentos filosóficos e políticos, surgido na Europa ocidental (especialmente na Inglaterra, França e Alemanha) no final do século XVIII, com ampla repercussão durante todo o século XIX, e marcado pelo “subjativismo”. Opunha-se racionalismo iluminista do Setecentos, e teve nos nacionalismos uma de suas principais temáticas. Segundo Vale (2005): “O subjativismo humeano – o que permite o julgamento pessoal e individual do belo, bem como uma visão romântica do mundo, especialmente na transição entre os séculos XVIII e XIX – não chegou a extremos, fato que seria considerado, na visão de Bertrand Russell (1967:8), uma ‘forma de loucura’”. Os principais autores iniciais foram: Goethe, com “Die Leiden des Jungen Werther”, 1774; Schiller, “An die Freude”, 1785; William Blake, com “The Marriage of Heaven and Hell”, de 1793; Coleridge e Wordsworth, em “Lyrical Ballads”, de 1798, Lord Byron, “Childe Harold's Pilgrimage”, 1818; Shelley, com “Hymn to Intellectual Beauty”, 1817 e John Keats, Endymion, 1817. Em Portugal figuram Almeida Garrett e Alexandre Herculano, sendo que esse último fará críticas muito positivas aos escritos de Gonçalves Dias. Um dos precursores do Romantismo no Brasil foi o deputado-escritor Odorico Mendes, com “Hymno à tarde”, impresso em 1844.

⁸⁹ Raimundo da Mota de Azevedo Correia (São Luís, 13 de maio de 1859 - Paris, 13 de setembro de 1911), poeta “parnasiano”. Seu pai foi desembargador: José da Mota de Azevedo Correia, descendente dos duques de Caminha (Portugal). Realizou o curso secundário no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e em 1882 formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi Juiz de Direito no Rio de Janeiro e em Minas Gerais.

sumidades que eram do romantismo triunfante na literatura, nas artes e mesmo na política da época” (CORREIA apud CARVALHO, 2013, p. 14).

A “sátira”, a “comédia” e o “teatro” também pertencem a esse universo, e serviam à crítica política e cultural, com reflexos diretos sob a concorrência nas eleições.

Joaquim Serra Sobrinho (1872), no poema “A capangada – uma parodia muito seria” como o pseudônimo de “Amigo Ausente”, satiriza os acordos faccionais organizados pelo Visconde do Rio Branco⁹⁰, filiado ao Partido Conservador, a quem chama de “Paranhos Malasarte”. A “capangada” então seria o conjunto de indivíduos que o circulam, e ele próprio, e provavelmente também os da larga seqüência de gabinetes conservadores que antecederam ao de Rio Branco. As duas primeiras quadras relacionam a desqualificação “intelectual” e mercenária dos editores de periódicos – e livros e seus autores – (Mais os sens gazeteiros alugados / Escritores da praia e de quitanda), laços familiares e ascensão aos quadros de poder (Os filhotes, as santas creaturas, / Afins do ministerio e seus parentes):

I

A malta de ministros desbragados
Essa caterva illustre e veneranda,
Mais os sens gazeteiros alugados,
Escriptores da praia e de quitanda
A enorme quadrilha de embrechados
E que cheira a policia que tresanda
Gente parva e ruim, súcia de bobos
Faminta do orçamento como lobos,

E tambem as immensas brilhaturas
Dos Godoys e dos Bentos presidentes;
Os filhotes, as santas creaturas,
Afins do ministerio e seus parentes,
Cantando espalharei por toda a parte
Si a tanto me ajudar pachorra e arte. (SERRA SOBRINHO, 1872, s/p)

O talento poético de Joaquim Serra é tanto mais usado para o achincalhe político quanto menos lembrado é dessa função por seus biógrafos, especialmente os vinculados às academias literárias. O editor da “A Capangada”, a “Typographia da Reforma” imprime também um periódico do Partido Liberal onde ele próprio é um dos principais colaboradores.

Na década de 1870, as propostas de extinção gradativa do sistema de trabalho cativo ditavam os debates políticos, e esse tema foi encampado pelo Partido Conservador, que propôs e viu aprovada a Lei do Ventre Livre, de 1871, cuja presidência do Conselho de Ministros era exercida por Paranhos. Alijados do poder e tendo virtualmente perdido uma pauta importante de sua “tradição” os liberais passaram a investir sem pudores contra as

⁹⁰ José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco (Salvador, 1819 – Rio de Janeiro, 1880).

lideranças conservadoras, expondo relações familiares, modos comportamentais, falseamentos, etc. Em tal cenário, escritores hábeis eram muito valorizados. Joaquim Serra e outros “intelectuais”, sem dúvida, bem exerceram essa função.

Os escritos políticos em livro, como mencionado, também são próprios das primeiras décadas de vida dos deputados-escritores, mas um pouco mais avançados no tempo que a poesia (essa muito vinculada à vida universitária, ou pré-profissional), e se articulam com o esforço eleitoral realizado através dos jornais e dos próprios mandatos eletivos. São exemplos “As eleições da província do Maranhão, em 1842, sob a presidência do dr. Venâncio José Lisboa”, impresso em São Luís, 1843, de autoria de Cândido Mendes de Almeida (25 anos); “Discurso pronunciado na Câmara, na sessão de 30 de junho de 1879” de Filipe Franco de Sá, na Tipografia Nacional, no Rio de Janeiro, em 1879 (38 anos); “Um Presidente e uma assembléia”, de Gentil Homem de Almeida Braga e “Um ex-diplomata encadernado: protesto contra o livro grosso do dr. Conselheiro Paranhos”, ambos do mesmo autor e rodados na capital maranhense em 1862 e 1865, respectivamente (28 e 30 anos).

A temática política se arrefece muito entre os 41 e 50 anos de idade (3), provavelmente trocada pelos temas históricos ou pelas publicações profissionais do direito, menos “mundanas” e mais afeitas à personalidade consagrada do “intelectual”. Um exemplo de publicação política tardia, consignada no pretenso desligamento do concurso eleitoral, afastada do ataque a indivíduos e “grupos”, e voltada para a interpretação da “cultura política” e do estado, é o “Jornal de Tímon”.

Foi organizado no formato livro (“oitavo francês”) em 1858/59, quando seu autor já contava com 46 anos de idade. Através dele, João Francisco Lisboa se coloca como um “crítico do sistema político e social”, proposta essa enfatizada por seus biógrafos: “João Francisco Lisboa dá ao seu jornal uma impressão do que era a vida política na sua província, nos costumes *Partidos e Eleições no Maranhão* em voga e dos processos usados, sem, contudo, penetrar na vida privada da mesma [...]” (COSTA FILHO apud LISBOA, 1984, p.3) e “[...] ele se achava naquele estado especialmente propício a tudo ver, compreender e explicar, somente possível quando se atinge a liberdade interior dessa deliberação: nenhuma ideologia sistemática, nenhum partido, nenhum grupo, nenhum preconceito.” (LINS apud LISBOA, 1984, p. 7).

É preciso mencionar também que o ápice da produção bibliográfica da política” está entre os 31 e 40 anos (15), sendo progressiva antes (12) e decadente depois (3), o que está relacionado à década em que os agentes se articulam para a ocupação inicial/consolidação dos cargos de poder, notadamente os eletivos e administrativos, circunscrevendo, portanto,

genericamente, a produção escrita à concorrência entre eles.

Além disso, os gêneros e temáticas podem ser analisados ao logo do tempo:

Quadro 26 – Gêneros da produção escrita ao longo da circunscrição temporal da pesquisa, por deputado/década

Gênero/década	Pré-30	30/39	40/49	50/59	60/69	70/79	80/89	90/99	00/09	10/19	20/30	Pós-30	I.	Total
Setorial	1	5	9	13	26	21	13	12	18	38	13	5	24	198
Generalista	1	-	2	-	1	4	2	1	2	-	2	2	9	26
Literatura	-	5	5	15	40	14	10	6	6	11	16	2[3 5]	22	152
Biografias/eventos históricos	-	-	-	3	7	7	1	3	7	11	8	6	6	59
Memórias pessoais	-	-	-	-	-	2	-	2	-	2	1	1	-	8
Não identificado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Total	2	10	16	31	74	48	26	24	31	57	26	16	62	444

Fonte: Coutinho (1981), e outros

Dividindo-se os gêneros e temas por década, constata-se a frequência/intermitência dos mesmos ou seu completo abandono. Essa circunstância indica que em determinadas épocas, certas abordagens da divulgação do pensamento/trabalho político eram tidas como legítimas e, ou, em outras não, e isso por uma série de fatores, a rigor vinculados à criação/expansão de organizações que demandam a produção escrita ou mesmo a pré-especialização profissional das décadas de 1920/30.

As biografias e os textos sobre história surgem a partir de 1850 e se mantêm mais ou menos estáveis até o final da década de 1870, quando diminuem bastante. Particularmente, nesse primeiro momento, as biografias estão vinculadas à inter-consagração de agentes vivos ou que pereceram há pouco tempo, mas sempre contemporâneos dos biógrafos e com repercussão política/“intelectual” direta.

É o caso da “Notícia acerca da vida e obras de João Francisco Lisboa” (LEAL, 2012), aposta no primeiro volume das “Obras de João Francisco Lisboa”, de 1864; do “Pantheon maranhense”, de 1873-75, e da “Biografia de Antônio Marques Rodrigues”, editada, como o anterior, na Imprensa Nacional portuguesa, em Lisboa, no ano de 1875. Todas elas da lavra do deputado-escritor Antônio Henriques Leal, ou ainda a “Notícia biográfica de Antônio Joaquim Franco de Sá”, em “Poesias”, livro póstumo de autoria do

biografado, editado por seu irmão, Filipe Franco de Sá na tipografia de Belarmino de Mattos, em 1867.

Ressurgem com maior ênfase na década de 1900, mas desta feita distantes no tempo e no espaço dos biografados (figuras que morreram há duas, três décadas, ou que não fazem parte do círculo próximo dos biógrafos) ou ainda explicitamente sobre políticos contemporâneos, em ambos os casos, com uma indisfarçável tentativa de vinculação ou pertencimento de seus autores a “tradições” literárias ou políticas.

Nessa seara, podem ser mencionados os seguintes casos: “Jubileu de Ruy Barbosa”, impresso inicialmente na Tipogravura Teixeira, em São Luís, em 1918 e uma segunda vez no Rio de Janeiro, em 1926; “Memórias sobre João Francisco Lisboa” e “Memórias sobre Pedro Lessa”, ambas da década de 1920, todos escritos por Clodomir Cardoso. Igualmente, o livro “Gomes de Castro, Benedito Leite e Urbano Santos”, de 1939, cuja autoria pertence a Arthur Quadros Collares Moreira, e “À memória do Doutor Benedito Pereira Leite”, de Antônio Baptista Barbosa de Godois, rodado em São Luís em 1905.

As biografias estão relacionadas a uma aproximação do autor (biógrafo) com uma autoridade “política/intelectual” (biografado), num processo complexo de legitimação (COLLOVALD, 1999) através da “herança” em que o primeiro se habilita através do segundo em determinado domínio. Segundo Miceli (2012, p. 83):

[...] as memórias e as biografias revelam certas experiências mediante as quais os intelectuais, mesmo sem o saber, buscam justificar sua “vocaçãõ”, ou melhor, se empenham em reconstruir as circunstâncias sociais que, no seu entender, se colocam na raiz de suas inclinações para as profissões intelectuais.

Nesse ponto há uma tentativa de captura, criação e recriação do “carisma/imagem” de quem foi objetivado pela biografia, mobilizando assim capitais políticos/sociais, com a formação de uma “herança política” e seu pertencimento a ela:

A ambigüidade entre o caráter extraordinário e efêmero do líder e o uso da sua ‘imagem’ em nome de uma ‘tradição política’ emerge em vários momentos históricos. Ademias, convivem e disputam agentes que se sustentam na combinação e triagem de diferentes princípios de legitimação dessa sucessão. (GRILL, 2008, p. 153)

O perfil biblio-biográfico notadamente político do final do século XIX e início do XX está relacionado a um contexto de modificação da estrutura eleitoral a partir do advento da República, com a inclusão de um gigantesco número de partícipes no mercado político, através do voto não-qualificado (sem exigências materiais) e direto (sem intermediários oficiais para a definição do candidato a ser escolhido). Esse fenômeno, como observou

Phélippeau (2001), conduz à superação gradual dos mecanismos “tradicionais” de definição dos vencedores, conforme a lógica dos “notáveis” para a dos “profissionais” e, portanto, o especializado em detrimento do amador. Para a produção escrita a nível nacional, Miceli (2012, p. 15-16) entende que:

Esse período – situado entre o desaparecimento da geração de 1870, por volta de 1908-10, anos da morte de Machado de Assis e Joaquim Nabuco, e a eclosão do movimento modernista em 1922 – constitui aos olhos dos historiadores e críticos literários uma espécie de *intermezzo* que designam como o pré-modernismo [...]. O termo pré-modernismo constitui um recurso político dos modernistas com o qual dataram os detentores da autoridade intelectual na década de 1920: seriam os epígonos das escolas dominantes no final do século XIX, os deserdados das grandes causas políticas – como, por exemplo, a Independência para os românticos, o abolicionismo e o movimento republicano para a geração naturalista -, os importadores otimistas das escolas européias periféricas ao simbolismo, os descristianizados.

Apesar dos slogans apresentados pelos autores, ao menos no caso do Maranhão e daqueles que foram parlamentares, a produção do gênero literário aumentou nessas décadas (6 e 11), bem como no setorial (18 e 38).

As publicações com temática jurídica também acompanham esse crescimento, já que, após surgirem de forma expressiva na década de 1860 (4) e se manterem estabilizadas até a de 1900 (6, 4, 4, 6), saltam para quase o dobro na seguinte (11), para praticamente desaparecerem depois (5 e 1). De fato, os agentes políticos são, conforme demonstrado, em ampla maioria formados em Direito, e não só isso, exercem as profissões jurídicas concomitantemente à ocupação de mandatos eletivos. Nem sempre, porém.

O grande número de publicações entre 1910-1920 (11) não é de agentes que realizam esse trânsito, mas daqueles que, no passado, ainda jovens, venceram eleições, mas converteram seus capitais para as carreiras do direito e progrediram, em especial na magistratura. Estão nos tribunais superiores do Rio de Janeiro ou advogando na capital do país, e é lá que editam seus livros, sujeitos, portanto, quase principalmente às articulações de poder no Judiciário. Pode servir de exemplo a maior parte da obra de Augusto Olympio Viveiros de Castro, consignada nos seguintes títulos: “Tratado dos Impostos”, com duas edições, em 1901 e 1910; o “Tratado de Sciencia da Administração e Direito Administrativo”, com três edições: 1906, 1912 e 1914; “De l’expropriation à cause de l’utilité publique” e “Devoirs, droits e responsabilité des fonctionnaires publiques”, ambas impressas em Bruxelas, no ano de 1910; “A Nova Escola Penal”, de 1913; “Estudos de Direito Público” e “Direito Público e Constitucional”, os dois de 1914, e o “Curso de Direito Internacional Privado” de 1920.

Ora, a partir da década de 1920/30, a crescente profissionalização – ainda que lenta – tanto da política quanto das carreiras jurídicas, pode ter retirado do quadro, na fase final do lapso temporal selecionado, a produção escrita do direito, pois seus autores já não têm mais investimentos político-eleitorais frequentes (e, portanto, não figuram na população de deputados-escritores), o que explicaria a diminuição do número de títulos nesse período.

O gênero literário merece uma observação mais cuidadosa. Sem a presença de Viriato Corrêa, a partir do ano de 1900, e pelas três décadas seguintes, ele é instável e decadente, com os seguintes número sequenciais: 4, 6, 2. Ao reverso, a produção particular do deputado-escritor é exponencial, mais que dobrando em cada uma delas: 2, 5, 14. A soma, por isso, é progressiva (6, 11, 16). Não é mera questão de números.

Viriato Corrêa, especialmente na década de 1920, publica no Rio de Janeiro, em um jogo de desengajamento do Maranhão e vinculação com um tipo de produção escrita pré-comercial, que se configurará melhor no decênio seguinte. Na década de 1910-19, Dunshee de Abranches edita 12 livros sobre o tema das “relações internacionais”, mais ajustados, porém, a uma tentativa de progressão nos quadros governamentais a partir da configuração de um perfil “especialista” em direito internacional e correlatos, o que é confirmado por outras estratégias que implementa na época.

Possivelmente pleiteasse uma secretaria ou ministério na área, mas o máximo que conseguiu foi chefiar, em setembro de 1929, a delegação brasileira enviada à solenidade de lançamento da pedra fundamental da basílica de Santa Teresinha, em Lisieux, na França, onde foi um dos oradores oficiais. O número elevado de títulos, porém, não altera a progressão do gênero setorial nesse período cronológico, que, mesmo sem sua participação, conservaria o quadro.

Quer-se dizer que Viriato Corrêa e Dunshee de Abranches, ainda que produzindo quase ao mesmo tempo, respondem a necessidades diferentes, ou, pelo menos, começam a fazê-lo naquele início avançando de século. Também por isso que as publicações do primeiro pós-1930 não são computadas ao número total de livros, sendo apenas indicadas entre colchetes, na casa respectiva: “[35]”.

Sobre os escritos médicos, esses começam mais cedo e escasseiam a partir da década de 1880, com 4 na década de 1850, 3, 2 e 2 nas seguintes, pausa entre 1890-99, 1 e 1 nas posteriores e novo desaparecimento. Não que os formados em medicina abandonassem o concurso eleitoral, mas talvez a opção principal fosse o abandono da escrita após a consolidação da carreira política. Manoel José Ribeiro da Cunha, por exemplo, formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia. “O Correio Medico de Lisboa (1874)”, periódico

quinzenal, em seu número 19, de 21 de agosto de 1874, informa ter recebido um “Livro de medicina brasileiro”, com a seguinte nota:

Com o título de – Observações de clinica cirurgica e estudos sobre a pathogenia do beri-beri – foi nos remetido pelos seus auctores, da Bahia um livro ahi publicado pelos Sr.s Manuel José Ribeiro da Cunha e Antônio José Pereira da Silva Araújo. Agradecemos e daremos na obra extensa noticia logo que tenhamos acabado de a ler. (O CORREIO MÉDICO DE LISBOA, 1874, s/p)

Consta que Ribeiro da Cunha e seu colega estavam no 6º ano do curso quando o publicaram. Além desse, o maranhense escrevera outros dois livros, todos durante ou logo após a conclusão da graduação, e foram os seguintes: o “Calor animal: qual o melhor tratamento da hypoemia intertropicil?”, impresso na Bahia, no mesmo ano e circunstâncias que o anterior, e “Nota sobre a esclerose difusa dos centros nervosos”, rodado em São Luís, em 1882. Se as publicações param neste momento, a carreira política progride bastante. Ele ocupou quatro mandatos no parlamento maranhense e mais dois na Assembleia Geral do Império, entre 1886-89.

Os escritos sobre economia surgem entre os deputados-escritores na década de 1850 (1), a rigor centrados no tema do escravismo/modernização da lavoura, e permanecem estáveis, com números mais ou menos parecidos, até o final (média de 1,8 por década). Há uma interrupção na década de 1890, provavelmente em razão das transformações operadas ali. Isso porque, a partir da Abolição, de 1888 a 1895, são inauguradas praticamente todas as grandes têxteis maranhenses, havendo uma grande reconversão de capitais econômicos do setor agrário para o industrial. As leituras que os próprios agentes envolvidos fazem sobre isso – de acordo com as posições que passaram a ocupar – começam a surgir por volta de 1910 e se estendem até os anos 1950.

Entende-se que, ao contrário do afirmado por Viveiros (1954), os “agricultores” de cana-de-açúcar da região do Pindaré-Mearim e oeste maranhense, assim como os de algodão do Itapecuru, percebendo a perda de lucratividade que essas culturas sofreram com o fim do trabalho escravo, transferiram-se para indústria de processamento da fibra de algodão (e outras nativas), o que se relaciona também com uma mudança no perfil desses segmentos, a partir de então essencialmente urbano, inclusive para os parlamentares. Viveiros (1954, p. 558) escreve quase sessenta anos após o início da atividade fabril, na década de 1950, articulando-a ao discurso da “Decadência”. Sua proposta é que o “lavrador” fixara-se em São Luís para se deixar “[...] arrastar na vertigem das fábricas [...]”, todos se tornando uma “[...] vítima da loucura da época – transformar o Maranhão agrícola em Maranhão industrial”.

No entanto, Cândido Ribeiro (1925), um dos protagonistas industriais do final do Oitocentos, avalia que os investimentos nesse setor foram estimulados por uma “[...] distribuição de dividendos verdadeiramente assombrosos [...]” pela “Industrial Caxiense” e depois dessa pela “Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense”, que são os primeiros empreendimentos do gênero, nas cidades de Caxias e São Luís, respectivamente. Além disso, uma parte dos que reconverteram capitais econômicos das lavouras para as têxteis já possuíam um *know-how* industrial, adquirido com os engenhos mecanizados (NEVES, 2011) cuja figuração mais expoente é o “Engenho Central São Pedro”, em Pindaré, região que fora objeto dos trabalhos do deputado-escritor Fernando Luiz Ferreira.

O caso de Eurico Telles de Macedo (1947) e seu livro “O Maranhão e suas riquezas” corrobora a visão de Cândido Ribeiro. A esse tempo, algumas fortunas se dissipavam com o fim da escravidão e a perda das posições de liderança política por agentes de algumas das tradicionais famílias que se articulavam no poder durante o Império, como a de Carlos Fernando Ribeiro, o Barão de Grajaú. Todavia, Macedo entende que a passagem para a República foi, para o Maranhão um período de “renovação” em suas estruturas produtivas e culturais: “Registra-se um período áureo da história do Maranhão, que pôde ser fixado nos últimos anos do Império e primeiros da República, em que se desenvolveram fortemente a indústria, o comércio e, mesmo as letras” (MACEDO, 1947, p. 58).

A oposição de Viveiros (1954) ante os demais agentes, e sua opção crítica da indústria está fundada na própria trajetória pessoal e familiar. Ele é descendente dos principais quadros políticos do Maranhão oitocentista, os senadores do Segundo Reinado, Jerônimo José de Viveiros, fundador da “Fazenda São Maurício” na região de Alcântara e José Francisco de Viveiros, o Barão de São Bento, abastados lavradores e comerciantes que não têm investimentos significativos na montagem das unidades industriais da capital e de Caxias/Codó. Nas primeiras décadas do regime republicano, os agentes vinculados à “família” Viveiros perdem posições de liderança política/institucional, e o próprio Jerônimo vai ocupar lugar subalterno na hierarquia do Estado:

Ficando órfão de pai aos dois anos de idade, Jerônimo foi criado em um ambiente extremamente conservador e, em São Luís, iniciou o caminho das letras através de professores particulares, passando pelo Colégio Nossa Senhora da Glória, até a chegada ao Liceu maranhense.

Decidindo-se pelo Curso de Direito, viajou ao Rio de Janeiro para ingressar, sem maiores dificuldades, no Curso de Direito da então capital federal. Devido à fragilidade da saúde de sua mãe, teve que abandonar o curso, a essa altura no terceiro ano, para retornar ao Maranhão.

Estava com 22 anos quando se decidiu pelo magistério, como sendo uma das alternativas disponíveis para um jovem inteligente e amante das letras. (JORGE, 2007, s/p)

Isso tem a ver com uma estratégia familiar operada justamente nas primeiras décadas do século XX, identificada por Miceli (2012) para aqueles agentes que se engajam na produção escrita num ambiente de alargamento do mercado de postos na Administração Pública, circunstância em que estava Jerônimo de Viveiros – e os Viveiros:

Para aquelas famílias em declínio que ocupam uma posição em falso em virtude do desequilíbrio entre o capital material dilapidado e o capital social disponível, a única possibilidade de reconversão depende das possibilidades de fazer valer o capital de relações sociais – em especial em conjunturas estratégicas como a educação dos filhos, a “escolha” dos cursos superiores, o casamento, a nomeação para cargos públicos etc. –, por ser o único com que ainda podem contar para escapar a um rebaixamento social ainda maior. Não obstante, qualquer que seja a maneira como essas famílias lançam mão da rede de prestações e contraprestações que essa espécie de capital lhes proporciona, tais estratégias não conseguem devolver a essas famílias sua posição social anterior. (MICELI, 2012, p. 23).

Macedo (1947), também aduz que essa mesma indústria se encontrava fragilizada nos anos 1940, tanto pela perda de mão de obra no campo, que se desviava das lavouras de açúcar e algodão para o emergente e vigoroso extrativismo de babaçu a partir de 1914, quanto pela crítica falta de infraestrutura de transportes fluvial, marítimo e terrestre, além da má administração estatal alfandegária.

Ora, se por um lado a transição do capital econômico, tanto profunda quanto célere no período 1890-00, revestida de grandes desafios para seus detentores (muitos projetos industriais atrasaram, demandaram somas maiores que as previstas ou não ainda foram mesmo concluídos em razão da desvalorização da moeda) pode explicar a ausência de publicações econômicas pelos parlamentares, por outro, a elevação da década de 1910-14 pode ser consequência do indicado pelo próprio Macedo, através do surgimento de uma terceira estrutura produtiva, de produção de óleo da palmácea mencionada para o atendimento das necessidades oriundas da Primeira Grande Guerra.

As publicações de “geografia” fazem parte das estratégias de aproximação com o aparato estatal através de uma produção “técnica” de “descoberta” do território. São por isso mais numerosas no auge institucional do Segundo Reinado, entre 1850/70 (2, 4, 2 e 2), e tem a haver com o esforço da produção escrita voltado para a construção ideológica e a participação política (eleitoral/administrativa) do e no estado nacional, especialmente através do IHGB e forças armadas. Um dos livros mais característicos desse período é o “Atlas do Império do Brasil - compreendendo as respectivas divisões Administrativas, ecclesiasticas, Eleitoraes e Judiciárias”, de 1868, da lavra do deputado-escritor Cândido Mendes de Almeida.

Ele mede 45x35 cm, com mapas e 36 páginas de textos organizados em coluna, à fisionomia dos periódicos. Contém dedicatória ao Imperador e é “destinado à Instrução Publica do Imperio”, guardando introdução e explicações sobre as divisões territoriais. São 27 mapas coloridos – uma técnica inovadora para a época – de grandes proporções, de escalas variadas, e em gradação: do primeiro, mapa-múndi, até a Carta do Império, províncias e o “Município Neutro”, o Rio de Janeiro, sede da Corte Imperial. O Brasil está dividido em dioceses, províncias e distritos eleitorais. Legendas e notas testam o conhecimento do leitor.

Uma subdivisão interessante é a “Província da Pinsonia”, um projeto político de Cândido Mendes não realizado, que gerou um livro de mesmo nome (“Pinsonia, ou, A elevação do territorio septentrional da provincia do Grão-Para á cathegoria de provincia com essa denominação: projecto, defeza, e esclarecimentos”), editado em 1873 e apresentado aos membros da “Commissão de Estatistica da Camara dos Deputados com os esclarecimentos do autor em favor do projecto n. 48 de 1853”. O conteúdo do documento foi assim descrito: “Creação da provincia de Oyapockia – Provincia de Pinsonia: projecto (extrahido do Atlas do Imperio do Brazil – Detalhes historicos sobre os povoados do territorio da provincia em projecto.” (MENDES, 1873)

O “Atlas” possui ainda cartas e rotas de viagens dos Descobrimentos (América e Brasil), figurações dos principais acidentes geográficos e plantas das capitais das províncias, incluindo tabelas e informações sobre as divisões político-administrativas. Um dado relevante é o traçado das fronteiras terrestres nacionais internas, já que, naquela época, existiam litígios relevantes entre as províncias (entre o Pará e o Maranhão, por exemplo, pelo território de Turiaçu) e, externamente, apenas o Uruguai possuía limitação bem definida em face do Brasil. Notória também a circunstância da Guerra do Paraguay, posto que o livro entrou em circulação no momento em que o conflito virou à favor da Tríplice Aliança. A separação entre o Império e aquele país, no “Atlas”, estava configurada numa proposta brasileira rejeitada pelo governo paraguaio antes da conflagração. Essa publicação, monumental, trazia explícita a pretensão de construção do ideal nacional, a partir do sistema de ensino:

Ao dedicar seu atlas à Instrução Publica do Imperio com especialidade á dos Alumnos do Imperial Collegio de Pedro II, de certa forma Cândido Mendes apostou na capacidade da linguagem cartográfica em criar uma imagem do espaço brasileiro de forma a consolidar os limites que foram por ele propostos. Afinal, é através dos mapas que os limites são definidos, traçados e passam a ter sua existência material. Desse intento deixa vestígios no texto introdutório do atlas quando enuncia: “Sem duvida he nobre e bello pôr nossa intelligencia e nossa penna ao serviço da Patria que idolatramos, maxime quando o fim he instruir cidadãos, que no futuro possuem collocar os destinos da nossa nacionalidade em firme, eminente e glorioso pedestal [...]”. (GUERRA; SANTOS, 2011, p. 3)

Não menos interessante é o fato de que ele foi impresso em 1868, e seu autor logrou vencer o pleito eleitoral para a Assembleia Geral do Império naquele mesmo ano, assumindo o mandato em 1869, na 14ª legislatura, após quase uma década afastado dessa casa legislativa. Não só, concorreu ao senado pelo Maranhão em 1870, compondo a lista tríplice com Izidoro Jansen Pereira (filho de Ana Jansen, com quem Cândido Mendes já se envolvera no entrevero do Teatro São Luís), deputado-geral não-escritor, e Fábio Alexandrino de Carvalho, deputado-escritor. Foi o mais votado. Contudo, independente disso, por exigência constitucional, o Imperador detinha de discricionariedade para a escolha de quem tomaria posse da vaga. Nesse caso, escolheu Cândido Mendes.

Esse tipo de escrito, entre os parlamentares maranhenses, decresceu nos últimos anos do Império e primeiros da República⁹¹ (1 e 1 entre 1880 e 1899), em tal fase com o Maranhão e São Luís por temática. São da lavra de um deputado-escritor sem projeção nacional – política e “intelectualmente” – co-fundador da Academia Maranhense de Letras: José Ribeiro do Amaral. Ele é tratado como “professor” por Coutinho (1981), em razão de ter sido essa uma de suas principais atividades.

Há um grande esforço de seus biógrafos em demonstrar a “intelectualidade inata” dele, e o próprio Ribeiro do Amaral parece ter se dedicado a isso. Não se encontrou referência à formação acadêmica, e se pressupõe mesmo que ela não tenha existido. Mais grave ainda, pois, na época em que deveria ingressar e se consolidar nas carreiras profissionais (30 anos), últimas décadas do século XIX, esse critério já era um elemento definidor da ascensão às principais instâncias de poder.

Sintomático é o fato de que, quando institui a cadeira nº 11 da Academia Maranhense de Letras, escolhe como patrono o deputado-escritor João Francisco Lisboa, que não tinha diploma universitário, mas, apesar de parlamentar e advogado provisionado em vida, fora “(re)habilitado” como “historiador” e “jornalista” pelos agentes letrados contemporâneos de Ribeiro do Amaral.

A simbologia de Lisboa na verdade o cerca: sabendo ter ele se notabilizado pelo “Jornal de Tímon” na fase final da vida e destinado boa parte de sua produção escrita às folhas dos periódicos na juventude, talvez por isso Ribeiro do Amaral organizara a maior coleção particular de jornais antigos em sua época, além de uma vasta biblioteca de obras raras, elementos também definidores do domínio do saber erudito:

⁹¹ Há outros, de agentes que não ocuparam as cadeiras da Assembleia Legislativa (Congresso do Estado do Maranhão), como os de Fran Paxeco (“O Maranhão: subsídios históricos e corográficos”, 1912) e Raimundo Lopes (“O torrão maranhense” e “Uma Região Tropical”, ambos de 1916).

[...] foi, por seguidos anos, o zeloso possuidor da maior coleção de jornais antigos do Maranhão, a contar do primeiro deles, O Conciliador (1821). Morto o mestre, sua família vendeu a coleção ao Estado do Maranhão, que a transferiu para o acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite. [...] A par da portentosa coleção de jornais, possuía verdadeiras preciosidades bibliográficas, certamente a muito custo adquiridas em grandes centros, e trazidas para o Maranhão, sendo hoje desconhecido o paradeiro dessas raridades. (ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS, 2015e, s/p)

João Francisco Lisboa nasceu no baixo Itapecuru, região de Pirapemas, no dia 2 de março de 1812, falecendo em na capital portuguesa a 26 de abril de 1863. Seus restos mortais chegaram a São Luís em maio do ano seguinte, e enterrados na capela-mor da Igreja do Carmo, depois mudados para o Cemitério Municipal, chamado popularmente do “Gavião” em razão de uma quinta com esse nome, onde foi construído.

Desde a fundação da Academia Maranhense de Letras em 1908 que Ribeiro do Amaral e outros próximos a ele planejavam organizar um evento de celebração do centenário de João Lisboa, que se daria dali a quatro anos. Viriato Corrêa, conterrâneo de cidade e eleitorado, é quem foi o autor do projeto de lei apresentado na Assembleia Legislativa para o financiamento da estátua (sem a base), apenas um ano antes daquela pretendida festividade.

Com efeito, foi aprovado, mas a peça em questão não ficou pronta a tempo. Por isso, Ribeiro do Amaral teve que fazer seu discurso de homenagem à beira do novo local onde foram assentados os despojos de João Francisco Lisboa: defronte à mencionada Igreja do Carmo, exatamente onde seria alocado o monumento.

Nesse ato fez-se presente o governador Luiz Domingues. Encontrou-se referência em Coutinho (1981) a um deputado não indicado como escritor chamado “Domingues da Silva”, no Entresséculos. É possível que se trate do mesmo que ora chefiava o Poder Executivo maranhense entre 1910-1914. Luiz Antônio Domingues da Silva nasceu em Turiaçu no ano de 1860 e morreu em São Luís em 1922. Era formado em direito e foi deputado geral no final do Segundo Reinado⁹².

⁹² Apurou-se, em momento final da tese, que de fato, Luiz Antônio Domingues da Silva era mesmo deputado-escritor. Nascido na cidade de Turiaçu, em 1862, foi neto paterno (homônimo) de ministro do Supremo Tribunal de Justiça, sendo também sobrinho de um dignatário do Império, o Barão de Tromahy (Tromaf), Luiz Antônio de Oliveira Júnior. Um irmão, José Domingues da Silva, presidiu o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Luiz Domingues cursou direito na Faculdade do Recife, formando-se em 1883. Foi iniciado na política pelo próprio Barão de Tromahy, tendo redigido os periódicos “O Abolicionista”, “A Cruzada” e a “Revista Acadêmica”. Elegeram-se deputado provincial pelo Partido Conservador logo após perder o pleito para a Assembleia Geral do Império, imediatamente após retornar da capital pernambucana. Conseguiu, em 1886, ser sufragado deputado geral e ao mesmo tempo provincial, exercendo mandato até 1889. Foi presidente da Assembleia Provincial do Maranhão. Em 1892 conseguiu nova delegação para a deputação nacional, ao lado de Benedito Pereira Leite. Reeleito até a legislatura de 1909-11, tendo renunciado para ocupar o cargo de governador do Maranhão, até março de 1914. Disputando novo escrutínio, elegeu-se deputado federal em 1915, e reeleito até 1921-23, tendo falecido antes do término do mandato. Sua esposa, Aureliana de Viveiros

Em 1º de janeiro de 1918, pela Imprensa Oficial do Maranhão, a Academia Maranhense de Letras fez circular “João Lisboa” (ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS, 1918), um “Livro comemorativo da inauguração da sua estátua, contendo estudos críticos de vários autores”. Livro e estátua conheciam o público naquele dia.

Ocupava então o cargo de “Presidente do Estado” (governador) o já mencionado Antônio Brício de Araújo Júnior, deputado na Assembleia Legislativa, mas que não escrevera, irmão de Urbano Santos da Costa Araújo, por sua vez Presidente da República interino no ano anterior e que no final daquele assumiria a pasta da Justiça e dos Negócios Interiores.

Pois na primeira página do volume existe uma mensagem de Antônio Brício, datada de 16 de novembro de 1917, ao presidente da Academia Maranhense de Letras, o próprio Ribeiro do Amaral:

Ilm. sr. professor José Ribeiro do Amaral, digno presidente da Academia Maranhense de Letras

Tenho o maior empenho em que seja um dos primeiros actos da minha administração do estado a entrega da estátua de João Lisboa à Academia Maranhense.

O meu govêrno não medirá sacrificios, se houvesse dêle mister, para a instalação da referida estátua, no lugar que lhe compete na mais frequentada das nossas praças, por isso que êle, o grande publita, cuja figura a arte perpetuou no bronze, constitue um exemplo sublimado e sedutôr, ostentando às gerações presentes e porvindoiras.

A Academia Maranhense, porém, é, por todos os titulos, o mais legítimo repositório das nossas gloriozas tradições intellectuais, e a ela cabem, directamente os estremos de carinho que se devem reflectir na concêção artistica do pedestal da estátua e na pompa de sua instalação, rezervando-se o estado o dever de solenizar e auxiliar pecuniariamente o gesto altamente patriótico da Academia.

Para a consecução desse ideal comum dos maranhenses, pôde, sr. prezidente, a Academia Maranhense de Letras contar, desde já, com todo o meu apoio público e particular e com os aplauzos do govêrno do estado.

Com distinta consideração, vosso patricio, admiradôr e amigo respeitador.

Antonio Bricio de Araujo. (ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS, 1918, p. 3-4).

Coqueiro, era filha de João Antônio Coqueiro, também maranhense, engenheiro e diretor do Colégio Pedro II, na capital federal, entre 1901 e 1905. Dentre suas publicações estão: “Ensino agrícola – discurso na Assembleia Provincial do Maranhão”, de 1885; “Casamento civil e divórcio”; “Aos meus amigos mineiros – discurso no banquete oferecido à bancada mineira”, “Elementos para a resposta da Comissão da Câmara dos Deputados ao senador Rui Barbosa”, “Carta aberta ao general Pinheiro Machado sobre o empréstimo externo do Maranhão”, “Dois anos de governo (1910 - 1911)” São Luís, Imprensa Oficial, 1912 e “Atos e fatos”, São Luís, Imprensa Oficial, 1912. Publicou ainda uma “Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo de Maranhão”, São Luís, Imprensa Oficial, 1912. Sua trajetória não foi incluída na contabilização por mera questão procedimental, mas seu perfil se ajusta ao dos demais deputados-escritores, e sua inclusão não alterará significativamente os dados apresentados. A “descoberta” tardia se deu em razão do desrespeito dos biógrafos quanto à grafia de seu nome, originalmente “Luiz”, e modificada subjetivamente para “Luís”, o que dificultou a busca nos modernos leitores virtuais de periódicos digitalizados, além de referências como “Domingues da Silva”, que embargaram, nos anais impressos, a associação com o “nome político” do mandatário: “Luiz Domingues”. No mais, as referências biográficas, no seu caso, normalmente seguem em caminho inverso ao dos demais deputados-escritores, ocultando sua produção escrita e enfatizando o trabalho político.

Tal declaração encerra quase integralmente a cosmovisão desse segmento “político-intelectual” regional a respeito de si, de sua produção cultural, do que é o estado, e da comunhão naturalizada entre todos eles. Com efeito, Antônio Brício reconhece a existência de uma “tradição” maranhense “gloriosa”, da qual a AML, com apenas dez anos de fundação, era o “legítimo repositório”.

Nesse sentido, o intercâmbio com a Administração Pública, figurada na futura solenidade de inauguração do monumento, faz da Academia Maranhense de Letras quase uma agência estatal, homologada através de um “ideal comum dos maranhenses”. Inclusive, é destinatária de recursos públicos em função do “gesto altamente patriótico” de elaboração do pedestal onde seria fixada a figura de João Lisboa (retratado segurando um periódico).

O sistema republicano, em termos jurídicos, já pressupunha uma gestão “impessoal” – talvez principalmente – na matéria orçamentária, sob as fiscalizações dos recém-criados Tribunais de Contas. Mas, isso parece ser pouco relevante quando a comunicação é estabelecida a partir de um “[...] patricio, admiradôr e amigo respeitador”, ao menos para o caso daquele estranho quase-obelisco:

Figura 10 – “Maranhão, estátua de João Lisboa”⁹³



Fonte: Acervo de coleção particular

A organização da solenidade de inauguração do monumento ficou a cargo da Academia Maranhense de Letras, e lá novamente estava José Ribeiro do Amaral como seu presidente. Tinha consigo os acadêmicos Domingos Quadros Barbosa Álvares (deputado-escritor), Alfredo de Assis, Godofredo Mendes Viana (advogado, governador e senador), Fran Paxeco, Justo Jansen (cunhado do deputado-escritor Antônio Jansen de Matos Pereira), Antônio Baptista Barbosa de Godois (deputado-escritor), Inácio Xavier de Carvalho (havia um deputado-escritor, provavelmente parente próximo, Francisco Xavier de Carvalho) e Almeida Nunes.

⁹³ Cartão postal datado de 1928, emitido por C. A. Costa Ribeiro, Rua Ambrosina, n. 25. Coleção particular. Note-se que todo o conjunto tem, mais ou menos, a altura da copa das árvores e dos postes de iluminação pública. O escultor foi o francês Jean Marie Joseph Magrou (1869 - 1945), autor de várias peças tumulares e da estátua de D. Pedro II em Petrópolis – RJ, de 1910, e executada pela fundição “Jaboeue & Rouard”, de Paris, e os próprios mármoreis sepulcrais dele e da Imperatriz Thereza Christina na catedral de São Pedro de Alcântara naquela cidade. Tal como Lisboa, o Imperador também está sentado, recostado no braço esquerdo da cadeira, enquanto que o maranhense é voltado para o outro. A estátua de João Lisboa não só não ficou pronta com atraso, como também, no intervalo entre 1912-18, passou quatro anos acondicionada nos porões do Palácio dos Leões. A Pacotilha comenta isso, criticando também o pedestal onde foi posta: “Pobre João Lisboa! Dormiu nos corredores de Palácio quatro anos para ser emperiquitada numa droga daquelas! Que sina! [...]” (VIEIRA FILHO, 1971, p.111).

Contudo, a presidência do evento coube ao governador Antônio Brício de Araújo, ladeado pelo prefeito da capital – outro deputado-escritor – Clodomir Serra Serrão Cardoso, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça do Maranhão, o desembargador Lourenço Valente de Figueiredo (que presidia a Província do Piauí quando da instalação da República), o presidente do então Congresso do Estado, o deputado Carneiro de Freitas (não-escritor) e o bispo diocesano Dom Francisco de Paula e Silva (autor do livro “Apontamentos para a história eclesiástica do Maranhão”, de 1922) além de outras figuras. Em lugar de honra também estavam lá os netos e a filha de João Lisboa, Maria Lisboa Airlie⁹⁴.

José Ribeiro do Amaral, por delegação do governador, falou em nome do Estado do Maranhão, descrevendo e enaltecendo a bio/bibliografia do homenageado. Houve até mesmo a execução de um “Hymno a João Lisboa”, por um coral de 30 meninas regidas por Hermídia Soares, professora da Escola Modelo Benedicto Leite, com letra de Alfredo de Assis e música de Adelman Corrêa. No refrão, Lisboa é referido como “vulto”:

Seja sempre o teu nome que tanto
nos orgulha, nos enche de glória,
como as notas supremas de um canto,
dos que soem levar a vitória.

Sempre nele vejamos de um templo
consagrado ao trabalho e ao saber,
valoroso, bem vivido exemplo
que nos faça querer e poder.

Pela pureza do brilho
do teu vulto de eleição
Salve! Salve! Egrégio filho
da terra do Maranhão. (refrão)

A existência passaste-a lutando
pelas causas mais nobres e belas
nem de leve jamais te importando
tempestades e rudes procelas.

Desenganos, tristezas da vida.
recalcá-los soubeste no peito
sem parar um momento na lida
em que foste valente e perfeito.

(refrão)
Pena de oiro fazendo de clava
de templário sem par no valor
Foi-te a pena que mais se ilustrava
quanto mais se entregava ao labor.

⁹⁴ Henry Airlie era escocês, pai da esposa de João Lisboa, era rico comerciante, proprietário da firma Henry Airlie & C.^a, que depois seria uma das proprietárias da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil. Foi também cônsul do Reino Unido no Maranhão e um dos organizadores da Igreja Presbiteriana na capital maranhense.

E as grandezas que dela extraístes
 nos ficaram da Pátria no altar
 como o ouro que ao tempo resiste
 sempre novo e sonoro a brilhar.

(refrão)

Tens por isso da Pátria o gigante
 coração desbordando de amor,
 a louvar, ufanoso e constante
 do que foste o sereno esplendor.

A dizer o teu nome ao presidente,
 a levar o teu nome ao porvir
 como um facho de luz refulgente
 nos caminhos da vida a seguir!

(refrão) (WILSON, 2013, s/p)

José Ribeiro do Amaral também foi um dos criadores do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM, na década de 1920. O conteúdo de sua obra, realizada também por essa agremiação, é centrado na tentativa de demonstrar as peculiaridades de um Estado, àquela altura, completamente alijado do protagonismo econômico/cultural do país. Seu gênero de preferência é a escrita de história e biografias laudatórias. Veja-se:

“O conde d’Escragnoles” (s/d); “O Estado do Maranhão em 1896 - Obra composta à vista de um grande número de documentos, acompanhada da Carta Geral do mesmo Estado, bem como das plantas, dos rios Parnaíba e Gurupi, da Ilha do Maranhão, e da Cidade de São Luís em 1640 por ocasião da Invasão Holandesa, e em 1844, e publicada sob os auspícios do Exm^o Sr. Capitão-Tenente Manoel Ignácio Belfort Vieira, Governador do Estado”, São Luís, 1897; “Apontamentos para a história da Revolução da Balaiada na Província do Maranhão – Primeira Parte, 1837-1839”. São Luís, 1898; “Apontamentos para a história da Revolução da Balaiada na Província do Maranhão – Segunda Parte, 1839-1840”. São Luís, 1900; “Apontamentos para a história da Revolução da Balaiada na Província do Maranhão – Terceira e Última Parte, 1840-1841”. São Luís, 1912; “A fundação de Belém – ligeira resposta ao estudo histórico do Sr. Cândido Costa”; “Reivindicação histórica”, São Luís, 1916; “Limites do Maranhão com o Piauí ou a questão da Tutóia”, São Luís, 1919; “As revoluções do Segundo Império e a obra pacificadora de Caxias”. São Luís, 1922; “Efemérides maranhenses, 1^a parte – Tempos Coloniais”, São Luís, 1923. (ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS, 2015g, s/p)

É bem se notar que os maranhenses que publicam livros bem recepcionados nacionalmente estão no Rio de Janeiro, como Raimundo Correia, Graça Aranha, os irmãos Arthur e Aluísio Azevedo, Reis Carvalho, dentre outros. Viriato Corrêa também está mais próximo da “vida literária” carioca que da ludovicense.

Os escritos de José Ribeiro do Amaral podem ser classificados segundo a perspectiva da “Athenas”, definindo o Maranhão a partir de uma “nacionalidade regional” como território “rico” de recursos naturais e disputado por potências estrangeiras desde os tempos coloniais.

Tanto é assim que suas publicações podem ser divididas em duas fases: uma por ocasião da invenção do Maranhão como estado federado, a partir do advento da República, outra no contexto das comemorações dos 300 anos de “fundação” da capital, em 1912. Aliás, é ele o responsável pela construção ideológica da paternidade francesa de São Luís (LACROIX, 2008).

A partir de 1911 passa a publicar no Diário Oficial – órgão institucional, e, portanto, legitimador de suas interpretações – uma coluna intitulada “O Maranhão Histórico”, nas sextas-feiras. Dois artigos questionam as leituras tradicionais sobre a passagem dos franceses no século XVII, para afirmar que teriam fundado a cidade. Depois publica dois livros, o primeiro de apenas 15 páginas, a “Fundação do Maranhão”, pela Imprensa Oficial (órgão ao qual se vincula o Diário Oficial, e que editou o livro sobre a inauguração da estátua de João Lisboa) em 1911; e o segundo, com o mesmo título e maior, do ano seguinte, preparado especificamente para celebrar o “aniversário” da principal urbe e sede administrativa maranhense.

Se por um lado é lembrado que as tentativas de se criar uma simbiose entre São Luís e a França tem por fundamento alinhar, no plano ideológico/cultural, uma região muito periférica a outra que é das principais referências da “civilização” no mundo, conforme os conceitos oitocentistas europeus (LACROIX, 2008), é esquecido que essa ligação tem um propósito bem mais objetivo frente à ordem de poder estabelecida pelo governo central brasileiro: a legitimação republicana.

Com razão, porque a quase totalidade dos quadros de liderança política em São Luís na década de 1880 era “monarquista” e completamente cética de qualquer mudança na forma de governo. Tanto que a organização dos “movimentos republicanos” – mesmo muito frágil –, antes e imediatamente após o golpe militar de 15 de novembro de 1889, se dava no interior distante, na vila de Barra do Corda, a partir das ações de Issac Martins⁹⁵ e outros agentes até então secundários: “A Barra do Corda, tida como a capital dos altos sertões, tornara-se o centro propulsor de todo o movimento republicano destinado a assegurar naquelas regiões a vitória do novo regime nacional.” (MOURA, 1993, p. 198).

Assim, ao dizer que a capital maranhense era “francesa” de berço, afirmava-se igualmente ser republicana, tal a França da época, lembrada pela Revolução de 1789 como alegoria pelos próceres republicanos brasileiros, que organizavam marchas públicas cantando

⁹⁵ Isaac Martins dos Reis (1854 - 1898), promotor de justiça em Barra do Corda no ano de 1883, onde fundou o jornal “O Norte”, de divulgação do movimento republicano e ridicularização de adversários e monarquistas. Terminou defenestrado pelo governo provisório da República em razão da oposição que fez à Deodoro por ocasião da não-separação entre Igreja e Estado, no início do regime.

a Marselhesa (CARVALHO, 2010).

Quanto aos escritos da “história”, eles seguem o mesmo conteúdo programático descrito para a temática da “geografia”, envolvendo a construção do que seria a nacionalidade brasileira no Segundo Reinado e as “particularidades” maranhenses no início da República, sendo estável em número de publicações por todo o período.

A “temática política”, por seu turno, tem dois picos numéricos, em 1860-80 e 1910-20. No período específico do século XIX, aborda assuntos quase exclusivamente da pauta nacional (em virtude dos deputados-escritores estarem em fase de ocupação de cargos/mandatos desse nível) como a “Questão Religiosa”, o “aboliconismo”, “federação”, “república” dentre outros, mas havendo uma multiplicidade de autores, basicamente cada um com uma única publicação, ou no máximo duas.

Entre 1910-20 o objeto continua a ser os “interesses nacionais”, porém emanando as publicações de um único deputado-escritor, que está no Rio de Janeiro como deputado federal: João Dunshee de Abranches Moura. Nas outras décadas que a margeiam, o Maranhão surge como tema político nos livros enquanto “memória” das realizações de seus autores quando ocuparam cargos executivos, ou ainda para criticar o papel marginal que lhe coube na federação republicana.

Os embates eleitorais, humilhações, denúncias e correlatos conservam a prática de utilizarem os periódicos como veículo de excelência.

As publicações do gênero literário têm uma dinâmica peculiar. A “Poesia” é instrumento legítimo para os deputados-escritores entre 1860-80, progressivo antes e rapidamente decrescente depois, até desaparecer no século XX, talvez em virtude da “pré-especialização”, característica dessa época. Uma passagem de Dunshee de Abranches, criticando a si mesmo, mostra o lugar dela na interpretação da “história” e da “nacionalidade”, em especial quando do trabalho político (inclusive o informal).

Em 1888, foi cavalgar pelas primeiras horas da manhã com o então presidente da Província, o pernambucano José Moreira Alves da Silva, e mais um amigo. Quando estavam estacionados nas imediações do Outeiro da Cruz, deu-se a seguinte conversa:

E Anacleto Tavares, gracejando, recitou os dois primeiros versos de um soneto meu, em que dizia que, “nesse ermo descarnado, a página mais brilhante se encerrava da nossa independência...”

- Alto lá – bradou Moreira Alves, – até aí não vai a liberdade poética. Fazer de aventureiros, que em meados de 1600 vieram explorar este Brasil precursores da nossa redenção política, é insultar os manes do nosso Alferes Tiradentes!

Diante desse ataque sarcástico do Presidente, ia justificar-me alegando que tão grave cochilo histórico fora cometido aos quatorze anos, quando compusera tão absurdas estrofes. (MOURA, 1993, p. 27)

As “letras” e “crítica literária” ficam praticamente adstritas ao século XIX, com predominância entre as décadas de 1850-70, em especial por causa dos livros de Sotero dos Reis. Trabalhos esparsos como o “Novo glossário das palavras viciosas introduzidas no Português e outras que a necessidade reclama”, impresso em São Luís no ano 1880, cujo autor é Frederico José Corrêa, o mesmo de “Um livro de crítica” contribuem para os números apresentados.

A prosa (ficcional ou não), ao contrário da poesia, é tida como um “gênero amadurecido”, própria do perfil equilibrado, inclusive no trabalho político. Provavelmente por isso é que se mostra estável na maior parte do período, à exceção dos anos iniciais em que aparece, entre 1860-70, com quantidade bem superior às demais. Isso pode indicar que a valoração de tal tipologia para a definição da “Notável” fosse maior nessa década. No mesmo sentido estariam as traduções, enquanto que o teatro parece misturar os elementos sociais da prosa e da poesia.

No particular, a escrita frente à notabilização dos agentes (políticos) está bem demarcada na obra de Coutinho (1981) através da seleção e classificação de “personalidades”, cuja dedicação maior do biógrafo pertence àqueles que escrevem, em especial no formato livro. É o que se conclui, por exemplo, através do “vulto”. Segundo o Dicionário Houaiss (2008, p. 866), a expressão pode ser definida como:

Vulto. s.m. **1 aparência:** ar, aspecto, exterior (idade), feição, perspectiva, porte, sinal <o v. altivo dos avós> **2 corpo:** aspecto, conformação, corporatura <um deus com v. humano> **3 escultura:** imagem <v. em mármore> **4 face:** frente, rosto, semblante <ela tem v. de anjo> **5 herói:** protagonista <os v. da História> **6 importância:** destaque, interesse, relevância, relevo, valor <negócio de v.> [...].

Assim, para Coutinho (1981), são “protagonistas”, no mais, os deputados que escrevem, e subalternos os que não. Com efeito, dos 59 parlamentares, 54 são ditos “vultos”, e 37 escrevem livros. Segue abaixo variáveis, resultados e quadro:

Quadro 27 – Deputados “vultos”⁹⁶

Deputados	Vultos	Referência	Porcentagem	Diferença
Deputados escritores	37	59	62,72%	37,28%
Deputados não-escritores	17	521	3,26%	96,74%
Total	54	580	9,31 %	90,69 %
Deputados	Não-vultos	Referência	Porcentagem	Diferença
Deputados escritores	22	59	37,28%	62,72%
Deputados não-escritores	504	521	96,74%	3,26%
Total	526	580	90,69 %	9,31 %

Fonte: Coutinho (1981), e outros.

Por derradeiro, o número de livros editados durante a vigência dos mandatos foi pequeno, vez que a ampla maioria entra em circulação durante as campanhas (com temáticas gerais e “despersonalizadas”) ou imediatamente após o fim da delegação política (nesse caso, não raro de caráter memorialístico sobre o desempenho no cargo), maneira tal que a produção escrita dos parlamentares maranhenses é típica do intervalo entre as vitórias eleitorais, o que inclusive implica dizer que eles perdem/abandonam os mandatos, publicam, e mais depois assumem outros.

Essa constatação parece importante, porque o capital “intelectual” seria manuseado para os fins concorrenciais eletivos, ao mesmo passo em que conservaria os níveis da consagração e interreconhecimento entre especialistas e leigos. Quer-se dizer que não faria sentido publicar no momento em que o prestígio pessoal estava mais elevado, a não ser que o deputado-escriptor visse o risco de perdê-lo ou pretendesse alçar instâncias superiores (nesses casos os livros passavam a circular enquanto seus autores fossem mandatários) e talvez por isso mesmo alguns assim tenham procedido, o que redundou no quadro em epígrafe:

⁹⁶ As porcentagens, em alguns casos, foram arredondadas para cima em 0,01%.

Quadro 28 – Número de obras publicadas/Mandatos⁹⁷

Nº de obras/ Mandatos	Vereador	Prefeito / Vice	Deputado Provincial / Estadual	Presidente de província / Governador / Vice	Deputado geral / Federal	Senador
1	X	X	-	X	X	-
2 a 5	-	X	X	-	X	-
+ 6	-	-	X	-	X	-

Fonte: Coutinho (1981), e outros.

Isso posto, de seis tipos de mandatos eletivos, os deputados-escritores publicam apenas 1 livro em cada dos que ocuparam. De 2 a 5 livros em três deles, e mais de 6 em apenas 2: as deputações estadual e a federal (que permitem a reeleição sucessiva). Do Senado, o cargo máximo legislativo possível – e vitalício durante o Império – nenhum foi editado.

⁹⁷ Mandatos em curso, isoladamente. Dessa forma, a título de exemplo, o deputado-escritor ocupando um mandato de vereador, publica 1 livro durante ele, 1 na ausência de mandato, e mais 1 quando deputado geral/federal. Constará então na tabela um “X” na linha superior para “Vereador” e outro para “Deputado geral/provincial”. Também, se o parlamentar da Assembleia Provincial possui quatro livros e edita 2 em cada um de mandatos (ou ainda em um só) e 2 fora, constará um “X” na coluna “Deputado provincial” na linha intermediária.

7 A “ESTÉTICA POLÍTICA” DO LIVRO

Se o livro está ajustado ao trabalho político e de consagração social de seus autores, certamente que a sua própria constituição enquanto instrumento desse processo possui elementos muito reveladores desses objetivos. Com efeito, dedicatórias, formas visuais, qualidade gráfica, tamanho e preço denunciam os usos almejados, os públicos a serem alcançados e o reflexo da recepção entre eles.

Nesse sentido, a produção editorial maranhense durante boa parte do século XIX não foi subalterna. Ao contrário, pelo menos entre meados de 1840 e o início de 1880, segundo Hallewell (2012, p. 185), “[...] São Luís foi não só o mais importante centro editorial das províncias, e o único de importância nacional, como também o lugar em que a qualidade do trabalho dos melhores impressores ultrapassava toda e qualquer realização da corte nessa época.” Como se verá adiante, muitos deputados-escritores estiveram engajados nas redações tipográficas, não raro sendo inclusive seus proprietários, editando jornais, folhetos e seus próprios livros.

Assim, considerando-se qualquer das edições com identificação (mas apenas uma delas, não necessariamente a primeira), quanto ao local onde foram produzidas, chega-se ao seguinte quadro:

Quadro 29 – Edições por país/cidade

Brasil	342	Bélgica	3	França	3	Portugal	6	-
Recife/Olinda	12	Bruxelas	3	Paris	3	Lisboa	5	-
Rio de Janeiro	192	Outra	-	Outra	-	Coimbra	1	-
Salvador	2	Sem id.	-	Sem id.	-	Outra	-	-
São Luís	128		-		-	Sem id.	-	-
São Paulo	7		-		-		-	-
Outra/I.	6		-		-		-	92

Fonte: Coutinho (1981), e outros.

O Rio de Janeiro ocupa o primeiro lugar, com 193 títulos, e São Luís o segundo, com 128. As demais cidades têm posição muito pouco relevante, com menos de 10% cada uma se comparadas às duas principais. Essa circunstância mais ou menos se repete quanto às edições produzidas no exterior. Além das enumeradas, há 6 que foram identificadas como saídas na Espanha (Barcelona) e Alemanha – 5 de Dunshee de Abranches. No conjunto

numérico, não são importantes, mas isoladamente, possuem significado simbólico de hierarquização “cultural” de seus autores, especialmente aquelas oriundas de reconhecidos centros de referência para a “intelectualidade” brasileira e maranhense: Portugal (Lisboa/Coimbra) e França (Paris).

Passando para além das aproximações físicas e econômicas específicas do Maranhão com a antiga metrópole (HALLEWELL, 2012; BORRALHO, 2009), havia uma comunicação legitimadora da produção escrita do Brasil em Portugal, como que fosse necessária uma “validação” de sua qualidade. É o mais ou menos o que se operou com Antônio Gonçalves Dias (maranhense de nascimento, mas desvinculado da província e engajado nos círculos literários e políticos do Rio de Janeiro) e Alexandre Herculano⁹⁸:

Os primeiros cantos são um belo livro; são inspirações de um grande poeta. A terra de Santa Cruz, que já conta outros no seu seio, pode abençoar mais um ilustre filho. O autor, não o conhecemos; mas deve ser muito jovem. Tem os defeitos do escritos ainda pouco amestrado pela experiência: imperfeições de língua, de metrificacão, de estilo. Que importa? O tempo apagará essas máculas, e ficarão as nobres inspirações estampadas nas páginas deste formoso livro. (MARQUES, 2009, s/p)

Ao que o poeta respondeu:

A coleção de poesia, que agora reimprimo, vai ilustrada com algumas linhas de A. Herculano, a que devo a maior satisfação que tenho até hoje experimentado na minha vida literária Merecer a critica de A. Herculano, já eu consideraria como bastante honroso para mim; uma simples menção do meu primeiro volume, rubricada com o seu nome, desejava-o decerto; mas esperai-o, seria da minha parte demasiada vaidade (FARIA, 2013, p.166).

Contudo, a escrita brasileira “timbrada” por críticos lusitanos havia “degenerado” à futilidade e insignificância, como relatado por Frederico José Corrêa (2015, p. 9): “O escritor brasileiro que se vê mencionado no noticiário de algum jornal de Lisboa considera resolvida a condição da sua celebridade [...]”. O primeiro volume do Pantheon Maranhense é editado na capital portuguesa pela Imprensa Nacional em 1873.

Possui uma epígrafe latina de Cícero e uma dedicatória a Luiz Antônio Vieira na Silva, enquanto “Ill.mo e Ex.mo Sr. Senador”, com os dizeres: “Offereço-vos este trabalho, não que o tenha na maior conta litteraria. Maus ou bons, os primeiros frutos são para as oblações, assim vol-os dedica. O Auctor”. À par das escusas pessoais quanto `qualidade do trabalho, a mensagem principal faz referência às regras ditadas no livro de Ezequiel (44:30):

⁹⁸ Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo (Lisboa, 1810 - Santarém, 1877). Escritor e político português do Romantismo naquele país.

“E as primícias de todos os primeiros frutos de tudo, e toda a oblação de tudo, de todas as vossas oblações, serão dos sacerdotes;” (BÍBLIA ONLINE, 2015). Ora, a oblação são as oferendas dadas às divindades. No caso, aquela obra de Henriques Leal era ofertada como “primícias” aos biografados no Pantheon “sagrado” dos maranhenses ilustres, do qual o próprio Luiz Antônio Vieira da Silva seria o seu sacerdote.

Ambos eram amigos e correligionários das facções pertencentes ao Partido Liberal. Aliás, todos os biografados nesse volume exerceram ativamente o trabalho político, e principalmente portadores desse slogan. Na ordem: Manuel Odorico Mendes, deputado-escritor; João Ignácio da Cunha, titulado Visconde de Alcântara e tio da esposa de João Lisboa, foi ministro da Justiça às vésperas da abdicação de D. Pedro I; Francisco Sotero dos Reis, deputado-escritor; José Cândido de Moraes e Silva, alcunhado de “O Pharol” por causa de um periódico que edita com esse nome.

É preso por atacar o presidente da Província Manoel da Costa Pinto, através de sua folha. Depois de solto, participa da organização do movimento intitulado “Setembrada”, com Frederico Magno Abranches, tio-avô do deputado-escritor Dunshee de Abranches. Com nova ordem de prisão, é protegido por seus amigos Sotero dos Reis e João Francisco Lisboa; Antônio Pedro da Costa Ferreira, o Barão de Pindaré, deputado não-escritor, presidente da Província do Maranhão e senador entre a Regência e o Segundo Reinado.

Manuel Odorico Mendes, em 1847, passa a residir em Paris, e lá publica a “Eneida brasileira ou tradução poética da epopéia de Publio Virgílio Maro”, no ano de 1854, na “Typographia de Rignoux, rua Monsieur – le – Prince, 31”. A errata possui 20 apontamentos e “[...] trocas e enganos de accentos, de maiúsculas ou minúsculas e outros erros de pequena monta [...]”. (MENDES, 1854, p. 392). Teve apenas uma edição, que se esgotou rapidamente. No exemplar consultado existe um encarte dos livreiros, inserido logo após a capa, datado de 1885 (Odorico Mendes já era falecido), cujo frontispício exhibe uma alegoria dos brasões do Império do Brasil e do Reino de Portugal unidos por uma rama comum sobre as letras “A. G.”.

Era a “casa de comissões e livraria portugueza e brasileira de GUILLARD, AILLAUD E Cia”, também sediada em Paris, na rua de Saint-André-des-arts, n. 47. Essa foi uma das principais empresas editoras em língua portuguesa da segunda metade do século XIX, comercializando volumes nas filiais da capital francesa, em Lisboa e Rio de Janeiro.

Quando publica em 1858 o livro “VIRGILIO BRAZILEIRO ou tradução do Poeta Latino”, contendo toda sua obra, inclusive a própria “Eneida” revisada, o faz pela “Typographia de W. Remquet & Cia., rua Garancière, 5”. Uma segunda edição,

absolutamente idêntica quanto ao texto da original, foi produzida provavelmente no final do Oitocentos, por “H. Garnier, livreiro editor”, que possuía dois endereços, um na Rua do Ouvidor, n. 71, Rio de Janeiro e outro na Rue des Saints-pères, n. 6, em Paris.

Originalmente denominada “Garnier Frères” (em 1844 uma filial brasileira da firma francesa criada por dois irmãos, um morando no Rio de Janeiro e outro em Paris), depois “B. L. Garnier” (Baptiste Louis Garnier) e “H. Garnier” quando transferida a Hippolyte Garnier, foi, eventualmente, a maior editora e livraria brasileira da segunda metade do século XIX. Manteve-se em atividade entre os anos de 1844 e 1934, comercializando livros no Rio de Janeiro e durante as primeiras décadas, imprimindo-os em Paris e Londres via terceirização. Depois, tornou-se proprietária da “Typographia Franco-americana”, e editou cerca de 660 títulos de autores nacionais entre as décadas de 1860 e 1890, incluindo Machado de Assis, amigo de Baptiste Louis.

Os formatos de encadernação bibliográfica mais comuns no Brasil da época, o “in-oitavo francês” (16,5 x 10,5 cm) e “in-doze” (17,5 x 11,0 cm) foram introduzidos por ele. A referência estética francesa poderia ser um contributivo importante para a configuração da notabilidade “intelectual”: “O apelo esnobe por tudo o que era Frances foi outro fator importante, especialmente no caso dos livros mais caros, aos quais se somava o atrativo adicional de uma encadernação francesa” (HALLEWELL, 2012, p. 224).

A comunicação entre Paris, Lisboa e Rio de Janeiro estava bem estabelecida para os editores e, certamente, os deputados-escritores mais prósperos no trabalho político se aproveitaram dela para lograr projeção. Quase todos os trabalhos de Cândido Mendes de Almeida são impressos no Rio de Janeiro, como as “Memorias para o extinto Estado do Maranhão”, pela Typographia do Commercio, de Brito & Braga, em 1860, o “Direito civil ecclesiastico brasileiro antigo e moderno em suas relações com o direito canonico” pela “Typographia de Bartolomeu Pereira Sudré” de Petrópolis, em 1866, o “Atlas do Imperio do Brasil, comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitorais e judiciárias” na “Lithographia do Instituto Philomatico”, Rio de Janeiro, 1868 e “São Luiz e o pontificado - Estudo histórico”, também pelo “Instituto Philomatico”, no ano seguinte.

Por sua vez, Luiz Antônio Vieira da Silva publica a “História interna do direito romano privado” na Corte, em 1854, com apenas 26 anos. É dedicada a seu pai o “Dr. Joaquim Vieira da Silva e Souza, Do Conselho de Sua Majestade o Imperador, Presidente da Relação do Maranhão”. A trajetória de Vieira da Silva é de extraordinária precocidade na ocupação de cargos públicos elevados: ao tempo da circulação desse livro era secretário da Província do Maranhão, tendo sido eleito deputado da Assembleia aos 32 anos, geral pela

primeira vez aos 33, nomeado presidente do Piauí aos 41 e senador aos 43.

Contudo, a editora e livraria que escolhe é a “Eduardo & Henrique Laemmert” situada na Rua da Quitanda, n. 77. Essa também tinha uma tipografia própria, a “Typographia Universal de Laemmert”, instalada na Rua dos Inválidos, 61B. O “Almanak Laemmert” foi seu produto mais conhecido, e “[...] superou todos os concorrentes, sobretudo por ser muito mais completo. Após alguns anos, foi ampliado de forma a abranger informações sobre todo o Império [...]” (HALLEWELL, 2012, p. 257). Garnier e Laemmert eram concorrentes, mas principalmente as melhores editoras do Rio de Janeiro. A Typographia Universal tornara-se uma verdadeira unidade industrial:

A produção total era de mil folhas por dia e, nos primeiros nove meses de 1859, produziram “78 obras diversas de maior tomo e 49 brochuras, contando-se entre estas a célebre [...] Folhinha de Laemmert, o periódico bimestral Revista dos Tribunais (3.000 exemplares) outro dito trimestral Revista Brasileira...”. No ano anterior, fora introduzida a estereotipia e, numa oficina anexa de encadernação, trabalhavam cinquenta homens, que produziam por mês de quatro a cinco mil brochuras. Em 1862, o próprio imperador concedeu à oficina a honra de uma visita oficial. (HALLEWELL, 2012, p. 258-259)

Ainda assim, o Rio de Janeiro ocupa o primeiro lugar em número de publicações apenas por causa da grande quantidade de títulos pertencentes a Dunshee de Abranches, que sozinho retirou de São Luís aquele posto, somando ao final 128. A diferença foi aumentada por Viriato Corrêa, e ambos produzem principalmente no início do século XX, quando o Maranhão já não detém relevância editorial.

Nesse sentido, e de acordo com o que é identificado por Hallewell (2012) quanto ao protagonismo alcançado pelos tipógrafos locais Belarmino de Mattos e José Maria Corrêa de Frias, a impressão em suas casas poderia proporcionar os objetivos de excelência almejados pelos autores, inclusive aqueles que seriam deputados na Assembleia Provincial. A origem dos editores está no século XVIII, e esse tipo de agente passa a cumprir um papel específico:

Em 1730 surge a figura do editor. O termo era uma referência ao livreiro letrado cuja característica era a habilidade na escolha de livros de qualidade. Ele discernia o escritor que poderia agradar ao público e envolvia-se politicamente no ato da publicação de determinados tipos de pensamentos. (DE SOUZA, 2015, p. 3)

Luiz Antônio Vieira da Silva também busca na capital maranhense a edição de seus livros, saindo, por exemplo, a “Historia da Independencia da Provincia do Maranhão”, em 1862, pela “Typographia Progresso”, pertencente a Belarmino de Mattos e cuja sede se localizava na Rua da Paz, n. 4A. Não tinha capa dura, e parecia menos cuidada artisticamente

que a “História interna do direito romano privado”, de Laemmert. Por outro lado, aquela não possuía errata, enquanto essa sim, com três apontamentos. Segundo Hallewell (2012, p. 193), “[...] seus contemporâneos preferiram, sem qualquer dúvida, Belarmino de Mattos.”. Com razão, entre os deputados-escritores, foram 32 títulos produzidos por si, enquanto que Frias, melhor que ele no julgamento de Hallewell (2012, p. 193), somou apenas 9, dividindo o segundo lugar com a Imprensa Oficial e a “Tipogravura Teixeira”, ambas mais destacadas no período republicano:

Quadro 30 – Tipografias/tipógrafos de São Luís/décadas

Tipografias/décadas	1830/39	1840/49	1850/59	1860/69	1870/79	1880/89	1890/99	1900/09	1910/19	1920/29	+1930	I.	Total
Maranhense	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Independente	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
R. A. R. de Araújo	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Comercial (Ramos d’Almeida)	-	-	-	2	1	-	-	1	-	-	-	-	4
Frias	-	-	-	2	1	2	1	3	-	-	-	-	9
Progresso (Belarmino de Mattos)	-	1	3	28	-	-	-	-	-	-	-	-	32
Popular (Magalhães & C).	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Civilização	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Pacotilha	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1	-	-	3
Teixeira	-	-	-	-	-	-	-	4	3	2	-	-	9
Conciliação (J. C. M. da Cunha Torres)	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Imprensa Oficial	-	-	-	-	-	-	-	-	4	1	2	2	9
O Paiz (Manoel J. Cunha)	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
J. Pires	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	-	-	4
Outras/I.	1	1	6	9	4	8	1	4	4	2	-	7	47
Total	1	6	12	41	9	12	2	12	15	7	2	9	128

Fonte: Coutinho (1981), e outros.

Hallewell (2012, p. 199) informa que “Na opinião de Frias [Memoria sobre a typographia maranhense, 1866], o melhor trabalho de Belarmino de Mattos é o Parnaso Maranhense, obra de 1861, de 285 páginas, in-oitavo [...]”. Em 1884 havia um exemplar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, sob o número 229, e com a seguinte descrição:

O exemplar exposto recommenda-se pela nitidez da impressao e elegancia dos caracteres.

Belarmino de Mattos é com justo titulo cognominado o *Didot Maranhense*.

J. M. Frias conta que já em 1848 a typographia do *Progresso* fizera adopção do cylindro de pelle na distriuição da tinta e o impressor B. Mattos foi o segundo no Maranhão que adoptou para as impressões o systema de prelos mecanicos [...] Nosso exemplar está impresso em bom papel e mui bem encadernado. (ANNAES..., 1884, s/p)

O “Parnaso Maranhense” é uma coletânea de poesias que tem nada menos que 7 parlamentares entre seus co-autores. Dos 6 que compuseram a “comissão” organizadora, 4 eram deputados-escretores: Gentil Homem de Almeida Braga, Antônio Marques Rodrigues, Luiz Antônio Vieira da Silva e Joaquim Serra. Ele tornou-se referência de qualidade editorial para o próprio Belarmino de Mattos antes mesmo do reconhecimento de Frias. Na contracapa da “Historia da Independencia da Provincia do Maranhão” há este anúncio: “Nenhuma outra imprensa pôde com mais asseio, presteza, elegancia e bom gosto quaesquer obras volumosas, como o provam o Almanak do Maranhão e o Parnaso Maranhense, onde se não se encontra um só erro typographico de nota, o que abona o cuidado [...]” (SILVA, 1862, s/p).

Antônio Henriques Leal imprimiu em Belarmino de Mattos as “Obras”, de quatro volumes, do deputado-escriptor João Francisco Lisboa no ano de 1865, bem como as “Obras Posthumas” do também amigo, o poeta Antônio Gonçalves Dias, entre 1868/69. Vários parlamentares que publicaram livros também possuíram tipografias, onde redigiam os jornais e exerceriam, através da escrita, uma parte do trabalho político:

Entre as firmas de destaque nesse período inicial figura a de Inácio José Ferreira, fundada originalmente em 1835, por João Francisco Lisboa e Frederico Magno d’Abranches. Outras foram a de J. G. Magalhães e Manuel Pereira Ramos, a Typographia Temperança, a de Francisco Sales Nunes Cascaes, e a Typographia Monarquica Constitucional, que foi vendida em 1848, a Fábio Alexandrino de Carvalho Reis, A. Teófilo de Carvalho Leal e A. Rego; estes sócios usaram-na para produzir O Progresso, o primeiro jornal diário do Maranhão, cuja publicação se iniciou em janeiro de 1847. (HALLEWELL, 2012, p. 187)

Frederico José Corrêa, aparentemente, não publicou com Belarmino de Mattos, o que decerto tem a ver com o fato de que esse imprimia o jornal “O Progresso” e outras folhas liberais, além da oposição que fazia a seus próceres, como Antônio Henriques Leal (cliente cativo da “Typographia do Progresso” e quase um mecenas para Belarmino), antes mesmo da publicação do Pantheon Maranhense. Inclusive, o desastre que se abateu sobre o editor é decorrência de suas atitudes no jogo das facções eleitorais. No ponto, a vinculação ao parlamentar:

O Progresso tornou-se A Imprensa, mas quando, quatro anos mais tarde, Ribeiro mudou de posição política e transformou o jornal num defensor dos conservadores, o partido então no poder, seu sócio – e biógrafo de Belarmino - A. H. Leal deixou-o (16 de março de 1861) para ressuscitar O Progresso na tipografia de Frias. Como este era cidadão português, a polícia ameaçou-o com a deportação caso não deixasse de imprimir o jornal, o que aconteceu em 17 de julho. Como Belarmino manifestasse interesse na continuação do jornal, Leal sugeriu que ele se estabelecesse por conta própria, com créditos a serem concedidos pelo Banco Comercial, com o aval de Leal [...]

Infelizmente desentendeu-se com os liberais quando estes chegaram ao poder na província. No começo de 1866, suspendeu a publicação do jornal liberal porque o partido deixara de sustentá-lo e o veículo estava perdendo dinheiro rapidamente. Mais ou menos na mesma ocasião, recebeu uma proposta para imprimir O Conservador. Tê-la-ia recusado, mas foi convencido por Leal a aceitá-la. Este parece ter acreditado sinceramente na liberdade de imprensa e, embora politicamente em oposição ao jornal, sentiu que Belarmino de Mattos precisava de uma publicação lucrativa.

Aconteceu então que Belarmino, sendo indicado para ser o testamenteiro de um padre de São Luís que não tinha família, imprudentemente, antes da descoberta do testamento, efetuou alguns pagamentos com base em cartas deixadas pelo falecido. Isso deu ao governo a desculpa necessária: em 10 de julho de 1866 (quase no fim do mandato do presidente provincial Lafayette Rodrigues Pereira), todo um esquadrão cercou repentinamente a casa do impressor e levou-o preso. (HALLEWELL, 2012, p. 196-198)

Como é possível perceber, na visão de Hallewell (2012), Henrique Leal convence Belarmino a imprimir o periódico da oposição imbuído de um “espírito democrático” e fraternal para com quem tinha que lidar com receitas irregulares. Mas, não está de todo afastada a hipótese de traição. Segundo Borralho (2009, p. 160):

O próprio Antonio Henrique Leal, filiado ao partido liberal, denuncia os motivos que levaram a sua prisão: a motivação foi política e impetrada pelos próprios correligionários do partido. Por motivos financeiros, Belarmino de Mattos deixou de publicar o Jornal *A Coalção*, em virtude do partido liberal jamais ter pago, contribuído ou arcado com os custos de impressão, levando-o à quase falência. Seu amigo e fiador Antônio Henrique Leal o aconselhou a imprimir o jornal O Conservador, seduzido pela promessa de pagamento assíduo e vantajoso. Assim o fez. Na chegada dos liberais ao poder nas eleições de 1866, estava armada a arquitetura de sua prisão, na verdade, uma retaliação.

É pouco crível que ambos não cogitassem dos desdobramentos violentos que tal atitude poderia provocar, mormente pelas experiências atravessadas por Frias e Carlos Fernando Ribeiro (depois Barão de Grajaú, que teve sua tipografia fechada e empregados presos), acompanhadas por todos eles. Belarmino, no entanto, estava fragilizado, e deve ter se valido nas garantias do amigo abastado e influente.

A prisão, que durou quase dez meses, acabou consigo física, financeira e moralmente. Segundo o próprio Hallewell (2012, p. 198), “[...] estava quase arruinado [...] pelos custos legais do processo e pela paralisação dos negócios”. O deputado-escritor e liberal

Luiz Antônio Vieira da Silva foi seu advogado durante parte do processo, sem, contudo, conseguir libertá-lo. Uma vez solto, continuou a imprimir, mas castigado pelo beribéri adquirido enquanto estivera de custódia, veio a falecer apenas três anos depois. Sobrou-se um perfil no volume II do Pantheon Maranhense.

Dessa maneira, Frederico José Corrêa, mesmo recusando Berlamino, nem por isso deixou de buscar a qualidade do produto impresso. A segunda edição de suas “Inspirações poéticas” saiu pela “Typographia de Antônio Pereira Ramos d’Almeida”, em 1868, e “Um livro de crítica” pela “Typographia do Frias” dez anos depois. Essa última também imprimiu pela primeira vez o “Livro do Povo”, em 1861, do parlamentar Antônio Marques Rodrigues. Segundo seu editor, foi “[...] tão bem recebida foi esta completa novidade que vendendo-se hoje por 500 réis, por ter recebido aumento de páginas e sido ilustrado com grande numero de gravuras, conta com quatro edições que tem extraído 16.000 exemplares em 4 anos, e vai entrar na quinta que é de 10.000 exemplares [...]” (FRIAS, 1978, p. 39).

Uma das lideranças conservadoras, Francisco Sotero dos Reis imprimira com Belarmino a partir da década de 1860, mas nesse período não mais participava das disputadas eleitorais, e idoso, dedicava-se aos estudos de gramática e latinidades.

Não foi essa, porém, uma escolha voluntária: “Em novembro de 1861 teve de abandonar a penna politica coagido pelas exigencias intempestivas do presidente major Primo de d’Aguiar, para tomar a de litterato e philologo. Acto violento e reprovado foi esse; mas beneficio em seus resultados para as letras [...]” (LEAL, 1873, p. 144). Esse mesmo presidente da Província do Maranhão, membro do Partido Conservador, que a governara entre abril de 1861 e janeiro do ano seguinte, foi quem mandou fechar as tipografias que imprimiam os jornais liberais, e era alvo constante dos artigos de Antônio Henrique Leal.

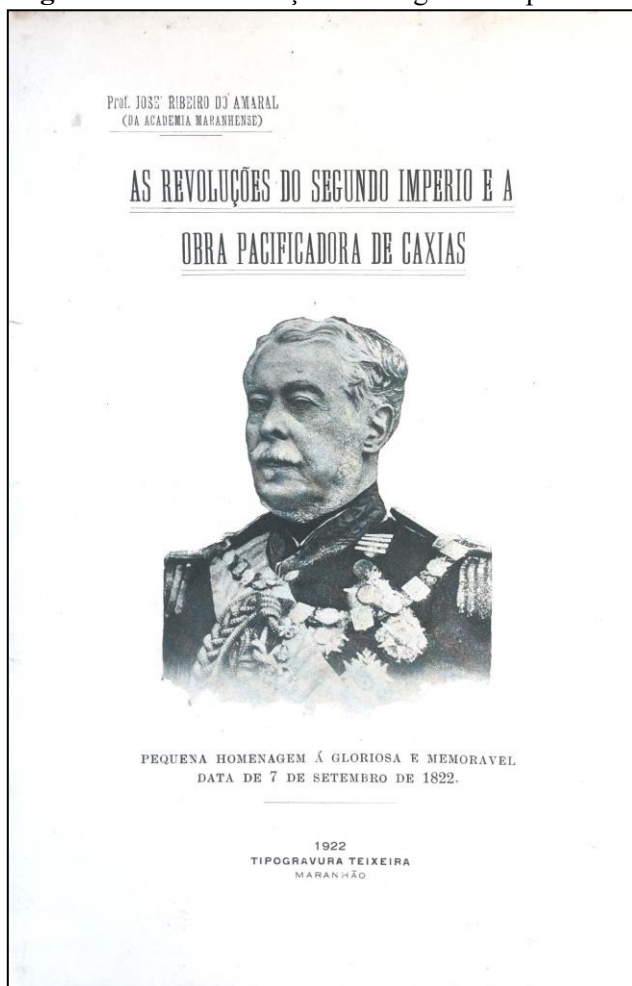
Como anteriormente dito, a “Tipogravura Teixeira” será a uma das principais editoras de textos dos deputados-escritores no início do século XX, dividindo com a Imprensa Oficial do estado, sua contemporânea, o número de publicações (9). Hallewell (2012, p. 200) a recorda como possuidora de equipamento “[...] para fazer autotipias (clichês de retícula)”. Essa é uma técnica para produção de fotografuras, que por sua vez são pranchas tipográficas (daí o nome adotado pela casa de Teixeira) de imagens alcançadas através de uma retícula própria e posterior gravação. O resultado final é uma imagem construída por pontos, ora mais concentrados, ora menos, a fim de fazer o jogo de claro/escuro.

Com isso, a Tipogravura Teixeira passou a concentrar os trabalhos mais complexos em termos gráficos, tornando-se, possivelmente, o maior empreendimento impressor da capital entre 1900-1930. Por exemplo, é de seus prelos o “Album Maranhão

Ilustrado” de 1899, a “Revista do Norte”, periódico quinzenal que bem montado, com uso intensivo de fotografuras e vinhetas, gozando de grande receptividade.

Várias das imagens de logradouros públicos de São Luís foram convertidas em cartão postal e comercializadas como “Colleção da Revista do Norte”, cujos créditos pertencem aos fotógrafos Gaudêncio e Cândido Cunha, e sempre impressos por ela. Imprimiu também o “Album Commemorativo do 3º Centenário da Fundação da Cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão”, publicado em 1913 e diversas obras de membros da Academia Maranhense de Letras, como “Natal”, de Astolpho Marques, 1908, “Angola e os alemães”, de Fran Paxeco, 1915, e “As revoluções do Segundo Império e a obra pacificadora de Caxias”, do deputado José Ribeiro do Amaral:

Figura 11 - “As revoluções do Segundo Império e a obra pacificadora de Caxias”, 1922⁹⁹



Fonte: Amaral (1922)

⁹⁹ Livro pertencente a coleção particular. A imagem como está na capa, foi fruto da autotipia. Além da capa, existem mais 5 imagens. Uma característica da Tipogravura Teixeira é sua assinatura no canto interior das peças originadas de fotografia (excluídas as gravuras): “Typogr. Teix.”, como consta na segunda imagem de Caxias (AMARAL, 1922, s/p).

A “Revista do Norte”, passada nas prensas da Tipogravura Teixeira, foi um dos principais veículos utilizados pelos jovens literatos de São Luís, e que poucos anos depois ingressariam nas carreiras eletivas. Era de fato uma publicação de alta qualidade gráfica, e seu aparecimento ensejou a comparação entre o editor, Alfredo Teixeira, e Berlamino de Matos, dito como o melhor do Maranhão em meados do século XIX. Entre um e outro estava a “Atenas”: “É tempo de o Maranhão reivindicar os seus foros de Atenas Brasileira, visto que reapareceu em Alfredo Teixeira a alma boa e santa de Berlamino de Matos, cognominado o Didot brasileiro.” (VIVEIROS, 1960, p. 189).

A Tipogravura Teixeira também imprimia documentos oficiais, como o “Relatorio Apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Raul da Cunha Machado 2º Vice - Governador do Estado, em Exercício pelo Secretario da Fazenda José Carneiro de Freitas Exercício Economico - Financeiro de Julho de 1917 a Junho de 1918”, mandado fazer pela “Secretaria de Fazenda do Maranhão”, em 1918.

Contudo, essa tarefa foi principalmente da Imprensa Oficial. Em 1913, ela contava com um edifício próprio, na Rua da Palma, com cinco seções de produção, saber: encadernação, tipografia do Diário Oficial, de obras tipográficas, de brochura e de pautação e impressão. No seu quadro de pessoal havia repórter, revisores, administrador de oficinas, escriturário e expedidor, além dos diretores. Segundo ela própria anunciava, “[...] foi remodelada e convenientemente installada em edificio próprio pelo operoso Governador do Estado dr. Luiz Domingues. É hoje um dos bellos departamentos do Estado. Foi seu engenheiro constructor o ilustre dr. Anisio de Carvalho Palhano.” (MARANHÃO, 1983, p. 45). Longe de servir apenas à publicização de atos administrativos, “Segundo Antônio Lopes, o órgão oficial passou a ser jornal político, literário, crítico e noticioso em 1908, sob a direção de Domingos Barbosa [...]” (MARANHÃO, 1983, p. 53).

Domingos Quadros Barbosa Álvares foi deputado estadual por no mínimo dois mandatos e federal por quatro, ininterruptamente entre 1922 e 1930. Foi secretário de Benedicto Leite quando governador e o primeiro diretor da Imprensa Oficial. Co-fundador da Academia Maranhense de Letras, escreveu os livros “Mosaicos”, de 1908 pela Tipogravura Teixeira, “Dominó vermelho” do ano seguinte por L. Carvalho & C., “Contos da minha terra” através da própria Imprensa Oficial quando a dirigia em 1911 e “A Tocantina” pela Imprensa Nacional, no Rio de Janeiro, em 1923.

É também autor dos títulos “A Bandeira”, “Henriques Leal”, “As cruzadas – conferencias”, de 1912, dentre outros vários artigos de jornais e revistas. Em uma carta de

1911 enviada ao também escritor Coelho Neto¹⁰⁰, que está no Rio de Janeiro e é fundador da Academia Brasileira de Letras, lamenta o fato de que publicar um livro no Maranhão, naquele começo de século, não era tarefa das mais fáceis, uma verdadeira “África a conquistar”:

Mestre

Deixe que lhe mande aqui toda minha muita gratidão pela gentileza da sua carta
Tem a reforma da Imprensa Oficial demorado um pouco os *Contos da minha terra*.
Logo que saíam do prelo, mandá-los-ei.

Quanto ao nosso querido Antônio Lobo já lhe telegrafei dizendo resolução que elle tomou. Diante da candidatura Oswaldo Cruz concorrerá à vaga Araripe.

Que me diz a isso?

Como me pede notícias de trabalhos meus, aí vão ellas:

- Além dos *Contos da minha terra*, tenho no prelo – *Silhuetas*. É um livro quase íntimo, de impressões pessoais sobre vultos nossos com os quais privei. Isso além de dois, prontos: *Henriques Leal*, a sua vida sua obra, e *Os tipos eçaneanos*, rezenha, por ordem alfabética, dos personagens da Obra de Eça de Queiroz, e de dois romances, o primeiro em trabalho de revizão do orijinal, e o segundo quase pronto: *Lucas Sampaio*, e *Sinhá Limeira*, ambos naturalistas de costumes nossos.

Sem falar da reunião, já preparada para prelo, de crônicas editadas no Diario do Maranhão sob epígrafe *A esmo*, que será do livro.

O meio, meu querido mestre bom amigo, é que é indiferente, quase hostile.

Editar um livro aqui é uma Africa a conquistar. Enfim, vai-se lutando e, com ajuda de Deus, caminhando.

Tem recebido Diário Oficial, depois da reforma por que o fiz passar?

É tão pouco de confiar nosso correio...

E aqui me tem, aguardando suas ordens para, fielmente, cumprir.

Seu, sempre,

dicípulo, patr. adm.or e am.

Domingos Barbosa. (BIBLIOTECA NACIONAL. HEMEROTECA DIGITAL, 2015, s/p)

A candidatura de Oswaldo Cruz a que Domingos Quadros Barbosa Álvares se refere é para a Academia Brasileira de Letras, ao que foi vitorioso, ocupando a cadeira n.º 5, tendo sido eleito em maio de 1912, sucedendo o maranhense Raymundo Corrêa, e recebido pelo confrade Afrânio Peixoto em 26 de junho de 1913. Araripe é o escritor e crítico cearense Tristão de Alencar Araripe Júnior (1848 - 1911), que falecera no mês anterior (na carta, a vaga aberta tem o seu nome). Antônio Francisco Leal Lobo também não viveria muito. Nascera a 4 de julho de 1870 na capital maranhense, onde morreu no dia a 24 de junho de 1916, antes de completar 46 anos. Não lhe coube entrar na Academia Brasileira de Letras, mas batiza a agremiação maranhense – sendo um de seus fundadores – que detém a autonegação de “Casa de Antônio Lobo”.

¹⁰⁰ Henrique Maximiano Coelho Neto (Caxias, Maranhão, 1864 - Rio de Janeiro, 1934). Era filho de um português com uma índia. O casal retirou-se do Maranhão, fixando-se na Corte Imperial no início da década de 1870. Elegeu-se deputado federal pelo Maranhão em dois mandatos, de 1909 a 1917. Na década de 1920 foi duramente atacado pelos escritores modernistas, o que mudou sua situação, de um dos escritores mais lidos do início do século XX para um quase total ostracismo.

Não exerceu mandato político, mas teve importância fundamental para a reprodução da imagem da “Athenas Brasileira”, especialmente o livro “Os Novos Atenienses”, de 1909, onde enumera outros que seriam excelências literárias, sucessivas da geração desaparecida entre 1860-80.

No livro “Pela Rama”, uma coletânea de artigos de jornal editado pela Imprensa Oficial do Maranhão em 1912, em várias passagens preocupa-se com a visão estrangeira e nacional/regional sobre o Brasil e o Maranhão. No capítulo “Uma troca de sexos”, relata que a produção literária maranhense de meados do século anterior, vista ainda por muitos como o principal centro cultural da época, não é muito valorizada, e seus autores, tomados de forma indistinta e nada criteriosa:

Ha poucos anos, publicou, em Pariz, o sr. Frédéric Loulié um livro, aliás excelente, intitulado *Historie des littératures comparées, des origines au XX siècle*. A pajinas 380, ocupando-se das letras portuguezas, do romantismo para cá, refere-se o escritor, muito sucintamente ao Maranhão e enumera, entre outros escritores conhecidos, cujos nomes barbaramente adultera: *le Virgile brésilien Otero Mendez*.

É o caso de dizer, parodiando o proloquio popular: o homem ouviu cantar o poeta mas não soube onde. Ouviu falar dos nomes de Sotero e Mendes, mas sem saber que os dois designavam escritores distintos, que o primeiro tinha o cognome de Reis e que o segundo recebera, na pia batismal da literatura, o doce nome de Odorico. E, sem consciencia, e sem piedade, cortou um *s* ao primeiro e reuniu os dois num conúbio ignóbil, apresentando-nos esse híbrido *Otero Mendez* que ninguém conhece e que nunca existio senão na ignorância do Sr. Loliée. (LOBO, 1912, p. 24).

Notável é a menção aos “vultos nossos” na carta de Domingos Quadros Barbosa Álvares, ideia basilar na obra de Mílson Coutinho e que dita, ao longo do tempo, a visão emanada da Academia Maranhense de Letras a respeito da produção escrita no passado e no presente, depurando a política da literatura – esforço esse reverberado em trabalhos acadêmicos – e formando próceres para si e para os outros, pouco significativos, porém, aos analistas estrangeiros.

No período republicano, as tipografias oficiais vão servir largamente aos deputados-escretores maranhenses e outros agentes mandatários políticos. João Dunshee de Abranches Moura, por exemplo, publicando principalmente do Rio de Janeiro, tem na Imprensa Nacional um veículo recorrente. Dos editores cariocas de suas obras com identificação, 17 títulos são dessa instituição.

Um elemento de identificação dos autores, valorizado em meados do Oitocentos, e rejeitado depois, é a naturalidade maranhense. No frontispício da “História interna do direito romano privado”, de Luiz Antônio Vieira da Silva (1854, s/p), impressa no Rio de Janeiro, ele é apresentado como “Natural do Maranhão”, informação que antecede a formação acadêmica:

“Doutor em Leis e Canones pela Universidade de Heidelberg no Grão-Ducado de Baden”.

Semelhante coisa consta no “Curso de Litteratura Portuguesa e Brasileira professado por Francisco Sotero dos Reis no Instituto de Humanidades da Província do Maranhão” (REIS, 1862, s/p) e na terceira edição da “Grammatica Portuguesa”, de Sotero dos Reis (1877, s/p) (quando já falecido): “[...] professor da mesma lingua e de litteratura no instituto de humanidades na Provincia do Maranhão¹⁰¹ [...]”. Na “Eneida Brasileira”, editada em Paris no ano de 1854, é dito “Por Manuel Odorico Mendes (1854, s/p), da cidade de S. Luiz do Maranhão”. O seu “Virgilio Brasileiro”, saído pela Garnier no Entresséculos, também tem essa nota, mas porque é fiel à anterior.

Já no livro “Actas e Actos do Governo Provisorio” de Dunshee de Abranches, edição de luxo da Imprensa Nacional em 1907, não consta qualquer referência ao Maranhão, ainda que seu autor fosse por ele deputado federal em exercício do mandato (MOURA, 1907, s/p). O mesmo se constata na “Jurisprudencia Criminal” de Francisco José Viveiros de Castro, da Garnier, impresso em 1901. Isso está relacionado à perda de importância do Maranhão no cenário nacional, da economia à política e produção cultural erudita.

A esse propósito, não raro as edições do século XIX vinham ornadas das chamadas “vinhetas”, que são elementos gráficos que geralmente aparecem como ramos e folhagens estilizadas, molduras românicas ou gravuras que remetem a símbolos relacionados a seus autores, como distintivos jurídicos, médicos, anedóticos e similares. Seu uso evocaria uma liberdade artística e política, vinculada ao Romantismo:

A xilogravura de topo, de início, serviria apenas para preencher partes de páginas em branco, nos finais de capítulos – os chamados fundos de lâmpada, mas rapidamente, tanto na impressão de periódicos, quanto na ilustração de livros, torna-se uma marca estética e uma estratégia de aproximação de novos leitores ao texto impresso. Este tipo de gravura será, então, encontrado em frontispícios de livros e jornais, vinhetas de título ornatos marginais, letras capitulares, fundos de lâmpada, vinhetas inseridas no texto ou em páginas destacadas.

Para o escritor e crítico Champfleury, o uso destas vinhetas permite identificar uma certa literatura, elas servem de “moldura” para o período romântico e suas características são “A paixão, a independência, o modo que escolhe para se expressar com total liberdade” (CHAMPFLEURY, 1883, p. 335). [...] Champfleury lista romances, contos, novelas, poesias, peças de teatro, libretos de balé e, também, tratados de política, filosofia, moral, arqueologia, tradições, biografias, memórias e livros de viagem, ilustrados com xilogravuras. (MELLO, [2011?], p.1)

O interessante artigo de Mello ([2011?], p.1) vai mais além, ao relacionar o uso das vinhetas a um momento político específico, em que se deve considerar as ligações entre

¹⁰¹ Todas as fontes estão em “caixa alta”, mas “Província do Maranhão” é maior que “Instituto de Humanidades”, além de possuir um tipo próprio.

“[...] a revolução nas técnicas das artes gráficas [...], e a renovação das cenas genéricas, no romantismo francês, que assumem uma estreita e complexa relação com as transformações da cena política, a instauração de uma monarquia constitucional de bases liberais, a Monarquia de Julho (1830-1848) [...]”.

Apesar das deferências correntes à capacidade dos impressores de São Luís em produzir edições de qualidade, algumas dessas parecem ser menos ricas em ornamentos, quase inexistentes ou pouco elaborados, caso da comparação entre a “Historia Interna do Direito Romano Privado” (1854) e a “Historia da Independencia da Provincia do Maranhão” (1862), ambas de Luiz Antônio Vieira da Silva, sendo a primeira pela Laemmert melhor montada, nesse sentido, que a segunda, de Belarmino de Mattos. Com efeito, na moldura de seu anúncio na contracapa, construída com dois tipos, nitidamente se percebe o tamanho dos mesmos, pois não se encaixam perfeitamente para formar o desenho.

Contudo, não se quer dizer que isso marcasse uma hierarquia absoluta entre a capital do Império e a da Província quanto à natureza do produto, mas sim que, talvez, as tipografias maranhenses realizassem um trabalho mais “artesanal” que “industrial” (ao contrário do que se passava no Rio de Janeiro) e, portanto, irregular em tal quesito. Por exemplo, as “Breves considerações sobre a nossa lavoura”, do deputado-escritor Fábio Alexandrino de Carvalho Reis, do ano de 1856, e editada por Belarmino de Mattos, contém muitas vinhetas, algumas bastante complexas, como as rosas do frontispício e uma singular guirlanda na folha de rosto. Há alguma semelhança estética dela com a “Historia Interna do Direito Romano Privado”, da qual distava apenas dois anos, o que pode estar vinculado ao gosto da época, mas, certamente, o cuidado com que foi feita tem a ver com os laços de amizade entre Belarmino de Mattos e o autor, e as ligações políticas desse para o financiamento da peça:

POSTFACIO.

Fizemos reimprimir em volume o excellente artigo BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A NOSSA LAVOURA do nosso amigo Dr. Fabio A. de Carvalho Reis, ajunctando-lhe mais esses artigos, extrahidos de diversos jornaes, não para a exposição á venda; mas para offerecel-o aos amigos e admiradores d’este nosso illustre e modesto com-provinciano.

As Breves CONSIDERAÇÕES foram publicadas no *Diario do Maranhão* e transcriptas no *Progresso*, onde tambem appareceu uma bem elaborada correspondencia anonyma ao opusculo do Dr. Fabio, que tem sido nimiamente apreciado por todos.

Abstemo’-nos de entrar em uma analyse sobre o merito da obra por embargar-nos os laços de intima amizade que nos une, e por julgarmos este trabalho recommendavel por si mesmo.

Maranhão – 25 de setembro de 1856.

O editor (REIS, 1856, s/p)

Para a análise do preço dos livros, tomou-se como parâmetro a referência da constituição imperial de 1824, que seu artigo 92 prescrevia: “São excluídos de votar nas Assembléas Parochiaes. [...] V. Os que não tiverem de renda líquida annual cem mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou Empregos.” (BRASIL, 1842, p. 31-33). Ocorre que o chamado “voto censitário” não era de todo excludente:

Votavam os adultos, livres ou libertos, de mais de 25 anos que tivessem 100 mil-réis de renda líquida anual. Era permitido o voto dos analfabetos. A renda de 100 mil-réis, aumentada para 200 mil-réis em 1846 excluía pouca gente, pois equivalia a menos do que o salário de uma cozinheira no Rio de Janeiro em 1870. (CARVALHO, 2012b, p. 118).

A mudança no valor da renda quanto à qualificação de quem poderia votar referia-se à atualização da moeda (CARVALHO, 2012b, p. 118) e, por isso, pouco reflexo teve na quantidade numérica de votantes que, em linhas gerais, formavam o mercado consumidor da época, inclusive para os livros. Dividindo-se a quantia anual para mensal, chega-se ao numerário aproximado de 16\$660 (16 mil e 660 réis).

Considerando isso, as obras de referência, em volume único, eram relativamente acessíveis aos setores médios (profissionais liberais, que estavam em uma faixa melhor remunerada), pois representavam cerca de 1/8, ou menos, da receita mínima constitucional. Virtualmente, para operários – que recebiam por quinzena –, trabalhadores avulsos e tipos semelhantes, ainda que alfabetizados, a aquisição das publicações estava fora de cogitação, que mesmo não eram pensadas e preparadas para esse público. Mesmo títulos mais sofisticados e direcionados às elites econômicas, caso do *Pantheon Maranhense*, não encontravam compradores (o que pode ter a ver, além das razões apontadas na época, com a conotação política que o envolvia), e seu autor provavelmente amargou considerável prejuízo econômico:

Pantheon Maranhense.—Esta-se distribuindo o 4.º volume do *Pantheon Maranhense*, com o qual se completa a obra que o sr. dr. Antonio Henriques Leal se propoz escrever e que levou ao cabo.

Não tem ella tido extração que compense as grandes despesas da edição, se não pelo pouco amor que tenhamos a leitura, pelo pequeno theatro a que ella especialmente interessa, a nossa provincia. Todo aquelle que, ainda com pequeno sacrificio, puder comprar esta obra deve-o fazer, porque nella ha a lucrar-se o estudo da historia, e a apreciação em leitura agradável e bem escripta; pois não pode ser posto em duvida o mérito da obra que vem firmada por um nome como o do sr. dr. Antonio Henriques Leal. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1875)

O “Parnaso Maranhense” tinha seu preço consignado no frontispício do livro pelo próprio editor (isso era possível em razão da inflação no Segundo Reinado ser quase insignificante): “Á VENDA: Na Typ. do Progresso, rua de Sant’Anna, 49. PREÇO: 2.000.” (BRAGA et al., 1862, s/p). Essa era a mesma quantia pedida para os “Apontamentos para a história dos Jesuítas no Brasil” de Antônio Henriques Leal, editado pela “Livraria Popular de Magalhães & Cia” de São Luís, em 1874. A coleção completa “Obras de João Francisco Lisboa”, em quatro volumes, também editada por Henriques Leal, era bem mais dispendiosa: 12 mil-réis. Obviamente, estava endereçada aos estratos mais abastados, onde a defesa de uma vinculação cultural e política entre biógrafo e biografado fazia sentido.

Títulos para uso escolar/educativo tinham preços mais baixos, como o “Livro do Povo”, de Antônio Marques Rodrigues, cuja quinta edição era negociada por 500 réis, e a segunda dos “Rudimentos de Geographia”, de Antônio Rego, por 600 réis. Segundo Hallelwell (2012, p. 190), o valor do primeiro foi propositadamente reduzido por seu autor: “[...] era um filantropo e procurou abaixar os preços e estimular o hábito da leitura, com encomenda de grandes edições. A primeira edição, de quatro mil exemplares, foi vendida ao preço de apenas \$320.”.

Na primeira edição dos “Quadros” de Joaquim Serra, de 1873, pela “Typographia Franco-Americana”, consta o catálogo completo da “B. L. Garnier”. A título comparativo lista-se algumas obras e suas expensas (excluiu-se o catálogo de “Guillard, Aillaud E Cia” existente na “Eneida Brasileira” porque os livros são cobrados em francos): Uma edição de luxo da “Bíblia Sagrada”, em português, com ilustrações, munida de dicionários explicativos e “aprovada por mandamento de S. Ex. Revem. O Arcebispo da Bahia” (GARNIER, 1873, p. 4) é vendida por 30 mil-réis. Títulos dirigidos a alunos são bem mais baratos, como o “Amigo dos meninos”, 2 mil-réis, e “Arithmetica (Pequeno curso de) para uso das escolas primarias pelo Dr. Ascanio Ferraz da Motta”, 500 réis (GARNIER, 1873, p. 7).

Contudo, publicações sobre a administração pública com temática educacional são mais dispendiosas: “Ensino Publico (Estudos sobre o), pelo Dr. Aprigio Justiniano da Silva Guimarães, 2 vol.”, 7 mil-réis e “Instrucção publica no Brasil (A), pelo Conselheiro José Liberato Barroso, 1 vol.” (GARNIER, 1873, p. 9), também pelo mesmo valor. No mesmo sentido, a “Historia do Brasil (lições de) para uso nas escolas de instrucção primaria pelo Dr. Joaquim Manoel de Macedo [...]”, a 3 mil-réis (GARNIER, 1873, p. 21).

Não se encontrou livro dos deputados-escritores maranhenses nas matérias educacionais, que incluem os “livros de lições” e as gramáticas, esse último, tipo de estudo ao qual se dedicou Francisco Sotero dos Reis e por ele é lembrado. Contudo, há uma segunda

edição da “Grammatica Portugueza” (ele já era falecido), de 1 volume e tamanho in-4º no “Suplemento” do catálogo, por 4 mil-réis (GARNIER, 1873, p. 87), em meio a títulos sobre retórica, moral, latim, história e medicina. Seu preço estava bem acima de outras peças similares enumeradas no início do encarte: “Grammatica da Infancia”, por 1 mil-réis e “Grammatica theorica e pratica”, por 2 mil-réis, ambas do cônego J. C. Fernandes Pinheiro (GARNIER, 1873, p. 12). Essa diferença tão marcante certamente indica que ela talvez não tivesse emprego educacional, mas se dirigisse a estudiosos afeitos ao perfil do “Notável” (filólogos e bibliófilos mandatários políticos). Para se ter uma ideia, existe uma gramática no mesmo valor, mas servindo também ao aprendizado do francês, a “NOVA GRAMMATICA Portugueza e Franceza”, em dois volumes e tamanho in-8º (GARNIER, 1873, p. 10-11), maior que in-4º, o formato adotado para a de Sotero dos Reis.

Cândido Mendes de Almeida, que escrevia do Rio de Janeiro, está no catálogo, com ao menos três títulos. O “Memorias para a historia do extincto Estado do Maranhão”, é saído por 6 mil-réis. Outro livro seu é anunciado na seção de direito e política: o “AUXILIAR JURIDICO, servido de appendice á décima quarta edição do Codigo Philippino ou Ordenações do Reino de Portugal [...] pelo senador Candido Mendez (grafaram-lhe erroneamente o nome, o que lembra a narrativa de Antônio Lobo sobre um pretenso “Otero Mendez”) de Almeida, advogado nesta corte [...]”, por 17 mil-réis (GARNIER, 1873, p. 27).

Essa publicação, especificamente, não tinha por temática a história, ao contrário da primeira, mas era setorial jurídica, posto que uma parte significativa das “Ordenações” cumpria a lacuna deixada pela ausência de um Código Civil, jamais aprovado no Império, em que pese a determinação constitucional de 1824, e que surgiria apenas em 1916, na Primeira República. Assim, seus compradores eram profissionais do direito. Sua coleção em três volumes “DIREITO CIVIL Ecclesiastico Brasileiro” era mais cara ainda, 18 mil-réis. Mas, o editor diz a que e a quem ela serve: “A presente obra é não somente util ao clero, mas a todos os que se dedicação ao estudo da jurisprudencia, com particularidade á juventude acadêmica, que tem de frequentar o curso de direito ecclesiastico, em suas relações com a administração temporal do paiz.” (GARNIER, 1873, p. 32).

A seção de “Poesias, Litteratura, etc.” possui livros de principalmente de autores brasileiros e portugueses do Romantismo, como Bernardo Guimarães, Álvares de Azevedo, Junqueira Freire e Casimiro de Abreu. Gonçalves Dias tem grande destaque, mas nos textos explicativos não há referência alguma à sua província natal. O mesmo quadro de ausência do Maranhão se repete na de “Romances, Novellas, Variedades, Etc.”.

Nos dias atuais, é possível relacionar o preço dos livros dos deputados-escritores (“obras raras”, primeiras edições ou edições especiais, autografadas, etc.) à notoriedade que se construiu depois sobre eles, a partir de noções míticas e elogiosas como a “Athenas Brasileira”, os “vultos literários”, “cânones”, “patronos” e correlatos. Os quatro volumes da primeira edição do “Pantheon Maranhense” são anunciados em sítio de comércio de livros (como exemplo: www.estantevirtual.com.br), desde 2012, a R\$ 1.000,00, quando o salário mínimo estava a R\$ 622,00. Nesse ano também apareceu as “Meditações”, de Frederico José Correa, por R\$ 1.500,00. A “Eneida Brasileira”, de Odorico Mendes, impressa em 1854, pode ser encontrada em valores que circulam entre R\$ 350,00 e R\$ 900,00. Francisco Sotero dos Reis é menos valorizado, sendo sua obra mais cara o “Curso de Litteratura Portugueza e Brasileira”, com dois volumes, a R\$ 300,00 em 2015, faixa de preço semelhante para as “Obras” de João Francisco Lisboa, um dos volumes saindo a R\$ 175,00, ambos com diversos anúncios. Adquiriu-se as “Breves considerações sobre a nossa lavoura”, de 1865, no “Sebo Brandão”, na cidade de Salvador, em 2012, por R\$ 165,00.

8 DUAS EMPRESAS FAMILIARES

A escrita e a atuação política no parlamento maranhense são, em suma, no período em questão, dois empreendimentos “familiares”. Isso em virtude do enredamento por parentesco consanguíneo (pais, irmãos, primos) e por afinidade (genros, cunhados, padrinhos) que se estabelece em ambos, os configurando a partir das reconversões de capitais e retribuições pessoais. Contudo, antes, é preciso consignar a noção de “família” e seus desdobramentos. Assim como as “elites” (intelectuais, políticas, religiosas), as “famílias” não são agrupamentos fechados, de agentes preestabelecidos, facilmente identificáveis, ou mesmo duradouros, em que pese, nesse último caso, se esforçarem para demonstrá-lo.

Com efeito, a “família” pode se alargar ou se estreitar, através das estratégias adotadas ou impostas (BOURDIEU, 2004; LENOIR, 1998), agregando ou dispersando seus membros, de acordo com os capitais disponíveis e exigências ritualísticas, definindo papéis, hierarquias e pretensões: “Na segunda metade do século XIX, o alargamento da rede de instituições e de postos políticos deu nascimento à necessidade de estender a rede familiar, a fim de atender objetivos políticos” (CANÊDO, 2011, p. 63).

Dessa forma, portar um “nome” não significa pertencer a uma “família”, da mesma forma que não portá-lo não significa não pertencer a ela. Ao contrário, o “nome” é um dos elementos simbólicos que pode ser lido, interpretado e reinterpretado para a construção de “tradições” e “heranças” políticas (GRILL, 2008) ou intelectuais, mas não o único e sequer o principal deles.

As relações de reciprocidade, “amizade” (e mesmo o sentimento de afeto), estão vinculadas ao cumprimento de obrigações formais, comportamentos aguardados, reconhecimento de “autoridades” e aceitação do próprio lugar que ocupa nessa configuração. Em certas “famílias”, as relações estabelecidas entre as lideranças e os liderados poderia se dar na dimensão do patrimônio material, administrado pelas primeiras em face dos segundos, como dívidas monetárias, cuja resolução também se subordinava ao jogo de reconhecimento interno: “Nos inventários encontramos inúmeras contas que se arrastavam por anos, às vezes, passando aos herdeiros, configurando relações de solidariedade que se estendiam entre os grupos de família por várias gerações” (MOTA, 2012, p. 139-140). Por outro lado, mesmo “parentescos” próximos podiam nada significar (para uns, ao mesmo tempo em que as reciprocidades podiam tudo significar para outros):

Em 1783, por exemplo, o mestre de campo Aires Carneiro Homem de Souto Maior, comandante do regimento de milícias do Itapecuru, mandou prender alguns oficiais do terço, seus subordinados, por “repreensíveis faltas nas obrigações”. Entre os presos estava o capitão Antônio Belfort, seu cunhado. A partir daí ganhou vulto uma divergência que já deveria se arrastar a algum tempo. Logo após o fato, o ouvidor-mor da Capitania, Francisco Julião Sequeira Monclaro, foi queixar-se diretamente ao ex-governador Antônio Sales de Noronha, alegando a arbitrariedade da prisão, dado que o preso era vereador do Senado da Câmara de São Luís. Após a soltura de Antônio Belfort, Aires Carneiro passou a sofrer represálias do grupo ligado ao rico herdeiro, tendo sido ridicularizado publicamente, o que rendeu muitas queixas por parte do ultrajado aos Conselhos de sua Majestade. (MOTA, 2012, p. 141)

Contudo, neste momento, tomou-se o número de laços de parentesco “familiares” sanguíneos e por afinidade segundo as normas jurídicas do Código Civil de 1916¹⁰² para identificar os agentes e, em seguida, analisar como eles relacionavam-se entre si, percebendo as aproximações e afastamentos em suas trajetórias. Procedendo dessa maneira, tenta-se melhor perceber como se estruturavam os ajuntamentos a partir da noção de “família” para a formação de apoios, negligências/bloqueios, ocupação de posições políticas e produção escrita. Assim dispunha a legislação civilista do início do século XX:

Art. 330. São parentes, em linha reta, as pessoas que estão unidas para com as outras na relação de ascendentes e descendentes.

Art. 331. São parentes, em linha colateral, ou transversal, até o sexto grau, as pessoas que provém de um só tronco, sem descenderem umas das outras.

Art. 333. Contam-se, na linha reta, os graus de parentesco pelo número de gerações, e, na colateral, também pelo número delas, subindo, porém, de um dos parentes até ao ascendente comum, e descendo, depois, até encontrar o outro parente.

Art. 334. Cada cônjuge é aliado aos parentes do outro pelo vínculo da afinidade.

Art. 335. A afinidade, na linha reta, não se extingue com a dissolução do casamento, que a originou. (BRASIL, 1916)

Como decorrência, chegou-se ao seguinte quadro:

¹⁰² Lei n.º 3.071, de 1º de janeiro de 1916, que institui o primeiro Código Civil brasileiro, revogado pela lei n.º 10.406/2002, que impôs outro. Optou-se pelas normas do anterior em face de sua estrutura ideológica, posto que produzido por parlamentares e juristas oriundos das faculdades de Direito oitocentistas, e mesmo porque pertencente ao tempo cronológico da pesquisa e conforme a citação de boa parte das fontes consultadas, como Coutinho (1981). A noção jurídica de “família” variou muito ao longo do tempo. No direito romano, “Não era considerado da mesma família o membro que não cultuasse os mesmos deuses. O laço de sangue não bastava para estabelecer o parentesco; era indispensável haver o laço de culto.” (VENOSA, 2003, p. 257).

Quadro 31 – Deputados escritores e tipos de parentesco com ocupantes de cargo eletivo¹⁰³

	1º grau	2º grau	3º grau	4º grau	5º ou + graus	Não Identificado	Total
Linha reta ascendente	1	1	-	2	-	-	4
Linha reta descendente	1	1	-	-	-	-	2
Colateral	-	2	8	2	2	-	14
Outros	3	4	-	-	-	-	7
Não identificado	-	-	-	-	-	7	7
Total	5	8	8	4	2	7	34

Fonte: Coutinho (1981), e outros.

Com efeito, de 59 deputados-escreitores, conseguiu-se apontar 34, ou 57,62% deles possuindo laços de parentesco com ocupantes de cargos eletivos, a maioria tendo passagem pelo parlamento maranhense e com produção escrita no formato livro, ou seja, pertencente à própria população investigada. Esse número certamente é bem maior. As vinculações por parentesco foram tomadas somente a partir da lembrança/menção realizada pelas fontes bibliográficas consultadas, notadamente Coutinho (1981; 2005a; 2005b; 2007), Blake (1970) e memórias de família, publicadas em livro (2000) e disponíveis na internet, não havendo a preocupação de elaborar árvores de antepassados, o que, se feito, deverá projetar a maior as quantidades aqui apresentadas.

Assim mesmo, quanto ao trabalho “político” e “literário”, em termos genealógicos, há três “troncos” (ancestralidade comum) principais e interligados: os “Belfort”, “Gomes de Souza” e os “Vieira da Silva”. Eles são semelhantes quanto à origem e posição social de seus agentes:

Duas as irmãs Freire casaram-se com membros da família Gomes de Sousa, continuando a união que começou com seus avós. Apesar de já serem parentes de sangue, Dona Inácia Maria Freire, uma das filhas da primogênita de Lourenço Belfort, casou-se com Felipe Marques da Silva, cujo bisavô, homônimo do marido, era avô do noivo. Sua outra irmã, D. Lourença Maria Freire, casou-se com o alferes Joaquim Antônio Gomes de Sousa, filho do mestre de campo José Antônio Gomes de Sousa e de sua mulher D. Maria Micaela Cantanhede [...]. Por exemplo, um deles era João Paulo Carneiro, irmão de Aires Carneiro Souto Maior, que, após entrar no grupo familiar dos Belfort, foi reconhecido pela Coroa como nobre de antiga

¹⁰³ Por número de pessoas envolvidas. A expressão “cargo eletivo” se refere às posições políticas derivadas de sufrágio eleitoral no Brasil, portanto, a partir das chamadas “Cortes de Lisboa”, assembleia constituinte de 1823 e legislaturas/presidências seguintes, nacionais e locais. A categoria “Não identificado”, neste caso, tratou de referências a parentescos, no entanto, sem especificar o grau. Sobre as noções de “linha” e “grau” e correlatas: “A linha é a série de pessoas que se relacionam pelo vínculo. Dentro dessas linhas, há graus de parentesco que se definem pela proximidade do ancestral comum. Grau é a distância que vai de uma geração a outra. Geração é a relação que existe entre gerador e gerado. Pode haver parentesco misto ou complexo quando o vínculo decorre de duas ou mais relações simultâneas: dois irmãos que se casam com duas irmãs, por exemplo.” (VENOSA, 2003, p. 258)

linhagem. [...] As atestações e louvores de Aires Carneiro Souto Maior, de José Antônio Gomes de Sousa, sogro do pleiteante, e de outros de seus antepassados influentes, asseguram a Luís Antônio Vieira da Silva o cargo de capitão-mor de toda a região do Itapecuru (MOTA, 2012, p. 135-138)

A esse propósito, houve outro Luiz Antônio Vieira da Silva, o Visconde de Vieira da Silva, um dos deputados-escritores, neto do capitão-mor referido acima. Segundo Mota (2012, p. 135), “Não raro, um dos filhos trazia o mesmo nome do pai, ou homenagem a um tio ou avô, o que levava a uma repetição de nomes que remete a uma linhagem, de muita valia nas questões de herança para afirmação social”. Sua trajetória será melhor exposta no capítulo seguinte, mas as vinculações “familiares” e “políticas” podem ser demonstradas agora. O pai foi magistrado e ouvidor-geral do Ceará, Joaquim Vieira da Silva e Souza, no ano de 1800 e falecido em São Luís no ano de 1864.

Ele era filho do capitão-mor Luís Antônio Vieira da Silva e Maria Clara de Souza Vieira, dos Gomes de Souza. Joaquim Vieira da Silva foi também deputado geral, presidente de província (Rio Grande do Norte e Maranhão), ministro da Marinha e da Guerra, ministro do Supremo Tribunal de Justiça (instituição precedente ao atual Supremo Tribunal Federal – STF, a mais alta corte do Judiciário nacional) e senador.

Desposou Columba de Santo Antônio de Souza Gayoso, por sua vez filha do tenente-coronel Raymundo José de Souza Gayoso, autor do livro “Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão”, impresso em Paris, após sua morte – que se dera no ano de 1813 –, em 1818. Nessa publicação, Almeida (2008) diz ser possível identificar a construção ideológica da “Decadência” econômica da região.

Dessa forma, o Visconde de Vieira da Silva tem por avô materno o lavrador e escritor Raymundo José de Souza Gayoso, que nascera em Buenos Aires, na Argentina, em 1747, sendo filho de João Henrique de Souza e Micaela Jerônimo Gayoso. Gayoso fizera seus estudos na França e Inglaterra, sendo que nesse último país teria se formado em “Economia”.

Porém, Almeida (2008, p. 36) adverte: “O fato de Gaioso ser ‘versado em finanças’ e ter trabalhado no Erário se o qualifica a produzir uma interpretação, que os classificadores de intelectuais nomeiam de ‘econômica’, não é suficiente para compor as vicissitudes do conjunto de seu trabalho.” Seu pai, bisavô do Visconde, foi João Henrique de Souza, contador e tesoureiro do erário português. É possível que João Henrique de Souza, além de pertencer aos quadros da Administração portuguesa e integrar os meios acadêmicos de Portugal, fosse também autor de livro (ainda que manuscrito, prática não abandonada em meados do século XVIII):

João Henrique de Sousa nasceu em Setúbal, começou a trabalhar aos doze anos numa casa comercial italiana em Lisboa, na qual ficou cerca de nove anos, trabalhou como guarda-livros na Companhia de Macau e viajou em negócios pela Argentina e Brasil, antes de ser nomeado oficialmente inspetor (auditor) pela Junta de Comércio e primeiro professor da Aula de Comércio de Lisboa.

Numerosos autores referem que João Henrique de Sousa foi o idealizador do plano de Contabilidade aplicado no Erário Régio (veja-se, por exemplo, Raton, 1813; Correia, 1931; Martins, 1944, 1952; Castilho, 1956; Azevedo, 1961; Gomes, 2007; Gomes e outros, 2008), o que também se nos afigura plausível. Particularizando, Martins (1944: p. 264) acentua que foi “João Henrique de Sousa quem montou a escrita do Régio Erário”. Gomes e outros (2008: p. 1164) e Rodrigues e Craig (2010: p. 49) também partilham este entendimento.

Acreditamos também que João Henrique de Sousa foi possivelmente o redactor material (ou pelo menos, um deles) da Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761. No seu título XII, epigrafado de ‘Do methodo da arrecadação do Thesoureiro, e Livros delle’ encontra-se a seguinte passagem: “Determino que o methodo da sobredita arrecadação seja o mercantil, e nelle o da escriptura dobrada [o negrito é nosso] [...]”. Ora, não sendo de todo vulgar à época usar-se a expressão escriptura dobrada como sinónimo de ‘partidas dobradas’ ou ‘método mercantil’, Sousa a ela recorreu no seu manuscrito de 1765 – ‘Arte da Escritura Dobrada Que Dictou na Aula do Commercio João Henrique de Souza e Copeada para Instrução de Joze Feliz Venancio Cout.º no Anno de 1765’. (GONÇALVES; LIRA; MARQUES, 2012, p.17)

A publicação do “Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão”, dedicada ao “muito alto, e muito poderoso senhor Rey de Portugal, Dom José Primeiro” (GAIOSO, 1970, s/p) foi conduzida por sua mulher e parentes de afinidade Gomes de Souza. Em vida escreveu “Memória histórico-apologética da conduta do Bacharel Antônio Leitão Bandeira”, publicada em 1785, “Apontamentos do que tem lembrado para aumentar a riqueza do Estado” (GAIOSO, 1970, s/d) e “Reflexões políticas sobre o modo de atalhar algumas desordens da fazenda real” (GAIOSO, 1970, s/d). Por ocasião de sua morte, na Vila de Rosário, Gayoso era titulado cavaleiro professo da Ordem de Cristo.

Na verdade, Colomba (ou Columba) de Santo Antônio Gayoso e Joaquim Vieira da Silva e Souza eram primos. Uma das filhas do casal, irmã do Visconde de Vieira da Silva, Luiza Rita Vieira da Silva, desposou nada menos que o deputado-escritor Fernando Luiz Ferreira, primo por via paterna de outro deputado-escritor, João Francisco Lisboa. Fernando Luiz Ferreira editou um livreto chamado “Elogio fúnebre ao primo ilustre”, que era a forma escrita do discurso feito por ocasião do sepultamento de João Lisboa, enquanto representante da “Comissão do Atheneu Maranhense”. De se recordar que Fernando Luiz Ferreira é pai de Miguel Vieira Ferreira, o fundador da Igreja Evangélica Brasileira (ALMEIDA, 2008).

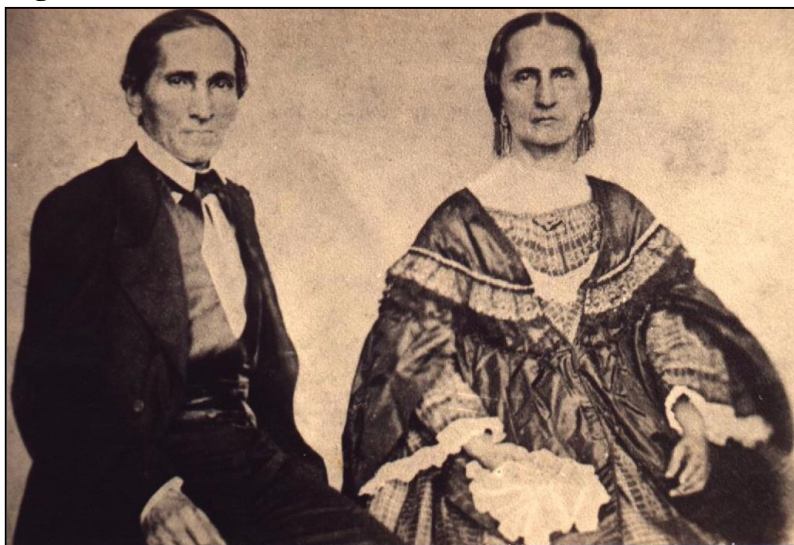
Portanto, Luiz Antônio Vieira da Silva e Fernando Luiz Ferreira são cunhados. Mas não só: seu primeiro casamento de Luiz fora com uma prima, Maria Gertrudes Gomes de Souza, entre 1851/53 (quando veio a óbito), irmã de Joaquim Gomes de Souza, dito “matemático” e “físico”, deputado geral e escritor Joaquim Gomes de Souza (1829-1864).

Esse consta como contemplado no “Pantheon Maranhense” do deputado-escriptor Antônio Henriques Leal e está entre os principais atingidos pelo também deputado-escriptor Frederico José Corrêa (2015) em seu “Um livro de crítica”.

Os matrimônios endogâmicos entre os Vieira da Silva/Ferreira e os Gomes de Souza não cessam na geração de Fernando Luiz Ferreira e Luiz Antônio Vieira da Silva. Miguel Vieira Ferreira faleceu no Rio de Janeiro, em 1895, na Rua São Clemente, n.º 79, casa de seu cunhado/primo Joaquim Gomes de Souza.

Ele desposou uma prima de 2º grau, Maria da Glória Gomes de Souza “Vieira Ferreira”, por sua vez filha do major Ignácio José Gomes de Souza e de Antônia Gertrudes de Brito Magalhães Cunha, também neta do coronel José Antônio Gomes de Souza e Maria Micaela Cantanhede, bisneta do sargento-mor Antônio Gomes de Souza, casado com Mariana das Neves, ambos portugueses. Maria da Glória Gomes de Souza era irmã do citado “matemático” Joaquim Gomes de Souza – que possuía onze irmãos e irmãs.

Figura 12 – Fernando Luiz Ferreira e Luiza Rita Vieira da Silva¹⁰⁴



Fonte: Família Vieira (2010)

¹⁰⁴ Os nomes de “Luiz Antônio e Maria Clara” eletronicamente vinculados a ela. Seriam então Luiz Antonio Vieira da Silva, casado a 13 de Janeiro de 1794, em São Luís, com Maria Clara Gomes de Souza, portanto os pais de Joaquim Vieira da Silva e Souza, esse, por sua vez, pai do Visconde de Vieira da Silva. Obviamente que a imagem não condiz com os nomes indicados. Considerando que a fotografia comercial se instala no Brasil entre as décadas de 1840/50 através do “daguerreótipo” (equipamento e método abandonados logo em seguida), o tipo da imagem, a idade presumida dos retratados e as indumentárias, típicas da segunda metade do Oitocentos, trata-se de outros indivíduos. Comparando-se com uma série de fotos, fotografuras e pinturas em miniatura, entendeu-se que se trata do casal Fernando Luiz Ferreira e Luiza Rita Vieira da Silva, provavelmente entre as décadas de 1860-70.

Também era cunhado de Joaquim Gomes de Souza, o republicano, advogado e deputado-escritor Francisco de Paula Belfort Duarte. Apesar das declaradas preferências políticas, e de ter feito parte – ainda que muito rapidamente – da Junta Provisória no Maranhão, originada do Governo Provisório surgido em 15 de novembro de 1889, durante o Império advogou em favor de Anna Rosa Viana Ribeiro, acusada de matar a tesouradas uma criança escrava, no que ficou conhecido como o “Crime da Baronesa” (ALMEIDA, 2009). Foi ela casada com o médico e agrônomo Carlos Fernando Ribeiro, chefe do Partido Liberal, “[...] depois do falecimento do senador Franco de Sá [...]” (VIVEIROS, 1999, p. 126) proprietário do “Engenho Girijó”, em Alcântara, parlamentar que também exerceu a presidência da Província, agraciado com o título de Barão do Grajaú em 1884. Esse casal foi pai do deputado não-escritor Carlos Fernando Viana Ribeiro.

Francisco de Paula Belfort Duarte era filho de Viriato Bandeira Duarte (1819 – 1893), magistrado e parlamentar que ocupou diversos cargos de alto escalão no Segundo Reinado, tendo sido nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça, em 1886, permanecendo até a nova composição republicana, em 1891. Viriato Bandeira Duarte era trineto do irlandês, o mestre de campo Lancelot (“Lourenço”, ou “Lawrence”) Belfort, o principal desbravador do Itapecuru (MOTA, 2012). Sua irmã, Augusta Carlota Bandeira Duarte (1820 - 1868) casou com Antônio Raimundo Teixeira Vieira Belfort, Barão de Gurupi pelo Império do Brasil e Visconde de Belfort pelo Reino de Portugal. O pai de Viriato Bandeira Duarte foi Francisco de Paula Pereira Duarte, desembargador no Maranhão e ministro do Supremo Tribunal de Justiça, então casado com Carlota Joaquina Bandeira Duarte.

Viriato Bandeira Duarte casou-se duas vezes. A primeira, em São Luís, no ano de 1841, com uma sua parenta, Rosa de Viterbo Gomes da Silva Belfort, filha do Barão de Coroatá, falecida em 10 de outubro de 1858, e mãe de Francisco de Paula Belfort Duarte. A segunda, a 17 de setembro de 1859, com Mariana Fortunata da Silva Maia, viúva de Manuel Félix Pereira Júnior, filha de José Antônio da Silva Maia. Rosa de Viterbo era filha de Manoel Gomes da Silva Belfort, Barão de Coroatá (deputado não-escritor) e de sua primeira mulher, Joana Ubalda Gomes da Silva Belfort. Maneira tal que os ascendentes diretos de Paula Duarte eram nobres e dignatários, ocupantes de cargos de primeiro escalão da monarquia brasileira. Casou-se com Maria Bárbara Gomes de Souza, filha de José Gomes de Souza e Antônia de Brito Gomes de Souza, por isso irmã de Joaquim Gomes de Souza. Apesar do casamento e da boa situação financeira, Francisco de Paula Belfort Duarte ficou conhecido como dado à bebida e mulheres:

Transposta a Estação dos Bondes, tivemos logo de parar à porta da chácara do Dr. Paula Duarte, que, do seu elegante terraço, nos chamava em altas vozes, convidando-nos para tomar seu café. Este era nada mais nada menos que um excelente conhaque. [...] Paula Duarte, com efeito, foi até a morte um grande boêmio; orador eloquentíssimo, advogado hábil e temido, possuidor de um peregrino talento e de variada cultura mental, ganhava rios de dinheiro na sua profissão; mas, como ele mesmo confessava, era vítima dessa “adorável trilogia – o álcool, o jogo e as mulheres!”. (MOURA, 1993, p. 23-24)

Não se localizou retrato de Paula Duarte, mas algumas menções à sua compleição física e hábitos, vez que se tornou, em razão dos costumes boêmios, uma “lenda” da cidade: “[...] juntava um formoso físico que era realçado por um requintado apuro nos vestuários” (MOURA, 1993, p. 24) e “Estatura mediana, moreno claro, cútis fina e corada, olhos e cabelos pretos, bonitas feições [...]” (NOGUEIRA apud COUTINHO, 2007, p. 292). Abundantes também são as notas elogiosas quanto ao talento de orador e “tribuno” nas bancadas forenses, mas poucas são as referências quanto aos bloqueios que sofreu, e muito omitido o seu pensamento. (COUTINHO, 2007)

Por exemplo, insurgiu-se na imprensa contra o próprio partido, quando tentou pela segunda vez candidatura à Assembleia Geral, em 1881, o que foi negado. Na verdade, havia sido eleito em 1867, mas a dissolução do parlamento pelo Imperador no ano seguinte deixou-lhe sem mandato, pois fracassara reeleger-se em seguida. Provavelmente vem daí sua recusa ao modelo monárquico.

Quando do golpe militar que instalou a República, foi chamado a compor a Junta Governativa do Maranhão, pois era dito “republicano histórico”. No entanto, seu desempenho foi medíocre: “[...] acusado por alguns de inepto e outros títulos, respondeu que ‘entre a espada e a ignorância, na junta, limitara-se a salvar a gramática, nos decretos [...]’” (COUTINHO, 2007, p. 296). De resto, seus feitos políticos encontrados nas fontes foi a incitação do povo para que destruísse o pelourinho de São Luís e um projeto de lei de sua autoria que permitira à Assembleia Provincial do Maranhão instalar-se em uma sede própria na rua do Egito (COUTINHO, 2007). Além disso, como outros pares “letrados”, era publicamente racista:

O homem tem mesmo raiva de negro! Onde ele vê um negro, vê desde logo um inimigo a combater!! Fecham-se-lhe o espírito e alma! Ele já disse uma vez que negro é moleque, e ele suporta um negro por... excesso de civilização! E então, para esmagar os negros, ele conta um fato que se deu com o Prazeres de Freitas, no Teatro São Luís:

- E já viste um negro pensar? Perguntou o Paula Duarte.

- Lobo quando chega a este ponto, levanta-se, dá duas voltas, a rir, satisfeito, porque para ele a frase de Paula Duarte é esmagadora! E repete:

- E já viste um negro pensar?

Mas que professor e que jornalista republicano é Lobo! (Nascimento Moraes, 1910, p. 9)¹⁰⁵ (JESUS, 2012, p.133).

Não que isso fosse um particularismo desses indivíduos. Dunshee de Abranches informa que os matrimônios entre as famílias bem posicionadas eram precedidos de dedicada investigação dos ancestrais dos pretendentes, a fim de se averiguar da existência ou não de “bodes”, ou seja, mulatos, com isso garantindo o “sangue puro” da descendência. Por isso “[...] quando tinham de consorciar seus filhos, iam nas suas pesquisas até aos tetravós dos pretendentes.” (MOURA, 1992, p. 33). A esse propósito ideológico, os enlaces endogâmicos também deveriam servir. Mas, para além das vinculações por casamento, outras aproximações de natureza “familiar” se estabeleciam, como o apadrinhamento formal. Isso se viu ainda com Paula Duarte, que teve o deputado-escritor Gentil Homem de Almeida Braga escolhido como padrinho de dois de seus filhos, o primeiro, nascido no Reino Unido a 27 de dezembro de 1869, e o segundo, nascido em 21 de abril de 1873 em São Luís, ambos batizados na capital maranhense.

Após seu fiasco na Junta Governativa republicana, foi definitivamente defenestrado dos círculos políticos maranhenses, e retirou-se para o Rio de Janeiro, onde morreu no ostracismo, depois de trabalhar como taquígrafo no Senado. Paula Duarte nunca conseguiu alcançar os níveis de domínio político do pai e do avô – mormente por seus hábitos boêmios públicos, comportamentos não aguardados, estranhos ao perfil do “intelectual” apto a ocupar cargos oficiais da Administração, portanto fora da ritualística e imagem a eles relacionados – e por isso seus filhos, no começo do século XX, investiram em diversas outras arenas, fora do Direito e do concurso eleitoral.

Com sua esposa foram seis, dentre eles se conseguiu identificar: Gentil Belfort Duarte (1877-1907), Thiago Belfort Duarte, Teophilo Belfort Duarte (1875-1946/47) e João Evangelista Belfort Duarte (1883-1918). Particularmente, Teophilo e João Evangelista são lembrados em um sítio eletrônico de seus descendentes como “notáveis da família” (FERREIRA, 2008a).

Ambos não tiveram investimentos políticos. O primeiro foi médico, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia e com um diploma obtido na Maryland University, nos E.U.

¹⁰⁵ Antônio Francisco Leal Lobo. São Luís, a 4 de julho de 1870 – São Luís, 24 de junho de 1916. Diretor da Biblioteca Pública, do Liceu Maranhense e da Instrução Pública. Editor da “Revista do Norte” (1901/06) e do jornal “A Tarde” (1915/16). Um dos fundadores da Academia Maranhense de Letras – AML e ideólogo da organização “Novos Athenienses”. José do Nascimento Moraes (1882-1958) foi professor, jornalista e escritor. Entre seus principais trabalhos estão: “Puxos e repuxos”, de 1910, “Vencidos e degenerados”, de 1915, e “Neurose do medo”, 1923. Fundou a revista “Athenas”. De origem mestiça, sofreu vexações de toda ordem no início do século XX, que deixou representadas em boa parte de seu escritos.

Trabalhou como professor da cadeira de histologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, membro da “Comissão de Validez do Departamento de Saúde Pública do Rio de Janeiro”, além de inspetor sanitário federal interino. Fez parte da “Comissão da Febre Amarela”. Casou com Ruth Grace, norte-americana, em Baound Brook, New Jersey, nos Estados Unidos.

O segundo, no entanto, teve uma atuação pública voltada para o futebol, logrando projeção nacional, curiosamente (talvez como negação das práticas paternas que o bloquearam na carreira profissional), conhecido pelo rigor contrário ao consumo de cigarro e bebida alcoólica pelos desportistas, e como um dos introdutores de jogadores negros no esporte:

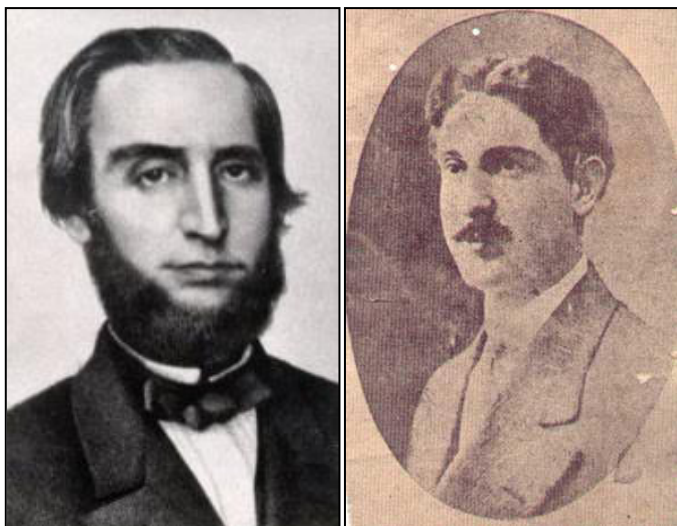
Fundador A.A. Mackenzie College, primeiro clube de brasileiros jogadores de futebol. [...] Belfort Duarte introduziu o uniforme vermelho no América, em 1908. Por sua iniciativa, em partida contra o Botafogo, o time do América cumprimentou a torcida, criando o costume. Em 1909, o América mudou a sua sede para a casa de Belfort Duarte. Em 1911, promoveu a fusão do América com o Haddock Lobo, incorporando ao seu patrimônio, o terreno da Rua Campos Sales, onde ainda é a sua sede social. Promoveu a primeira visita do América ao estrangeiro. Abriu as portas do América ao atleta negro. Atleta. Atleta exemplar, Belfort Duarte ajudou o América a ser campeão carioca pela primeira vez em 1913. Como Capitão do Time jogou sua última partida em 11 de Julho de 1915, contra o Flamengo. As Regras do Futebol. Oficializou as regras do futebol no Brasil. Prêmio Belfort Duarte. Prêmio oferecido aos atletas que não sofreram qualquer punição esportiva por dez anos. O Prêmio de Disciplina foi criado pelo CND através do Código Brasileiro Disciplinar do Futebol, em 16 de agosto 1945 e o capítulo V, artigo 31, parte penal, dispõe sobre sua outorga (FERREIRA, 2008b, s/p).

Pelo América foi campeão carioca, em 1913. Sua última participação como atleta, ocorreu em 11 de julho de 1915, jogo América x Flamengo. Abriu as portas do América para jogadores negros. Como técnico, foi campeão carioca de 1916 pelo América. Atleta altamente disciplinado, certa feita, após cometer um pênalti, não marcado pelo árbitro já que este não estava bem colocado, Belfort Duarte, foi até ele relatando que havia cometido pênalti no lance. Deixando de jogar, foi técnico e dirigente do América. Sempre exigia muita disciplina, proibia o uso de bebidas alcoólicas e não permitia, também, o fumo. (ALBANO, 2015, s/p)

O futebol, nas primeiras décadas do século XX, ainda pertence aos agentes de estratos sociais elevados, apesar da fase de progressiva popularização. Belfort Duarte, por exemplo, não parece que tinha problemas com dinheiro. Morou em São Paulo e depois no Rio. Dominava a língua inglesa, e se ocupava viajando por várias cidades, organizando equipes futebolísticas. Ele terminou morrendo assassinado pelo caseiro de seu pequeno sítio no interior do Rio de Janeiro, para onde se retirara a fim de convalescer da gripe espanhola, exatamente no dia de seu aniversário de 35 anos, a 27 de Novembro de 1918. O motivo do crime seria disputa por terras. Casado em 5 de Dezembro de 1901, deixou viúva Aída

Deborah Bellinger, nascida em 10 de Fevereiro de 1882 e falecida em 18 de Agosto de 1962, com descendência.

Figura 13 – Viriato Bandeira Duarte e João Evangelista Belfort Duarte¹⁰⁶



Fonte: Acervo particular do autor

O investimento na prática/direção de clube esportivo, especialmente o futebol, e nos moldes como João Evangelista Belfort Duarte fez, não pode ser, a priori, tomado como de lugar inferior. Isso porque, antes da profissionalização na década de 1920, pressupunha outras formas de manutenção aos que a ele estavam engajados, especialmente para os organizadores, a rigor ricos industriais e comerciantes. No Maranhão, por exemplo, foi introduzido em 1906 por Joaquim Moreira Alves dos Santos, que ainda no ano anterior estudava técnicas industriais em Liverpool, no Reino Unido, quando soube do falecimento de seu pai, Crispim Alves dos Santos, sócio-fundador da Companhia Fabril Maranhense e de outras têxteis de São

¹⁰⁶ Avô e neto: Viriato Bandeira Duarte e João Evangelista Belfort Duarte. O primeiro, deputado não-escritor. Formou-se em Direito na Faculdade de Olinda, em 1840. Ocupou postos da magistratura no Maranhão, Mato Grosso – onde foi chefe de polícia - e Pará. Nomeado Auditor-Geral da Marinha, em de 1864. Elevado a desembargador da Relação do Maranhão em 1872 e depois em Minas Gerais, onde também foi presidente. Membro do Conselho Supremo Militar. Nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Aposentado compulsoriamente em decreto de 21 de março de 1891, provavelmente em razão de afinidades com a monarquia. Deputado à Assembléia-Geral pela província de Mato Grosso, na 9ª legislatura (1853-1856), e Maranhão, nas 10ª (1857-1860), 11ª (1861-1864) e 12ª (1864-1866). Faleceu a 3 de dezembro de 1893 no Rio de Janeiro, e seus despojos estão sepultados no Cemitério da Ordem de São Francisco de Paula. O segundo, nem deputado, nem escritor. Traduziu, do Inglês para o Português as regras do futebol, e viajava pelo Brasil fundando equipes com o nome de “América”. Foi postumamente homenageado, em 15 de agosto de 1945, com o “Prêmio Belfort Duarte”. Ambos trajam ao rigor da moda de cada época: casaca escura, camisa sem gola e *black tie* para Viriato; o neto, terno risca-de-giz, camisa de gola e gravata plastron. Bandeira Duarte está com barba sem bigode, típica dos anos 1850 e muito utilizada por escritores e políticos, como o maranhense João Francisco Lisboa e o português Alexandre Herculano. João Evangelista, com bigode e sem barba, está conforme um jovem desportista do início do século XX. Um encara o retratista; o outro, o futuro. Eles parecem guardar um sorriso discreto, como que satisfeitos e orgulhosos.

Luís.

Assim, o fato dos agentes estarem no Rio de Janeiro, a sede dos poderes políticos do país, não significava estar longe dos vínculos familiares e de amizade, ao contrário. “Todos estavam no Rio”, já que muitos deputados-escritores fixaram-se nessa cidade ao fim de suas carreiras profissionais. Antônio Augusto Dunshee de Abranches (1936 -), advogado bem consolidado, ali foi presidente do Clube de Regatas Flamengo, entre 1981-83. Antônio Augusto é bisneto do deputado-escritor João Dunshee de Abranches Moura, o mesmo que recebera o convite de Paula Duarte para tomar conhaque como café-da-manhã.

A descendência de Dunshee de Abranches merece um estudo próprio, pois são agentes de liderança nos domínios da advocacia, do jornalismo e do futebol na antiga capital do país. Por exemplo, o pai de Antônio Augusto foi Carlos Alberto Dunshee de Abranches (Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1913 – Petrópolis, 22 de junho de 1983), professor catedrático de direito internacional público da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, ex-presidente e membro da Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos – OEA, amigo pessoal de Sobral Pinto¹⁰⁷, um dos principais advogados brasileiros de meados do século XX.

O pai de Carlos Alberto, por sua vez, foi Clóvis Dunshee de Abranches, advogado criminalista muito conceituado no início do Novecentos, tendo defendido no júri os três acusados pela morte do deputado João Suassuna, pai do escritor Ariano Suassuna, no contexto do crime que resultou na morte de João Pessoa¹⁰⁸, desencadeando a Revolução de 1930. Àquele tempo, Clóvis já havia alcançado a fama, tendo absolvido Sylvia Seraphin Thibau (- 1936), que assassinou a tiros, na redação de “A Crítica”, Roberto Rodrigues, irmão do escritor Nelson Rodrigues, às vistas desse.

João Dunshee de Abranches Moura teve por avô João Antônio Garcia de Abranches, (auto)alcançado de “O Censor”, em razão do jornal de mesmo nome que publicava no Maranhão pós-Independência. Essa “tradição familiar” faz Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro, filha de Dunshee de Abranches, dizer “Sou filha, neta e bisneta de jornalistas. Tenho até a impressão de que trago o jornalismo no sangue.” (JORNAL DO BRASIL, 1983). Garcia de Abranches era português e rico comerciante em São Luís.

¹⁰⁷ Heráclito Fontoura Sobral Pinto (Barbacena, 5 de novembro de 1893 — Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1991). Atuou em casos humanitários que envolveram as ditaduras do Estado Novo e de 1964.

¹⁰⁸ João Urbano Pessoa de Vasconcelos Suassuna (Paraíba, 1886 – Rio de Janeiro, 1930). Membro do Partido Republicano da Paraíba, presidente desse estado entre 1924-28, tendo sido assassinado no Rio de Janeiro, durante os eventos iniciais da Revolução de 1930. A justificativa para a derrubada do presidente Whashington Luís foi o assassinato de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, adversário do segmento político oposto ao de João Suassuna.

Defendendo em seu periódico os interesses lusitanos na política e economia do novo país, seu principal adversário foi o deputado-escritor Odorico Mendes, que editava o “Argos da Lei”. Ele é um dos mencionados com destaque no “Pantheon Maranhense”, chamado de “Virgílio Brasileiro”, em razão das traduções que fez do poeta latino.

Na redação do “Argos da Lei” – apelidado de “Algoz da Lei” –, a serenidade dos literatos não era observada, posto ser dado a “destemperos verbais” (MORAES, 2011). Dunshee de Abranches Moura (1992) toma o avô como um paradigma pessoal do trabalho política e do “jornalismo”, filtrando seu pensamento lusitanista/monarquista e adaptando o nicho da Independência ao da República, onde se insere. No mesmo sentido, rendeu homenagem a outro deputado-escritor, que era seu parente: Frederico Magno de Abranches, filho de Garcia de Abranches. Esse tio se tornara, no livro “A Setembrada”, de 1931, o protagonista do movimento que lhe rende o nome.

Frederico Magno nasceu por volta de 1804/06 no Maranhão e morreu em Caiena (ou imediações), na Guiana Francesa, em 1879, exercendo o cargo de cônsul do Brasil – e outros em nome do país – naquele território, há quase trinta anos. Em sua juventude foi deputado na primeira legislatura do parlamento maranhense e deputado-geral em 1836-1837, substituindo Joaquim Vieira da Silva e Souza, nomeado ministro dos negócios do Império. Exerceu a função de professor de Filosofia no Liceu Maranhense, mas não consta que tivesse formação acadêmica. Teria escrito “Elementos da gramática latina”, livro impresso no Rio de Janeiro em 1848. Atuou como redator do periódico “O Pharol Maranhense”, ao lado do deputado-escritor João Francisco Lisboa.

Interessante é o fato de que também escrevia no “Argos da Lei”, de Odorico Mendes, que combatia as manifestações do próprio pai, o “O Censor”. No entanto, não era essa uma dissociação radical e traumática entre membros proeminentes da mesma “família”. Ao contrário, ambos figuravam como chefes de teias de apoio contrárias e favoráveis, respectivamente, à administração do Lord Thomas Cochrane, Marquês do Maranhão¹⁰⁹, na Província. Longe de haver desafeto sério entre eles, os mais virulentos textos brotavam – de forma extraordinária – da mesma casa, mesa e tinteiro:

¹⁰⁹ Thomas Alexander Cochrane, Décimo Conde de Dundonald pelo Reino Unido, e Primeiro Marquês do Maranhão pelo Império do Brasil (1775-1860), foi oficial condecorado da Marinha Real Britânica, tendo atuado nos movimentos independentistas da América. Convidado pelo governo brasileiro, através de decreto de 21 de março de 1823, assumiu a patente de Primeiro-almirante. Cochrane assumiu o comando-em-chefe da esquadra brasileira, embarcando na nau Pedro I, rumo às províncias do Norte. Combateu nas batalhas da independência da Bahia e do Maranhão em 1823, o que lhe rendeu o título nobiliárquico imperial.

Emplumado por vocação, e atingindo a maioridade, começou Frederico a redigir o Argos da Lei, antagonista do Censor. Pae e filho viviam sob o mesmo tecto, e às vezes, sentados um defronte do outro, à mesma banca de trabalho, dilaceravam-se a golpes de Penna, escrevendo furiosos artigos, na infundável rixa do Censor e do Argos da Lei. De quando em quando, nesse originalissimo duello, tinham os dous uma palavra amiga, um olhar carinhoso, a espontânea doçura de um sorriso. Mas logo volviam ao papel, ao combate: remergulhando na mesma tinta as suas pennas inimigas, embebendo as suas armas no mesmo sangue, Abranches pae e Abranches filho [...]. (AMERICA BRASILEIRA, 1924, s/p)

Garcia de Abranches, em 1830, terminaria recebendo ordem de prisão, sendo deportado em seguida para Portugal por determinação do então presidente interino do Maranhão. Essa atitude foi criticada pelo Imperador D. Pedro I – que seria levado a abdicar no ano seguinte – mas ele seria bem recebido em Lisboa, onde morou por algum tempo, depois se retirando definitivamente para os Açores.

As relações entre “família”, política e escrita estão também presentes para o deputado-escritor Antônio César de Berredo, que possui poemas compilados no “Parnaso Maranhense”, de 1861, e autor do livro de poesias “Lira de Instantes”, do ano 1878. Consta ser descendente do “historiador” Bernardo Pereira de Berredo e Castro, governador do Maranhão entre 1718 e 1722, que escreveu os “Annaes históricos do Estado do Maranhão: em que se dá noticia do seu descobrimento, e tudo o mais que nele tem sucedido desde o ano em que foi descoberto até o de 1718”, impresso pela primeira vez em Lisboa, em 1749. Esse livro, particularmente serviu para as análises de diversos autores oitocentistas como Gaioso (1970) e João Lisboa (1991).

Antonio César de Berredo era filho de Anna Isabel Duarte Lisboa e Manoel Veríssimo de Berredo, neto de Isabel Cantanhede e João Duarte Lisboa, bisneto de José Cantanhede e trineto de Faustino Mendes Cantanhede. O dito Faustino, um dos primeiros povoadores europeus do Itapecuru, era também ascendente longínquo de Antonio Henriques Leal. Esse era filho de Ana Rosa de Carvalho Reis e Alexandre Henriques Leal, neto de Maria Rosa de Carvalho e Antonio José dos Reis, bisneto de Lourença Maria Cantanhede e Antonio Carvalho Pinto de Sousa, trineto de José Cantanhede e por fim, tetraneto de Faustino Mendes Cantanhede.

Apesar da distância genealógica, Antônio César de Berredo e Antônio Henriques Leal eram pessoas próximas, pois, além de originados da mesma região maranhense, foram contemporâneos e atuaram juntos no trabalho político e da escrita. Antônio Henriques Leal era primo de Alexandre Teóphilo de Carvalho Leal, amigo e confidente do poeta Antônio Gonçalves Dias (1823-1864). Esse foi consagrado ainda em vida, através de seus escritos românticos de inspiração nacional-indianista, e talvez possa ser dito como mediador no

“domínio literário” entre os produtores do Maranhão com o Rio de Janeiro e Portugal.

Os parentescos do Itapecuru não param: o deputado-escritor Fábio Alexandrino de Carvalho Reis era filho de Antonio José dos Reis e Anna Rosa de Carvalho Reis, neto de Antonio Carvalho Pinto de Sousa e Lourença Maria Cantanhede, bisneto de José Cantanhede e, portanto, trineto de Faustino Mendes Cantanhede. Casou com sua sobrinha, Anna Rosa Leal, era irmã do mencionado Antônio Henriques Leal.

João Lisboa casara-se em 20 de novembro de 1834 com Violante Luísa da Cunha, irmã da viúva de José Cândido de Moraes e Silva, que redigia o periódico jornal “O Pharol Maranhense” consigo e com Frederico Magno de Abranches. Não apenas isso, sua esposa era sobrinha de João Inácio da Cunha, senador do Império e agraciado Visconde de Alcântara. Ela também descendia de um indivíduo chamado Bento da Cunha, pai de Francisco Raimundo da Cunha, e esse de Manuel Odorico Mendes, o deputado-escritor que se opunha a Garcia de Abranches. Maneira tal que a esposa de João Lisboa era ao mesmo tempo prima de Odorico Mendes e sobrinha do ministro, desembargador e senador João Inácio da Cunha (COUTINHO, 2007).

Ainda no século XIX, as redes de parentesco com ingresso nos postos de poder estatais se mostram também na linhagem do deputado-escritor Cândido Mendes de Almeida, com o filho Fernando Mendes de Almeida na mesma categoria. Os Mendes de Almeida, a propósito, são muito semelhantes aos Dunshee de Abranches no Rio de Janeiro, com investimentos de sucesso nas carreiras jurídicas, acadêmicas e religiosas (no âmbito da Igreja Católica).

Pouco lembrado, no entanto, é o irmão de Cândido Mendes, João Mendes de Almeida (Caxias, 1831 – São Paulo, 1898), que construiu sua trajetória a partir da capital paulista. Iniciando o curso jurídico na Faculdade de Direito de Olinda, terminou concluindo-o na de São Paulo, em 1853. Exerceu a magistratura, mas a abandonou para concorrer à deputação-geral pela Província do Maranhão, no que foi vitorioso em duas legislaturas, e depois por São Paulo, em três. Escreveu o “Dicionário Geográfico da Província de São Paulo”. Além disso, fez circular naquela cidade os periódicos “A Lei”, “A Opinião Conservadora”, “A Ordem”, “A Autoridade”, “A Sentinela” e “A Sentinela Monarquista”. Enquanto liderança do Partido Conservador, entre 1859 e 1878, foi o principal redator da chamada “Lei Rio Branco” ou “Lei do Ventre Livre”¹¹⁰.

¹¹⁰ Projeto proposto pelo gabinete conservador presidido pelo Visconde do Rio Branco, em 27 de maio de 1871. Em 28 de setembro de 1871, sob o nº 2.040/1871, foi aprovada. Declarava livre “[...] de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e

Como homenagem póstuma, batiza a praça onde se localizava sua residência, logradouro onde foi edificado o fórum que leva o nome de seu filho João Mendes de Almeida Júnior (São Paulo, 1856 - Rio de Janeiro, 1923). Esse último foi um advogado, professor e ministro do Supremo Tribunal Federal – STF. Formara-se pela Faculdade de Direito de São Paulo no final da década de 1870. Elegeu-se vereador da Câmara Municipal de São Paulo, ocupando a presidência dessa casa legislativa entre 1881-1882. Escreveu “Algumas Notas Genealogicas: Livro de Familia: Portugal, Hespanha, Flandres-Brabante, Brazil, Sao Paulo-Maranhao: Seculos XVI-XIX”, de 1886. Foi lente da Faculdade de Direito de São Paulo, ministrando as cadeiras de direito criminal, civil e eclesiástico. Dirigiu essa instituição entre 1910 e 1916. Através de decreto desse ano, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, ocupando o cargo até a aposentadoria em 1922. Faleceu na capital da República no ano seguinte, e sepultado definitivamente no Cemitério da Consolação, em São Paulo.

O primeiro casamento do deputado-escritor Visconde de São Luís, Antônio Marcelino Nunes Gonçalves foi com Lucrecia Augusta Belfort Serra, sua parenta distante, viúva de Filipe Quinto Belfort, por sua vez sobrinho do Barão de Coroatá, o mesmo que foi pai de Rosa de Viterbo Gomes da Silva Belfort, primeira esposa e parenta de Viriato Bandeira Duarte, pai do deputado-escritor Francisco de Paula Belfort Duarte. Antônio Marcelino Nunes Gonçalves e Lucrecia tiveram duas filhas conhecidas. Depois, tornado viúvo, casou-se com outra parenta (que também era parenta da finada Lucrecia): Ana Evarista (Evarinta) Belfort Serra de Burgos, que era parenta de outro deputado-escritor, Joaquim Maria Serra Sobrinho. Quem teve proximidade com a segunda família do Visconde de São Luís foi o deputado-escritor Dunshee de Abranches.

Esse narra os episódios que envolveram a alforria de “*Mi’ama*”, escrava que fora sua ama-de-leite, até então não conseguira sua liberdade, mesmo “[...] apesar de todas as suas prendas e de todas as suas bondades, tendo amamentado maternalmente filhos de seus donos e de outras nobres famílias da terra [...]”. (MOURA, 1992, p. 1). Ele tinha apenas seis anos, mas diz lembrar-se do dia em que a irmã Amélia o levou com uma filha de “*Mi’ama*” (liberta por ocasião do batismo, e que tinha uma pequena loja de secos-e-molhados) até a casa de sua proprietária, a fim de oferecer-lhe avultada quantidade de dinheiro, juntado com sua atividade comercial, e com isso comprar-lhe a alforria. As famílias de Dunshee de Abranches e do

providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos”. Assim, considerava livres todos os filhos de escravos nascidos a partir da data em que entrava em vigor. Na Câmara dos Deputados, o projeto teve 65 votos favoráveis e 45 não. Desses, 30 eram de deputados das três principais províncias cafeeicultoras: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. No Senado, foram 33 votos a favor e 7 contra, dos quais 5 foram das províncias produtoras de café.

Visconde de São Luís – deputados-escritores – eram próximas: “Ao ver-me, a ilustre matrona sentou-me ao colo, pois era muito amiga de uma tia minha, e acariciou-me ternamente.” (MOURA, 1992, p. 4). A propósito, as residências eram próximas, na Rua do Sol (ambas demolidas): o “Palacete dos Serras”, na atual Praça João Lisboa, esquina com a Rua do Egito, e da dos Abranches, esquina com o Beco do Teatro e do Ribeirão.

A proprietária recusara a oferta, mas seu marido, o Visconde de São Luís, dois meses depois, interpelado às portas do Senado, no Rio de Janeiro, pela filha de “*Mi’ama*” e sem consultar a esposa, passara-lhe a alforria. Em momento algum Dunshee de Abranches faz qualquer crítica à Viscondessa. Ao reverso, faz-lhe deferências e ao esposo: “D. Evarinta, senhora maranhense, coração bem formado e caridoso, oriunda de tradicional família de São Luís e tia do grande abolicionista Joaquim Serra, se se aborreceu com o ato magnânimo do eminente estadista, que tanto a queria, não o demonstrou [...]” (MOURA, 1992, p. 4). Outro deputado-escritor é lembrado na trama, Antônio Marques Rodrigues: Durante a missa festiva, era uso anos antes fazerem-se as tradicionais libertações na pia de pequenos escravos, ora pelos próprios senhores, reconhecidos às suas boas servas, ora custeadas pelos cofres da Sociedade Manumissora, fundada pelo grande filantropo Dr. Antônio Marques Rodrigues. (MOURA, 1992, p. 3)

Relevante também é a nota de rodapé aposta nesta edição, de autoria de Jomar Moraes, membro da Academia Maranhense de Letras, sobre Antônio Marques Rodrigues, um dos biografados no “Pantheon Maranhense” (autor do muitas vezes reeditado “Livro do Povo”, didático), enfatizando seus investimentos na temática econômica:

[...] notabilizou-se na luta em prol da emancipação dos escravos e pelos relevantes serviços ao desenvolvimento de nossa agricultura. Nesse campo atuou através de artigos na imprensa, da edição e manuais agrícolas e da Escola Agrícola do Cutim, empreendimento que não logrou levar adiante. (MOURA, 1992, p. 3)

Troncos muito presentes no parlamento maranhense, entre deputados-escritores e não-escritores, são o dos “Viveiros” e dos “Gomes de Castro”, que originam um terceiro, os “Viveiros de Castro”. Dos últimos, lista-se: Augusto Olympio Viveiros de Castro, Francisco José Viveiros de Castro (deputados-escritores) e Eurico Ferreira Parga Viveiros de Castro (deputado não-escritor). Neste ponto, tem-se das mais significativas vinculações entre “família”, trabalho político, escrita, ocupação de cargos proeminentes de poder e consagração social: Augusto Olympio e Francisco José são irmãos, e filhos de Augusto Olympio Gomes de Castro, deputado não-escritor, chefe do Partido Conservador do Maranhão no Segundo

Reinado, e de Ana Rosa Viveiros de Castro, filha de Francisco Mariano de Viveiros Sobrinho, Barão de São Bento, deputado-geral pelo Partido Conservador na 10ª legislatura. Originários da região de Alcântara, são ascendentes do escritor Jerônimo de Viveiros (1999), que dedica o livro “Alcântara no seu passado econômico, social e político” a descrever as personalidades políticas de sua e de outras linhagens.

Segundo Viveiros (1999, p. 136), Gomes de Castro nasceu “[...] na obscuridade, apesar de nobre de origem, pois descendia de Arnaldo de Bayão e de Diogo de Campos Moreno”. Afirma mesmo que era “pobre e sem recursos”, e que para conseguir concluir o ensino secundário, teve que recorrer ao “emprego público”, sendo aprovado em concurso para o cargo de “praticante”, na Tesouraria da Província. Assim mesmo, concluiu o curso jurídico em Olinda e foi nomeado promotor de justiça em Alcântara, quando de seu retorno. Viveiros (1999), neste livro, não explica como se dá tão radical passagem, que não pode ser respondida pela via de um seletivo para um cargo de segundo escalão. O curso de Direito era dispendioso, e a promotoria para a qual fora nomeado logo após a formatura era de um centro político-econômico extremamente importante, inclusive a nível regional. Tanto que foi demitido do Ministério Público em 1864 quando da ascensão de um presidente de província “liberal”, conforme constava em sua portaria de exoneração, por “[...] ser membro do Partido Conservador” (VIVEIROS, 1999, p. 137).

Um ataque aberto, dessa natureza, somente poderia ser feito contra alguém que ocupasse posição fundamental da rede adversária. Na introdução de “Benedito Leite, um verdadeiro republicano”, Viveiros (1960, p. 4) menciona que “Foi o dr. Alexandre José de Viveiros, chefe dos conservadores alcantarenses, depois do falecimento do Barão de São Bento, quem investiu o genro deste, o Dr. Gomes de Castro, na direção do referido Partido.”. Francisco Mariano de Viveiros Sobrinho, o Barão de São Bento, faleceu em 1860, com apenas 41 anos de idade, e Alexandre José de Viveiros em 1864, com 47. Gomes de Castro nasceu em 1836, por isso, quando seu sogro veio a óbito, tinha 24 anos e 28 quando o mesmo se deu com seu “padrinho” político, irmão do referido. Ora, meados da segunda década de vida é tempo de conclusão do curso superior, pelo que é de se crer a filha do Barão de São Bento foi dada em casamento a Gomes de Castro no final de sua formação acadêmica ou imediatamente após. Tudo isso faz concluir que Augusto Olympio tinha outros capitais a ser acionados quando da adversidade financeira.

De fato, a “origem humilde” que Jerônimo de Viveiros atribui a ele evidencia uma visão centrada exclusivamente no domínio imediato de grandes capitais econômicos como definidor de acesso/pertencimento aos estratos superiores de poder. Mas, Augusto Olympio

era sobrinho-neto do arcediogo José Constantino Gomes de Castro, formado pela Universidade de Coimbra em Filosofia e Matemática, no ano de 1794. “Foi ainda comendador da Ordem de Cristo, advogado provisionado e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” (VIVEIROS, 1999, p. 112). Também, envolvera-se nas lutas independentistas, sendo preso em 1821 e banido para Portugal. Retornou ao Maranhão, após absolvição, tendo publicado ao todo seis livros. Seus pais eram o tenente-coronel de milícias Manuel Antônio Gomes de Castro e Francisca Maria Correia. “Ambos da nobreza da capitania”.

O pai teve brasão de armas, passado em 1792, a mãe descendia de Diogo de Campos Moreno, sargento-mor do Brasil (VIVEIROS, 1999, p. 111). Quando José Constantino morreu, Augusto Olympio tinha 9 anos de idade. Enfim, ele pertencia a um dos “grupos familiares” mais influentes da região de Alcântara, decerto detentor de vasta rede de “parentes”, consanguíneos ou não, a ser aproveitada, via matrimônio, pelos Viveiros.

A trajetória política de Augusto Olympio Gomes de Castro está bem documentada (CARNEIRO; LOPES, [2013?b]), posto ter logrado eleições sucessivas para a Assembléia Provincial do Maranhão e Assembleia Geral do Império (onde exerceu a presidência de algumas comissões) durante o Segundo Reinado, presidido as províncias do Piauí e Maranhão por diversas vezes e rapidamente aderindo à República quando de sua instalação, compondo a Junta Governativa ao lado de Francisco de Paula Belfort Duarte, José da Silva Maia e outros, e elegendose para o Senado em 1894.

Apesar de algumas fontes contemporâneas citam-no como “escritor”, porém, não se viu confirmação disso, ao menos em Blake (1970) e Viveiros (1999), e talvez seja apenas uma menção ao fato de que escrevia em jornais. Por isso, não fez parte da população estudada. Seus filhos, no entanto, a ela pertencem, e suas trajetórias, - inclusive pelo nome adotado por ambos na lombada das publicações jurídicas, “Viveiros de Castro” – são tão similares que demandam um controle cuidadoso quanto à atribuição autoral de livros e posições alcançadas. O sítio do Supremo Tribunal Federal, por exemplo, atribui a Augusto Olympio Viveiros de Castro ao menos dois livros que seriam apenas de seu irmão, Francisco José: “A Nova Escola Penal”, de 1894, e “Delictos contra a honra mulher: adultério, defloramento, estupro, a sedução no Direito Civil”, de 1897. (BRASIL, 2015c)

Francisco José Viveiros de Castro nasceu em Alcântara, a 13 de novembro de 1862. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Recife, em 1883. Ao retornar, foi nomeado promotor de justiça. Elegeu-se para a Assembleia Provincial do Maranhão e presidiu a Província do Piauí, entre julho de 1887 e julho de 1888, depois, assumiu o cargo de magistrado. Com o advento da República, no início da década de 1890, foi nomeado

desembargador no Distrito Federal. É bem lembrar que, nessa época, seu pai participava ativamente da organização do regime republicano no Estado, e saíria candidato ao Senado em 1894. Vencido o pleito, passa a residir no Rio de Janeiro, cidade para a qual também se mudaram os filhos.

Nesse mesmo ano assumiu a função de professor de direito penal na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Essa fora fundada pelo maranhense e deputado-escritor Fernando Mendes de Almeida, filho de Cândido Mendes. Defendeu as concepções lombrosianas sobre o homem criminoso, o que, para a época, era o que havia de mais sofisticado nas “ciências criminais”, especializando-se, igualmente, no direito penal sexual (crimes relacionados à “honra das mulheres”, homossexualismo, dentre outros objetos jurídicos correlatos). Faleceu na capital da República em 06 de agosto de 1906.

Augusto Olympio Viveiros de Castro, irmão mais novo e que viveu mais, nasceu em 27 de agosto de 1867, em Alcântara. Formou-se na Faculdade de Direito de Recife, em 1888. Tão logo foi, como de praxe, nomeado promotor de justiça. Advogou em São Luís, e por decreto de 7 de agosto de 1891, nomeado substituto do juiz federal no Maranhão, exonerando-se em 4 de agosto de 1894. Logo nomearam-lhe, em decreto de 31 de dezembro de 1897, representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (cargo equivalente ao de ministro dos tribunais superiores) e diretor do mesmo órgão em 1901, configurando uma abrupta ascensão profissional, que ultrapassa mesmo a do irmão. Já com o pai falecido, em 1915 é nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal – STF.

Foi também, em 1907, “lente catedrático” da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, lecionando as cadeiras de direito civil, administrativo e internacional. Na “Academia de Altos Estudos” (criada por associados ao IHGB, em meados da década de 1910) fez várias conferências sobre “questões operárias”. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lá ministrou um curso sobre “História Tributária do Brasil” e onde publicou trabalhos como “Manifestação de sentimento constitucional no Brasil-Reino: a convocação de uma constituinte pelo decreto de 3 de junho de 1822 - os deputados brasileiros nas cortes de Lisboa”, de 1914 e “Os franciscanos no Maranhão”, de 1924. Faleceu no ano de 1927, na cidade de São Paulo, tendo seus restos mortais trasladados para o Cemitério de São João Batista, no Rio de Janeiro.

Existe alguma semelhança na quantidade da produção escrita de um e de outro irmão no formato livro quando o tema é o direito. Isso se dá em razão da profissionalização das carreiras jurídicas na época. Augusto Olympio, por exemplo, tem muitos trabalhos publicados em periódicos da área, como a “Revista de Legislação, Doutrina e Jurisprudência”

e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, no início do século XX, além de anais de congresso. Algumas temáticas são abordadas por Augusto Olympio e negligenciadas por Francisco José. Veja-se:

1) DIREITO

1.1) Augusto Olympio Gomes de Castro: “O Contrabando”, 1899; “Tratado dos Impostos”, com duas edições, 1901 e 1910; “Tratado de Sciencia da Administração e Direito Administrativo”, três edições, 1906, 1912 e 1914; “De l’expropriation à cause de l’ utilité publique” e “Devoirs, droits e responsabilité des fonctionnaires publiques”, ambos impressos em Bruxelas no ano de 1910; “Estudos de Direito Público”, de 1914; “Direito Público e Constitucional”, do mesmo ano e “Curso de Direito Internacional Privado”, de 1920.

1.2) Francisco José Viveiros de Castro: “A Nova Escola Penal”. Rio de Janeiro: Livraria Moderna, 1894; “Atentados ao pudor: sobre as aberrações do instinto sexual”. Rio de Janeiro, 1895; “Delictos contra a honra da mulher: adultério, defloramento, estupro, a sedução no Direito Civil”. Rio de Janeiro, 1897; “Sentenças e decisões em matéria criminal”, “Jurisprudência criminal”, “Questões de direito penal” e “Ensaio jurídicos”, esses últimos sem data.

2) BIOGRAFIA

2.1) Augusto Olympio Viveiros de Castro: “O Exílio de Gonçalves Dias”, de 1904.

2.2) Francisco José Viveiros de Castro: nenhum.

3) JORNALISMO

3.1) Augusto Olympio Viveiros de Castro: “Catálogo dos jornais, revistas e outras publicações periódicas do Maranhão, de 1821 a 1908”, de 1908.

3.2) Francisco José Viveiros de Castro: nenhum.

4) HISTÓRIA

4.1) Augusto Olympio Viveiros de Castro: “A convocação da constituinte de 1922”, de 1914; “Os franciscanos no Maranhão”, de 1923; e “A independência do Maranhão”, sem data.

4.2) Francisco José Viveiros de Castro: nenhum.

5) SOCIOLOGIA

5.1) Augusto Olympio Viveiros de Castro: “A Questão Social”, de 1920;

5.2) Francisco José Viveiros de Castro: nenhum.

6) PROSA

6.1) Augusto Olympio Viveiros de Castro: nenhum;

6.2) Francisco José Viveiros de Castro: “Chiquinha mascote (contos)”. Rio de Janeiro: Laemmert, 1893; “Diário de um solteiro”, sem data, e “Ideias e fantasias”. Rio de Janeiro: Cunha e Irmão, 1895.

Não se conseguiu apurar com detalhes as trajetórias dos sucessores genealógicos dos irmãos, mas é provável que tenham investido na produção escrita “intelectual”/acadêmica, como o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, descendente direto de Augusto Olympio.

Outros vínculos de parentesco entre “políticos” e “escritores” se estabeleceram, como os Jansen. Ao todo, são quatro no parlamento da Província. O deputado-escritor Antônio Jansen de Mattos Pereira é parente Alcides Jansen Serra Lima Pereira e Carlos Jansen Pereira. Existe entre os Jansen, a partir de meados do século XIX, uma divisão em subtroncos: os Jansen Pereira, os Jansen Ferreira e os Jansen do Paço. Antônio Jansen do Paço, deputado não-escritor é provavelmente irmão de José Jansen do Paço, também deputado provincial não-escritor em 1847, parlamentar da Assembléia Geral do Império pelo Maranhão de 1850 a 1856, e de 1869 a 1872.

Essa “família” detinha um profícuo trabalho político-econômico, desde Ana Jansen, passando por Izidoro Jansen Pereira, até o industrial Apolinário Jansen Ferreira. Justo Jansen Ferreira, nascido em 1864 em São Luís e falecido em 1930 na mesma cidade, médico de formação e professor do Liceu Maranhense e da Escola Normal, membro do IHGM e da AML, tem 12 títulos publicados, mas não tem investimentos políticos. Ele é lembrado por seu estudos de Geografia (ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS, 2008), e a cadeira que ocupava no sodalício literário local era a de número 4, cujo patrono é o deputado-escritor de “geógrafo” Cândido Mendes.

Por outro lado, Manoel Jansen Pereira, filho de Ana Jansen – Ana Joaquina Jansen de Castro e Albuquerque – pai do deputado-escritor Antônio Jansen de Matos Pereira era “[...] advogado, latinista, professor, parlamentar e grande jornalista [...]” (COUTINHO, 2007, p. 311). O próprio Antônio Jansen se tornou causídico, formado pela Faculdade de Direito de Recife em 1865. Referido como “Jansen Matos”, tinha como carteira de clientes preferenciais o “[...] alto comércio, indústrias e corporações diversas da província” (COUTINHO, 2007, p. 313).

Também atuava no júri, e publicava livretos acerca desses processos, como “Accusação e réplica proferidas no tribunal do juri da capital do Maranhão, sessão de 16 de setembro de 1885 pelo dr. Antonio Jansem de Mattos Pereira, como advogado do professor Manoel Jansem Muller em processo por este intentado contra o estudante Francisco Nina”, impresso na Tipografia Civilização, de São Luís, em 1885. Exerceu mandatos no parlamento regional no Império e República, entre 1866-69 e 1891-92, desta feita como constituinte estadual, ocupando a função de relator do projeto. Em 1886 ocupou a presidência da Província do Piauí, e teria recusado a de Santa Catarina.

O deputado-escritor Filipe Franco de Sá era filho do deputado-geral pelo Maranhão, Joaquim Mariano Franco de Sá, da região de Alcântara. Os dois eram formados em Direito, em Olinda e Recife, respectivamente. Investiram nas profissões jurídicas: magistratura para Joaquim (juiz e desembargador da Relação do Maranhão – cargo esse que não exerceu) e promotoria (bloqueada pelo “caso das cédulas falsas”) para Filipe. Reconverteram à política-eleitoral, ao mesmo tempo em que redigiam periódicos. Ambos foram deputados-gerais e senadores. No âmbito do Poder Executivo, Joaquim exerceu a presidência da Província da Paraíba e do Maranhão, e Filipe ocupou pastas ministeriais centrais do Segundo Reinado. Em que pese a multiplicidade de investimentos deles, Viveiros (1999), quando cuida de suas biografias, os classifica de “Senador”. Um dado interessante é que Joaquim Franco de Sá, em sua juventude, três anos após tornar-se bacharel, é nomeado como secretário da presidência da província por “seu tio e sogro” (VIVEIROS, 1999, p. 122), Antônio Pedro da Costa Ferreira, o Barão de Pindaré, deputado provincial não-escritor.

O Barão de Pindaré formara-se em “Cânones” por Coimbra, e compôs o Conselho Geral da Província em 1826, órgão que antecedeu, como já advertido, Assembléia Provincial. Em 1830 elegeu-se para a Assembleia Geral do Império. Nomeado presidente do Maranhão em 1834 na Regência de Diogo Antônio Feijó, e escolhido senador naquele mesmo ano, tomando posse no seguinte. Agraciado com o baronato em 1854, faleceu no Rio de Janeiro quatro anos depois, bastante idoso. Em suma, para os Costa Ferreira-Franco de Sá, são três gerações de mandatários no parlamento maranhense, e nas duas casas legislativas nacionais.

Figura 14 – Barão de Pindaré, Joaquim Franco de Sá e Filipe Franco de Sá¹¹¹



Fonte: Leal (1873; 1874); Acervo pertencente ao autor

Filipe Franco de Sá publicou a já mencionada “Justificação do ex-promotor público da capital do Maranhão”, impressa em São Luís, em 1872, a “Reforma constitucional: discurso pronunciado na câmara dos deputados na sessão de 20 de maio de 1870”, no Rio de Janeiro, 1879, um “Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados na sessão de 30 de junho de 1879”, na mesma cidade e ano, e por fim a “A reforma da Constituição: estudo de história pátria e direito constitucional”, também no Rio de Janeiro, em 1880, oriunda do discurso que fizera e imprimira no ano anterior. Em suma, são livros “técnicos” sobre direito e política, não havendo temáticas diferentes nesse formato, de sua lavra.

No entanto, em 1867, nas oficinas de Berlamino de Mattos, imprimiu “Poesias”, um livro póstumo organizado pelo próprio Filipe reunindo poemas do irmão, Antônio Joaquim, falecido aos vinte anos, durante o quarto ano do curso jurídico em Recife. Ali consta uma “Notícia biográfica de Antônio Joaquim Franco de Sá” que escreveu. Apesar de morto em tenra idade, Antônio Joaquim Franco de Sá está na mesma construção monumental que é o “Pantheon Maranhense”, onde figuram seu avô e seu pai (esse último, no mesmo volume, mas colocados distantes um do outro). Filipe lá não está porque o referido livro é dedicado aos “maranhenses illustres já falecidos” (1874), mas certamente que contribuiu e se felicitou

¹¹¹ Geralmente afastados nas biografias (VIVEIROS, 1999), tem-se aqui, a partir de Filipe Franco de Sá, na direita, são três gerações no Senado do Império, o órgão máximo a ser alcançado no Poder Legislativo, cujos cargos eram vitalícios. O Barão de Pindaré era avô de Filipe, pois sua filha, Lucrecia Rosa Costa Ferreira casara-se com seu primo, Joaquim Mariano Franco de Sá, o pai dele (Joaquim Franco de Sá teve um segundo matrimônio, com Belmira Cândida Ferreira, em 1850, porém deixando-a viúva no ano seguinte). Antônio Pedro da Costa Ferreira, em gravura extraída do segundo volume do Pantheon Maranhense (1874), traja o fardão do senado, verde escuro com ramos bordadas em ouro. A mão por dentro dele é símbolo de heroísmo dos estadistas, gesto popularizado por uma tela de Jacques-Louis David (1748-1825) retratando Napoleão Bonaparte com essa pose. Três comendas estão exibidas, duas menores e uma maior: a Imperial Ordem do Cruzeiro, que lhe foi conferida em 1841. Seu genro e neto trajam indumentárias civis. A gravura de Joaquim Franco de Sá também é do Pantheon Maranhense.

sobremaneira com tais inclusões. Dos parlamentares identificados, não-escritores, além dos nomeados, estão os seguintes membros da “família”: Antônio Raimundo Franco de Sá, Arthur Franco de Sá e Felipe Antônio Franco de Sá.

Mais outros parentescos entre deputados-escritores e agentes engajados no trabalho político são importantes, como o Barão de Matoso, José Joaquim Rodrigues Lopes, tio do médico Tarquínio Brasileiro Lopes, nascido em 1848, comendador da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (Portugal) e da Ordem da Rosa (Brasil), que publicava em jornais e governou o Maranhão em março de 1891. Tarquínio Brasileiro Lopes casou-se com uma prima, Rosa Laura Carvalho. Sua trajetória é ofuscada pela de sua descendência:

Nascido em 1885, em São Luís, o médico Tarquinio Lopes Filho foi um humanista por natureza; um político por convicção; um jornalista por necessidade e um filósofo por ideologia - alguém à frente do seu tempo. Assim, foi apresentado o cirurgião, clínico geral, ginecologista e sanitarista que, durante a sua existência até 1945. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2014, s/p)

Em que pese as notas laudatórias, Tarquínio Lopes Filho, que batiza o Hospital Geral de São Luís, investiu em vários domínios concomitantemente. Redigiu a “Folha do Povo”, foi deputado federal vinculado ao então governador Herculano Parga (integrando com Inácio do Largo Parga, filho de Herculano, um grupo nomeado de “herculanistas” que organizaria o Partido Republicano Maranhense – PRM) e opositor de Urbano Santos da Costa Araújo, tendo “apoiado” a Coluna Prestes e promovido um golpe de estado em 1922, que resultou em sua prisão.

O deputado-escritor Francisco da Costa Fernandes, nascido na cidade de Brejo em 1879, era irmão do desembargador Henrique Costa Fernandes, autor do livro “Administrações maranhenses”, 1822-1929, impresso em São Luís em 1929, membro do IHGM e da Academia Maranhense de Letras. Esse homenageou o irmão, batizando seu filho de Francisco da Costa Fernandes Sobrinho, que foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão – TRE/MA, em 1956. Francisco da Costa Fernandes Sobrinho, por sua vez, é pai de Ceres Costa Fernandes, membro da Academia Maranhense de Letras.

Assim, afirma-se que o trabalho “político” e “intelectual” restava estritamente vinculado à construção da “família” enquanto rede hierarquizada de apoio para o fazer-se “Notável”, acumulando e legando recursos em posições-chave, possibilitando o acesso e permanência de seus agentes nas instâncias de poder estatais. Veja-se o seguinte trecho, em que Viveiros (1960, p.3-4) tenta isentar Benedito Pereira Leite da “regra do parentesco”:

O Barão de São Bento recebeu do pai, o Senador Jerônimo de Viveiros, a chefia do Partido Conservador de Alcântara.

O Barão de Grajaú foi educado pelo irmão, Antônio Onofre Ribeiro, com o propósito de fazê-lo chefe do Partido Liberal de Alcântara, o que levou a efeito, logo que o viu de regresso à Província, sobraçando os diplomas de bacharel em direito, médico e agrônomo.

O Visconde Vieira da Silva teve no pai, Joaquim Vieira da Silva e Sousa, deputado, senador, Ministro do Império, seu maior protetor na política.

A projeção política da família Franco de Sá foi o maior eleitorado de Filipe Franco de Sá.

A chefia do Partido “Estrela” do Dr. Silva Maia recebeu-a das mãos do desembargador José Mariani, que era o chefe dessa agremiação partidária.

Foi o Dr. Alexandre José de Viveiros, chefe dos conservadores alcantarenses depois do falecimento do Barão de São Bento, quem investiu no genro deste, o Dr. Gomes de Castro, na direção do referido Partido.

O fato não se repete com Benedito Leite. [...]

A história política do Maranhão não registra outro caso idêntico. É o único.

Como mencionado, a mera vinculação – consanguínea ou não – a determinadas “famílias”, por si só, não garante o acesso e projeção no domínio político, ao menos de forma sustentável. É preciso que haja a disponibilização de outros capitais, multiplicidade de investimentos, comportamentos e etapas a serem alcançados pelos agentes, a construção da imagem pública, o credo pessoal na validade das organizações e suas pautas, os compromissos firmados e obrigações cumpridas. Tudo isso articulado poderá proporcionar a legitimidade para o controle das instâncias de poder e perpetuação nelas. É o que adiante se verá.

9 ECONOMIA E ESCRITA

Ainda que, aparentemente, a produção escrita dedicada aos temas da economia seja, individualmente, não tão significativa (títulos por autor), é preciso considerar três circunstâncias vinculadas a esse tipo de abordagem por parte dos deputados-escritores: a presença da discussão sobre a “decadência da lavoura” (ALMEIDA, 2008) e seus supostos reflexos na quantidade/qualidade da produção cultural legítima em compêndios poéticos, memórias, e até mesmo em publicações técnicas (jurídicas, médicas, etc.), ou diretamente em notas introdutórias; a aceitação tácita da “decadência”, como paradigma de interpretação do Maranhão, que se transmuta em símbolo estético em contos, poesias, novelas, peças de teatro e afins; a recorrência comum dessa visão regional na coletividade dos parlamentares estudados que, num momento ou outro da vida, a externalizaram na forma escrita de forma “técnica” (artigo de periódico, relatório, livro).

Optou-se por analisar os textos objetivamente direcionados ao que os parlamentares entendiam como “economia”, o que importa dizer que foram excluídas as narrativas indiretas ou abstratas, a rigor ficcionais, no formato de poesias, contos e congêneres. Por isso, no presente capítulo, será apresentada a temática econômica a partir da percepção do que ela é no e para o Maranhão, conforme as relações sociais desenvolvidas nos séculos XIX e início do XX, segundo os quadros legislativos, e que têm franco ingresso em diversos postos dirigentes da Administração Pública.

Nesse sentido, a conversão dos “problemas” e “soluções” para a escrita no formato livro, contribui para a configuração de “especialistas” que passam a ocupar instâncias de poder específicas e progredir nas estruturas profissionais (administrativas e políticas) estatais, criando assim um círculo de produção “intelectual” e domínio institucional afeitos ao perfil do “Notável” agora habilitado a controlar tudo que é afeito à economia e finanças públicas.

9.1 Um paradigma de análise vitorioso

Como já dito alhures, a ideia de que houve um momento de franca prosperidade econômica, seguida de um rápido “declínio” ou “decadência” da lavoura – e a necessidade de recuperar o *status quo ante* perdido – por parte dos setores dirigentes do Maranhão foi bem consignada por Almeida (2008).

A questão da criação de uma identidade regional (no caso maranhense, em torno da “decadência” e seu “particularismo” relativo, que a diferenciava das demais) por parte de uma elite intelectual que domina o estado, parece ter sido um movimento mais ou menos contemporâneo, com maior ênfase na segunda metade do Oitocentos, em diversos lugares do país, como no Rio Grande do Sul (NEDEL, 2004; NEDEL; RODRIGUES, 2005).

Ora, tal esquema interpretativo formulava problemas e soluções que, a rigor, demandavam o protagonismo estatal:

As interpretações gravitam em torno da “falta de conhecimentos profissionais”, “falta de capitais”, “falta de braços”, “falta de comunicações apropriadas” e “falta de terras por causa do gentio”. A percepção destas lacunas autoriza as iniciativas que pretendem preenchê-las. Devido a isto, inúmeras outras questões correlatas são introduzidas naturalmente no âmbito das polêmicas tais como: “imigração” e “colonização” para suprir a chamada “falta de braços”, criação de escolas visando a formação de especialistas em agricultura para suprir a “falta de conhecimentos profissionais”, abertura de estradas e desobstrução das vias de navegação fluvial para suprir a “falta de comunicações” e a organização de expedições militares, chamadas bandeiras, contra os grupos indígenas situados nas áreas consideradas como de expansão da lavoura algodoeira. (ALMEIDA, 2008, p. 22)

Isso, para a época, configurava certo paradoxo, pois o pensamento econômico legítimo apresentado pelas facções eleitorais era o “Liberalismo”. Mas, no caso maranhense, a demanda pelo auxílio dos aparatos públicos para o fomento da grande lavoura (e projetos de envergadura como as indústrias, em momento posterior) tornou-se frequente. De uma forma ou de outra, o estado é representado pelos agentes públicos de primeiro escalão, ocupantes das cadeiras executivas e legislativas, que, pelo menos até o início do século XX, estão profundamente vinculados com a própria lavoura e o comércio.

São agentes que participam do processo eleitoral e escrevem livros.

Mas há também os “especialistas”, como Martinus Hoyer. Esse se firmara no grande comércio, e foi um dos organizadores principais da “Comissão da Praça”, instituição que precedeu a Associação Comercial do Maranhão. É certo que tinha vínculos familiares com a próspera família Belfort, de lavradores da região do baixo Itapecuru. Dinamarquês, chegou em São Luís no ano de 1829, convidado por um tio, Martinus Aníbal Boldt, oficial da marinha dinamarquesa destacado para o Maranhão. Casado com a filha de um desembargador da Relação do Maranhão, ficou responsável pela educação de Hoyer, ainda um pré-adolescente. Sua atividade no comércio seguiu as regras da época, começando como empregado caixeiro da firma inglesa “Moon & Cia”.

Os Belfort maranhenses se originam de outro norte-europeu, o irlandês Lourenço Belfort (Lawrence ou Lancellote, como citam alguns documentos), apresador de índios

setecentista. Seus descendentes tornaram-se nobres fidalgos portugueses e titulares nobiliárquicos locais:

Sebastião Gomes da Silva Belfort, “[...] *estudante de matemática por Coimbra, acadêmico de direito, sem concluir o curso, vereador à Câmara Municipal de São Luís, membro da junta governativa presidida por d. Joaquim de N. S. de Nazaré. Era fidalgo cavaleiro da Casa Real portuguesa e cavaleiro da Ordem de Cristo. Faleceu no posto de brigadeiro do regimento de milícias do Itapecuru [...]*” (COUTINHO, 2005, p. 237), Antônio Raimundo Teixeira Vieira Belfort, Barão do Gurupi “[...] *bacharel em direito, magistrado, parlamentar [...]*” (COUTINHO, 2005, p. 282), Joaquim Raimundo Nunes Belfort, Barão de Santa Rosa “[...] *lavrador, político, proprietário de engenhos de açúcar [...] varão de muitas letras, mas era político liberal de prestígio e republicano histórico [...] na exposição do açúcar e do algodão ocorrida em 1883, promovida pela Associação Comercial do Maranhão, sob a chancela do presidente da província Ovídio João Paulo de Andrade, entre os que receberam menção honrosa pela qualidade superior de seus produtos, incluía-se o barão de Santa Rosa.*” (COUTINHO, 2005, p. 344-345), Manoel Gomes da Silva Belfort, Barão de Coroatá, “*Foi vereador à Câmara Municipal de São Luís, deputado provincial em várias legislaturas e, por duas vezes, presidente da Assembléia*”. (COUTINHO, 2005, p. 444). (NEVES, 2009, p. 44)

Segundo Sérgio Buarque de Holanda (2010, p. 40), tipos como Martinus Hoyer pertencem a

[...] uma espécie de estrangeiros intimamente enfiados nos assuntos da terra adotiva que vicejou em várias partes do Império durante o segundo reinado, como o francês Henrique Augusto Milet em Pernambuco, ou o alemão Karl Von Koseritz no Rio Grande do Sul, ou, em São Paulo, o irlandês Ricardo Gumbleton Daunt [...].

Ocupou o cargo de diretor presidente da “Comissão da Praça”. Na sede da Associação Comercial do Maranhão, em seu salão nobre, atrás da tribuna, um óleo sobre tela de grandes proporções, confeccionado na década de 1880, retrata Hoyer como figura principal, estando ladeado por ícones clássicos do comércio, como porto, caixas e naus mercantes. Ele foi um dos entusiastas do trabalho imigrante para o Maranhão, considerando a perda da mão-de-obra escrava para o tráfico interprovincial como uma das causas da crise da lavoura. Chegou a compor uma comissão para isso:

Em 1875, sem que outros dados tenham sido adiantados sobre a Sociedade Maranhense Promotora da Colonização, os documentos oficiais registram que foi nomeada uma comissão composta de negociantes (Martinus Hoyer, José Moreira da Silva, Candido César da S. Rosa, Gaspar Tobler, João Bento de Barros, Laurindo José Alves de Oliveira) e do lavrador (Alexandre Collares Moreira) com o fito de “receber os emigrantes que porventura aportassem à província”.

Até então não existe qualquer menção sobre quem seriam os emigrantes e pelo que se pode entender não havia projetos em curso para trazer “colonos estrangeiros”. Todavia, o Relatório de 1875 frisa que a comissão se reuniu para desempenhar suas atividades. Estas também não são citadas. (ALMEIDA, 2008, p. 132)

Os Collares Moreira seriam eleitos para a Assembleia Legislativa, como Alexandre Collares Moreira Júnior e Arthur Quadros Collares Moreira. Em que pese não terem escrito livros, figuras como Hoyer “falavam por eles” na matéria econômica. Nesse quesito, Martinus Hoyer foi prolífico. Ele publicou pelo menos cinco densos títulos sobre tal temática: “Estudos sobre as instituições de crédito real”. São Luís, 1875, 183 p., “Estudos de economia politica”, São Luís, Typ. do Paiz, 1877, 380 p. (com uma segunda edição de 1923 e outra de 2011), “Democratie et socialisme”, Paris, 1877, “Estudo sobre a reforma do meio circulante”. Maranhão. Tip. do Paiz, 1880 e “Le problème économique de l’impôt”, Paris, 1882, 146 p. (esse último com uma segunda edição de 2010).

Nas conclusões dos “Estudos de economia politica”, afirma que o título não busca esconder pretensões eleitorais (do que se conclui que essa é uma prática corrente entre quem escreve): “E vós, para quem principalmente escrevi este livro e à quem não posso ser suspeito, pois que em um conjuncto de circunstancias exclue a idéia de que possa abrigar qualquer ambição política.” (HOYER, 1877, p. 371). Contudo, a sua visão da crise (cujo senso é de estagnação produtiva), que não é apenas maranhense, mas brasileira, tem raízes na estrutura política do estado:

Procurei investigar a causa primordial de todas as enfermidades moraes que affligem a sociedade brasileira, e estou profundamente convencido – e creio havel-o demonstrado – que esta causa é puramente artificial, que não provém da incapacidade do povo para o uso jubiloso da liberdade, e que reside unicamente nas instituições do paiz, na irresponsabilidade de facto dos poderes publicos, irresponsabilidade que resulta do falseamento do principio em que se funda a liberdade civil, e que constitue o verdadeiro cancro politico das sociedades modernas, porque as colloca à mercê das paixões e dos interesses ilegítimos dos partidos. (HOYER, 1877, p. 375)

Na introdução do livro “Estudos sobre as instituições de crédito real”, em que defende a criação de banco de fomento para a agricultura, depois organizado sob o título de “Banco Comercial e Hypotecario do Maranhão”, demonstra o quadro de progressivo arruinamento da grande lavoura, situação que serve de fundamento para as interpretações oficiais sobre a economia regional e mesmo das relações sociais, pensadas a partir dela:

Se a nossa lavoura, a principal industria da província, não se acha em uma dessas situações desesperadas, resultado de cataclysmas sociaes, da guerra, da peste, ou da anarchia, - não é menos verdade que ella vae atravessando uma crise muito séria, e que requer do lavrador extraordinaria energia e coragem. Em lucta com embaraços de todo genero, atordoada com prejuisos de succesivas colheitas escassas, os seus productos depreciadissimos, acha-se a lavoura como que esmagada, fitando o horisonte, e mal descortinando nelle uma esperança de salvação. (HOYER, 1875, p. 5-6)

Hoyer (1875) indica que a solução está na ampla conversão de crédito, a prazos longos e juros baixos aos lavradores, e que os “capitalistas e negociantes desta praça” – ou seja, os comerciantes – já teriam se organizado para a constituição da entidade financeira, mas lamenta que o governo imperial houvesse indeferido a primeira petição de seus subscritores. Ele o faz numa nota de roda-pé, destacando em itálico o argumento da negativa, para ridicularizá-lo, e ainda com um ponto de exclamação, não escondendo sua indignação: “[...] sob o fundamento de que, não é provável, que essa instituição de crédito possa prestar à lavoura desta província o auxilio que teve em vista a lei de 24 de setembro de 1874, nos favores que concede!” (HOYER, 1875, p. 6).

O que, aparentemente, parece demonstrar a colaboração do setor comercial com o agrícola, na verdade esconde uma disputa por quem é legítimo a definir as políticas econômicas regionais, e, por conseguinte, quem deve ocupar os cargos públicos para isso. Esse antagonismo já existia, pelo menos, desde o início do Oitocentos, e foi indicado por Gayoso em 1818:

O outro entrave focalizado por Gaioso refere-se às flutuações do preço do algodão no mercado e, particularmente, a uma baixa registrada em 1812 (Gaioso, *Ibid.*: 258). Dispõe os negociantes de algodão como responsáveis pela ruína dos plantadores de algodão (*Ibid.*: 262). Apresenta acordos firmados entre os negociantes, que os faz se abastecerem mutuamente nos momentos críticos impedindo a elevação do preço do algodão. A regulação da demanda, mantém os preços como inferiores àqueles estabelecidos na Inglaterra. Forçados a venderem sua produção a um preço baixo os chamados lavradores não conseguem saldar seus débitos, ficando atrelados de maneira permanente aos comerciantes. Os recursos escassos de que dispõem os denominados lavradores, vistos como “falta de capitais”, não permitem que ampliações e melhoramentos sejam levados a termo nas fazendas, nem favorecem o aumento da produção. Para Gaioso isto acarreta na perda gradual da antiga opulência. (ALMEIDA, 2008, p. 52)

Como mencionado em capítulo anterior, Gayoso é lavrador de algodão na região do Itapecuru, e sua crítica expõe o quanto os interesses são antagônicos. A disputa, inclusive, recaía sobre a posse do título de “economista”. Não havendo graduação acadêmica nessa disciplina durante o século XIX no Brasil, cabia aos bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais (a rigor vinculados aos interesses da lavoura, a partir da década de 1830) o argumento da formalidade do diploma, e aos negociantes (comerciantes e financistas urbanos), a experiência na própria atividade.

Ao publicar o “Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão, suas produções, progressos, entraves que a atacam e meios de remediá-los” (GAIOSO, 1970), reforça, para si, o “saber técnico”: “O fato de Gaioso ser ‘versado em

finanças' e ter trabalhado no Erário se o qualifica a produzir uma interpretação, que os classificadores de intelectuais nomeiam de 'econômica', não é suficiente para compor as vicissitudes do conjunto de seu trabalho. Mesmo sendo considerado 'economista'". (ALMEIDA, 2008, p. 37)

A concorrência intra-elite nesse domínio, em que uma atividade tenta subordinar a outra, é tanto mais sutil como importante, e não tem recebido ainda a dedicação que merece nos estudos sobre o Maranhão oitocentista.

Martinus Hoyer (1877, p. 5) avoca para si a classificação de "economista", não diretamente, mas ao utilizar a autoridade para falar deles: "O Economista deve considerar o homem sob o seu aspecto moral e social, e analysal-o em suas aberrações", o que é repetido por José Ascenço da Costa Ferreira (1872, p. 8) ("Júnior" ou "Filho") no livro "Licções de economia politica": "[...] formão, pelo complexo e pela harmonia, uma sciencia especial, conhecida por Economia Politica, cuja definição ainda exige seria atenção e esforços dos Economistas".

Neste último título consta no frontispício sua biografia até então: "Bacharel formado em Ciencias Sociaes e Juridicas pelas Academia d'Olinda, Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da capital do Maranhão e Cavalleiro da Ordem de Christo". Como já dito anteriormente, seu pai, homônimo, foi parlamentar no Conselho Geral do Maranhão, e ele próprio deputado na Assembleia Provincial na década de 1850. Era sobrinho do Barão de Pindaré, Antônio Pedro da Costa Ferreira, também deputado provincial.

Sua trajetória familiar é de profunda vinculação com a lavoura, na região de Alcântara, e com franco domínio das instancias de poder. O próprio nome que carrega é um legado do capital social passado há várias gerações. Sobre Antônio Pedro da Costa Ferreira, menciona Coutinho (2005, p. 274):

Filho do português Ascenço José da Costa Ferreira, lavrador, dono de engenhos e político na então vila de Alcântara, e de sua mulher, Maria Teresa Ribeiro da Costa Ferreira, natural do Maranhão. Neto paterno de outro Ascenço José da Costa Ferreira, natural do lugar Rio Torto, freguesia de São Domingos, bispado da Guarda, Reino de Portugal, e de sua mulher, Maria Lopes da Costa Ferreira, natural de Portugal. [...].

O lusitano Ascenço José teve estes irmãos: José Ascenço, João Ascenço, Tomás da Costa Ferreira. [...].

Quando publica este título, José Ascenço da Costa Ferreira o faz quase ao mesmo tempo que Hoyer, o que é muito sintomático. Mais ainda porque ele era magistrado há mais de década e meia, tendo sido titularizado na 1ª Vara Cível de São Luís, no ano anterior,

através de decreto de 15 de outubro de 1871, e logo depois, pelo decreto de 6 de novembro de 1873, nomeado desembargador da Relação de Goiás, passando pelo tribunal do Pará, por decreto de 22 de novembro de 1876 e, por fim, o do Maranhão, em 1883, onde ocupou a presidência dessa corte, em 1885.

Em suma, não havia nenhuma razão objetiva para ele se dedicar a esse tema, nesse momento, senão as disputas por quem é legítimo a ditar as regras da modernização do estado através da economia, muito em voga na década de 1870. Aliás, o prólogo das “Licções de economia politica” é confessional quanto às razões da existência do livro (a solicitação de “amigos”, ou seja, interessados em que o autor falasse para eles e por eles) e cheio de críticas indiretas quanto ao talento em escrever e opinião daqueles que abordaram o tema:

Sem grandes pretensões, cedendo às instancias d’alguns amigos, offerecemos aos jovens estudiosos, o producto do pouco, que temos lido sobre a importante e util sciencia da Economia Politica.

Conhecemos, a tentativa mallograda dos que tem despendido tempo e trabalho, afim de conseguirem em resumo as noções de qualquer ramo dos conhecimentos humanos: por isso, não nos lisogemos de ter conseguido um completo compedio; mas talvez, o nosso trabalho possa servir de estimulo e guia à nossa talentosa mocidade.

De bons Economistas colhemos os principios, que admittimos, ainda que haja quem os conteste: são opiniões que se contrastão, mas que tendem à aperfeiçoar uma sciencia, que ainda não attingio o maior gráo de desenvolvimento.

Aos entendidos, pedimos indulgencia; e aos rigorosos, lembramos, que podem produzir melhor trabalho. (FERREIRA, 1872, p. 6)

Figura 15 – José Ascenço da Costa Ferreira



Fonte: Brasil (2015e)

Interessante é o fato de que tanto Hoyer quanto Costa Ferreira não se debruçam sobre o Maranhão, que é abordado apenas indiretamente, dentro do diagnóstico geral da “crise” brasileira. Sobre o tema dos bancos de fomento à lavoura, abordado em ambos os trabalhos, as conclusões são semelhantes quanto à responsabilização governamental:

Existem mais alguns estabelecimentos de credito na Côrte, e principaes províncias, mas em pequeno numero, e rodeados de tantas cautellas, onde a acção do Governo é tudo, que pode-se affirmar: - que temos sido infelizes nas tentativas de conseguir os meios de reunir as economias nacionaes em favor da industria, resentido-se disto sobre tudo a nossa lavoura. Vamos dando timidamente os primeiros passos na pratica de taes meios, sempre rodeados de importunas cautellas, delongas, e acção do governo, que disgosta e torna indifferente a acção individual. Nem assim tem deixado de apparecer factos que revoltão ao homem de bem. Em Maranhão, uma das provincias que melhor tem comprehendido o manejo dos Bancos, existem o Banco do Maranhão, cujos estatutos forão approvados por Dec. N.º 2,035, de 25 de Novembro de 1857, e o Commercial, approved por Dec. N.º 4,390 de 15 de Julho de 1869 com o fundo capital de 2,000:000\$. (FERREIRA, 1872, p. 129-130)

A ideia de “decadência” da lavoura no Maranhão é de fato uma percepção consolidada para os quadros dirigentes locais. No entanto, com o fim do tráfico atlântico de escravos em 1850, a ação governamental central se estabelece como uma das principais alternativas apresentadas, senão a única em certas circunstâncias, para a resolução dos problemas da lavoura, não apenas a maranhense, mas a de quase todo o norte do Império, cujo modelo produtivo, herdado dos tempos coloniais, rapidamente se desagregava ante as novas articulações da economia brasileira e ocidental. Nesse sentido, a ideia da “crise da lavoura” se atualiza, e tenta se engajar como uma pauta de interesse nacional. Segundo Mello (1999, p. 101):

Para a grande lavoura do norte, o problema fundamental, nestes anos de crise econômica que foram também os de declínio da ordem monárquica, não residia na substituição do trabalho escravo pelo livre, mas na questão dos chamados “auxílios à lavoura”. Tratava-se de uma expressão que cobria uma amálgama de política de crédito, de política fiscal e de política de investimentos em obras de infra-estrutura, designando destarte ora, em sentido lato, uma série de medidas, como crédito hipotecário e agrícola, a redução ou eliminação dos impostos gerais de exportação, a modernização das técnicas de fabricação do açúcar (engenhos centrais) e até mesmo certas iniciativas que beneficiavam indiretamente a agricultura, como os “melhoramentos materiais” (caminhos de ferro e portos); ora no sentido estrito, que é também o destas páginas, as duas primeiras categorias referidas acima.

Fábio Alexandrino de Carvalho Reis, logo no primeiro parágrafo de suas “Breves considerações sobre a nossa lavoura – e outros artigos (extrahidos do Diario do Maranhão e Progresso)”, título publicado em 1856, já cuida abertamente da decadência: “Ninguem desconhece que a agricultura é a base e fundamento da nossa riqueza e bem estar, - todos

sentem o seu atraso e decadencia, e a necessidade de melhora-la, e restabelecê-la.” (REIS, 1856, p. 1).

Essa visão ultrapassa o pêndulo próprio da atividade econômica em si, consubstanciado nos períodos de colheita lucrativa eventualmente substituídos pelos de má safra, e vice-versa. Trata-se, ao contrário, de uma leitura genérica e de longo prazo sobre a lavoura maranhense, que ascende até Gayoso, escrevendo quase quatro décadas antes, e já invocando o socorro institucional: “Mostrarei o estado da decadência que se acha presentemente reduzida a lavoura, o estado de vegetação dos seus lavradores, pela falta da necessária circulação de sangue no corpo político.” (GAIOSO apud ALMEIDA, 2008, p. 52-53).

Nesse último sentido, o próprio Fábio Alexandrino de Carvalho Reis: “Para isto nunca será demasiado todo o empenho dos poderes do estado e da provincia” (REIS, 1856, p. 2). O Maranhão é a lavoura, e não é pensado fora dela.

Quanto às soluções indicadas, elas também pouco se alteram, apenas havendo alguma adequação aos elementos materiais disponíveis em cada época. Fábio Alexandrino indica quatro causas da “decadência”, que enumera em capítulos subsequentes, a saber: I. Falta de braços, II; Falta de inteligência e economia na direção do trabalho, III; Deficiência de capitais ao alcance do lavrador; IV. Carestia e dificuldades de transporte dos produtos da lavoura. (REIS, 1856)

A questão da mão-de-obra é, a rigor, a mais sensível, a primeira a abrir os trabalhos e a que demanda mais debates, direta ou indiretamente. Se ao tempo das “Breves considerações sobre a nossa lavoura” o problema enfrentado era o tráfico interprovincial para o sul do país, potencializado a partir de 1850, em Gayoso e Garcia de Abranches, os preços, a forma de aquisição e de perda da escravaria, são apresentados como uma das principais causas da decadência do lavrador:

A elevação do preço dos escravos leva os denominados lavradores a contraírem dívidas junto aos comerciantes. Os juros que incidem sobre estes empréstimos são tidos como elevadíssimos, na versão dos intérpretes, o que dificulta o seu resgate num prazo hábil. Deste entrave deduz-se um outro que diz respeito às “execuções na escravatura” (Gaioso, Ibid.: 251): “as execuções se fazem nos escravos e que estes são arrebatados do poder do devedor, avaliados, arrematados por menos do seu valor” (Gaioso, Ibid.: 251-252) [...]. G. de Abranches assevera que a lavoura “não pode por ora prosperar sem escravatura” (G. de Abranches, Ibid.: 39), o que equivale dizer que perdendo os escravos os chamados lavradores estarão fatalmente sendo levados à ruína. (ALMEIDA, 2008, p. 50-51)

Fábio Alexandrino aponta abertamente o fim do tráfico atlântico como o motivo da queda do número de escravos engajados no campo, e o desaparecimento da oferta antes abundante (não considera outros fatores, como por exemplo, a baixíssima expectativa de vida produtiva do cativo¹¹²), mas antes por causa da elevação dos preços no contrabando do que pela à Lei Eusébio de Queiroz (Lei n.º 581/1850):

[...] este cessou na Provincia do Maranhão desde o dia em que deixou de ser licito e legal – não porque nos avantajassemos aos demais Brasileiros em moralidade e obediencia a lei, senão porque a baixa no preço do algodão tinha empobrecido e quebrantado o animo dos nossos lavradores, a ponto de não poderem pagar os negros importados illegalmente, de mais em mais encarecidos pela perseguição dos cruzeiros Inglezes. E assim é que as raras tentativas de trafego illicito derão prejuízos aos armadores [...]. (REIS, 1856, p. 3).

Quanto a esse ponto, entende que só pode ser resolvido, definitivamente, com a colonização imigrante europeia (expõe outras possibilidades “internas”, como indígenas e de brasileiros livres, mas não vê viabilidade econômica nelas). Tal obrigação caberia ao Império, pois seria a entidade capaz de montar a infraestrutura que um projeto com essa envergadura: “O governo central deve talvez preferir os allemães, por mais industriosos e pacientes, porque pode prestar-lhes parte dos cômodos que precisão, e como que criar-lhes uma nova patria pelo numero de habitantes das suas colonias, e auxílios concedidos a edificação de seus templo, manutenção de seus sacerdotes, etc.” (REIS, 1856, p. 22). Não deixa claro se fala do Brasil ou do Maranhão, em específico, mas prefere os portugueses, posto é “[...] com quem nos entendemos, e cuja religião e costumes são identicos aos nossos.” (REIS, 1856, p. 22).

As ideias que apresenta não são criação sua. O próprio Fábio Alexandrino informa que elas estão respaldadas nos planos do Marquês de Abrantes, figura de alta projeção na política nacional, entre o fim do Primeiro Reinado e Regências. Não economiza nos elogios: “Se o marquez de Abrantes desde 1834 aconselha o trabalho livre, a colonização, e os melhoramentos dos processos agricolas, e demonstra suas vantagens com todo o brilho de seu talento, estudos e viagens; não deixa de encontrar em seu caminho os mesmos rabulas para lhe responderem que – não estamos ainda preparados!” (REIS, 1856, p. 14).

Os “râbulas”, nesse caso, não são, em termos objetivos, profissionais da área jurídica, mas sim uma metáfora para falar de políticos (provavelmente do Partido Conservador) que, no seu entender, retardam a resolução dessa matéria.

¹¹² Schwartz (1995) aponta que, no Brasil, nas últimas décadas da escravidão, a expectativa de vida dos cativos, ao nascer, se aproximava dos 20 anos, enquanto a de um não-escravizado era, em 1879, de 27.

Miguel Calmon du Pin e Almeida, Visconde com grandeza e Marquês de Abrantes (alçado Visconde de Abrantes em 1841 e Marquês de Abrantes em 1854), nasceu em Santo Amaro da Purificação, na Bahia, em 1796, e morreu no Rio de Janeiro, a 13 de setembro de 1865. Além do trabalho político, escreveu títulos de vários gêneros, inclusive sobre a agricultura, como o “Ensaio sobre o fabrico do açúcar”, de 1834. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundador da Sociedade de Agricultura da Bahia, presidente da Imperial Academia de Música e Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, desde 1850.

No ano de 1821, bacharelou-se pela Universidade de Coimbra. Governou a Província de Natal entre 1822 e 1823, exatamente durante as guerras de Independência, cuja região do Recôncavo foi um teatro importante. Elegeu-se deputado constituinte e depois geral, pela Bahia, de 1826 a 1841. Exerceu as pastas da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros, por nomeação de D. Pedro I, de quem foi um grande apoiador. Mas, com a queda deste em 1831, afastou-se provisoriamente da política da Corte. Retorna em 1837 para opor-se a Diogo Antônio Feijó quanto às políticas de ampla descentralização administrativa. A partir de 1843, conselheiro de estado do Império. Foi de novo ministro da Fazenda. Por meados da década de 1840 esteve como diplomata na França, Reino Unido e Prússia. Nessa oportunidade, negociou diretamente a vinda de imigrantes para o Brasil.

Fábio Alexandrino esteve atuante no concurso eleitoral (deputado geral em 1848-1851, 1861-1863 e 1864-1866) exatamente na época em que o Marquês de Abranches já era liderança consagrada do Partido Liberal, tendo chefiado as facções liberais que defenestraram os avessos ao acordo com as conservadoras e que poria fim às Regências, instalando o Segundo Reinado com a antecipação da maioria de D. Pedro II. São, por fim, contemporâneos e correspondentes na filiação partidária.

Outra obra sobre economia maranhense pertence a Francisco Antônio Brandão Júnior: “A Escravatura no Brazil precedida d’un artigo sobre agricultura e colonização no Maranhão.”, impressa na Bélgica, por H. Thiry-van Bugenhoudt, em 1865, como resultado de sua graduação em Ciências Naturais pela Universidade de Bruxelas. Foi ele deputado por mais de duas legislaturas, e professor da disciplina de Física e Química na Casa dos Educandos Artífices, além de ter lecionado no Liceu Maranhense. Por vezes apontado como “positivista” (LINS, 1967; AZEVEDO, 2003), rejeitava a desorganização social – tomando a Guerra Civil (ou de Secessão, entre 1861-1865) norte-americana como paradigma – percebendo, no regime escravocrata, a negação da civilização, conforme essa era estruturada pelos parâmetros europeus do século XIX.

Quase de forma *sui generis*, tem a crise da mão de obra não apenas no tráfico interprovincial, mas também nos quilombos. Em linhas gerais, entendia que a existência da escravidão era, em si mesma, um meio conjuntural de desagregação e, portanto, de decadência, não apenas do sistema econômico, mas da sociedade. Por isso, vê nos próprios quilombos a oportunidade de reorganização da produção, a partir de um sistema complexo e gradual de transformação do sujeito escravizado em colono. Com efeito, para Brandão Júnior, o quilombo também é uma unidade produtiva, que além da pequena lavoura, comercializava com a fazenda.

Assim, não podia ser negligenciado. Exorta o governo imperial: “não seria mais justo que o governo tratasse de empregar esses homens como colonos, livrando-os por este meio, de um castigo bárbaro, que só serve de excitar os brancos contra esses infelizes, e estes constantemente a ocultarem-se nas matas” (BRANDÃO JÚNIOR apud GOMES, 2011, p. 66). O livro, no entanto, foi rapidamente rejeitado, e o autor criticado, inclusive por amigos e pelo próprio ambiente familiar. Seu pai, homônimo, era lavrador de algodão, e valia-se do trabalho escravo. Por isso seu irmão lhe censura com esta mensagem:

Lamento assim como meus pais, que o primeiro trabalho que publicaste, tenha tido por objetivo granjear-te grande número de inimigos logo no início de tua carreira, e que os enormes sacrifícios feitos por nosso Pai para a tua educação, queiras pagá-los com a ruína da fortuna dele, lançando à miséria a sua família. Que satisfação seria a nossa ver-te estudar para te tornares depois o apoio de nossa família e dar-nos o prazer de ver nosso Pai fazer brilhante figura no país: mas com a leitura de teu trabalho, todas essas belas esperanças se esboroaram, e hoje não vemos em ti mais do que um homem que, achando-se na situação de viver à custa dos teus estudos, nem ao menos olha para a família e atira-a à miséria, contanto que o seu nome apareça como reformador do Brasil!!!... Não podias escolher mais detestável assunto – está é a opinião até mesmo de teus amigos. Havia tantas coisas belas que podiam servir-te de motivo para exibir os teus talentos: mas, tal é a nossa desgraça, havias de escolher o que havia de pior pra escrever e hoje és tido como um louco, um utopista! – Sinto, o mais possível, a celeuma que aqui se levanta contra ti: teu trabalho foi condenado por todo mundo e deves lembrar-te de teu Pai, de tua Mãe e de tuas irmãs, que perderão a mais bela porção de sua fortuna, e não deves ser um ingrato e egoísta, porquanto podes viver do teu trabalho, enquanto nós não o podemos senão através dos nossos escravos, e se eu viesse a perder a minha fortuna, diria: Meu irmão lançou-me à miséria. (BRANDÃO JÚNIOR apud LINS, 1967, p. 103)

“Porquanto podes viver do teu trabalho, enquanto nós não o podemos” (BRANDÃO JÚNIOR apud LINS, 1967, p. 103) significa um momento de transição experimentado pelos jovens graduados que escreviam e que seriam depois parlamentares: o exercício das profissões liberais bem como o acesso às instâncias da Administração Pública, urbanos, e que suficientemente os proveriam e os liberavam da lavoura. Essa circunstância permitia que refletissem sobre ela, em termos objetivos, e pensassem a modernização da

economia regional como programa político.

Francisco Dias Carneiro (1878), deputado-escritor e bacharel em Direito pela Faculdade de Recife em 1861, na introdução de suas Poesias, aproximando literatura e economia, vincula o quadro de decadência qualitativa daquele gênero no Maranhão à igual condição geral da lavoura. De outra figura, a prosperidade e suas causas estão no passado:

[...] já tivemos comtudo aqui na província uma epocha de actividade e fermentação, sustentada com vigor por nossos laboriosos antepassados. Elles colonisaram a província, aproveitaram rudemente seus elementos de riqueza, e deixaram uma descendencia, não direi melhor, mas infinitamente mais civilisada, cheia de commodos e abundancia. Nosso desenvolvimento material se fez nesse ponto uma estação, curta é verdade, mas que não ficou ociosa para as letras. (CARNEIRO, 1878, p. 7-8)

Figura 16 - “Dr. Francisco Dias Carneiro aos 40 annos”



Fonte: Jacobina (1938)

Continuando a narrativa, afirma que, com tais características da colonização, o esperado seria o progresso da Província, até que alcançasse uma “posição brilhante no mundo das sciencias e das letras” (CARNEIRO, 1878, p. 8). No entanto, não é o que ocorre.

Apesar de não falar diretamente da escravidão, afirma que o momento é de “reforma nos princípios, nos meios e nos fins do trabalho”, somente resolvíveis com o “estudo de questões praticas” (CARNEIRO, 1878, p. 8). A decadência, na sua concepção, foi radical e desastrosa para o beletrismo regional: “O abalo foi tão profundo que paralisou até mesmo as reputações formadas. A raça de poetas, que se preparava para novas conquistas ficou atrofiada no seu desenvolvimento.” (CARNEIRO, 1878, p. 8).

João Dunshee de Abranches Moura escreve a “Transformação do trabalho: memória apresentada à Associação Comercial do Maranhão”, editada em São Luís pela tipografia da Pacotilha em 1888. Quando a publicou tinha 24 anos. Sua preocupação com a escravidão, porém, era bem mais antiga, e compartilhada com outros jovens das elites econômicas urbanas:

Carlos Moreira da Silva, filho do Visconde de Itaqui¹¹³, Domingos Coco Ribeiro e Francisco Nina, que eram inseparáveis, quiseram juntar-se ao nosso grupo, entrando na luta pela redenção dos cativos [...]. Resolvemos então, com o auxílio de alguns colegas endinheirados, como Domingos Coco Ribeiro, Álvaro Sá e Carlos Moreira da Silva, alugar uma meia morada à Rua dos Afogados em face da Travessa do Teatro, para ali reunir livremente o Diretório dos Cinco, como passamos a designar-nos e acoutar os escravos que quisessem fugir para o Ceará. (MOURA, 1992, p. 132-147)

Por esta época contava apenas 15 anos, um pouco mais, ou menos. O subsídio para o ingresso na concorrência política era o legado deixado por seu avô, Garcia de Abranches, mas atualizado pelo convívio com estudantes e depois profissionais liberais contrários ao regime de trabalho escravo e à monarquia, as principais pautas reformistas das décadas de 1870-80.

Aos dezessete, enquanto se dirigia para o Rio de Janeiro a fim de ingressar no curso de medicina, durante uma escala em Fortaleza, esteve com o abolicionista José Correia do Amaral, tido como um dos responsáveis pelo fim da escravidão no Ceará.

Na oportunidade, “[...] ao receber-me com a hospitalidade inata dos nortistas, fixou a vista sobre o cartão, com o que me anunciara, e encarou-me um tanto surpreendido... – Acha-me muito criança? Indaguei. – Não senhor; aqui pelo Ceará, há muitos mocinhos abolicionistas também [...]” (MOURA, 1992, p. 164).

¹¹³ José Moreira da Silva Júnior, Visconde de Itaqui do Norte. Segundo Coutinho (2005B, p. 400): “[...] natural de São Luís do Maranhão, era alto comerciante desta praça e herdeiro de uma das maiores fortunas da província, construída por seu pai.”

Figura 17 – João Dunshee de Abranches Moura na década de 1910



Fonte: Moura (1907)

Abandona o curso médico no último ano, e inicia o jurídico em Pernambuco. Após concluí-lo, retorna a São Luís onde promove comícios e encontros de abolicionistas e republicanos com um grupo por ele fundado, com o nome de “Centro Artístico Abolicionista Maranhense”. Com o advento da lei nº 3353 de 13 de maio de 1888, a questão da mão de obra se impõe categoricamente sobre a pauta política. Sem escravos e com a população livre migrando para os seringais da Amazônia, o governo provincial maranhense convoca uma audiência reunindo os principais empresários locais, a fim de que deliberassem sobre as soluções para aquele cenário. A Associação Comercial do Maranhão engajou-se, inaugurando um concurso monográfico com prêmio em dinheiro para aquele que melhor desenvolvesse um projeto realizável de incorporação do trabalho rural remunerado.

Foi para este certame que Dunshee de Abranches produziu a “Transformação do Trabalho”, cujas sessenta laudas tipografadas diz ter escrito em “menos de uma semana” (MOURA, 1993, p. 34). Uma vez concluída, a leu em “reunião íntima” com vários diretores da Associação Comercial, dentre eles Theodoro José de Abreu Sobrinho, Cirino Ribeiro, Anacleto Tavares, Ramiro Costa e Cândido César da Silva Rios, este vereador da capital. Segundo narra, a opinião dos presentes foi que seria, indubitavelmente, o vencedor.

Porém, não o foi. A articulação montada por ele foi sobrepujada por outra, organizada pelo próprio consultor jurídico e secretário da ACM. Em sua memória, escrita quase quatro décadas depois, Dunshee de Abranches ainda o desqualifica, gravando-o como “[...] Dr. Faboca, apelido familiar com que era conhecido ilustre advogado [...]”, e que se

afirmava ter sido, antecipadamente, escolhido como ganhador do prêmio (MOURA, 1993, p. 35). Moura (1993, p. 35) atribuiu a responsabilidade de sua derrota à “[...] má vontade dos escravocratas de São Luís contra um de seus adversários na campanha abolicionista [...]”, que também compunham os quadros daquela instituição.

A ideia da decadência está bem marcada: “Estacionaria ha muitos annos, em uma decadencia latente, enfraquecida todos os dias em suas fontes productoras, únicos elementos de assimillação para a sua prosperidade, o Maranhão permaneceu longamente em um torpor profundo, e só tarde despertou de seu perigoso lethargo.” (MOURA, 1888, p. 10). Mesmo com a questão dos preços do algodão, o principal produto maranhense, e os entraves físicos para sua comercialização, como a falta de estradas, a mão de obra permanece como o problema central. Segundo Dunshee de Abranches, as tentativas de modernização da lavoura não lograram êxito porque a escravidão não foi enfrentada:

O Maranhão entrou de novo no seu antigo periodo de decadencia, vivendo com os olhos fitos na lavoura que contava somente com o braço escravo, origem de todos os seus males, enquanto as outras provincias mais adiantadas, reconhecendo o verdadeiro contingente das leis da necessidade e estudando os progressos da sciencia agrônômica, procuravam livrar-se delle, como o ultimo embaraço para o seu desenvolvimento, e transformal-o na poderosa alavanca do trabalho livre. (MOURA, 1888, p. 12-13)

A questão da mão de obra em sua memória “O Cativo” (MOURA, 1992), escrita em 1938 e publicada dois anos depois, está quase de todo desaparecida, tendo em seu lugar surgido o viés humanitário da luta abolicionista. Antônio Marques Rodrigues, por exemplo, não é lembrado nem como parlamentar nem como escritor, mas por ter um “boníssimo coração” (MOURA, 1992, p. 105), e por isso criado a Sociedade Manumissora Maranhense.

Portanto, é possível concluir que os deputados-escritores que se dedicaram a pensar as relações do domínio econômico no Maranhão o fizeram sob o paradigma da decadência. Não apenas isso, como também o fato de que ele é compreendido quase exclusivamente a partir de sua produção exportadora. Nesse sentido, a Província é, primeiramente, a lavoura, e não há dissociação entre os problemas de uma e de outra. Em termos objetivos, os maiores afetados são os proprietários de terras, seguidos pelos comerciantes, todos compondo as chamadas “classes produtoras” (ou “ativas”). Com efeito, os livros sobre essa temática são publicados muito mais com o propósito de demonstrar (ou impor sob) os pares o conhecimento “técnico” e aptidão de seus autores para a solução das questões atinentes à “decadência” – e para isso precisam ocupar os lugares de poder da

Administração Pública – do que para a satisfação de eventuais leitores.

9.2 Mobilização Política e o Discurso Econômico na Concorrência Eleitoral

São analisadas aqui as operações entre o discurso econômico e a mobilização política, em vários níveis, tomando-se alguns parlamentares autores de livros nomeados no subtópico anterior. Estão incluídos os que escrevem e ao mesmo tempo demonstram as facções do jogo eleitoral à qual se vincularam, como no caso de Antônio Marques Rodrigues (1826-1873), autor do “Livro do Povo”, dedicado a João Lustosa da Cunha Paranaguá (1821-1912), o Marquês de Paranaguá, que governou o Maranhão entre 1858 e 1859 e presidente do 26º Conselho de Ministros.

Antônio Marques Rodrigues é muito mais lembrado pelo Livro do Povo, porque este alcançou números editoriais impressionantes em sua época no contexto maranhense. Segundo Hellewell (2012, p. 190), seu autor foi um “filantropo e procurou baixar os preços e estimular o hábito da leitura”. Além disso, teria “[...] doado mais de cinco mil exemplares” (HALLEWELL, 2012, p. 190) daquele título a escolas. A imagem altruísta, já identificada por seus contemporâneos (MOURA, 1992), dirigindo sua principal publicação não para as elites instruídas, mas para a formação escolar popular, inclusive talvez até sem retorno financeiro compensador, teve repercussão direta em sua carreira política, pelo “engrandecimento da pátria”:

De entre os homens que tenho conhecido com sinceras disposições para a pratica dessa virtude especialisarei a Antônio Marques Rodrigues brando e amavel por character, calmo e moderado nos seus actos, recatado e sem nunca ter posse sobre sua natureza fria a violência das paixões. Sua maior satisfação era fazer o bem sem que o deixasse presentir, e como optimista por inclinação e systema, mirava ao engrandecimento da nossa pátria dento da esphera de sua actividade c de seu gênio tímido e pacifico. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1875, s/p)

Em 1868, por exemplo, ocupava o cargo de Inspetor da Instrução Pública (cargo semelhante ao dos atuais secretários estaduais de educação). Tal posição lhe permitia, inclusive, avaliar os trabalhos de outros deputados-escreitores, como os de Fernando Luiz Ferreira:

Inspetoria da Instrução Pública do Maranhão, 19 de fevereiro de 1868.
Illmo. e Exm. Sr.
Tenho a honra de devolver a V. Exc. o requerimento de Antônio Pereira Ramos de Almeida, que pede a V. Exc. se digne mandar examinar o compendio junto intitulado *Novo Systema Metrico*, composto pelo Tenente coronel Fernando Luiz

Ferreira para uso das aulas de instrução primária.

Cumprindo o respeitável despacho de V. Exc. cabe-me informar que pode sem inconveniente ser adoptado, nas aulas primarias da provincia, como pede o suplicante a referida obra intitulada *Novo Systema Metrico*, a qual jugo apropriada para o fim que se destina.

Deus guarde a V. Exc. – Illm. e Exc. Sr. Dr. Antonio Epaminondas de Mello, Dignissimo Presidente da Provincia – o Inspetor da Instrução Pública, Antonio Marques Rodrigues. (COSTA, 2013, p. 57)

Antônio Epaminondas de Mello formou-se em direito por Olinda no ano de 1847, e foi deputado geral e provincial por Pernambuco. Nomeado presidente de sua província em 1865, e do Amazonas por duas vezes, tendo ocupado o cargo entre 1865 e 1867, e do Maranhão, de 28 de outubro de 1867 a 5 de maio de 1868.

Como de praxe, ao deixar o Executivo, publicou em São Luís o “Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Antônio Epaminondas de Mello passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. 1º vice-presidente Dr. Manuel Jansen Ferreira no dia 5 de maio de 1868”. Nesse documento afirma que mandou “[...] adoptar no ensino primario o resumo de arithimetica pelo padre Cyrillo dos Reis Lima, a arithimetica pratica e o Novo Systema Metrico pelo tenente-coronel Fernando Luiz Ferreira.” (MARANHÃO, 1868). Quanto à matéria econômica, entrega a administração com déficit orçamentário, enumerando as causas dessa circunstância: “[...] entre as quaes a baixa progressiva do preço do algodão [...]” (MARANHÃO, 1868), eximindo-se em seguida de eventuais responsabilidades pela crise: “Pela minha parte tenho mantido a mais severa economia. Ainda mais receei sempre, apesar de muito instado, lançar mão do empréstimo, por emissão de apolicies, porque, longe de ser bem aconselhado tal recurso, entendo que servirá mais de aggravar a situação da província.” (MARANHÃO, 1868)

Com efeito, Epaminondas de Melo, Fernando Luiz Ferreira, Antonio Marques Rodrigues e o Marquês de Paranaguá estavam interconectados pelas cadeiras eleitorais do Partido Liberal entre 1865-68. A Guerra do Paraguay estava em pleno curso, e nesse último ano Paranaguá ocupava a pasta do Ministério da Justiça, dos Estrangeiros e da Guerra. Se o quadro orçamentário brasileiro, no geral, estava comprometido pelo conflito, o maranhense, em específico, tinha problemas mais severos, segundo seus intérpretes, por estarem relacionados às formas produtivas da Província. Isso demandava, portanto, políticas públicas que seriam pensadas e executadas por esses especialistas, que ocupavam os lugares de poder institucional e consignavam suas ideias em livro.

Nesse sentido é inaugurada a “Escola Pratica de Agricultura do Cutim”, no interior da Ilha do Maranhão. Esse foi um empreendimento direcionado à qualificação técnica de quem lidaria diretamente com a lavoura (e, portanto, era a materialização de uma das

“soluções” encontradas pelos deputados para um de seus “problemas principais”). Compuseram sua “Comissão Directora” Luiz Miguel Quadros (Luiz Miguel Quadros Filho, deputado-escritor), Raimundo Brito Gomes de Souza, Alexandre Theophilo de Carvalho Leal (deputado-escritor), José Ricardo Jauffret e Antonio Marques Rodrigues (deputado-escritor).

Antônio Marques Rodrigues e o Marquês de Paranaguá se tornaram próximos durante a construção dessa instituição de ensino, cuja aprovação do projeto e financiamento foi encabeçado pelo primeiro na Assembleia Provincial. Isso certamente lhe favoreceu na progressão política. A conexão entre o tema econômico, educacional e as eleições estava firmada, pois Antônio Marques Rodrigues também escrevera a introdução do “Manual do Plantador de Algodão”, de A. Turner, traduzido para o português exatamente por seu amigo José Ricardo Jauffret. Sua preocupação com a economia através da atividade político-institucional é lembrada por seus biógrafos¹¹⁴:

Dentre esses excellentes livros de leitura popular é o mais notável - *O Livro do Povo* - compilação de trechos escriptos religiosos, moraes e instructivos; e dos esforços empregados por Antônio Marques Rodrigues para ver transformada a nossa industria agrícola tão atrasada, tão rotineira e pouco productiva, em relação aos capitaes, são documentos eloqüentes seus artigos no Diário do Maranhão, e depois no Globo, e a introduccão com que fez preceder o – Manual do Plantador d’algodão por A. Turner, traduzido do inglez pelo sr. dr. José Ricardo Jauffret (Maranhão, 1859). O impulso para a criação da Eschola Agricola do Cutim foi todo seu conseguindo na assembléa provincial a decretação de verba para a execução dessa medida proposta pelo sr. dr. Antônio Rego. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1875, s/p)

No “Boletim do Expediente do Governo”, publicado pelo Ministério do Império (secretaria de estado dos negócios do Império), em setembro de 1859, há uma nota agradecendo a doação ao “Manual do plantador de algodão”: “6^o secção. – Ao vice-presidente da província do Maranhão, agradecendo-se a offerta da obra de A. Turner, intitulada *Manual do plantador de algodão*, traduzida pelos Dr.s José Ricardo Jauffret e Antonio Marques Rodrigues.”. (BOLETIM DO EXPEDIENTE DO GOVERNO, 1859)

A ideia da decadência da lavoura é explícita em seu pensamento, e na compreensão de seus biógrafos, pelo menos em Antônio Henriques Leal (também deputado), e sempre acompanhada das soluções: “Uma boa colonização europêa, convidada pelos particulares e pelo governo – a introducção do systema aratorio pelos colonos e pelos nossos

¹¹⁴ Trata-se da biografia de Antônio Marques Rodrigues que consta no Pantheon Maranhense, e que foi reproduzida em números seqüenciais do periódico “Diario do Maranhão”, a partir de 30 de novembro de 1875, na seção “Folhetim.”, e sob o título “ANTONIO MARQUES RODRIGUES – BIOGRAPHIA EXTRAHIDA DO PANTHEON MARANHENSE COM PERMISSÃO DE SEU ACUTOR, O DR. ANTONIO HENRIQUES LEAL, E MANDADA DISTRIBUIR EM FOLHETO AOS AMIGOS DO BIOGRAPHADO POR JOAQUIM MARQUES RODRIGUES”. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1875, s/p)

lavradores – e a escola de aprendizes agricolas praticos são por ora os tres unicos e poderosos meios que podem vivificar de modo directo a nossa decadente agricultura.”. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1875)

No mesmo sentido, existe a consagração entre os pares parlamentares autores de livros, ainda que integrados em correntes eleitorais opostas (mas aproximados pessoalmente por outros vínculos, como familiares e de compadrio), quanto a determinados tipos de abordagem, especialmente a “técnica” ou “econômica”, posto que poderia também proporcionar ao analista, a legitimação angariada pelo analisado. Parece ser esse o caso de Francisco Sotero dos Reis, tido como latinista e filólogo, mandatário pelo Partido Conservador, que noticia ser Marques Rodrigues respeitado para além das fronteiras provinciais:

Esses artigos de Antônio Marques obtiveram de Francisco Sotero dos Reis, um dos nossos periodiquistas mais respeitaveis, e encanecido litterato, esta lisongeira apreciação no nº 29 do Publicador Maranhense de 5 de fevereiro de 1861: ‘Apparecêrão então no Globo e na Imprensa artigos tão bem escriptos que fariam honra aos melhores jornaes dos paizes mais cultos. Os do Globo devidos à penna do Sr. Dr. Antonio Marques Rodrigues, versavão sobre o desenvolvimento da nossa agricultura e forão pelo seu merito transcriptos nos jornaes mais acreditados do império. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1875, s/p)

Os temas relacionados à educação e à agricultura, por vezes entrelaçados, pautaram seus mandatos como deputado provincial: “As medidas por elle propostas, e algumas convertidas depois em leis, tendiam todas a reformar os regulamentos de instrução publica e melhorar a agricultura.” (LEAL, 1875, p. 227).

A decadência da lavoura é apresentada em sua biografia no Pantheon Maranhense como paradigma de análise: “A agricultura, principal e quasi unica fonte de riqueza e prosperidade do nosso paiz [...] vai apesar de tudo isso em rápida e progressiva decadência, sendo mais sensível esse definhamento e marasmo na provincia do Maranhão.” (LEAL, 1875, p. 233). A mobilização política, porém, ultrapassa a pessoa de Antônio Marques Rodrigues e envolve um “grupo” de deputados, boa parte deles escritores:

Desde 1846 que Joaquim Franco de Sá com a palavra e o prestigio da authoridade, e os sr.s dr.s Fabio A. de Carvalho Reis e A. Teophilo de Carvalho Leal na tribuna provincial e na imprensa, e este não só em ambas, e mais com o exemplo práctico, e o sr. dr. A. Rego propondo na assemblea provincial a acreeção de uma eschola de aprendizes agricolas e de uma colonia de pescadores tem procurado desfazer a borrasca que de muito anteviam. (LEAL, 1875, p. 234-235)

É relevante a lembrança que Antônio Henriques Leal (1875, p. 235-236) faz no Pantheon a Martinus Hoyer, um dos principais porta-vozes no domínio econômico:

Cabe aqui render louvores ao sr. Martinus Hoyer por ter iniciado a criação de um banco rural e hypothecario no Maranhão [...]; como também pela util publicação de seus Estudos sobre as instituições de credito rural [...]. Realçam ainda mais os méritos d'este trabalho o ter corrido o seu author com as despesas da sua impressão e distribuil-o gratuitamente.

Recorda-se mais que Joaquim Franco de Sá é pai de Filipe Franco de Sá, parlamentar provincial que publicou livros com temática jurídica e que fez imprimir por Belarmino de Matos, em 1867, o livro de poesias de seu irmão, Antônio Joaquim Franco de Sá, onde escreve uma notícia biográfica sobre ele.

No entanto, Fábio Alexandrino de Carvalho Reis, como já dito, tinha laços de parentesco por via matrimonial com o autor do Pantheon, além da autoria das “Breves considerações sobre a nossa lavoura”, de 1856, ainda possuía outros títulos dedicados à temática econômica, como “Cartas a um velho amigo”, impresso no Rio de Janeiro em 1877 (COUTINHO, 1981, p. 94) e “Criação e aumento de impostos: parecer do inspetor da alfândega da Corte”, de 1868. Tinha pelo menos dois relatórios administrativos: o “Relatório da Província do Pará” (1860) e “Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Ministro da Fazenda pela comissão de inquérito industrial” (1882), ambos publicados no Rio de Janeiro.

Enquanto escrevia, ocupava cargos políticos, mas também outros vinculados às finanças públicas, como o de “Coletor geral das rendas provinciais” e “Procurador fiscal do Tesouro da Província”, ambos no Maranhão e, inspetor de alfândega nas províncias do Pará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. Configurou assim um perfil muito semelhante ao de Antônio Marques Rodrigues, articulando a progressão nos quadros estatais à interpretação econômica, inicialmente sobre o Maranhão, e a partir da “decadência” de sua lavoura.

Antônio Rego (1820-1883) parece ter adotado, por volta dos quarenta anos, estratégia semelhante à de Marques Rodrigues, enveredando pelas publicações de natureza escolar. Assim foram os “Rudimentos de Geographia para uso das escolas de instrução primária”, impresso na Typographia de Belarmino de Mattos em 1862, com uma segunda edição em 1866 e “O livro dos Meninos: curso elementar d'instrução primaria”, pelo mesmo editor, em 1864, contendo três volumes: “Exercícios de pronuncia”; “Exercícios de leitura” e “Exercícios de memória”. A segunda edição continha um único volume, reunindo os três anteriores, e ambas, com 1.000 e 6.000 exemplares, respectivamente. Além disso, fez algumas

traduções de livros para crianças, como “Joãozinho, leitura para meninos”, de Charles Jeanet, por Berlamino de Mattos, em 1868.

Esse tipo de publicação não deve ser tido como eventual “escapismo” do autor, mas antes o contrário, enquanto tentativas objetivas de legitimação para a entrada nos lugares da Administração Pública relacionados à educação. Essa, por sua vez, poderia se ligar ao tema da economia através da modernização da lavoura, que tem um de seus desdobramentos no preparo técnico dos jovens.

O jornal “Diario do Maranhão”, em sua segunda versão, na década de 1870, ao publicar a biografia de Antônio Marques Rodrigues, para efeitos de contribuição à folha, coloca Antônio Rego (que o dirigiu na primeira versão, vinte anos antes), que ainda estava vivo, em posição de equivalência àquele:

Não pode vingar então contra os elementos que se lhe oppunham, hoje, porem, com bastante vida e cheio de confiança no futuro, o Diario do Maranhão marcha desassombrado, tendo como fanal dois nomes, ambos illustres: o do dr. Antonio Rego, a cujas instâncias elle se fundou; o do dr. Antônio Marques Rodrigues que muito lidou e se esforçou para sua sustentação. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1875, s/p)

Contudo, a “concorrência” com o próprio Antônio Marques Rodrigues parece tê-lo solapado, e Hallewell (2012, p. 190) chama o Livro dos Meninos de “imitação” do Livro do Povo. Talvez o protagonismo que teve em publicar almanaques no final da década de 1840, informando dados e costumes da vida maranhense (e em alguma medida as peças teatrais dos 1850), ofuscou sua produção posterior.

Antônio Rego era médico de formação, mas apesar disso não se sabe de publicação sua nessa especialidade. Por outro lado, edita em 1866 um “Código municipal da Câmara Municipal da capital da Província do Maranhão, ou repertório das leis, avisos, ordens, instruções etc.” (MORAES, 2013). Nem de longe consegue a entrada que Antônio Marques Rodrigues e Fábio Alexandrino de Carvalho Reis têm nos cargos administrativos. Torna-se, porém, com Antônio Henriques Leal, diretor da Biblioteca Pública da Província, que passa a ser administrada pelo Instituto Literário Maranhense, em 1866. Na carreira eletiva, porém, alcança relativa boa projeção, elegendo-se vereador de São Luís e deputado em quatro legislaturas, na Assembleia Provincial: décima primeira, de 1855 a 1856; décima segunda, de 1856 a 1857; décima sétima, de 1866 a 1867 e décima oitava, de 1868 a 1869.

O período de publicação e o conteúdo de seus livros estão bem demarcados nas duas fases políticas no parlamento: os almanaques e peças teatrais antes de 1860 (quando

também funda e dirige diversos periódicos), e depois, textos jurídicos e educacionais. Suas manifestações, isoladamente, sobre a economia maranhense são principalmente dessa última. Contudo, mais jovem, fora co-fundador da “Sociedade Philomatica”, que editava uma revista cujos artigos eram de ordinário, voltados à lavoura:

1846

Apparece o primeiro numero da REVISTA da SOCIEDADE PHILOMATICA. Esta sociedade fundada pelos Drs. Theophilo Leal, Silva Maia, Fábio Reis, Raymundo Mattos, Antônio Rego, Vilhena, Gomes Belfort (depois Barão de Coroatá) e outros, instituiu preleções scientificas e litterarias, aos domingos, no salão da câmara municipal. Cabe-lhe, portanto, a honra de haver sido a iniciadora das conferências no gênero das que se fazem hoje na escola da Gloria, na corte.

Os poucos números que sahiram da REVISTA DA SOCIEDADE PHILOMATICA foram consagrados á assumptos scientificos e especialmente agrícolas. (SERRA SOBRINHO, 1883, p. 39)

Joaquim Serra Sobrinho (1883, p. 50), informa que o “Diario do Maranhão”, de Antônio Rego, “estava dedicado à noticias commerciaes”. De fato, a organização do periódico foi financiada por empresários ludovicenses, e em seu subtítulo constava “Jornal do commercio, lavoura e industria”. Na matéria econômica, parece ter lhe interessado mais a pecuária que a agricultura, pois, na décima primeira legislatura, subscreveu um projeto de lei para a criação da vila de Anajatuba, o que terminou por ocorrer com a aprovação da lei provincial n.º 359, de 22 de junho de 1854, instituindo também sua freguesia. César Augusto Marques, em seu Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão, afirma que essa região poderia resolver um problema antigo problema: o fornecimento de carne:

É voz geral que os campos de Anajatuba, se não enchesse muito no inverno, e nem se tornassem demasiadamente secos no verão, seriam os melhores de toda a Província para a criação de gado vacum. Remediados esses inconvenientes, o que seria muito fácil, porém dispendioso, poderiam fornecer, quer por meio de soltas vindas do sertão, quer por meio de criação, quase todo o gado necessário para o abastecimento da capital. (MARQUES, 1970, p. 81)

Ora, havia um considerável capital político em jogo advindo do surgimento de nova unidade administrativa na Província, e mais ainda, relacionada a questão importante para sua maior cidade. Provavelmente por isso é que Antônio Rego apresenta também projeto para que o governo adquirisse, no entorno da recém criada vila, uma larga área de terra para a formação de pastagens artificiais destinadas à criação de bovinos que serviriam ao consumo dos ludovicenses. Além disso, pensou a organização de uma exposição anual de animais em São Luís. (MORAES, 2013)

Em suma, eram essas propostas de modernização da pecuária, que também era acusada, assim como a lavoura, de utilizar técnicas rudimentares e improdutivas. Decerto, era aquele um tema ainda pouco debatido e explorado, mas relevante, em especial para as regiões outras regiões além das monocultoras, os chamados “sertões”. Talvez por essa razão é que o outro deputado, que lhe seria “concorrente”, autor do Livro do Povo, não deixou o tema à revelia: “Entre seus discursos, sempre atendidos pelas suas doutrinas, que n’elles sustentava, e pela fluência e castigado da phrase, sobressahem os que preferiu na sessão de 1859 por ocasião de discutir-se uma proposta taxando as carnes verdes [...]”. (LEAL, 1875, p. 228)

A ideia da decadência se alonga pelas décadas seguintes.

Após o fim do regime escravocrata, e com o advento da República, vários empreendimentos industriais de pequeno, médio e grande porte são instalados no Maranhão, principalmente entre os anos de 1890-95 (NEVES, 2011). Os de maior monta são os engenhos centrais e as fábricas têxteis, localizados nos vales dos rios Pindaré e Itapecuru, além da capital. Tratou-se ali de uma reconversão de divisas, antes direcionadas para o financiamento da lavoura, em especial por parte de setores ligados ao comércio importador-exportador e aos bancos regionais. Assim, na passagem do século dezanove ao seguinte, modifica-se o sistema produtivo, antes centralizado na exportação de bens *in natura* (algodão, arroz, peles, madeiras e outros extrativismos).

Seus proprietários se aglutinam na Associação Comercial do Maranhão, que passa a emitir uma série de pareceres e relatórios direcionados *a priori* aos seus membros, mas com indisfarçável encaminhamento àqueles que ocupavam os cargos de poder da Administração Pública, tratando, majoritariamente, da gestão financeira e econômica do estado. Em meados da década de 1920 passa a circular uma revista produzida pela entidade, e em 1926 é publicada uma entrevista com José Gonçalves Pereira, sob o título de “A Indústria dos Tecidos – a subida do câmbio e a indústria têxtil. A baixa do algodão. A lei das oito horas de trabalho.” (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO MARANHÃO, 1926, p. 2).

O texto tem uma foto do entrevistado, que era diretor da “Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil”, figurando então entre as maiores unidades fabris maranhenses, especializada na produção de um tipo de tecido chamado “*morim*”, “*alvejado*” ou “*madapolão*”, produzido a partir da fibra do algodão misturado a produtos químicos e utilizado geralmente para a confecção de roupas brancas.

De pronto, a Revista informa o propósito institucional da Associação Comercial: “Prosseguindo a nossa tarefa de bem informar aos nossos leitores sobre os problemas que dizem respeito à vida e ao progresso do nosso Estado, procuramos ouvir, em seu escritório, o

conceituado industrial [...]” (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO MARANHÃO, 1926, p.2). Discorrendo sobre a situação das fábricas frente à subida do câmbio, baixa nos preços de sua principal matéria-prima e a fixação do limite máximo de oito horas diárias de trabalho para o operariado, o mencionado industrial expõe um quadro negativo sobre a situação das têxteis:

Com a subida do câmbio, a indústria dos tecidos ficou em situação favorável?

- Não, respondeu-nos o distinto cavalheiro. Penso, entretanto, que não é a alta do câmbio, propriamente dita, que cria a situação desfavorável em que se encontram as indústrias e também o comércio e a lavoura. O que motiva a situação é a falta de estabilidade em tudo, motivando assim um retraimento geral. Normalizado que seja o câmbio, embora a sua taxa atinja a 8 d., penso que todos os negócios se modificarão, desde que haja uma base segura para operar.

A baixa do algodão, matéria-prima, de certo modo contribuiu para que as fábricas de tecidos aumentassem seus stocks, assegurando a produção para largo espaço de tempo?

- Não. As fábricas compram algodão na base de suas necessidades; não especulam; sendo-lhes portanto indiferente o preço em que se mantenha a matéria-prima, desde que haja compradores para os tecidos.

[...] (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO MARANHÃO, 1926, p.2).

Ao comentar sobre a determinação legal das oito horas diárias, o industrial arrola o fim do regime de escravidão, pelos modos como se operou, como um dos eventos mais prejudiciais ao sistema fabril. Ainda que tenha ocorrido quase quarenta anos antes, e mesmo anteriormente à instalação de todas as fábricas, a abolição do trabalho compulsório é um assunto sensível aos industriais e, em geral, às elites econômicas locais, posto que é apontada como a causa maior da perda de fortunas particulares e, por conseqüência, da receita pública, ambas configurando a “*decadência econômica*” da então Província, postura essa inclusive apresentada e defendida por Viveiros (1954). Nas palavras do gestor da “Rio Anil”:

[...]

A lei, estabelecendo o regime das oito horas de trabalho, tem sido mal interpretada. Segundo o meu modo de ver, aliás, desautorizado, penso ter sido o pensamento do legislador garantir o proletariado da obrigatoriedade que lhe pudesse ser imposta de aceitar contratos para trabalho por mais de oito horas diárias, o que, aliás, é um direito que assiste a qualquer pessoa de se contratar para qualquer serviço pelo tempo e hora que afiguraram convenientes, visto que não temos uma lei regulamentando o trabalho. Tal fato, digamos de passagem, constitui uma lacuna da nossa legislação, cuja falta foi seriamente sentida por ocasião de ser extinto o elemento servil, causando a perturbação do trabalho agrícola, perturbação essa que ainda hoje perdura onde não existe o elemento do braço livre, proveniente dos imigrantes europeus. (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO MARANHÃO, 1926, p.2)

A Associação Comercial do Maranhão, nas primeiras décadas do século XX, vai ser um dos principais veículos de divulgação da necessidade de “reforma do sistema

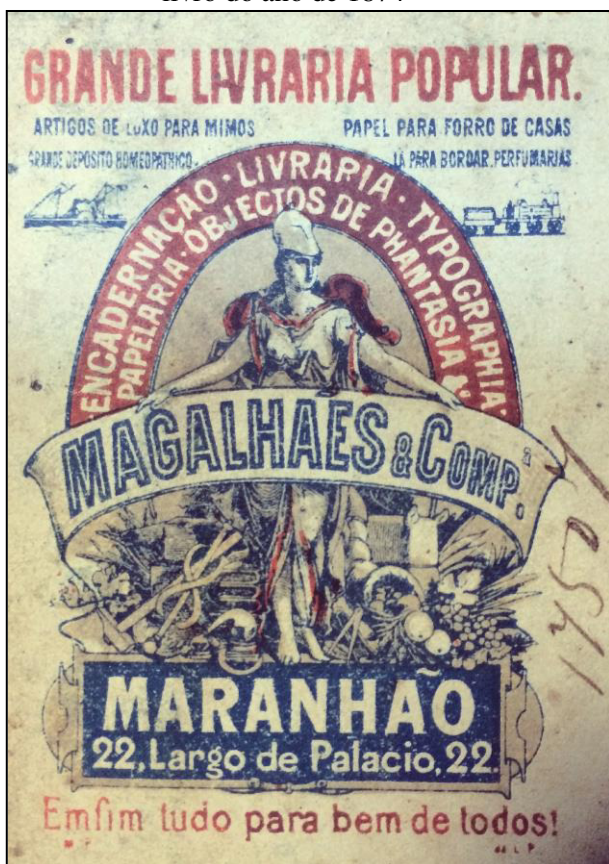
produtivo” (uma espécie de atualização do discurso da “decadência”). Nesse sentido, as vinculações entre os quadros da entidade com a Assembleia Legislativa estão bem consignadas. Identificou-se (NEVES, 2011), por exemplo, que a maior parte dos empresários membros, com investimentos políticos, ocupou cadeiras do parlamento regional. A propósito, desde muito havia o engajamento através da produção escrita, deixada ao encargo de quem possuía o perfil para tanto.

Além do já citado Martinus Hoyer havia Temístocles da Silva Maciel Aranha (1837-1887), diretor da ACM e deputado provincial na década de 1870. O referido é tido como um dos mais importantes nomes do “jornalismo” do Maranhão no século dezenove, e foi pai do co-fundador da Academia Brasileira de Letras, José Pereira da Graça Aranha (1868-1931).

Atuando no “O Publicador Maranhense”, em 1863, na função de redator-chefe, substituiu outro deputado-escritor: Francisco Sotero dos Reis. Temístocles editou o periódico “Imprensa”, em sociedade com Carlos Fernando Ribeiro, político que capitaneava o Partido Liberal na então Província, e que seria depois agraciado com o título de Barão de Grajaú. Foi também editor do “Jornal do Commercio” e do jornal “O País”. Esse último, se por um lado contribuiu com peso para seu ingresso e progressão no interior da Associação Comercial do Maranhão, por outro permitiu também que se integrasse na arena política. Redigia ali uma espécie de editorial não adstrito à matéria econômica, mas envolvendo as articulações eleitorais.

As vinculações por parentesco não estavam ausentes. Em 1933, quando a ACM buscou o governo estadual para discutir o orçamento do ano próximo, foi bem recebida pelo secretário de fazenda, Francisco Franco de Sá Collares Moreira, descendente de duas das mais abastadas e influentes famílias locais, com vários de seus membros exercendo cargos eletivos. Ele era neto do deputado-escritor Filipe Franco de Sá (1841-1906). Também era parente próximo de Alexandre Collares Moreira Júnior e Alexandre Collares Moreira Neto, deputados estaduais não-escritores por vários mandatos. Mais ainda, guardava laços familiares com um dos diretores da Associação Comercial, o negociante João Pedro de Assis Collares Moreira.

Figura 18 - Etiqueta da Livraria, papelaria e tipografia “Magalhães & Comp.”. Maranhão, aposta em livro do ano de 1874



Fonte: Acervo pessoal do autor.

10 CONCLUSÃO

Pensar a publicação de livros no Maranhão durante a maior parte do século XIX e primeiras décadas do século XX, inclusive muitos comportando textos sofisticados e complexos em um contexto de ausência de mercado consumidor e mesmo editorial minimamente identificáveis, obriga ultrapassar o descobrimento da existência de ideias de fim coletivo como a “Atenas brasileira”, a “Decadência da lavoura”, ou ainda o “saber técnico” ou “especializado” dos autores, para compreender que essas coisas possuem funções pragmáticas, vinculadas aos investimentos políticos, que definem sua razão de existir.

Nesse sentido, ainda que elas pudessem servir à auto-consagração de um determinado segmento, ou prestar-se à leitura e justificação das relações sociais estabelecidas, contemporâneas à sua construção e, ou, projetadas no tempo, possuem, talvez principalmente, um engajamento objetivo que inclusive as conforma e atualiza: o trabalho político de seus portadores.

Para demonstrar isso, buscou-se nas publicações em formato livro, utilizadas por indivíduos com investimentos no domínio político e que ocuparam as cadeiras do parlamento maranhense entre os anos de 1830 e 1930, a legitimação que reclamavam para si e que permitiria o acesso e posse dos lugares de poder institucionais. Foram privilegiados elementos como os paratextos autorais, entre os quais os títulos, as dedicatórias, introduções e prefácios, além daqueles relacionados ao editor, como as configurações visuais e impressão, e valor de venda.

Os agentes, ainda que não declaradamente, através desse objeto material, buscavam afirmar distinções e hierarquizações através do controle do saber (especializado, profissional, cultural, etc.). Trata-se então de um perfil próprio, de indivíduos que possuem entradas em diversos domínios, onde a política figura apenas como um deles (ainda que, às vezes, o mais importante em determinada fase da vida). Fala-se da “atividade honorífica”, ou do fato de que eles literalmente não necessitam nem do mandato eleitoral, nem da publicação de livros, como meios de subsistência, e apesar disso, não deixam os abandonam.

O “Notável” é o político oitocentista/novicentista que possui dinheiro, amigos, parentes, saberes, dentre uma série de recursos e bens, inclusive o tempo, para dedicar à política. A forma de fazer política no Maranhão, na maior parte desse período, é concordante com o perfil de notabilidade. Os deputados-escritores, não são deputados profissionais e não são escritores profissionais (o que inclusive tem a ver com um número não muito grande de

mantatos e títulos bibliográficos para cada um), porque não mesmo há profissionalização consolidada em nenhum desses dois domínios, inclusive a nível de Brasil.

Nesse diapasão, apenas o acúmulo de recursos financeiros, não define o “Notável”. Inclusive, nem sempre há “dinheiro” disponível, e dos agentes não está afastado o risco de queda social, o que só pode ser evitado com os múltiplos e contínuos acionamentos de recursos, como a ampliação da noção de família, por exemplo, a fim de alcançar aquele em que pudesse se apoiar e prestar apoio, caso fosse necessário. Com efeito, dentre os processos de acumulação de capitais, em boa medida estão os herdados de antepassados. A estratégia matrimonial foi tanto comum quanto eficiente no sentido de promover o equilíbrio/troca de recursos e sua legação, o que explica as redes de parentesco, por mais de uma geração, nas cadeiras do parlamento maranhense e mesmo a escrita como técnica de mobilização, utilizada por ancestrais e contemporâneos políticos.

Essa circunstância afasta a visão estratificada de uma “elite” que (pré-)existe por ela mesma e sem tensões importantes, que normalmente não permite ver os processos conflituosos de exclusões, inclusões e hierarquizações que perpassam a vida individual e coletiva.

Mas dentre os recursos previamente à disposição, podem estar o pertencimento a uma família com “tradições políticas” ou as reciprocidades e compromissos garantidos. Porém outros demandam a ação positiva do agente, como a constituição do capital escolar/acadêmico e a resposta, através da imprensa e dos livros, às pautas que são apresentadas. Assim, eles poderão construir a imagem de liderança, vencer as eleições e não se afastarem muito dos quadros administrativos estatais.

Os textos que serão produzidos se direcionam para a operacionalização da burocracia, como, por exemplo, os títulos jurídicos, mas também para pensar os modos de formação da nação e de organização da sociedade, crítica de costumes e correlatados. Apostos no formato livro, que possui um caráter de definitividade, sem dúvida auxiliam na afirmação da função mediadora entre periferia (Maranhão)/ centro (Rio de Janeiro/São Paulo) exercida por esses agentes.

O segmento de indivíduos que os editam e que investem nas carreiras políticas, constituem-se como um conjunto possuidor de relativa uniformidade. Mesmo que apontassem diferenças e construíssem oposições, essas estavam circunscritas a uma perspectiva compartilhada de origem, leitura de mundo e engajamento. Elevações e detrações entre os escritores, por si ou por seus intérpretes, somente podem ser compreendidas enquanto direcionadas aos “iguais”, ou seja, aqueles que possuíam condições reais de competição a

partir do manuseio de capitais mais ou menos equivalentes.

Isso redundava em uma coadunação, mesmo que inconsciente e ainda por vezes não aparente, disfarçada pelos embates travados entre quem escrevia e participava da concorrência eleitoral. O conflito, nessas circunstâncias, não é necessariamente uma ruptura ou a descaracterização do segmento detentor dos bens políticos e intelectuais, mas sim um movimento próprio e sintomático das forças e interesses que estão em disputa. Isso pode ser constatado no fato de que tanto a atividade da escrita quanto a atuação eleitoral se consubstanciam em duas empresas familiares, onde vínculos de parentesco consanguíneo e por afinidade aproximam os “Notáveis” no controle do poder e na reiteração das práticas próprias desse tipo de política.

Foi importante, de igual forma, se pensar como as pautas políticas são elaboradas (“problemas”, “soluções”, “responsáveis”, etc.). A escrita, de início em periódicos, e depois convertida em livro, tem papel de extrema relevância. Através dela é que se configura mais claramente a elaboração e afirmação das “questões prementes” (econômica, cultural, institucional), quando é formalizado o perfil “apropriado” para resolvê-las. Como resultado têm-se os intérpretes do Maranhão e suas imagens sociais, tidas por autênticas, mas que evidenciam certos elementos, ocultam e dividem outros.

A adoção da escrita está relacionada a um período específico, de transição da vida “profissional” do campo para a cidade, ao mesmo tempo em que se desenvolvia a ordem burocrática no Império e início da República. Modelos estéticos, institucionais e políticos foram (parcialmente) importados, em especial da Europa, adaptados às formas relacionais locais, conduzindo a um tipo de articulação social avessa às propostas iniciais e com características peculiares.

No curso de um século, diversas dessas pautas foram apresentadas, de acordo com as mudanças nas configurações institucionais, o que obrigou que fossem trabalhadas em “séries”, para que se facilitasse a apreensão das falas transmitidas nos contextos em que se inseriam. As articulações entre o centro e a periferia se davam por elas, envolvendo de oficialidade a composição de facções eleitorais, intercambiando ideias e apoios, estipulando comportamentos e fronteiras de ação.

Nisso, os livros poderiam ter servido como elemento de diferenciação frente aqueles que não escreviam, mas que disputavam o controle do estado, e de equivalência àqueles que os publicavam. Além disso, a formação do perfil “intelectual” também pode ter outro efeito: isentar o escritor dos litígios eleitorais, inclusive ao ponto de suas inserções nesse domínio serem praticamente esquecidas.

A análise dos gêneros da produção escrita revelou que as formas utilizadas e demandas apresentadas estavam relacionadas aos acessos e bloqueios sofridos pelos agentes, em regra articulados ao trabalho político.

Por último, a abordagem do domínio econômico nos livros e nas representações discursivas demonstrou uma uniformidade de “problemas” e suas “soluções” em torno da ideia da “decadência da lavoura”, e essa, como uma visão mais geral do Maranhão, inclusive sobre o aspecto da cultura tida por legítima. A configuração de “especialistas” aptos a entrar e progredir nas estruturas da Administração Pública perpassava principalmente o monopólio desse argumento, utilizado para a mobilização do mercado eleitoral, e determinando um paradigma de análise com elementos peculiares que o constituem e que também se prorrogam até os dias atuais.

Ante o exposto, pode-se dizer que escrever, no século dezenove e início do vinte, é uma ação de fim político, em especial no Maranhão, e que possui dimensões que se entrecruzam. Institucionalmente, e em termos mais objetivos, ela se volta para os debates e causas que mobilizavam votantes e candidatos, permitindo o monopólio do discurso e o acesso aos lugares de poder. De outra face, pessoalmente, formava o “intelectual”, compreendido enquanto aquele que dominava o saber erudito, necessariamente atemporal e superior os embates e temas datados da ordem das eleições, colocando-os em posição de superioridade frente os leigos e, em alguns casos, ante os próprios pares escritores. Passados quase mais cem anos, o perfil que conjuga política e escrita não sucumbiu de todo, e continua, à par da concorrência com outros, a ditar, em boa medida, as regras não ditas de acesso ao poder.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Viriato Correia – Biografia**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/viriato-correia/biografia>>. Acesso em: 22. set. 2015.

ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. **Antologia da Academia Maranhense de Letras, 1808-1958**. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2008.

_____. **João Lisboa**. São Luís: Imprensa Oficial, 1918.

_____. **Sebastião Moreira Duarte**. Biografia. Disponível em: <<http://www.academiamaranhense.org.br/?p=189>>. Acesso em: 05 set. 2015a.

_____. **Jomar da Silva Moraes**. Biografia. Disponível em: <<http://www.academiamaranhense.org.br/?p=95>>. Acesso em: 06 set. 2015b.

_____. **Mílson de Souza Coutinho**. Biografia. Disponível em: <<http://www.academiamaranhense.org.br/?p=376>>. Acesso em: 09 set. 2015c.

_____. **Fundador da cadeira – José Ribeiro do Amaral**. Disponível em: <<http://www.academiamaranhense.org.br/?p=486>>. Acesso em: 06 out. 2015d.

_____. **Cândido Mendes**. Disponível em: <<http://www.academiamaranhense.org.br/?p=565>>. Acesso em: 01 out. 2015e.

_____. **José Ribeiro do Amaral**. Disponível em: <<http://www.academiamaranhense.org.br/?p=486>>. Acesso em: 10 out. 2015g.

ALBANO, Luís C. Prêmio Belfort Duarte. In: **Jornal Folha do Sul**, 2015. Disponível em: <<http://www.jornalfolhadosul.com.br/noticia/2015/03/27/premio-belfort-duarte>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, José Eulálio Figueiredo de. **O crime da Baronesa**. 3. ed. São Luís: Lithograf, 2009

ALMEIDA, Felipe Peçanha de. **Memória da Administração Pública Brasileira – Presidente do Conselho de Ministros**. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=6308>>. 2014. Acesso em: 15 set. 2015.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: **O Brasil Imperial**, vol. III, 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 83-118.

AMARAL, Alex Lombello. Documento inédito: história do jornal Astro de Minas pela pena do padre José Marinho. Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. **Revista de História e estudos culturais**. Out./Dez. 2007. Ano IV, vol. 4.

AMARAL, José Ribeiro do. **As revoluções do Segundo Império e a obra pacificadora de Caxias**. São Luís: Typogravura Teixeira, 1922.

AMERICA BRASILEIRA. Num.s 9 a 12 - Anno I. 1922-1924. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=158089&pagfis=188&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL. 1883-1884. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Anais_BN_WI&PagFis=33269&Pesq=>>. Acesso em: 11 out. 2015.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhring. **A guerra dos bem-te-vis**. São Luís: Edufma, 2008.

AZEVEDO, Aluísio. **O Japão**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 244 p. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/845-Japao_O.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2016.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Abolicionismo**: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (séc. XIX). São Paulo: Annablume, 2003.

BADIE, Bertrand. **L'État importé. Essai sur l'occidentalisation de l'ordre politique**. Paris: Fayard, 1992.

BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. **Politique Comparée**. Press Universitaires de France, 1990.

BARMAN, Roderick J. Uma nobreza do Novo Mundo: a função dos Títulos no Brasil Imperial. In: **Mensário do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro, 1973. p. 4-21.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial. In: **O Brasil Imperial, vol. II, 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 53-120.

BIBLIOTECA NACIONAL. HEMEROTECA DIGITAL. **Correspondência de Coelho Neto**. Disponível em: <www.docvirt.com/wi/Anais_BN_WI/paginas/.../I0007460.asp>. Acesso em: 12 out. 2015.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. 2. ed. v. 7. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

BOLETIM DO EXPEDIENTE DO GOVERNO. Ministério do Império, setembro de 1859. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=231444&pagfis=36&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BONELLI, Maria da Gloria. O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e o Estado: a profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no mercado. **Rev. bras. Ci. Soc.** vol.14, n.39, São Paulo, Feb., 1999.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000100004>. Acesso em: 21 set. 2015.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **A Athenas Equinocial: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro.** Tese (Doutorado), UFF, 2009.

_____. Um livro de crítica 137 anos depois. In: AZEVÊDO, Bruno (Org.). **Um livro de crítica**; ensaios de Ricardo Leão e Henrique Borralho. São Luís: Pitomba, 2015.

BOSI, Alfredo. Cultura. In: CARVALHO, José Muirilo (Org.). **História do Brasil Nação: 1808-2010 - A construção nacional, 1830-1889.** Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Objetiva LTDA, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica.** In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina; (Org.). **Usos & Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 183-191.

_____. **As regras da Arte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **O Poder Simbólico,** Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002.

_____. O capital social – notas provisórias. In: **Actes de Ia recherche en sciences sociales, Paris,** n. 31, janeiro de 1980.

BRAGA, Gentil Homem de Almeida; et al. **Parnaso maranhense:** collecção de poesias. São Luís: Typ. do Progresso, 1862.

BRASIL. **Annaes do Senado do Imperio do Brasil – segunda sessão em 1870.** Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1870. p. 150.

_____. Lei nº 3.071, de 01/01/1916 - Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm>. Acesso em: 05 nov. 2015.

_____. Código Criminal do Imperio do Brazil. Lei de 16 de dezembro de 1830. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso: 23 set. 2015.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 17 set. 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2015a.

_____. **Constituição Política do Imperio do Brasil e lei de reforma à mesma, em 21 de agosto de 1834.** Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1842.

_____. Decreto nº 1 de 15 de novembro de 1889. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1-15-novembro-1889-532625-publicacaooriginal-14906-pe.html>>. Acesso em: 17 set. 2015.

_____. Decreto n.º 523 de 20 de julho de 1847. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-523-20-julho-1847-560333-publicacaooriginal-83096-pe.html>>. Acesso em: 15 set. 2015.

_____. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões geográficas.** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_3.pdf>. Acesso em: 12 set. 2015.

_____. Lei de 18 de agosto de 1831. Crêa as Guardas Nacionaes e extingue os corpos de milicias, guardas municipaes e ordenanças. Disponível em:
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html>. Acesso: 19 set. 2015.

_____. Senado Federal. **Urbano Santos da Costa Araújo.** Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=2261&li=27&lcab=1906-1908&lf=27>. Acesso em: 17 set. 2015b.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Augusto Olympio Viveiros de Castro.** Disponível em:
<<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=109>>. Data de acesso: 20/11/2015c.

_____. **Brasão da República.** Disponível em:
<<http://www2.planalto.gov.br/acervo/simbolos-nacionais/brasao/brasao-da-republica>>. Acesso em: 21 nov. 2015d.

_____. Supremo Tribunal Federal. **José Ascenço da Costa Ferreira.** Disponível em:
<<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=360>>. Acesso em: 18 out. 2015e.

BURGUETE, M. C.; MARTINS, D. R.; FIOLEAIS, C. **Evolução dos estudos médicos em Coimbra no século XIX – contribuição das ciências físicas e químicas.** Disponível em:
<<https://eg.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/12371/1/II%20ENCONTRO%20HCNS.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2015.

CAMPOS, Marize Helena. **Senhoras donas:** povoamento, economia e vida material em terras maranhenses (1755 – 1822). São Luís: Café e Lápis, 2011.

CAMPOS, Rafael Ramos. **Elites em guarda:** composição e atuação político-militar dos agentes da Guarda Nacional do Maranhão (1839-1855). 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de pós graduação em Ciências Sociais. São Luís, 2013.

CANÊDO, Letícia de Bicalho. Um capital político multiplicado no trabalho genealógico. UFMA, PPCSo. **Revista Pós Ciências Sociais**, Vol. 8, n.º 15, 2011.

CANTANHENDE, W. L. M.; SILVA, K. R. Correspondência ativa dos promotores públicos do Império: publicados todos os ofícios até 1871. In: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Importantes publicações de 2009-2010**. Disponível em: <http://www.mpma.mp.br/memorial/wp-content/uploads/2013/06/Informativo-n%C2%BA-5_6-Dez_2010.pdf>. Acesso em: 18 set. 2015.

CARNEIRO, Francisco Dias. **Poesias**. São Luís: Typographia do Paiz, 1878.

CARNEIRO, Alan; LOPES, Raimundo Helio. **Araújo, Antônio Brício de**. [2013?a]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ARA%C3%9AJO,%20Ant%C3%B4nio%20Br%C3%ADcio%20de.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2015.

_____. **Castro, Augusto Olímpio Gomes de**. [2013?b]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CASTRO,%20Augusto%20O%C3%ADmpio%20Gomes%20de.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

CARRARO, Elaine Cristina. **O Instituto Histórico de Paris: moralidade e ciência social**. XI Congresso Brasileiro de Sociologia, UNICAMP, Campinas/SP Grupo de trabalho: Pensamento social no Brasil Sessão: Pensamento social e literatura. Set/2003.

CARVALHO, Estevão Rafael de. **Bemtevi**. Ed. fac-similar. Pesquisa de Nascimento de Morais Filho. São Luís: Secretaria de Fazenda do Estado Maranhão, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. As Marcas do período. In: **História do Brasil Nação: 1808-2010 - A construção nacional, 1830-1889**. Vol. 2. José Murilo de Carvalho (Org.). Rio de Janeiro: Objetiva LTDA, 2012a.

_____. A vida política. In: **História do Brasil Nação: 1808-2010 - A construção nacional, 1830-1889**. Vol. 2. José Murilo de Carvalho (org.). Rio de Janeiro: Objetiva LTDA, 2012b.

_____. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Teatro de sombras: a política imperial. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual**. Dados vol. 40 nº. 2. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003>. Acesso em: 01 set. 2015.

_____. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CARVALHO, Manuel Emílio Gomes de. **Os deputados brasileiros nas Cortes gerais de 1821**. Brasília (DF): Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

CHARLE, Christopher. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: Heinz, Flávio (Org.). **Por outra história das elites**. [S.I.]: Editora FGV, 2006.

_____. **Naissance des “intellectuels”, 1880-1900.** Paris: Les Éditions de Minuit, 1990.

_____. Nascimento dos intelectuais contemporâneos (1860-1898). Tradução de Maria Helena Câmara Bastos. “Naissance des Intellectuels Contemporains (1860-1898)”, In: LE GOFF, J; KOPECZI, B. (Dir.) **Intellectuels français, intellectuels hongrois.** (XIIIème – Xxème siècles). Budapest: Akademiai Kiado; Paris: Ed. Du CNRS, 1985. Pp. 177-189. Revista História da Educação / History Education Journal, 2003. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30225/pdf>>. Acesso em: 8 maio 2016.

CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. “A bem do serviço da pátria”: a instituição do Estado imperial a partir do Conselho Presidencial do Maranhão (1825-1831). In: REIS, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Gastal (Orgs.). **Estudos sobre elites políticas e culturais.** São Luís: EDUFMA, 2014. 612 p.

COLLOVALD, Annie. **Jacques Chirac et le gaullisme.** Paris: Belin, 1999.

CONSTITUIÇÃO: folha política, commercial e noticiosa. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=235334&pagfis=3419&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>. Acesso em: 08 set. 2015.

CORADINI, Odaci Luiz. A formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como centro de importação. **Revista Ensaios Históricos**, nº 35. Rio de Janeiro: jan.-jun., 2005, p. 3-22.

_____. As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões das elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). In: REIS, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Gastal (Org.). **Estudos sobre elites políticas e culturais.** São Luís: EDUFMA, 2014.

_____. **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul:** algumas contribuições recentes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

CORRÊA, Carlos Humberto. A presidência de província no Império. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. In: **ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa**, 2003. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.113.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.

CORRÊA, Frederico José. **Um livro de crítica.** Bruno Azevêdo (Org.); ensaios de Ricardo Leão e Henrique Borralho. São Luís: Pitomba, 2015.

_____. **Inspirações Poéticas.** Maranhão: Antonio Pereira Ramos d’Almeida, 1868.

CORRÊA, Rossini. **Atenas Brasileira:** a cultura maranhense na civilização nacional. Brasília (DF), 2001.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república:** momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Odaléia Alves da. **O livro do povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861-1881).** São Paulo: s.n., 2013. 210 p. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: História da Educação e Historiografia) - Faculdade de

Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

COUTINHO, Mílson de Sousa. **Apontamentos para a história judiciária do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1979.

_____. **Caxias das Aldeias Altas: subsídios para a sua história**. Caxias: Prefeitura de Caxias, 2005a.

_____. **Caxienses ilustres: elementos biográficos**. São Luís: Lithograf, 2002.

_____. **Fidalgos e barões, uma história da nobiliarquia luso-maranhense**. São Luís: Geia, 2005b.

_____. **José Sarney – memorial dos oitenta anos**. São Luís: Instituto Geia, 2010.

_____. **Memória da advocacia no Maranhão**. São Luís: Clara, 2007.

_____. **O poder legislativo no Maranhão, 1830-1930**. São Luís: Assembléia Legislativa do Maranhão, 1981.

DEBRET, Jean-Baptiste, 1768-1848. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978. Tomo I, volumes I e II.

DESLANDRES, Paul. **Les Débuts de l'Institute Historique (1834-1846)**. Disponível em: <<http://195.220.134.232/numerisation/tires-a-part-www-nb/0000000442695.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2015.

DE SOUSA, A. P. Gênese social do Editor e as novas condições de produção do livro. **Caderno CRH (Online)**, v. 28, p. 213-230, 2015.

DIAS, Antônio Gonçalves. **Exames nos arquivos dos mosteiros e repartições públicas para coleção de documentos históricos relativos ao Maranhão**. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão 1977.

DIÁRIO DO MARANHÃO. **Jornal do commercio, lavoura e indústria**. Anno, VI, n. 698, 1875. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/720011/per720011_1875_00698.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

DICIONÁRIO HOUAISS. **Sinônimos e antônimos**. São Paulo: Publifolha, 2008.

BÍBLIA ONLINE. EZEQUIEL, 44: 30. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/acf/ez/44>>. Acesso em: 11 out. 2015.

FAMÍLIA VIEIRA. **Vieira da Silva E Sousa - Maranhão**. Disponível em: <<http://vieirasdegumaraes.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 11 out. 2015.

FARIA, Andréa Camila de. Entre escolhas e silêncios: a construção da memória de Gonçalves Dias como poeta nacional. **Revista Maracanan**, v.8, n. 8, 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/12778>>. Acesso em: 10 out. 2015.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Em nome da ordem: a constituição de aparatos policiais no universo lusobrasileiro. (séculos XVIII e XIX).** 2007. 252 f. : il. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós Graduação em História, 2007.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro.** Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FELONIUK, Wagner Silveira. Tecnicamente, a primeira constituição do Brasil. **História e Cultura**, Franca, v. 4, n. 3, p. 204-233, dez. 2015.

FERNANDES, Antonio Manoel. **O protesto do Dez.or Antonio Manoel Fernandes.** Rio de Janeiro: Typographia de N. L. Vianna e Filhos, 1862.

FERREIRA, Ana Maria Nunes Vieira. **Antepassados de Fernando Luís Vieira Ferreira – Ramo Materno.** 2011. Disponível em: <<http://www.familiavieiraferreira2.blogspot.com.br>>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. **Notáveis – Theophilo Belfort Duarte.** 2008a. Disponível em: <<http://notaveisdafamilia.blogspot.com.br/2008/12/theophilo-belfort-duarte.html>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

_____. **Notáveis – João Evangelista Belfort Duarte.** 2008b. Disponível em: <<http://notaveisdafamilia.blogspot.com.br/2008/12/joo-evangelista-belfort-duarte.html>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

FERREIRA, Antonio Luiz. **Missa campal celebrada em ação de graças pela Abolição da escravidão no Brasil.** Rio de Janeiro: coleção D. João de Orleans e Bragança, 1888. Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/bras/1795>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa.** 6. ed. rev. Atualiz. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, José Ascenço da Costa. **Licções de economia política.** São Luís, 1872.

FIGUEIREDO, Rosa. **Influência pombalina na morfologia urbana de São Luís do Maranhão.** Dez., 2014. Disponível em: <<http://www.realgabinete.com.br/revistaconvergencia/pdf/3218.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2015.

FORTE, Carlos Humberto de Souza. **Renascer é viver: história dos oitenta e nove anos de vida da Aug. e Resp. Loj. Simb. “Renascença Maranhense”, 1898 – 1987.** 2 vol. São Luís, 1987.

FRIAS, J. M. C. de. **Memoria sobre a tipografia mararanhense.** 2. ed. São Luís: SIOGE, 1978, p. 39

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **CPDOC**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 7 maio 2016.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1970.

GALVES, Marcelo Cherche. Política em tempos de revolução do porto: constitucionalismo e dissenso no Maranhão. Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro: vol. 4, no.1, janeiro-abril 2012. p. 4-38.

GAY, Peter. **O coração desvelado**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GARCIA, Afrânio. **Formação de elites brasileiras. Estratégias educativas e globalização**. São Paulo, Hucitec, 2011. Colaboração com Leticia Canêdo e Kimi Tomizaki.

GARNIER, B. L. Catalogo. In: SERRA SOBRINHO, Joaquim Maria. **Quadros**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1873.

GASPAR, C. **Dunshee De Abranches**. São Luís: (s.e.). Discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, a 28. jul.92. 1993.

GÓES E VASCONCELLOS, Zacarias de. **Da natureza e limites do Poder Moderador**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862.

GOLDONI, Aline Cordeiro. Estabelecendo a ordem: a formação da Guarda Nacional e sua importância na manutenção da ordem interna durante a Guerra com o Paraguai (1864-1870). **Revista OPSIS**, Universidade Federal de Goiás – UFG. Catalão, v. 12, n. 2, p. 48-71 - jul./dez. 2012.

GOMES, Flávio. Africanos e crioulos no campesinato negro do Maranhão Oitocentista. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. **Revista Outros Tempos**, Volume 8, número 11, 2011, Dossiê História e Literatura.

GONÇALVES, Miguel; LIRA, Miguel; MARQUES, Maria da Conceição da C. Finanzas Públicas y Contabilidad por Partida Doble: una visita guiada por la literatura sobre las tres figuras prominentes de la Real Hacienda Portuguesa, 1761. In: **VIII Encuentro de trabajo sobre historia de la contabilidad**. ISCA DE COIMBRA – Instituto Superior de Contabilidade e Administração. Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal. Nov. 2012. Disponível em: <http://www.aeca.es/viii_encuentro_trabajo_historia_contabilidad/comunicaciones/002.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2015.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O império das províncias**: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro:

Editora da UFRJ, 1997.

GRILL, Igor Gastal. A ação coletiva dos dominantes: notas sobre uma agenda de pesquisas sobre as “organizações patronais”. **Revista Pós Ciências Sociais**, v.7, n. 13, São Luis/MA, jan./jun. 2010.

_____. Bases sociais e intérpretes da “tradição trabalhista” no Rio Grande do Sul. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: UNCAM, v. 48, Nº 3, 2005.

_____. **Heranças políticas no Rio Grande do Sul**. São Luís: Edufma, 2008.

_____. “Memórias” de políticos brasileiros: produção escrita, gestão de imagens e “teorizações” nativas do jogo político. **Política & Sociedade – Revista de sociologia política**, v.11, n. 22, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/27611>>. Acesso em: 03 set. 2015.

GRILL, Igor Gastal; REIS, Eliana Tavares dos. O que escrever quer dizer na política? Carreiras políticas e gêneros de produção escrita. In: **Revista Pós Ciências Sociais**, Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, v. 9, n. 17. São Luís: EDUFMA, 2012, p. 101-121.

_____. Especialização política: bases sociais, profissionalização e configurações de apoios. In: **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 227-278.

_____. Gestão de imagens e teorizações nativas do jogo político: Memórias de parlamentares no Brasil. In: REIS, E. T. dos.; GRILL, I. G. (Org.). **Estudos sobre elites políticas e culturais**. 1. ed. São Luís: EDUFMA, 2014, p. 149-184.

_____. Trajetórias de Multinotabilidades. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 58, nº 2, 2015 355. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v58n2/0011-5258-dados-58-2-0331.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2015.

GUERRA, Amanda Estrela; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. O “Atlas do Império do Brasil”: uma proposta de definição dos limites do Brasil no século XIX. In: **IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica**. Porto, 9 a 12 de Novembro de 2011. Disponível em: <<http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/28.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2015.

GUILLEMIN, Alain. Aristocrates, propriétaires et diplômés dans la lutte pour le pouvoir local dans le département de la Manche 1830-1875. **Actes de la recherche em sciences sociales**. Nº 42, abril, 1982.

GUIMARÃES, Maria de Lourdes Ribeiro; SARDINHA, M. R. V.; SARDINHA, C. G. V. **Cândido Ribeiro: o maior industrial do Maranhão dos séculos XIX e XX**. São Luís: Edufma, 2010.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: sua história**. 3. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

HEMEROTECA Digital Brasileira. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 04 set. 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos de História do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HOYER, Martinus. **Estudos de economia política**. São Luís, Typ. do Paiz, 1877. 380 p.

_____. **Estudos sobre as instituições de crédito real**. São Luís, 1875. 183 p.

IMIRANTE. Sítio de notícias. **Livro sobre biografia de José Sarney será lançado hoje**. 2010. Disponível em: <<http://imirante.com/maranhao/noticias/2010/06/18/livro-sobre-a-biografia-de-jose-sarney-sera-lancado-hoje.shtml>>. Acesso em: 10 set. 2015.

IZECKSOHN, Vitor. **A Guerra do Paraguai**. 2009, p. 387-424. O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870. Keila Grimberg e Ricardo Salles (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

JACOBINA, Alberto Pizarro. **Dias Carneiro (O Conservador) – No 1º centenário de seu nascimento, 23 de novembro de 1937**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Balaiada: construção da memória histórica. História (São Paulo). **História**, vol.24 n°. 1 Franca, 2005. Debates historiográficos. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000100003>. Acesso em: 22 fev. 2016.

JESUS, Daniel Santana de. **Caim e Abel: uma leitura de “Improbus Amor”, de Frederico José Correia como processo de singularização da personagem judia Abel**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/.../8/8152/.../DANIEL_SANTANA_DE_JESUS.pdf>. Acesso em: 26 set. 2015.

JESUS, Matheus Gato. Tempo e melancolia: República, modernidade e cidadania negra nos contos de Astolfo Marques (1876-1918). **Lua Nova**, São Paulo, 85: 133-185, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n85/a05n85.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

JORGE, José. **Livro inédito de Jerônimo de Viveiros**. 2007. Disponível em: <<http://www.blogsoestado.com/josejorge/2007/06/25/livro-inedito-de-jeronimo-de-viveiros/>>. Acesso em: 01 out. 2015.

JORNAL DO BRASIL. **A morte da Condessa**. 6 de dezembro de 1983. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?id=7v0jAAAAIABAJ&sjid=GM0EAAAIAIBAJ&hl=pt-BR&pg=1173,1895034>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação Francesa de São Luís e seus mitos**. 3. ed. rev. ampl. São Luís: UEMA, 2008.

LANDÉ, Carl H. A base diádica do clientelismo. In: **Political studies**. [S.I.: s.n.], 1977.

LEAL, Antônio Henriques. **Pantheon Maranhense: ensaio biográfico dos maranhenses ilustres já falecidos**. 7 vol. Rio de Janeiro: Alhambra, 1987.

_____. **Pantheon Maranhense: ensaios biographicos dos maranhenses illustres já fallecidos.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

_____. **Pantheon Maranhense: ensaios biographicos dos maranhenses illustres já fallecidos.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1875.

_____. **Pantheon Maranhense, t. III.** Lisboa, Imprensa Nacional, 1874.

_____. **Notícia acerca da vida e obras de João Francisco Lisboa.** São Luís: Edições AML, 2012.

LEÃO, Ricardo. **Os atenienses e a invenção do cânone nacional.** São Luís: Instituto Geia, 2013.

LE BART, Christian. L'écriture comme modalité d'exercice du métier politique. **Revue française de science politique.** Année 1998a. Volume 48. Numéro 1. pp. 76-96. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_1998_num_48_1_395253> Acesso em: 02 set. 2015.

_____. **La politique en librairie: Les stratégies de publication des professionnels de la politique.** Armand Colin, 2012.

_____. **Le discours politique.** Paris: PUF, 1998b.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Unicamp, 1990.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick e outros **Iniciação à prática sociológica.** Petrópolis: Vozes, 1998. p. 59-106.

LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

LISBOA, João Francisco. **Crônica política do Império.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

_____. **Jornal de Timon: partidos e eleições no Maranhão.** Introdução e notas José Murilo de Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Obras de João Francisco Lisboa, vol. IV.** São Luís: Alumar, 1991.

LOBO, Antonio. **Pela Rama.** Maranhão: Imprensa Oficial, 1912.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

MACEDO, Eurico Telles de Macedo. **O Maranhão e suas Riquezas.** Bahia, 1947.

MARANHÃO. **História da Imprensa Oficial no Maranhão.** São Luís: Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado – SIOGE, 1983.

_____. Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. **Milson Coutinho lança livro no Senado Federal**. Disponível em: <<http://tj-ma.jusbrasil.com.br/noticias/2240861/Milson-coutinho-lanca-livro-no-senado-federal>>. Acesso em: 10 set. 2015.

_____. **Relatório**. 5 de maio de 1868. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u338/000012.html>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Fon-Fon e Seleta, 1970.

MARQUES, Wilson José. Alexandre Herculano, Gonçalves Dias e a teoria da história. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, n.14, 2009 Disponível: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:SWruR2OCuq0J:revista.abralic.org.br/downloads/revistas/1450358104.pdf+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 10 out. 2015.

MAYER, A. The Significance of Quase-group in the Study of Complex Societies. In: SCHMIDT, S.W. et al (Eds.). **Friends, Followers and Factions**. A Reader in political clientelism. Berkeley: University of California Press, 1977.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O gigante e o espelho. In: **O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870**. Keila Grimberg e Ricardo Salles (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 15-51.

MATTOS, Luiz de Carvalho Mello. **Páginas d'história constitucional do Brasil: 1840-1848**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Editor, 1870.

MEIRELLES, Mário Martins. **História do Maranhão**. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP: Serviço de Documentação, 1960.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2008.

MELO, Maria Cristina Pereira de. **O bater dos panos: um estudo das relações de trabalho na indústria têxtil do Maranhão (1940 – 1960)**. São Luís: SIOGE, 1990.

MELLO, Celina Maria Moreira de. **A vinheta romântica e a renovação das cenas genéricas românticas na literatura francesa**. [2011?] Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/neolatinas/media/publicacoes/cadernos/a9n7/celina_mello.pdf>. Acesso em: 14 out. 2015.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o Império, 1871-1889**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MENDES, Cândido. **Pinsonia**. 1873. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221695>>. Acesso em: 02 out. 2015.

MENDES, Manuel Odorico. **Eneida Brasileira**. Paris: Typographia de Rignoux, 1854.

MENDONÇA, A. W. P. C.; et al. A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **Educ. Pesqui.** vol.39, n.4, São Paulo, Oct./Dec. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022013000400011&script=sci_arttext>. Acesso em: 11 set. 2015.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MISKOLCIO, Richard. BALEIRO, Fernando de Figueiredo. O drama público de Raul Pompeia: sexualidade e política no Brasil finissecular. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.26 n°. 75 São Paulo, Feb. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092011000100004>. Acesso em: 18 mar. 2016.

MONTELLO, Josué. **A polêmica de Tobias Barreto com os padres do Maranhão**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do livro, 1978.

MORAES, Jomar. O Velho Censor. In: **Blog Academia Maranhense de Letras**, 2011. Disponível em: <<http://www.academiamaranhense.org.br/blog/o-velho-censor/>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

_____. Antônio Rego, médico e humanista. In: **Blog Academia Maranhense de Letras**, 2013. Disponível em: <<http://www.academiamaranhense.org.br/blog/antonio-rego-medico-e-humanista/>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MOTA, Antônia da Silva. **Família e fortuna no Maranhão Colônia**. São Luís: Edufma, 2006.

_____. **As famílias principais: redes de poder no Maranhão colonial**. São Luís: Edufma, 2012.

MOURA, João Dunshee de Abranches. **A Esfinge do Grajaú**. São Luís: Alumar, 1993.

_____. **A Setembrada**. Edição de Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1970.

_____. **O Cativoiro**. São Luís: Alumar, 1992.

_____. **Actas e Actos do Governo Provisorio**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

_____. **Transformação do Trabalho**: memória apresentada à Associação Comercial do Maranhão. São Luís: Typ. à vapor da Pacotilha, 1888.

NASPOLINI, Rodrigo Benedet. **As primeiras faculdades de direito**: São Paulo e Recife. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29120-29138-1-PB.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2015.

NEDEL, L. B.; RODRIGUES, Mara Cristina. Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da história no Rio Grande do Sul. **Ágora (UNISC)**, UNISC- Santa Cruz do Sul, v. 13, n.1, p.

151-175, 2005.

NEDEL, L. B.. Regionalismo, Historiografia e Memória: Sepé Tiaraju em dois Tempos. **Anos 90 (UFRGS)**, Porto Alegre, v. 11, n.19-20, p. 315-350, 2004.

NERIS, Wheriston Silva. **As bases sociais de recrutamento da elite eclesiástica no Bispado do Maranhão (1850-1900)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2009.

NEVES, Abdias. **A Guerra do Fidié**. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1974, p. 241.

NEVES, Diogo Gualhardo. **Associação Comercial do Maranhão: recrutamento e atuação política da liderança empresarial (1880 – 1940)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de pós-graduação em ciências sociais, Universidade Federal do Maranhão, 2011.

NEVES, Edson Alvisi. **Magistrados e negociantes na corte do Império do Brasil: o Tribunal do Comércio (1850-1875)**. Tese (Doutorado) - Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007. Disponível em: <http://www.bdttd.ndc.uff.br/tde_arquivos/6/TDE-2008-01-30T130247Z-1248/Publico/Tese_NEVES_Edson_Alvisi.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2015.

O CORREIO MEDICO DE LISBOA. **Um livro de medicina brasileiro**. N. 19, de 21 de agosto de 1874. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=y0ZjAAAACAAJ&pg=PA92&lpg=PA92&dq=correio+medico+de+lisboa+1874&source=bl&ots=rN0DKpRpEu&sig=zB8OSLrW3C5nuRRShs-xt7MYelw&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjo4-Crht3KAhUEJh4KH8ND2IQ6AEIHDAA#v=onepage&q=correio%20medico%20de%20lisboa%201874&f=false>>. Acesso em: 30 set. 2015.

O ESTANDARTE. São Luís, 14 de abril de 1848, n. 50.

OFFERLÉ, Michel. **La profession politique: XIXe-XXe siècles**. Paris: Belin, 1999.

O PORTUGUEZ. **Mercúrio**. Vol. 7. Londres: T. C. Hansard, 1818.

PALHANO, Raimundo Nonato Silva. **A produção da coisa pública; serviços e cidadania na primeira república: república ludovicense**. São Luís: IPES, 1988.

PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PEREIRA, Vantuil. **Ao Soberano Congresso: direitos do cidadão na formação do Estado Imperial Brasileiro (1822-1831)**. São Paulo: Alameda, 2010.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PETRARCA, F. R. Esfera política e processos de consolidação dos saberes profissionais. In: SEI-DL, E; GRILL, I.G. (Orgs.). **As Ciências Sociais e o Espaço da Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 103-140.

PHÉLIPPEAU, E. La fin des notables revisitée. In: OFFERLÉ, M. **La Profession politique**.

Paris: Belin, 1999.

_____. Sociogênese da Profissão Política. In: GARRIGOU, A.; LACROIX, B. Norbert Elias. **A política e a história**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

PINHEIRO-FERREIRA, Silvestre. **Observações sobre a Constituição do Império do Brazil e sobre a Carta Constitucional do Reino de Portugal**. Paris: Rey E. Gravier e J. P. Aillaud, 1835.

PINTO, A. M. da F.; MIRANDA, S. de M. C. O Ministério Público no Império. **Confluências**, vol. 13, n. 1 – Niterói: PPGSD-UFF, novembro de 2012, páginas 96 a 116.

PLUTARCO. **Vidas paralelas – Cícero**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action&co_autor=174>. Acesso em: 07 set. 2015.

PORTO, Walter Costa. **Dicionário do voto**. Rio de Janeiro: Lexicon, 2013.

PRAZERES, M. das G. do N.; NASCIMENTO, F. A. do. História e política: uma análise do cenário político maranhense na primeira república. **Sociologia & Política**, UFPR, 2010.

RECLUS, Elisée. **Nouvelle géographie universelle. La terre et les hommes**. 19 vol. Paris: Hachette, 1876-1894.

REIS, Eliana Tavares. Saberes em movimento: transações entre “intelectuais”, definições de ciências sociais e política. In: SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastal. (Orgs.). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 21-74.

_____. Um tipo diferente de diferença na elite política: perfis políticos e inserções culturais de parlamentares brasileiras. **Cadernos Pagu** (UNICAMP. Impresso), v. 43, p. 233-263, 2014.

SERRA, Astolfo. **A Balaiada**. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1946.

REIS, Fábio Alexandrino de Carvalho. **Breves considerações sobre a nossa lavoura**. São Luís: Belarmino de Mattos, 1856.

REIS, Flávio. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. São Luís: [s.n.], 2007.

REIS, Francisco Sotero dos. **Grammatica Portugueza**. Maranhão: Livraria de Magalhães & C., 1877.

_____. **Curso de Litteratura Portugueza e Brasileira**. São Luís: Typographia de Belarmino de Mattos, 1862.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO MARANHÃO. São Luís: ACM, 1926.

RIBEIRO, Cândido. These I. In: **Revista da Associação Comercial do Maranhão**. São Luís, ACM, 1925.

SÁ, Filipe Franco de. **Justificação do ex-promotor público da capital do Maranhão**. São

Luís: Typographia Liberal, 1872.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **A coragem de ser só: Cândido Mendes de Almeida, o arauto do ultramontanismo no Brasil**. Almanack. Guarulhos, n.07, p.59-80, 1º semestre de 2014.

SANTOS, B. M. M dos. Uma escola para poucos. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, 2010. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/uma-escola-para-poucos>>. Acesso em: 12 set. 2015.

SARNEY, José. **Presidente do senado: 3º mandato, de 2009 a 2011**. Disponível em: <<http://www.josesarney.org/o-politico/presidente-do-senado/presidente-do-senado-3%C2%B0-mandato/>>. Acesso em: 10 set. 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SEIDL, Ernesto. Grill, Igor Gastal. A política como objeto de estudo das ciências sociais. In: SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastal. (Orgs.). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 7-20.

SEMANÁRIO MARANHENSE. Ed. fac-similar. São Luís: Edições SIOGE, 1979.

SERRA SOBRINHO, Joaquim Maria. **Quadros**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1873.

_____. (Ignotus). **Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão, 1820-1880**. Rio de Janeiro: Fabio & Lino Editores, 1883.

_____. (Amigo Ausente). **A capangada – uma parodia muito seria**. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1872.

SIGAL, Silvia. Intelectuais, cultura e política na Argentina. In: **Revista Pós Ciências Sociais / Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais**, v. 9, n. 17, 2012, 240 p. São Luís: EDUFMA, 2012, p. 51-66.

SIGAL, Silvia. **Le rôle des intellectuels en Amerique Latine: la dérive des intellectuels en Argentine**. Paris: Harmattan, 1996.

SILVA, Luiz Antônio Vieira da. **Historia da Independencia da Provincia do Maranhão**. São Luís: Typographia do Progresso, 1862.

_____. **Historia Interna do Direito Romano Privado**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1854.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão**. Belo Horizonte: Formato, 1998.

SILVA, Innocencio Francisco da. **Diccionario bibliographico portuguez – estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil**. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242735>> Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923. Acesso em: 04 set. 2015.

SOARES, Carlos Eugênio Libano. A Guarda Negra: a capoeira no palco da política. **Revista Textos do Brasil**. Brasília (DF): Ministério das Relações Exteriores, 2014.

SOARES, Carlos Dalmiro da Silva. **Evolução histórico-sociológica dos partidos políticos no Brasil Imperial**. 1998. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/1503/evolucao-historico-sociologica-dos-partidos-politicos-no-brasil-imperial>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

SOUZA, Paulino José Soares de. **Discurso proferido na sessão de 23 de agosto de 1871 sobre a proposta do governo relativa ao elemento servil**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve & C., 1871.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Tarquínio Lopes Filho**: médico, político e filósofo. Disponível em: <<http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=43198>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

VALE, Lúcia de Fátima do. A Estética e a Questão do Belo nas Inquietações Humanas. **Revista Espaço acadêmico**, nº 46, março de 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/046/46cvale.htm>>. Acesso em: 01 out. 2015.

VAZ, Leopoldo. **Dunshee de Abranches**. 2009. Disponível em: <<http://www.blogsoestado.com/leopoldovaz/2009/11/03/dunshee-de-abranches/>>. Acesso em: 11 set. 2015.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: direito de família**. São Paulo: Atlas, 2003.

VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília (DF): Editora Universidade de Brasília, 1980.

VIEIRA FILHO, Domingos. **Breve História das ruas e praças de São Luís**. 2. ed. Maranhão, 1971

VILLAÇA, Antônio Carlos. **O Senador Cândido Mendes**. Rio de Janeiro: EDUCAM, 1981.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e literatura. In: MELLO e SOUZA, Laura de (Org.). **História da vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VIVEIROS, Jerônimo José de. **Alcântara no seu passado econômico, social e político**. São Luís: Alumar, 1999.

_____. **Benedito Leite: um verdadeiro republicano**. 2. ed. DASP, 1960.

_____. **História do Comércio do Maranhão: 1612 – 1895.** São Luís: ACM, 1954.

WEBER, Max. Classe, Estamento e Partido. In: **Ensaio de Sociologia.** Rio de Janeiro: LTC, 1982.

_____. **Economia e Sociedade.** v. 1. Brasília (DF): UNB, 2013.

_____. **Ensaio de Sociologia.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1967.

WILSON, Ed. **Museu de Tudo - Estátua de João Lisboa foi inaugurada com hino ao escritor.** 2013. Disponível em: <<http://hbois.blogspot.com.br/2013/05/museu-de-tudo-estatua-de-joao-lisboa.html>>. Acesso em: 07 out. 2015.

WOLF, Eric. **Parentesco, amizade e relação patrono-cliente em sociedades complexas.** Brasília (DF): UnB, 2011.

ZOTTI, Solange Aparecida. O currículo do ensino secundário e a formação das elites republicanas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2005, Londrina. **Anais...** do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005.

ANEXO A - LISTA DOS 59 DEPUTADOS-ESCRITORES**LISTA DOS 59 DEPUTADOS-ESCRITORES (POR ORDEM ALFABÉTICA)**

- 1 - Alexandre Teóphilo de Carvalho Leal
- 2 - Antônio Baptista Barbosa de Godóis
- 3 - Antônio César de Berredo
- 4 - Antônio Henriques Leal
- 5 - Antônio Jansen de Mattos Pereira
- 6 - Antônio Marques Rodrigues
- 7 - Antônio Rego
- 8 - Arthur Quadros Collares Moreira
- 9 - Augusto Olympio Gomes de Castro
- 10 - Augusto Olympio Viveiros de Castro
- 11 - Benedicto Pereira Leite
- 12 - Cândido Mendes de Almeida
- 13 - Clodomir Serra Serrão Cardoso
- 14 - Domingos Quadros Barbosa Álvares
- 15 - Estevão Rafael de Carvalho
- 16 - Fábio Alexandrino de Carvalho Reis
- 17 - Fernando Mendes de Almeida
- 18 - Fernando Vieira de Sousa
- 19 - Filipe Franco de Sá
- 20 - Fernando Luiz Ferreira
- 21 - Francisco Antônio Brandão (Júnior)
- 22 - Francisco da Costa Fernandes
- 23 - Francisco de Paula Berlfort Duarte
- 24 - Francisco Dias Carneiro
- 25 - Francisco José Viveiros de Castro
- 26 - Francisco Sotero dos Reis
- 27 - Frederico José Corrêa

- 28 - Frederico Magno Abranches
- 29 - Frederico Pereira de Sá Figueira
- 30 - Gentil Homem de Almeida Braga
- 31 - Henrique Costa Fernandes
- 32 - Heráclito de Alencastro Pereira da Graça
- 33 - João Duarte Lisboa Serra
- 34 - João Dunshee de Abranches Moura
- 35 - João Francisco Lisboa
- 36 - João José de Moura Magalhães
- 37 - João Tolentino Guedelha Mourão
- 38 - Joaquim Maria Serra Sobrinho
- 39 - Joaquim Ribeiro Gonçalves
- 40 - José Ascenço da Costa Ferreira
- 41 - José da Silva Maia
- 42 - José Joaquim Rodrigues Lopes
- 43 - José Joaquim Tavares Belfort
- 44 - José Luso Torres
- 45 - José Ribeiro do Amaral
- 46 - Luís Antônio Domingues da Silva
- 47 - Luiz Antônio Vieira da Silva
- 48 - Luiz Miguel Quadros (Filho)
- 49 - Luiz Raimundo da Silva Brito
- 50 - Luiz Carvalho
- 51 - Manoel José Ribeiro da Cunha
- 52 - Manuel Odorico Mendes
- 53 - Manuel Paixão dos Santos Zaqueu (Zaqueo)
- 54 - Manuel Viriato Corrêa Baima do Lago Filho
- 55 - Marcos Antônio de Souza
- 56 - Martiniano Mendes Pereira
- 57 - Pedro Wenescop Cantanhede
- 58 - Raimundo Alexandre Vale de Carvalho
- 59 - Raimundo Felipe Lobato

